

PORTUGALIA

NOVA SÉRIE — VOLUME XVII-XVIII



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1996/1997

PORTVGALIA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

DIRECTOR:

Presidente do Conselho Científico

COORDENADOR:

Rui M. S. Centeno

CONSELHO DE REDACÇÃO:

C. A. Brochado de ALMEIDA
M. J. Neto BARROCA
R. M. S. CENTENO
S. Oliveira JORGE
V. Oliveira JORGE
António Baptista LOPES
J. P. Paiva C. RIBEIRO
Sérgio RODRIGUES
M. J. SANCHES
Armando Coelho F. da SILVA
Teresa SOEIRO

INTERCÂMBIO:

PORTVGALIA
Biblioteca Central – Serviço de Publicações
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
4150 PORTO - PORTUGAL

DISTRIBUIÇÃO:

Centro Leonardo Coimbra
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
4150 PORTO - PORTUGAL
Telef. 351 - (0) 2 - 607 71 73
Fax 351 - (0) 2 - 609 16 10

DEPÓSITO LEGAL:

134063/99

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

Rainho e Neves, Lda.
Santa Maria da Feira



Carlos Alberto Ferrero de Ferride

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA
1934-1996

Em 28 de Julho de 1996 o Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida faleceu em circunstâncias trágicas na Venezuela, deixando consternados os muitos amigos, discípulos e a comunidade científica. O desaparecimento prematuro deste Homem bondoso, simples e sensível, com uma cultura e sabedoria notáveis, é uma perda irreparável para a nossa cultura, sentida, de modo especial, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde o Prof. Ferreira de Almeida foi um dos seus mais distintos docentes.

Nascido a 27 de Dezembro de 1934 em Vila Maior (Santa Maria da Feira), Carlos Alberto Ferreira de Almeida, após os estudos no Seminário do Porto, licenciou-se em História na Faculdade de Letras do Porto em 1968 com a classificação final de 17 valores, tendo apresentado como dissertação de licenciatura o estudo, *Vias Medievais, I. Entre-Douro e Minho*. Em 28 de Outubro de 1968 foi contratado como Assistente Eventual pela Faculdade que lhe concedeu a Licenciatura, onde prosseguiu a sua carreira académica, passando pelas categorias de Assistente (desde 11 de Janeiro de 1970), Professor Auxiliar (desde de 19 de Março de 1979), Professor Associado (desde 1 de Dezembro de 1979), atingindo a Cátedra em 6 de Julho 1984.

Em 12 e 13 de Março de 1979 submeteu-se a provas de Doutoramento em Letras, especialidade de História da Arte e Arqueologia, com a dissertação intitulada *Arquitectura Românica de Entre-Douro e Minho* e a tese complementar, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, perante um júri constituído pelos Professores Doutores Orlando Cunha Ribeiro, António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, José João da Conceição Gonçalves Mattoso, José António Ferreira de Almeida, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Carlos Baquero Moreno, tendo sido aprovado com *Distinção e Louvor*. Mais tarde, em 11 e 12 de Fevereiro de 1982, apresentou-se a provas de Agregação em História, tendo proferido uma lição sobre *a Iconografia do Presépio Medieval*; foi aprovado por unanimidade pelo júri composto pelos Professores Doutores Cândido Augusto Dias dos Santos, Francisco Jordá Cerdá, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Artur Nobre de Gusmão, António Augusto Ferreira da Cruz, Humberto Carlos Baquero Moreno e Luís António de Oliveira Ramos. Finalmente, em Julho de 1984 foi aprovado no concurso para Professor Catedrático por um júri constituído pelos Professores Doutores Artur Nobre de Gusmão, Eduardo Augusto Borges Nunes, António de Oliveira, Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos e Eugénio Francisco dos Santos.

A investigação e a docência desenvolvida desde os primeiros anos por C.A. Ferreira de Almeida foi decisiva para a constituição na sua Faculdade de um corpo docente nas áreas da Arqueologia e História da Arte que integra, maioritariamente, seus antigos alunos. O seu nome também está ligado à fundação de alguns núcleos de apoio à investigação na FLUP como o Instituto de Arqueologia, processo iniciado, informalmente, em Junho de 1974 e reconhecido pela Faculdade em 1979, ao Instituto de História da Arte, fundado em 1982, e ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras, finalmente criado em 1997. Como docente, o seu nome ficou associado às disciplinas de Pré-história, Arte Geral, Arte Portuguesa, Arqueologia, Epigrafia, Numismática, Cultura Medieval, Arte Portuguesa Medieval, Etnografia Portuguesa, Etnologia Portuguesa, Romanização da Península Ibérica, Arqueologia Medieval Portuguesa, História da Arte Medieval em Portugal,

História da Arte Medieval Geral e Culturas Regionais Portuguesas. Foi ainda professor dos Cursos de Mestrado em Arqueologia e de História da Arte, tendo orientado diversas dissertações de mestrado e de doutoramento.

O Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve também uma acção relevante em prol do desenvolvimento do intercâmbio universitário entre Portugal e a Galiza que permitiu a organização de várias missões e encontros científicos e culturais. À memória deste contributo se prestou homenagem conjunta, das Universidades do Porto e Santiago de Compostela e do Museo do Pobo Galego, num colóquio de Arqueologia e numa exposição bio-bibliográfica.

A actividade científica de Carlos Alberto Ferreira de Almeida abarca uma grande variedade de temas, da Arqueologia à História da Arte, da Antropologia à História Local, particularmente relacionados com o Noroeste da Península Ibérica, tendo sido reconhecida com a atribuição de diversos prémios como o Prémios «Gomes Pereira» de Etnografia, em 1964, o Prémio «Coronel Mário Cardozo», em 1975, e o «Pergamiño de Honra e Loubenza», atribuído pelo Patronato Padron de Ouro, em 1979. Pertenceu ainda a diversas organizações científicas como a Societé Française d'Archéologie, o International Center of Medieval Art (Nova Iorque), o Istituto di Studi Liguri, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e a Academia Nacional de Belas-Artes.

Importantes, pelos seus resultados científicos e pelo apoio que proporcionaram ao ensino da Arqueologia na FLUP, foram os trabalhos arqueológicos que realizou em vários sítios do Norte de Portugal, onde se destacam as investigações no Castro de Fiães (Santa Maria da Feira), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Citânia do Monte Mozinho (Penafiel) e Castro de Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima).

Entre a extensa bibliografia do Prof. Ferreira de Almeida, fruto da intensa pesquisa que empreendeu ao longo da sua vida, encontram-se títulos que são hoje obras de referência. No domínio da Arqueologia podemos citar trabalhos fundamentais como a sua dissertação de licenciatura, *Vias Medievais, I. Entre-Douro e Minho* (Porto, 1968), *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal (Revista da Faculdade de Letras – História, I Série, III, Porto, p.113-136)*, *Escavações no Monte Mozinho I e II* (Penafiel, 1974 e 1977), *O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973 (Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto, 1975, p. 149-172)*, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220* (Diss. complementar de doutoramento, Porto, 1978), *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha (Arquivo de Ponte de Lima, 3, Ponte de Lima, 1981, p.3-90)*; no âmbito da História da Arte será de destacar a dissertação de doutoramento, *Arquitectura Românica de Entre-Douro e Minho* (Porto, 1978), *O Presépio na Arte Medieval* (Porto, 1983), *História da Arte em Portugal, vol. II. Arte da Alta Idade Média e vol. III. O Românico* (Lisboa, 1986); a História Local, a Antropologia e a Etnografia, domínios particularmente caros ao Prof. C.A. Ferreira de Almeida, ocupam um lugar de relevo na sua obra, onde encontramos trabalhos notáveis como o *Carácter mágico do toque das campainhas. Apotropaicidade do som (Revista de Etnografia, 12, Porto, 1966, p. 339-370)*, *A paróquia e o seu território (Cadernos do Noroeste, I, Braga, 1986, p. 113-130)*, *O culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna (Revista de História, II, Porto, 1979, p. 159-173)*, *Alto Minho* (Col. «Novos Guias de Portugal», Lisboa, 1987) e *Barcelos* (Col. «Cidades e Vilas de Portugal», Lisboa, 1990).

Com a publicação deste volume da revista *Portugalia*, o Instituto de Arqueologia e o Instituto de História da Arte prestam uma sentida homenagem à figura Carlos Alberto Ferreira de Almeida, professor universitário e investigador que tanto prestigiou

a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, esperando que a sua memória sirva de estímulo às futuras gerações de estudiosos da nossa História e Cultura.

Rui M. S. Centeno

BIBLIOGRAFIA

1958

- Um aspecto do culto dos rios na Lusitânia. *Douro Litoral*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral. Série 8, vol. 9 (1958), pp. 873-887.

1959

- Duas inscrições romanas da «Civitas Sanctae Mariae». *Douro Litoral*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral. Série 9, vol. 1 (1959), pp. 161-166.

1964

- Senhora da Abadia. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 2, tomo 2 (1964), pp. 303-308.
- Ementaçaõ das almas: Rezas da ceia. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 3, tomo 1 (1964), pp. 41-68.
(Estudo distinguido com o Prémio «Gomes Pereira» de Etnografia).

1965

- A noite de Natal e o seu folclore. *O Comércio do Porto*. (21 Dezembro 1965), p. 15.
- O problema das casas redondas castrejas. *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Vol. 4 (1965), pp. 196-204. (Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 29-31 Maio 1964).

1966

- O documento 13 dos «Diplomata et Chartae». *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Vol. 5 (1966), pp. 635-642 (Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 4-6 Junho 1965).
- Carácter mágico do toque das campainhas: Apotropaicidade do som. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 6, tomo 2 (1966), pp. 339-370.

1968

- Problemas do pre-românico do Noroeste de Portugal [resumo]. In *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968. pp. 287-288.
- Sistema viário medieval em direcção ao Porto, a Sul do Douro [resumo]. In *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968. p. 288.
- *Vias medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1968. Tese de licenciatura.

1969

- *Romanização das Terras da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1969. (Estudos sobre a Terra da Maia. Vol. 4).

1970

- Algumas notas sobre o processo de romanização da zona de Entre Douro e Ave. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970. Vol. 2, pp. 379-387.
- Uma cabeça romana de bronze. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (1970), pp. 77-82.
- Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (1970), pp. 97-107.

1971

- Uma escultura castreja de Calheiros, Ponte de Lima. Duas considerações. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 1971. pp. 293-296.

PORTUGALIA

- Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2 (1971), pp. 65-116.
- O castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2 (1971), pp. 147-168. (Em colaboração com Eugénio dos Santos).
- O «oenokoé» romano, em bronze, de Vila Marim. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2 (1971), pp. 179-187.

1972

- A Póvoa de Varzim e o seu aro na Antiguidade. *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal. Vol. 11, nº 1 (1972), pp. 5-34.
- Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), pp. 113-136.
- Cerâmica romana de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), pp. 191-205.
- O castro de Fiães (II). *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), pp. 207-214. (em colab. com Eugénio dos Santos).
- Achados arqueológicos de Martim (Barcelos). *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), pp. 319-326.

1973

- Aspectos da Mineração Romana de Ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes). In *Actas do XII Congreso Arqueológico Nacional (Jaen, 1971)*, Zaragoza: La Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, 1973, pp. 553-562.
- Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal. In *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973. Vol. 1, pp. 39-57. (Também publicado em: *Asclepio*. Madrid. Vol. 26-27 (1975), pp. 383-396).

1973-1974

- Influências meridionais na cultura castreja. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4-5 (1973-4), pp. 197-207.
- Necrópole galaico-romana de Vila de Conde. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4-5 (1973-4), pp. 209-222.

1974

- O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* Porto: Ministério da Educação Nacional. 1974. Vol. 1. pp. 149-172. (Estudo igualmente publicado em *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), pp. 5-28).
- Cerâmica castreja. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. Vol. 84 (1974), pp. 171-197. (Estudo distinguido com o «Prémio Coronel Mário Cardozo»).
- *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis, 1974.
- Paganismo – Sua sobrevivência no ocidente peninsular. In *In Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1974. Vol. 2, pp. 17-37.

1975

- Influências meridionais na cultura castreja. In *Actas do XIII Congreso Arqueológico Nacional (Huelva, 1973)*. Zaragoza: La Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, 1975, pp. 491-498.
- O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), pp.5-28.

- Sondagens arqueológicas em Frende (Baião). *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), pp. 29-39.
- Cerâmica Romana, Tardia, de Guifões. *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), pp. 49-56.
(Em colab. com Joaquim Neves dos Santos).
- Los caminos y la asistencia en el Norte de Portugal. *Asclepio*. Madrid. Vol. 26-27 (1974-1975), pp. 383-396.
- A igreja românica de Rates (Póvoa de Varzim). *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal. Vol. 14, nº 1 (1975), pp. 5-27.

1976

- Recensões bibliográficas: Hydace, *Chronique*, 2 vols., Introdução, texto crítico, tradução, comentário e índice por Alain Tranoy, col. «Sources Chrétiennes» nº 219, Les Éditions du Cerf, Paris, 1974. *Conimbriga*. Coimbra, Instituto de Arqueologia: Faculdade de Letras: Universidade de Coimbra. Vol. 15 (1976), pp. 171-177.

1977

- *Escavações no Monte Mozinho II. 1975-1976*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis, 1977.

1978

- *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1978. Tese de Doutoramento.
- *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1978. Tese Complementar de Doutoramento.

1979

- *A estátua-menir de Faiões (Chaves)*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 1979. (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 1).
(Em colaboração com Vítor Oliveira Jorge).
- A propósito de «Galicia Sueva» de Casimiro Torres. *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edícios do Castro. Vol. 5 (1979), pp. 305-316.
- O culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna: Perspectiva antropológica. *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Vol. 2 (1979), pp. 159-173. (Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna». Porto, 8-10 Nov. 1979).

1980

- Importantes objectos em bronze de Castelo de Neiva. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 2 (1980), pp. 45-49.
- Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma/Baltar. *O Concelho de Paredes: Boletim Municipal*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes. Vol. 3 (1980), pp. 15-17.
- *A estátua-menir fálica de Chaves*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 1980. (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6).
(Em colaboração com Vítor Oliveira Jorge).
- Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. 1, nº 3 (1980), pp. 3-90.
(Em colaboração com Teresa Soeiro, Carlos Alberto Brochado de Almeida e António José Baptista).
- Dois capacetes e três copos, em bronze, de Castelo de Neiva. *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edícios do Castro. Vol. 6 (1980), pp. 245-255.
- O templo do Mozinho e seu conjunto. *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 1 (1980), pp. 51-56.

1981

- Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), pp. 3-12.
(Em colaboração com Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, M. de Jesus Sanches e M. Teresa Soeiro).

PORTUGALIA

- Pinturas esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), pp. 43-48.
(Em colaboração com António Maria Mourinho).
- Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), pp. 111-116.
- A grande inscrição do Penedo de Remeseiros, Vilar de Perdizes, Montalegre (CIL, II, 2476). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 4 (1981), pp. 142-145.
(Em colaboração com X. Pereira Menaut).
- Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização. *Nova Renascença*. Porto: Associação Cultural «Nova Renascença». Vol. 1, nº 2 (1981), pp. 202-212.
- Bibliografia: A igreja de Santa Maria de Almacave. F. J. Cordeiro Laranjo. Edição do autor. Lamego, 1980. *Nova Renascença*. Porto: Associação Cultural «Nova Renascença». Vol. 2, nº 5 (1981), p. 103.

1981-1982

- Eja (Entre-os-Rios). A civitas e a igreja de S. Miguel *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 2-3 (1981-1982), pp. 131-140.
(Em colaboração com Francisco Gaspar de Almeida Lopes).

1982

- Nova e importante ara a Júpiter (Fiães, Valpaços). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 5 (1982), pp. 69-70.
- Uma carta a propósito da estátua de guerreiro de Refojos de Basto: Respostas. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 5 (1982), pp. 82-84.
- Duas datações de C14 para o Castro de Santo Estevão da Facha. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), p. 79.
(Em colaboração com Teresa Soeiro, Brochado de Almeida e P. António José Baptista).
- Iconografia do presépio medieval. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), pp. 137-151.
- Um antigo silo de Cossourado – Barcelos. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), pp. 152-154.
- Santos Graça, antropólogo. *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal. Vol. 21 (1982), pp. 281-294.
- Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada à Cinta (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Vol. 34/35 (1982), pp. 65-70.
(Em colaboração com S. O. Jorge, V. O. Jorge, M. J. Sanches e M. T. Soeiro).

1983

- Cultura castreja. Evolução e problemática *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 8 (1983), pp. 70-74.
- O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação. In *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 1983, pp. 187-198.
- *O presépio na arte medieval*. Porto: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras do Porto, 1983. (Iconografia 1).
- *A Anunciação na arte medieval em Portugal. Estudo iconográfico*. Porto: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras do Porto, 1983. (Iconografia 2).
- *O diptico-relicário de Arouca*. Porto: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras do Porto, 1983. (Iconografia 3).

1984

- A casa castreja. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo: Instituto de Historia Antigua. Vol. 6 (1984), pp. 35-42.
- Religiosidade popular e ermidas. In *Religiosidade Popular*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. 1984, p. 75-83 (Studium Generale. Estudos Contemporâneos, nº 6).

1985

- Arquitectura e arte castrejas. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência. In *Asimilación y Resistencia a la Romanizacion en el Norte de Hispania*. Vitoria: Universidad del Pais Vasco, 1985, pp. 79-101.

1986

- Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 13 (1986), pp. 161-172.
- A paróquia e o seu território. *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho, 1986, pp. 113-130.
- Arte da Alta Idade Média. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986. Vol. 2.
- O Românico. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986. Vol. 3.

1987

- *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987 (Novos Guias de Portugal. Vol. 5).
- Influências francesas na arte românica portuguesa. In *Histoire du Portugal, Histoire Européenne*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 27-36. (Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986).

1988

- Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos XII e XIII. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988. Vol. 2, pp. 65-70.

1989

- Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade. In *Livro de homenagem a Jean Roche*. Porto: INIC, 1989, pp. 525-536.
- Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII. In MOREIRA, Rafael – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Edições Alfa, 1989, pp. 38-54.

1990

- *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990 (Cidades e Vilas de Portugal. Nº 9).
- A Igreja de Jesus de Setúbal. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. 2ª série, vol. 7 (1990), pp. 267-279.

1991

- Architecture. In *Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais (XII-XVe Siècle)*. Gant: Europália '91, 1991, pp. 83-87 (tradução flamenga: Architectuur. In *Hootgtij der Middeleeuwen*. Gant: Europália '91, 1991, p. 83-87; tradução portuguesa: Arquitectura. In *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa Séculos XII-XV*. Porto: Instituto Português de Museus-Museu Nacional de Soares dos Reis, 1992, p. 75-78; tradução espanhola: Arquitectura. In *Portugal en el Medievo. De los Monasterios a la Monarquía*. Madrid, 1992, pp. 73-76).
- Um retábulo de João Antunes. In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991, pp. 635-640.
- Em Torno do Bom Jesus de Braga. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Vítor de Sá*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, pp. 69-81.
- A Roda da Fortuna/Roda da Vida do túmulo de D. Pedro em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. 2ª série, vol. 8 (1991), pp. 255-264.
- A igreja do mosteiro de Fiães. In *VI Centenário da tomada do castelo de Melgaço*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Melgaço, 1991, pp. 77-86.

1992

- Urbanismo da Alta Idade Média em Portugal: Alguns aspectos e os seus muitos problemas. In *Cidades e História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 129-136. (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987).
- Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então. In *Cidades e História*. Lisboa, Fundação

PORTUGALIA

- Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 137-141. (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987).
- Batalha. In *Enciclopedia dell'Arte Medievale*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana: Fondata da Giovanni Treccani. 1992. Vol. 3, pp. 204-206.
 - Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae – Estudos en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 371-385.
 - Necroloxias: Professor Santos Júnior (1901-1990). *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edicios do Castro. Vol. 13 (1992), pp. 527-528.

1993

- Castelos Medievais do Norte de Portugal. In *Conclusións das Primeiras Xornadas Históricas e Arqueolóxicas da «Mariña Lucense», Foz: A Frouxeira e o Mariscal Pardo de Cela*. Foz: Diputacion Provincial de Lugo, 1993, pp. 50-101.
- Arqueoloxía tardorromana e germánica no NW peninsular. In *Galicia: da Romanidade à Xermanización: Problemas Históricos e Culturais*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1993, pp. 191-200. (Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901-1973). Santiago de Compostela, Outubro de 1992).
- Património – Riegl e hoje. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. 2ª série, vol. 10 (1993), pp. 407-416.

1994

- A Penha e a Senhora da Lapinha. Elementos para a compreensão da religiosidade popular. In *Santuário de Nª. Sª. da Penha. Simpósio Mariológico*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Irmandade de Nª. Sª. do Carmo da Penha, 1994, pp. 95-105.

1995

- Caminhos medievais no Norte de Portugal. In *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses*. S/l: Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, pp. 339-356.

1996-1997

- A Cultura Castreja – ontem e hoje, *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 17-18 (1996-1997), pp. 97-99 (em colab. com Fernando Acuña Castroviejo).

1998

- *História da Arte em Portugal: Idade Média* Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 1. (em colab. com Mário Jorge Barroca) (no prelo).
- A igreja românica de Bravães. In *Subsídios para a história da Terra de Nobrega e do concelho de Ponte da Barca*. Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 11-26.
- *Património – O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Edições Etnos, 1998.
- *Patrimonium. Inventário da Terra de Sousa (concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira)*. CD-Rom, Porto: ADER/ETNOS, 1998 (em colab. com Rui M. S. Centeno, Armando Coelho Ferreira da Silva e António Batista Lopes).

SOBRE O DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Jorge de ALARCÃO

OS POVOS OU GRUPOS COMO REFERENTES DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Os arqueólogos, ao contrário dos historiadores que praticam a história acontecimentalista (*histoire événementielle*), não falam de sujeitos individuais, pessoais, mas de grupos: a Arqueologia não conhece *dramatis personae*, não conhece as personagens que são essenciais à história acontecimentalista e à narrativa romanesca. O referente da Arqueologia, o sujeito de quem se fala, é colectivo, é uma comunidade.

A disciplina, tal como se praticou até à década de 1960 (década na qual se assistiu à emergência da Nova Arqueologia ou Arqueologia processualista e, com ela, de um novo modo de conceber e praticar esta ciência), pode definir-se como uma descrição da cultura material.

O arqueólogo estudava coisas: cerâmicas, artefactos líticos ou metálicos, monumentos funerários, casas, etc.; e a sua preocupação fundamental, para além do descrever, era reduzir a diversidade dos objectos à unidade dos tipos, numa atitude ingénuas que nem sequer punha o problema do carácter émico ou ético das tipologias, isto é, o de saber-se se os tipos que criamos são abstracções nossas ou correspondem a categorias que os povos do passado já formulavam.

A descrição das coisas e a constituição das tipologias era completada pela identificação das «culturas». Quer dizer: procurava determinar-se que coisas iam com outras coisas, que tipos cerâmicos iam com estes tipos metálicos, que formas de habitat ou de enterramento iam com esses objectos. Assim se constituíam complexos de coisas, distintos de outros complexos de coisas usadas noutra época ou noutra região; assim se constituíam «culturas».

As culturas eram equacionadas com povos. A cultura castreja do Noroeste hispânico, por exemplo, no esquema paleo-etnológico de Bosch-Gimpera, era a cultura dos Sefes, povo a que a *Ora Maritima* de Avieno se refere. Mas, na Europa, só as culturas da Idade do Ferro podiam (e podem) ser equacionadas com povos nomeáveis, cujos etnónimos as fontes greco-latinas conservaram. Para trás, os povos não tinham nome: dava-se-lhes uma designação a partir de um item ou de uma estação epónima;

e assim se falava do povo do vaso campaniforme ou do povo de El Argar. Mas sempre, como suporte de uma cultura, se pensava num grupo étnico, distinto de outro grupo étnico, do qual se predicava outra cultura.

A equação entre cultura e etnia passou depois a ser questionada. Foi-o primeiramente por Childe. Este admitia a equação cultura = povo mas não considerava legítimo que desse «povo» se fizesse uma unidade linguística, política ou rática. Childe opunha-se assim a Kossina, o mentor dos arqueólogos oficiais do Nazismo, cuja *Siedlungsarchäologie* assentava exactamente no pressuposto de uma cultura = uma raça e na superioridade da raça e da cultura germânicas.

Com esta ressalva de que o povo era um referente não necessariamente coincidente com uma etnia, um simples sujeito lógico ou vazio da «cultura» arqueológica, os arqueólogos continuaram a perfilar povos por detrás das culturas.

A esses sujeitos colectivos do discurso arqueológico, a esses referentes de quem o arqueólogo fala e aos quais se atribui uma cultura, prefere-se hoje chamar, simplesmente, grupos, pela conotação que «povo» sempre tem com etnia.

PODE O ARQUEÓLOGO FALAR DE SUJEITOS PESSOAIS?

Será que o arqueólogo só pode falar de grupos, de sujeitos colectivos, da sua cultura material, da sua envergadura (isto é, do número aproximado dos indivíduos que o constituíam), da medida da sua dispersão ou concentração, da sua estrutura social, das suas normas de acção, da sua ideologia? Será que o sujeito sobre o qual o arqueólogo discorre, o sujeito de quem fala, é sempre um sujeito colectivo, povo ou grupo, macro ou microgrupo? Será que o arqueólogo nunca pode falar de pessoas singulares, como o historiador fala de César ou de Cícero?

Tomemos o caso da escavação, em França, da sepultura da princesa de Vix ou, na Alemanha, o do túmulo do príncipe de Hochdorf. Não encontraram os arqueólogos, aqui, indivíduos, sujeitos pessoais? Imaginemo-nos descobrindo uma necrópole de sepulturas individuais da Idade do Bronze. Não encontramos, em cada sepultura, um homem ou mulher concreto?

Sem dúvida que sim. Mas, da princesa de Vix ou do príncipe de Hochdorf, de seu carácter, de seus feitos, que pode o arqueólogo descrever ou narrar? Nada. Dos indivíduos descobertos não pode dizer mais que: foi um chefe céltico que morreu (ou foi enterrado) em tal data e tal lugar. O que descreve não é o sujeito, mas o túmulo e o seu conteúdo. O grau de caracterização ou de narração biográfica do príncipe é o grau zero. A figurativização do indivíduo é nula ou quase nula. O príncipe é integrado numa classe, a dos chefes célticos, da qual já se pode dizer alguma coisa. Mas então, não é de um príncipe concreto que o arqueólogo fala: é de uma classe ou grupo funcional.

Por outro lado, a escavação de um túmulo individual põe o arqueólogo perante dois sujeitos: um sujeito passivo (o enterrado) e um sujeito activo (o grupo que o enterrou). Do sujeito passivo não pode o arqueólogo dizer nada; do sujeito activo, alguma coisa: a que normas ou práticas funerárias colectivas, sociais, o grupo obedecia. Deste modo, ainda que o arqueólogo encontre o indivíduo, este é, sempre, o desconhecido, o que se não pode caracterizar, aquele cuja vida é irrevogavelmente inenarrável; não é configurável; é um sujeito sem conotação, vazio de carácter ou de história.

Tratando-se de um inumado, o esqueleto pode ser medido, analisado para lhe descobrir a causa da morte, as doenças de que padeceu, a dieta alimentar; mas interessa pouco que tal indivíduo tenha tido estas características físicas, esta doença, esta alimentação. O indivíduo é tomado como exemplo, como um igual a muitos: e são as características dos muitos, as suas doenças endémicas, as suas malformações congénitas ou adquiridas, a sua dieta que verdadeiramente interessam. O pouco, o muito pouco que, de um indivíduo, o arqueólogo possa dizer não interessa senão como fundamentação de uma generalização, de uma extensão ao grupo.

FALA O ARQUEÓLOGO DE ACONTECIMENTOS?

Apresentemos agora outro problema: pode o arqueólogo, tal como o historiador, falar de **acontecimentos** ou **eventos**? Não podemos abordar a questão sem dilucidar a noção de acontecimento. Ora, se toda a gente sabe o que é um acontecimento e sabe dar exemplos de eventos (o assassinato de César ou a batalha de Ácio), a definição de «acontecimento» é difícil. Poderíamos dizer, com Santo Agostinho: **si nemo a me quaerat, sio; si quaerenti explicare velim, nescio** (*Confissões*, lib. XI cap. 14): se ninguém me pergunta, sei-o; se quero explicar, ignoro.

O acontecimento é o que advém, o que passa do nada ao ser. A batalha de Ácio foi certamente um acontecimento; mas não foi também acontecimento o afundamento desta particular nave de Marco António no decurso da batalha? A invasão da Gália por bárbaros Francos e Alamanos, na década de 260-270 d.C., foi um acontecimento; mas o ataque e incêndio desta particular **villa** no decurso da invasão não foi também um evento?

Estes exemplos obrigam-nos a distinguir acontecimentos complexos, de eventos elementares: a batalha de Ácio é um acontecimento complexo; o afundamento desta nave, no decurso da batalha, é um evento elementar. O acontecimento complexo é um todo feito de partes; o evento elementar é parte de um todo.

Poderíamos dizer que o evento elementar é o não-concludente: o afundamento da nave não concluiu a batalha; o incêndio desta **villa** não concluiu a invasão. O evento elementar seria um momento ou episódio num todo ainda transcorrente e com um futuro incerto, sendo essa incerteza do futuro ou da conclusão o fundamento de sentimentos de esperança ou de angústia por parte dos intervenientes. Mas a fuga de Marco António da batalha de Ácio, que é um acontecimento elementar, foi concludente. Há, assim, eventos elementares concludentes, como os há inaugurais ou simplesmente intermédios.

Para o interveniente, o acontecimento intermédio (o afundamento desta nave na batalha de Ácio) muda-se consciencialmente num ter-sido, num acontecimento ido ou concluído sem que a situação em que ele, interveniente, se encontra, alcance uma conclusão ou ponto de repouso; é apenas uma peripécia, um elo numa cadeia. Para o historiador ou arqueólogo, o acontecimento intermédio é o que contribui para o desenrolar da acção. O acontecimento inaugural é o que introduz numa situação instável, que terá necessariamente um desenrolar e um epílogo ou acontecimento conclusivo.

O acontecimento elementar é o que ocorre no interior de um todo que é o acontecimento complexo. No interior desse todo, os acontecimentos elementares dispõem-se necessariamente em sucessão: uns dão-se antes e outros depois (sem excluir a possibilidade de alguns serem simultâneos: o afundamento desta nave, na batalha de Ácio, deu-se depois do afundamento desta outra ou ao mesmo tempo que o afundamento de uma outra). Mas o que caracteriza os eventos elementares integrados num acontecimento complexo é que as suas relações não são de mera sucessão, de simples anterioridade ou posterioridade. O acontecimento complexo é uma **sucessão** ou **sequência** de eventos elementares; mas é mais do que isso. Os eventos elementares não são independentes uns dos outros, exteriores uns aos outros, deslaçados. Numa série de acontecimentos elementares que se sucedem e vão caindo no passado, há algo que os transcende e permanece, algo que continua a ser depois o que já era antes: uma guerra numa sucessão de batalhas.

O acontecimento complexo tem um princípio, um decurso e um fim, isto é, um desenvolvimento, uma orientação que pode inverter-se num dado momento do processo; os acontecimentos elementares contribuem para o epílogo e é isso que cria entre eles relações de solidariedade que ultrapassam a mera relação de sucessão. A conclusão de um acontecimento complexo **depende** dos acontecimentos elementares ou, o que é o mesmo, os acontecimentos elementares são condição, justificação, explicação do desenlace, causas do epílogo (mas não causas no sentido humeano de antecedentes constantes).

Talvez não possamos definir correctamente acontecimentos complexos e elementares sem fazer intervir a noção de **situação**. Todo o acontecimento implica intervenientes. Os intervenientes, em qualquer momento, encontram-se em situação relativamente uns aos outros. Augusto, no início da batalha de Ácio, em situação (suponhamos) de igualdade com Marco António. O afundamento de uma ou duas naves do opositor (acontecimento elementar), colocava Augusto em situação de vantagem. O acontecimento inaugural instaura uma situação que vai evoluindo, num **continuum**, mercê dos eventos elementares, e é nesta medida que os eventos elementares contribuem para um fim, são condição de um desenlace; é por isso que os acontecimentos elementares mantêm entre eles e com o epílogo uma relação que ultrapassa a mera sucessão, o simples nexos de anterioridade/posterioridade.

Há, porém, acontecimentos que se sucedem sem que um condicione o outro: **A** pode ser anterior a **B** sem que **A** condicione **B**. É o caso de dois acidentes de viação ocorridos numa mesma estrada mas longe um do outro e em tempos diferentes. Chamemos singulares a estes acontecimentos que se sucedem num tempo linear sem se condicionarem; são acontecimentos discretos, exteriores ou alheios uns aos outros, independentes.

Podemos agora interrogar-nos se o arqueólogo fala de acontecimentos. Sem dúvida que sim, reconstituindo-os, não a partir de documentos escritos, mas de vestígios materiais. A fundação, no séc. VII a.C., da feitoria fenícia de Abul, no estuário do Sado, é um acontecimento; a construção do fórum de Conimbriga, no tempo de Augusto, é um evento. Se a Arqueologia reconstitui acontecimentos é, porém, muitas vezes, para os subsumir de imediato numa prática social, norma ou regra. É a essa questão que devemos de imediato passar.

A DEDUÇÃO DE NORMAS A PARTIR DE ACONTECIMENTOS

Quando o arqueólogo escava um monumento megalítico e o data através do C14, quando esclarece como é que ele foi construído (desde a limpeza do solo, passando pela erecção dos esteios e dos eventuais contrafortes até à cobertura pela mamoa), não está perante um acontecimento? Poderíamos dizer que está perante vestígios, coisas feitas; mas a coisa feita implica uma acção, que por detrás dela se perfila, e essa acção é um acontecimento. A construção de um monumento megalítico é um facto irrepitível. A construção doutro monumento megalítico é outro acontecimento, na sua irredutível individualidade, embora idêntico ou semelhante ao primeiro por virtude da aplicação ou instanciação da mesma norma.

Os vários acontecimentos representados pela construção de diversos monumentos megalíticos são tomados como exemplos de uma prática social normalizada de inunção colectiva e é essa prática que verdadeiramente interessa ao arqueólogo para caracterizar uma cultura ou um determinado estágio ou horizonte sociocultural. O acontecimento é apenas um primeiro referente que o discurso logo ultrapassa no sentido da norma.

A Arqueologia, como noutro lugar explicámos com mais vagar (ALARCÃO, «A Arqueologia e o Tempo», *Conimbriga*, 32-33, 1993-94: 9-56), estuda normas: normas técnicas, como a maneira de construir uma muralha ou de armar um telhado; normas sociais, como as que se observam num enterramento; normas religiosas, como os rituais de sacrifício.

Se podemos derivar normas, dos vestígios materiais, é porque estes são o rasto de acções; é porque os vestígios mostram os homens agindo; e porque os homens agem obedecendo a normas.

O ARQUEÓLOGO FALA TAMBÉM DO MUNDO FÍSICO

O Arqueólogo fala, pois, de acontecimentos e de normas sociais ou, talvez melhor, de comportamentos sociais normalizados. Mas parece-nos que fala, ou pode falar, de algo mais.

Tomemos um trecho de um manual de Pré-história: «Ainda que pequenos bandos de cavalos selvagens pareçam ter sobrevivido em grande parte da Europa no Mesolítico e no Neolítico, todos os dados concorrem para nos fazerem pensar que os equídeos foram pela primeira vez domesticados nas estepes do Sul da Rússia no início do 4º milénio e que o seu uso se estendeu para Ocidente» (T. CHAMPION *et alii*, **Prehistoria de Europa**, Barcelona, 1988: 276).

A domesticação do cavalo nas estepes do Sul da Rússia, no 4º milénio, é um acontecimento; e acontecimento é ainda a difusão da domesticação para Ocidente. Mas quando o arqueólogo fala dos cavalos selvagens que existiam na Europa do Mesolítico e do Neolítico, de que fala ele? De um acontecimento? De certo que não. De um comportamento, negativamente definido como ausência de domesticação? Talvez. Mas parece-nos mais correcto dizer que o arqueólogo fala do mundo natural, do ambiente físico em que os homens viviam. O mundo não é um acontecimento nem um comportamento, mas o espaço, o lugar, o cenário onde os eventos ocorrem e os comportamentos têm lugar.

Na perspectiva heideggeriana, que podemos classificar de «pragmatista», o mundo é constituído por utensílios. Mas que estatuto têm os rios e os montes, os bosques e os cavalos selvagens? Serão utensílios? Poderíamos defendê-lo. Alegando que no bosque o homem pode encontrar lenha e madeira, ou que os cavalos selvagens podiam ser caçados e servir de alimento, poderíamos defender a utilidade generalizada do mundo, constituído por utensílios fabricados ou por coisas que estão aí disponíveis para serem utilizadas: esta fonte, onde posso beber, este barreiro onde o oleiro encontra argila de que faz seus potes.

Não nos parece, porém, que o homem, mesmo na concretude da sua existência, veja o mundo sempre e só como utensílio, matéria-prima, meio para realizar alguma coisa; não nos parece que estar no mundo seja sinónimo de estar no meio de utensílios. O mundo é feito de rios e de montes, de bosques e de fontes, de animais e de plantas que podem estar aí na sua exterioridade, neutralidade, inutilidade, objecto de conhecimento e não de uso. O mundo não é feito só de objectos úteis. Não distinguem os primitivos e não nomeiam animais e plantas de que nunca se servem?

Talvez seja extemporânea aqui a discussão sobre a concretude fenomenológica do espaço. Não a prossigamos pois: limitemo-nos a concluir que o arqueólogo fala também do mundo físico em que os homens do passado viveram. Reconstituindo-o tal como os homens do passado o viveram, na sua concretude? É este o objectivo teórico de uma fenomenologia histórica da paisagem que se pretende constituir adentro da Arqueologia contextualista. Mas, como noutra lugar já observámos, parece-nos dificilmente exequível essa fenomenologia histórica da paisagem.

O mundo, o ambiente, é objecto de uma indagação científica do arqueólogo. Poderíamos dizer que o arqueólogo não é capaz dessa indagação que solicita a geógrafos, geólogos, pedólogos, zoólogos, paleobotânicos. Mas, na medida em que os resultados desta indagação alheia são incorporados no discurso arqueológico, podemos dizer que o arqueólogo fala do mundo físico em que os homens do passado viveram.

A MACRO-ESTRUTURA DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Tal como o historiador, partindo dos documentos, também o arqueólogo, baseado nos dados que são os vestígios materiais do passado, reconstitui ou pode reconstituir acontecimentos. Dizer que os Fenícios, no séc. VII a.C., chegaram ao estuário do

Sado e aí edificaram uma feitoria não é afirmação estruturalmente diferente desta outra: em 1434, Gil Eanes dobrou o cabo Bojador. Que diferença estrutural existe entre dizer que, em Conimbriga, nos fins do séc. III ou nos inícios do IV d.C., se construiu a muralha ou afirmar que, em 1519, se concluiu a Torre de Belém? É certo que os documentos permitem geralmente uma precisão cronológica que o arqueólogo nunca ou raramente alcança. É certo ainda que os documentos permitem normalmente identificar as *dramatis personae*, enquanto o arqueólogo, como vimos, não identifica os actores: quem foi o capitão da nave ou da frota fenícia que aportou ao Sado? Quem foi o responsável das obras de edificação da muralha de Conimbriga?

O discurso arqueológico sobre os acontecimentos pode ser *sequencial* ou *processual*. O discurso sequencial é o que ordena os factos, o que os põe em sucessão, sem explicar uns pelos outros, sem mostrar como é que os anteriores condicionam os posteriores. O discurso sequencial é uma narração mas não é ainda uma narrativa. Quando digo que, em Conimbriga, no tempo de Augusto, se deu uma primeira renovação urbanística, com construção de forum, aqueduto e termas e, no tempo dos Flávios, uma segunda renovação urbanística com total remodelação do forum e construção de novas termas, quando digo que, nos fins do séc. III ou nos inícios do IV d.C., se construiu a muralha, estou a falar de acontecimentos que posiciono numa escala cronológica. Estou a fazer uma narração, mas não estou ainda a construir uma narrativa.

Temos de distinguir entre o narrar e o construir uma narrativa, entre a narração e a narrativização. O discurso de que acabo de dar exemplo tem a estrutura dos anais medievais. Mas que falta a este discurso ou aos anais para serem uma narrativa? Faltam-lhe os nexos de causalidade e a identificação de motivos ou propósitos.

A narrativa histórica implica uma (ou mais) personagens centrais, eventualmente personagens secundárias, adjuvantes ou oponentes. As personagens não têm de ser individuais: podem ser colectivas. Não é *O 18 Brumário de Luís Napoleão*, de Marx, um belo exemplo de narrativa? E não são aí colectivas as personagens (os partidos políticos)? Mas a narrativa articula os acontecimentos por meio de relações de causa a efeito ou apresentando-os como momentos sequenciais da realização de um projecto. Quando dizemos que os habitantes de Conimbriga construíram suas muralhas com medo de um ataque, e quando explicamos esse medo pela invasão do Império pelos bárbaros, na década de 260-270, invasão que deixava prever outros ataques, no futuro, estamos a explicar, a articular acontecimentos, a construir um começo de narrativa, um narrema. Os actantes aparecem-nos agora em situação (com um receio), que se explica, e perante o seu próprio futuro, que os leva a formularem um projecto (o de dotarem a cidade de muralhas). Os acontecimentos não são inexplicáveis contingências. A própria invasão de 260-270, que provocou os receios, poderia ser explicada se quiséssemos remontar na cadeia dos acontecimentos.

Os anais medievais, como a simples narração sequencial, contam actos feitos e não propriamente acções em trânsito, encadeadas. Narram actos descontínuos, enquanto a narrativa os apresenta de uma forma coerente, na continuidade uns dos outros. Os anais, como disse Hayden White, representam um mundo em que as coisas acontecem aos homens, mais do que um mundo em que os homens (por sua iniciativa) fazem coisas. Como disse ainda o mesmo autor, a narrativa implica tensões, conflitos e resolução dos mesmos.

Os anais só se servem do pretérito; a narrativa usa também o imperfeito (F. fazia ou pensava ou intentava isto quando...). Por meio do imperfeito, a personagem é situada não numa escala cronométrica mas num tempo substantivo de factos que a condicionam na acção, que podem desviá-la dos seus propósitos iniciais, que fazem dela uma figura expectante, atenta ao futuro. Os anais constroem-se só com o advérbio *depois*; a narrativa, também com o advérbio *então*, que marca, para além de uma sucessão, também uma continuidade, ou, como disse Hegel, uma radicação do futuro num passado que o possibilita e explica.

O DISCURSO PROCESSUALISTA É ESSE DISCURSO ENCADEADO E EXPLICATIVO

Se, em vez de acontecimentos, falamos de normas, (também lhe poderíamos chamar estruturas), encontramos os mesmos dois potenciais discursos, sequencial e processual; mas aqui depara-se-nos uma terceira forma do discursar: a configurativa ou configuracional.

Se o arqueólogo observa um grupo durante um lapso de tempo relativamente curto, não vê mudança nas normas, mas permanência, estabilidade; observa um **estado** do grupo. Convém esclarecer que normas são também o que vulgarmente se designa, em Arqueologia, por **tipos**: um arqueólogo histórico-culturalista que descreve a cultura de um grupo pelos tipos da cerâmica ou dos artefactos metálicos que o grupo produziu, pelo tipo de casas ou túmulos que o grupo ergueu, está ainda a falar de normas: a cerâmica, os objectos metálicos, as casas, os túmulos, obedecem a arquétipos que são normas (da acção técnica).

O discurso histórico-culturalista (no sentido que a história da Arqueologia reservou a este nome) descreve uma cultura, ou um estado de uma cultura; tem por objectivo colocar os elementos da cultura material num complexo único de relações paradigmáticas, observar que tipos cerâmicos vão com estes tipos metálicos, com este tipo de habitat. É este o discurso que chamamos configurativo ou configuracional.

O discurso pode ser pluri-referencial: o arqueólogo pode observar um grupo só, ou uma área mais vasta na qual distinga vários grupos, cujas culturas compara, para observar diferenças (ou semelhanças). Falaremos de um discurso uni-referencial quando o arqueólogo se reporta a uma só cultura, ou de um discurso de largo espectro, pluri-referencial, quando incide sobre várias culturas.

O discurso sobre as normas não é necessariamente e apenas configuracional; se o arqueólogo observa uma determinada área durante um período mais vasto, verifica ou pode verificar que as normas não se mantêm sempre as mesmas: distingue fases e caracteriza cada uma delas. Observa uma transformação, uma passagem de um estado E a um estado E1. O discurso será sequencial. Mas este discurso que distingue fases na evolução das normas é um texto marcado ainda pela descrição cumulativa, pela descrição de um estado E1 sucessivo a um estado E, sem que se explique como é que um deu origem ao outro.

A introdução da explicação no discurso caracteriza, como vimos, o discurso processual. O texto processual apresenta necessariamente estados sucessivos e segundo a ordem por que se verificaram no tempo; mas não apresenta só estados: explica como se passou de um estado a outro; pretende assim estabelecer um processo, indagar dos factores transformacionais. O que é que aconteceu ao grupo A para passar do estado E ao estado E1?

Quando Binford analisa o trânsito dos últimos bandos de caçadores/recolectores do Paleolítico Superior para os primeiros agricultores/domesticadores do Neolítico, o seu discurso é sobre normas ou sobre comportamentos normalizados de angariação da subsistência. Mas o seu discurso é processual ou narrativo. As personagens colectivas (os bandos) vêem-se confrontadas com um problema (o da escassez de recursos) por virtude de uma causa (o crescimento demográfico, que reduz o território disponível de cada bando); e solucionam o problema pela instauração de uma economia produtiva.

Temos aqui um estágio inicial de equilíbrio, uma tensão, um conflito, um problema e um desfecho. A narrativa é evidentemente breve, mas é narrativa e não mera narração.

Os arqueólogos podem, assim, produzir narrativas; mas, na maior parte dos casos, produzem-nas sem acontecimentos singulares, individualizados num ponto do espaço e do tempo. Se a história, como disse Paul Veyne, se presta mal a uma tipolo-

gia, o arqueólogo, por seu lado, tipifica os factos, isto é, apreende-os **sub genere**, como o entomologista apreende este insecto como exemplo de uma espécie. Na análise da «revolução neolítica», não fala desta particular família, nesta aldeia, arroteando os campos e criando seus ovinos, suas cabras, seus suínos e doutra particular família, noutra aldeia, noutra ou no mesmo tempo. Discurso sobre famílias individualizadas seria o romance da «revolução neolítica» e não um discurso arqueológico. Este subsume o particular no geral, o múltiplo no uno, os acontecimentos singulares num comportamento normalizado a que obedecem actantes colectivos.

Os comportamentos colectivos e de longa duração que os arqueólogos definem não são necessariamente um resumo, compêndio ou síntese de muitas observações particulares, mas, muitas vezes, comportamentos deduzidos de um facto individual. Desta escavação de um casal, datado por C14 do Bronze Final, deduzo que, nesta época e nesta região, os homens viviam dispersos por casais, em grupos unifamiliares, e não concentrados em aldeias extensas, de múltiplas famílias co-residentes. Que é que me permite inferir, do particular, o geral ou, por outras palavras, tipificar? É a convicção de que o comportamento é normalizado, de que todos os homens se comportam da mesma maneira por virtude de regras sociais. Aquele casal não pode, não deve ser um caso singular, mas um exemplo de muitos outros casais que o progresso das escavações virá a descobrir. Se, na natureza, os factos obedecem a leis, no domínio da cultura obedecem a normas.

A narrativa arqueológica, geralmente, não entretece acontecimentos, mas comportamentos normalizados; mas, porque estes têm um estado inicial, conhecem ou podem conhecer uma disrupção e reestruturar-se num desfecho que é outro comportamento novo, diferente, podem ser objecto de narrativa. A explicação é o que permite compor a narrativa. Mas a explicação, em Arqueologia, não é necessária ou exclusivamente a descoberta de causas. Pode sê-lo: a explicação da «revolução neolítica» passa pelo desvendamento de uma causa (o crescimento demográfico) que provoca um efeito (a escassez de recursos). O efeito coincide com uma circunstância em que a personagem se encontra, circunstância insustentável da qual a personagem tem de sair; para sair dela concebe um projecto e realiza uma intervenção no mundo (no caso vertente, torna-se produtor dos seus próprios meios de subsistência, agricultando a sua terra e domesticando os animais). Como disse Ricoeur, o homem pertence simultaneamente ao regime da causalidade e ao da motivação e a explicação ora recorre a causas ora a propósitos, intenções.

OS MACHADOS DE MÃO NO PALEOLÍTICO INFERIOR PORTUGUÊS

João Pedro CUNHA-RIBEIRO

1. INTRODUÇÃO

A identificação de machados de mão no quadro das indústrias líticas do Paleolítico inferior ocorreu tardiamente, em boa medida devido à ausência de tais artefactos entre as indústrias acheulenses clássicas do Noroeste de França e do Sul da Inglaterra, sobre as quais se centrou originalmente a atenção dos primeiros pré-historiadores.

A definição destes artefactos e a respectiva classificação conheceu contudo diversas vicissitudes, criando amiúde ambiguidades que ainda hoje se reflectem na análise das indústrias acheulenses, apesar de a sua perspicaz caracterização ter ocorrido precocemente em África, circunstância essa em parte decorrente da reconhecida importância dos machados de mão entre os materiais acheulenses locais.

Inicialmente a individualização dos machados de mão assentava exclusivamente na existência de um gume terminal transversal, independentemente de se tratar de peças com talhe unifacial ou bifacial, manufacturadas tanto a partir de um bloco original de matéria-prima como de uma lasca (BIBERSON 1954). Cedo porém se estabeleceram como atributos essenciais na definição destes utensílios a obrigatoriedade de o respectivo suporte corresponder a uma lasca, sendo o gume transversal observável na extremidade distal determinado pela intersecção da respectiva face de estalamento com um ou mais negativos de levantamentos anteriores à própria obtenção da lasca suporte, o que pressupunha a sua pré-determinação (TIXIER 1956).

Foi aliás com base nesta definição que J. Tixier desenvolveu para o Acheulense do Norte de África uma classificação dos machados de mão alicerçada na identificação das diferentes estratégias de obtenção do suporte e da subjacente definição do gume, a qual se tem vindo igualmente a revelar bastante operacional no estudo de indústrias acheulenses de outras regiões, nomeadamente do Sul da Europa.

Os tipos I e II dessa classificação caracterizam-se pelo facto de os respectivos gumes serem definidos pela intersecção do reverso da lasca com o negativo que no anverso testemunha a extracção de um único levantamento anterior à debitagem do

suporte. No primeiro caso a restante superfície do anverso é cortical, dado que o suporte corresponde a uma lasca de descorticação de primeira geração, enquanto no segundo ela apresenta-se recortada pelos negativos de outras extracções contemporâneas da que permite a definição do gume.

Já os dois tipos subsequentes, o III e o IV, distinguem-se pela circunstância de ambos resultarem da debitagem de suportes de acordo com técnicas que permitiram pré-determinar a sua morfologia através da preparação prévia da superfície de exploração dos respectivos núcleos. Trata-se, respectivamente, dos métodos Levallois e Tabelbala-Tachenghit, este último apenas identificado em regiões muito circunscritas. O gume é aí determinado pela intersecção da face de estalamento com os negativos pré-determinantes do anverso.

O tipo V apresenta ambas as faces cobertas por levantamentos posteriores à obtenção do suporte, conservando apenas na sua extremidade distal as superfícies que determinam a definição do gume, o que inviabiliza a identificação das estratégias subjacentes à extracção da respectiva lasca suporte, permitindo contudo distingui-los dos utensílios nucleares com morfologia similar.

Originalmente considerou-se ainda a existência de um machado de mão de tipo O, também denominado significativamente por *proto-hachereau*, dado que corresponde a um artefacto elaborado a partir de uma lasca de descorticação onde o gume distal transversal resultou da intersecção da superfície de estalamento do reverso com a superfície cortical do anverso. Não se observa aí, conseqüentemente, a retirada de nenhum levantamento anterior à própria extracção do suporte que visasse a prévia preparação do gume, o qual não raras vezes surge destacado através do retoque de regularização dos bordos adjacentes.

Posteriormente, esta classificação veio a ser completada com o reconhecimento de um outro tipo de machado de mão, identificado como o tipo VI (BALOUT, BIBERSON e TIXIER 1967). Basicamente é um artefacto confeccionado a partir do adequado retoque de uma lasca kombewa, por forma a permitir destacar o gume que aí é definido pela intersecção das duas faces de estalamento que ocupam o reverso e o anverso do suporte.

No seu conjunto a finalização do processo de manufactura dos machados de mão, após a extracção da lasca suporte, restringe-se à regularização por retoque dos bordos laterais adjacentes ao gume. A amplitude e o desenvolvimento desta operação varia em função da maior ou menor adequação da morfologia do suporte e, conseqüentemente, quando é caso disso, da própria eficácia da sua pré-determinação.

Mas se diversos pré-historiadores, embora aceitando a individualização dos machados de mão com base nos pressupostos morfo-técnicos referidos, persistiram em agrupar o seu estudo com o dos bifaces (BORDES 1961), outros apartaram-nos dos utensílios nucleares que com eles partilham uma mesma morfologia da extremidade distal, designando por vezes estes últimos artefactos como bifaces de bisel terminal (CHAVAILLON 1965).

Paralelamente, com o progressivo reconhecimento da importância dos machados de mão nas indústrias acheulenses da Europa Meridional, facto este originalmente interpretado como decorrente da influência aí exercida pelo Norte de África no decurso do Paleolítico inferior (ALIMEN 1975), considerou-se como provável a existência de uma província cultural no Acheulense do Sul da Europa, à qual se contrapunha uma outra marcadamente setentrional (BORDES 1971). A esta interpretação de cariz culturalista alguns investigadores tem procurado contrapor a ideia de que a matéria-prima localmente disponível, constituída essencialmente por seixos rolados de quartzito e de quartzo, terá constituído um elemento determinante no aparecimento de machados de mão entre a utensilagem característica do Acheulense da Europa do Sul (JELINEK 1977, VILLA 1981).

2. VICISSITUDES DO ESTUDO DOS MACHADOS DE MÃO NO PALEOLÍTICO PORTUGUÊS

A identificação e o estudo dos machados de mão entre a utensilagem lítica das indústrias acheulenses portuguesas, originalmente subestimado e diluído nas descrições que acompanhavam os inventários das peças então recolhidas, tem vindo nas últimas décadas a ganhar progressivamente o protagonismo que a sua importância justifica, reflectindo contudo as ambiguidades com que frequentemente o seu estudo se tem defrontado.

As primeiras referências mais ou menos claras à presença de machados de mão em Portugal surgem nos anos quarenta, com as clássicas obras sobre o Paleolítico em Portugal então publicadas por H. Breuil em parceria com G. Zbyszewski. Logo em 1942, num volume dedicado às jazidas paleolíticas do Baixo Vale do Tejo, descrevem-se várias peças em que se assinala na respectiva extremidade distal a existência de um gume explicitamente considerado similar ao dos *hachereaux*, muito embora tais utensílios sejam aí agrupados quer com os bifaces, quer com outros instrumentos sobre grandes lascas considerados aparentados aos bifaces (BREUIL e ZBYSZEWSKI 1942).

Em trabalhos posteriores onde se procurou dar continuidade à obra realizada por H. Breuil e G. Zbyszewski nos anos quarenta, assegurando nomeadamente a perenidade de muitos dos seus princípios metodológicos, a presença de artefactos apresentando como principal característica morfológica um gume distal relativamente bem destacado é amiúde assinalada através da sua designação como «machados» ou «machadinhos», independentemente da natureza do respectivo suporte. Mas se nalgumas situações a identificação deste último atributo é manifestamente omissa (PENALVA 1978), noutros, por exemplo, ela efectua-se denominando os utensílios elaborados a partir de uma lasca por «machadinhos unifaciais», em contraponto aos «machadinhos bifaciais», realizados a partir da transformação de um seixo rolado (ZBYSZEWSKI e VEIGA FERREIRA 1974), ou distinguindo os «machados sobre lasca» dos «machados» propriamente ditos, correspondendo estes últimos, ainda que não explicitamente, ao estereótipo dos bifaces de bisel terminal definido por J. Chavaillon (ZBYSZEWSKI *et alii* 1980).

Prevalece, em todo o caso, a tendência para agrupar estes utensílios em conjunto, apartando-os dos bifaces propriamente ditos. É o que sucede num dos poucos trabalhos onde se procede à explanação dos princípios metodológicos subjacentes à classificação dos materiais líticos, em que apesar de na descrição das peças se distinguirem os «machadinhos sobre seixo» dos «machadinhos sobre lasca», defendem-se todavia a sua integração num único grupo de utensílios que se individualizariam pelo seu «gume terminal transversal», denominando-os por «machados» (ZBYSZEWSKI e CARDOSO 1978). Este procedimento surge aliás aí justificado pela circunstância de os autores entenderem que o facto de entre os chamados «machados» se incluírem peças que «tanto podem ser bifaciais como unifaciais» é incompatível com a sua associação aos bifaces. Quanto à inserção de tais peças num mesmo grupo de utensílios que entre si apenas partilham a presença de um gume numa das suas extremidades, ela é encarada como exemplo duma situação em que «uma interpretação funcional, por evidente, se sobrepõe a uma classificação puramente morfológica» e «ao modo como foi conseguido» (ZBYSZEWSKI e CARDOSO 1978, pp. 592-593).

Trata-se pois da assunção do princípio da primazia da interpretação funcional de um objecto no quadro da definição dos seus parâmetros classificativos, relativamente à aferição dos respectivos atributos morfológicos ou técnicos, embora curiosamente o estabelecimento dessa alegada funcionalidade se alicerce exclusivamente na existência de uma característica morfológica particular.

Mas esta tendência para agregar aos machados de mão outros artefactos nucleares que com eles partilham a particularidade de disporem de um gume cortante na sua extremidade distal, não se circunscreveu a estes autores.

Num trabalho sobre o Paleolítico da região de Ródão, por exemplo, a propósito do estudo sumário aí apresentado dos materiais paleolíticos da jazida acheulense do Monte Famaco, considerava-se que sob a designação de *hachereaux* se incluíam tanto os chamados «*hachereaux* nucleares», como os «*hachereaux* sobre lasca» (GEPP 1977). Afirmava-se aliás que as tipologias existentes – referiam-se explicitamente às classificações propostas por J. Tixier e por J. Chavaillon – não se adequavam à realidade em análise, tanto mais que nalguns casos, sublinhava-se, haviam sido desenvolvidas no âmbito do estudo das indústrias acheulenses africanas, a cuja realidade estariam conseqüentemente mais bem adaptadas.

Mais recentemente, no contexto de um exaustivo estudo das indústrias líticas do litoral minhoto, admitia-se também a possibilidade de associar aos verdadeiros machados de mão, no sentido que lhes é conferido pela definição de J. Tixier, artefactos sobre seixo que apresentavam numa das suas extremidades um gume distal particularmente bem destacado (MEIRELES 1991). A hipótese era agora justificada pela circunstância de a obtenção do gume de tais utensílios evidenciar uma intencionalidade bem marcada, a que se juntava o facto se verificar a utilização quase exclusiva de seixos rolados de quartzito como suportes dos restantes artefactos nucleares representados na indústria lítica estudada.

3. QUESTÕES DE NOMENCLATURA

Não tem sido também muito consensual a denominação destes artefactos no âmbito da literatura portuguesa da especialidade. Acima de tudo regista-se uma total ausência de normalização, bem patente no recurso algo aleatório a designativos como «machadinho» ou «machado», a que amiúde se acrescenta a identificação do respectivo suporte – «sobre seixo», «sobre lasca» – ou se assinala ainda a incidência unifacial ou bifacial do talhe. Em todo o caso, nenhuma destas designações se destacou das restantes quer pelo seu uso mais frequente, quer pelo eventual reconhecimento implícito, ainda que manifestamente relativo, da sua melhor adequação.

Diversos investigadores, não se reconhecendo em nenhum dos termos mais comuns que se usam na denominação destes utensílios, tem porém, por prudência, recorrido à utilização da expressão francesa de *hachereau* (JORGE 1974, GEPP 1977, MEIRELES 1986). Nós próprios, nalguns dos trabalhos que realizámos, subscrevemos aliás essa mesma opção (CUNHA-RIBEIRO 1990-91, 1992 e 1992-93).

A necessidade de podermos dispor de um léxico em português para se proceder à identificação, descrição e classificação dos materiais líticos talhados do Paleolítico é porém algo de particularmente premente, embora se trate de uma lacuna que só ultimamente tem vindo a ser colmatada por contribuições inseridas quase sempre de forma desgarrada em diferentes publicações da especialidade, dando aliás continuidade a preocupações que no passado apenas se esboçaram em trabalhos muito pontuais e dispersos no tempo (VASCONCELOS 1914, BARRADAS 1959).

A escolha de uma designação para identificar uma determinada peça lítica deverá acima de tudo procurar ser rigorosa e clara, por forma a evitar a ocorrência de qualquer tipo de confusão com outros utensílios similares ou não, derivando correntemente as opções realizadas da caracterização morfológica dos próprios artefactos, da sua putativa funcionalidade ou da eventual associação a uma determinada técnica de talhe específica. Procurando torner estas dificuldades, tem-se contudo tentado muitas das vezes adoptar em português o equivalente das expressões estrangeiras mais consensuais ou, quando não, envereda-se pelo emprego das próprias locuções estrangeiras, como acontece com a palavra *hachereau* ou quando se persiste na utilização da expressão *coup-de-poing*.

No caso em apreço, o recurso à tradução directa dos termos comumente usados em inglês, castelhano ou francês para designar os artefactos sobre lasca definidos por J. Tixier – *cleaver*, *hendedor/hendidor*, *hachereau* – não se revela uma tarefa

fácil, já que a aceção que lhes é atribuída nas suas línguas originais não é de todo em todo coincidente.

A palavra inglesa *cleaver*, por exemplo, pode-se traduzir em português por cutelo, o que designa um utensílio similar a uma faca de grandes dimensões, apresentando lateralmente um gume semi-circular, que está longe de configurar o arquétipo dos artefactos que se pretende identificar. Por outro lado, é ainda de registar que com o uso corrente desta expressão anglo-saxónica se procura habitualmente abarcar todos os artefactos que apresentam na sua extremidade distal um gume cortante transversal, o que evidencia igualmente a sua inadequação para o fim pretendido (BRAY e TRUMP 1982).

Relativamente ao termo castelhano de *hendedor*, ou à sua variante terminológica também corrente de *hendidor*, ambas correspondem à designação de um artefacto que serviria para fender (*hender*), o que admitindo a sua adequação para o fim em vista sugere o uso da expressão portuguesa de fendedor, opção essa que julgamos todavia im procedente dado o inusitado de tal denominação na nossa linguagem comum (QUEROL e SANTONJA 1976, BENITO DEL REY 1984).

Já expressão francesa de *hachereau* é sinónimo de um pequeno machado usado para fender («petite cognée»), apropriado nomeadamente para o corte de árvores ou o desbaste madeiras, o que pontualmente levou também de início alguns autores a encarar com algumas reticências a sua adequação para denominar os utensílios arqueológicos a que normalmente é associada (BALOUT 1967). Todavia, o seu uso corrente encontra-se há muito consagrado pela generalidade dos pré-historiadores francófonos.

Na procura de uma expressão portuguesa que permita identificar devidamente estes artefactos caracterizados por J. Tixier e comumente designados em francês por *hachereaux*, verifica-se de imediato que os termos portugueses mais correntes – «machado» e «machadinho» – correspondem genericamente à identificação de artefactos encabados, o que se nos afigura obviamente desajustado para o caso em apreço. No entanto, uma observação cuidada destas peças permite não só concluir que a sua zona funcional se circunscrevia claramente ao gume transversal que apresentam na sua extremidade distal, o qual evidencia amiúde estigmas característicos da sua utilização, como também regista uma morfologia onde a par da silhueta algo variável se destaca uma secção longitudinal em cunha, atributos estes que as aproximam significativamente dos machados. Por outro lado, a análise do processo de confecção destes artefactos torna claro que, após a obtenção da lasca suporte, a finalização da peça se restringe à regularização por retoque dos bordos adjacentes ao gume distal, trabalho este cuja extensão e incidência varia em função da adequação prévia do suporte a uma morfologia que sugere a sua preensão pela mão humana, o que configura uma hipótese que é de certa forma corroborada pelas dimensões que tais utensílios normalmente apresentam.

Toda esta situação leva-nos assim a considerar que a expressão de machado de mão é sem dúvida a que melhor se ajusta à designação em português destes artefactos, tanto mais que a sua utilização para traduzir literalmente o termo anglo-saxónico de *handaxe* (biface), ao contrário do que já se pretendeu (BARRADAS 1959), nunca suplantou na terminologia corrente portuguesa a preferência pela designação francesa de *coup-de-poing*, ou mais recentemente, de *biface*.

4. A PRESENÇA DOS MACHADOS DE MÃO NAS PRINCIPAIS JAZIDAS ACHEULENSES PORTUGUESAS

Num trabalho já com alguns anos onde se destacava a importância dos machados de mão entre as indústrias paleolíticas do Norte de África e se analisava sumariamente a sua presença no Sul da Europa, inventariavam-se de forma não exaustiva as principais jazidas paleolíticas portuguesas onde a presença destes artefactos havia

sido assinalada (PENALVA 1978). A referida publicação centrava no entanto o essencial da sua atenção na influência que o Magrebe terá exercido nas áreas meridionais da Europa, chegando mesmo a descrever a situação com relatos verdadeiramente épicos sobre a expansão de «tribos acheulenses» oriundas de África através da Península Ibérica.

Mais recentemente, numa síntese sobre as indústrias acheulenses em Portugal, o mesmo autor apresentou uma sùmula das investigações realizadas nas jazidas consideradas mais representativas das diferentes regiões do país, baseando-se para tal nos estudos que sobre elas foram sendo publicados e procurando a partir deles delinear as suas principais características (PENALVA 1987). Porém, no que se refere concretamente aos machados de mão, as conclusões aí coligidas afiguram-se-nos extemporâneas, não só porque se estruturam em torno da classificação adoptada por J. Tixier, quando a maior parte dos estudos em que se baseiam a ignoram ou veladamente a repudiam, mas também pela circunstância de boa parte das colecções integradas nessa resenha resultarem de recolhas claramente seleccionadas ou de achados de superfície cuja contextualização não permite testar adequadamente a sua homogeneidade (CUNHA-RIBEIRO 1993).

Procurando ultrapassar estas limitações, no presente trabalho a análise dos machados de mão nas indústrias acheulenses portuguesas restringir-se-á às jazidas onde o estudo dos respectivos materiais líticos permitiu apartar de forma inequívoca os machados de mão dos restantes utensílios que com eles partilham uma mesma morfologia da zona distal, tendo-se procedido desde logo à sua inventariação de acordo com os parâmetros morfo-técnicos constantes da classificação de J. Tixier. Paralelamente, tentar-se-á também destacar as colecções recolhidas em condições de jazida susceptíveis de viabilizarem uma apropriada definição do respectivo contexto arqueológico e geológico ou as que em termos quantitativos se revelarem mais representativas.

Daí que a nossa atenção incida apenas sobre quatro áreas do território nacional, o que decorre do facto de nelas se localizarem jazidas paleolíticas que, quer pelas suas próprias características, quer ainda pelos estudos efectuados, preenchem os requisitos atrás enunciados.

4.1. Litoral Norte

Recentes investigações realizadas na faixa litoral que se estende entre a foz do rio Minho, a Norte, e a Póvoa de Varzim, a Sul, permitiram uma reavaliação profunda dos nossos conhecimentos sobre as indústrias líticas pré-históricas da região e a análise do seu desenvolvimento no quadro litoestratigráfico das formações quaternárias em que se inserem (MEIRELES 1991). Com efeito, a partir da disposição escalonada das praias elevadas aí existentes e da sua articulação com diferentes gerações de depósitos coluvionares que paralelamente se identificaram na região, foi possível alicerçar uma proposta de evolução dos materiais líticos talhados entretanto exumados por intervenções arqueológicas efectuadas em contextos estratigráficos bem precisos, a qual se estende cronologicamente desde o penúltimo interglaciar (estádio isotópico 7) ao Holocénico (estádio isotópico 1). Em traços gerais delineou-se nas diferentes indústrias estudadas a adopção progressiva de uma estratégia de produção de utensílios e de suportes onde prevalecia o talhe unifacial, simplificação esta que corporizava uma adaptação mais eficaz às propriedades mecânicas e à própria morfologia dos blocos de matéria-prima localmente explorados – seixos rolados de quartzito e de quartzo – e, ao mesmo tempo, uma uniformização crescente dos produtos finais (MEIRELES 1994).

De salientar que esta tendência evolutiva, na opinião do investigador responsável por estes trabalhos, esboçar-se-ia já entre as indústrias mais antigas da sequência regional, associadas ao terraço marinho M9b, que se desenvolve entre os 8 e 14 m

de altitude, e às coluviões antigas que se lhe sobrepõem, ambas atribuíveis pelas suas características técnicas e tipológicas ao Acheulense.

Santo Izidoro

Situada a Norte de Vila Praia de Âncora, esta jazida encontra-se representada por uma pequena colecção de 19 objectos talhados de quartzito, o que naturalmente lhe confere em termos arqueológicos pouca expressividade (MEIRELES 1991). Trata-se contudo do único conjunto de artefactos que é possível relacionar com o terraço marinho M9b, já que se recolheu a totalidade das peças no decurso de uma pequena escavação, tendo-se considerado apenas para efeitos de estudo os materiais cujo estado físico não indicava um desgaste pronunciado das respectivas arestas. Acresce ainda que o elemento de diagnose que permitiu sugerir a hipótese desta indústria se poder considerar Acheulense consubstanciava-se na presença de dois machados de mão, dado que a sua composição tipológica, limitada a alguns seixos talhados e a outros tantos utensílios sobre lasca, se revelava bastante mais inconclusiva, o mesmo sucedendo com a sua caracterização técnica, onde José Meireles sublinha apenas «a presença de sistemas unifaciais e bifaciais de produção de suportes» (MEIRELES 1994, p. 20).

Os dois machados de mão reportam-se a exemplares relativamente característicos do tipo 0, ambos definidos a partir de lascas de descorticagem com talão cortical e uma direcção de percussão perpendicular ao eixo maior dos artefactos, evidenciando na sua fase final de confecção uma regularização dos bordos que embora com uma incidência variada se traduziu na determinação de silhuetas relativamente equilibradas.

Marinho

Provém desta estação paleolítica localizada na freguesia de Afife, na extremidade Noroeste do concelho de Viana do Castelo, uma das mais importantes indústrias líticas da região, constituída por um conjunto homogéneo de 612 objectos talhados, recolhidos na sua totalidade no decurso de várias campanhas de escavação no topo da unidade estratigráfica localmente aí identificada, a qual corresponde às coluviões antigas do quadro litoestratigráfico regional (MEIRELES 1991).

A análise desta indústria permitiu verificar a predominância do quartzito como matéria-prima, seguida apenas pelo uso do quartzito, encontrando-se estas duas matérias-primas particularmente bem representadas a nível local sob a forma de seixos rolados. O desenvolvimento das operações de debitage, manufactura ou retoque, que isoladamente ou em combinação possibilitaram a transformação destes blocos originais de matéria-prima, basearam-se exclusivamente na utilização do percutor duro, salientando ainda o responsável pelo seu estudo «a supremacia dos sistemas de produção unifacial», inferida da presença de um elevado número de lascas com talão cortical (MEIRELES 1994, p. 21). Mas se esta situação sugeria já uma inequívoca tendência para a simplificação dos sistemas de produção da utensilagem lítica, reconhecia-se que ela coexistia todavia com a identificação pontual de núcleos que indicavam estratégias operatórias mais complexas, assinalando-se mesmo a existência de um núcleo Levallois.

Tipologicamente destacam-se pelo manifesto peso no conjunto dos artefactos aí reconhecidos o grupo dos seixos talhados e o dos utensílios sobre lasca, muito embora entre estes últimos sejam contabilizadas algumas dezenas de lascas retocadas que inflacionam o valor da respectiva amostragem (MEIRELES 1991). Nestas circunstâncias ressalta a acrescida importância conferida à presença de bifaces e de machados de mão, patente nomeadamente na associação da colecção às indústrias acheulenses, dado que ambos os grupos de utensílios surgem fracamente representados.

Os bifaces abarcam 10 peças, incluindo dois unifaces, representando apenas 1,6% dos materiais inventariados e 5,5% dos artefactos. Globalmente caracterizam-se pela sua morfologia espessa e configuração parcial, sendo quase sempre definidos por amplas extracções, o que confere ao conjunto uma pronunciada atipicidade.

Por seu lado, os machados de mão encontram-se presentes de forma proporcionalmente ainda mais escassa, já que os 3 exemplares identificados constituem 0,5% do total das peças estudadas e 1,6% dos artefactos. Em termos classificativos reparatam-se pelos tipos 0, I e II de Tixier, diversidade essa que se observa igualmente não só nas direcções de percussão observáveis em cada um deles, mas também na diferenciada adequação dos respectivos suportes, o que se traduz num desenvolvimento desigual da fase final de manufacturação destes utensílios.

Em todo caso, os machados de mão destacam-se acima de tudo na jazida do Marinho pela sua escassa representatividade, situação essa que é corroborada na análise das outras indústrias associadas na região às coluviões antigas, já que os exemplares identificados nas colecções provenientes de escavações realizadas em contextos similares, embora inserindo-se em amostragens quantitativamente mais limitadas, não deixam de evidenciar valores igualmente residuais. Na jazida da Gelfa, a Sul de Vila Praia de Âncora, entre as 33 peças recolhidas assinalou-se a presença de um único machado de mão, a que se juntava 1 biface, 4 seixos talhados e 6 utensílios sobre lasca, enquanto na vizinha jazida do Forte do Cão, no conjunto de 97 objectos líticos talhados aí inventariados, os bifaces e os machados de mão encontravam-se também representados por peças únicas que constituíam cerca de 1% da amostragem disponível, correspondendo novamente os principais grupos de artefactos aos utensílios sobre lasca – 25,7% – e aos seixos talhados -13,4% (MEIRELES 1991). Não deixa aliás de ser curioso registar que foi exactamente nesta última jazida que originalmente se agruparam com os machados de mão utensílios de morfologia algo similar confeccionados sobre seixo, tendo o responsável pelo seu estudo justificado tal procedimento com base no «câncer arcaizante e atípico» destas indústrias, em boa parte determinado pelos constrangimentos decorrentes da matéria-prima localmente disponível e pelos suportes que a sua exploração permitia obter (MEIRELES 1991, p.312).

Cerro

Esta estação paleolítica situa-se imediatamente a Sul da foz do rio Douro, nos arredores da cidade do Porto, tendo as escavações aí efectuadas entre 1989 e 1990 permitido recolher uma indústria lítica relativamente concentrada em área, embora dispersa por várias gerações de coluviões que localmente se sobrepõem aos vestígios de um depósito dunar e de um nível marinho, assentes na plataforma de abrasão marinha que aí constitui o substrato de base (MONTEIRO-RODRIGUES e CUNHA-RIBEIRO 1991). Trata-se porém de materiais que tanto integram artefactos associáveis às indústrias acheulenses, destacando-se em particular a presença de um significativo número de bifaces, como incluem igualmente utensílios de tipo «pico asturiense», não sendo possível realizar qualquer partição do conjunto com base no estado físico das peças, dadas as múltiplas variáveis que as afectaram no contexto claramente secundário em que foram reunidas.

Da caracterização sumária do conjunto de 206 objectos líticos talhados que se estudaram, nos quais se incluem 73 peças oriundas da superfície, ressalta de imediato a utilização do quartzito como matéria-prima preferencial, seguida do quartzo e do grés, todas elas abundantemente disponíveis no local sob a forma de seixos rolados. Do ponto de vista técnico é de assinalar o uso exclusivo do percutor duro e o predomínio das lascas de primeira geração.

O elevado número de bifaces representa, por seu turno, a mais relevante característica tipológica desta colecção, sendo de salientar o facto de se tratar de artefactos

na sua maioria elaborados a partir da transformação por talhe de seixos rolados, constituindo no seu todo 20,9% do total dos materiais que se estudaram e 46,2% dos utensílios identificados. Mas estes valores ganham um significado acrescido quando comparados com os alcançados pelos machados de mão, apenas representados por uma peça do tipo O e outra do tipo VI, o que não corresponde a mais do que 1% dos objectos líticos recolhidos e a 2,2% dos artefactos.

Ora, também aqui se sugere que as razões desta situação radicariam nas limitações inerentes à matéria-prima explorada, já que as «modestas dimensões dos seixos rolados existentes nos depósitos da região [...] não possibilitariam a extracção de lascas susceptíveis de serem usadas na produção deste tipo de utensílios», sublinhando-se ao mesmo tempo que «a diminuta quantidade de bifaces sobre lascas recolhidos [...] vai ao encontro desta hipótese» (MONTEIRO-RODRIGUES e CUNHA-RIBEIRO 1991, p. 423).

4.2. Vale do Rio Lis

Situado na zona costeira que se estende entre o estuário do rio Mondego e o estuário do rio Tejo, onde corresponde a uma das principais redes de drenagem da vertente ocidental do maciço calcário da Estremadura, o vale do rio Lis tem sido no decurso dos últimos anos o centro de um projecto de investigação de âmbito regional sobre as ocupações paleolíticas aí existentes (CUNHA-RIBEIRO 1992). Dos resultados entretanto obtidos destaca-se a caracterização técnica e tipológica das várias indústrias líticas recolhidas e a assunção da sua integração no Acheulense (CUNHA-RIBEIRO 1992-93), assim como o enquadramento de tais vestígios arqueológicos na litoestratigrafia das formações quaternárias identificadas na região (TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1991-92).

Basicamente foi possível individualizar dois momentos distintos na presença do homem do Paleolítico inferior na região. O primeiro encontra-se representado por materiais acheulenses provenientes da base da formação fluvial mais antiga da bacia hidrográfica – sub-unidade F1b – o que sugere uma estratégia de ocupação do território particularmente dependente das fontes de aprovisionamento da matéria-prima e sensivelmente contemporânea do início do encaixe progressivo do leito do rio, fenómeno este testemunhado pela disposição escalonada das formações fluviais subsequentes ao longo das vertentes do vale. Num segundo momento a presença do homem acheulense é assinalada por materiais líticos que surgem associados a depósitos coluvionares situados em locais topograficamente elevados e adjacentes aos principais vales da região, depósitos esses que representam a última fase de morfogénese assinalada na região. Tais vestígios indiciam agora uma relativa independência em relação aos locais onde abundava a matéria-prima indispensável à manufacturação dos múltiplos artefactos líticos de que se socorriam os homens acheulenses, permitindo o seu contexto geoestratigráfico sublinhar também o longo período de tempo que terá decorrido entre as duas ocupações aí individualizadas. Note-se, porém, que a ausência de testemunhos arqueológicos cronologicamente intercalados decorre da circunstância de as formações fluviais mais recentes – F2, F3 e F4 – não terem sido objecto de uma exploração industrial de areias em larga escala, similar à que incidiu na formação fluvial F1 e tornou possível o seu estudo mais apurado a par do desenvolvimento de frutuosas prospecções arqueológicas.

Areiros a jusante de Leiria

As formações fluviais do rio Lis encontram-se particularmente desenvolvidas ao longo da sua margem direita, imediatamente a jusante da cidade de Leiria, onde aliás evidenciam um escalonamento bastante bem diferenciado. Foi justamente nessa área que numerosos areiros esventraram a formação fluvial F1, tornando possível a recolha em oito locais diferentes, espalhados entre o Areiro da Quinta da Carvalha

(Marrazes), a Sul, e o Areeiro de Outeiro Pelado (Riba de Aves), a Norte, de um total de 458 peças líticas talhadas¹. Muito embora se trate de materiais oriundos de um contexto claramente secundário e detectados em locais afastados entre si, a sua associação à cascalheira de base da formação fluvial F1 permitiu considerar o seu estudo em conjunto (CUNHA-RIBEIRO 1992 e 1992-1993).

Na análise desta colecção destacou-se de imediato a utilização preponderante do quartzito como matéria-prima, circunstância essa decorrente do aproveitamento dos seixos rolados localmente presentes na cascalheira de base da formação fluvial F1, o que é confirmado pela identificação de alguns núcleos com apreciáveis dimensões. Do ponto de vista técnico sublinha-se o uso sistemático do percutor duro, a par do predomínio das lascas de primeira geração e da ausência de vestígios da utilização da técnica Levallois.

Na composição tipológica da indústria salienta-se em particular o peso do grupo dos bifaces, que correspondem a 12,9% das peças estudadas e a 62,1% dos utensílios identificados, predominando em termos morfológicos os bifaces espessos e parciais. Em contraste com o grupo dos bifaces, os restantes grupos de artefactos evidenciam um peso bastante menor, já que os machados de mão e os utensílios diversos representam, cada um deles, cerca de 2,2% do total dos materiais recolhidos e 10,5% dos utensílios, enquanto os utensílios sobre lasca apresentam apenas valores ligeiramente mais elevados, não ultrapassando todavia 3,5% das peças inventariadas e 16,9% dos artefactos.

Entre os utensílios diversos é de destacar que cerca de metade correspondem a picos triédricos verdadeiros, todos eles com uma extremidade distal bem destacada e definida por talhe com origem em três arestas diferentes. Já nos utensílios sobre lasca predominam formas essencialmente atípicas.

Os machados de mão, por seu turno, estão representados por dez peças que se distribuem maioritariamente e de forma equitativa entre os tipos tradicionalmente considerados mais simples da classificação de J. Tixier, os tipos O e I, registando-se apenas a presença de um único machado do tipo II. A análise da direcção de percussão dos respectivos suportes sugere aqui a escolha de lascas alargadas e oblíquas, dada a presença exclusiva de orientações perpendiculares ou oblíquas em relação ao eixo de simetria dos artefactos a partir delas definidos. Quanto aos talões das lascas suporte, 5 apresentavam talões suprimidos, 3 talões corticais e duas talões lisos. Em geral tratava-se de lascas de primeira geração cuja transformação final, no âmbito do processo de manufacturação dos machados de mão, se restringiu à regularização dos bordos adjacentes ao gume por intermédio de um retoque com uma incidência na maior parte das vezes parcial e de amplitude marginal.

Pousias / Quinta do Cónego

A estação paleolítica de Pousias / Quinta do Cónego é uma das jazidas arqueológicas mais conhecidas na região do vale do rio Lis, tendo a sua existência sido há muito assinalada em publicações várias (MACHADO 1965), ao mesmo tempo que duas pequenas colecções posteriormente exumadas foram objecto de um estudo sumário (ZBYSZEWSKI e FERREIRA 1969, ZBYSZEWSKI *et alii* 1980). Os trabalhos que aí realizámos desde 1985 permitiram porém reunir não só uma colecção com cerca de um milhar de peças líticas talhadas, como também definir com precisão o seu contexto a partir da análise do respectivo estado físico dos materiais e da sua parcial associação à cascalheira de base de um terraço fluvial conservado no local (CUNHA-RIBEIRO 1990-1991, 1992, 1992-1993).

¹ As colecções oriundas das jazidas situadas no vale do rio Lis e na margem direita do rio Tejo, entre Vila Nova da Barquinha e a foz do rio Alviela, reportam-se à totalidade dos materiais aí reunidos pelo autor no decurso dos últimos anos. O seu estudo foi desenvolvido no âmbito de um projecto de investigação que se encontra em adiantada fase de finalização.

A posição altimétrica da base do terraço e a pedogénese que o afecta sugeriu a sua correlação com a formação fluvial F1 assinalada a jusante de Leiria, hipótese essa corroborada pela análise dos materiais líticos cujo estado físico se encontrava muito alterado com o boleamento das arestas de talhe, o que indiciava a sua proveniência da cascalheira do terraço. Na verdade, do estudo das 322 peças que evidenciavam as características enunciadas, das quais mais de metade haviam sido aliás recolhidas no decurso de uma pequena intervenção arqueológica ou foram retiradas do interior de um corte que seccionava o referido depósito geológico, emergiam atributos técnicos e tipológicos que não as distanciavam das colecções oriundas dos areeiros localizados na margem direita do rio Lis a jusante de Leiria.

A utilização quase exclusiva do quartzito como matéria-prima, através do aproveitamento dos seixos rolados de dimensões variáveis que integravam a cascalheira de base do terraço existente na jazida, é também aqui acompanhada pela presença preponderante de lascas de primeira geração. Esta relativa simplificação técnica dos sistemas de debitage é ainda reforçada pela ausência de vestígios da aplicação da técnica Levallois e de testemunhos do uso do percutor brando, muito embora coexista com alguns núcleos que evidenciam estratégias de exploração relativamente intensivas e elaboradas.

Quanto à distribuição desta indústria pelos principais grupos tipológicos, não se salientam grandes peculiaridades. Os bifaces, por exemplo, que representam 14,1% do total das peças estudadas e constituem 51,1% dos artefactos identificados, distribuem-se na sua quase totalidade por tipos espessos e apresentam amiúde uma configuração apenas parcialmente definida por talhe bifacial, quando não mesmo unifacial. Quanto ao domínio das lascas entre os suportes identificados, não se pode avaliar tal facto ignorando que em cerca de metade dos utensílios não foi possível determinar a natureza do suporte usado. Ora, admitindo-se que os seixos rolados teriam uma morfologia original menos ajustável do que a das lascas ao fim em vista, é de crer que sobre eles incidiria de uma forma mais abrangente o talhe bifacial que permitiria definir volumetricamente o biface, eliminando-se com maior probabilidade os testemunhos necessários à identificação do suporte usado.

Os utensílios sobre lasca, por seu lado, agrupam 6,5% dos materiais inventariados, o que corresponde a 22,3% dos artefactos, registando-se a prevalência dos raspadores, logo seguidos pelos entalhes. Uma única peça foi integrada entre os utensílios diversos.

Relativamente aos machados de mão, eles estão aqui representados por 24 peças que constituem 7,5% do total dos objectos líticos talhados e 25,5% dos utensílios. Regista-se também aqui o claro domínio dos tipos aparentemente mais simples da classificação de J. Tixier (O e I), assinalando-se porém a presença de três peças do tipo II, uma do tipo V e duas do tipo VI. Em regra trata-se de artefactos que sugerem uma padronização pouco acentuada dos respectivos suportes, o que leva a um judicioso aproveitamento da sua morfologia original através de uma transformação final quase sempre reduzida à mínima regularização necessária dos bordos adjacentes ao gume e se traduz amiúde na definição de utensílios de simetria pouco apurada.

Quanto à direcção de percussão destes artefactos, salienta-se um elevado número de peças em que o eixo técnico dos respectivos suportes é perpendicular ao eixo morfológico dos machados, surgindo apenas marginalmente alguns utensílios em que ambos os eixos coincidem, o que deixa supor uma aparente preferência pela escolha de lascas alargadas para suportes. Os talões das lascas suportes apresentavam-se suprimidos ou indetermináveis em mais de metade das peças analisadas (13), prevalecendo nas restantes os talões lisos (9) e restringindo-se a presença dos talões corticais a apenas dois artefactos.

Casal de Santa Maria

Descoberta em 1985, esta jazida paleolítica permitiu identificar a presença na região de uma ocupação acheulense que se diferenciava claramente das duas anteriormente referidas (CUNHA-RIBEIRO 1992, 1992-1993). Desde logo, o seu posicionamento topográfico num ponto alto, sobranceiro ao vale do rio, evidenciava uma estratégia de ocupação do território bem distinta, nomeadamente pela independência que revelava em relação às fontes de aprovisionamento da matéria-prima. Por outro lado, a forte eolização dos materiais líticos aí detectados à superfície sugeria a sua associação a um depósito coluvionar que localmente se desenvolveu sobre uma formação marinha pliocénica, depósito esse cuja génese, como já vimos, foi correlacionada com a última fase de morfogénese da região (TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1991-1992).

Já o estudo das 118 peças líticas talhadas, apesar do seu limitado valor quantitativo, tornou possível vislumbrar a emergência de uma maior complexidade tecnológica nesta indústria, patente quer na presença de alguns, poucos, núcleos Levallois, quer na observação de vestígios da utilização do percutor brando na finalização de certos artefactos.

Do ponto de vista tipológico destaca-se essencialmente nesta colecção o grande número de machados de mão, dado que os 20 exemplares estudados constituem 17,2% das peças recolhidas e 50% dos artefactos identificados, enquanto os bifaces estão apenas representados por 8 peças que correspondem a 6,9% da totalidade dos materiais da colecção e a 20% dos utensílios. De forma ainda menos expressiva surgem ainda os grupos dos utensílios sobre lasca e dos utensílios diversos, ambos compostos por 6 objectos líticos.

Muito embora a elevada percentagem de machados de mão possa ser eventualmente justificada por constrangimentos diversos, de natureza cultural ou funcional, por exemplo, não é possível deixar também de considerar a hipótese de a mesma derivar de uma adulteração decorrente do próprio reduzido valor da amostragem disponível. Em todo o caso, é de salientar de novo a distribuição destes artefactos pelos tipos considerados tecnicamente menos complexos, assinalando-se a presença de 9 peças do tipo 0 e 6 do tipo I, embora as restantes 5 se enquadrem no tipo II. Alguns deles evidenciam frequentemente não só um pertinente aproveitamento dos suportes usados, como também um cuidado acrescido na definição morfológica de uma configuração equilibrada e por vezes mesmo simétrica. Na fase final de manufacturação peça assinala-se por vezes o recurso ao percutor brando. Quanto à análise das direcções de percussão, não sendo os valores particularmente expressivos, regista-se contudo o predomínio dos machados de mão com uma direcção do percussão oblíqua em relação ao respectivo eixo morfológico, assim como a presença maioritária entre os suportes de lascas com talão cortical.

Casal do Azemel

Com um contexto geoarqueológico em linhas gerais similar ao da jazida anterior, esta estação paleolítica distingue-se todavia, de forma particular, pelo elevado número de materiais acheulenses que aí foram recolhidos, bem como pelas respectivas condições de jazida (CUNHA-RIBEIRO 1992 e 1995).

Com efeito, situada numa zona aplanada relativamente extensa, delimitada pelo encaixe do vale do rio Lena e de duas pequenas linhas de água que nele confluem, o seu estudo permitiu reunir uma colecção de quase cerca de quatro mil objectos líticos, na sua esmagadora maioria de quartzito (92,6%). Acresce que 94,7% das peças consideradas foram exumadas no decurso das escavações efectuadas nesta estação arqueológica entre 1988 e 1991, as quais incidiram no depósito coluvionar que localmente se sobrepõe a um antigo nível marinho pliocénico, abrangendo uma área com 114 m². Ao mesmo tempo verificou-se que 98,3% da totalidade dos materiais apresentavam inequívocos vestígios de eolização, o que reforçava a ideia de homogeneidade da colecção.

Por outro lado, também em relação à implantação topográfica esta jazida surge num ponto elevado em relação aos vales adjacentes, com o concomitante afastamento das fontes de aprovisionamento de matéria-prima. Ora, esta última particularidade determinava a selecção e/ou debitagem dos suportes no seu local de origem, realizando-se posteriormente o seu transporte para a jazida, onde se procedia subsequentemente às diferentes operações que determinavam a sua transformação nos vários tipos de artefactos que aí foram identificados ou conduziam à sua exploração como núcleos de acordo com várias estratégias de debitagem. Em todo o caso, da sua análise tecnológica decorria a observação de uma complexidade bem patente na importância das lascas de segunda geração, na elevada percentagem de núcleos com uma estratégia de exploração centrípeta, revelando amiúde uma morfologia discóide, a par da presença de alguns núcleos Levallois, bem como nos indícios da utilização de percutor brando nos trabalhos de finalização de alguns artefactos.

No que se refere à distribuição destes materiais líticos pelos diferentes grupos de classificação que se consideraram há que assinalar o elevado número de bifaces, que constituem 14% dos objectos inventariados e cerca de 62,6% do total dos artefactos identificados, sendo de salientar não só a sua diversidade tipológica, como também a presença de peças com morfologia por vezes bastante equilibrada. Relativamente aos suportes utilizados na manufacturação destes artefactos, em cerca de 50% dos casos foi possível determinar a escolha preferencial de lascas.

Pela ordem de importância seguem-se os utensílios sobre lasca, que representam 5,2% do total dos materiais e 19,9% dos artefactos, acompanhados de perto pelos machados de mão, que correspondem, respectivamente, a 3,2% e a 14,3% das peças consideradas, e, por último, os utensílios diversos, que não abarcam mais do que 0,7% das peças recolhidas nesta jazida e 3,2% dos utensílios. Entre os utensílios diversos integram-se alguns triedros verdadeiros e seixos talhados, enquanto os utensílios sobre lasca registam o predomínio dos raspadores (41,8%), acompanhados de forma algo distanciada pelos entalhes e denticulados (ambos com 15,8%).

Os machados de mão identificados nesta estação paleolítica agrupam um total de 127 peças, o que constitui uma das mais representativas colecções deste tipo de artefactos no quadro do Acheulense Ibérico, tanto mais que as condições de jazida, como se viu, conferem à indústria em que se integram uma apreciável homogeneidade.

Na sua distribuição pelos diferentes tipos estabelecidos na classificação de J. Tixier destaca-se o predomínio do tipo 0, com 33,1% das peças, logo seguido pelo tipo II, no qual se agrupam 29,9% dos machados de mão. Um pouco mais afastados, mas ainda com valores significativos, surgem o tipo I, que abarca 18,1% dos materiais, o tipo VI, com 13,4% dos utensílios e, por último, o tipo V, que integra apenas 5,5% dos machados de mão. Verifica-se assim uma presença mais significativa de artefactos com uma confecção tecnologicamente mais complexa, com particular relevância para o número de machados de mão do tipo II e a expressiva percentagem de utensílios do tipo VI. Entre as numerosas peças associadas ao tipo 0 salienta-se o seu peculiar equilíbrio morfológico, consubstanciado amiúde na simetria frequente da silhueta e na regularidade da respectiva secção longitudinal, atributos no essencial determinados pelo próprio suporte, já que o afeiçoamento por retoque dos bordos laterais apenas acentuava na maioria dos casos essa característica.

Na análise das direcções de percussão observa-se a clara preponderância das lascas que apresentam um eixo técnico oblíquo em relação ao eixo morfológico, sendo ainda de referir o valor relativo das lascas suporte com talão cortical e liso (correspondendo, respectivamente, a 26 e a 18,1% dos utensílios estudados), já que na sua maioria o talão se encontrava suprimido ou era indeterminável. Este último facto testemunha aliás o significativo papel desempenhado por vezes pelo talhe na fase final de manufacturação dos machados de mão, o qual, longe de se limitar a uma

regularização dos bordos adjacentes ao gume transversal distal, incidiu também frequentemente na eliminação das irregularidades mais relevantes do suporte usado, visando sobretudo a definição de peças relativamente equilibradas.

4.3. Vale do Rio Tejo

O vale do rio Tejo é uma área tradicionalmente considerada clássica no âmbito do estudo do Paleolítico em Portugal, não só pelo número de achados arqueológicos correspondentes que aí se encontram dispersos, desde a zona onde o Tejo entra em território português até ao seu estuário terminal, como também pelos muitos estudos que nele incidiram a sua atenção. Actualmente não se dispõe porém de uma investigação actualizada que permita um conhecimento global de todos esses achados, a aferição precisa dos respectivos contextos, nem tão pouco a definição das correlações passíveis de entre eles se estabelecerem.

A análise aqui realizada vai assim incidir apenas sobre o resultado de alguns estudos mais recentes efectuados na região, os quais se processaram de acordo com princípios e metodologias susceptíveis de permitirem um eficaz control da validade dos resultados apresentados, independentemente da diferente representatividade das amostragens a que se reportam e da diversidade de contextos em que por vezes se inserem. Considerar-se-á nesse sentido o estudo das estações paleolíticas de Monte Famaco, localizada na margem direita do rio Tejo em Vila Velha de Ródão, e de Milharós, situada na margem esquerda junto de Alpiarça, bem como o das jazidas paleolíticas que se espriam na margem direita, entre Vila Nova da Barquinha e a foz do rio Alviela. Neste último caso apresenta-se uma súmula das investigações por nós aí desenvolvidas nos últimos anos, destrinchando as jazidas identificadas nos amplos terraços do rio Tejo das que se distribuem em contexto análogo ao longo da ribeira do Alvorão, subafluente local do rio Tejo.

Monte Famaco

Esta estação paleolítica foi descoberta em 1977 pelo Grupo para o Estudo do Paleolítico Português, no quadro de um projecto de prospecções promovido na zona de Vila Velha do Ródão desde o início dos anos setenta, tendo sido logo considerada como uma das jazidas mais importantes da região dado o volume do espólio nela detectado (GEPP 1977). De acordo com os autores da descoberta, as mais de um milhar e meio de peças líticas daí provenientes foram recolhidas na superfície de uma coluvião que localmente se desenvolve sobre o nível rochoso de base de um terraço fluvial de ± 32 m, terraço este cuja sedimentação só excepcionalmente se encontra preservada nalguns interstícios mais recônditos do substracto.

A análise do estado físico dos objectos talhados levou a distinguir no conjunto da colecção dois grupos bem diferenciados de materiais acheulenses.

Um primeiro aglutinava 32 peças, todas elas evidenciando arestas bem boleadas, tendo a sua eventual conexão ao depósito fluvial sido reforçada pela circunstância de se haverem detectado dois seixos talhados com características análogas numa sondagem realizada num pequeno testemunho do terraço (RAPOSO 1987). A correlação altimétrica do terraço com os níveis de formações similares identificados a montante, em plena Meseta, juntamente com o estudo tipológico da colecção, permitiu que os responsáveis por tal trabalho admitissem a sua classificação no âmbito do Acheulense antigo e lhe atribuissem paralelamente uma datação «ante-rissiana».

Entre a utensilagem, para além de três bifaces espessos, dois dos quais considerados abbevilenses, destacava-se a presença de um machado de mão de tipo O algo atípico, dada a alteração da morfologia do seu gume original por fractura accidental ou eventual reavivamento, podendo-se nesta última hipótese questionar a própria validade da classificação adiantada.

Um segundo grupo, integrando cerca de um milhar e meio de peças, foi detectado

na superfície da coluvião, mas a sua manifesta concentração e o estado físico relativamente bem preservado dos materiais sugeriam uma origem local, resultante de uma ocupação posterior ao desenvolvimento da cobertura coluvionar para a qual se admitia uma datação rissiana (RAPOSO 1987). No entanto, apesar de esta indústria ser apontada amiúde como exemplo paradigmático do chamado «Acheulense médio evoluído», ou, mais recentemente, da sua versão hodierna de «Acheulense pleno», até hoje ela ainda não foi objecto de um estudo técnico e tipológico circunstanciado. O único trabalho que se conhece é bastante sumário, referindo-se contudo expressamente à presença de um significativo conjunto de artefactos que se denominam como «hachereaux», mas no qual tanto se integram bifaces de bisel terminal como machados de mão, não sendo portanto possível delinear as características peculiares destes últimos, nem tão pouco aferir o seu peso relativo no conjunto (GEPP 1977).

Milharós

Situada no Vale do Forno, junto de Alpiarça, na margem esquerda do rio Tejo, a estação paleolítica de Milharós é a única do seu género em toda a região cujo estudo se consubstanciou na realização de uma escavação arqueológica. Esta situação permitiu, além do mais, determinar com rigor o enquadramento estratigráfico dos materiais líticos aí exumados, bem como definir o seu claro contexto secundário (RAPOSO 1985).

De acordo com a sequência estratigráfica localmente definida nos anos quarenta para os chamados «terraços médios» da região por G. Zbyszewski, a indústria provinha da respectiva camada 7, o que lhe conferiria uma datação do início do Riss, em termos de cronologia alpina convencional. A atribuição da indústria lítica a uma fase do «Acheulense final», a que se apõe também a designação algo atávica de «Micoquense», levou os seus responsáveis a considerar como mais provável a sua associação ao último período interglacial ou ao início da última glaciação. Esta hipótese foi recentemente reforçada com a obtenção de uma datação por termoluminescência para os níveis imediatamente subjacentes da sequência, a qual sugere a sua integração genérica entre o final da penúltima fase glacial e o início da última, muito embora não se deixe de reconhecer as múltiplas limitações inerentes à utilização deste método e, neste caso concreto, as condições limites em que o mesmo foi aplicado (RAPOSO 1995).

No que se refere à indústria lítica, destaca-se de imediato a utilização quase exclusiva do quartzito como matéria-prima, o que se traduziu na exploração dos seixos rolados que abundavam no local. De salientar igualmente a identificação de vestígios que testemunham o conhecimento da técnica Levallois, bem como a pontual utilização do percutor brando no processo de finalização da manufactura de alguns utensílios mais apurados (RAPOSO 1985).

Entre os artefactos, para além de um número significativo, apesar de tipologicamente pouco típico, de utensílios sobre lasca, é de sublinhar também a grande quantidade de seixos talhados identificados. No essencial, no entanto, o diagnóstico tipológico desta indústria assentou na caracterização morfológica dos seus bifaces, os quais constituem 7,2% da totalidade das peças inventariadas e 17,5% dos respectivos utensílios. Com efeito, sublinhava-se a circunstância de dos 24 bifaces identificados 8 se inserirem entre o grupo dos bifaces lanceolados, correspondendo mesmo 3 deles ao arquétipo dos bifaces micoquenses, enquanto 3 outras peças eram associáveis aos bifaces planos. No seu conjunto estes utensílios apresentavam-se particularmente equilibrados, com planos de simetria bilaterais e bifaciais relativamente apurados, para o que amiúde se recorria à regularização das suas arestas por retoque com percutor brando. Acresce ainda que na maioria dos casos se registava o aproveitamento de lascas como suporte.

Quanto aos machados de mão, eles representam 3,9% dos objectos líticos recolhidos, constituindo cerca de 9,5% dos artefactos. Das 13 peças contabilizadas 10 correspondiam ao tipo 0, distribuindo-se equitativamente as restantes pelos tipos I, II e V. Trata-se porém de utensílios em que não se destaca qualquer orientação preferencial das respectivas direcções de percussão, evidenciando as mais das vezes a utilização de lascas suporte com talão cortical. Em todo caso, o traço mais distintivo deste grupo de artefactos residia visivelmente no predomínio dos machados de mão considerados tecnicamente mais simples, circunstância esta que coexistia com o facto de também eles apresentarem frequentemente excelentes planos de simetria bilaterais e bifaciais. Em boa medida esta situação decorria de uma ajustada convergência entre suportes com uma morfologia particularmente adequada e um apropriado desenvolvimento da regularização dos bordos por retoque, operação esta que embora com uma incidência e amplitude variáveis, mas tendencialmente limitada, revelava muitas das vezes primorosa execução técnica, não faltando sequer pontualmente o recurso à utilização do percutor brando.

Jazidas na margem direita do rio Tejo a jusante de V. N. Barquinha

Agrupam-se aqui diversas jazidas paleolíticas localizadas na margem direita do rio Tejo, entre Vila Nova da Barquinha e a foz do rio Alviela, em associação com uma formação fluvial amplamente aí representada e que é identificada pela sigla Ft4, a qual apresenta o seu nível de base 18 a 20 m sobre o leito actual do Tejo. Trata-se das jazidas do Bonito, situada no Entroncamento, e das jazidas de Castelo Velho, Casal do Seixo, Casal do Vale e Ramalhosa, estas últimas no concelho de Torres Novas, todas elas estudadas no âmbito de um projecto de investigação da responsabilidade do autor (CUNHA-RIBEIRO, MAURÍCIO e SOUTO 1995).

No essencial correspondem a antigas explorações de areias ou a locais onde se verificou a destruição parcial do terraço fluvial devido a causas antrópicas tão diversas como a construção de uma estrada ou trabalhos de arroteamento. Em qualquer dos casos o seccionamento do depósito permitiu quase sempre a recolha de algumas peças talhadas inseridas no próprio terraço, muito embora a sua esmagadora maioria tenha sido encontrada nas imediações, entre os testemunhos do seu desmantelamento.

Dada a similitude dos contextos observados nas várias jazidas procedeu-se ao estudo conjunto das cerca de um milhar de peças aí detectadas. Nesse sentido elas foram divididas em dois grupos, integrando-se no primeiro os materiais cujo estado físico evidenciava de alguma forma um boleamento significativo das respectivas arestas, bem como os objectos talhados retirados dos cortes, enquanto o segundo aglutinava o espólio lítico oriundo da superfície e que apresentava arestas vivas. Admitia-se assim o pressuposto de que o primeiro grupo poderia corresponder a uma ocupação mais antiga e claramente distinta da representada pelo segundo grupo, hipótese que todavia carecia de ser confirmada ou não pelo seu estudo comparativo.

Ora, a distinção entre ambos os grupos revelou-se bastante ténue, circunscrevendo-se as mais das vezes a variações quantitativas de significado pouco expressivo. Era o que sucedia, por exemplo, com o claro aumento do número de lascas de segunda geração do primeiro para o segundo grupo, que coexistia com a prossecução do predomínio das lascas de primeira geração, ou com o incremento do número de lascas usadas como suporte na confecção dos bifaces que se observava no segundo grupo, apesar de também aí continuar a persistir a escolha de seixos rolados como suporte preferencial.

Pelo contrário, as características mais peculiares e significativas eram partilhadas pelos dois grupos de peças considerados. Destacava-se em particular a presença de um elevado número de núcleos em relação ao total de materiais inventariados, núcleos esses quase sempre intensamente explorados, mas raramente esgotados. Os

artefactos, por seu turno, encontravam-se no seu conjunto reduzidamente representados, nunca ultrapassando mais de 10% das peças, constituindo os bifaces e os utensílios sobre lasca praticamente os dois únicos grupos aí identificados, cada um deles constituindo cerca de metade do total dos utensílios. Na verdade, os utensílios diversos englobavam apenas três peças, enquanto os machados de mão se limitavam a um único exemplar, correspondente a uma peça de tipo O definida a partir de uma lasca de talão liso através da sumária regularização por retoque de um único bordo, já que no bordo oposto do machado de mão se aproveitou a morfologia definida pelo talão da lasca suporte, o que justificava a configuração pouco equilibrada e algo atípica do artefacto. De salientar porém que esta residual representação dos machados de mão não resultava aqui de qualquer constrangimento decorrente da matéria-prima disponível, dado que não só abundavam no local seixos rolados com as dimensões necessárias para permitir a obtenção de lascas suporte adequadas, como também se recolheram numerosas lascas que se ajustavam aos parâmetros requeridos para o efeito. Isto apesar de, curiosamente, a maioria dos bifaces terem sido manifestamente elaborados a partir de seixos rolados, sendo diminuto o número dos que evidenciavam o aproveitamento de lascas como suportes.

Na mesma área foram ainda recolhidos outros conjuntos de artefactos em contextos praticamente idênticos, mas associáveis a formações fluviais mais recentes do rio Tejo (Ft5 e Ft6). São porém colecções com representatividade bastante limitada, dada a reduzida quantidade de peças que comportam, embora a presença nalgumas delas de bifaces indície a continuidade da ocupação acheulense da região. Quanto à ausência que de novo aí se verifica de machados de mão, embora não possa ser dissociada da limitada validade das amostragens em questão, sugere em todo o caso a persistência da causa ou das causas que já anteriormente terão determinado idêntica situação entre as indústrias acheulenses da zona.

Jazidas da ribeira do Alvorão

Entre as jazidas paleolíticas que se distribuem ao longo da ribeira do Alvorão destacam-se não só pela sua proximidade, mas também pela similitude do respectivo espólio, as jazidas da Quinta dos Marrecos, do Poço Covão Norte e do Poço Covão Sul. As três dispõem-se de forma contínua ao longo da margem esquerda da ribeira, cerca de 1 km a jusante da povoação de Chancelaria, ocupando a plataforma de um antigo terraço fluvial sobranceiro ao pequeno vale adjacente, sendo apenas separadas umas das outras pelo encaixe das pequenas linhas de água que localmente confluem para o Alvorão (CUNHA-RIBEIRO, MAURÍCIO e SOUTO 1995).

Como se recolheu a totalidade dos materiais líticos aí exumados na superfície desmantelada do terraço, foi possível considerar a realização do respectivo estudo em conjunto, tendo-se apenas procedido também aqui à sua divisão em dois grupos definidos a partir do estado físico das peças. Na verdade, apesar de no seu todo o espólio estudado não exceder em muito as três centenas de objectos talhados, a presença de um grupo de peças líticas com arestas fortemente boleadas emergia em contraste claro com um outro grupo onde as arestas vivas constituíam uma característica bem marcante. Além do mais, a existência de um número apreciável de peças com dupla pátina permitia ver em ambos os grupos o testemunho de duas ocupações distintas, situação essa que era reforçada pela circunstância de apenas entre o grupo de materiais boleados se registar a presença de bifaces.

Quanto à análise técnica e tipológica desta indústria acheulense, ela permitia visualizar a clara similaridade com as indústrias congêneres oriundas de jazidas localizadas na formação fluvial Ft4 do rio Tejo. Acima de tudo distinguia-se a elevada percentagem de núcleos no conjunto dos materiais inventariados, a par da diminuta representatividade dos artefactos e, em particular, dos bifaces. Estes apresentavam na sua totalidade formas espessas, quase sempre resultantes do aproveitamento de

seixos rolados como suporte. Contudo, no que por ora interessa, destacava-se a total ausência de machados de mão, embora igualmente aqui não se pudesse de novo imputar tal situação aos constrangimentos decorrentes da matéria-prima disponível, já que também se assinalava a existência de várias lascas com as dimensões adequadas para a manufacturação deste tipo de utensílio².

4.4. Vale do Guadiana

Entre os diversos trabalhos desenvolvidos em território português sobre os vestígios paleolíticos da bacia do rio Guadiana, desde sempre se destacaram as investigações efectuadas no vale do rio Caia, configurando um modelo de distribuição dos vestígios paleolíticos similar ao observável noutras regiões da Península, onde os testemunhos da ocupação acheulense se concentram aparentemente de forma preferencial nas bacias subsidiárias das principais redes hidrográficas (SANTONJA e VILLA 1992).

Reflectindo em boa medida esta situação, o vale do Caia foi nos últimos anos o centro de um projecto de investigação de âmbito regional, traduzido no desenvolvimento de prospecções intensivas em algumas jazidas anteriormente conhecidas e na descoberta de outras que vieram reforçar a densidade de achados atribuíveis ao Paleolítico inferior na região. Do estudo dos materiais aí reunidos surgiu já um primeiro trabalho de síntese no qual é possível delinear algumas das características técnicas e tipológicas mais pertinentes das indústrias acheulenses locais (MONTEIRO RODRIGUES 1996).

Do conjunto das indústrias analisadas destaca-se a colecção reunida em jazidas associáveis à formação fluvial F2 do curso superior do rio Caia. Trata-se na verdade de materiais encontrados em posição derivada nas jazidas do Lagar de Azeite, Babelos e Monte da Faia, distribuindo-se nesta última por 4 *loci* distintos, mas que eram oriundos de contextos geoarqueológicos similares, o que permitia considerar o seu estudo em conjunto. O valor da amostragem reunida tornou mesmo exequível a análise comparativa entre grupos de peças individualizados em função do grau de alteração do seu estado físico, realçando o responsável pelo seu estudo um significativo contraste entre os materiais muito boleados e os que não evidenciavam alterações do respectivo estado físico.

Na verdade, de acordo com a sua caracterização técnica, o primeiro grupo indicava claros paralelismos com os primórdios do Acheulense na Ibéria, enquanto o segundo grupo se assemelhava ao arquétipo do chamado «Acheulense médio» tradicionalmente definido no quadro do Paleolítico inferior da Península, embora em termos tipológicos esta dissociação não fosse tão manifesta (MONTEIRO RODRIGUES 1996, p. 345).

No seu conjunto, porém, esta colecção correspondia a uma indústria lítica composta por mais de sete centenas de peças, onde os núcleos perfaziam 33,4% dos materiais recolhidos e as lascas 47,2%. Os utensílios, por seu turno, abarcavam 19,5% das peças estudadas, metade dos quais correspondiam a bifaces (49,7%), seguindo-se-lhes, pela sua importância numérica, os utensílios sobre lasca e os utensílios diversos, que constituíam, respectivamente, 24,8% e 24,2% do total dos artefactos. Os machados de mão estavam representados por dois únicos exemplares, um do tipo 0, elaborado a partir de uma lasca de talão cortical cujo eixo técnico coincide com o eixo morfológico do artefacto, e o outro do tipo II, tendo como suporte uma lasca de talão suprimido e apresentando uma direcção de percussão oblíqua.

² Esta escassez dos machados de mão é ainda observável nesta mesma região na indústria acheulense proveniente do interior da Gruta do Almonda, onde terá sido introduzida a partir do exterior por factores de ordem natural. Refira-se que o seu estudo foi-nos confiado por João Zilhão na sequência da descoberta do local no quadro de um projecto de trabalho aí desenvolvido sob a sua direcção em colaboração com a S.T.A.E, devendo os respectivos resultados serem incluídos num trabalho de síntese que em breve será ultimado.

Os restantes materiais provenientes quer do curso superior do Caia, quer do seu curso inferior, eram também associáveis a contextos claramente secundários e resultavam quase sempre de recolhas de superfície. Mas ao diferenciado estado físico dos materiais, que determinava a sua partição em conjuntos mais pequenos, juntava-se agora o diminuto valor das próprias amostragens, permitindo apenas relacionar genericamente as indústrias líticas em causa com o Acheulense.

Em todo caso, da sua análise confirmava-se a manifesta escassez de machados de mão entre as indústrias acheulenses da região, o que contradizia as observações em sentido contrário baseadas em estudos mais antigos aí desenvolvidos (PENALVA 1978). Saliente-se, contudo, que também aqui esta situação não resultava de qualquer constrangimento decorrente da matéria-prima localmente disponível, tanto mais que se a maioria dos bifaces presentes fora definida pela transformação de seixos rolados, alguns destes artefactos evidenciavam a escolha de lascas, por vezes de apreciáveis dimensões, como suporte de base.

QUADRO 1

Composição técnica e tipológica das principais indústrias acheulenses referenciadas no texto

	Lascas		Núcleos		Fragmentos & Detritos		Bifaces		Machados de mão		Utensílios sobre lasca		Utensílios diversos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marinho	387	63.2	38	6.2	4	0.6	10	1.6	3	0.5	103	16.8	67	11
Cerro	69	33.5	44	21.4	0		43	20.9	2	1	13	6.3	35	17
F1 (Vale do Lis)	195	42.6	151	33	17	3.7	59	12.9	10	2.2	16	3.5	10	2.2
Pousias	134	41.6	57	17.7	37	11.5	48	14.9	24	7.5	21	6.5	1	0.3
Casal Sta Maria	41	35.3	29	25	6	5.17	8	6.9	20	17.2	6	5.2	6	5.2
Casal do Azemel	1636	41.1	434	10.9	1016	25.6	556	14	127	3.2	177	4.5	28	0.7
Milharós	130	39	40	12	27	8.1	24	7.2	13	3.9	50	15	50	15
Ft4 (Vale do Tejo)	495	54	338	36.9	0		43	4.7	1	0.1	37	4	3	0.3
Poço Covão	176	57.9	98	32.2	7	2.3	8	6	0		15	4.9	0	
F2 (Caia Superior)	342	47.2	242	33.4	0		70	9.7	2	0.3	35	4.8	34	4.7

5. CONCLUSÕES

Os machados de mão são um tipo de artefacto que se encontra de uma forma geral presente nas indústrias acheulenses portuguesas, não se tendo até hoje detectado nenhum exemplar noutros contextos arqueológicos. A sua representação quantitativa varia porém significativamente em termos geográficos, dado que se há regiões onde eles surgem em percentagens comumente expressivas, noutras é manifesta a sua escassez. Nesta última situação não se pode contudo afirmar que seja um artefacto de todo desconhecido, pois sempre que se dispõe de amostragens minimamente significativas a sua existência é quase sempre assinalada por um número diminuto de peças, quando não mesmo por um único exemplar.

Já a circunstância de não abundarem as amostragens provenientes de contextos bem datados torna mais difícil precisar a variabilidade quantitativa e qualitativa dos machados de mão no quadro da evolução temporal das indústrias acheulenses.

Aparentemente, a rarefacção destes artefactos persiste ao longo do tempo em zonas como o litoral norte, a margem direita do rio Tejo, entre Vila Nova da Barquinha e a foz do rio Alviela, ou o vale do rio Caia, apesar de nestas duas últimas áreas tal situação ocorrer de uma forma não tão concludente. Pelo contrário, no vale do rio Lis

e nas restantes zonas do vale do Tejo regista-se a presença contínua de machados de mão nos vários momentos em que os vestígios arqueológicos aí permitem testemunhar a presença de uma ocupação acheulense.

No vale do Lis as indústrias acheulenses mais antigas integram essencialmente machados de mão de tipo 0 e I, que constituem as categorias classificativas tecnicamente mais simples, evidenciando formas pouco estandardizadas, frequentemente assimétricas, resultantes do aproveitamento da morfologia original dos suportes obtidos por talhe aleatório. Já relativamente ao vale do Tejo, a análise da pequena coleção de artefactos boleados proveniente da jazida do Monte Famaco revelou-se inconclusiva, dada a sua reduzida representatividade, enquanto os restantes materiais aí recolhidos não foram ainda devidamente estudados.

Numa fase subsequente do Acheulense, que tudo leva a crer que corresponde a um momento mais adiantado do seu desenvolvimento, surgem indústrias líticas onde a presença de machados de mão não apresenta variações quantitativas proporcionais que se possam aferir como relevantes, mas nas quais estes utensílios evidenciam genericamente uma peculiar diversificação da sua composição tipológica. Se na estação paleolítica de Milharós os 13 machados de mão inventariados ainda se repartem quase exclusivamente pelo tipo 0, exibindo porém um apreciável apuramento de formas, em Casal de Santa Maria, no vale do Lis, o tipo 0 abarca cerca de metade dos 20 machados de mão aí identificados e os restantes distribuem-se equitativamente entre os tipos I e II, todos eles apresentando genericamente uma morfologia igualmente bastante equilibrada.

É no entanto na estação paleolítica do Casal do Azemel que a evolução destes artefactos nos aparece melhor documentada através do estudo de uma representativa coleção de 127 peças. Com efeito, a persistência dos tipos 0 e I, que aí correspondem respectivamente a 33,1% e a 18,1% do total das peças, é acompanhada pela emergência de artefactos considerados mais evoluídos, como é o caso do tipo II, no qual se incluem 29,9% dos machados de mão, e do tipo VI, que perfaz 13,4% destes utensílios. Acresce que, no geral, estes artefactos se caracterizam por formas equilibradas e por apresentarem planos de simetria apurados, atributos estes que também aqui se exprimem de forma peculiar entre os machados de mão de tipo 0.

As razões que justificam a variabilidade com que no tempo e no espaço os machados de mão surgem representados nas indústrias acheulenses portuguesas nem sempre são fáceis de discernir.

Desde logo convém sublinhar que não se trata de explicar a ausência dos machados de mão do Acheulense de certas regiões, por oposição à sua presença corrente noutras áreas. O problema consiste no facto de em certas regiões a escassez destes artefactos constituir um padrão de individualização das respectivas indústrias acheulenses que significativamente prevalece no tempo. Fácil se torna pois concluir que quaisquer que tenham sido os constrangimentos ou as razões que determinaram qualquer uma das duas situações referidas, eles terão igualmente perdurado.

Admitir nestas circunstâncias uma explicação de cariz estritamente cultural para esta variabilidade espacial pressupõe uma visão endémica do desenvolvimento do Acheulense, incompatível tanto com a amplitude da sua aparente longa duração, como com as próprias áreas geográficas consideradas no presente estudo, as quais pelas suas características e dimensões sugerem obviamente uma estratégia de ocupação do território alicerçada num sistema não fechado de circulação das populações. Mas se nalgumas situações, como parece ocorrer nas jazidas acheulenses do litoral norte, a ausência de machados de mão ou a sua diminuta representatividade é imputável aos constrangimentos inerentes à matéria-prima localmente utilizada, com destaque quer para a sua qualidade, quer para as dimensões dos blocos originais em ela que aí se encontra disponível (MEIRELES e CUNHA-RIBEIRO 1991-1992), noutras regiões haverá que encontrar para a mesma realidade uma diferente ou diferentes razões justificativas.

QUADRO 2
Distribuição tipológica das colecções de machados de mão mais representativas.

	F1 (Vale do Lis)	Pousias	Casal Sta Maria	Casal do Azemel	Milharós
0	4	11	9	42 (33.1%)	10
I	5	7	6	23 (18.1%)	1
II	1	3	5	38 (29.9%)	1
III					
V		1		7 (5.5%)	1
VI		2		17 (13.4%)	

Modelos explicativos baseados no exercício de diferentes actividades ou na adaptação a meios igualmente diversificados não podem ser de todo ignorados, mesmo se no actual estado dos nossos conhecimentos a sua identificação se revela difícil, senão impossível. Em todo caso, torna-se evidente que nem sempre a razão primeira desta variabilidade poderá ser imputada a uma única causa, mas deve ser antes encarada como resultante da conjugação de diferentes factores, dos quais não se excluem sequer os de extracção histórico-cultural mais tradicionais. O desafio não se restringirá porém só à sua identificação, mas consistirá fundamentalmente em aferir o peso específico de cada um deles na definição das diferentes situações que se analisarem.

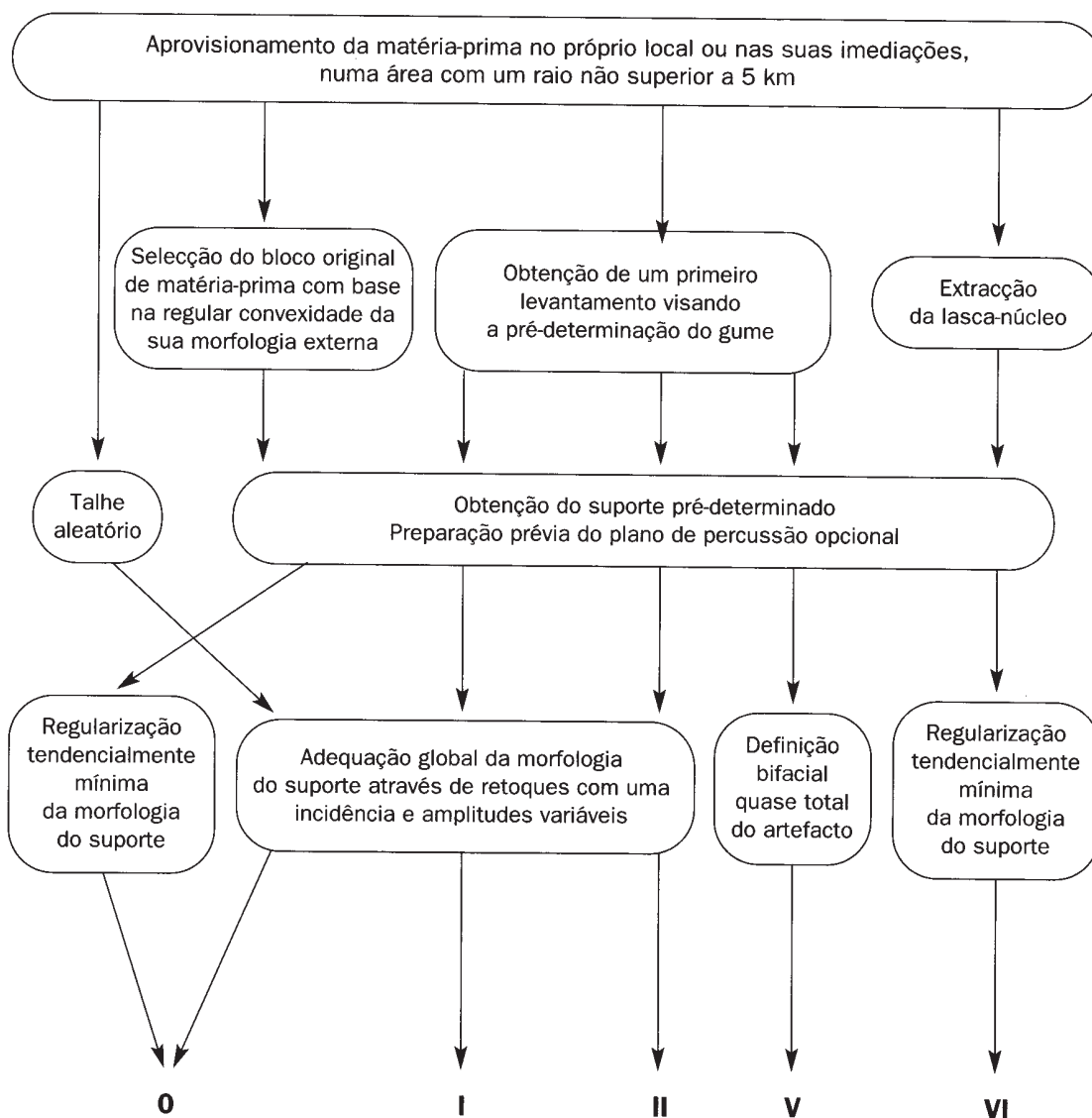
Quanto à variabilidade dos machados de mão no devir do Acheulense em Portugal, ela revela antes do mais a significativa perduração de um número apreciável de utensílios de tipo 0, os quais numa fase adiantada de desenvolvimento destas indústrias apresentam todavia uma morfologia bastante apurada, bem patente na definição dos respectivos planos de equilíbrio bifacial e bilateral. Ao mesmo tempo passam a ser então acompanhadas pelo aparecimento de outros machados de mão tecnicamente mais evoluídos, como é o caso dos machados de mão de tipo VI.

Esta situação remete-nos para a própria definição de machado de mão enunciada no início deste trabalho, a qual embora passe pelo reconhecimento da natureza particular do suporte do utensílio, que tem de corresponder obrigatoriamente a uma lasca, centra a sua atenção na importância desempenhada pela pré-determinação na obtenção do gume distal do machado de mão e, conseqüentemente, da própria lasca suporte, residindo nesta última operação o momento decisivo de todo o processo de definição destes artefactos.

Mas se formalmente estes princípios se encontram bastante bem explicitados no processo de manufacturação dos tipos I, II e V, nos machados de mão de tipo III e IV a pré-determinação incide de maneira premente na definição global da morfologia da lasca suporte.

Em ambos os casos observa-se uma cuidada preparação prévia da superfície de exploração do núcleo que visa condicionar o desenvolvimento do estalamento da lasca final, determinando conseqüentemente a sua própria forma. No caso do método Levallois, sem dúvida o mais comum, este procedimento levava à extracção de levantamentos cuja disposição final criava uma superfície manifestamente convexa, onde as arestas resultantes da intersecção desses negativos serviam posteriormente de guia à onda de choque que permitia a obtenção de um produto de debitagem com as características pretendidas. Uma adequada gestão do processo de exploração do núcleo possibilitava mesmo, nalguns casos, a realização de levantamentos que procuravam determinar a morfologia dos levantamentos subsequentes, resultando eles próprios muitas das vezes das características pré-determinantes das extracções precedentes.

Na prática o método Levallois enferma de um conceito de pré-determinação de que ela constitui apenas uma das modalidades de execução operatória mais significativa, dado o amplo trabalho de preparação da superfície de exploração do núcleo que o seu desenvolvimento implica. Ora, uma das outras modalidades consubstancia-se no chamado método Kombewa, relativamente frequente nalgumas indústrias acheulenses, e que se encontra subjacente à obtenção dos suportes dos machados de mão de tipo VI (DAUVOIS 1981). A originalidade deste método reside na circunstância de, pela sua própria natureza, a superfície de exploração do núcleo evidenciar uma convexidade que permite a debitagem de uma lasca com a forma pré-determinada. Tudo se resume agora à obtenção premeditada do próprio núcleo, através da extracção de uma lasca com apreciáveis dimensões, procedendo-se em seguida à debitagem da face de estalamento da lasca-núcleo, com a respectiva convexidade a condicionar o desenvolvimento das ondas de choque.



Cadeia operatória de produção de machados de mão. Variantes observáveis.

Reconhecida esta modalidade operatória no âmbito de um conceito de pré-determinação relativamente alargado, não se pode também deixar de ponderar a sua aplicabilidade à produção dos suportes característicos dos machados de mão de tipo 0. O facto de no quartzito as propriedades de fracturação da rocha não se encontrarem por norma superficialmente alteradas, como sucede no sílex, permite considerar a possibilidade de extracção de lascas cuja morfologia e dimensões são condicionadas pela convexidade exterior dos blocos originais de matéria-prima, que no caso vertente correspondem naturalmente a seixos rolados (DAUVOIS 1981, MEIRELES e CUNHA-RIBEIRO 1991-1992). A pré-determinação consiste aqui numa criteriosa selecção da morfologia exterior dos seixos rolados que se pretendem explorar como núcleos, e não na sua preparação prévia através do talhe.

No âmbito das cadeias operatórias de produção de machados de mão a pré-determinação pode assim constituir por vezes um factor de acrescida abrangência. No caso concreto da estação paleolítica do Casal do Azemel esta situação desenvolve-se entre os machados de mão de tipo 0 em simultâneo com a expressiva presença de machados de mão de tipo VI, perfazendo ambos os tipos 46,5% do total destes artefactos. Ela encontra-se aliás aí bem testemunhada na persistente adequação morfológica dos suportes dos machados de mão de tipo 0, patente nos respectivos perfis de equilíbrio bifacial e bilateral, para os quais só complementarmente contribuiu a regularização dos bordos por retoque.

Regra geral, quando a conceptualização prévia destes artefactos se traduz numa forte pré-determinação, a sua manufactura, que se reporta à regularização dos bordos e é efectuada após a extracção do suporte, revela amiúde uma incidência e amplitude limitada. Daí que a complexidade de muitos destes machados de mão resida exactamente no facto de a aparente simplicidade do esquema operatório da sua manufactura ser inversamente proporcional ao grau de elaboração do esquema conceptual que lhe está subjacente (INIZAN et alli 1995).

Pode-se assim concluir que os machados de mão estão genericamente representados no Acheulense em Portugal, embora a sua presença varie em termos quantitativos de uma forma por vezes significativa de região para região, enquanto do ponto de vista qualitativo a sua evolução no interior das regiões onde é comum permita destacar uma complexificação tecnológica assente num acréscimo da pré-determinação no processo de desenvolvimento das respectivas cadeias operatórias de produção.

BIBLIOGRAFIA

- ALIMEN, H. (1975), Les 'isthmes' hispano-marrocaïn et sicilo-tunisien aux temps acheuléens, *L'Anthropologie*, 79, pp. 399-436.
- BALOUT, L. (1967), Procédés d'analyse et questions de terminologie dans l'étude des ensembles industriels du paléolithique inférieur en Afrique du Nord, *Background to Evolution in Africa* (ed. W.W.Bishop e J.D.Clark), University of Chicago Press, pp. 701-735.
- BALOUT, L., BIBERSON, P. e TIXIER, J. (1967), L'Acheuléen de Ternifine (Algérie), gisement de l'Atlantrophe, *L'Anthropologie*, 71, pp. 217-238.
- BARRADAS, L. A. (1959), Alguns casos de terminologia do paleolítico, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, I, pp. 81-82.
- BENITO DEL REY, L. (1984), Comentarios sobre hendidores en España. Útiles de Paleolítico inferior y medio, *Gallaecia*, 7-8, pp. 15-30.
- BIBERSON, P. (1954), Le hachereau dans l'Acheuléen du Maroc Atlantique, *Libyca*, II, 39-61.
- BORDES, F. (1961), *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, 2 vols., Publications de l'Institut de Préhistoire de l'Université de Bordeaux, Bordeaux.
- BORDES, F. (1971), Observations sur l'Acheuleen des grottes en Dordogne, *Munibe*, XXIII (1), pp. 5-23.
- BRAY, W. e TRUMP, D. (1982), *The Penguin Dictionary of Archaeology*, Penguin Books (2ª ed.), p. 283.

- BREUIL, H. e ZBYSZEWSKI, G. (1942), Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXIII, p. 369.
- CHAVAILLON, J. (1965), Les pièces à tranchant terminal: essai de classification, *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, 9, Lisboa, pp. 187-195.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1992), O Paleolítico no vale do rio Lis, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, IX, Porto, pp. 401-462.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1993), O Paleolítico Inferior em Portugal, *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Colibri, pp. 133-146.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1995), A estação acheulense do Casal do Azemel (Batalha), *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, XII, Porto, pp. 547-581.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1990-1991), Intervenção arqueológica na estação acheulense da Quinta do Cónego/Pousias (Cortes, Leiria), *Portugália*, Nova Série, XI-XII, pp. 7-25.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1992-1993), Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do Lis no seu contexto crono-estratigráfico, *Portugália*, XIII-XIV, pp. 7-137.
- CUNHA-RIBEIRO, J. P., MAURÍCIO, J. e SOUTO, P. (1995), O Paleolítico inferior na região de Torres Novas. Novos elementos para o seu estudo, *Nova Augusta*, 7, pp. 45-71.
- DAUVOIS, M. (1981), De la simultanité des concepts Kombewa et Levallois dans l'Acheuléen du maghreb et du Sahara Nord-Occidental, *Préhistoire Africain. Mélanges offerts au Doyen Lionel Balout* (Coll. Recherche sur les Grands Civilisations, 6), pp. 313-321.
- GEPP (1974-1977), O estudo do Paleolítico da área do Ródão, *O Arqueólogo Português*, Nova Série, III, pp. 221-237.
- INIZAN, M.-L., REDURON-BALLINGER, M., ROCHE, H. e TIXIER, J. (1995), *Technologie de la pierre taillée*, Préhistoire de la Pierre taillée, 4, p. 198.
- JELINEK, A. (1977), The lower paleolithic: current evidence and interpretations, *Annual Review of Anthropology*, 6, pp. 11-32.
- JORGE, V. O. (1974), Complexos industriais de seixos afeiçãoados no mundo: uma panorâmica, *Arqueologia e História*, V, pp. 9-53.
- MACHADO, J. L. S. (1965), Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 5, Lisboa, pp. 51-448.
- MEIRELES, J. (1986), Problemas e perspectivas do Quaternário do litoral minhoto a norte do rio Lima, *Cadernos de Arqueologia*, Série III, 3, pp. 11-147.
- MEIRELES, J. (1991), *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto (Portugal) no seu contexto crono-estratigráfico e paleoambiental*, Universidade do Minho, policopiado, p. 654.
- MEIRELES, J. (1994), As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), pp. 17-42.
- MEIRELES, J. e CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991-1992), Matérias-primas e indústrias líticas do Paleolítico Inferior português: representatividade e significado, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 31-41.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. E. (1996), *Contribuição para o estudo das indústrias líticas do Vale do Rio Caia (Alto Alentejo)-Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado, p. 366.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. E. e CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991), Estação paleolítica do Cerro (Madalena, Vila Nova de Gaia), *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, VIII, Porto, pp. 411-428.
- PENALVA, C. (1978), Os machados do Paleolítico do Norte de África e sua expansão na Europa Ocidental, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LXIII, pp. 413-436.
- PENALVA, C. (1987), Les industries acheuléennes du Portugal, *L'Anthropologie*, 91, pp. 45-68.
- QUEROL, M. A. e SANTONJA, M. (1976), Los hendedores en el Achelense de la Meseta Española, *Santuola II*, pp. 9-39.

- RAPOSO, L. (1987), Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região de Ródão, *Da Pré-história à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa, pp. 153-178.
- RAPOSO, L. (1995), Ambientes, territorios y subsistencia en el Paleolítico Medio de Portugal, *Complutum*, 6, pp. 57-77.
- RAPOSO, L., CARREIRA, J. R. e SALVADOR, M. (1985), A estação acheulense final de Milharós, Vale do Forno, Alpiarça, *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, II, Lisboa, pp. 41-60.
- SANTONJA, M. e VILLA, P. (1990), The Lower Paleolithic of Spain and Portugal, *Journal of World Prehistory*, 451, pp. 45-94.
- TEXIER, J.-P. e CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991-1992), Les formations quaternaires du bassin du Lis: leur importance pour la chronostratigraphie de l'acheuléen portugais, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 7-30.
- TIXIER, J. (1956), Le Hachereau dans l'Acheuléen Nord-Africain. Notes typologiques, *Congrès Préhistorique de France*, XV^e Session, Poitiers-Angoulême, pp. 914-923.
- VASCONCELOS, J. L. (1914), Notas lexicológico-arqueológicas, *O Arqueólogo Português*, XIX, pp. 176-180.
- VILLA, P. (1981), Matières premières et provinces culturelles dans l'Acheuléen français, *Quaternaria*, XXIII, Roma, pp. 19-35.
- ZBYSZEWSKI, G. e CARDOSO, J. L. (1978), As indústrias paleolíticas de Samouco e a sua posição dentro do conjunto quaternário do Baixo Tejo, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LXIII, pp. 547-609.
- ZBYSZEWSKI, G. e VEIGA FERREIRA, O. da (1974), Estações paleolíticas de Bairro e do Casal da Figueira (Caldas da Rainha), *Arqueologia e História*, V, pp. 135-163.
- ZBYSZEWSKI, G., VEIGA FERREIRA, O. da, PENALVA, C. e TEIXEIRA, A. J. M. (1980), Nova contribuição para o conhecimento do Paleolítico da Quinta do Cónego (Cortes, Leiria), *Revista de Guimarães*, XC, pp. 181-189.

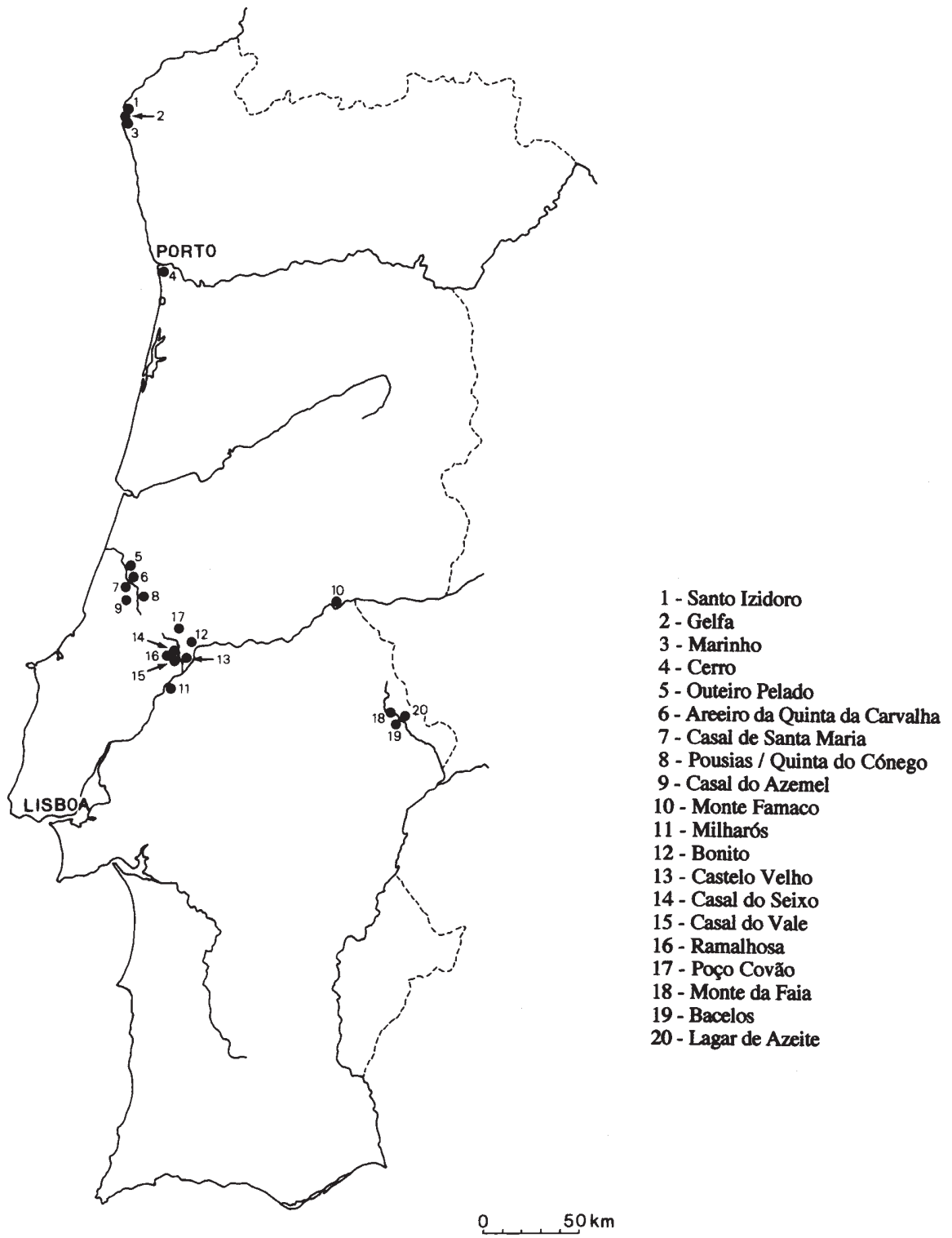
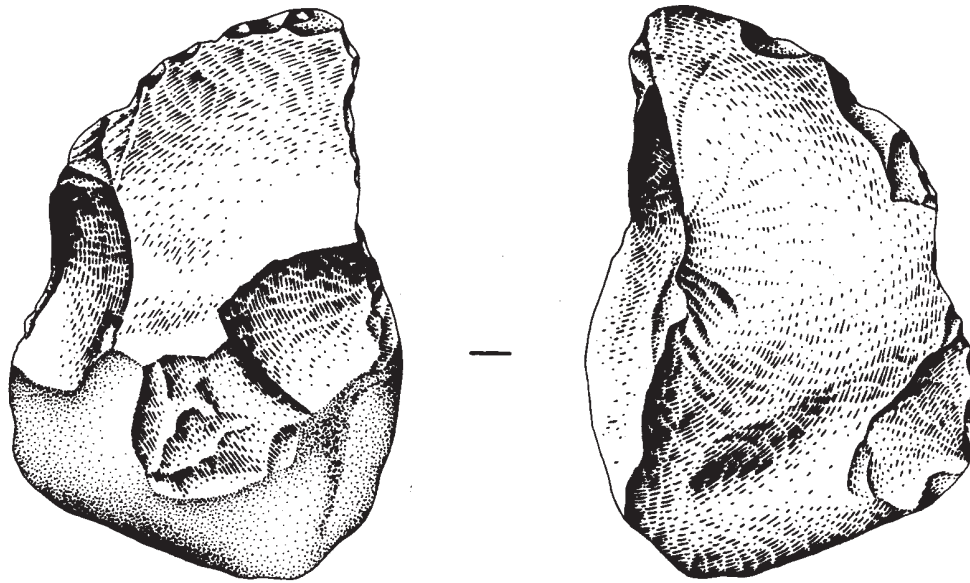
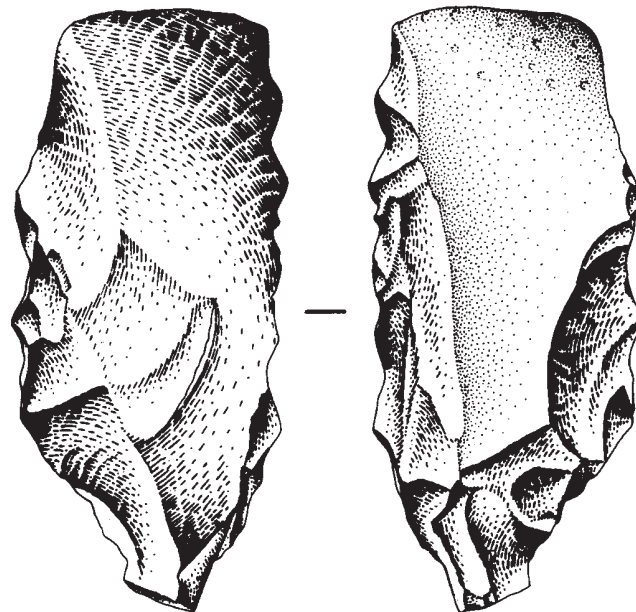


Fig. 1. Localização das jazidas referenciadas no texto.

OS MACHADOS DE MÃO NO PALEOLÍTICO INFERIOR PORTUGUÊS

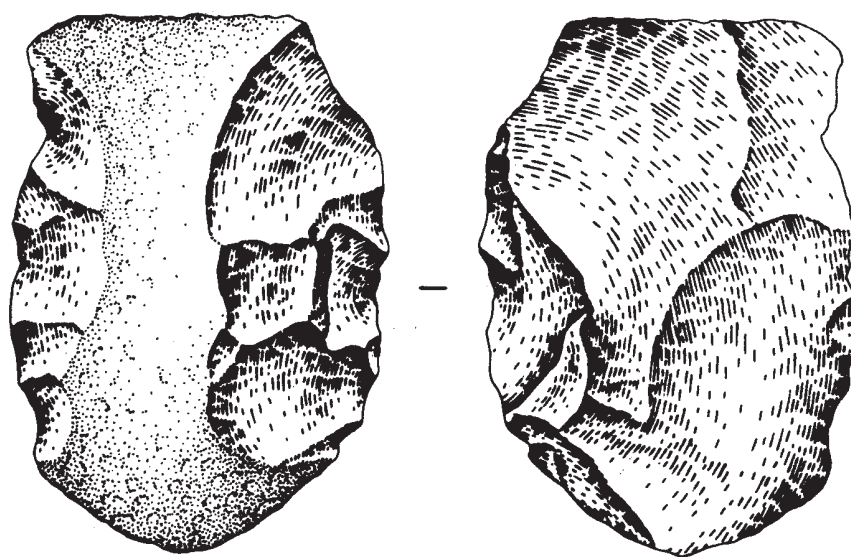


1

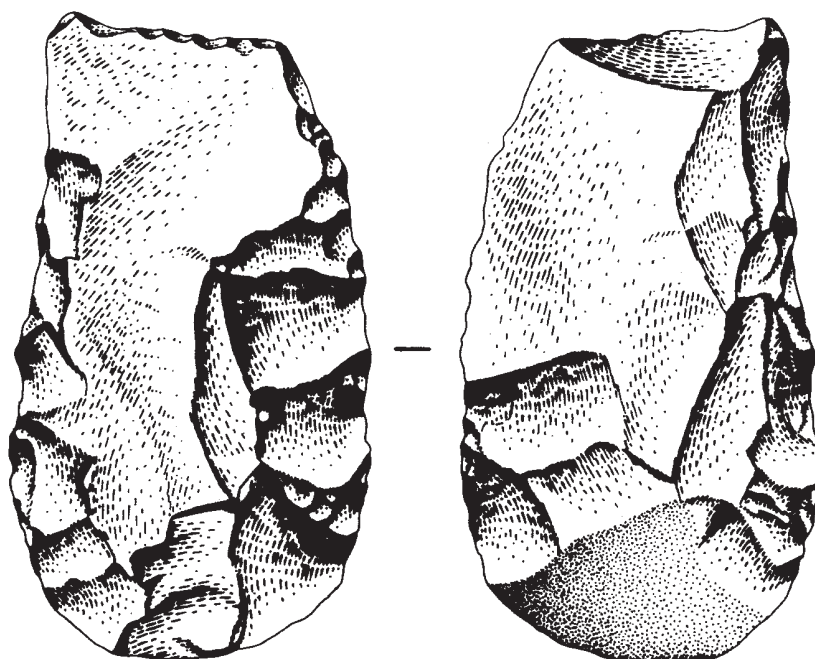


2

Fig. 2. 1 – Machado de mão de tipo I proveniente da jazida de Pousias / Quinta do Cônego.
2 – Machado de mão de tipo 0 recolhido na estação acheulense de Casal de Santa Maria



1



2

Fig. 3. Casal do Azemel. 1 – Machado de mão de tipo 0. 2 – Machado de mão de tipo VI com o gume distal definido pela intersecção de um levantamento prévio com o reverso da lasca kombewa.

EM TORNO DA ARTE MEGALÍTICA: REVISITANDO UMA VISÃO DE 1981*

Vítor Oliveira JORGE**

«(...) il est évident que l'art mégalithique des dolmens à couloir de l'Europe occidentale diffère beaucoup d'une région à l'autre. Bien que quelques signes aient une vaste répartition les styles et les combinaisons des signes sont très différentes.

«Cette analyse de l'art mégalithique nous contraint à admettre que le culte ou la religion du mégalithisme doit être attribué pas aux grands mouvements des peuples mais aux influences assez faibles dont la nature précise est difficile à définir aujourd'hui»

E. SHEE, L'art mégalithique de l'Europe Occidentale, Actas de las Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas, vol. I, 1975, p. 120.

a) INTRODUÇÃO

Ao falarmos de «arte megalítica», convirá ter presente que essa expressão tem um sentido bem diferente, na Pré-história, daquele que lhe atribuímos hoje. O túmulo (melhor diríamos, em relação a muitos casos, o túmulo-templo) era concebido como um todo, em que a arquitectura e a sua decoração tinham um valor simbólico, eram certamente o quadro de cerimónias relacionadas com o culto dos antepassados. Por isso o estudo da arte megalítica não pode resumir-se, como refere Helgouach¹ à «enumeração de símbolos primários». Tal como acontece na arte do Paleolítico superior, e

(*) Capítulo inédito da dissertação do autor sobre o megalitismo do Norte de Portugal, apresentada à FLUP em 1982 (v. bibliografia final). Este trabalho foi orientado por Jean Roche (CNRS) e Carlos Alberto F. de Almeida, o homenageado deste volume, a quem o autor muito deve, no plano pessoal e profissional. Apesar de nitidamente datado (a arte megalítica peninsular é um dos domínios em que mais se tem progredido nas últimas décadas), este texto coloca algumas questões que ainda hoje se afiguram válidas, podendo servir de introdução ao problema. Apenas sofreu ligeiras alterações em relação ao original, facilmente perceptíveis por parte do leitor. No final, acrescentou-se uma bibliografia actualizada para a Península Ibérica.

(**) Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da U.P.

¹ In Giot, Helgouach & Monnier, *Préhistoire de la Bretagne*, Rennes, Ouest-France, 1979, p. 185.

como bem demonstrou Leroi-Gourhan, os signos não se encontravam dispostos ao acaso, eles eram «palavras» de um texto que se perdeu, mas cuja «gramática» é nosso dever reconstituir. Simplesmente, e ao contrário do que acontece na arte paleolítica, em que os mesmos temas se repetem num número infinito de casos, apresentando nítidas regularidades apesar de todos os particularismos locais, na arte megalítica temos manifestações artísticas que são de algum modo mais regionalizadas, com um grau de estilização muito maior, e num número consideravelmente mais reduzido, o que leva, por um lado, a ter de se considerar à parte cada «província» artística, e impede, por outro, a identificação de certos motivos, bem como o respectivo tratamento estatístico. Para nos circunscrevermos aos túmulos, podemos dizer que há uma arte dos «dólmenes» de corredor irlandeses, uma arte dos «dólmenes» de corredor bretões, uma arte das áleas cobertas da Bretanha e da Bacia de Paris, uma arte do Ocidente da Península Ibérica, bem diferenciadas². Este último círculo artístico, de que aqui nos ocuparemos em especial, é de certo modo complexo, porque não só envolve pintura e gravura (a primeira está ausente em França e na Irlanda), como a sua temática é extremamente diversificada, pois vai desde uma estilização extrema, e elevado simbolismo, até à representação «naturalista» de «cenhas de caça», que sem dúvida se revestiam também de simbolismo, em relação com o culto dos mortos ou dos antepassados. Esta diversidade temática deveria alertar certos estudiosos da arte rupestre demasiado apegados a esquemas unilineares de evolução, na medida em que mostra que um naturalismo ou sub-naturalismo podia perfeitamente co-existir com a esquematização e abstraccionismo de outros motivos. Aliás, e apesar de todas as diferenças apontadas entre a arte megalítica de Portugal e da Bretanha, talvez que esteja aqui uma das raras características comuns, que é a conjugação de elementos sub-naturalistas com outros altamente esquemáticos ou abstratos, estes últimos envolvendo por vezes os primeiros na sua «lógica» exaustiva. Tal se verifica, por exemplo, em monumentos tão distantes como o dólmen de Gavrinis, na Bretanha, e o dólmen de Antelas, em Oliveira de Frades, Portugal. Nestes monumentos mais ricamente «ornamentados» (ou em que a ornamentação se conservou melhor), e onde portanto a análise se exerce sobre um conjunto mais denso de significado, temos por vezes a sensação de que o artista megalítico se exprimia por uma gramática em que certos temas «estáticos» – figura humana, representação circular radiada (Portugal) ou «lâmina de machado polido» (Bretanha), por exemplo – se inseriam numa dinâmica abstracta que transmitiria as noções mais completas, certamente em relação com uma mitologia, com um «enredo» que desconhecemos, mas que daria àqueles temas todo o seu sentido simbólico. É como se, entre a simbólica animalista do Paleolítico, e um certo grafismo abstracto da Idade do Bronze, se inserisse uma fase artística e conceptual em que as «personagens» principais ainda apareciam sob forma naturalista, mas o «texto» só se podia já exprimir por um vocabulário gráfico abstracto, só entendível por aqueles que possuíam a sua chave. Afinal, algo que se passa em muitas outras «artes primitivas», como a dos Dogon, por exemplo.

Aludimos acima à arte rupestre não megalítica, e parece-nos que teria o maior interesse uma mais frequente e exaustiva comparação entre os motivos da arte megalítica e os da arte rupestre praticada em rochedos ao ar livre (ou abrigos sob rocha). Sabemos bem os problemas de cronologia com que esta última se defronta; pois ela tem ao seu dispor, nos monumentos megalíticos, uma simbologia que, se não é toda da mesma época, é pelo menos delimitável dentro de certos parâmetros cronológico-culturais. Em Portugal, o caso da arte do Vale do Tejo é exemplar, pois na sua temática existem elementos que também surgem na arte megalítica, como os cervídeos ou as figuras circulares radiadas, por exemplo. Isto que dizemos é evidente, como evi-

² E. Shee, *L'art mégalithique de l'Europe Occidentale, Actas das I Jornadas ...*, Santiago de Compostela, vol. I, 1975, pp. 101-120.

dente é a necessidade de se não estudarem motivos isolados, procurando para eles «paralelos» absurdos, pela distância no espaço (Próximo Oriente, por ex.) ou no tempo (comparando, por ex., como faz certo autor actual, motivos esquemáticos dos seixos pintados azilenses com os da arte dolménica, afastados entre si cerca de 5 mil anos); mas não é inútil repeti-lo, porque há vícios de pensamento e de método que são pertinazes. Aqui, mais uma vez, temos de admitir uma coerência na mente dos artistas autores das obras, temos de nos distanciar do carácter fragmentário com que os dados nos surgem, para tentar imaginar o que teria sido o «texto» antes das deteriorações o truncarem, temos de trabalhar estruturalmente para chegarmos a uma conclusão estruturada.

Deve dizer-se que a nossa informação, relativamente ao círculo ocidental ibérico, é particularmente fragmentária, dada a dificuldade de conservação das pinturas (as que se encontram publicadas são decerto uma parte ínfima das que devem ter existido) e o completo alheamento das entidades competentes relativamente à protecção deste rico património, que é único na Europa. Mesmo as pinturas publicadas (muitas delas sem qualquer rigor – a técnica de análise e levantamento de pinturas só recentemente se aperfeiçoou) estão, em muitos casos, ilegíveis, reduzidas a simples manchas de tinta; outras foram preservadas por um sistema algo insólito, o do corte de parte das lajes, ou remoção de esteios inteiros, para serem trazidos para museus. É por isso difícil estabelecer linhas de força a partir de uma documentação tão residual e qualitativa³.

A concluir esta introdução, temos de fazer especial referência a uma obra que acaba de aparecer (chegou às nossas mãos quando este texto já se encontrava praticamente concluído), e que há muito se aguardava: trata-se do livro de E. Shee Twohig sobre *The Megalithic Art of Western Europe* (Oxford, Clarendon Press, 1981). Ela constitui um verdadeiro «corpus» da arte megalítica europeia (à excepção da arte do vale do Boyne, na Irlanda, onde novas descobertas serão publicadas pelos respectivos autores). Como «corpus» que é, vale sobretudo pela documentação gráfica exaustiva e pelo inventário que a acompanha, repetindo no essencial as ideias gerais já esboçadas pela autora em trabalhos de síntese (um dos quais já atrás citado). A revisão geral da arte megalítica europeia, feita por Shee com todo o rigor, é da maior importância, podendo o seu livro considerar-se desde já uma das obras básicas sobre arte pré-histórica actualmente ao nosso dispor. A consulta das suas ilustrações é aliás essencial para o leitor não especialista que queira seguir de perto este nosso texto.

b) IRLANDA E FRANÇA – BREVE PANORAMA

A arte megalítica irlandesa, relacionada com os «dólmens de corredor» do vale do Boyne (Newgrange, Knowth, Fournocks) e outros monumentos do mesmo grupo (Loughcrew), é toda constituída por gravuras feitas por picotagem ou por abrasão. Não existe nenhum exemplo seguro de representação realista, sendo as composições construídas com base nos círculos, simples ou concêntricos (por vezes com um ponto no centro), espirais, sinais em U (por vezes embutidos), linhas quebradas, linhas onduladas, linhas paralelas, covinhas, pontos, losangos e triângulos (Shee, *op. cit.*, p. 116). Apesar disso, as composições conseguidas são muito diversas, sendo as mais cuidadas as dos monumentos do vale do Boyne, onde existem verdadeiras obras-primas da arte megalítica, como a famosa laje da entrada de Newgrange, profusamente decorada com espirais, Us imbricados, losangos e linhas curvas, num estilo que de algum modo nos lembra Gavrinis, na sua tendência para um esquematismo de formas embutidas cujo desenvolvimento apenas «pára» no limite das superfícies do suporte. Realmente, uma simples enumeração de «motivos primários» como a exposta acima, é

³ Sobre a metodologia do estudo da arte megalítica, v. Anati, *Per un metodo di studio dell'Arte Megalítica*, *Caesaraugusta*, pp. 33-34, 1969-70.

em grande medida arbitrária, pois só a composição, no seu conjunto, tinha um sentido, que de facto nos escapa por completo; a arte irlandesa é particularmente abstracta. E. Shee contrasta a ornamentação dos monumentos do vale do Boyne, onde lhe parece existir uma planificação de conjunto no tratamento de cada laje, e na relação das várias superfícies entre si, com os restantes dólmenes gravados da Irlanda, onde vê uma maior desordem e arbitrariedade na disposição dos motivos⁴; mas é muito difícil afirmá-lo peremptoriamente. Em todas as épocas houve obras-primas (Newgrange ou Knowth, na Irlanda, Gavrinis na Bretanha, ou Antelas em Portugal, são certamente exemplos disso) e monumentos mais vulgares, menos elaborados, mas aquilo que nos pode parecer por vezes uma disposição puramente casual de motivos, pode também corresponder a variantes de um «discurso» que temos dificuldade em interpretar, porque também lhe não conhecemos as regularidades. De qualquer modo, a arte megalítica irlandesa acusa um geometrismo e abstracionismo que a arte rupes-tre do continente só conhecerá mais tarde.

Na Bretanha, a «ornamentação» dos primeiros dólmenes de corredor, toda constituída por gravuras feitas por martelagem, é tematicamente bastante diferente da da Irlanda: apenas poderemos considerar os sinais em U (simples ou imbricados) e as linhas onduladas (mais ou menos «serpentiformes») e quebradas como elementos comuns. Mas eles inserem-se numa gramática própria, de que também fazem parte os sinais em U com apêndices laterais curvos na parte superior («jugiformes») ou com traços verticais na parte média (pectiniformes, por alguns autores interpretados como «barcos»), os «báculos», simples ou múltiplos, os sinais em forma de 7, também simples ou múltiplos, e sobretudo uma figuração muito própria da Bretanha, em forma de «escudo» ou «brasão», constituída por um rectângulo com um pequeno apêndice na extremidade superior, ou uma forma sub-pentagonal com ou sem apêndices nos lados e na parte superior, e várias linhas irradiando lateralmente a partir dela; finalmente, outro motivo importante é o do machado polido, reduzido à lâmina, por vezes com uma perfuração para suspensão como nos «machados de prestígio» de Carnac, ou encabado, com uma forma mais ou menos complexa⁵.

Um caso à parte pela sua qualidade artística é, como dissemos, o do dólmen de Gavrinis, com a sua decoração abstracta envolvendo quase todas as superfícies da câmara e corredor. Certos arcos concêntricos que essa decoração apresenta poderão ser interpretados como estilizações do motivo escutiforme.

Nas sepulturas «em esquadro» ou «em cotovelo», mais tardias, surge-nos um outro tipo de motivo «escutiforme», dividido interiormente em duas partes por uma linha vertical, ladeada de pontos, círculos, etc. Aqui, tal como nos primeiros «escudos», é possível que nos encontremos perante uma estilização antropomórfica muito depurada.

Já no Neolítico final, vamos encontrar na Bretanha uma arte megalítica que se exprime nas sepulturas de entrada lateral, nas áleas cobertas, e em algumas estátuas-menires. Certos elementos desta arte parece virem na sequência da dos dólmenes decorados: trata-se do machado encabado (que ocorre na álea coberta de Commana) e do motivo escutiforme quadrangular (Prajou-Menhir). Helgouach escreve a propósito que «estes arcaísmos testemunham uma longa continuidade da arquitectura funerária e sobretudo da persistência das tradições religiosas»⁶. Entretanto, um particular ênfase é dado a elementos de nítida conotação feminina, como sejam os pares de seios, simples ou duplos, que se destacam, em relevo, de uma superfície rebaixada da laje (Tressé, Kergüntuil, Prajou-Menhir, Commana); esse seios, por vezes associados a um colar, podem relacionar-se com as três estátuas-menires conhecidas, nas quais os seios e o colar de novo nos surgem, associados a uma escultura

⁴ Recent work on Irish passage graves art. *Boll. Centro Camuno Studi Preist.* 1972, p. 218.

⁵ Helgouach, *Les Sépultures Mégalithiques en Armorique*, Rennes, Thèse doctorat Sciences, 1995, pp. 79-85.

⁶ *Préhistoire de la Bretagne*, pp. 312-314.

muito simples, em que a face está reduzida a uma forma tronco-cónica ou sub-cilíndrica (evocando a estátua-menir portuguesa da Boulhosa, Alto Minho). Uma destas estátuas-menires – a de Trevoux – é comparável a um dos «esteios» esculpidos (Helgouach chama-lhe «estela») da sepultura de entrada lateral de Crec'h-Quillé⁷, o que, na opinião deste autor, permite relacionar as estátuas-menires isoladas e a arte das âleas cobertas⁸.

Um outro tema é constituído por formas alongadas, com um espigão na base, tradicionalmente interpretadas como pontas de lança, e consideradas de «tipo cipriota»⁹, mas que aparecem mais modernamente caracterizadas como uma espécie de «paletas» de cabo comprido. Particularmente interessante é a célula anexa ao monumento de Prajou-Menhir, onde nos surgem, entre outras figurações, duas destas «paletas» alternando com sinais escutiformes, quadrangulares, rodeados de pontos. Esta composição é de importância decisiva para a interpretação da arte megalítica bretã, pois essa associação paletas-escutiformes parece substituir outra, que também surge em Prajou-Menhir e Trébeurden, constituída por paleta – par(es) de seios, o que daria ao escutiforme o carácter de símbolo equivalente dos seios, ou seja, um nítido significado feminino. E se ele vem na tradição dos escutiformes dos dólmenes de corredor, estes seriam também provavelmente a representação de uma entidade feminina. Teríamos assim, na arte das âleas cobertas, uma associação complementar masculino-feminino, que quase recorda a encontrada por Leroi-Gourhan na arte do Paleolítico superior. Embora sem ir tão longe, Helgouach parece sugerir uma interpretação parcialmente semelhante, ao escrever: «A arte das âleas cobertas reveste-se de uma importância tanto maior quanto é verdade que com ela se revela a realidade do ídolo funerário, aqui feminizado, e que ela permite estabelecer definitivamente o sentido dos ídolos em forma de brasão ou escudo dos túmulos de corredor; a este respeito, Prajou-Menhir, graças à substituição do ídolo-par de seios pelo ídolo-escudo na associação ídolo-paleta, contribui grandemente para a interpretação da arte megalítica»¹⁰. Não estará, finalmente, essa possível complementaridade masculino-feminino também presente noutras manifestações da arte megalítica, como por exemplo, na laje gravada do «cairn» de Mané-er-Hroëck (Locmariaquer?)¹¹, onde um escutiforme em posição central é rodeado de machados encabados? Seria importante desenvolver uma revisão sistemática da arte bretã à luz de um método estatístico e «topográfico» (isto é, atento ao posicionamento dos temas no todo do monumento).

Vemos assim como é absurdo, se não ridículo, querer isolar um motivo, para com ele estabelecer relações europeias e difusionismos, como, por exemplo, faz Savory a propósito dos «serpentiformes»¹². Decerto, os motivos gravados em Bryn Celly Ddu e Barclodiad y Gawres (Anglesey) representam provavelmente uma influência irlandesa, bem explicável pela proximidade geográfica. Mas pretender a partir daí estabelecer relações entre o País de Gales e a Península Ibérica, é esquecer que os motivos faziam parte de um todo organizado, de uma simbólica que era a manifestação gráfica de uma mitologia, a qual assumiu uma expressão muito própria em cada região, não obstante pudesse ter aspectos genéricos comuns, resultantes mais de um mesmo estágio técnico-mental, do que de contactos culturais estreitos.

Mas revertendo à França, e para concluirmos a panorâmica que vimos traçando, temos ainda de referir, como mais importante, a arte das âleas cobertas da Bacia de

⁷ Helgouach, La sépulture mégalitique à entrée latérale de Crec'h-Quillé en Saint-Quay-Perros (Côtes-du-Nord), *B.S.P.F.*, 1967, pp. 659-698.

⁸ *Préhistoire de la Bretagne*, p. 310.

⁹ Helgouach, *Les Sépultures Mégalithiques en Armorique*, p. 278; Shee, *L'art mégalithique ...*, p. 118.

¹⁰ *Préhistoire de la Bretagne*, p. 314.

¹¹ *Bretagne*, IX^e Congrès UISPP, p. 130.

¹² *Serpentiforms in megalithic art: a link between Wales and the Iberian North-West*, *Cuadernos de Estudios Galegos*, 1973, pp. 80-89.

Paris (os hipogeus não entram no âmbito do nosso estudo e a sua «decoração» é, aliás, bem diferente). Apenas sete monumentos são ornamentados, e com uma temática que não anda longe da armoricana, destacando-se nela os pares de seios, por vezes encimados por um colar, e, num caso (Trou aux Anglais, Epône) integrados numa representação claramente antropomórfica, com figuração da face; e um motivo escutiforme (Mississippi, Marly-le-Roi) semelhante ao de Prajou-Menhir¹³.

c) NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Trataremos aqui, em termos de síntese, dos principais monumentos do Noroeste ibérico que não dizem respeito à área primordial do nosso trabalho, ou seja, o Norte de Portugal. Teremos, assim, de nos referir aos monumentos asturianos, galegos e aos dólmenes portugueses das Beiras.

Astúrias

A arte megalítica ibérica tem nas Astúrias um dos seus prolongamentos mais orientais. Segundo Blas Cortina (comunicação ao IV Congreso Nacional de Arqueología, Faro, Maio de 1980) os dólmenes ornamentados desta região, relacionados com câmaras poligonais simples, têm a sua fronteira leste na bacia hidrográfica do rio Sella. São em número de quatro os monumentos ornamentados da mesma região (Pola de Allande, Abamia, Penausén 1), mas o mais importante é sem dúvida o da Capilla de Santa Cruz, em Cangas de Onis, recentemente reestudado por Blas Cortina¹⁴.

Apesar do autor considerar a câmara como poligonal, pensamos que seria preferível a classificação da mesma como sub-retangular. Quatro ortostatos têm decoração, mas a mais espectacular é a da laje fronteira à entrada (esteio 1), composta por motivos gravados (por picotagem) e pintados (a vermelho). Estes foram os primeiros a ser realizados, tendo sido parcialmente amputados pelo picotado, o que se confirma por alguns vestígios de cor vermelha que sobreviveram, entre os negativos da picotagem. Basicamente, os motivos pintados são constituídos por duas linhas quadradas verticais, paralelas, cujas saliências e reentrâncias se correspondem, frente a frente; várias manchas de tinta e, no extremo inferior direito, restos de uma outra linha em zigue-zague, indicam que a laje era, na origem, amplamente pintada. Os motivos gravados, que repetem o tema anterior, consistem em duas bandas quebradas, irregulares, dispostas de ambos os lados do ortostato. Os restantes esteios apresentam gravuras (três motivos de carácter linear, abstracto, no esteio 2) e pinturas, também a vermelho (duas linhas quebradas, verticais e paralelas, sobrevivências de uma composição mais complexa, no esteio 3, e restos de três linhas quebradas horizontais, no esteio 5).

O dólmen de Cangas de Onis evoca claramente a arte pictórica e de gravura dos monumentos portugueses da Beira Alta, com os seus «prolongamentos» mais para norte, na Galiza (Pedra Coberta). São estes últimos que vamos observar de seguida.

Galiza

No território galego estão assinalados diversos dólmenes ornamentados, entre os quais monumentos pintados e gravados (Lijó, Corunha; Codesás, Pontevedra), o famoso dólmen pintado de Pedra Coberta (Corunha), e dólmenes gravados (Dombate, Baiñas, Espiñaredo, Corunha; Castiñeiras 2 e Parada de Alpérez, Pontevedra). Iremos passar em revista os mais significativos.

Dólmen de Podra Coberta, Treos (Corunha) – Dólmen de câmara poligonal e corredor mediano, estudado por G. Leisner¹⁵. As pinturas interessam a face interna dos 4

¹³ Shee, *L'art mégalithique...*, pp. 118-120.

¹⁴ La decoración parietal del dólmen de la Santa Cruz – Cangas de Onis, Astúrias, *Bol., Inst. Est. Ast.*, 1979, pp. 717-757.

¹⁵ Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta, *IPEK*, 9, 1934, pp. 23-44.

esteios do corredor e a maior parte dos esteios da câmara, mas originalmente devem ter-se estendido a todo o monumento, estando particularmente diluídas na parte superior dos esteios. São policromas, a vermelho e negro sobre fundo branco (fundo este habitual nos dólmenes pintados do Noroeste peninsular). No primeiro esteio do lado esquerdo do corredor encontramos três frisos divididos por linhas sub-horizontais (a de cima debruada inferiormente por uma linha de triângulos). O friso superior é constituído por linhas onduladas horizontais e, no canto inferior direito, linhas em zigue-zague. No esteio seguinte do mesmo lado, parte inferior, continua o mesmo tipo de ornamentação (este aspecto é importante, porque nos mostra que a «decoração» foi concebida de forma contínua, e não tratando cada esteio como uma superfície autónoma). No primeiro esteio do lado direito do corredor adivinha-se uma ornamentação do mesmo tipo, mas muito diluída. No segundo esteio do mesmo lado, temos linhas verticais ondulantes, paralelas, mas afrontadas, na parte superior; e, na parte inferior, motivos muito semelhantes aos do primeiro esteio do lado esquerdo: linhas ondulantes horizontais, como que «interrompidas» literalmente por grandes linhas quebradas. O primeiro esteio do lado esquerdo da câmara tem apenas alguns vestígios pictóricos, que permitem vislumbrar uma linha quebrada e arcos de círculo concêntricos; o do lado oposto ostenta linhas «serpentiniformes» verticais, afrontadas, e, na parte inferior, de novo linhas quebradas e ondulantes «cortadas» por duas linhas quebradas, paralelas, de maior dimensão. Idênticos motivos existem na parte inferior do esteio seguinte.

Trata-se, pois, de uma decoração exclusivamente geométrica, mas falta-nos uma parte importante do monumento – laje de cabeceira ou equivalente – para sabermos se se repetiria, ou não, o esquema que iremos ver em Antelas, em que a parte mais recôndita do monumento apresenta motivos sub-naturalistas envolvidos pela temática geometrizarante.

Dólmen de Dombate, Cabaña (Corunha) – Dólmen de câmara poligonal larga, e com uma laje baixa à direita da entrada que corresponderia, na opinião de Shee e Martinez, a um corredor curto, cuja laje de cobertura foi encontrada na mamoa¹⁶. Encontram-se gravuras em três esteios da câmara, dois do lado direito, e um do lado esquerdo, ladeando uma laje de cabeceira anicónica. No primeiro esteio insculturado do lado direito surge-nos, na parte inferior, uma decoração composta por linhas onduladas, encimadas por um sinal de forma trapezoidal alongada, rematado, na base, por outro pequeno trapézio («a coisa», seg. E. S. Twohig). Trata-se de uma figuração que também iremos encontrar na «Casa dos Mouros» e no dólmen de Chã de Parada (Aboboreira), e cuja significação permanece por ora enigmática. O mesmo signo, desta vez provido de um nítido apêndice lateral curvo, surge também nos dois esteios seguintes¹⁷.

Dólmen da Casa dos Mouros de Baiñas, Dumbría (Corunha) – É um sepulcro de corredor de dimensão mediana, com câmara poligonal, a que falta a respectiva laje de cabeceira. O esteio insculturado é o segundo do lado esquerdo da câmara, e apresenta o mesmo motivo enigmático encontrado em Dombate, mas em posição horizontal, e encimando uma linha ondulada. Na mesma área do esteio há manchas de pintura (cf. Shee e G. Martinez, *op. cit.*, p. 343).

Dolmen de Espiñaredo, Negreira, Corunha – Monumento possivelmente simples, sem corredor, de que só restam duas lajes, uma das quais apenas está ornamentada

¹⁶ Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trab. Preh.*, 1973, pp. 335-348.

¹⁷ Como é sabido, este monumento foi estudado recentemente (1987-89) por J. M. Bello Diéguez, com resultados absolutamente excepcionais. V. por ex., F. Alonso Mathias y J. M. Bello Diéguez in *Actas do 1º Congresso de Arqueología Peninsular*, vol. VII, Porto, SPAE, 1995, pp. 153-181.

com gravuras (de notar porém que Shee e Martinez escrevem que «pequenos sinais de pintura aparecem em alguns dos sulcos, o que nos parece indicar que originalmente toda a pedra estava pintada» – *op. cit.*, p. 338). Sobressaem na decoração dessa laje três figurações de possíveis armas, ou utensílios providos de lâmina com as empunhaduras bem marcadas; tratar-se-ia eventualmente de facas ou cutelos. Entre estes, vêem-se linhas ondulantes. A parte inferior da laje apresenta alguns círculos (simples ou concêntricos) dos quais partem linhas em várias direcções. O círculo superior sugere um motivo esteliforme. Relativamente ao motivo inferior, Shee e Martinez aludem à possível representação de um «pente», do tipo do da Praia das Maças (Sintra), tendo a cautela de acrescentar que «pode bem ser uma semelhança meramente accidental» (*Op. cit.*, p. 345); cautela que achamos prudente, pois estamos claramente perante um universo de símbolos, os quais, mesmo quando parecem reproduzir «coisas» do mundo real, apontam de facto para conceitos abstractos.

Beiras¹⁸

É na Beira Alta – nomeadamente em torno da região de Viseu – que encontramos o mais importante núcleo de arte megalítica funerária ibérica, justamente célebre pelas suas pinturas. Na nossa perspetivação geral desta região, e da que constitui a seu prolongamento para Ocidente, vamos deter-nos nos monumentos mais importantes.

Dólmen do Carapito 1 (Aguiar da Beira) – Neste monumento de câmara poligonal (não existem vestígios de corredor), surgem-nos gravuras em duas lajes: círculos radiados, uma faixa de linhas paralelas, e uma linha ondulada vertical num esteio lateral (primeiro do lado esquerdo), e linhas onduladas encontrando-se em círculos, além de uma oval, numa outra laje, situada no interior da câmara, em frente à cabeceira¹⁹.

Estas figurações são importantes, pois encontram-se dum dólmen cuja camada mais profunda deu a data de 2.900 ± 40 a.C., articulada com um espólio que inclui machados polidos, contas de colar em matéria verde, micrólitos geométricos e facas não retocadas²⁰.

Dólmen dos Juncals, Queiriga (Vila Nova de Paiva) – Dólmen de câmara poligonal, e corredor longo, cujas dimensões (em altura e largura) vão diminuindo até à entrada exterior. Num segundo esteio do lado esquerdo da câmara, surge-nos uma cena pintada a vermelho, parecendo «descrever» uma caça ao cervídeo, praticada por indivíduos armados de arco e flecha (estas com ponta transversal, ou seja, provavelmente, um micrólito trapezoidal), acompanhados por cães. Num esteio da cabeceira surgem (menos perceptíveis actualmente), «restos de faixas onduladas nas extremidades, uma pele de animal estendida ao centro e um veado quase completo e as ramagens de outro, na parte superior» (F. dos Santos, *Pré-história de Portugal*, p. 48) Finalmente, L. de Vasconcelos retirou do corredor um fragmento de esteio com duas figuras humanas, de cabeça alongada e braços e pernas arqueadas, pintadas a vermelho, antigamente exposto no que foi o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa.

Dólmen de Pedralta, Cota (Viseu) – Dólmen de corredor, apresentando, na câmara, dois esteios pintados, actualmente no Museu do Instituto de Antropologia do Porto²¹.

O primeiro tem dois ramiformes verticais e séries, também verticais, de triângulos, de base voltada para a parte superior, a vermelho; o segundo apresenta-se todo

¹⁸ Graças sobretudo aos trabalhos de Domingos Cruz, Pedro Sobral, Filipe Gomes e Ana L. Cunha, os nossos conhecimentos sobre os dólmenes da Beira Alta têm sofrido, nos últimos anos, um incremento notável.

¹⁹ Shee Twohig, *The Megalithic Art of Western Europe*, p. 154 e figs. 48-50. D. Cruz e R. Vilaça (1990) realizaram recentemente novos trabalhos neste monumento.

²⁰ Leisner e Ribeiro, *Die dolmen von Carapito, Mad, Mitt.*, 9, 1968.

²¹ Shee, *Painted megalithic art in Western Iberia, Actas III Cong. Nac. Arqueol.*, I Vol., 1974, pp. 112 e 118.

decorado, a vermelho e negro, com três faixas horizontais preenchidas interiormente por motivos geométricos com base na sucessão de triângulos, formando bandas verticais de contorno «em dentes de lobo»; a organização geral dos motivos recorda a das placas de xisto gravadas do megalitismo alentejano. Por outro lado, os dois elementos da faixa superior evocam figuras antropomórficas, mas não temos qualquer prova de que fosse esse o seu significado. Aliás, o assunto foi largamente discutido; em 1928, escrevia Mendes Corrêa (*História de Portugal*, vol. I, p. 134): «O “panneau” que revestia uma das lajes (...) pode, a meu ver, considerar-se uma representação muito notável e ornamental do ídolo eneolítico, mais rica, mais decorativa e mais estilizada do que o ídolo, muito conhecido, pintado no abrigo de Peña-Tu (Astúrias). Breuil vê nessa representação esquemas da figura humana e de cabeças dispostas em série». Mais tarde, Albuquerque e Castro declarava, a propósito das mesmas pinturas que «estes conjuntos foram, por vezes, considerados ídolos dolménicos neolíticos ou eneolíticos, ponto de vista com que não estamos de acordo»²². Realmente, não acreditamos hoje já na existência de um «ídolo eneolítico» «tout court», e, por outro lado, as pinturas de Pedralta não têm qualquer paralelo exacto que nos facilite a sua compreensão, como aliás acontece com muita da arte megalítica portuguesa.

Anta 4 da Lubagueira, Bodiosa (Viseu) – Dólmen de corredor alongado, que conserva apenas três esteios da câmara. O sexto esteio do lado esquerdo do corredor apresenta vários vestígios da pintura, a vermelho, entre os quais se destacam duas figuras humanas, uma delas (a superior) com arco e flecha (Shee, *Painted megalithic art ...* p. 116; esta autora considera a figura inferior como possivelmente ictifálica). Esta pintura da Lubagueira é, pois, muito importante, por ser a única, juntamente com a de Juncais, onde aparentemente nos surge descrita uma «cena», em termos sub-naturalistas, num estilo absolutamente «sui generis» no conjunto da arte megalítica europeia. Além disso, no terceiro esteio do lado esquerdo da câmara, do qual nos resta a parte inferior, surge-nos uma figura trapezoidal com dois apêndices basais, que deve corresponder a parte de um motivo em forma de «pele esticada». Finalmente, o quinto esteio do lado esquerdo do corredor apresenta várias gravações lineares verticais, duas delas unidas por uma linha horizontal. Além disso, vários outros esteios mostram restos de cor branca, que constituía o fundo sobre o qual normalmente se pintavam as figuras, e o sexto esteio do lado direito do corredor apresenta vestígios de pintura a vermelho (S. Twohig, *The Megalithic Art ...*, p. 151 e fig. 39).

Dólmen de Antelas (Oliveira de Frades)²³ – Dólmen de câmara poligonal e corredor desenvolvido (de esteios mais baixos do que os da câmara), escavado em 1956 e 1957 por Albuquerque e Castro, Veiga Ferreira e Abel Viana²⁴. Infelizmente as pinturas que enchem todas os esteios da câmara não foram publicadas em decalques exactos (isto é, feito segundo a metodologia corrente em «arte rupestre») mas em «reconstituições» não acompanhadas, sequer, de fotografias dos originais. Ora é pena que isto tenha acontecido com o mais importante dólmen ornamentado português, pois, ao contrário de muitos outros, aqui há um conjunto de pinturas quase integralmente preservado. Começando da esquerda para a direita da câmara, descrevamos a ornamentação dos diversos esteios: o primeiro apresenta um motivo labirintiforme, pintado a vermelho; o segundo, mostra duas linhas onduladas, unidas na parte inferior, ao centro, e, de cada um dos lados, faixas vermelhas, debruadas interiormente a preto, e com um contorno ondulado, ou em dentes de lobo; o terceiro tem uma decoração composta por faixas verticais de contorno ondulado, pretas e vermelhas; ao centro, há

²² L'art mégalithique au Portugal, *Atti VI Cong. Intern. Sci. Preist. Protest.*; S. V-VIII, 1966, p. 372.

²³ Reestudado recentemente por Domingos Cruz, da Fac. de Letras de Coimbra.

²⁴ O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades), *Com. Serv. Geol. de Port.*, t. XXXVIII, 1957, pp. 325-348.

uma zona reservada, onde todavia surge uma linha ondulada vertical, negra; linhas onduladas verticais, e também negras, encontram-se, à esquerda, sobre a última e mais larga faixa vermelha.

O quarto esteio apresenta-se, por seu turno, dividido em duas partes por uma linha horizontal vermelha, tendo, na parte superior, uma ornamentação do tipo da do esteio interior, e, na inferior, uma figura antropomórfica, pintada a vermelho e preto, um círculo interrompido com dois apêndices basais e, de um lado e de outro, faixas de contorno ondulado ou em dentes de lobo.

O quinto esteio corresponde, juntamente com o anterior e o seguinte, à parte mais importante da ornamentação deste monumento, sendo significativo que os três se encontrem no fundo da câmara, portanto em posição central em relação ao conjunto pictórico (o quinto esteio é mesmo considerado pelos autores como a «cabeceira» do monumento). Aqui, também, há uma ornamentação dividida em duas partes por uma linha horizontal vermelha. A parte inferior estava muito deteriorada, nela se distinguindo, sobre fundo negro, linhas quebradas e pequenos círculos, vermelhos. A parte superior apresenta, do lado esquerdo, a habitual «moldura» de faixas de contorno ondulado ou em zigue-zague, vermelhas e negras; para o interior dessa superfície surge-nos uma linha quebrada vertical, negra, ladeada de pequenos círculos vermelhos, uma forma sub-trapezoidal, vermelha, debruada a preto, com duas pequenas reentrâncias na parte superior (este motivo foi pelos autores considerado um «ídolo» semelhante às placas de xisto gravadas do megalitismo alentejano) encimada por um «pente», que os autores supõem ter sido realisticamente representado. Para a direita deste motivos, a ornamentação é constituída por faixas vermelhas ou negras, verticais, de contorno ondulado ou em zigue-zague, havendo porém uma estreita banda vertical, negra, ladeada, alternadamente à esquerda e à direita, por formas sub-triangulares ou sub-semi-circulares vermelhas. Na parte inferior esquerda desta zona, existe o círculo interrompido com dois apêndices basais, já figurado de forma incompleta no esteio anterior. Na parte superior esquerda desta mesma zona, temos um trapézio de contorno vermelho, e de base maior voltada para cima, considerado pelos autores citados como fazendo corpo com a faixa inferior (seria também um «ídolo-placa»); trata-se manifestamente de uma interpretação muito discutível, pois não há, aí, uma clara delimitação de uma forma geométrica identificável com uma placa ornamentada, mas antes uma decoração geométrizante que continua até ao bordo do esteio.

Os mesmos autores referem a existência de insculpturas neste esteio: alguns dos «dentes de lobo» teriam sido definidos assim, antes de terem sido pintados; existiriam gravadas, na parte superior da laje, pequenas figuras humanas estilizadas, uma certa e a outra provável. Ora, é pena que os autores não reproduzam estes motivos nas ilustrações, truncando assim a ornamentação deste esteio na sua totalidade (se não a original, pelo menos a observada na altura das escavações), Como é óbvio, um trabalho deste tipo vale pela qualidade e rigor das suas fotografias e sobretudo desenhos, que não são meras «ilustrações» de um texto, mas modelos icónicos de uma realidade que os autores captaram em condições de preservação raras, e que portanto passam a valer, a partir da sua publicação, pela própria realidade (está aqui pois implicada a passagem da «ilustração» ao estatuto de modelo, baseado num levantamento por decalque minucioso, que hoje é condição «sine qua non» de um trabalho válido em arte pré-histórica).

O esteio 6 apresenta também linhas onduladas verticais e duas faixas igualmente verticais (pintadas a vermelho, como todos os motivos deste esteio), tendo a da esquerda um contorno definido por triângulos alternados e, num caso, por um semi-círculo. À esquerda, ao lado de um desses triângulos, existiria uma figura em forma de meia-lua (não confirmada em estudos posteriores de D. Cruz); e à direita, junto a uma linha ondulada vertical, um círculo vermelho radiado, que é provável corresponder a uma figuração solar.

O oitavo esteio encontra-se preenchido por um labirinto que tem, do lado esquerdo, um círculo vermelho; e o nono, finalmente, apresenta, à esquerda, três linhas onduladas (duas das quais ligadas superiormente) e, ao centro, um labirinto, no qual se nota, na parte superior, uma forma sub-circular pintada a cheio, a vermelho, tal como o resto dos motivos.

Reverendo agora os painéis no seu conjunto, convém acentuar que:

- são os dois esteios do fundo da câmara os únicos a terem uma ornamentação dividida horizontalmente em duas partes (n^{os} 4 e 5);
- nesses esteios, uma metade tem decoração geométrico-abstracta e a outra metade apresenta motivos «realistas» e/ou claramente distintos dos ditos geométrico-abstractos que, quando muito, lhes servem de moldura; curiosamente, a posição das duas partes referidas é oposta nos dois esteios;
- um elemento comum aos dois esteios, integrado na superfície com representações realistas, é o círculo interrompido com dois apêndices basais, cujo significado deveria ser relativamente importante;
- ao apresentarem motivos realistas ou sub-realistas numa posição central, e uma moldura de motivos geométricos a envolvê-los, estes dois esteios parece tipificar uma forma de organização decorativa presente noutros monumentos, embora menos bem conservada. Um exemplo característico poderia também ser um esteio pintado a vermelho e negro que se encontra no Museu de Antropologia do Porto (cuja proveniência hoje se conhece – dólmen do Padrão, Baltar, no conc. de Paredes) e no qual nos surgem duas figuras humanas, de braços abertos, ao centro, encimadas por um círculo radiado, todos ladeados por linhas onduladas que, em baixo, compõem uma banda de carácter geometrizante, a recordar Antelas (Shee, *Painted megalithic art ...*, p. 113);
- um terceiro esteio, curiosamente também no fundo da câmara (esteio 6) apresenta ainda um motivo «sub-naturalista»: trata-se da provável figuração do sol; mas o enquadramento deste é já nitidamente de outro teor, à base de bandas em zigue-zague ou de linhas onduladas ou quebradas;
- este carácter abstracto vai-se, por assim dizer, acentuando à medida que nos aproximamos da entrada da câmara, tanto de um lado como de outro, sendo os esteios 1, do lado esquerdo, e 8 e 9, do lado direito, ocupados por labirintos (no 9, conjugado com linhas onduladas verticais).

Torna-se evidente que, tal como em qualquer organização de santuário ou cripta funerária, estas figurações não eram colocadas ao acaso. Infelizmente, raros são os monumentos como Antelas, pelo que as comparações são muito difíceis. Se aqui o «texto» estava quase completo (mas, diga-se de passagem, foi totalmente incompreendido pelos autores do trabalho), noutros monumentos só nos chegaram fragmentos. Mas a forma correcta de estudo é a de tratar cada esteio como um painel de um políptico cujo sentido só se acharia na disposição de conjunto. Para já, fiquemos na constatação de que, em Antelas, a temática se vai tornando menos geométrica, quiçá mais significativa e importante, à medida que nos aproximamos do fundo da câmara.

Dólmen de Chão Redondo 2, Talhadas (Sever do Vouga) – Anta de câmara trapezoidal e corredor de médio tamanho. Os esteios da câmara seriam imbricados, escorando-se numa laje de cabeceira bem nítida. Trata-se de um monumento muito importante pelas suas gravuras, praticadas na laje de cabeceira, nos dois esteios da câmara contíguos à mesma, num dos esteios do corredor e numa laje encontrada tom-

bada na câmara; foi escavado e publicado por Albuquerque e Castro²⁵, cujo trabalho enferma de duas debilidades capitais: ausência de um decalque detalhado das insculpturas, por um lado, e vontade de articular as figurações com motivos de arte egípcia, ao gosto difusionista de certos autores da época, por outro. Chega-se assim, nesse estudo, ao paradoxo de virem mais bem reproduzidos os pretensos «paralelos» do que os motivos artísticos em análise. Deste modo, as interpretações do autor são inutilizáveis hoje, e a documentação produzida não chega para se fazer uma descrição objetiva. Vem em nosso auxílio, mais uma vez, a obra de Shee Twohig, que, conjugada com a de A. e Castro, nos permite dizer que a laje de cabeceira é a que contém os elementos mais importantes, constituídos por linhas paralelas oblíquas, dispendo-se, em «espinha», de um lado e de outro de um eixo vertical, e ladeadas por linhas em zigue-zague; na parte superior esquerda, há um motivo em U (aquela disposição em espinha foi interpretada como a figuração de «costelas» por A. e Castro, e portanto como um tema antropomórfico, o que uma observação «objectiva» não permite de modo algum afirmar). Os dois esteios contíguos à laje de cabeceira apresentam, um, três motivos em U e, o outro, linhas onduladas e em zigue-zague verticais e linhas de círculos, um dos quais com um ponto ao centro. Na pedra encontrada dentro da câmara e num dos esteios do corredor (quarto e último do lado direito) foram observadas outras insculpturas, consideradas «zoomórficas» por A. e Castro, interpretação que não podemos secundar. Na primeira, existe uma série de linhas paralelas verticais inscritas num trapézio, prolongadas, do lado esquerdo, por outros motivos lineares, rectilíneos ou curvos, e um ponto; na segunda, observa-se cinco linhas paralelas horizontais unidas, do lado direito, por uma recta vertical que continua numa linha ondulada terminada num círculo (S. Twohig, *op. cit.*, figs. 35 e 36).

Não sendo nossa intenção realizar aqui um inventário exaustivo da arte megalítica portuguesa, referimo-nos apenas aos monumentos mais importantes das Beiras. Todavia, importa citar ainda, entre os monumentos gravados, o dólmen da Ribeira do Buraco, Cota, Viseu; o dólmen da Carvalha do Fial, Tondela; e a Orca dos Amiais, Senhorim, Nelas²⁶. Sobre a anta da Carvalha do Fial, escreve F. dos Santos: na «face interna dos esteios há dezenas de representações lineares, principalmente em cruz» que «são das mais importantes, dada a variedade dos motivos»²⁷. Porém, Shee Twohig considera que estas gravuras têm paralelos em outras rochas gravadas da zona e estão fora do âmbito da arte megalítica²⁸. Não é este o único caso de monumento megalítico (aliás, parte dele é escavado na rocha) com gravuras que nada têm a ver com a arte dos respectivos construtores, mas são certamente posteriores. São muito vulgares os dólmenes cristianizados, e um bom exemplo disso parece ser uma das mamoadas existentes na Chã do Mezio (Arcos de Valdevez), nas proximidades do conjunto de arte rupestre do Gião, de cuja anta apenas resta um esteio com a face interna cheia de cruciformes, aliás também muito abundantes no Gião. É de notar que tais cruciformes, como bem acentua Carlos Alberto Ferreira de Almeida num importante artigo²⁹, tinham não só a finalidade de «cristianizar», como cumpriam uma função apotropaica de exorcizar os efeitos negativos de entidades residentes em rochedos ou pedras de significado misterioso para o povo, como eram os dólmenes ou rochas gravadas durante a Pré-história.

Entre os dólmenes pintados, temos Vale de Fachas, Travessós de Cima, Viseu; Orca do Tanque, Sátão (com seis esteios pintados, nomeadamente o quarto do lado

²⁵ Monumentos megalíticos de Chão Redondo, *Est., Notas e Trab.* do S.F.M., 1960, pp. 145-174.

²⁶ Bibliografia respectiva em Santos Júnior, *Arte rupestre, Cong. Mundo Port.*, 1940, p. 353.

²⁷ *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo, s/d., p. 54.

²⁸ *The Megalithic Art.* ..., p. 231.

²⁹ Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização, *Nova Renascença*, nº 2, 1981.

direito da câmara, com duas figuras humanas, e dois possíveis motivos em forma de «pele esticada» – v. Leisner, *op. cit.* e Twohig, *op. cit.*, figs. 43 e 44); Orca de Fojinho, Vila Nova de Paiva; Orca de Forles, Sátão; dólmen de Cortiçô de Algodres, Guarda; anta da Sobreda (Oliveira do Hospital); dólmen da Cunha Baixa, Mangualde (também com gravuras lineares numa laje, actualmente no Museu Nacional de Arqueologia); e dólmen de Fontão (Paranhos da Beira) (cf. Santos Júnior, «Arte rupestre», pp. 345-346, e Shee Twohig, *op. cit.*). De notar que as pinturas da laje de cabeceira da Orca de Forles já se não distinguem em 1937, e que a Orca de Fojinho foi quase totalmente destruída (S. Júnior, *op. cit.*, p. 346). A incúria que tem rodeado estes e outros dólmens ornamentados do nosso país deveria acabar, realizando-se um inquérito exaustivo sobre o assunto e programando-se as medidas a tomar. De grande ajuda é já a obra de Shee Twohig recentemente publicada (mais uma vez um estrangeiro veio colmatar uma lacuna da nossa investigação); igualmente importante será a publicação do volume póstumo de Vera Leisner sobre os megalitos das Beiras, há muitos anos anunciada, e que tem vindo a ser preparada pelo Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa (finalmente publicada em 1998).

Norte de Portugal

Nesta região – que esquematicamente, recordamo-lo, abarca as províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, e Douro Litoral – são muito antigas as referências a dólmens ornamentados. Jerónimo Contador do Argote mencionava, em 1734, um monumento da região de Esposende com quatro esteios «debuxados com vários caracteres e figuras (...) cobertos por uma outra pedra que lhe servia de tecto»³⁰. Mais tarde, já na fase «científica» dos estudos (1886), Martins Sarmento aludiu a uma possível gravura da anta de Folão (Póvoa de Varzim, já então destruída) e, em 1903, J. Fortes deu a conhecer, na revista *Portugália*, pinturas dos dólmens de Sales (em rigor situados já em território galego, embora por certos autores erradamente localizados no Concelho de Montalegre).

Vieram depois as descobertas de Mendes Corrêa no dólmen do Padrão (Vandoma, dist. do Porto) (1926), de Santos Júnior no Concelho de Carrazeda de Ansiães (dólmens de Zedes e de Vilarinho da Castanheira) (1930), de Serpa Pinto no dólmen de Chã de Parada (Baião), de Coteló Neiva na anta da Fonte Coberta da Chã de Alijó (1933), e de G. Leisner (1934) no dólmen da Portela (Penafiel) e no dólmen dos Arcos (S. Pedro Fins, Maia) (cf. F. dos Santos, *op. cit.*, pp. 51-53). A partir dos anos trinta, como aliás aconteceu com todo o megalitismo nortenho no seu conjunto, estes estudos decaíram, salientando-se apenas o trabalho de Castro Nunes no dólmen da Barrosa (1948) e, finalmente, o levantamento sistemático de E. Shee, já várias vezes citado, e que constitui o único trabalho de conjunto, verdadeiramente moderno, neste âmbito. Esboçado este historial, analisemos agora os principais monumentos «ornamentados».

Dólmen da Veiga de Mãos de Sales 2 (zona fronteiriça galaico-portuguesa) – Monumento destruído, mas do qual restaram dois fragmentos de esteios, que puderam ainda ser observados por J. Fortes; neles este autor detectou pinturas a vermelho que reproduziu no seu artigo sobre «A necrópole dolmênica de Sales (Terras de Barroso)», *Portugália*, t. 1, 1903, pp. 665-686. Trata-se, num deles, de uma linha ondulada encimada por um motivo truncado, basicamente constituído por um T cujos braços tocam, um, numa linha ondulada, outro, talvez numa linha quebrada, de que só se vê uma pequena parte. O segundo fragmento apresenta várias linhas onduladas, paralelas, terminando a superior por dois círculos unidos, e tendo, na extremidade inferior,

³⁰ Cit. por F. dos Santos, *Pré-história de Portugal*, p. 48.

várias pequenas rectas verticais paralelas. Mas J. Fortes acrescenta: «(...) dum inquérito minucioso e repetido alcancei averiguar que a decoração, a cor vermelho-escura, rodeava a câmara toda, indo de esteio a esteio em linhas onduladas, que, parece, eram o principal tema ornamental». (op cit., p. 672). Esta notável observação é-nos, hoje, de interesse capital.

Dólmen da Barrosa, Âncora (Caminha) – Trata-se de um dólmen de corredor indiferenciado. Aquando das escavações de Martins Sarmento, teriam passado despercebidas a este investigador as insculpturas de três lajes, detectadas por Castro Nunes durante os seus trabalhos de 1948³¹. Duas dessas lajes encontravam-se na câmara, na área oposta ao corredor, e a cerca de 1 m de profundidade, tudo indicando terem sido ali arrumadas por Sarmento; já a terceira laje se apresentava «in situ», encaixada verticalmente entre o último esteio do lado esquerdo do corredor e o primeiro da câmara, parecendo pois servir de divisória entre ambos.

A ornamentação destas lajes, por meio de gravura, como foi dito, era a seguinte: uma linha ondulada longitudinal, numa das que apareceram na câmara; duas linhas onduladas longitudinais, unidas numa extremidade, na outra; e, finalmente, na pedra que dividia o corredor da câmara eram também linhas onduladas a base da ornamentação, que, desta vez, e significativamente, abrangia ambas as faces, estando a mais decorada voltada ao corredor; esta apresentava também vários sinais em U³².

Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó (Alijó) – Trata-se provavelmente de um dólmen com vestíbulo; este seria constituído originalmente por duas lajes colocadas uma de cada lado da entrada, deitadas sobre o seu bordo maior, e portanto de pequena altura (destas, só existe a do lado esquerdo). Coteló Neiva encontrou neste dólmen várias gravuras e pinturas³³. As gravuras são constituídas por covinhas (face superior da tampa), por covinhas e um pequeno sulco (face externa do esteio nº 7, ou seja, o primeiro do lado direito de quem entra na câmara), por depressões circulares profundas (face externa do 3º esteio, a contar do lado esquerdo), e sulcos, um dos quais alongado (esteio nº 6, tombado no exterior do monumento). As pinturas, a vermelho, interessam o esteio 3; são constituídas por uma forma sub-rectangular, vertical, com dois apêndices semi-circulares na parte superior e um sub-rectangular, na parte inferior; e por duas linhas, encontrando-se em ângulo recto, encimadas por uma pequena elipse alongada.

Dólmen de Vilarinho da Castanheira (Pala da Moura) (Carrazeda de Ansiães) – Dólmen de corredor curto. Santos Júnior³⁴ notou pinturas a vermelho na laje fronteira ao corredor deste monumento, vestígios de uma ampla decoração que deve ter abrangido grande parte do esteio. Na parte superior deste, existiria, segundo aquele autor, um conjunto de quatro sinais, dois dos quais em forma aproximada de S, e dois outros constituídos por dois círculos unidos, e por dois círculos unidos ligados a um terceiro por um pequeno segmento de recta, respectivamente. Finalmente, um outro motivo, isolado, era formado por um semi-círculo com um apêndice em forma de gancho.

Ora, recentemente, E. Shee, num trabalho várias vezes citado («Painted megalithic art ...», p. 117) reviu as pinturas da laje da cabeceira deste dólmen, vendo nelas um motivo em forma de pele esticada de animal, a lembrar vagamente o que ocorre na laje de cabeceira do dólmen dos Juncas, ou na Orca do Tanque³⁵. Por este exemplo

³¹ Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora) – II, *Rev. Guimarães*, 1955.

³² S. Twohig, *The Megalithic Art ...*, p. 146, fig. 27.

³³ O Dólmen da Fonte Coberta (na Chã de Alijó), *Bol. Assoc. Fil. Nat.*, vol. I, 1933, nº 5, pp. 61-82.

³⁴ *Pinturas megalíticas no Concelho de Carrazeda de Ansiães*, Porto, Inst. de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 1930.

³⁵ Cf. decalques em Leisner, *Die Malereien des dolmen Pedra Coberta*, tafel 14.

podemos ajuizar o grau de confiança que devemos depositar em certos estudos antigos. A propósito, ocorre-nos ainda perguntar: não poderá a figuração de Vilarinho da Castanheira ser de carácter antropomórfico? (Trata-se de um tema que desenvolvemos em trabalhos posteriores).

Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) – Dólmen com vestíbulo constituído por duas lajes colocadas de cutelo, provavelmente do tipo do da anta da Fonte Coberta. Além de covinhas e sulcos na face externa da tampa, também neste monumento S. Júnior (*op. cit.*) detectou pinturas em três esteios da câmara (segundo, terceiro e quarto, a contar do lado esquerdo). No segundo esteio a composição era formada por duas «fossetes» pintadas a vermelho; do lado direito, uma linha ondulada, horizontal, terminando em ponta numa extremidade e, na outra, em círculo, e parecendo corresponder a uma representação serpentiforme; em baixo, linhas onduladas horizontais, encimadas por um motivo em forma de gancho, terminando em círculo, acima do qual se cruza uma pequena recta. De notar que as decorações deste esteio são apresentadas por Shee Twohig (*The Megalithic Art ...*, fig. 32) de modo algo diferente: linhas onduladas, encimadas por um «báculo». No terceiro esteio surgiria, seg. S. Júnior, uma figura antropomórfica ictifálica, com os braços e as pernas arqueados e, à esquerda desta, uma linha ondulada que descrevia um círculo; em baixo, no que parecia ser parte de outra forma antropomórfica, uma linha recta vertical, com dois apêndices basais encimada por dois arcos de círculo simétricos. Também o levantamento deste esteio feito por Twohig é diferente do de S. Júnior, nele destacando apenas um motivo ancoriforme na parte inferior. Finalmente, no quarto esteio aparecia, na visão de S. Júnior, uma composição constituída por uma figura antropomórfica, de braços e pernas arqueados, e outras duas possíveis, um motivo formado «grosso modo» por dois círculos unidos, e um elemento de maiores dimensões, que Santos Júnior diz lembrar «a representação de uma ave» (p. 34). Esta interpretação é controversa, não sendo impossível que esta figura tenha alguma relação com a da laje de cabeceira do dólmen de Chã de Parada, que veremos a seguir. Acrescente-se que, segundo Twohig, existem também restos de pintura a vermelho na laje de cabeceira de Vilarinho da Castanheira.

Dólmen 1 de Chã de Parada, Ovil (Baião) – Dólmen de corredor e câmara poligonal alargada. Já nos referimos amplamente a este monumento nos muitos trabalhos que dedicámos à Serra da Aboboreira. Lembramos aqui que Serpa Pinto notou restos de pintura a vermelho no esteio da cabeceira, actualmente invisíveis, pelo menos à vista desarmada. Num trabalho recente, feito por E. Shee, de colaboração com C. Garcia Martinez³⁶ publica-se o decalque das gravuras existentes naquele mesmo esteio. Trata-se de quatro representações de uma figura com «corpo de traços paralelos e base trapezoidal», que já encontrámos nos dólmenes galegos de Dombate e Casa dos Mouros (Corunha), e que se apresenta em falso relevo no motivo superior (conseguido por rebaixamento da superfície em torno do mesmo) e incisa nos restantes. Esta figura, por ora de significação indeterminável, é dissimétrica, tendo de um dos lados um apêndice de contorno curvo, e apresenta-se normalmente na posição vertical, com o «apêndice» do lado direito, embora na «Casa dos Mouros» nos surja deitado, e num dos esteios de Dombate, como vimos, com o que parece ser o esboço do «apêndice» para o lado esquerdo. Acrescente-se que os trabalhos recentes de Bello Diéguez revolucionaram a nossa visão deste dólmen e sua «ornamentação», que inclui numerosas representações deste tema, designado «a coisa» por E. S. Twohig.

³⁶ Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trab. Preh.*, 1973, p. 346.

No dólmen de Chã de Parada surgem ainda outras gravuras; no segundo esteio do lado direito da câmara, uma figura radiada; no terceiro esteio do mesmo lado, dois círculos, lado a lado, e uma pequena covinha entre a base dos dois («face oculada»?) e, mais acima, à esquerda, uma figura que lembra vagamente um 8.

De notar que, segundo um texto inédito de Serpa Pinto (gentilmente comunicado por A. A. Huet de B. Gonçalves, do Instituto de Antropologia do Porto), uma mamoa das proximidades do dólmen (nº 3, núcleo I, do inventário de Domingos Cruz)³⁷, continha na laje de cabeceira da câmara «restos de pinturas a vermelho muito danificadas pelos líquenes (...)»; «notam-se ainda – escreve aquele autor – 2 rectângulos ligados por linhas sinuosas, desenho no género dos das antas de Sales (Barroso)». Trata-se da conhecida Mamoa 3 de Chã de Parada, escavada nos anos 80 por Fernando Silva, e cujas pinturas foram parcialmente publicadas por O. Sousa (*Arqueologia*, vol. 17, Porto, GEAP, 1988, pp. 119-120).

Dólmen do Padrão, Vandoma (Paredes) – Dólmen destruído, talvez de corredor. Mendes Corrêa publicou pinturas de fragmentos dos seus esteios³⁸. Esses fragmentos apresentavam: um, sete linhas onduladas paralelas, oblíquas, a vermelho; outro, três linhas do mesmo tipo, duas a vermelho e uma a negro; outro, três linhas também onduladas, duas a vermelho e outra a negro; outro, um motivo a vermelho, sub-elíptico, de contorno ondulado; outro, três linhas onduladas e, entre duas delas, uma figura humana com braços e pernas arqueados, tronco curto e cabeça arredondada, todos a vermelho; e outro, finalmente, com uma série de linhas mais ou menos onduladas, irradiando de um ponto central, igualmente vermelhas. Tratava-se pois de um monumento profusamente decorado, não sendo infelizmente possível posicionar os motivos no conjunto do mesmo; esses motivos estão, aliás, muito truncados. Além disso, em vez de decalques rigorosos, publicaram-se reconstituições, não se sabendo qual o grau de fidelidade das mesmas em relação ao original. Decalques de alguns esteios só foram publicados por E. S. Twhig em 1981 (fig. 29 e fig. 69).

Dólmen de Escariz 1 (Arouca)³⁹ – Dólmen escavado, entre outros do mesmo conjunto, por Pinho Brandão, nos anos cinquenta (v. jornal «Defesa de Arouca», nº 102, de 4.5.1957). Mais recentemente, E. Shee refere-se a três esteios ornamentados no seu trabalho «Painted megalithic art»..., pp. 108, 111 e 113, publicando o decalque de um deles (nº 1, p. 114). Este apresenta várias linhas ondulantes verticais, pintadas a vermelho e preto; há, além disso, gravados, motivos lineares ondulados. Algumas gravações atingiram partes pintadas, mas também se notam, segundo Shee, casos do preenchimento com tinta de sulcos gravados, particularmente nítidos no esteio 2 (*op. cit.* p. 114). Na recente obra publicada, Twhig reproduz os três esteios deste dólmen, em cada um dos quais existem pinturas a vermelho e gravuras. O esteio 2 é encimado por uma figura cruciforme gravada, com dois apêndices rectilíneos no braço esquerdo. Por debaixo dela, surgem linhas verticais pintadas e motivos gravados, também lineares, rectilíneos ou curvos. No esteio 3 a ornamentação é também abstracta, consistindo basicamente numa gravura ovóide, da qual partem apêndices lineares para a parte superior e inferior, e numa forma sub-rectangular, com prolongamentos lineares na parte central superior e inferior, pintada.

³⁷ *Actas do Sem. de Arq. do Noroeste Pen.*, vol. I, 1980, pp. 31-32.

³⁸ As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma), *O Arq. Port.*, 1929, pp. 128-136. Mais tarde, D. Cruz e Huet B. Gonçalves descobriram que as pinturas reproduzidas por Twhig (1981, p. 69) pertenciam também a este monumento.

³⁹ Os dólmenes de Escariz foram reestudados recentemente por Fernando Silva, no contexto de uma tese de doutoramento a apresentar à Universidade do Porto.

Com estes oito dólmenes ornamentados do Norte de Portugal, não esgotámos o assunto, relativamente a esta vasta região; cremos porém ter citado os mais importantes. Originalmente, muitos monumentos devem ter contido gravuras e/ou pinturas, estas últimas tão características do megalitismo do Noroeste peninsular, mas o frequente aproveitamento dos esteios para fins utilitários, motivado pela ignorância, deve ter eliminado inúmeros documentos preciosos. Alguns exemplos apenas: há anos, um antigo aluno nosso (Anselmo C. Vieira) comunicou-nos diapositivos a cores dos esteios de um dólmen, actualmente incorporados num muro, em Freixo (Ponte de Lima), nos quais são nítidos vestígios de pintura a vermelho, aliás confirmados «in loco». Martins Sarmiento, a propósito da anta do Folão (Póvoa de Varzim), escrevia em 1886: «A anta do Fulão (sítio nas imediações da cidade de Bagunte) está hoje completamente destruída, mas existia inteira há coisa de 20 anos, segundo a notícia dum informador que ma descreveu minuciosamente. Num dos esteios haveria a gravura duma ave (...)»⁴⁰. No seu trabalho sobre «Arte rupestre» (*Cong. Mundo Port.*, 1940), Santos Júnior refere que ainda viu «restos de pinturas» na «face interna dos esteios do dólmen da Portela», Santa Marta, Penafiel, bem como «vestígios de pinturas a vermelho, nuns pedaços de esteios da mamoa dos Arcos (S. Pedro Fins, concelho da Maia), há anos arrasada pelo dono da mesma para aproveitar a pedra na construção de uma presa de água» (*op. cit.*, p. 346)⁴¹.

A concluir esta alínea, desejamos acrescentar que E. Shee citou ainda, entre os dólmenes ornamentados do Norte do país, e mais particularmente entre os que contêm gravuras, o de Lamoso, Paços de Ferreira (Painted megalithic art ...», mapa da p. 107); este monumento apresenta, na laje de cabeceira, uma figura de forma sub-triangular, de cuja antiguidade Shee Twohig duvida (*op. cit.*, pp. 146-147 e fig. 28), dada a ausência de pátina; mas poderia tratar-se da base de um «objecto» do tipo do de Chã de Parada, até porque se encontra numa posição semelhante ao maior desses motivos que aparecem no dólmen de Baião. Por seu turno, Leite de Vasconcelos refere-se a uma laje encontrada no dólmen de Friero (Vila Pouca de Aguiar), coberta de covinhas, que reproduz (*Religiões da Lusitânia*, vol. I, 1897, p. 359)⁴².

D) SUDOESTE PENINSULAR: OS MENIRES DE REGUENGOS (ÉVORA)⁴³ E O DÓLMEN DE SOTO (HUELVA)

Não poderíamos concluir este texto sem fazer uma referência a algumas manifestações de arte megalítica no Sudoeste peninsular, que temos de ter presentes pela importante problemática que levantam.

Entre eles, está o notável menir insculpturado da Bulhoa perto de Reguengos de Monsaraz⁴⁴. A sua ornamentação é encimada por um círculo radiado, abaixo da qual se estendem motivos lineares de teor geométrico-abstracto: trata-se de séries de linhas circulares onduladas, ou em zigue-zague, paralelas entre si, e encastoando-se

⁴⁰ «Notícia arqueológica sobre o Monte da Cidade», *Rev. Guimarães*, vol. III, 1886, p. 142, nota 2.

⁴¹ Acrescente-se que, no seu «corpus», Shee Twohig refere que Santos Júnior lhe comunicou pessoalmente não existirem, de facto, quaisquer pinturas no dólmen da Portela, como se confirma pela observação directa (p. 231); tratar-se-ia, pois, de um equívoco daquele autor.

⁴² Os estudos recentes de Eduardo Jorge Lopes da Silva nos dólmenes do Minho e na área a sul do rio Douro têm revelado resultados significativos, incluindo abundantes elementos sobre «arte megalítica», os quais serão apresentados por este autor em tese de doutoramento. Também os estudos do signatário (em colaboração com António M. Baptista, Eduardo Jorge L. Silva e Susana O. Jorge) no planalto de Castro Laboreiro (Melgaço), a partir de 1992, permitiram a detecção de um dólmen (nº 2 do Alto da Portela do Pau) com os esteios interiormente gravados, entre outros elementos. Finalmente, trabalhos de Marc Devigues (v. por ex. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, 1993, pp. 69-91) sobre a pintura megalítica, e de Primitiva Bueno e Rodrigo Balbín sobre novos dólmenes com pinturas e gravuras, em amplas áreas da Península, têm enriquecido enormemente os nossos conhecimentos nesta matéria.

⁴³ Estudos recentes de Victor Gonçalves e seus colaboradores, na área de Reguengos e de Évora, abrem novas pistas para a compreensão do megalitismo alentejano, assim como os contributos de Jorge Oliveira, Rui Parreira e Mário Varela Gomes, entre outros.

⁴⁴ Cf. J. P. Gonçalves, *Arte rupestre de Monsaraz*, *Arq. Centro Cult. Port.*, Paris, Fund. C. Gulbenkian, 1972, pp. 489-502).

umas nas outras, Entre estas, na parte inferior, há uma representação em forma de «báculo». O cariz geral da ornamentação, «dactiloscópico» como lhe chama P. Gonçalves, e a presença deste «báculo», evocam surpreendentemente Gavrinis e outros dólmenes bretões, mas lá está o motivo solar, presente em vários dólmenes peninsulares e na arte rupestre do vale do Tejo, não muito distante de Reguengos, a dar-lhe um cunho ibérico.

Não é este o único menir gravado português; são numerosíssimos. Para já não falarmos do que surgiu nas imediações da «tholos» de Vale de Rodrigo⁴⁵, referiremos como mero exemplo as insculpturas de um dos menires do cromelech dos Almendres⁴⁶ constituídas por círculos dos quais partem, na direcção da parte média do menir, linhas onduladas verticais.

Revertendo agora à arte megalítica sepulcral, temos de fazer uma menção ao importante dólmen de Soto (Huelva), que pudemos visitar nos inícios de 1978⁴⁷. Trata-se de um vasto sepulcro de corredor indiferenciado, cujo comprimento total excede os 20 metros e em que a altura dos esteios vai aumentando progressivamente da entrada para a laje de cabeceira. As gravuras encontram-se dispersas por todo o monumento, desde os esteios do corredor até aos da câmara, incluindo uma das tampas. Refiramos as principais, seguindo Obermaier⁴⁸.

Nos esteios do lado direito do corredor, e entre figurações geométrico-abstractas difíceis de definir, encontramos três círculos dispostos em fila horizontal, figurações sub-triangulares interpretadas como punhais, e figurações antropomórficas esquemáticas, umas com pernas e braços arqueados, e outra com a cabeça circular, braços abertos, rectilíneos, e corpo sub-rectangular, hirtó. Do lado esquerdo do mesmo corredor temos de novo representações em forma de punhal (num caso, trata-se de um par de elementos disposto simetricamente), figurações geométrico-abstractas, e, no esteio 21º a contar da entrada, uma das mais interessantes gravuras deste dólmen: trata-se, segundo Obermaier, de um «ídolo dolménico», com uma «face» com dois olhos, constituídos por círculos, sobre os quais existe um semi-círculo esboçando a cabeça, e um apêndice que representaria o nariz; esta figura teria dois braços, que «arrancam» de círculos que corresponderiam a seios. Pormenor enigmático: toda a representação estaria invertida, surgindo na base do esteio, em cuja parte superior há uma figuração esquemática. Obermaier interpreta o caso considerando o esteio como material de aproveitamento: «Estamos, parece, na presença de um monólito-menir «profanado», destruído como monumento religioso e reutilizado somente como material de construção do dólmen, altura em que recebeu a segunda gravura antropomórfica, no extremo oposto ao «ídolo». (op. cit., p. 18).

Realmente, encarada deste modo, a figura em causa lembra as estátuas – menires com «cabeça de coruja» que nos aparecem, por exemplo, no Sul de França, na Itália, e em Portugal. Arnal, na sua obra *Les Statues-Menhirs, Hommes et Dieux* (Toulouse, Ed. Hespérides, 1976, p. 200) considera mesmo este esteio do dólmen de Soto como uma «estátua-pilar», em que a figura humana («cara em T. seios») faria um todo com o outro motivo da extremidade do esteio («ornamento misterioso em «psi»). Porquê, então, a inversão dessa hipotética «estátua-pilar»? Poderá, evidentemente, tratar-se de uma reutilização. O assunto, quanto a nós, é de difícil resolução, nada nos obrigando, em princípio, a inverter as figurações deste esteio (que podem ser tão simbólicas e esquemáticas quanto outras do mesmo monumento), ou a querer ver

⁴⁵ Leisner, O dólmen de falsa cúpula de Vale de Rodrigo, *Biblos*, 1944.

⁴⁶ Henrique Leonor Pina, Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora, *Actas do II Cong. Nac. de Arq.*, 1971, pp. 151-162; idem, Cromelechs und menhire bei Évora in Portugal, *Mad. Mitteil.*, 17, 1976, pp. 9-20.

⁴⁷ Na companhia dos saudosos Henrique David (da FLUP) e sua mulher, Mª de Fátima Melo, já falecidos.

⁴⁸ El dólmen de Soto (Trigueros; Huelva), *Bol. Soc. Esp. Exc.*, 1924, pp. 1-31. Primitiva Bueno e Rodrigo Balbín fizeram ulteriormente uma revisão da arte deste monumento.

nelas uma composição de conjunto, mas há que aguardar novas investigações sobre o assunto que podem confirmar a primeira hipótese.

Na cabeceira, surgem-nos dois motivos: um círculo encimado por uma «seta» e uma cruz cuja base forma dois arcos de círculo simétricos; finalmente, na última tampa conservada, junto ao começo da câmara, ocorrem dois círculos, um dos quais com a linha do diâmetro marcada.

Como vemos, não há neste enorme monumento uma organização decorativa em painéis, que encontrámos em Chão Redondo (gravuras), em Antelas ou na Pedra Coberta (pinturas). As largas faixas decorativas desses monumentos contrastam claramente com as figurações «soltas» do dólmen de Soto; e mesmo quando no Noroeste nos surgem gravuras mais ou menos isoladas nos esteios dos dólmens, há todas as razões para perguntar se elas se não inseriram em painéis pintados, de que por vezes ainda se notam vestígios. Estamos, parece, perante duas soluções ornamentais simbólicas bastante diferentes. Aliás, a frequência com que nos aparecem pinturas no Noroeste, tanto nos dólmens da Beira Alta, como ao Norte do Douro, vem acentuar mais uma vez as ligações entre o megalitismo das províncias do Norte do país e das beirãs, que elementos do espólio também confirmam (embora no espólio das antas da Beira, e até nas tipologias arquitectónicas, existam muitos outros elementos que têm afinidades com o Alentejo). Já alguém sugeriu⁴⁹ que a presença de placas de xisto gravadas e da arte megalítica se excluem mutuamente, parecendo significar que «a função ritual que tinham as placas de xisto no Sul era assegurada no Norte pela decoração das paredes dos monumentos». Hipótese ousada, sem dúvida, mas que se deve registar como um elemento mais da rica problemática que levanta a arte megalítica portuguesa, sem dúvida um dos mais fascinantes temas da nossa Pré-história.

BIBLIOGRAFIA

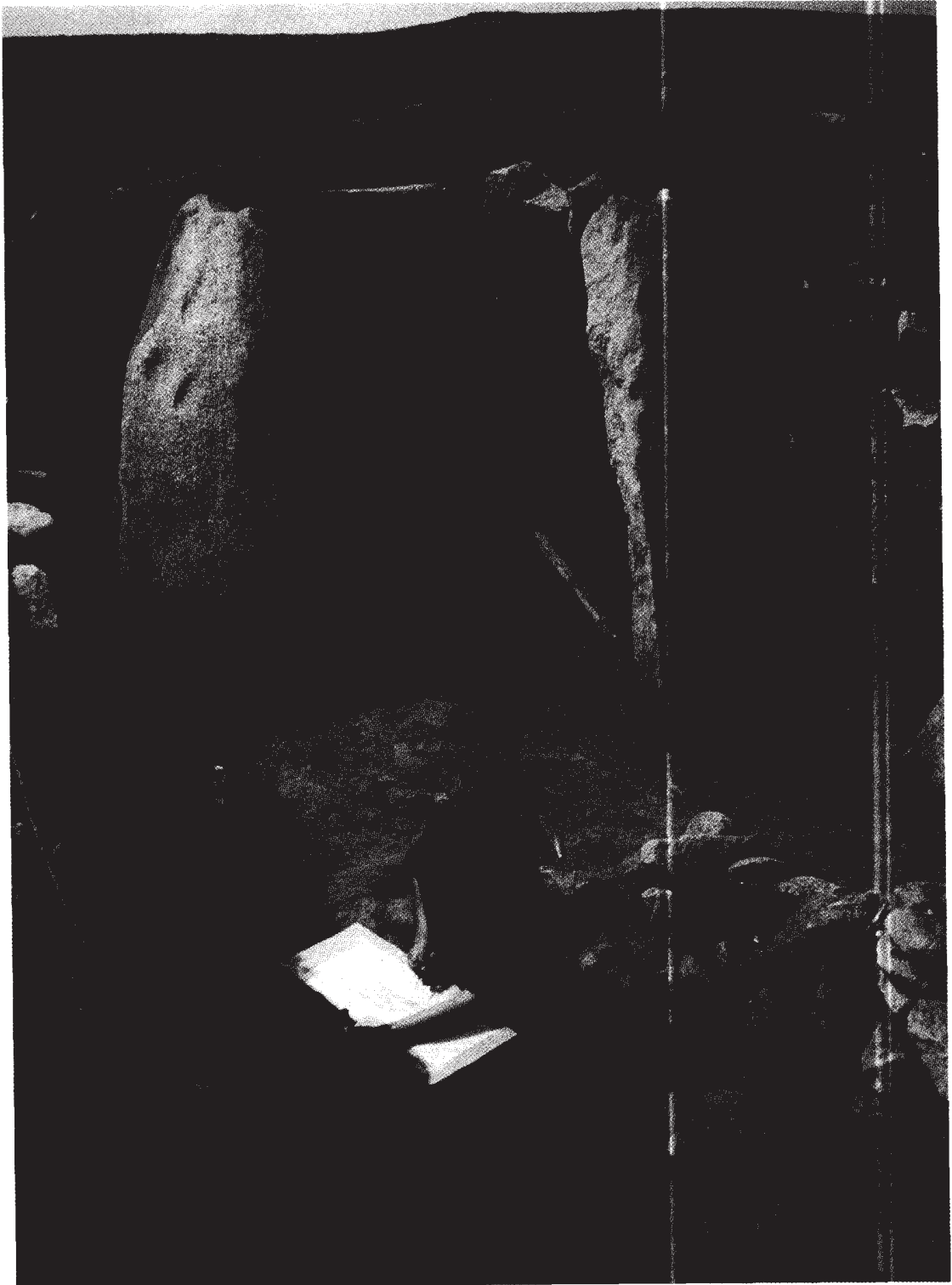
- BAPTISTA, A. M. (1998), Arte megalítica no Planalto de Castro Laboreiro (Melgaço, Portugal), com. apresentada ao «III^o Colóquio Internacional de Arte Megalítico», La Coruña (no prelo).
- BELLO DIÉGUEZ, J. M.^a (1995), Arquitectura, arte parietal y manifestaciones escultóricas en el megalitismo noroccidental, *Arqueología e Arte na Galicia Prebistónica e Romana*, Coruña, Museo Arqueológico e Histórico de a Coruña, pp. 29-98.
- BRIARD, J. & A. Duval (dir. de) (1993), *Les Représentations Humaines du Néolithique à l'Âge du Fer*, Paris, Éd. du CTHS.
- BUENO RAMIREZ, P. & R. de BALBIN BEHRMANN (1996), El papel del elemento antropomorfo en al arte megalítico ibérico, *Rev. Archéol. Ouest*, Supplément nº 8, pp. 41-64.
- CRUZ, DOMINGOS J. (1988), O megalitismo do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, fasc. 1-2, pp. 15-49.
- CRUZ, D. & R. Vilaça (1990), *Trabalhos de Escavação e Restauro no Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Dist. da Guarda). Resultados Preliminares*, Porto, Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia».
- CUNHA, ANA L. da (1995), Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Actas do 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, SPAE, vol. VII, pp. 133-151.
- Devignes, Marc (1992), Espagne et Portugal: L'art des dolmens peints, *Archeologia*, nº 280, pp. 50-57.
- DEVIGNES, MARC (1993), Contribution à l'étude de l'art mégalithique peint ibérique, *Actas do 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto SPAE, vol. 1, pp. 69-91.
- DEVIGNES, MARC (1996), Les rapports entre peintures et gravures dans l'art mégalithique ibérique, *Rev. Archéol. Ouest*, Supplément nº 8, pp. 922.

⁴⁹ E. Shee, Painted megalithic art ..., p. 122.

- JORGE, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Fac. de Letras, dissertação de doutoramento, 2 vols.
- JORGE, V. O. (1986), Arte rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI, pp. 27-50.
- JORGE, V. O. e S. O. Jorge (1991), Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornés, abris peints, rochers gravés, statues-menhirs, *Revista da Faculdade de Letras*, II^a série, vol. VIII, pp. 341-384.
- JORGE, V. O. et al. (1997), *As Mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*, Porto, SPAE, «Textos», 2.
- JORGE, V. O. (1998), Questões de interpretação da arte megalítica, com. apresentada ao «III^o Colóquio Internacional de Arte Megalítica», La Coruña (no prelo).
- LEISNER, V. (1998), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen. 4. Lieferang*, Berlin, Walter de Gruyter.
- L'HELGOUACH, J., C.-T. LE ROUX, J. LECORNEC (dir. de) (1996), *Art et Symboles du Mégalithisme Européen*, Assoc. pour la Diff. des Recherches Arch. dans l'Ouest de la France (supp. n^o 8 de *Revue Archéologique de l'Ouest*).
- O'SULLIVAN, M. (1998), On the meaning of megalithic art, com. apresentada ao «III^o Colóquio Internacional de Arte Megalítica», La Coruña (no prelo).
- TWOHIG, E. S. (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford Clarendon Press.
- V. A. (1994), *Actas do seminário «O Megalitismo no Centro de Portugal»*, Viseu, CEPBA.



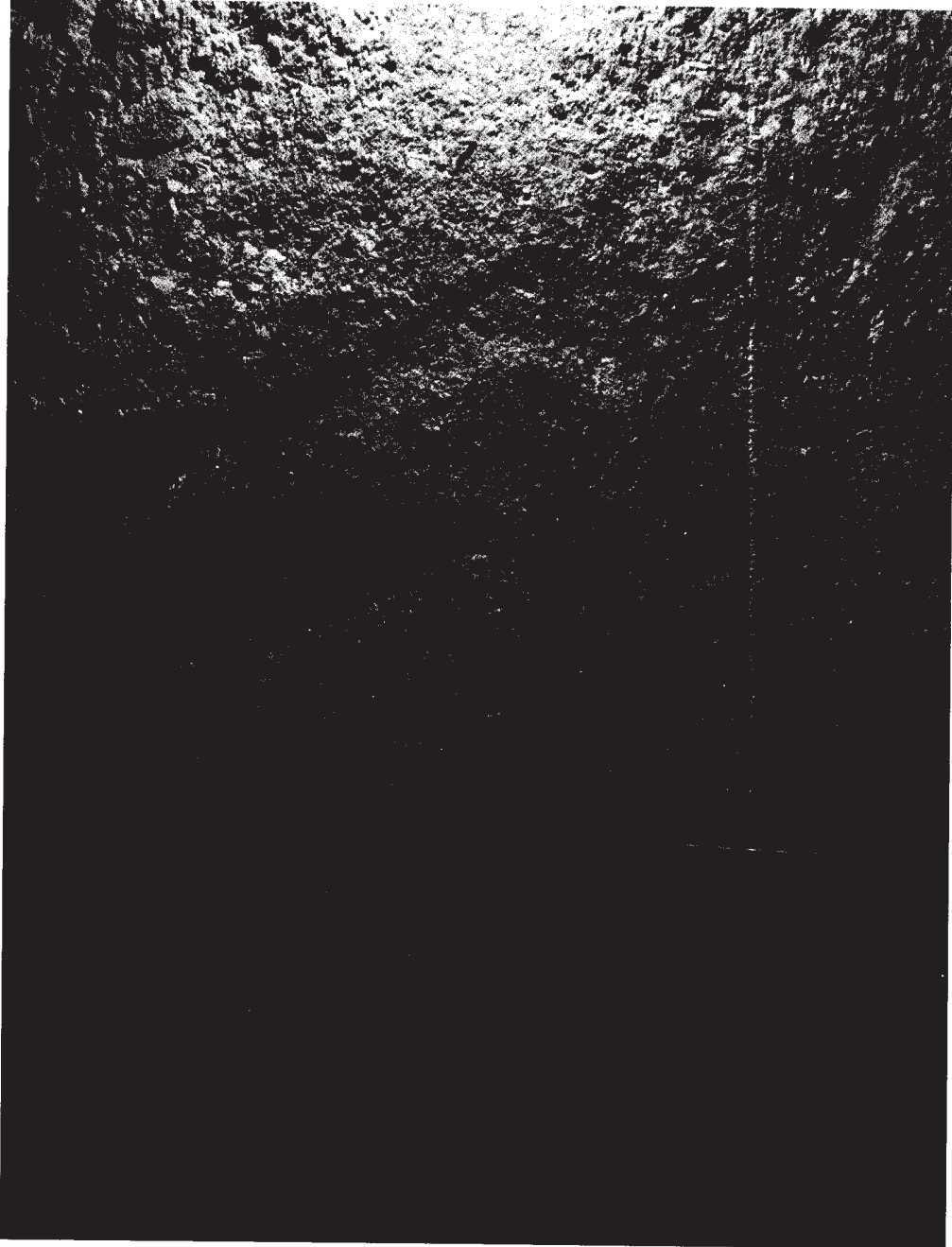
Estampa I – Gravuras da Roza das Modias I (Lugo, Galiza, Espanha) – linhas onduladas verticais.
(foto de M^a Jesus Sanches, 1997)



Estampa II – Anta 2 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço, Portugal)
– uma câmara quase inteiramente gravada (e com vestígios de pinturas),
predominando as bandas de zigue-zagues horizontais.
(foto de V. O. Jorge, 1994)



Estampa III – Gravuras de um dos principais esteios da «Mota Grande», ou Mamoa 9 do Alto da Portela do Pau (fronteira de Castro Laboreiro, Melgaço, com a Galiza), sendo de destacar um motivo em falso relevo, sub-quadrangular.
(foto de A. M. Baptista, 1990, adaptada)



Estampa IV – Principal figuração de «a Coisa», motivo central da laje de cabeceira do dólmen 1 de Chã de Parada, Aboboreira (Baião, Portugal), destacado em falso relevo
(foto de O. Sousa, 1989, adaptada)



Estampa V – Grande figura antropomórfica do tipo «pele esticada de animal» da anta da Arquinha da Moura (Tondela, Portugal), Seg. Ana Leite da Cunha.



Estampa VI – Cromlech do Xarez (Reguengos de Monsaraz), cujos menires (alguns dos quais verdadeiras «estelas») apresentam numerosas gravuras.
Como é frequente em recintos deste tipo (escavações de M. Varela Gomes)
(foto de V. O. Jorge, 1998)

DIVERSIDADE REGIONAL NA IDADE DO BRONZE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Visibilidade e opacidade do «registo arqueológico»*

Susana Oliveira JORGE**

INTRODUÇÃO

A maioria dos arqueólogos que estuda o Bronze Ibérico aceita a existência dum fenómeno de crescente complexidade social durante este período. Apesar de óbvias particularidades regionais, tal fenómeno parece manifestar-se através do incremento de processos gerais designados, segundo a nomenclatura funcionalista/processual, por intensificação da produção, interacção, hierarquização social e integração socio-política (Chapman, 1991). São admitidas, no seio deste fenómeno, singularidades espacio-temporais, assimetrias regionais, diferentes ritmos de complexificação. Aceita-se mesmo, para certas regiões, períodos de «involução», os quais são encarados como recuos temporalmente efémeros e geograficamente localizados, adentro do processo globalmente «inevitável» da «complexificação social» (Gilman, 1987 b). Contudo, tais «involuções» são caracterizadas como adaptações regionais, motivadas por inúmeros factores, como a especificidade do meio-ambiente e dos recursos disponíveis, as diversas tradições locais, as múltiplas interacções inter-comunitárias, os diferentes mecanismos de inter-dependência supra-regional, etc. Todos esses factores influem na trajectória de cada grupo e, em conjunto, modelam regionalmente o processo de complexidade cultural (Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Diaz-Andreu, 1993, 1995).

* O presente texto corresponde à versão portuguesa ilustrada com estampas, do artigo intitulado «Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archaeological record», publicado em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 36, Porto, 1996, pp. 193-214.

Trata-se de um texto de síntese apresentado ao Colóquio internacional «The Identity of Bronze Age Europe» (Londres, 1994), realizado no quadro da «Campanha da Idade do Bronze», do Conselho da Europa.

Sendo um texto que incide sobre diversas facetas da Idade do Bronze da Península Ibérica, numa perspectiva problematizante, parece-me útil a respectiva publicação, em língua portuguesa, com vista a uma mais ampla e rápida disseminação do seu conteúdo no seio da comunidade arqueológica em Portugal e Espanha.

Nesta versão adopta-se uma cronologia absoluta baseada em datas de calendário.

**Instituto de Arqueologia da FLUP.

E contudo, como se sabe, os indicadores funcionalistas/processuais de intensificação, hierarquização e integração são dificilmente quantificáveis no chamado «registo arqueológico». Fundamentalmente porque podem assumir configurações materiais muito distintas. Assim, a sua identificação está dependente da correlação de múltiplas variáveis e não apenas da presença/ausência dum número restrito delas.

Apesar destas limitações, uma larga maioria de arqueólogos admite hoje que a «complexificação social» – desde o 3º milénio a.C. até aos inícios do 1º milénio a.C. – se expressa através duma progressiva visibilização de «materialidades» (Barrett, 1994) conectadas com a esfera do poder. Tal visibilização – segundo tais arqueólogos – transparece na monumentalização e/ou especialização dos contextos domésticos/sepulcrais, no enriquecimento e diversidade dos espólios funerários e ainda na presença de artefactos de excepção, que, em conjunto, terão envolvido contextos ritualmente ostentatórios. Em suma, o fenómeno de complexidade social parece correlacionar-se globalmente com novos cenários de manifestação social que, em regra, terão deixado uma marca visível no registo arqueológico.

Todavia, a validação empírica da correlação entre visibilidade arqueológica e complexidade social tem-se mostrado problemática. Esta dificuldade é particularmente expressiva quando se tenta caracterizar o Bronze Antigo e Médio (2300-1500/1300 a.C.): à excepção do Sudeste e áreas limítrofes, as restantes regiões peninsulares não parecem revelar os indicadores clássicos de tal «complexidade». A não admitirmos que a um período de múltiplas e diversas «complexidades» (Calcolítico) terá sucedido um outro caracterizado por «involuções» várias (Bronze Antigo/Médio), só resta questionar o próprio valor heurístico dos referidos indicadores. Por outro lado, durante o Bronze Final, volta a aumentar a visibilidade dos testemunhos materiais correlacionáveis com os processos de intensificação, interacção, hierarquização e integração. Mas essa visibilidade já não recai nos contextos tradicionais de poder. O deslocamento dos cenários de poder, dos clássicos contextos funerários para novos contextos domésticos/rituais, altera o antigo padrão e põe em causa o modelo neo-evolucionista subjacente ao conceito de «complexidade social».

A assunção de que a complexidade social se traduz numa progressiva visibilidade arqueológica não é apenas específica de estudos sobre a Idade do Bronze na Península Ibérica. De facto, percorre todas as construções da Pré-História e Proto-História europeias. No presente texto tentarei reflectir sobre a forma como, nos estudos sobre o Bronze Ibérico, se tem manipulado os conceitos de visibilidade e invisibilidade dos testemunhos arqueológicos, por forma a circunscrever, ampliar ou eventualmente rejeitar os parâmetros clássicos da concepção processual de «complexidade social».

DO CALCOLÍTICO AO BRONZE FINAL

1. CALCOLÍTICO, C. 3000 – 2300 A.C.

Até finais dos anos 80 considerou-se o Sudeste e a Estremadura portuguesa como as duas únicas áreas peninsulares culturalmente «evolucionadas» (Chapman, 1991). Um dos indicadores dessa maior complexidade cultural seria a emergência, a partir dos inícios do 3º milénio a.C., em ambas as áreas, de povoados fortificados, tradicionalmente correlacionados com a metalurgia do cobre, a edificação de sepulcros em falsa cúpula e o fabrico de alguns artefactos de prestígio. Independentemente de explicações de carácter colonial ou autoctonista (V. Hernando Gonzalo, 1988, Martinez Navarrete, 1989), que faziam das referidas inovações, quer o produto de migrações populacionais desde o Mediterrâneo Oriental, quer o resultado de transformações endógenas, os povoados fortificados foram sempre vistos como locais com funções defensivas, dissuasoras e ostentatórias. Veiculavam basicamente conflitos:

quer entre os colonos e os indígenas para obtenção do cobre ibérico (versão colonial), quer entre as comunidades locais, na necessidade de afirmação de direitos territoriais (versão autoctonista). Em qualquer das correntes explicativas, o povoado fortificado era entendido como um indicador hegemónico de um determinado grau de desenvolvimento socio-político.

No caso das perspectivas funcionalista/processual, o povoado fortificado emergia como um sinal individual que ilustrava processos gerais designados por intensificação, diferenciação, competição/interacção ou complexidade.

Recentemente procedi à reavaliação do Calcolítico ibérico tomando como eixo precisamente as chamadas «fortificações» (Jorge, 1994). Neste sentido, investiguei duas ordens de questões: a eventual restrição espacio-temporal destes sítios amuralhados às regiões clássicas e suas periferias (Sudeste e Estremadura portuguesa); a correlação deste sítios com os processos decorrentes da complexidade social. Este último ponto afigurava-se-me, à partida, crucial, na medida em que a eventual desconstrução do carácter unitário do conceito de «povoado fortificado» poria igualmente em causa o perfil uniformizador dos processos que lhe teriam dado origem. De facto, mesmo antes de se proceder a um estudo exaustivo dos dados, parecia-me óbvio que as fortificações calcolíticas eram fundamentalmente locais onde se tinha investido energia e saber tecnológico. Nesse sentido poderiam aparecer como indicadores genéricos de um determinado grau de organização social e de liderança. Mas não estando estes dois aspectos suficientemente contextualizados (nas suas vertentes espacio-temporais), afigurava-se-me pouco útil recorrer sistematicamente a rótulos como «intensificação» ou «complexidade social» para caracterizar realidades plurais expressas naqueles lugares.

Na sequência desta investigação analisei cerca de 70 povoados calcolíticos (pertencendo predominantemente à primeira metade do 3º milénio a.C.), distribuídos por uma vasta área: Sudeste, Sudoeste, Estremadura portuguesa, Meseta Norte e sua periferia ocidental. Foram revistos os respectivos enquadramentos espacio-temporais, os tipos arquitectónicos, os cenários de uso dos espaços domésticos, a relação espacio-temporal dos povoados com os contextos funerários coevos, os graus de visibilidade/monumentalidade dos habitats, etc. O balanço final desarticulou, de facto, as ideias firmadas sobre as fortificações calcolíticas ibéricas. Na verdade, este estudo demonstrou que apenas podemos sustentar algumas ideias gerais: durante um lapso de tempo de cerca de 1000 anos surgiram na Península Ibérica sítios delimitados por muros, muretes ou muralhas, com durações diversas, articulados com ecossistemas variados, vinculados a processos económicos e sociais distintos. Ou seja, a expressão «povoado fortificado» não apresenta unidade semântica. O único elemento comum tem a ver com a arquitectura: são povoados que foram tão só delimitados ou cercados por estruturas pétreas, com diferentes graus de durabilidade, visibilidade e monumentalidade. A área habitada, agora mais restrita, encontra-se contida num espaço cercado por muros ou muralhas. A questão que normamente se coloca é a seguinte: para que serviram tais delimitações pétreas? Penso que tais delimitações só ganharão sentido quando associadas a práticas que, por sua vez, devem ser lidas por referência a uma ordem mais ampla, observável numa paisagem mais abrangente. Os muros e as muralhas, independentemente de terem podido funcionar como defesas num determinado momento da sua história, devem ser globalmente considerados como dispositivos comunicacionais ao serviço de formas específicas de territorialização e de identificação comunitárias.

De facto, se analisarmos as regiões onde surgem povoados murados, tendo em conta a sua relação com outros povoados¹ e sepulcros contemporâneos, constatamos uma característica comum: uma nova forma de ocupação da terra e, correlativamente,

¹ Entre os povoados deste período, deve salientar-se os que são rodeados por fossos (por ex., La Pijotilla ou Stª. Vitória). A sua eventual monumentalidade requeria a manutenção de estruturas em madeira e barro, em vez de estruturas pétreas, madeira e barra.

a emergência de novos sistemas da sua representação. Na verdade, desde os finais do 4º milénio a.C. que, em todas estas áreas, ainda que com diversos meios tecnológicos e humanos, se observam investimentos agrícolas de longo prazo. Tais investimentos podem ter recorrido quer ao regadio (por ex., no Sudeste) (Gilman/Thornes, 1985, Chapman, 1991), quer a outros mecanismos agrícolas intensivos, sob a forma, por ex., de implantação de curtos períodos de pousio. Todos estes investimentos tiveram como resultado ocupações continuadas nos mesmos sítios durante longos períodos de tempo (V. por ex., a cronologia de povoados como Los Millares, Zambujal, Castelo Velho de Freixo de Numão, etc.). Assim, não se pode dissociar tais investimentos na agricultura do aparecimento de ocupações contínuas e sistemáticas em territórios geográfica e conceptualmente cada vez mais circunscritos. O novo território acompanha a primeira grande «fragmentação da paisagem agrícola» (V. ocorrência similar na Grã-Bretanha, numa fase mais tardia) (Barrett, 1994). Do 4º para o 3º milénio a.C., passa-se dum território amplo, fluido, a um território mais restrito, com fronteiras – reais e cognitivas – onde se incrementam dicotomias espaciais como interior/ exterior, dentro/fora.

A gestão deste novo território por parte de grupos ainda debilmente hierarquizados ou politicamente não centralizados, exigiu uma muito mais nítida demarcação de fronteiras, um incisivo sublinhar de espaços, uma anotação de trajectos, o controlo de acessos, a imposição espacial de proibições, a expressão espacial de possibilidades. A nova gestão requereu uma nova inscrição espacial do poder, a qual também modelou a própria percepção do território. O povoado cercado da primeira metade do 3º milénio a.C., independentemente da teia de relações contextuais a que esteve ligado, reproduziu, a nível local, um novo figurino de «pertença a», novas percepções, individuais ou colectivas, do mundo social. De salientar que tal movimento – o qual ocorreu durante a consolidação da «2ª revolução agrícola» (Vicent, 1989) – é bastante abrangente a nível peninsular. O povoado cercado, enquanto sintoma duma «meta-regularidade» – uma nova forma de apropriação do território – ocorre desde Almeria, no Sudeste, até à bacia do Douro (V., nesta última área, os povoados de Castelo Velho e El Pedroso). O que eu sugeri em 1986 para uma micro-região do Norte de Portugal (Jorge, 1986) pode também ser observado no Norte da Península e, em particular, nas províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Zamora e Salamanca: o incremento da produção agrícola intensiva e a emergência do povoamento permanente desde, pelo menos, os inícios do 3º milénio a.C. (Jorge, 1992). Os investigadores que gostariam de negar esta evidência para apoiar a tese de que o povoamento permanente no Noroeste só teria tido lugar a partir do Bronze Final (Ruiz-Gálvez, 1991/1992 a, Fabião, 1992) deveriam reflectir sobre os importantes indicadores de reforço da produção detectados em povoados calcolíticos publicados, como Las Pozas, Zamora (Val Recio, 1992, Morales Muñoz, 1992), Buraco da Pala, Mirandela (Sanchez, 1987, 1989, Sanchez *et alii*, 1993), ou Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa (Jorge, 1993). Por outro lado, o povoamento permanente pode envolver muitas formas de manipulação da paisagem sem que tenha de forçosamente exprimir-se através de estruturas domésticas duradouras. O que significa que pode, numa abordagem superficial, tornar-se invisível. Todavia, cremos poder afirmar que, em povoados calcolíticos com muretes, muros ou muralhas, como Castelo Velho e El Pedroso, já referidos, S. Lourenço em Chaves (Jorge e Santos, em preparação), e outros sítios ainda praticamente inéditos do Norte de Portugal (Jorge, 1993, 1994), tal fenómeno – sintoma duma forte implantação territorial – parece indiscutível.

Em suma, de que modo é que a análise de povoados murados calcolíticos pode iluminar a problemática que aqui nos importa? A visibilidade dos chamados «povoados fortificados» remete-nos para um processo de escala muito ampla: a territorialização trata com «sentidos» de nível tão alto que, sob eles, se pode ocultar uma panóplia de formações sociais. Inscrevendo-se em redes com baixa densidade demográfica, as

formações sociais desta fase comportam múltiplas formas e graus de intensificação económica, diferentes possibilidades de especialização e diferenciação social, diversas esferas restritas de troca. Assim, a visibilidade arqueológica dos povoados murados calcolíticos não pode ser interpretada como um indicador infalível de «complexidade». Dada a multiplicidade de processos de nível médio a que se pode associar, transforma-se antes num indelével condutor de opacidade.

2. BRONZE ANTIGO E MÉDIO, C. 2300 – C. 1500/1300 A.C.

Os arqueólogos que têm abordado a Península, os espanhóis em particular, têm insistido repetidamente numa ideia que, não sendo nova, procura ganhar consistência através da validação de novos dados empíricos: por um lado, no Sudeste e suas periferias observa-se um processo de complexidade social que conduzirá à fortemente centralizada comunidade argárica – o «estado argárico» de V. Lull (1983) – por outro, nas restantes regiões peninsulares, apesar de diversidades locais, permaneceram grupos que não chegaram a atingir, nesta etapa, um nível similar de complexidade (Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Barceló, 1991, González Marcén *et alli*, 1992, Díaz-Andreu, 1993, García Sanjuán, 1994). Alguns autores referem-se mesmo à existência de um processo de «involução» em regiões exteriores ao Sudeste, por exemplo, na Estremadura portuguesa (Gilman, 1987, Lillios, 1993). Tal distinção, tão abrupta, entre o Sudeste e as restantes áreas peninsulares baseia-se fundamentalmente, mais uma vez, na assunção de que a complexidade social se expressa fundamentalmente através de materialidades associadas ao poder e que este se espelha linearmente através dum conjunto restrito de correlações arqueológicas. Estas correlações são medidas na monumentalidade e/ou estruturação interna dos contextos domésticos, funerários e rituais. Na verdade, assistimos aqui ao estabelecimento dum sistema linear de homologias entre a realidade arqueológica e a realidade cultural, segundo uma abordagem de ressonâncias ainda normativas. Segundo este esquema, a comunidade argárica denotaria um alto nível de complexidade social que se materializaria na recorrência dos seguintes elementos: fortificação dum número abundante de povoados; características proto-urbanas de muitos deles; existência no seu interior, de áreas e estruturas especializadas em vários tipos de produção, nomeadamente a metalúrgica; presença de sepulcros no interior de povoados, articulados com, pelo menos, cinco níveis de classes sociais. Finalmente, a comunidade argárica, criando redes hierarquizadas de povoamento, dispersas por áreas com recursos complementares, acusaria elevados níveis de intensificação e especialização económica, assim como de integração e inter-dependência regionais. A discussão em torno da maior ou menor importância dos recursos produzidos e intercambiados (recursos de subsistência e/ou artefactos metálicos), cujo controle estaria na base da ascensão de elites tão poderosas (Lull, 1983, Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Montero Ruiz, 1992, Díaz-Andreu, 1993) não irá ser desenvolvido neste texto. De momento apenas desejo questionar a especificidade social dos grupos argáricos face aos restantes grupos peninsulares. E, a partir desse questionamento, mais uma vez, debater a própria noção de complexidade social.

Se seguirmos a metodologia corrente processual – correlação dum número restrito de variáveis – e procurarmos os indicadores clássicos de tais variáveis no registo arqueológico peninsular, deparamo-nos com o seguinte quadro: durante o Bronze Antigo e Médio persistem, em muitas áreas distantes do Sudeste, povoados murados de tradição calcolítica. Refiram-se apenas alguns exemplos publicados: na bacia do Rio Douro, o povoado de Castelo Velho (Jorge, 1993); na Estremadura portuguesa, o povoado do Zambujal (fase 5) (Sangmeister e Schubart, 1981); no Sul da Meseta Norte são conhecidos vários povoados murados deste período (Fabián Garcia, 1993); no Alto Guadalquivir o povoado fortificado do Bronze Antigo de Peñalosa (Contreras Cortés, 1995) é, finalmente, em sítio com características da periferia argárica. Na

região da Mancha, os grupos das Motillas (Martin *et alli*, 1993) também podem ser encarados como fazendo parte duma área interactiva com o mundo argárico. Contudo, se sairmos das áreas periféricas do Sudeste, cujas fortificações podem ser interpretadas como decorrendo da proximidade com a comunidade argárica, e se fizermos uma breve incursão em testemunhos ainda maioritariamente inéditos², concluímos que, durante o Bronze Antigo e Médio, subsistem fortificações um pouco por toda a Península, mesmo se parecem ser menos frequentes do que na fase anterior. Por outro lado, em alguns povoados abertos têm sido identificados vestígios de aumento da produção agro-pastoril, adentro do que se convencionou chamar a «Revolução dos Produtos Secundários» (Sherratt, 1981, 1983). A título exemplificativo, citemos o caso do povoado com silos (fase inicial) da Bouça do Frade, no Norte de Portugal (Jorge, 1988), cuja primeira ocupação parece remontar aos inícios do 2º milénio a.C., num contexto proto-Cogotas³, e, na Estremadura portuguesa, o povoado do Agroal (Lillios, 1993). Aliás, Harrison (1993) defendeu também recentemente que, durante o 2º milénio a.C., o uso intensivo do pastoreio terá sido decisivo na economia de várias áreas da Península Ibérica. De facto, a utilização do pastoreio faria parte duma estratégia de intensificação económica tão eficaz quanto o policultivo mediterrânico desenvolvido no Sudeste.

Para além dos indicadores referidos de complexidade, podemos citar ainda outros, tradicionalmente entendidos como testemunhos de poder: por exemplo, estelas, em diferentes províncias, como Trás-os-Montes e Alto Douro – a estela de Longroiva (Almagro-Bash, 1966) – e Alentejo – as bem conhecidas «estelas alentejanas», se admitirmos a recente proposta de cronologia de Barceló (1991); sepulcros com alguma complexidade arquitectónica, como os túmulos mais antigos de Atalaia, no Alentejo (Schubart, 1975, Garcia Sanjuán, 1994) ou o monumento de Outeiro de Gregos 1 na província do Douro Litoral (Jorge, 1980); sepulcros com espólios metálicos ricos no contexto de Montelavar-Ferradeira; rochas gravadas com armas, no Noroeste peninsular, como no Monte da Laje (Silva e Cunha, 1986) no contexto da chamada arte «galaico-portuguesa» (Peña Santos e Rey García, 1993); depósitos de artefactos metálicos como o de Carrapatas em Trás-os-Montes Ocidental, ou o famoso e controverso tesouro de Caldas de Reyes na Galiza (Hernando Gonzalo, 1989).

Este panorama extremamente condensado apenas pretende chamar a atenção para o seguinte: se atendessemos apenas à presença/ausência de determinados indicadores convencionais de complexidade, não poderíamos estabelecer – como alguns autores pretendem – uma tão nítida demarcação entre o Sudeste e as restantes áreas peninsulares.

E, no entanto, julgo que existem indícios de marcadas diferenças entre as várias regiões da Península Ibérica. Não tanto pelo maior ou menor poder das elites no controle das fontes de produção e de circulação de artefactos de prestígio, mas pela maior ou menor porosidade das respectivas «fronteiras» internas e externas. Tais diferenças terão dependido da organização interna das sociedades e do desenvolvimento cíclico de «grelhas» apertadas ou lassas de troca, no interior das quais circularam objectos, indivíduos e ideias.

«However, great differentials, especially in terms of metal goods, need not represent greater social complexity, but rather (...) concentrations of power in societies with a high degree of social closure associated with strong «grid» in Douglas' terms. Similarly, lack of archaeologically visible status or wealth differentials need not imply

² Estão em curso diversos programas de prospecção em diferentes regiões peninsulares, nomeadamente no território português. A sua publicação revelará, certamente, que as ideias tradicionais sobre a invisibilidade dos povoados do 2º milénio a.C. deverão ser alteradas.

³ Existem datações pelo C 14 inéditas para a primeira ocupação deste povoado, que, desde o início, apresenta silos. Estes dados resultam de escavações ocorridas entre 1987 e 1990, cuja publicação se encontra em preparação.

poverty and may not suggest a lack of high hierarchy, although they do imply weak «grid». In fact, the significance of such differentials or the lack of them cannot simply be read off the differentials themselves but only in relation to the workings of particular kinds of society and economy, including the processes of social categorisation.» (Shennan, 1993: 65)

O que mais parece distinguir a sociedade argárica das suas contemporâneas peninsulares é a estrutura fechada e restritiva da respectiva rede de intercâmbios e, correlativamente, a específica visibilidade das suas categorizações sociais. Apesar da conhecida disseminação supra-regional dos artefactos de «tipo argárico», a verdade é que é possível identificar, no Sudeste, uma zona nuclear onde ocorre um conjunto fortemente padronizado de associações arqueológicas. Tal ocorrência parece apontar para grupos socialmente fechados, actuando em «grelhas» apertadas de troca e manipulando «economias de prestígio» altamente competitivas. Ao contrário, nas restantes regiões peninsulares, sobretudo na fachada atlântica ocidental, defrontamo-nos com comunidades que, independentemente do seu grau de hierarquização social, produzem, transformam e permutam metal, possivelmente no interior de «grelhas» de intercâmbio supra-regional muito mais lassas. Tais «grelhas» de troca, possibilitando a circulação de protótipos metálicos ao longo da fachada atlântica europeia, promovem a utilização diferenciada dos artefactos metálicos. Desta forma, ajudam esses objectos metálicos a desvincular-se do primitivo simbolismo comunitário e predispõem as economias tradicionais a entrar numa esfera «proto-mercantil» (Sherratt, 1994) que irá caracterizar o Bronze Final. Um grande número de sociedades da Península Ibérica, quaisquer que tenham sido as suas afinidades ou diferenças em termos de capacidade de liderança das respectivas elites, parecem apresentar-se socialmente muito mais permeáveis do que as do Sudeste. Mas esta diferença não me parece ser tanto do domínio da «complexidade social» como da organização social, cuja natureza merece ser investigada segundo toda uma outra perspectiva.

3. BRONZE FINAL, C. 1500/1300 – 800 A.C.

Os investigadores que estudam o Bronze Final da Península Ibérica têm sustentado recorrentemente quer a progressiva invisibilização dos contextos funerários, quer a relativa instabilidade da ocupação do território e, em consequência, a difícil detecção no registo arqueológico dos respectivos contextos domésticos. Por outro lado, quase todos os arqueólogos têm sublinhado a emergência dum novo tipo de cenários de carácter social/ritual – estelas/estátuas menires e depósitos de artefactos metálicos – como sinais reveladores de uma nova ordem social e política.

Passemos em revista, de forma breve, algumas das produções materiais referidas (túmulos, povoados, estelas/estátuas menires e depósitos) em ordem a debater o sentido da sua presença/ausência no quadro duma possível reformulação dos processos de territorialização peninsular.

Quem ler alguns dos trabalhos mais recentes sobre o Bronze Final peninsular ficará com a convicção de que não se conhecem os túmulos deste período: ou porque os classificados como tal não foram correctamente identificados do ponto de vista cronológico e/ou cultural; ou porque tais túmulos, muito incipientes, não foram captados no registo arqueológico; ou, finalmente, porque não foram sequer construídos (Ruiz-Gálvez, 1991, Belén *et alii*, 1991). A ideia subjacente a esta negação parece querer inserir a Península Ibérica numa «comunidade atlântica» com afinidades que ultrapassam os meros laços gerados pelas rotas de intercâmbios: unida pela invisibilização tumular, a fachada atlântica partilharia uma mesma esfera de interesses sociais e simbólicos. Não é este o lugar para discutir a hipótese duma eventual «identidade cultural atlântica» durante o Bronze Final. Parece-me de momento, mais premente colocar a seguinte questão: é possível identificar os túmulos do Bronze Final? Qual a sua natureza, enquanto locais de enterramento das elites?

Antes de tentar responder a qualquer das questões, parece-me básico sublinhar uma evidência: a detecção de quaisquer contextos poucos impressivos na paisagem requer, de forma acrescida, a execução de programas intensivos de prospecção e escavação. Na Península Ibérica, tais programas apenas foram desenvolvidos em áreas circunscritas, e a partir da década de 80. Mas na grande maioria das regiões, nomeadamente no território português, nunca chegaram a iniciar-se. Daqui resulta que, a a partir dos raros dados de campo disponíveis, nos encontramos numa situação extremamente constrangedora para podermos argumentar sobre a existência e/ou natureza dos sepulcros do Bronze Final.

Apesar desta limitação creio poder sugerir as seguintes ideias: tendo em conta a diversidade regional é possível distinguir duas grandes «fases tumulares» adentro deste período – antes e depois 1000 a.C.; depois de c. de 1000 a.C. a informação arqueológica disponível é quase nula; entre c. 1500-1300/1000 a.C. aparecem alguns sepulcros, isolados ou inseridos em necrópoles, os quais se caracterizam por ausência de monumentalidade ou complexidade arquitectónica, e também pela inexistência de espólios ricos e diversificados, como matérias-primas ou artefactos de prestígio.

Ainda assim, e a título meramente exemplificativo, gostaria de chamar a atenção para a ocorrência, nesta fase, de alguns túmulos, cuja existência não pode ser ignorada.

Apesar da revisão cronológica proposta para as necrópoles do Bronze do Sudoeste, que as inseriu maciçamente no Bronze Antigo e Médio (Barceló, 1991), existem alguns sepulcros tardios em cemitérios como Atalaia ou Provença, no Alentejo, que devem ser integrados numa fase inicial de Bronze Final (Jorge, 1990, García Sanjuán, 1994). Curiosamente, García Sanjuán detectou para a globalidade da necrópole de Atalaia uma hierarquia arquitectónica que não conseguiu correlacionar com as diferentes categorias de enterramento ou associações de espólio. Ainda que o autor tenha interpretado este facto como uma prova de ausência de hierarquização social, baseado na assunção da falta de assimetria na distribuição dos bens inumados, parece-me ser de destacar a presença, durante o uso do cemitério, de indivíduos enterrados em posições centrais e dominantes. Tal hierarquia de enterramentos, mesmo no final da utilização do cemitério, conduz à problemática da natureza da organização social dos grupos do Bronze Final do Sudoeste peninsular.

Um outro conjunto de sepulcros, que estabelece a transição entre o Bronze Médio e o Bronze Final, localiza-se no Norte de Portugal. Refiro-me à necrópole de fossas abertas no saibro do Tapado da Caldeira (Jorge, 1980) e ainda a cemitérios de cistas, como por ex., o de S. Paio de Antas (Soeiro, 1988).

Tanto a atribuição cronológica de ambos os contextos, como a interpretação funcional do Tapado da Caldeira têm sido repetidamente postos em causa por alguns colegas espanhóis (Ruiz-Gálvez, 1991, Ruiz-Gálvez e Galán Domingo, 1991, Belén *et alii*, 1991). No entanto, qualquer das necrópoles, particularmente a do Tapado da Caldeira, apresenta fortes indicadores contextualizados da sua função e cronologia. A necrópole do Tapado da Caldeira é constituída por quatro fossas de planta rectangular. O respectivo conteúdo encontrava-se intacto e era composto por sedimentos de terra compacta misturada com alguns carvões. Em cada fossa foi encontrado, numa das extremidades, um vaso inteiro. Uma das fossas foi datada, pelo C 14, em torno de meados do 2º milénio a.C. A presença dum vaso de «tipo Cogotas I» numa outra fossa da necrópole, ajudou a sustentar a verosimilhança daquela datação. Por outro lado, a interpretação sepulcral destas fossas obedeceu a critérios da arqueologia corrente: em primeiro lugar, trata-se de fossas não violadas; em segundo lugar, apresentam uma planta e uma dimensão consentânea com a de sepulturas similares em pedra; em terceiro lugar, o seu conteúdo (terra, alguns carvões, e um vaso inteiro em cada fossa), apesar de não revelar ossos, o que é frequente devido à acidez dos solos,

obedece aos padrões comuns numa associação funerária homogénea. Acrescente-se que uma das fossas tinha as dimensões adequadas à inumação de uma criança e inseria também um pequeno vaso. A atribuição exclusivamente ritual destas fossas, sem qualquer argumentação complementar, não pode deixar de me surpreender (Ruiz-Gálvez, 1991: 282). Para além da ausência de ossos humanos, o que ocorre com frequência na maioria dos sepulcros de todas as épocas, estas fossas apresentam todas as características de sepulturas de inumação individual. O que, evidentemente, não significa rejeitar a hipótese de que o espaço da necrópole tenha sido utilizado, desde o início, para a criação de cenários rituais de mais diversa natureza.

A necrópole de S. Paio de Antas, apesar de não ter sido escavada recentemente, segundo modernos métodos científicos, revelou esqueletos humanos associados a vasos cerâmicos, nomeadamente dum tipo específico NO peninsular, os vasos de «largo bordo horizontal». É através da presença destes vasos que podemos inferir a cronologia genérica destas cistas. De facto, o mesmo tipo de recipientes foi encontrado no povoado da Bouça do Frade, também no Norte de Portugal (Jorge, 1988), desde, pelo menos, a fase intermédia até ao final da sua ocupação (meados do 2º até inícios do 1º milénio a.C.). Neste sentido, as cistas em questão podem, pelo menos, inserir-se neste lapso de tempo, sem que, no entanto, saibamos definir a sua cronologia precisa⁴.

Nos dois casos, Tapado da Caldeira e S. Paio de Antas, estamos perante sepulcros planos, desprovidos de qualquer «tumulus», ou seja, de qualquer monumentalidade.

O bem conhecido túmulo de Roça do Casal do Meio, na Estremadura portuguesa, datado em torno dos secs. XII/XI a.C. (Spindler e Ferreira, 1973), de estrutura monumental, apresenta não só uma apreciável complexidade arquitectónica, como um aparato funerário de ressonâncias mediterrânicas. Trata-se dum caso excepcional, no quadro dos contextos sepulcrais desta época. Independentemente da discussão em torno das suas origens «proto-orientais» (Almagro-Gorbea, 1986, Belén *et alii*, 1991) ou autóctones (Galan Domingo, 1993), interessa realçar a raridade, neste período, de arquitecturas funerárias e espólios prestigiantes vinculados a protótipos existentes no Mediterrâneo Ocidental.

Não querendo ser exaustiva, citarei apenas mais alguns exemplos de sepulcros do Bronze Final: a sepultura em fossa com inumações individuais de S. Román de Hornija, na Meseta Norte (Delibes de Castro, 1978), diversos enterramentos em gruta na Estremadura portuguesa (Jorge, 1990, Belén *et alii*, 1991) ou ainda inúmeras reutilizações de monumentos megalíticos em diferentes áreas do território português (Jorge, 1990).

Esta breve abordagem pretende demonstrar o seguinte: apesar da debilidade da informação arqueológica, é possível documentar contextos funerários no Bronze Final; se a falta de monumentalidade da grande maioria destes contextos determina uma deficiente identificação arqueológica, não é difícil deduzir que os já conhecidos correspondem à ponta dum «iceberg»⁵; os sepulcros detectados, apesar da falta generalizada de monumentalidade e riqueza de espólio, apresentam características heterogéneas em termos regionais: as mais importantes dizem respeito às estruturas arquitectónicas, à implantação topográfica, e à distribuição (isolada ou em conjunto) no interior das necrópoles.

⁴ Refira-se que os vasos de bordo horizontal, estreito, ocorrem, na Bouça do Frade, desde o início da sua ocupação, por volta dos inícios do 2º milénio a.C. Aparentemente, neste povoado, terá havido uma evolução tipológica entre o bordo horizontal estreito e o «largo bordo horizontal».

⁵ Excavações em povoados do Norte de Portugal, ainda a decorrer, revelaram a presença de túmulos no interior ou nas proximidades do espaço doméstico. Agradeço estas informações a colegas que se encontram actualmente a estudar variados contextos do Bronze Final.

Assim, a chamada «ocultação tumular» do Bronze Final mais não é do que uma deficiente capacidade da arqueologia para captar a diversidade de contextos funerários pouco impressionantes na paisagem. Estes não só não deixaram vestígios facilmente reconhecíveis, como tais vestígios, quando ocorrem, não parecem obedecer a um só padrão de inserção espacial, de modelo arquitectónico, de proximidade relativamente a povoados contemporâneos, etc. Neste caso, a chamada «ocultação» corresponde tão só a invisibilidade arqueológica. E esta invisibilidade, como já acontecia com a «visibilidade» dos povoados murados calcolíticos, veicula, num primeiro momento, uma virtual opacidade interpretativa.

Falar dos povoados do Bronze Final na Península Ibérica implica abordar a questão global da «estabilidade» e/ou «permanência» da ocupação do território. Diversos arqueólogos têm sustentado que, na maioria das regiões peninsulares, terá persistido, nesta época, um «modo de vida itinerante», expresso numa grande mobilidade e acentuada precariedade dos contextos domésticos. Apenas em algumas áreas, sobretudo a partir de 1100-1000 a.C., ter-se-ia retomado uma estabilização do povoamento, evidenciada pelo reaparecimento de povoados fortificados (Ruiz-Gálvez, 1991, 1992 a, Fabião, 1992, Galán Domingo, 1993).

Como é sabido, a diversidade regional dos contextos domésticos e das respectivas redes de povoamento é enorme, se considerarmos a totalidade da Península. Por outro lado, os povoados defendidos naturalmente, e, sobretudo, os possuidores de estruturas defensivas, são tardios e minoritários. Durante o Bronze Final, predominam povoados abertos, contendo estruturas habitacionais relativamente precárias que recorrem à madeira e ao barro como materiais de construção (Jorge, 1990). É o caso, por ex., do povoado com estruturas de armazenamento em fossa da Bouça do Frade, no Norte de Portugal (Jorge, 1988). Trata-se dum povoado aberto, de longa duração (desde, pelo menos, os inícios do 2º milénio a.C. até ao séc. IX a.C.) que terá sido ocupado por grupos dependentes dum sistema agro-pastoril intensivo, de que as estruturas em fossa (algumas de grande dimensão) são uma prova inequívoca. Surgerir-se que o povoado da Bouça do Frade se teria integrado num sistema de povoamento itinerante, devido à existência de estruturas habitacionais precárias, só pode resultar de incompreensão e confusão. A incompreensão remete-nos para uma ideia já referida: a correlação simplística de invisibilidade arqueológica (neste caso, das produções domésticas) com fluidez, mobilidade e instabilidade social. A confusão consiste em fazer equivaler a ocupação permanente dum sítio com a exploração permanente e organizada dum território. A ocupação contínua⁶ da Bouça do Frade, durante cerca de 1000 anos, tem a ver com a estratégia espacio-temporal de ocupação do território envolvente. Contudo, não se pode deduzir o tipo de regime de exploração deste território a partir da assunção da continuidade/descontinuidade de ocupação dum sítio; na verdade, a continuidade e a descontinuidade de ocupação dum sítio tanto se pode dar no interior dum regime sedentário como dum itinerante. A ocupação «permanente» dum território não se pode aferir apenas pela durabilidade de algumas estruturas habitacionais ou pelas suas contínuas utilizações. Tem de ser verificado pela correlação de muitas variáveis, entre as quais sobressai a intensificação e a especialização económicas.

Nesta ordem de ideias, cabe-me perguntar: povoados como a Bouça do Frade (povoado aberto, com estruturas de armazenamento), ou Alegrios (Vilaça, 1991) e N^o S^a da Guia, Baiões (Kalb, 1979) (povoados de altura, com vestígios de produção metalúrgica) devem ser interpretados como fazendo parte de redes itinerantes de ocupação do território, apenas devido à aparente debilidade das suas estruturas internas?

⁶ Por «ocupação contínua» quero dizer ocupação continuada, segundo o mesmo figurino arquitectónico e cultural. Como é óbvio, os dados arqueológicos não nos permitem verificar eventuais interrupções breves de ocupação, que, a terem existido, não influenciaram, de forma perceptível, a crono-estratigrafia do sítio.

Parece-me uma evidência que estão por investigar os sistemas de ocupação e percepção do território das comunidades do Bronze Final. Na verdade, a generalizada precariedade das arquitecturas domésticas coexiste muitas vezes com vestígios de actividades produtivas especializadas associadas a tais estruturas. Tal facto não condiz com a pretendida fluidez e instabilidade do povoamento durante o Bronze Final (V. Shennan, 1993).

Finalmente, há que tentar inserir os «povoados fortificados» do Bronze Final num fenómeno totalmente novo de territorialização peninsular. Tal fenómeno abarca interacções trans-culturais movidas por contraditórios mecanismos de inter-dependência social. Ao contrário dos povoados murados calcolíticos, as fortificações do Bronze Final não são apenas dispositivos comunicacionais ao serviço de movimentos relativamente isolados de «colonização» e identificação comunitária. Para compreender as múltiplas funções exercidas por estes locais será preciso abordar, de forma breve, os novos cenários e as diferentes escalas de poder.

É já um lugar comum aceitar que os depósitos e as estelas/estátuas-menires do Bronze Final materializam, de formas diversas, a ascensão duma liderança hereditária em comunidades disseminadas por vastos territórios peninsulares.

Relativamente às estelas do Sudoeste é de registar a publicação dum recente e estimulante estudo de Galán Domingo (1993). Tal estudo, na esteira dum trabalho anterior, realizado de colaboração com Ruiz-Gálvez (Ruiz-Gálvez e Galán Domingo, 1991), apresenta uma abordagem simbólico-espacial destes monumentos. As estelas são encaradas como referências visuais na paisagem, assinalando vias de comunicação que conectariam o interior do Sudoeste peninsular com as suas periferias meridionais. As estelas seriam, portanto, «marcadores territoriais» que apareceriam no momento em que grupos vizinhos, mais sedentários, constituíam uma ameaça para as populações tradicionais do Sudoeste. Estas teriam erigido aqueles monumentos, nomeadamente em zonas periféricas dos seus territórios políticos (ou seja, em zonas de potencial conflitualidade), para reforçar a sua coesão social e veicular uma mensagem de «pertença» a um determinado grupo e/ou espaço.

A ideia mais sugestiva e original deste trabalho, na minha perspectiva, desdobra-se em dois aspectos: em primeiro lugar, é sugerido que, pelas rotas marcadas pelas estelas, circulariam fundamentalmente produtos de subsistência e não artefactos metálicos (por exemplo, os gravados nas estelas); em segundo lugar, sustenta-se que as estelas veiculariam sobretudo uma mensagem de prestígio social que não se relacionaria directamente com os produtos intercambiados nos territórios por elas marcados. Assim, estes monumentos manifestariam um estatuto sem referência à parafernália social dos grupos que os teriam concebido. Os objectos gravados nas estelas não seriam directamente manipulados pelos autores das mesmas, embora aqueles pudessem conhecer os seus protótipos, mercê de contactos com outros grupos que produziam e/ou intercambiavam tais objectos. Desta forma, as estelas conteriam figuras sem qualquer relação referencial a objectos reais, existentes na sua esfera de acção. Por isso, tais figuras são consideradas metafóricas e não literais: o respectivo sentido estabelece-se como numa linguagem; a sua forma apenas se reporta a um objecto original de maneira distante e mediada. Tal forma é transfigurada numa marca estável, com um sentido específico, só passível de ser reconhecido por grupos pertencentes ao mesmo sistema de identificação.

A interpretação das estelas segundo este ponto de vista articula-se com outra ideia de fundo: a de que a Península Ibérica terá funcionado, nesta época, como uma margem ocidental dum centro situado no Mediterrâneo Oriental, no quadro dum sistema de interacções de «centro-periferia-margem» defendido por Sherratt (Sherratt, 1993, Galán Domingo, 1993). Segundo esta nova concepção, a margem, embora não dependesse directamente do centro, nem competisse directamente com ele, absorveria selectivamente os elementos procedentes quer do centro, quer da periferia. Tal

integração selectiva, dos elementos culturalmente estranhos à margem, realizada em função dos interesses dos grupos indígenas, desencadearia uma alteração estrutural no significado dos produtos e protótipos difundidos. Desta forma, elementos formalmente conectados com o mundo mediterrânico, como, por ex., os ícones gravados nas estelas do Sudoeste, ou as oferendas funerárias de túmulos como Roça do Casal do Meio, ou ainda alguns artefactos metálicos que ocorrem em depósitos como Baiões, Villena ou Peña Negra, deveriam ser entendidos como produções nativas, de filiação cultural atlântica. Tais produções emergem no âmbito de sistemas supra-regionais de intercâmbio que articulariam, em rede, o Mediterrâneo, a fachada atlântica e a Europa Central.

Neste ponto do debate caberia a discussão sobre os sentidos locais atribuídos a diferentes tipos de depósitos (Ruiz-Gálvez, 1993). Para esta autora, tais depósitos podem distinguir-se consoante o maior ou menor valor comercial e/ou social. Neste sentido, o depósito de Baiões, na Beira Alta, é encarado como um depósito de mercadorias, difundido por comerciantes – «vulgares traficantes» – em oposição a Peña Negra ou mesmo a Villena, no Sudeste, que forneceram conjuntos de objectos de prestígio ostentados por «elegantes aristocratas» (Ruiz-Gálvez, 1993: 58-63).

Esta oposição – entre diferentes tipos de depósitos – merecia uma análise atenta que não cabe neste texto. Gostaria apenas de chamar a atenção para uma evidência, recorrentemente afirmada por muitos autores, incluindo a própria Ruiz-Gálvez (Ruiz-Gálvez, 1992 b, Barceló, 1992, Shennan, 1993): é pouco operativa a tradicional dicotomia entre «oferenda» e «mercadoria». Em todas as transacções os objectos podem assumir, sucessiva ou cumulativamente, tais funções, dependendo da escala de competição ou da natureza dos intercâmbios. Se se partir do princípio que os depósitos («utilitários» ou «votivos») são produções indígenas, e que, tal como as estelas, pressupõem uma transfiguração do sentido originalmente atribuído aos protótipos, dificilmente poderemos interpretá-los sem proceder previamente a uma análise contextual das sociedades que os produziram e utilizaram. Não me parece que tal investigação tenha alguma vez sido realizada no quadro peninsular.

Em conclusão, os elementos de maior visibilidade arquitectónica do Bronze Final peninsular – estelas/estátuas-menires e depósitos – escondem uma óbvia opacidade, apesar da semelhança formal com artefactos procedentes de contextos ideológicos exteriores à Península. Tal opacidade deve-se ao facto desses elementos fazerem parte de sistemas sociais e cognitivos ainda praticamente desconhecidos.

CONCLUSÃO

Entre o Calcolítico e o Bronze Final observa-se na Península Ibérica um movimento oscilante no que respeita à visibilidade arqueológica. Durante o Calcolítico existem testemunhos de sítios monumentalizados e traços duma «cultura material» diversificada. Ao contrário, durante o Bronze Antigo e Médio, verifica-se uma global retracção da informação arqueológica e as comunidades são reconhecidas através de alguns contextos funerários e rituais pouco impressionantes na paisagem. Finalmente, durante o Bronze Final, emerge um «registo arqueológico» rico e heterogéneo, que, pareceria, *a priori*, facilitar a caracterização social deste período.

Contudo, como também já procurei demonstrar, as diversas «visibilidades» arqueológicas, por razões diferentes mas sempre poderosas, enviam-nos sistematicamente para uma incontornável zona de penumbra interpretativa.

Os sítios fortificados do Calcolítico não espelham processos culturalmente padronizados e remetem-nos para um genérico e opaco fenómeno de «territorialização». A assimétrica «visibilidade» das comunidades do Bronze Antigo e Médio pode dever-se à sua integração em grelhas de troca de maior ou menor porosidade, o que também nos conduz a um fenómeno global de «categorização social». Finalmente, os grupos do Bronze Final, conectados por poderosas interacções trans-culturais, são virtualmente

encapsulados por mecanismos de uniformização material. Estes mecanismos dissimulam, no «registo arqueológico», a singularidade das suas identidades.

Se aceitarmos que, do Calcolítico ao Bronze Final, ocorreu um crescente processo de integração política que desfez os regimes auto-suficientes do Calcolítico e promoveu «solidariedades» supra-regionais, teremos também de admitir que este processo desenvolveu ambiguidades e contradições que acabaram por dismantelar as sociedades dos inícios do primeiro milénio a.C. Algumas dessas ambiguidades e contradições foram a coexistência/alternância de várias escalas de troca, o uso simultâneo de formas tradicionais de acumulação/ostentação de riqueza e de novas «transacções» de tipo proto-mercantil, e ainda a experiência, provavelmente desestabilizante, da partilha de vários níveis de «sentido» por coisas, indivíduos e identidades.

Porto, Verão de 1994.

Porto, Primavera de 1997.

BIBLIOGRAFIA

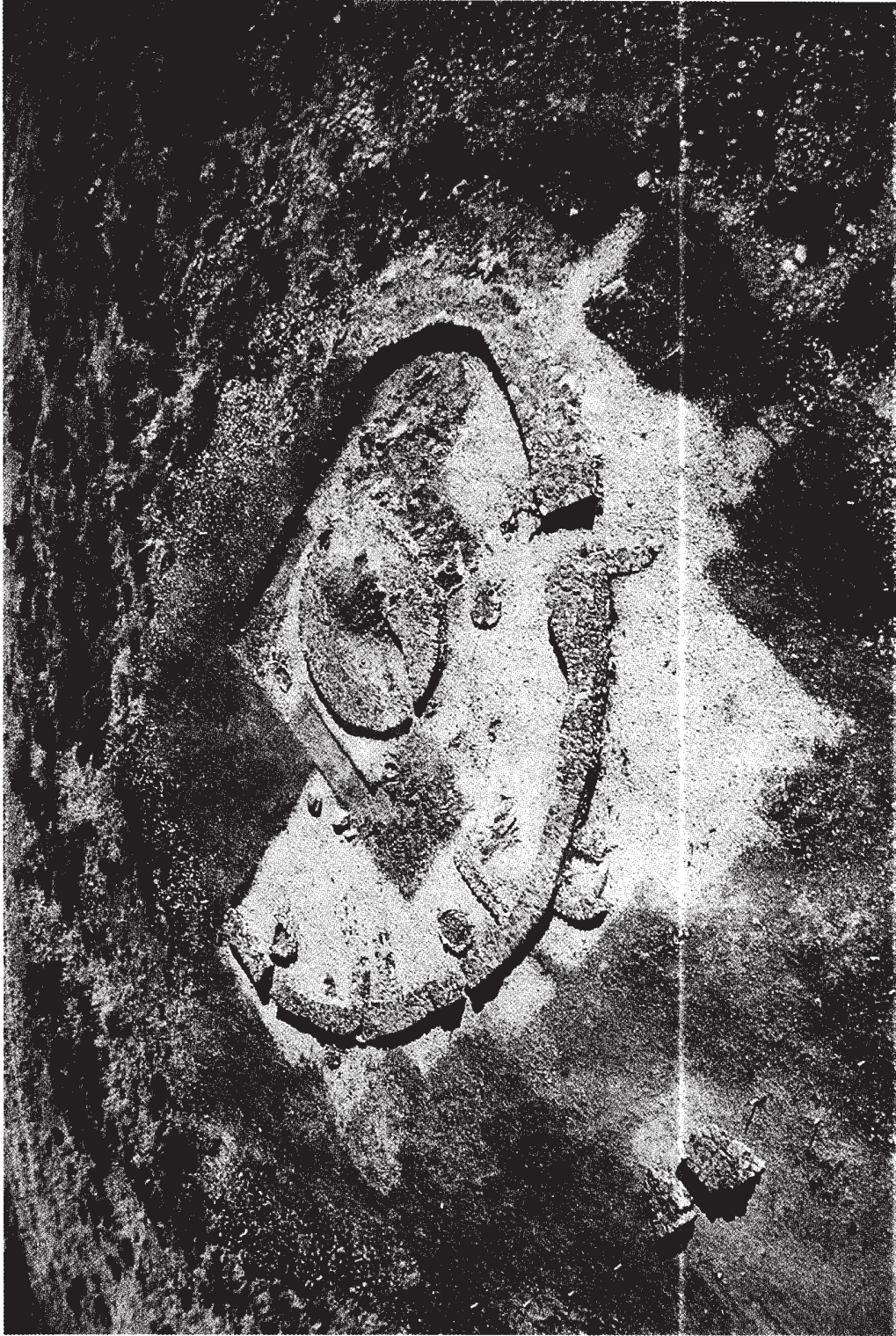
- ALMAGRO-BASH, M. (1966), *Las estelas decoradas del suroeste peninsular*, Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, VIII.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986), Bronce Final y Edad del hierro, *História de España*, vol. I, *Prehistoria*, Madrid, Ed. Gredos, pp. 341-471.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993), Les stèles anthropomorphes de la Péninsule Ibérique, *Les Représentations Humaines du Néolithique à l'Âge du Fer* (115^e Cong. Nat. Soc. Savantes, Avignon, 1990), pp. 123-139.
- ARMBRUSTER, B. R. (1993), Intruments rotatifs dans l'orfèvrerie de l'Âge du Bronze de la Péninsule Ibérique. Nouvelles connaissances sur la technique des bracelets du type Villena/Estremoz, *1^o Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 265-283.
- BARCELÓ, J. A. (1991), El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas, *Arqueología*, 21, Porto, G.E.A.P., pp. 15-24.
- BARCELÓ, J. A. (1992), Una interpretación socioeconómica del Bronce Final en el Sudoeste de la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 49, Madrid, CSIC-CEH, pp. 259-275.
- BARRETT, J. C. (1994), *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain, 2900-1200 BC*, Oxford, Blackwell.
- BELÉN, M. *et alii* (1991), El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la península ibérica. I. Análisis de la documentación, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, CSIC-CEH, pp. 225-256.
- BLASCO BOSQUED, M. C. (1994), Origen y desarrollo del horizonte Cogotas I en el Alto Tajo, *1^o Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. IV, Porto, S.P.A.E., pp. 151-165.
- BLASCO, M. C. *et alii*. (1991), Enterramientos del horizonte Proto Cogotas en el valle del Manzanares *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, Madrid, UAM, 18, pp. 55-112.
- BRADLEY, R. (1985a), *Consumption, Change and the Archaeological Record. The Archaeology of Monuments and the Archaeology of Deliberate Deposits*, Edinburgh, Univ. Edinburgh – Dep. Archaeol.
- BRADLEY, R. (1985b), Exchange and social distance. The structure of bronze artifact distributions, *Man*, nºs, 20, 4, pp. 692-704.
- BRADLEY, R. (1988), Hoarding, recycling and the consumption of prehistoric metalwork: technological change in Western Europe, *World Archaeology*, 20, 2, pp. 249-260.
- BRADLEY, R. (1990), *The Passage of Arms. An archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*, Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (1993), *Altering the Earth. The Origins of Monuments in Britain and Continental Europe*, Edinburgh, Society of Antiquaries of Scotland.
- BRUN, P. (1990), Le Bronze Atlantique et ses subdivisions culturelles: essai de définition, *L'Âge du Bronze Atlantique* (dir. C. Chevillot & A. Coffyn), Beynac, A.M.U.S.A., pp. 11-24.

- CHAPMAN, R. (1991), *La Formación de las Sociedades Complejas. El sureste de la Península Ibérica en el marco del Mediterráneo occidental*, Barcelona, Ed. Crítica.
- COFFYN, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard.
- COMENDADOR REY, B. (1991-92), Los inicios de la metalurgia: primeros testimonios de la provincia de Pontevedra, *Brigantium*. Bol. Museo Arq. Hist. Coruña, vol. VII, pp. 185-204.
- CONTRERAS CORTÉS, F. (1995), Peñalosa. Un proyecto de investigación de la Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. V, Porto, S.P.A.E., pp. 143-157.
- CRUZ, D. J. DA (1992), *A Mamoa I de Chã de Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, Instituto de Arqueología da Fac. de Letras.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1978), Una inhumación triple de la facies Cogotas I en San Román de Hornija (Valladolid), *Trabajos de Prehistoria*, 35, pp. 225-250.
- DELIBES DE CASTRO, G. & VAL RECIO, J. DEL (1990), Prehistoria reciente zamorana: del Megalitismo al Bronce, *Primer Congreso de Historia de Zamora. T. II. Prehistoria e Historia Antigua*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos «Florian de Ocampo», pp. 53-99.
- DÍAZ-ANDREU M. (1991), *La Edad del Bronce en el Noreste de la SubMeseta Sur. Un Análisis sobre el Inicio de la Complejidad Social*, Madrid, Univ. Complutense.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1993), Las sociedades complejas del Calcolítico y Edad del Bronce en la Península Ibérica, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 245-263.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1995), Social change in Later Prehistory in the the Southern Plateau of the Iberian Peninsula, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia* (ed. K. Lillios), Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.
- FÁBIAN GARCÍA, J. F. (1993), La secuencia cultural durante la Prehistoria Reciente en el Sur de la Meseta Norte española, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 145-178.
- FABIÃO, C. (1992), O Bronze Final, *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 1º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 79-119.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1986), La Cultura de Cogotas I, *Homenaje a Luis Siret (1934-84)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 476-487.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. & MARTIN, C. (1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en la Meseta, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A., pp. 75-86.
- FIGUEIRAL, I. (1993), Charcoal analysis and the vegetational evolution of North-West Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, nº 2, Oxford, Basil Blackwell, pp. 209-222.
- GALÁN DOMINGO, E. (1993), *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Ed. Complutense.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (1994), Registro funerario y relaciones sociales en el SO (1500-1100 A.N.E.): indicadores estadísticos preliminares, *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, G.I.A.P.S., pp. 209-238.
- GILMAN, A. (1987a), Regadio y conflicto en sociedades acefalas, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 59-72.
- GILMAN, A. (1987b), Unequal development in Copper Age Iberia, *Specialization, Exchange, and Complex Societies* (ed. E. Brumfiel & Timothy Earle), Cambridge University Press, pp. 22-29
- GILMAN, A. (1991), Trajectories towards social complexity in the later prehistory of the Mediterranean, *Chieftdoms, Power, Economy and Ideology* (ed. T. Earle), Cambridge University Press, pp. 146-148.
- GILMAN, A. & THORNES, J. B. (1985), *Land-use and Prehistory in South-East Spain*, London, George Allen & Unwin.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1976-77), As estelas decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel-Beja) – estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, vol. II-III, pp. 281-343.

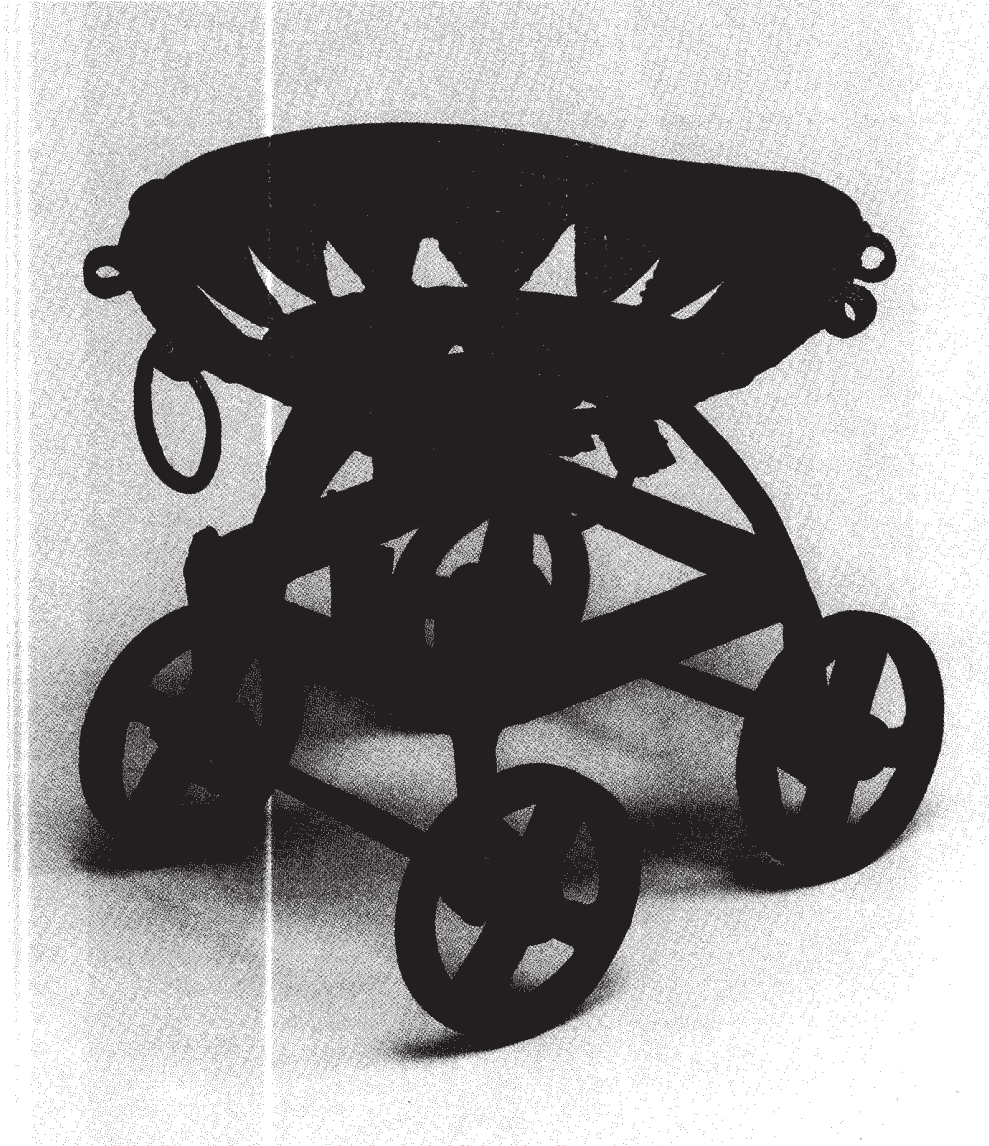
- HARRISON, R. J. (1993), La intensificación económica y la integración del modo de vida pastoril durante la Edad del Bronce, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. II, Porto, S.P.A.E., pp. 293-299.
- HARRISON, R. J. & MORENO LÓPEZ, G. (1985), El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundarios, *Trabajos de Prehistoria*, Madrid, CSIC-CEH, 42, pp. 51-82.
- HERNANDO GONZALO, A. (1987-88), Interpretaciones culturales del Calcolítico del Sureste español. Estudio de sus bases teóricas, *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, nº 12-13, pp. 35-80.
- HERNANDO GONZALO, A. (1989), Inicios de la orfebrería en la Península Ibérica, *El Oro en la España Prerromana*, Madrid, Zugarto Ed., pp. 32-45.
- HURTADO PÉREZ, V. & GARCÍA SANJUÁN, L. (1994), Áreas funcionales en el poblado de la Edad del Bronce de el Trastejón (Zufre, Huelva), *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, G.I.A.P.S., pp. 239-271.
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- JORGE, S. O. (1988), *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, G.E.A.P.
- JORGE, S. O. (1990), caps. III, IV e V, *Nova História de Portugal* (coord. Jorge de Alarcão), Vol. I – *Portugal. Das Origens à Romanização*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 75-251.
- JORGE, S. O. (1991), Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Arqueologia*, 21, Porto, G.E.A.P., pp. 12-15.
- JORGE, S. O. (1992), An approach to the social dynamics of northern Portugal's Late Prehistory, *Institute of Archaeology Bulletin*, 29, London, Inst. of Archaeology, pp. 97-120.
- JORGE, S. O. (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 179-216.
- JORGE, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Rev. Fac. Letras*, IIª série, vol. XI, pp. 447-546.
- JORGE, S. O. & SANTOS, P.M. (em preparação), O povoado de S. Lourenço (Chaves): 2ª campanha de escavações.
- JORGE, V. O. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Rev. da Fac. de Letras do Porto*, IIª sér., História, vol. VI, pp. 365-443.
- JORGE, V. O. (1990), *Arqueologia em Construção*, Lisboa, ed. Presença.
- KALB, PH. (1980), O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, Soc. M. Sarmiento, pp. 113-120.
- KOHL, P. (1987), The ancient economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East, *Centre and Periphery in the Ancient World* (ed. Rowlands et al.), Cambridge University Press, pp. 13-24.
- LILLIOS, K. T. (1993), Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. II Porto, S.P.A.E., pp. 261-291.
- LULL, V. (1983), *La «Cultura» de El Argar (un modelo para el estudio de las formaciones economico-sociales prehistóricas)*, Madrid, Ed. Akal.
- LULL, V. et alii (1992), *Arqueología de Europa, 2250-1200 A.C. Una Introducción a la «Edad del Bronce»*, Madrid, Ed. Síntesis.
- MARTÍN, C., et alii (1993), The Bronze Age of La Mancha, *Antiquity*, vol. 67, n. 254, pp. 23-45.
- MARTIN DE LA CRUZ, J. C. (1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en Andalucía, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A., pp. 55-74.
- MARTINS, M. (1990), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Universidade do Minho.
- MARTÍNEZ NAVARRETE, M. I. (1989), *Una Revisión Crítica de la Prehistoria Española: La Edad del Bronce como Paradigma*, Madrid, Siglo Veintiuno Ed.

- MAYA, J. L. (1991), El Nordeste peninsular entre la Edad del Bronce y el mundo protoibérico, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A, pp. 87-97.
- MONTERO RUIZ, I. (1992), La actividad metalúrgica en la Edad del Bronce del Sudeste de la Península Ibérica: tecnología e interpretación cultural, *Trabajos de Prehistoria*, 49, Madrid CSICCEH, pp. 189-215.
- MORALES MUÑIZ, A. (1992), Estudio de la fauna del yacimiento calcolítico de «Las Pozas» (Casaseca de las Chanas, Zamora). Campaña 1979, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LVIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 65-96.
- NOCETE CALVO, F. (1990), Territorio de coerción: el paradigma de las jefaturas, *Espacio y Organización Social*, Madrid, Univ. Complutense, pp. 57-90.
- PEÑA SANTOS, A. DE LA & REY GARCÍA, J. M. (1993), El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial, *Revista de Estudios Provinciales*, nº 10, Pontevedra, pp. 11-50.
- ROWLANDS, M. (1987), Center and periphery: a review of a concept, *Centre and Periphery in the Ancient World* (ed. M. Rowlands et al.), Cambridge University Press, pp. 1-11.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1989), La orfebrería del Bronce Final. El poder y su ostentación, *El Oro en la España Prerromana*, Madrid, Zugarto Ed., pp. 46-57.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1991), Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 10, nº 3, Oxford, Basil Blackwell, pp. 277-306.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992a), La novia vendida: orfebrería, herencia y agricultura en la Protohistoria de la Península Ibérica, *SPAL – Revista de Prehistoria y Arqueología*, 1, Sevilla, Univ. Sevilla, pp. 219-251.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992b), Orientaciones teóricas sobre intercambio y comercio en Prehistoria, *GALA. Revista d' Arqueologia i Antropologia*, 1, Sant Feliu de Codines, Museu Arqueològic Municipal, pp. 87-101.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1993), El Occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterráneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce, *Complutum*, 4, Madrid, Ed. Complutense, pp. 41-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. & GALÁN DOMINGO, E. (1991), Las estelas del suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, CSIC-CEH, pp. 257-273.
- SANCHES, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto G.E. A.P.
- SANCHES, M. J. et alii (1993), Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 223-243.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981), *Zambujal – Die Grabungen 1964 bis 1973*, Mainz, Verlag Phillip von Zabern.
- SCHUBART, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit in Sudwestern der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter e Co.
- SCHUBART, H. (n.d.), Consideraciones sobre el Bronce del Sureste peninsular, *História de Cartagena*, Ed. Mediterráneo, pp. 221-250.
- SHENNAN, S. J. (1986), Interaction and change in third millenium B C Western and Central Europe, *Peer Polity Interaction and Social Political Change*, Cambridge University Press, pp. 137-148.
- SHENNAN, S. J. (1987), Trends in the study of Later European Prehistory, *Ann. Rev. Anthropol.*, 16, London, Annual Reviews Inc., pp. 365-382.
- SHENNAN, S. J.(ed.) (1989), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*, London, Unwin Hyman.
- SHENNAN, S. J. (1993), Commodities, transactions and growth in the Central-European Early Bronze Age, *Journal of European Archaeology*, Aldershot, Avebury, vol. 1.2, pp. 59-72.
- SHERRATT, A. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past*, Cambridge University Press, pp. 261-306.

- SHERRATT, A (1983), The secondary exploitation of animals in the Old World, *World Archaeology*, 15, pp. 90-104.
- SHERRATT, A. (1993), What would a Bronze Age world system look like? Relations between temperate Europe and the Mediterranean in Later Prehistory, *Journal of European Archaeology*, Aldershot, Avebury, vol. 1.2, pp. 1-57.
- SHERRATT, A. & SHERRATT, S. (1991), From luxuries to commodities: the nature of Mediterranean Bronze Age trading systems, *Bronze Age Trade in the Mediterranean* (ed. N. H. Gale), Jonsered, Paul Aströms Förlag, pp. 351-386.
- SHERRATT, S. & SHERRATT, A. (1993), The growth of the Mediterranean economy in the early first millenium BC, *World Archaeology*, vol. 24, nº 3, London, Routledge, pp. 361-378.
- SILVA, E. J. L. & CUNHA, A. M. L. (1986), As gravuras rupestres de Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, 13, pp. 143-158.
- SOARES, A. M. & CABRAL, J. M. P. (1993), Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, Vol. II Porto, S.P.A.E., pp. 217-235.
- SOEIRO, T. (1988), A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende, *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura* (1985), vol. II – Arqueologia, Esposende, pp. 35-62.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. V. (1973), Der spätbronzezeitliche kupperbau von der Roça do Casal do Meio in Portugal, *Madriider Mitteilungen*, 14, pp. 60-108.
- STEVENSON, A. C. & HARRISON, R. J. (1992), Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in South-west Spain from 4000 BC to 1900 AD, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 58, London, pp. 227-247.
- VAL RECIO, J. DEL. (1992), El yacimiento calcolítico precampaniforme de Las Pozas, en Casaseca de Las Chanas, Zamora, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LVIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 47-63.
- VERNET, J.-L. & FIGUEIRAL, I. (1993), The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from Middle/Late Neolithic to Early Bronze Age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, nº 1, Oxford, Basil Blackwell, pp. 19-28.
- VICENT, J. M. (1990), El neolitic: transformacions socials i econòmiques, *El Canvi Cultural* (eds. J. Anfruns & E. Llobet), Barcelona, Columna Ed., pp. 241-293.
- VILAÇA, R. L. (1991), O povoado pré-histórico dos Alegrios (Idanha-a-Nova), Notícia preliminar, *Beira Alta*, Vol. L, fasc. 1/2, Viseu, pp. 139/167.



Est. I – Povoado fortificado calcolítico e da Idade do Bronze de Castelo Velho, de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Cóa)
(foto de António Sá Coixão, após escavações de 1994).



Est. II – Carro votivo, em bronze, do povoado do Bronze Final de N^a S^a da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul) (foto de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia).



Est. III – Estela do Bronze Final de Ervidel 2, Herdade do Pomar, Ervidel (Aljustrel)
(foto de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia).

A CULTURA CASTREJA – ONTEM E HOJE *

C. A. Ferreira de ALMEIDA
F. ACUÑA CASTROVIEJO

A cultura castreja do Noroeste Peninsular, sobretudo na sua última grande fase, quando ela se evidencia mais como uma aguerrida civilização de pedra, quando mostra aspectos arcaizantes, fortemente assumidos, e uma vincada personalidade, testemunhada por multiplicados povoados que ocupam cimos de outeiros ou esporões de montes, os quais ajudam a simbolizar a paisagem da região, cedo ganhou, internacionalmente, um grande prestígio e um sistemático relevo de referência. Todo este prestígio arrancou dos trabalhos de Martins Sarmento, do percurso da excelente e resistente *Revista de Guimarães* e da vincada impressão que os vestígios e as ruínas dos castros de Briteiros e de Sabroso causaram no grupo de participantes do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas, de 1880, quando as visitaram, conforme testemunha o relato/compte-rendu que nos deixou o ilustre congressista, Virchow.

Ligada, no início, por Martins Sarmento, à civilização micénica, a cultura castreja foi, depois, ganhando os seus foros de cultura atlântica e céltica, ao mesmo tempo que ia sendo modelada pelos testemunhos das importantes estações arqueológicas de Briteiros e de Sabroso (M. Cardozo), de Terroso (Serpa Pinto), de Santa Luzia (Abel Viana), de Santa Tecla (Mergelina), de Sanfins (A. do Paço), de Troña (Pericot), de Castromao (grupo de Ourense), de Baroña e de Borneiro (Sebastián Gonzalez e, depois, J. M. Luengo) e de Coaña (Garcia y Bellido e outros). A cultura castreja, a dos guerreiros e das imponentes muralhas, a dos monumentos com forno, das ostensivas joias de ouro, das cerâmicas escuras, gravadas e estampadas, do estanho e do bronze, de cronologias curtas e muito incertas, foi-se padronizando em textos fundamentais, ainda hoje com valias. Foi a época da *Citânia* e *Sabroso*, de M. Cardozo, do

* Texto preparado para acompanhar a publicação dos inéditos de C. Hawkes, na sequência da exposição e *Sessão de Homenagem a Christopher Hawkes*, que teve lugar na Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, a 24 de Junho de 1993, comissariada por Francisco Queiroga.

grande manual que foi *La Civilizacion Céltica en Galicia*, de Lopez Cuevillas, de diversos trabalhos de Maluquer de Motes, dentre os quais avultam dois capítulos no volume da *Historia de España* de Menendez Pidal, de Mergelina, *La Citania de Santa Tecla*, no BSAA (1944). Estas as obras mais destacáveis, entre muitos outros textos de diferentes autores, também importantes.

É nesta fase, marcada por um grande interesse internacional relativamente a esta cultura arqueológica, que nos aparece C. Hawkes na estação de Sabroso e na do castro de Âncora. Interessadíssimo pela cultura castreja por ela ser atlântica e ter aspectos equiparáveis a outras de Inglaterra, pelos problemas dos seus povos e da sua economia, mormente a do estanho, sentindo as incertezas cronológicas dos seus testemunhos e uma ausência de periodização fiável até porque se escrevia que nos castros não havia estratigrafia, Hawkes realiza as suas escavações em Sabroso e no castro de Âncora, valorizando a estratigrafia e a evolução e estudo das formas, como o seu espólio, em boa hora exposto e legado a esta Sociedade, confirma.

A periodização que nos deu da cultura castreja, baseada em factos históricos relativos à conquista e ao domínio romano do Noroeste peninsular, aparece-nos, hoje, como algo mecânica e exterior à cultura material que os castros evidenciam, mas representou um grande avanço para a sua época. E este notável arqueólogo sentiu bem a possibilidade de desfazamento e a insegurança das suas hipóteses, ao hesitar tanto na publicação dos relatórios destas suas escavações, certamente muito limitadas para tanta pretensão. Há, porém, que reconhecer o mérito e a modernidade deste arqueólogo e a sua grande importância na teorização da evolução da cultura castreja. Foi pena que o seu trabalho tenha ficado quase totalmente inédito, até hoje. A sua publicação, outrora, teria sido muito importante mas ainda o é agora. E este é mais um serviço que ficamos a dever à benemérita Sociedade Martins Sarmiento e ao Doutor Francisco Queiroga.

A presente geração de arqueólogos que se tem interessado pela cultura castreja, devido à intensidade de trabalhos de campo que nos revelaram muitos outros povoados, porque conhece melhor muitos dos seus artefactos e porque apurou as análises estratigráficas e dispõe de outros meios, enriqueceu imenso as possibilidades do nosso conhecimento sobre esta civilização. Foram solucionadas algumas das importantes questões que a geração passada nos deixou, caso dos monumentos com forno, a diacronia desta cultura, desde a Época do Bronze está, hoje, perfeitamente preenchida com a ajuda de materiais forâneos que se encontram cada vez mais, pelo C 14, pela cerâmica e pela evolução da construção, embora haja muito que apurar e afinar. Hoje já se não pode fazer a teoria da cultura castreja, apoiando-nos apenas na meia dúzia de estações escavadas até à década de 60.

O castro de Mozinho (Penafiel) confirmou quanto a cultura castreja se desenvolveu e se recriou sob o impulso da romanização, durante o século I da nossa era. Terroso mostra-nos formas e estruturas características de tempos anteriores. A escavação da Facha evidenciou-nos uma longa diacronia castreja, particularmente bem seriada, até à Época do Bronze, apoiada em excelentes estratigrafias e em objectos. O castro da Pena (Caminha) serve para evidenciar as relações marítimas e meridionais que esta cultura teve. Os castros de Faria, de São Julião, de Barbudo e outros voltam a confirmar a diacronia desta civilização, desde o século VIII, e as suas radicais ligações com a cultura do Bronze Final, dada a sucessão de sítios, de povoados e até de formas. Penices (Famalicão), com os seus sucessivos níveis castrejos de cabanas de madeira, parece confirmar quanto, em certos povoados, foi tardia a petrificação das paredes das casas e como tão cedo se chegou à forma das imponentes muralhas que são um elemento essencial na caracterização desta cultura.

Uma longa série de castros, sistematicamente pequenos, de Ribeira Lima e da margem de outros rios, como o Cávado, assentes em elevações muito ligeiras e distribuídas entre várzeas e agros, uns com ocupação pré-augustea e outros já da nossa

era, com interesses manifestamente agrícolas, veio enriquecer a problemática da cultura castreja e reforçar o relevo que a agricultura tinha nesta civilização.

As escavações da presente geração de arqueólogos galegos fornecem-nos perspectivas semelhantes. Neixón confirma a ligação da cultura castreja à do Bronze, as relações forâneas, desde o seu início, a imponente das antigas muralhas e o cuidado da defesa que a caracteriza desde o primeiro momento. Torroso e Penalva ligam-se também ao Bronze e Castromao patenteia-nos bem, pelo menos, duas grandes fases, uma arcaica e outra já sobre a nossa era. A revisão de Borneiro, de Baroña e de Troña confirmam o grande desenvolvimento da cultura castreja no século I a.C. e ainda depois de Augusto. S. Cibrán de Lás e a Graña são dois outros castros que nos evidenciam a recriação do castrejo já dentro da nossa era.

Alguns castros de Caurel, assim como outros asturianos, têm sido classificados como «castros mineiros», de época romana. Também em Trás-os-Montes os há. Eles testemunham-nos o desenvolvimento deste tipo de povoados fortificados em ligação com as explorações auríferas romanas. O castro de Viladonga, como a Curalha e outros em Portugal, mostram-nos uma peculiar recriação de povoados, à laia castreja, nos tempos inseguros dos séculos IV e V da nossa era.

Os relatórios destas escavações e de muitas outras e uma longa série de estudos, com realce para os ligados à carreira universitária e a doutoramentos, aparecidos nesta última vintena de anos, enriquecem muito os nossos conhecimentos sobre esta cultura, preencheram muitas lacunas, realçaram as variações regionais e cronológicas e ampliaram a sua problemática.

Relativamente à evolução da cultura castreja, C. Hawkes propôs uma periodização algo exterior à arqueologia, buscada na história da conquista romana. Hoje vamos tendo ideias bem mais precisas sobre a evolução da civilização material castreja e dos seus diferentes ritmos. Mas foi com este objectivo que Hawkes veio trabalhar nos nossos castros, oferecendo-nos apesar da limitação das suas campanhas, um importante passo nesse sentido. Antes de terminar, queremos associar a esta lembrança de Hawkes a memória de Maluquer de Motes, arqueólogo catalão, que tanto se entusiasmou pela cultura castreja e que tanto ajudou a formar a actual geração de estudiosos desta civilização.

NOTAS SOBRE O CASTRO DE SAN XIAO (TOQUES). TERRA DE MELIDE. GALIZA

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO*
Purificación RODRÍGUEZ GARCÍA*

*Ao mestre e amigo,
do que tanto aprendimos,
e que dende o Alén o sigue sendo*

I. INTRODUCCIÓN

No ano 1986 firmoúse un convenio entre as Universidades de Santiago de Compostela e Lodz (Polonia), que contemplaba como un dos seus obxectivos a realización do proxecto de investigación sobre a ocupación do territorio nas épocas castrexas e romana, no val do río Furelos, sito nos concellos de Toques e Melide, na Galiza interior.

Froito dese convenio foron, ata agora, a realización de oito campañas de excavación no castro de A Graña, que proporcionaron unha valiosa información sobre a evolución castrexa, tanto no que se refire a estruturas, sistemas de acceso como materiais e cronoloxía (Meijide, 1990), (Acuña, 1998).

Un paso mais na aplicación práctica do convenio foi a realización, entre o 30 de agosto e o 9 de setembro de 1989, dunhas sondaxes arqueolóxicas no castro de San Xiao (Toques), sito fronte o de A Graña, co fin de comprobar ou obter información sobre un asentamento en altura, que controlaba o val do Furelos.

Nos traballos, financiados pola Dirección Xeral de Patrimonio da Xunta de Galicia e polo Vicerrectorado de Investigación da Universidade de Santiago, participaron os que suscriben xunto G. Meijide, K. Walenta, T. Grabarczyk, J. Blasczyk, encargados da planimetría; e os operarios Manuel e Luis Prieto Prieto. Os debuxos dos materiais corresponden a A. Rodríguez Paz, así como os dos cortes estratigráficos realizados sobre os borradores dos autores e do equipo técnico deste traballo.

* Departamento de Historia I. Universidade de Santiago.

En case toda a excavación participou o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ilustre catedrático da Universidade do Porto, a quen dedicamos estas breves notas en lembranza daquelas xornadas de convivencia.

II. DESCRICIÓN

O castro de Sta María de San Xiao está situado no alto do monte da Grela, na parroquia de San Xiao do Monte no concello de Toques. As coordenadas xeográficas UTM son: X = 585.000, Y = 4.457.430. Folla do mapa nº 96, nº de cuadrícula 13.

Situase nunha zona alta, a 628 metros, dominando o val do Furelos, e desde que a que se observan os castros de A Graña, Vilouriz, Vilamor, Piñeiro, Paradela e Castro Pedro (L. Cuevillas, 1933). Actualmente ocupa un terreo adicado a prado e monte con toxos, xestas, piñeiros e carballos. As terras circundantes adicanse dende hai mais de sesenta anos ao cultivo do millo.

Ten forma ovalada sendo as dimensións da croa de 40 x 60 m no sentido N-S e E-O respectivamente. A muralla rodea todo o recinto, agás na entrada situada ao leste. Acada 6 m de altura e na parte superior observáanse parte das pedras que constituían a súa estrutura. Ten un foxo reaproveitado como camiño na parte oriental.

Perto do xacemento atopouse un machado de talón dun anel, debido as obras de apertura dunha pista (Meijide, 1988).

Aparece catalogado por Otero Pedrayo e Fraguas no volumen colectivo Terra de Melide (L. Cuevillas, 1933) con referencia ao «Mapa Prehistórico de la Villa de Mellid y sus alrededores» (Alvarez Carballido, 1907).

III. HISTORIA DA EXCAVACIÓN

A campaña consistiu no levantamento planimétrico do castro e na realización de cinco sondaxes de 5 x 5 m, deixando testigos de 0,5 m nos perfís Norte e Leste.

A excavación planteouse en dous sectores. Abríuse en primeiro lugar a cuadrícula A-1. Nela apareceu baixo a capa vexetal, unha terra de cor pardo-amarela bastante blanda con poucas pedras xunto con materiais escasos, entre os que destaca unha fusaiola de esteatita. Enseguida aparece a rocha natural descomposta.

A 25 m de distancia abríronse tres cuadrículas, B-I, B-II e B-III, que mostran un panorama arqueolóxico diferente. Esta zona ten unha maior potencialidade estratigráfica e aparecen nela os primeiros vestixios de ocupación, reflexados nun burato de poste con zócalo de pedras e algúns pavimentos.

No sector B-I aparece tras a capa superficial ou vexetal, terra de cor pardo-amarela, despois unha capa de cor pardo-grisácea asociada con cerámica de superficies alisadas, unha pardo-oscura e un basureiro formado por terra negruzca con abundantes carbóns e materiais máis toscos, para terminar cun paleosolo bermello e a rocha natural. Hai gran cantidade de pedras pero sin corresponder a ningunha estrutura, que podían obedecer ao entullo botado nunha época indeterminada por mor de labores agrícolas.

Nos sectores B-II e B-III despois da capa superficial hai unha terra de cor pardo-amarelo, á que segue unha capa de terra amarela con moito material entre o que destaca un fragmento de cerámica bruñida e con decoración reticulada cunha cronoloxía bastante serodia. Posteriormente un pavimento cun burato de poste con zócalo de pedras aorredor.

Ao ser estes os únicos vestixios habitacionais fainos pensar nunha ocupación esporádica ou de refuxio do castro, xustificada pola magnitude da muralla.

IV OS MATERIAIS ARQUEOLÓXICOS

Os materiais recuperados responden a unha pequena porcentaxe e distribúense en líticos, cerámicos e metálicos.

As pezas líticas están feitas en esteatita, denominada na comarca «pedra murcia»

ou «tobelo» E un material abundante na zona, donde hai diversas afloracións, sendo moi fácil de traballar.

Dentro deste grupo recuperáronse varias pezas de forma irregular e con perforación central, utilizadas posiblemente como pesas de tear ou pesos para amarrar o teito feito con materiais perecedeiros; dúas fusaiolas sen decoración e unha posible ficha de xogo, xa que polas súas dimensións e grosor así parece.

Da cerámica a feita a mán é unha minoría. Predomina a de factura a roda lenta, e nalgúns casos, rápida. As superficies son alisadas ou rugosas, e nalgúns casos bruñidas. As pastas son de cor pardo-oscuro, negruzco e bermello. A decoración mais abundante é a incisión con deseños lineais, romboidais etc. Hai bruñidos lineais e algún cepillado, destacando unha vasilla con decoración de retícula bruñida. As formas representadas son oliñas, olas de perfil en S e cuncas de boca irregular. Os bordes son saintes ou rectos, con labios redondeados ou sinxelos. Os colos curvos ou rectilíneos.

Nos niveis superficiais teñen aparecido fragmentos de tégula e ímbrice.

Finalmente, o material metálico só aparece representado por dous fragmentos de ferro informes.

V. CONCLUSIONS

Os resultados das sondaxes realizadas no Castro de San Xiao mostran un panorama diferente ao doutros castros do Val do Furelos. Os escasos vestixios de habitación, pavimentos ou buratos de poste, xunto co pouco material exhumado contrastan ca importante muralla, xunto co terraplén e o foxo que rodea ó recinto. Tamén e de salientar a súa posición estratéxica estreitamente relacionada cos castros circundantes e o dominio visual que exerce sobre eles.

Poderíamos pensar nunha ocupación estacional ou esporádica tendo a croa unha misión de refuxio. Cecais para a gandeiría.

O marco cronolóxico establecece polas testemuñas cerámicas, tanto as de uso cotián como as constructivas, cara un cambio de era; correspondendose ca segunda fase de ocupación do Castro de A Graña.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1998) «Sistemas de acceso ós castros do Noroeste Peninsular: O Castro de A Graña (Toques, A Coruña)». Castrexos e Romanos no Noroeste (Santiago). (No prelo).

ALVAREZ CARBALLIDO, E. (1907) «Prehistoria». B.R.A.G. II, nº 12, pp.5-9. Na páxina 8 figura «un mapa prehistórico de la villa de Mellid y sus alrededores» no que o castro de San Xiao ten o nº 15.

LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1933) «Prehistoria de Melide». Terra de Melide, Seminario de Estudos Galegos, Compostela. Castro de San Xiao (nº IX, p. 74), A Graña (nº VI, p.71), Vilouriz (nº X, p.75), Vilamor (nº VII, pp. 72-73), Piñeiro (nº VIII, pp.73-74), Paradela (nº V, pp. 69-70) e Castro Pedro (nº XII, pp. 77-79).

MEIJIDE CAMESELLE, G. (1988) «Bronces do Museo Terra de Melide» Boletín do Centro de Estudos Melidenses, nº 4.

MEIJIDE CAMESELLE, G. (1990) «Tres dataciones de C 14 del Castro de A Graña (Toques. A Coruña) y su contexto arqueológico». Gallaecia 12, pp. 111-134.

INVENTARIO

As pezas foran inventariadas seguindo o nivel, cuadrícula e número de siglado. Todo o material recollido está depositado no Museo da Terra de Melide a cuio Director X. M. Broz así como a X. D. Fuciños agradecemos a colaboración prestada.

1. B-I, N-3, Xiao 89, 68

Fragmento de borde e colo. Pasta de coor pardo-oscuro, superficie bruñida (Fig. 5).

2. B-I, N-5, Xiao 89, 70
Fragmento de borde e inicio de panza dunha ola con perfil em S. Pasta de coor pardo-
oscura e superficie bruñida (Fig. 5).
3. B-I, N-5, Xiao 89, 61
Fragmento de borde de un cunco irregular. Pasta bermella e superficie rugosa (Fig. 5).
4. B-I, N-4, Xiao 89, 14
Fondo dunha vasixa de forma indeterminada de coor bermello e superficie lisa (Fig. 7).
5. B-II, N-4, Xiao 89, 15
Peza de esteatita de forma redonda, posible ficha (Fig. 11).
6. B-I, N-4, Xiao 89, 67
Peza lítica de forma irregular con perforación inconclusa na parte superior (Fig. 11).
7. B-II, N-4, Xiao 89, 8
Fragmento de borde dun cunco. Borde recto e plano, colo curvilineo. Pasta bermella e
superficie rugosa no interior e alisada no exterior. Degrasante medio (Fig. 8).
8. B-II, N-4, Xiao 89, 9
Base dunha vasixa indeterminada, pasta bermella, superficie rugosa e degreasante medio
(Fig. 7).
9. B-I, N-3, Xiao 89, 65
Fragmento de borde dun cunco irregular. Pasta bermella, alisada no exterior e rugosa no
interior (Fig. 8).
10. B-II, N-3, Xiao 89, 32
Fragmento de borde e inicio de galbo. Borde sainte, colo curvo e boca aberta. Superficie
alisada e pasta pardo-oscura con degreasante medio (Fig. 8).
11. B-II, N-3, Xiao 89, 30
Fragmento de borde sainte e colo dun cunco. Pasta negruzca e superficie bruñida (Fig. 6)
12. B-II, N-3, Xiao 89, 70.
Fragmento de asa con acanaladura vertical e pequena fenda hemisférica feita cun dedo.
Pasta bermella e superficie alisada (Fig. 7).
13. B-III, N-3, Xiao 89, 117
Fragmento de galbo, pasta pardo-oscura e superficie lisa (Fig. 9).
14. B-I, N3, Xiao 89, 56
Fragmento de de galbo dunha vasixa. Pasta bermella, superficie lisa no exterior cun suave
cepillado, degreasante medio (Fig. 10).
15. B-III, N-2, Xiao 89, 16
Peza lítica de forma irregular, fragmentada e cunha perforación nesa zona (Fig. 11).
16. B-I, N-2, Xiao 89, 3
Fragmento de borde e colo dunha vasixa. Borde sainte, labio estreito e boca aberta. Pasta
pardo-clara e superficie lisa (Fig. 7).
17. B-III, N-2, Xiao 89, 82
Fragmento de borde e colo. Pasta pardo óscura. Superficie rugosa no exterior e lisa no interior.
18. B-III, N-2, Xiao 89, 18
Peza de barro cocida de forma irregular cunha acanaladura vertical feita cun dedo.
19. B-III, N-2, Xiao 89, 75
Fragmento de borde e inicio de galbo diferenciado por unha inflexión. Borde recto na parte
superior, labio estreito e colo curvilineo. Pasta pardo-oscura e superficie bruñida (Fig. 8).
20. B-III, N-2, Xiao 89, 95
Fragmento de borde dun cunco de forma irregular. Pasta bermella e superficie lisa (Fig. 8).
21. B-III, N-2, Xiao 89, 76
Fragmento de borde e inicio de galbo dunha vasixa. Borde sainte e recto. Pasta pardo-
oscura. Superficies lisas (Fig. 5).
22. B-III, N-2, Xiao 89, 90
Fragmento de borde e colo dun cunco de pasta pardo-negruzca. Superficie rugosa no exte-
rior e lisa no interior. Degreasantes medios (Fig. 6).

23. B-III, N-2, Xiao 89, 96
Fragmento de borde e colo dunha vasixa. Borde engrosado cara ao interior e o colo curvilinear. Pasta bermella. Superficie lisa no interior e rugosa no exterior (Fig. 6).
24. B-III, N-2, Xiao 89, 135
Fragmento de panza dunha vasixa. Pasta bermella no exterior e negruzca no interior. Superficie bruñida con reticulado (Fig. 9).
25. B-I, N-2, Xiao 89, 29
Fragmento de borde e galbo dunha vasixa. Pasta grisácea. Superficie rugosa e degreasantes grosos (Fig. 6).
26. B-III, N-2, Xiao 89, 98
Fragmento de borde dun cunco. Borde recto e plano Pasta bermella, superficie rugosa, degreasante medio (Fig. 6).
27. B-III, N-2, Xiao 89, 77
Fragmento de bordo dun cunco de forma irregular. Colo recto e boca curvada. Superficie lisa e pasta bermella (Fig. 6).
28. B-III, N-2, Xiao 89, 114
Fragmento de borde dunha vasixa. Bordo sainte e colo recto. Pasta bermella. Superficie rugosa e degreasante medio (Fig. 6).
29. B-III, N-2, Xiao 89, 104
Fragmento de de borde recto e colo recto/curvo. Pasta bermella. Superficie rugosa no interior e bruñida no exterior (Fig. 6).
30. B-III, N-2, Xiao 89, 79
Fragmento de borde dunha vasixa. Borde sainte e labio estreito. Pasta pardo-oscura. Superficie rugosa (Fig. 6).
31. B-III, N-2, Xiao 89, 88
Fragmento de borde semelhante ao anterior. Pasta pardo-clara e superficie lisa tanto polo interior como polo exterior (Fig. 6).
32. B-III, N-2, Xiao 89, 101
Fragmento de borde dunha vasixa. Borde sainte e recto. Pasta pardo-oscura, superficie rugosa e degreasantes grosos (Fig. 6).
33. B-III, N-2, Xiao 89, 97
Fragmento de borde dun cunco de boca aberta. Pasta bermella. Superficie rugosa no interior e exterior. Degreasantes grosos (Fig. 6).
34. B-III, N-2, Xiao 89, 91
Fragmento de borde dunha vasixa. Pasta pardo-oscura. Superficie lisa e bruñida no interior. (Fig. 6).
35. B-III, N-2, Xiao 89, 87
Fragmento de borde e colo dunha vasixa. Borde sainte, colo recto Pasta pardo-oscura. Superficie alisada (Fig. 6).
36. B-III, N-2, Xiao 89, 109
Fondo e inicio do galbo dunha vasixa de pasta bermella no interior e negruzca no exterior. Superficie lisa e degreasantes medios (Fig. 7).
37. B-III, N-2, Xiao 89, 110
Fondo dunha vasixa de forma indeterminada de pasta bermella no exterior. No interior adherencias de feluxe. Superficie lisa. Degreasantes grosos (Fig. 7).
38. B-III, N-2, Xiao 89, 26
Fragmento de galbo de superficie lisa e decorado con lineas incisas paralelas. Pasta bermella. (Fig. 9).
39. B-III, N-2, Xiao 89, 37
Fragmento de galbo con cepillado. Pasta pardo-oscura no exterior e bermella no interior. (Fig. 9)
40. B-III, N-2, Xiao 89, 119.
Fragmento de panza de pasta negruzca. Superficie externa lisa con lineas paralelas incisas (Fig. 10).

PORTUGALIA

41. B-III, N-2, Xiao 89, 81
Fragmento de galbo de pasta pardo-oscuro. Superficie rugosa no exterior con líneas incisas paralelas (Fig. 10).
42. B-III, N-2, Xiao 89, 126
Fragmento de galbo de pasta pardo-claro. Superficie lisa no exterior con decoración incisa de líneas paralelas (Fig. 10).
43. B-III, N-2, Xiao 89, 176
Fragmento de galbo de coor pardo-oscuro. Superficie lisa con decoración incisa de líneas paralelas (Fig. 10).
44. B-III, N-2, Xiao 89, 129
Fragmento de panza de pasta pardo-claro moi fina. No exterior decoración incisa de rombos (Fig. 10).
45. B-III, N-2, Xiao 89, 125
Fragmento de galbo de pasta pardo-claro. No exterior decoración incisa de líneas paralelas (Fig. 10).
46. B-III, N-2, Xiao 89, 128
Fragmento de galbo de pasta bermella. Superficie bruñida (Fig. 10).
47. A-III, N-1, Xiao 89, 23
Fusaiola de esteatita (Fig. 11).
48. B-I, N-1, Xiao 89, 27
Fusaiola de esteatita de sección bitroncocónica (Fig. 11).
49. B-II, N-1, Xiao 89, 7
Fragmento de galbo con superficie bruñida no exterior e decoración de rombos. Pasta bermella no exterior e negruzca no interior (Fig. 10).

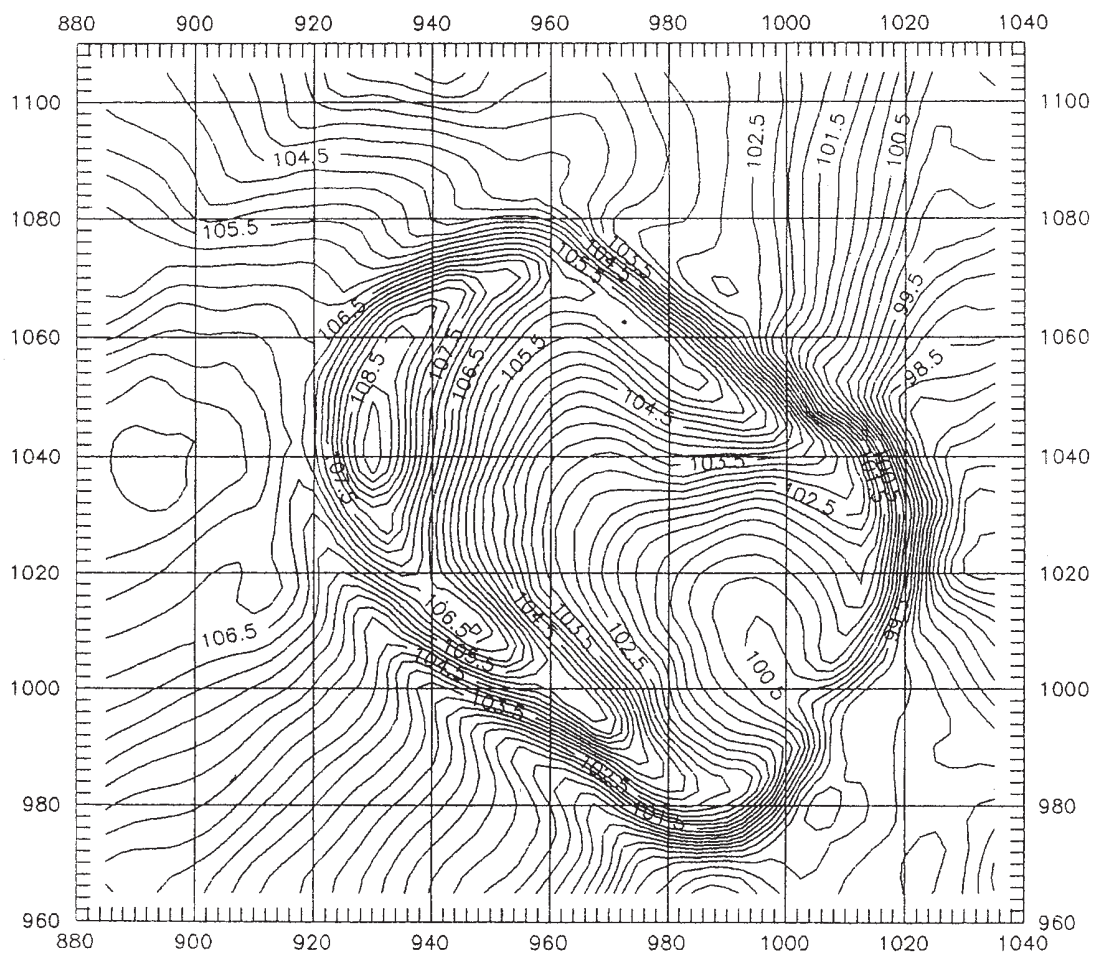


Fig. 1 – Panorama do Castro de San Xiao.
Realizado por J. Blaszyk.

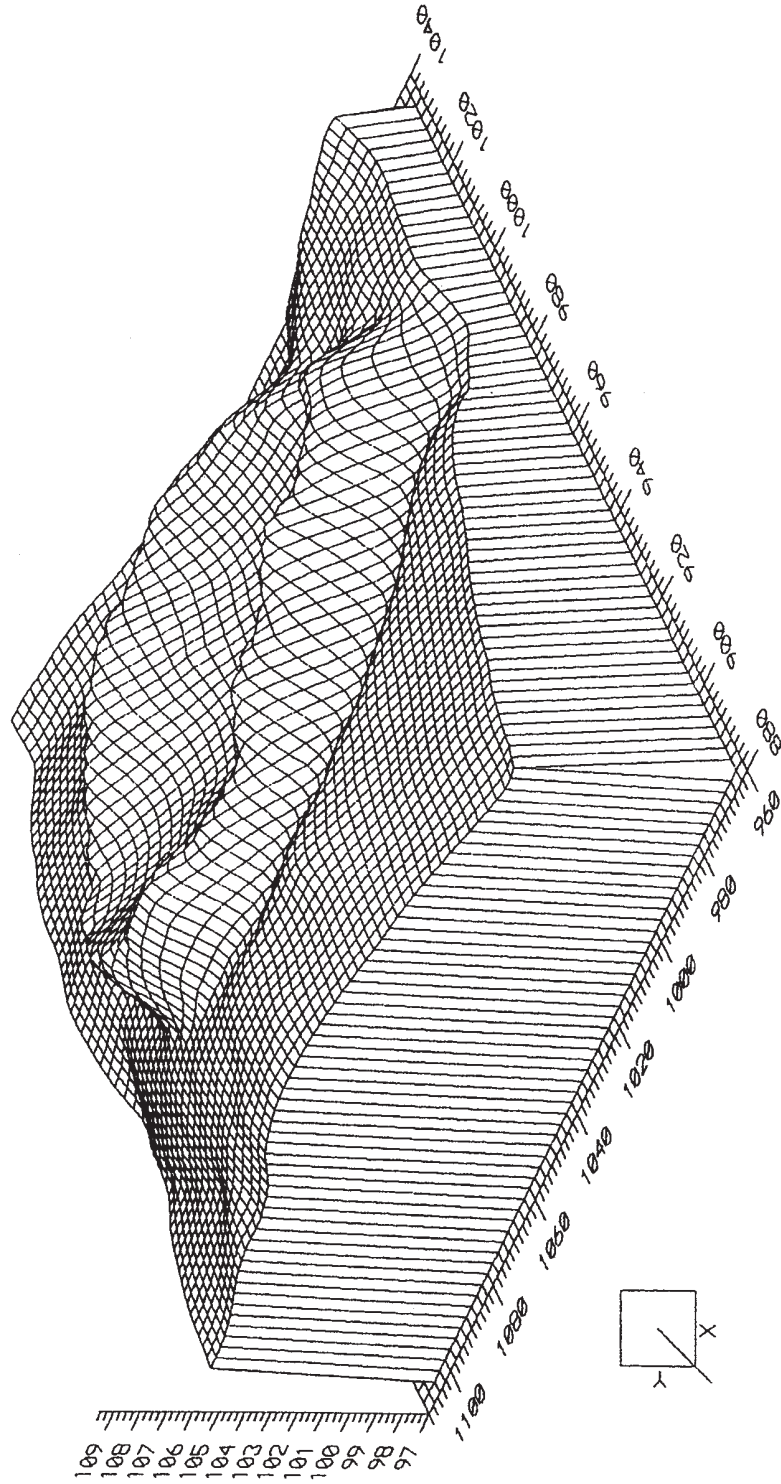


Fig. 2 – Panorama do Castro de San Xiao
Realizado por J. Blaszyk.

Perfil N B 1

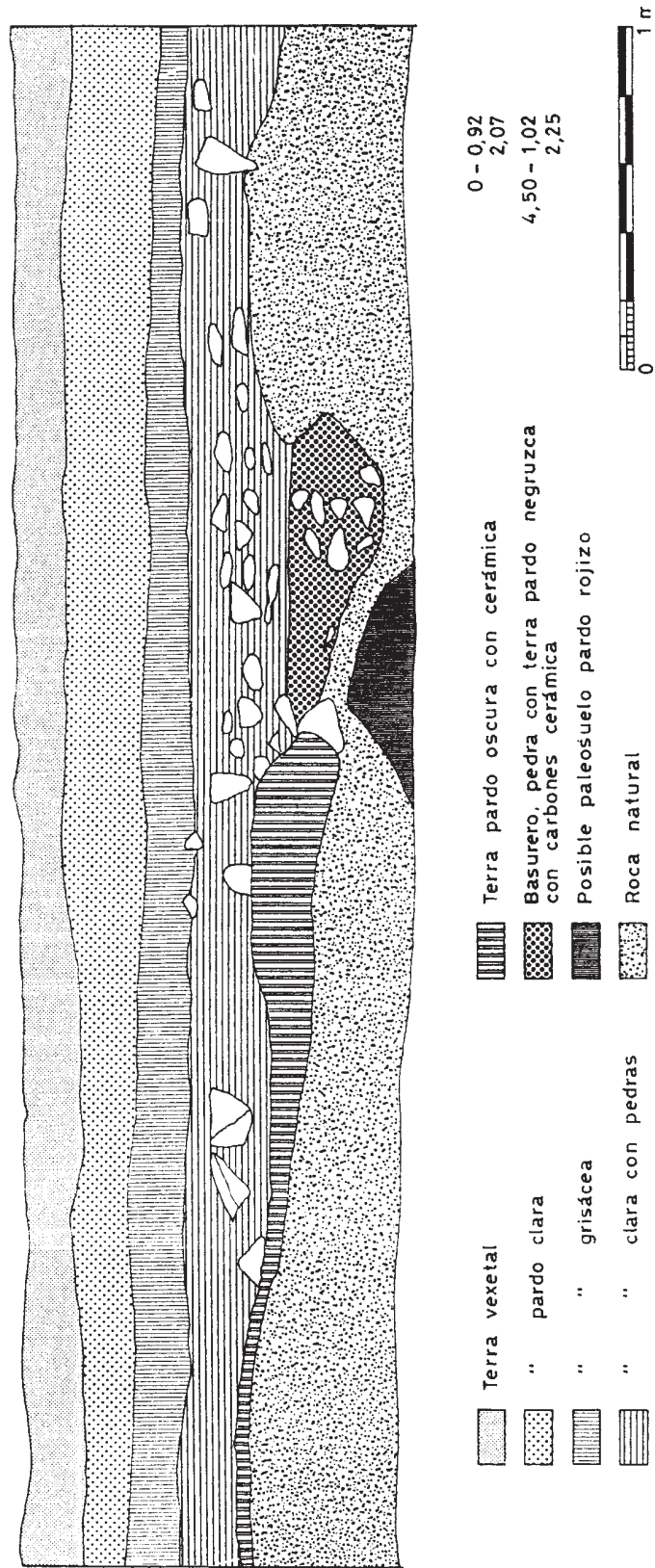


Fig. 3 – Perfil N. B-I

Perfil N B II

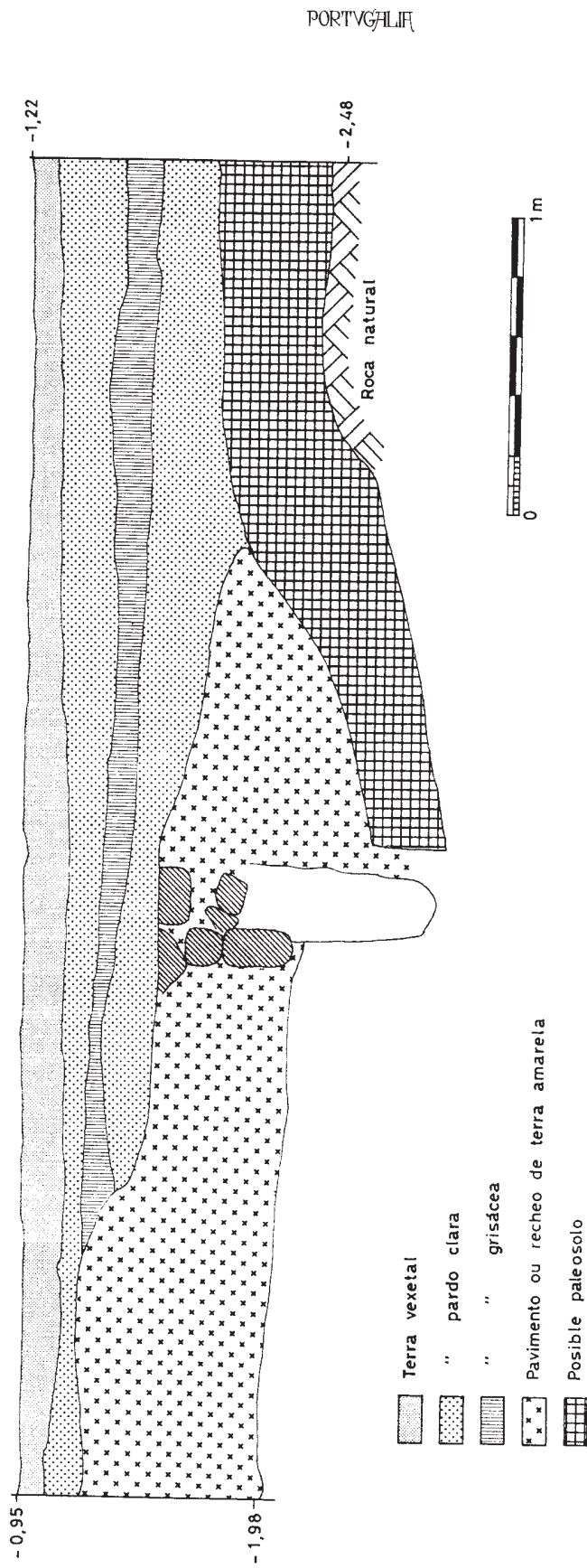


Fig. 4 – Perfil N. B-II

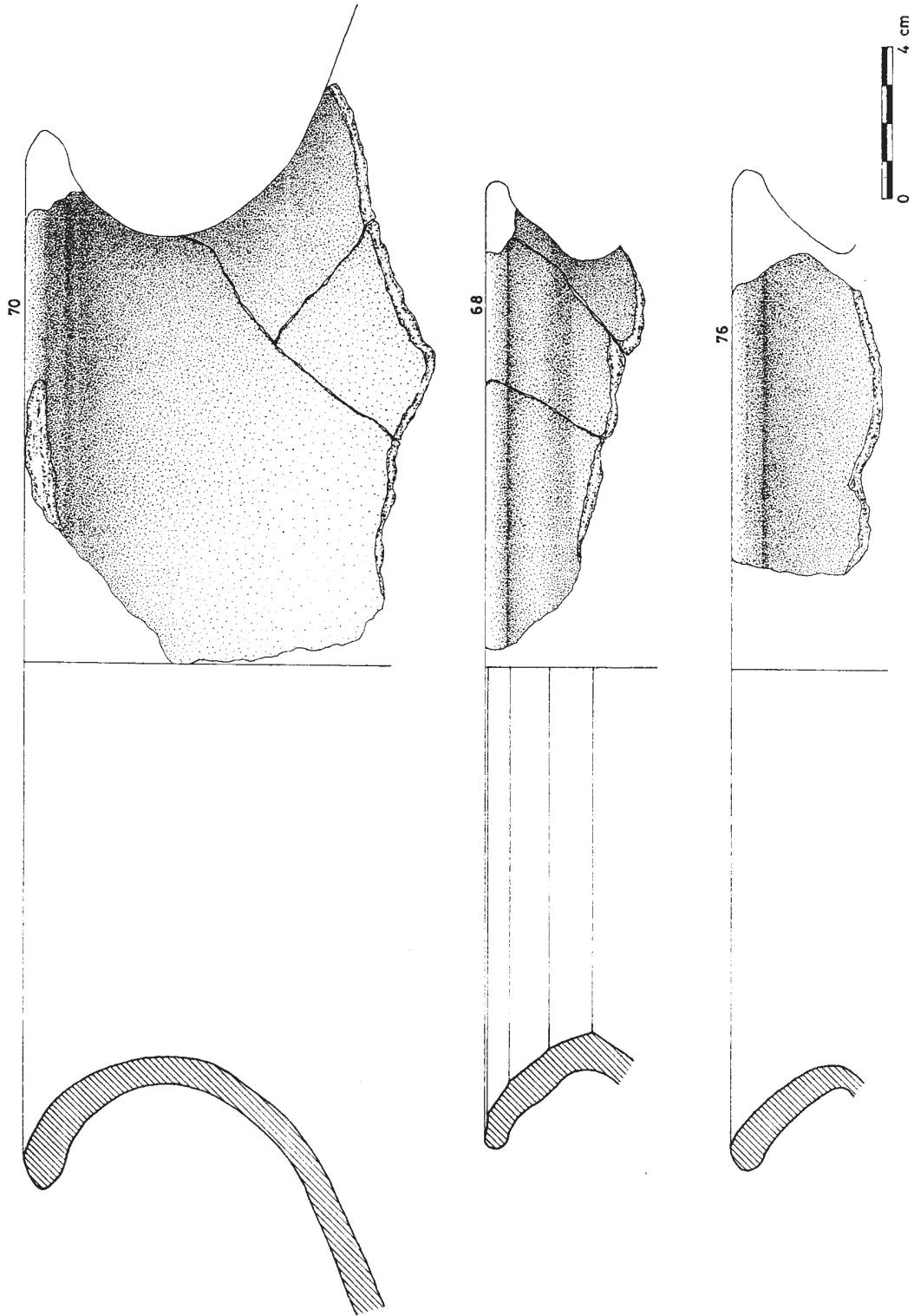


Fig. 5 – Bordos

PORTUGALIA

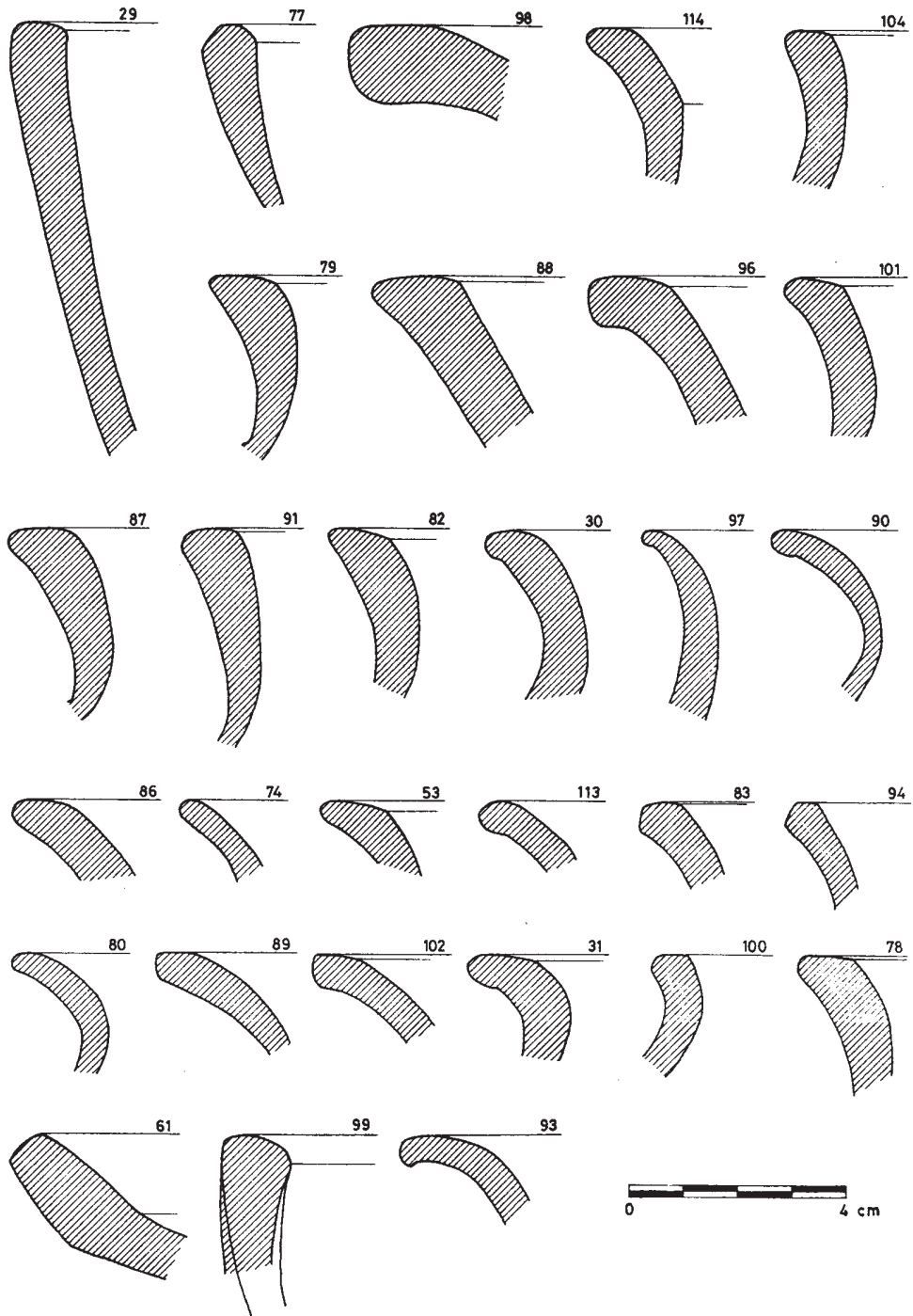


Fig. 6 – Bordes

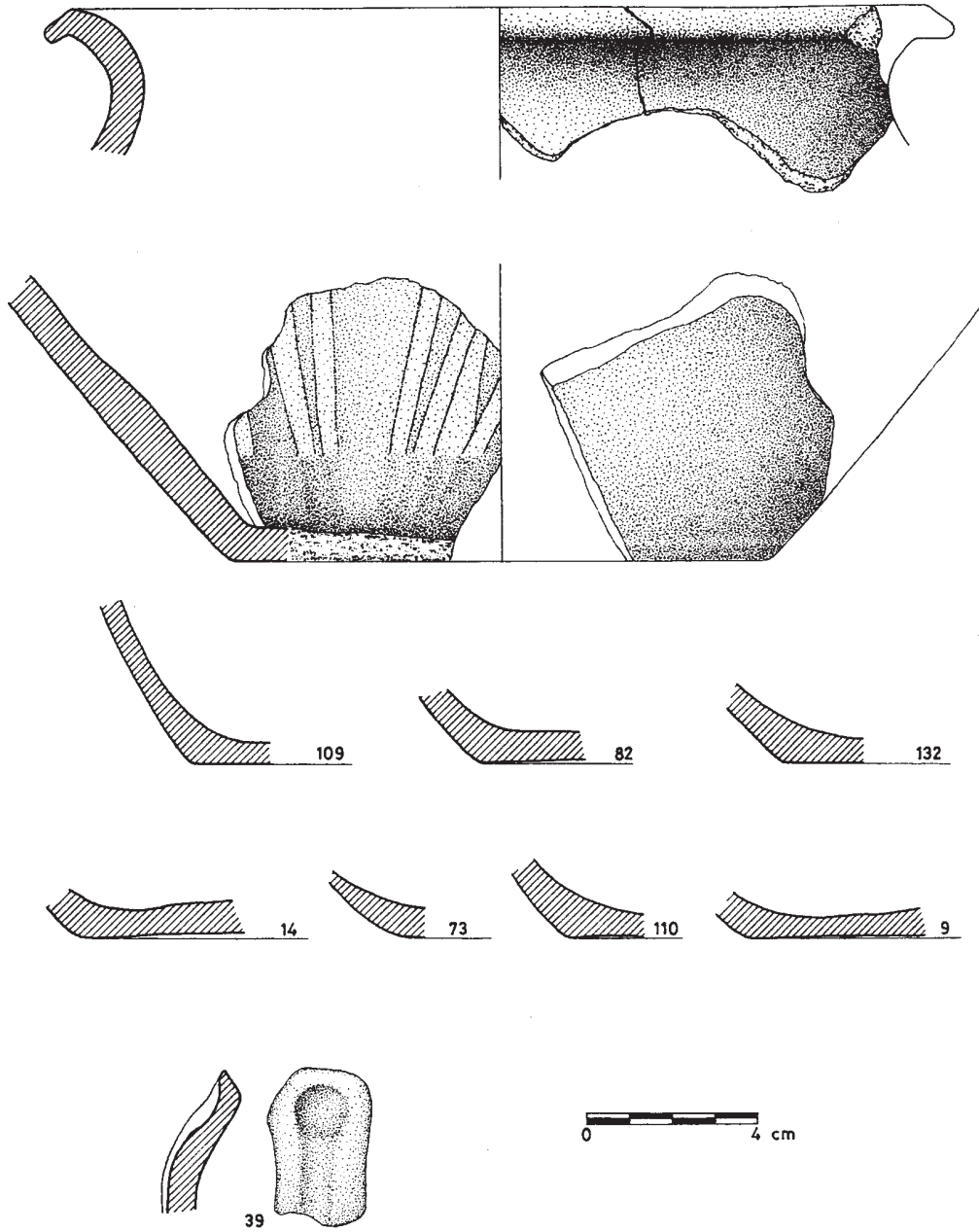


Fig. 7 – Fondos, bordes, asa

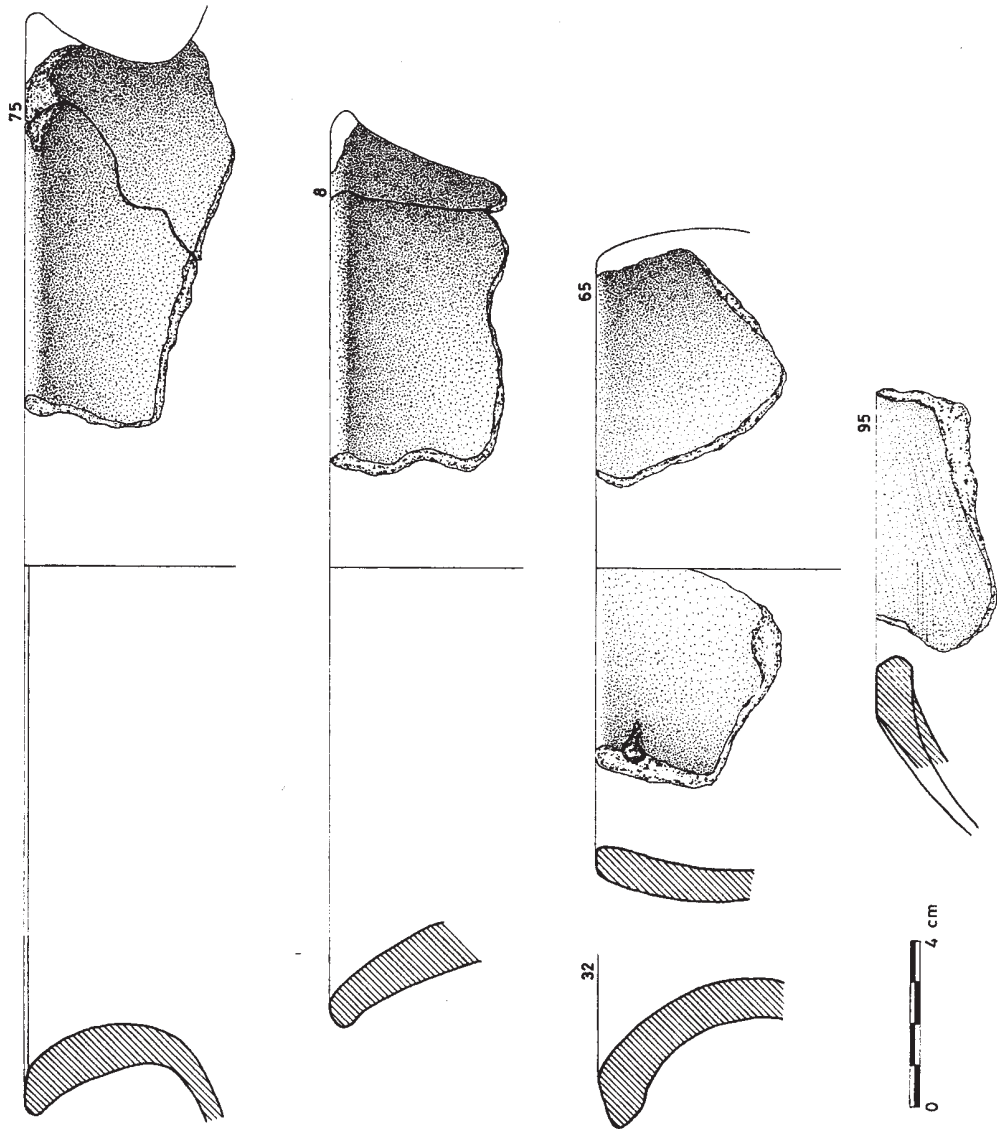


Fig. 8 – Bordos

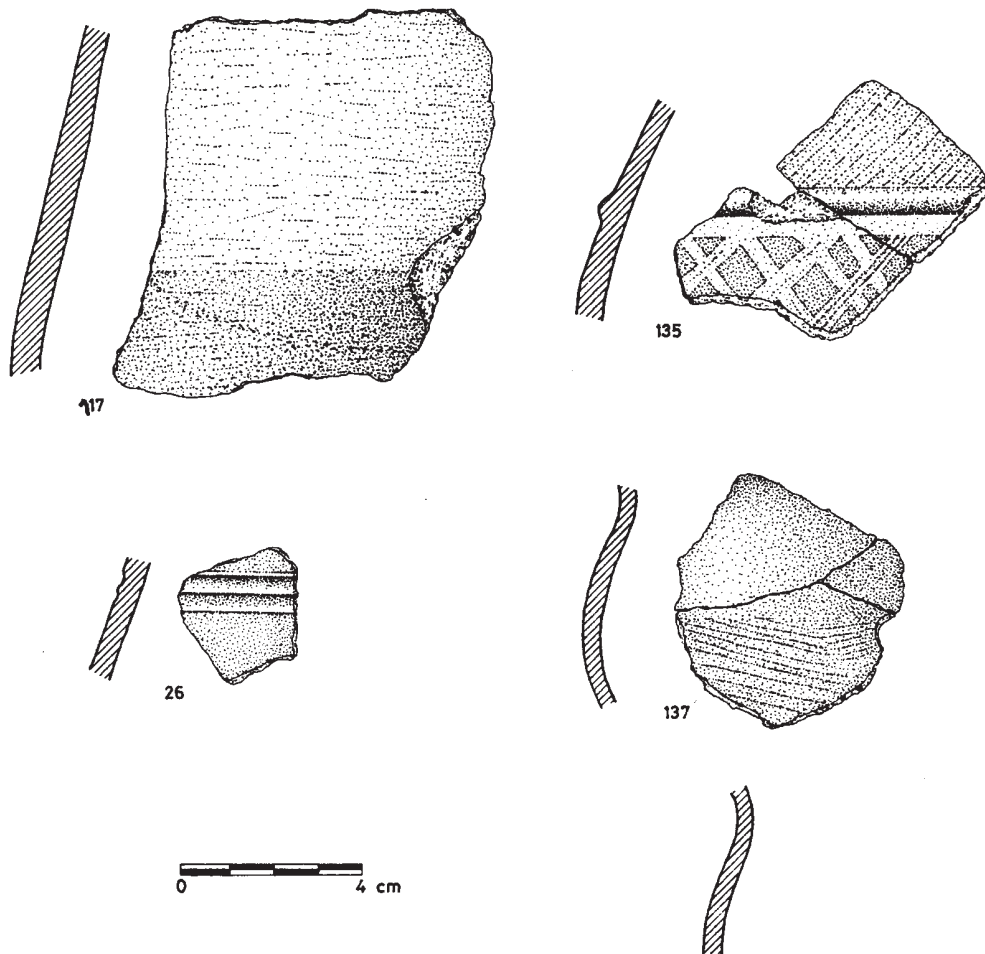


Fig. 9 – Fragmentos decorados

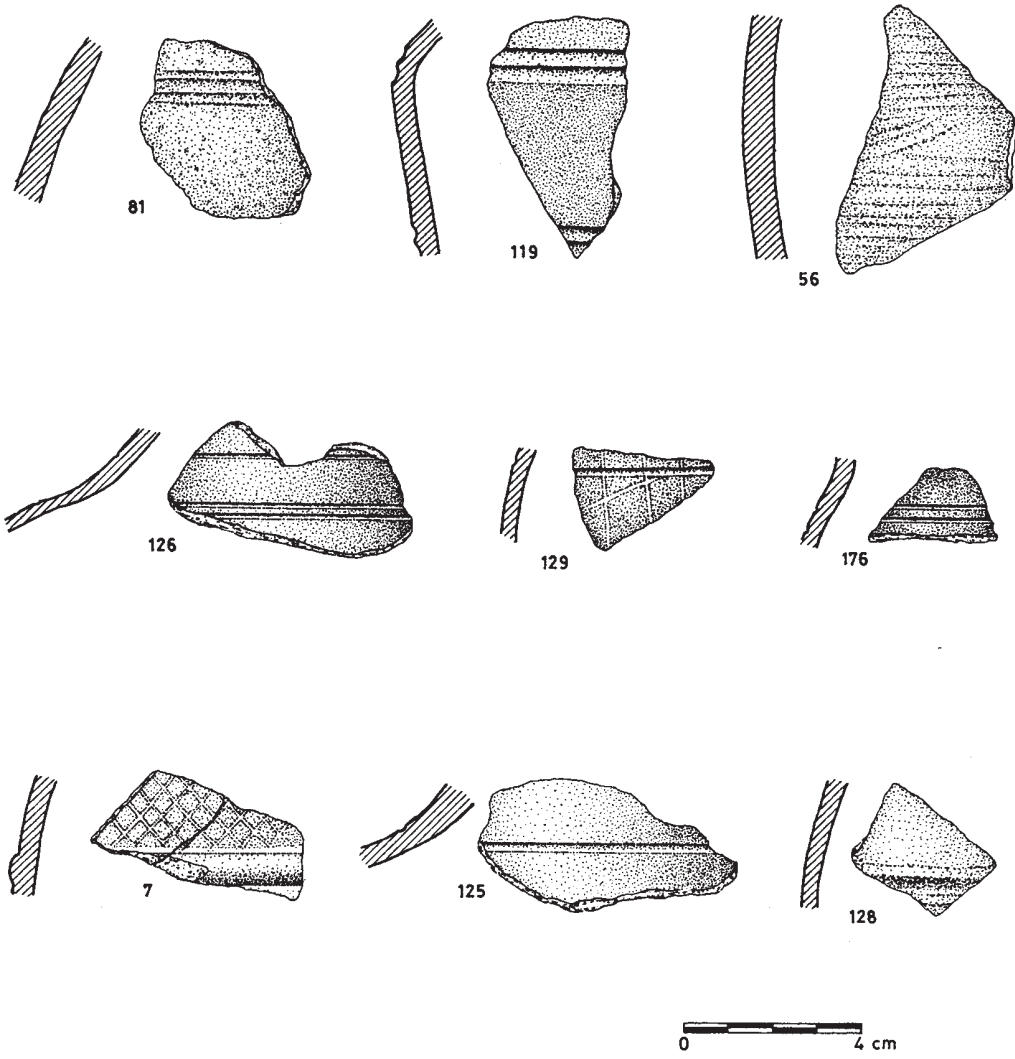


Fig. 10 – Fragmentos decorados

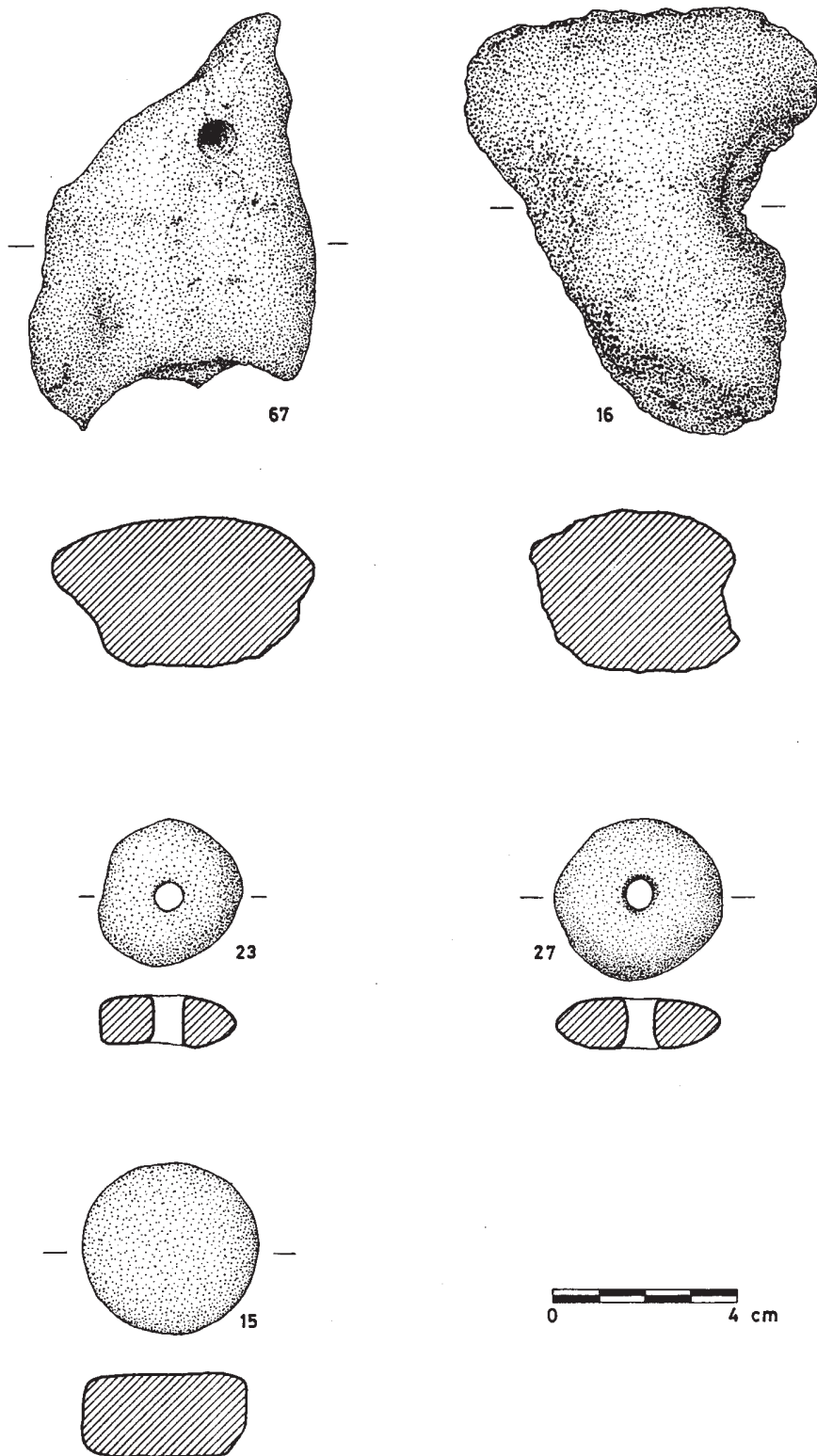


Fig. 11 – Materiais líticos

CASTRO DE CADÉM – CALVELO A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 1996

Carlos A. Brochado ALMEIDA

1. INTRODUÇÃO

A freguesia de Calvelo está situada na bacia norte do rio Neiva. É uma das mais meridionais do concelho de Ponte de Lima e do distrito de Viana do Castelo (Fig. 1), pois confronta com a freguesia de Arcozelo que faz parte do concelho de Vila Verde e distrito de Braga¹. Setentrionalmente é o monte de S. Veríssimo que, nos seus 417m, a protege e defende dos desabridos ventos que, por vezes, sopram do Norte.

A área de maior pressão demográfica foi e ainda é, a que se situa a Poente do ribeiro, cuja principal linha de água nasce nos contrafortes do Monte onde se encontra a Fonte do Ido e desagua no Neiva, no lugar do Sardoal. É neste espaço, em suave declive voltado a Sul, com presença de água e boa drenagem, que ao longo dos séculos, se formaram algumas importantes unidades agrárias, entre as quais se destacam as quintas de Mereces, Boa Vista, Velhas e Pousada. Anteriormente este espaço de eleição foi palco de uma série de ocupações que começaram na Idade do Ferro e se estenderam pelos séculos seguintes. São elas o castro da Rodinha do Crasto, os castros agrícolas de Cadém e Valadares, as ocupações com *tegulae* de época romana e alti-medieval da Quinta da Pousada, da Quinta de Mereces, do lugar do Ribeiro e em torno da igreja paroquial onde a *tegulae*, as sepulturas construídas com este material e os arcazes tumulares mostram ter havido uma ocupação de tipo religioso, possivelmente o mosteiro que o Liber Fidei apedidava de S. Pedro de Calvelo.

Se exceptuarmos a Rodinha do Crasto, que foi totalmente desmantelado pelo plantio de espécies florestais e se encontra na linha de divisão das freguesias de Calvelo e Anais, os outros povoados castrejos são os de Cadém e de Valadares.

O lugar de Valadares está situado na vertente meridional do Monte de S. Veríssimo, a Nascente da capela do Senhor do Calvário. Próximo, a seus pés, corre o Ribeiro de Trasmonde e encontram-se as primeiras casas do lugar do Pomarinho.

¹ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de doutoramento pela FLUP, Porto, 1996, p. 421.

A área onde se situa o castro é uma zona de monte, revestida de espesso manto arbóreo, com destaque para os pinheiros e eucaliptos. Da primitiva flora restam alguns exemplares de carvalhos e um ou outro sobreiro. Por se tratar de uma área de monte, onde imperam os solos graníticos com alguns rochedos a despontar entre o matagal que cresce desafogadamente, só esporadicamente despertou o interesse da fixação humana, situação que conheceu uma certa inflexão nos últimos anos com a construção de algumas casas de habitação. Estas, tal como as que já aí existiam, são as responsáveis pela destruição de uma boa parte do sector seu meridional, onde desapareceu todo o sistema defensivo e ainda uma boa parte da coroa.

Estruturalmente é um povoado que se enquadra na tipologia dos «castros agrícolas». Caracteriza uma coroa aplanada com descaímento para o Sul e obviamente o sistema defensivo que se compõe de talude e, pelo menos, um fosso seguido de muralha em terra. No cimo do talude funcionava, como complemento defensivo, à imagem do castro da Picarreira (Carapeços – Barcelos) uma muralha em pedra ou, pelo menos, um muro com uma certa espessura.

Desta muralha ou muro conservam-se ainda, bem nítidos, restos de alicerces que se percebem ainda na borda do talude e naturalmente a muita pedra que caiu num dos fossos, hoje totalmente atulhado. Um estudo realizado no sítio onde foram cavados os alicerces de uma casa moderna, mostra que tivera uma profundidade na ordem dos 3 metros e uma largura que rondou os 2,5m. Totalmente atulhado, encheu muita pedra de construção com as faces aparelhadas à maneira castreja e naturalmente terra humosa, de coloração escura devido à muita deposição e decomposição dos elementos vegetais.

A terra, que hoje enche o fosso, veio do talude que perdeu uma boa parte da sua primitiva inclinação e da muralha em terra que funcionava em apoio ao sistema defensivo, na parte exterior do fosso. Desta, resta muito pouco. Disfarçada ou simplesmente aplanada, somente é detectável na parte voltada a Nascente, onde foi fendida a meio por um caminho de servidão das propriedades vizinhas, antes da abertura do caminho, parcialmente empedrado, que sobe até à capela do Senhor do Calvário.

É natural que tivesse tido um segundo fosso, o que aliás está de acordo com as regras que definem este tipo de povoados. Se existiu, dificilmente o encontraremos em virtude das profundas alterações que atingiram a área circundante.

Espólio, neste velho habitat de Valadares, é coisa rara, provavelmente devido aos revolvimentos e à forte erosão a que a coroa esteve sujeita. Suspeitamos mesmo que a coroa tenha sido posteriormente agricultada, algo que não é nada inédito.

Para além da pedra de construção, que está bem patente no atulhamento do fosso, registamos a presença de *tegulae* e de alguns fragmentos de cerâmica castreja bem tardia, daquela em que a pasta e a cozedura mostram já a influência romana. O destaque vai somente para um pequeno fragmento com uma decoração que está bem dentro do espírito e da tradição castreja.

O pequeno lugar de Cadém, topónimo oriundo do étimo latino «*Cattinus*»² está situado na extrema oriental da freguesia de Calvelo, praticamente na linha que administrativamente divide os concelhos de Ponte de Lima e de Vila Verde e os distritos de Viana do Castelo e de Braga.

Em termos geográficos trata-se de uma zona aplanada, situada na base do monte de S. Veríssimo e da «Rodinha do Crasto», conjuntos orográficos entre os quais se encaixou, muito apertado e bem encaixado, o vale do Ribeiro de Trasmonde que desagua no Rio Neiva.

O território de Cadém está, também ele, bem definido por duas linhas de água: a Poente o Ribeiro do Carvalhal, a Nascente o Ribeiro dos Milhões.

² FERNANDES, A, de Almeida, *Algumas Informações Toponímicas acerca das «villas» na área do concelho de Ponte de Lima*, APL, 1980, p. 46.

É neste espaço amplo, aberto, geologicamente formado por rochas de origem silúrica, que se encontra o «castro agrícola»³, conhecido na zona pelo *Alto das Covas, Covas do Picouto* e eruditamente por Castelo de Cadém. Está situado numa zona de pinhal e mato, em cota ligeiramente superior aos terrenos circundantes (Fig. 2), conservando ainda hoje os atributos essenciais que definem e caracterizam este tipo de povoados, construídos e ocupados na parte final do castrejo.

O seu conhecimento remonta, pelo menos, ao século XVIII, altura em que Carvalho da Costa o definiu nos seguintes termos: «*no logar de Cadem... há vestígios ruínas & vestígios de fortificação antiga com cavas & estradas encubertas, que forão do Mouro*»⁴.

O conjunto é formado por uma coroa aplanada de pequenas dimensões e por um sistema defensivo que consta de uma muralha de terra em talude, seguido por dois fossos, separados entre si, por uma muralha, mais pequena, em terra.

Será nos terrenos que com o castro confinam pelo lado sul, que posteriormente se instalou um tal *Cattinus*, lavrador, que está na origem, não diremos de uma «*villa*» mas pelo menos de um casal. Aqui, as terras, sem serem de excepcional qualidade, permitiam uma actividade agrícola rentável, tanto mais que a água abunda no espaço envolvente.

A Igreja de Calvelo está situada na aba nordeste da Quinta da Pousada, sobranceira ao extenso vale onde correm os vários braços do ribeiro do Sardeal. O sítio é uma pequena chã, que está bem protegida pelo lado norte e com boa exposição solar durante a maior parte do dia.

Arquitectonicamente trata-se de um templo de traça singela, que foi reformado entre 1896 e 1898, mas que conserva ainda, ao nível das portas laterais, sinais da época quinhentista. Mas se consultarmos a documentação medieval, sobretudo a que está inserida no Liber Fidei, ficamos a saber que ali houve um mosteiro «*de illo monasterio Sancti Petri de Calvelo*»⁵ que a tradição diz ter sido de freiras e remontar a um período anterior à nacionalidade.

Do dito mosteiro nada restou à excepção do topónimo «*campo do mosteiro*»⁶, porque é conhecido um terreno agrícola que confina, pelo Norte, com o adro da igreja paroquial. É precisamente neste campo, no espaço plantado de oliveiras, que está em frente do adro que a *tegulae* aparece em grande abundância. Sabemos terem elas também aparecido nas obras que remodelaram o adro e no denominado «*campo do mosteiro*» juntamente com arcazes tumulares em granito, dos quais um se encontra acompanhado de uma estela medieval, no pátio interior da Quinta da Pousada e um outro na Quinta de Pregais da vila de Forjães, concelho de Esposende, para onde o levou o proprietário, que é natural desta freguesia. Para além destes túmulos, sabe-se que apareceram também outros feitos à base de *tegulae*. Confrontados com tais dados, o mais natural é que haja dúvidas sobre a sua cronologia, o tipo e o número de ocupações que ali houve.

O mais provável é os arcazes tumulares estarem relacionados com o já mencionado mosteiro, o qual tem uma cronologia segura, pelo menos, para o início do século XII. Já o mesmo não poderemos dizer dos túmulos que eram feitos com *tegulae*. Sabemos que esta, na parte final da Alta Idade Média (século IX-XI), aparece a forrar o chão de certas sepulturas, no caso vertente o cemitério medieval da igreja de Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo) e o da primitiva igreja de Navió⁷. Mas como não houve escavação e a informação a que tivemos acesso é escassa e vaga, fica-

³ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; BAPTISTA, António José, *Castros e Castelos de Ponte de Lima*, ICGM, 2, 1981, pp. 308-309.

⁴ CARVALHO, A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, 2ª ed., Braga, 1886, p. 235.

⁵ Liber Fidei, doc. 464.

⁶ BAPTISTA, António José, op. cit., IV, 1983, pp. 128-129.

⁷ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; BAPTISTA, António José, *A Necrópole de Navió*, APL, Ponte de Lima, 1980, pp. 65-74.

mos sem saber se estamos perante túmulos de época romana – tipo rectangular com ou sem cobertura triangular – ou simplesmente são sepulturas contemporâneas da fundação do mosteiro que aproveitaram telhas ainda intactas.

Independentemente da cronologia da necrópole poder recuar até à romanização, é preciso não esquecer que algumas das *tegulae* poderão provir da cobertura de um edifício, cuja cronologia será tão difícil de decifrar quanto o é a do cemitério-necrópole. No entanto, analisando o posicionamento geográfico, face ao vale e às boas condições de arejamento e de luminosidade, nada mais natural que aqui tivesse havido um edifício, que de uma certa maneira, pudesse ter uma relação mais ou menos directa com a ocupação da vizinha Quinta da Pousada.

Menos complicado parece ser a classificação do cipo granítico que se encontra no adro.

A primeira notícia que lhe atribui a função de miliário provém de Maria de Fátima da Silva Melo quando elaborou a sua tese de licenciatura⁸. Seguiram-se-lhes, com opiniões mais ou menos convergentes, Matos Reis⁹, Luciano Santos¹⁰ e Rosa de Araújo¹¹. Na nossa opinião o cipo, com uma altura visível de 0,82m, um diâmetro que oscila entre 0,71 e 0,74m e um perímetro que ronda os 2,35m, não é mais que uma coluna circular, num granito que não encontra paralelos nos demais miliários desta via, com ausência de inscrição e de «patine» que lhe confira áurea de antiguidade. Foi, certamente talhado para outras funções, não necessariamente as de miliário.

Pé de altar, mesa judicial ou de confraria, são hipóteses que, entre outras, deverão ser também consideradas.

A Quinta da Pousada, pela sua localização e sua arquitectura, é daquelas que desperta a atenção. Situada a Sudoeste e na proximidade da igreja paroquial, é uma extensa propriedade trabalhada em largos socalcos, na actualidade cheios de vinha. No cimo, dominando o panorama e com uma magnífica vista sobre o vale do Neiva, está a casa senhorial e a capela onde está cravado o escudo da família que a ocupou por largas gerações¹².

Edifício amplo, bem talhado, enquadra-se perfeitamente na arquitectura senhorial do Entre-Douro-e-Minho do início do século XVIII, embora as recentes obras de remodelação e ampliação mostrem ter havido sinais de um edifício anterior. Ao século XV parece pertencer uma porta, baixa e em arco apontado, que fazia parte da primitiva torre, já que a actual, pelo seu cariz revivalista, mostra ter sido construída na viragem do século XIX para o XX.

À margem destes considerandos e de qualquer investigação de campo, diríamos, que à partida, era um belo sítio para ser ocupado no decurso da romanização. Facto que acabou por se confirmar, quando descobrimos teguale nos vinhedos que se estendem para Nascente e Sul do solar. Mas nada mais pudemos apurar. Os campos, em largos socalcos, são fruto de terraplanagens relativamente recentes que alteraram a fisionomia do pequeno outeiro e revolveram, misturando, qualquer tipo de estruturas existentes. Por tal facto, desconhecemos se os vestígios provêm de um simples casal ou, se pelo contrário, estamos perante o que resta de uma verdadeira «*villa*».

Juntando estes elementos, dispersos e desfazados no tempo, ao topónimo que está na origem de Calvelo – com muita probabilidade um genitivo do antropónimo latino «*Calvellus*»¹³ – é nossa opinião que a primeira ocupação do sítio remonta ao

⁸ MELO, Maria de Fátima, *Arqueologia do Concelho de Ponte de Lima*, (policopiado), FLUL, Lisboa, 1967, p. 128.

⁹ REIS, António P. dos Matos, *A Romanização do Concelho de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1978, p. 32.

¹⁰ SANTOS, Luciano A. dos, *Miliários Inéditos da Via Romana de Braga a Tuy*, AAM, 24, IV da III Série, 1979, p. 15.

¹¹ ARAÚJO, José Rosa de, *Os Miliários da Estrada Romana de Braga a Tuy*, DB, 5, 1984, p. 160.

¹² Segundo REIS, António P. dos Matos, *Itinerários de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1973, p. 44, nesta casa terá nascido Vasco Rodrigues um dos poetas do Cancioneiro Português.

¹³ PIEL, Joseph M., *Nomes de lugares referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo*, RPF, 1(1), 1947, p. 30; PIEL, Joseph M., *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia ásturo-galego-portuguesa*, Biblos, 23, Coimbra, 1948, p. 49.

período romano, na figura de uma abastada quinta, um tipo de exploração agrícola que haveria de perdurar, com ou sem interrupções, até ao século XX.

A Nascente da igreja paroquial, numa pequena colina que se destaca no lugar do Pomarinho, está situada a Quinta de Mereces, uma enorme propriedade agrícola que se estende por quase 40 hectares de vinhas e campos dispostos em patamares.

A construção principal é uma casa solarenga, estruturalmente do século XVII, mas que conserva, interiormente, vestígios que remontam ao século XV. Reformulada no início do século XX, quando lhe construíram uma nova varanda, bem como a capela de Nossa Senhora das Graças, que substituiu uma anterior, ostenta, no seu brasão, a heráldica das famílias que a ela estiveram ligadas – Alpoíns, Castros, Regos, Pereiras – com destaque para esta última, pois segundo a tradição, a esta casa esteve ligado D. Afonso, 1º Duque de Bragança, por ter sido casado com a única filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Como aconteceu em muitos outros sítios, esta velha casa senhorial acabou por assentar os alicerces na mesma zona onde, no decurso da Romanização, um «possessor» havia cavado os alicerces da sua casa de lavoura. A comprovar tais deduções estão as muitas *tegulae* que aparecem no caminho de acesso à Quinta, no interior desta e nos campos que pelo Sudeste estão subjacentes.

Aqui esteve implantada a casa do *dominus*. O que não sabemos é se o domínio se circunscrevia a um simples casal ou, se pelo contrário, estamos perante uma exploração bem mais ampla como é o caso da «*villa*» agrária.

Olhando para a localização, para o tipo de solos, para a profusão de água e para o espaço que hoje pertence à Quinta de Mereces, parece-nos aceitável, apesar da escassez de elementos arqueológicos, sugerir que a actual Quinta é a legítima herdeira de uma «*villa*» agrária de época romana.

Numa bouça que é atravessada pela estrada municipal que faz a ligação entre Calvelo e Friastelas, apareceram *tegulae* suficientes para se colocar a hipótese de aqui ter havido uma ocupação que pode recuar até à época romana.

Como o topónimo indica, é provável que aqui tenha havido uma capela dedicada a Santa Marinha, virgem e mártir de Antioquia, que uma lenda medieval considera ter sido martirizada em Santa Mariña de Águas Santas (Orense).

No presente, nada há que o confirme. Muito menos há uma memória que alicerce tal hipótese. Se fosse caso disso, as *tegulae* poderiam estar relacionadas com um pequeno templo alto-medieval, à sombra do qual se teriam efectuado enterramentos. No entanto, atendendo à localização – o sítio está voltado a Sul e a Nascente encontra-se o pequeno lugarejo de Vilar de Rei, aos pés do qual corre um dos braços do Neboinho – também é admissível que aqui possa ter havido um pequeno casal tardo-romano. Convirá esclarecer que um pouco mais para Sul, a cerca de três centenas de metros, estão os restos de *villa* romana e de um edifício alti-medieval recentemente encontrados no lugar de Reboledo, freguesia de S. Lourenço do Mato.

O lugar do Ribeiro está situado na parte meridional da freguesia, num espaço compreendido entre a estrada nacional nº 308 (Freixo-cruzamento dos Corvos) e o curso do Rio Neiva, que corre precisamente na base nascente da colina que dá pelo nome de Monte de Couces. Presentemente este espaço é atravessado pela auto-estrada A-3 (Porto-Valença), tendo sido as suas obras que proporcionaram a descoberta de alguns vestígios arqueológicos, sobretudo as *tegulae*.

O sítio onde elas aparecem foi, até tempo relativamente recente, uma zona de mato e pinhal, que crescem num solo formado por granitos alcalinos em adiantado estado de desagregação. Geograficamente podemos defini-la como uma colina de coroa arredondada, vertentes suaves e pouco pronunciadas. Foi, aliás, na aba que está voltada à grande várzea que se estende para Norte, para lá da estrada nacional, que se tem vindo a descobrir *tegulae* junto das casas de habitação, entremeadas de pequenos terrenos agrícolas, hortas e quintais. Mais exposta, mais íngreme, é a

encosta voltada ao curso do Rio Neiva, que corre numa zona de vale pejada de aluviões de formação bem recente.

As *tegulae*, que são o único vestígio arqueológico até ao momento detectado, apareceram com a abertura da estrada e estão patentes nos pequenos terrenos arroteados que se distribuem entre o traçado da auto-estrada e as primeiras habitações. Como se distribuem por um espaço não muito extenso, o admissível é que elas prove-nham de uma ocupação tipo casal de época romana ou mesmo mais tardia: a Alta Idade Média. A colina, por si só, oferecia garantias de uma boa instalação, ao arpejo das terras encharcadas que ocupavam uma boa parte das agras situadas a Norte e a Sul, bem como uma óptima exposição solar como era apanágio das casas agrícolas de então.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A especificidade tipológica de um povoado que apresenta todas as características, aliás, bem peculiares dos «castros agrícolas»¹⁴, (Fig. 9.1) aconselhava a uma intervenção arqueológica capaz de radiografar, o mais realisticamente possível, a área a ser revolvida e destruída pelo traçado da A3. A concretização de tais objectivos se houvesse tempo podia ter sido feita com recurso a metodologias de trabalho que incluíam uma escavação em área. Faltando aquele vimo-nos obrigados a planificar uma série de quadrados com 4x4m ou, em sua substituição, à abertura de valas de sondagem capazes de abarcar uma boa parte da área que seria revolvida, aquela que mais viria a sofrer com os trabalhos da auto-estrada. O factor tempo e a necessidade de não «entravarmos», em demasia, os trabalhos de desmonte e terraplanagem, acabou por ditar a escolha da segunda modalidade, a qual, apesar de não contemplar uma intervenção global, para todos os efeitos, deverá ser considerada como tendo atingido os objectivos pretendidos

A escolha dos locais para a abertura das valas de sondagem e o escalonamento das mesmas, assentou, sobretudo, em critérios de índole subjectiva. Houve, no entanto, o cuidado, em abarcar o maior espaço geográfico possível, razão porque as valas se apresentam a distâncias que se podem considerar regulares. Ressalvadas foram, contudo, as anomalias topográficas, cujas origens podem ser naturais ou meras demonstrações dos trabalhos idealizados e executados pelos moradores do povoado, no decurso da etapa final da Idade do Ferro. É nesse sentido que as valas, todas elas com 1,5m de largura, têm comprimentos distintos, consoante os sítios onde foram abertas.

Para efeitos de identificação e classificação foi adoptada a sigla CCPL96. Esta, quando desdobrada, traduz o seguinte: as letras CC correspondem a Castro de Cadém, PL a Ponte de Lima e o número 96 ao ano em que a intervenção arqueológica foi efectuada. Foi com esta sigla que foi marcado todo o espólio cerâmico recolhido nas quatro valas e que foi depositado no Museu dos Terceiros de Ponte de Lima, ultimado que foi o seu estudo. O comprimento de algumas das valas obrigou, por sua vez, a um desdobramento da leitura estratigráfica. Com tal medida, cada vala de sondagem que foi numerada com os algarismos 1, 2, 3 e 4, foi subdividida em mais que uma leitura, designada, consoante os casos por Leitura I, II e III.

Todas as valas, à excepção da 4, cuja orientação é Sul-Norte, se direccionam no sentido Nascente-Poente. Variável é também o comprimento de cada uma (Fig. 3).

– V1: 22m de comprimento

– V2: 4m de comprimento

¹⁴ A escavação arqueológica foi realizada por um grupo de estudantes do curso de História, Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a nossa direcção. Decorreu no mês de Abril de 1996, tendo sido os trabalhos preliminares de limpezas e marcação do terreno realizados na última quinzena do mês de Março.

- V3: 30m de comprimento
- V4: 20m de comprimento

2.1. Vala 1 (Fig. 4)

Esta vala é a mais meridional das quatro e foi lançada mesmo no ponto onde os trabalhos da auto-estrada estavam em conflito com o que resta da antiga muralha de terra que separa os dois fossos (Fig. 9.2).

Analisada a sequência estratigráfica patente nesta vala, achamos por bem dividi-la em duas leituras distintas, isto é, em Leitura I e II.

2.1.1. Leitura I

Esta sondagem, situada entre as coordenadas X15 e X22, abarca uma boa parte da antiga muralha de terra que separava os dois fossos, mas que os trabalhos agrícolas realizados na sua base e certamente na plataforma que antecede o talude, quase que conduziram à sua destruição.

Nesta parte da sondagem detectamos somente 3 camadas.

Retirada a camada superficial, situação que levou ao corte de alguns representantes da antiga flora da região, isto é, dos loureiros e dos carvalhos, cedo surgiu o solo natural, aqui constituído por rochas silúricas metamorfizadas, que em alguns pontos, se encontra em franca desagregação. Sob a camada vegetal, onde cresciam ervas e pequenos arbustos, com destaque para as heras, havia uma camada de terra de tonalidade castanho amarelada com bastantes nódulos de xisto e restos de um muro, a nível de alicerce, que presumimos ser o que resta de um muro de divisão de propriedade. É uma estrutura fruste, feita com pedras de grauvaque, mal afeiçoadas, de uma só face e cronologia que não conseguimos precisar, mas que relativamente ao povoado castrejo, parece ser relativamente recente.

Cronologia análoga a este muro, tem o rego cavado nesta camada 2 e que na sua parte inferior atingiu o solo natural. Funcionalmente foi e ainda é um rego que transportava a água da represa, que se situa na base norte do povoado, para os campos de cultivo localizados a Sudoeste do castro.

Em termos estruturais, esta camada é o que resta do antigo enchimento da muralha de terra que havia sido extraída do fosso, que se situava entre esta e o talude. A provar a sua ancestralidade, lá está ainda uma pequeníssima porção de terra castanho escura, a 3, que mais não é que a primitiva camada vegetal que cobria o solo natural à altura em que os trabalhos, dotaram o castro de um sistema defensivo simples mas eficaz.

2.1.2. Leitura II

Esta sondagem situa-se entre as coordenadas X0 e X14 e cortou, em toda a sua largura, o terreno de cultivo apertado entre a estrada camarária e o actual talude que sustenta o rego de água, isto é, a base poente da antiga muralha de terra (Fig. 10).

A relativa linearidade do terreno, com escasso pendor orientado para Poente, justifica-se pelos trabalhos que transformaram esta parte do sistema defensivo num terreno de cultivo. Para o efeito, em data que não conseguimos precisar, recorrendo-se ao surribamento das terras que formavam a muralha de terra, cavando parcialmente o solo silúrico e arrastando as terras para a parte mais baixa, precisamente aquela onde se encontrava o segundo fosso, já bastante atulhado. Assim se entende que a leitura estratigráfica se reduza à escassa camada humosa, que é estéril no que se refere a espólio arqueológico.

Relacionadas com o atulhamento do fosso nº 2, que conduziu à construção do campo e respectivo nivelamento, estão ainda as camadas 2 e 3. A primeira, de tonalidade amarelada e composição xistosa, mostra que foi arrancada da base do talude

(coordenadas X12 e X16). A segunda, mais espessa e com uma tonalidade castanho escura, muito provavelmente é oriunda da parte superior da muralha de terra que separa os dois fossos e que em grande extensão foi praticamente arrasada.

Os estratos que se seguem, entre o 4 e o 10, são anteriores a estas obras e são demonstração do atulhamento gradual do fosso, após o seu abandono. Fosso que conseguimos saber a respectiva profundidade, mas não a sua largura. A razão impeditiva foi a proximidade da estrada municipal que não podíamos cortar, nem tão pouco, mesmo que parcialmente, tornar inoperacional.

De todas estas camadas, aquela que com clareza mostra o atulhamento do fosso, é a 8. A sua tonalidade é o castanho acinzentado e integrava pedra de diferentes tamanhos, mas que pelo corte e afeição, é similar às usadas nas estruturas habitacionais que se erguiam na coroa do povoado.

O atulhamento definitivo do fosso nº 2 só se pode entender num momento posterior à sua inoperacionalidade defensiva, o que equivale a dizer, que tal ocorreu em simultâneo com o abandono, saque e destruição das estruturas que constituíam o núcleo habitacional do povoado. Assim se compreende a presença da cerâmica castreja, que em nada difere daquela que, em maior ou menor quantidade, está patente nas camadas estratigráficas subjacentes.

Entre os estratos 4 e 8, quatro são as camadas que merecem alguns reparos. A 4, a 6 e a 7 são pequenas bolsas com uma tonalidade que varia entre o amarelo acastanhado e o cinzento escuro. A textura granulosa, no caso das camadas 4 e 6, explica-se pela passagem de águas. A 7, a mais plástica e humosa de todas, reflecte um momento de muito inverno ou encharcamento, motivado por outras razões mas que originou o arrastamento de terras e a consequente deposição das partículas mais finas.

As camadas 9 e 10, com bastante cerâmica castreja, correspondem ao primeiro, lento e gradual atulhamento do fosso, situação que foi acontecendo no decurso da vida útil do povoado. As razões que o motivaram, poderão ter sido múltiplas, mas não podemos ignorar a queda acidental de terras e objectos, o lançamento propositado de detritos e mais acertadamente a acção cíclica das águas das chuvas que, em terreno declivoso, amiúdes vezes ganha foros de enxurrada.

Destas duas camadas, a mais plástica e humosa é a 10. A sua textura e coloração escura mostra que é proveniente da lenta deposição de terras arrastadas pelas águas que ao secarem, depositaram os materiais mais finos que estavam em suspensão. Mais heterogénea e espessa é a 9, de cor castanho amarelada, composta por terras xistosas que foram caíndo no fosso, sem que houvesse o cuidado da sua periódica limpeza. Tal situação, para além de gradualmente diminuir a sua profundidade demonstra que a operacionalidade do fosso deixou de ser prioridade das chefias do povoado, talvez porque as razões que tinham motivado a sua construção, já se encontravam, de certo modo, ultrapassadas.

2.2. Vala 2 (Fig. 5)

Sendo a única das quatro valas onde claramente está definido o fosso aberto na base do talude da coroa e onde restam claros indícios da muralha de terra, optamos por dividir a estratigrafia em três leituras distintas, com a finalidade da mesma ser o mais compreensível possível. Deste modo a Leitura I encontra-se localizada entre as coordenadas X18 e X32, a Leitura II entre a X18 e a X13 e a Leitura III entre a X0 e a X 13. Tal como as demais, esta vala estende-se desde a estrada camarária até à base do talude que circunda a coroa e no seu trajecto obrigou ao abate de uma série de carvalhos e de um sem número de eucaliptos que gradual e progressivamente estão a infestar a área do castro.

2.2.1. Leitura I

Esta sondagem privilegiou essencialmente o fosso nº 1, aquele que foi cavado na base do talude e que se revelou uma vala com 6m de comprimento e uma profundidade que ronda os 2,5m em relação à muralha de terra.

Analisada a estratigrafia esta revelou a presença de nove camadas de terra, quase tantas como as que compõem a Leitura III, aquela que retrata o interior do fosso nº 2.

Tal como noutros pontos do povoado, também aqui a camada vegetal se apresenta pouco espessa, coberta de ervas e de detritos, os quais foram previamente limpos. Abaixo dela apareceram duas camadas de incêndio, a 2 e a 4, separadas por um estrato, também ele pouco espesso, constituído por terra castanho escura. As duas camadas com cinzas e carvões refletem bem dois distintos momentos em que o arvoredado e o mato do castro arderam, o último dos quais em data que se pode considerar bem recente.

Camadas que se podem apontar como sendo o produto de um enchimento acelerado, diríamos mesmo propositado, são as 5 e 6. A primeira tem uma coloração castanho amarelada, a segunda tende mais para o castanho, só que com bastante mais argila e pedra, percentualmente mais concentrada junto ao talude. Tal deposição entende-se se pensarmos que as pedras provêm das estruturas que havia na coroa. A sua queda, que pode ser simplesmente acidental, ocorreu no momento em que as casas e muros da área habitacional foram desmantelados, nomeadamente aquele que no cimo do talude apoiava o sistema defensivo.

Camadas relacionadas com um primeiro abandono do sistema defensivo são as três que se seguem. Espessa, sem dúvida, é a 9, formada por terra argilosa de cor castanho/amarelada onde estão patentes nódulos de xisto e alguma cerâmica. Sobre ela viria a formar-se a 8, uma fina camada de terra castanho escura, bastante humosa e que mais não é do que a camada vegetal que durante algum tempo esteve sujeita às intempéries e mesmo a incêndios, como parece ser a camada 7, de tonalidade fortemente acinzentada, onde não faltam carvões. Tanto esta camada como as que lhe estão sobrepostas, até à 5, forneceram cerâmica castreja, toda ela feita com o auxílio da roda de oleiro.

2.2.2. Leitura II

Situada, como já dissemos, entre as coordenadas X13 e X18, privilegia somente o espaço da antiga muralha de terra, bastante danificado é certo, mas que mesmo assim ainda mostra algo da sua anterior composição.

Desmantelada de ambos os lados, provavelmente quando se construiu o campo de cultivo situado na sua base poente – é possível que o espaço do antigo fosso nº 1, também ele nivelado, tivesse tido um aproveitamento análogo em data não precisável – conserva somente, como original, a camada 2. As terras que a compõem são do tipo amarelo xistoso com bastantes nódulos oriundos do interior do fosso. A outra, a 1, não é mais que a terra vegetal que viu ser-lhe introduzido o rego de água, o mesmo que está patente nas valas 1 e 3.

2.2.3. Sondagem III

Esta sondagem abarcou todo o campo de cultivo desde a base da antiga muralha de terra até à estrada camarária (coordenadas X13 – X0). No topo poente haveria de aparecer o segundo fosso ou mais acertadamente o segundo talude do povoado, neste caso o mais exterior, que haveria de descer até à linha de água, a mesma que na actualidade está do outro lado da estrada camarária.

Com 3m de profundidade em relação ao começo do talude e não escavado na totalidade, porque a água das infiltrações da vizinha represa e linha de água inundaram o fundo, apresenta uma estratigrafia composta por dez camadas e uma boa quantidade de cerâmica indígena, maioritariamente concentrada nos estratos inferiores.

Abstraído-nos das camadas 1, 2 e 3, que são produto do surribamento da muralha de terra e do arrastamento das terras cortadas na base da mesma quando se fez o campo de cultivo, ficam as restantes, aquelas que através dos séculos foram atuando, gradual ou mais aceleradamente, o fosso e base do talude.

De todas as camadas que se estendem até à 10, todas elas são fruto de deposições, lentas ou apressadas, motivadas pela a água, o principal agente que arrastou terras e materiais. Assim se explica o crescendo da cerâmica castreja, os vestígios da passagem e deposição arenosa concentrada em certos pontos, a presença de carvões e de pedras, algumas das quais apresentam um certo afeiçoamento e tratamento da face que estava voltada ao exterior da construção.

2.3. Vala 3 (Fig. 6)

Das quatro valas, nos seus 30m, é a segunda de maior extensão. Foi lançada, desde o princípio da coroa até ao começo do rego de água cavado na base do segundo talude, aquele que antecedia a poça de água situada no seu sopé¹⁴. Pretendia-se com tal vala, traçar uma radiografia, o mais completa possível, da pequena plataforma que antecede o talude que rodeia a coroa e onde era suposto haver vestígios da muralha de terra que, por norma, separava os dois fossos. Afinal a escavação acabaria por demonstrar quão errados estávamos, pois nesta parte do povoado não havia, nem fossos e muito menos a tal muralha de terra. Mas especifiquemos.

Liberto o terreno da vegetação que neste ponto era composto por alguns carvalhos e uma já avassaladora massa de eucaliptos, cedo ficou claro que numa extensão considerável não havia estruturas arqueológicas, nem indícios de as ter havido.

Retirada a camada 1, desde o topo do talude até ao rego de água, cedo ficou à mostra o solo xistoso, em desagregação em certos pontos, situação a que não foi alheia a acção das raízes das árvores.

Abstraído-nos desta e da camada 7, que só esporadicamente surge em certos sítios da vala e que mais não é que o solo natural desagregado e misturado com terra da antiga camada vegetal, ficam-nos as outras, todas elas centradas na base do talude, onde presumivelmente estaria o fosso¹. A única excepção está na camada 2, de tonalidade castanho clara, que aparece na parte mais alta do talude, em contacto com a coroa que pensamos tenha sido agricultada em tempos posteriores ao abandono, presumivelmente num período que poderá ser identificado como pós-medieval.

Se assim aconteceu, então esta camada é fruto de revolvimentos ocorridos na coroa, da qual terão sido expelidos os materiais e terras tidos em excesso.

A destruição do muro está aqui representada pela camada 3, de tonalidade castanho amarelada. É nela que se encontram algumas das pedras que entravam na composição do murete, cujos alicerces assentam no solo natural, xistoso, para o efeito cavado e adaptado (Fig. 7). Juntamente com a pedra há que contabilizar ainda alguma cerâmica castreja oriunda da coroa do povoado.

Se esta camada marca a destruição da parte superior do muro, não explica o atulhamento do curto fosso que lhe está subjacente. Este, com 1,15m de largura e uma profundidade de 1,50m, foi cavado no solo xistoso, para obstar à progressão para o talude, no que era apoiado pela presença física de um murete com bem maior altura que a actual.

Abaixo da camada de destruição do muro havia ainda os estratos 4, 5 e 6, todos eles confinantes ao espaço físico do fosso.

A camada 4, a encostar ao muro, tem uma coloração castanho avermelhada. Pertencem-lhe algumas pedras que haviam tombado do muro. A 5, com uma coloração acastanhada, possuía algumas cinzas, bem como cerâmica castreja. A 6, por sua vez, quase não diferia das duas anteriores.

¹⁴ Esta poça, como ficava em plena via da auto-estrada, foi destruída pelos trabalhos da mesma. Foi reconstruída na base exterior do traçado da estrada camarária.

Em conclusão, são camadas que se formaram após a desactivação do estreito fosso. Este, por sua vez, em conjugação com o muro erguido na base do talude, eram um obstáculo de bem difícil transposição, caso aquele tivesse uma altura bem superior à actual e próxima dos 3m. De qualquer modo a funcionalidade deste sistema só resultaria caso o fosso estivesse liberto de terras e a vertente oposta numa cota muito próxima da actual. Assim sendo, nem saltando se conseguiria atingir o talude e assim «invadir» o espaço habitável, que era a coroa.

2.4. Vala 4 (Fig. 8)

Esta vala tem uma orientação em diagonal em relação à anterior e em direcção à represa que capta as águas de uma nascente situada na base norte do castro. Daqui das eram encaminhadas para os campos de cultivo, servindo de escoamento o rego referenciado nas valas 1, 2 e 3.

De todas elas, esta é a mais curta – tem somente 20m de comprimento – mas uma das que mais dados científicos forneceu, já que nos seus 2,25m de profundidade foi recolhido um valioso espólio cerâmico, claramente representativo da olaria usada neste povoado no câmbio da Era.

Retirada a camada superficial, isto é, a camada vegetal, cedo ficou à mostra o solo xistoso, muito irregular, pois era formado por rocha em desagregação. Este acompanha a curvatura natural do terreno, que só a partir do início do declive é que sofreu alterações, naturalmente provocadas pela acção do Homem, que cortou e surribou para fazer um talude de razoável inclinação e na base cavaria um fosso que mostra ter alguns particularismos.

Subjacente à camada vegetal, deparamos com a camada 2, heterogénea na sua cor castanho clara e na sua composição, embora predominem os nódulos de xisto e estejam presentes algumas pedras graníticas provenientes das partes mais altas e habitadas do castro. De abandono, como a anterior, é igualmente a camada 3, mais espessa junto ao talude, o que se compreende se tivermos presente que a sua formação está relacionada com a queda de terras, muitas delas arrastadas pelas águas. É uma camada de tonalidade castanho amarelada, onde já começam a aparecer as cerâmicas castrejas, quase todas elas com sinais de terem tido um uso bastante intenso nas cozinhas do povoado. A sua presença facilmente se explica pelos arrastamentos colaterais que foram vulgares no castro devido à presença dos taludes.

Mais complexa é a análise da camada 4. Esta, pela sua espessura e composição – terra castanho avermelhada, homogénea e plástica – parece tratar-se de uma antiga muralha de terra que posteriormente teria ruído para o interior do estreito fosso. Só que a contradizer esta hipótese está a camada 5, também ela a invadir o espaço físico do fosso, mas com a agravante de se infiltrar por debaixo da 4. Ora, em termos funcionais, tal solução nunca seria viável, porque utilização e abandono, em simultâneo, são situações que não se conjugam. Resta-nos então a hipótese, perfeitamente admissível, de no término do fosso não haver qualquer outra obra defensiva, porque se trata do fosso mais exterior e porque confina com uma linha de água, à época bastante mais caudalosa que no presente.

Aceite este princípio, teremos então de admitir que esta terra que veio selar em definitivo o antigo fosso, até pela sua textura, é o que resta de um pequeno espaço agrícola, como os que se estendem para Nascente, hoje a mato, que beneficiava da proximidade da água para uma melhor rentabilização da produção agrícola.

Directamente relacionados com o abandono do fosso estão as camadas 5 e 6. A primeira, consoante o demonstra a cor amarelada e a composição, resulta da gradual desagregação da parede do talude que naturalmente foi caindo, após a sua desactivação e certamente do povoado. Não é por acaso que, de todas as camadas desta vala, seja a que percentualmente mais cerâmica castreja forneceu. Mais localizada, até por-

que só cobre a parte inferior do fosso, está a 6, também ela com uma tonalidade castanho avermelhada, por vezes de textura bem plástica, situação que permitia a retenção da humidade. A cerâmica que aqui havia em nada difere da encontrada nas demais camadas desta e das outras valas.

Uma observação mais atenta à parte inferior do fosso, principalmente à sua largura e profundidade, torna-se claro que, em termos de funcionalidade, este nada tem a ver com os demais, à excepção do fosso 1 da vala 3. Ambos, na verdadeira acepção da palavra, mais que fossos no sentido tradicional dos «castros agrícolas», não passam de regueiros cavados na base dos respectivos taludes. No caso vertente, parece-nos crível, que tenha tido um tratamento análogo ao já apontado fosso 1 da vala 3, mas sem excluir a forte possibilidade de ter sido aproveitado como rego de água, que seria captada alguns metros mais para Nascente, onde já havia suficiente cota para que esta fluísse com relativa facilidade.

3. MATERIAIS

Os materiais arqueológicos recolhidos no decurso da intervenção arqueológica são, na quase totalidade, fragmentos cerâmicos de técnica e fabrico castrejo. Raros são os conotados com a Romanização, incluindo, necessariamente, a *tegula* e o *imbrex*. Todos eles, sem qualquer excepção, provêm das valas abertas e acima assinaladas, o que equivale a dizer que todos eles estão descontextualizados e obviamente não relacionados com estruturas e ambientes culturais. O seu estudo deverá ser, portanto, encarado mais no âmbito da realidade tipológica, buscando-se para o efeito paralelismos em outras estações para o seu enquadramento crono-cultural.

As formas detectadas são aquelas que mais vulgarmente se conhecem na cozinha castreja. Maioritariamente as peças surgem-nos queimadas e com as superfícies fuliginosas, sinais mais que evidentes de terem ido ao lume. Para isso contribui também o tipo de formas utilizadas e que no caso vertente se circunscrevem às painéis de asa interior com o fundo plano bem reforçado, os potes de perfil em S, as caçoilas e as painéis de asa em orelha para suspensão. Fazendo parêntese com o material de cozinha temos as copas, potinhos e os *dolia*, estes destinados a armazenamento, mas que em alguns casos também foram utilizados na confecção dos alimentos.

Aspecto a ter em conta e que denuncia uma certa pobreza é a reparação que algumas das peças sofreram através da colocação de remendos metálicos, os conhecidos «gatos». Exemplar é o caso de um pote que, após ter sido reparado, os «gatos» foram cobertos com barro, refazendo-se assim a superfície da peça.

- Púcaro. Bordo boleado, voltado para o exterior. Pasta castanha, micácea, arenosa fina. Boa cozedura. Superfícies polidas. CCPL 96/V2 F2/5. Fig. 12.1.
- Dolium. Bordo em aba, oblíquo, com pequeno ressalto na passagem para o colo. Pasta castanha, micácea, arenosa de grão médio. Boa cozedura. Superfícies alisadas e parede exterior queimada e fuliginosa. CCPL 96/V2 F1/6. Fig. 13.2.
- Painel de asa interior. Fundo ligeiramente côncavo e reforçado. Pasta castanha, muito micácea, arenosa. Boa cozedura. Superfícies alisadas; superfície externa queimada e fuliginosa. CCPL 96/V2 F1/6. Fig. 13.1.
- Painel de asa em orelha para suspensão. Bordo em fita lançado para o exterior com asa em orelha espessada. Pasta castanha, homogênea, micácea, arenosa fina. Boa cozedura. Superfícies polidas, queimadas e com fuligem no exterior. CCPL 96/V2 F1/6. Fig. 12.3.
- Pote. Bordo boleado, voltado para o exterior. Colo alto. Perfil em S. Decoração cordada na passagem para o bojo. Pasta castanha escura, micácea, arenosa fina. Cozedura razoável. Superfície alisada, fazendo realçar as palhetas de mica. Paredes queimadas e com fuligem no exterior. CCPL 96/V2 F1/7. Fig. 11.3.
- Caçoila. Bordo bilobulado para aplicação de testo. Paredes arqueadas lançadas para o

- interior e espessando para o bordo. Pasta com superfícies castanho-alaranjadas e cerne cinzento escuro, micácea, arenosa. Boa cozedura. Superfícies alisadas. Parede exterior queimada e fuliginosa. CCPL 96/V2 F1/8. Fig. 11.2.
- Pote. Bordo com pequena aba horizontal, espessado, boleado e virado para o exterior. Paredes arqueadas e espessando para o bordo. Ao nível do colo apresenta cinco orifícios correspondentes a reparações por «gato». Depois de feita a reparação os «gatos» foram cobertos com barro, tanto na superfície interna como na externa. Pasta acastanhada, muito micácea, arenosa. Boa cozedura. Superfícies alisadas e queimadas, com fuligem no exterior. CCPL 96/V2 F1/8. Fig. 12.4.
 - Potinho. Bordo boleado, voltado para o exterior. Pasta castanha, micácea, arenosa fina. Boa cozedura. Superfícies polidas. Parede exterior queimada. CCPL 96/ V2 F1/8. Fig. 11.1.
 - Copa. Fragmento que engloba o bordo, parte do bojo e uma asa. Bordo boleado, voltado para o exterior. asa de secção pentagonal, mas com os ângulos boleados que arranca do bordo. Pasta castanha, muito micácea, arenosa. Boa cozedura. Superfícies alisadas. CCPL 96/V2 F1/9. Fig. 12.2.

4. CONCLUSÕES

A radiografia que realizamos no sistema defensivo do «castro agrícola» de Cadém, acabou por comprovar as hipóteses que desde a intervenção efectuada no castro do Eirado, freguesia da Correlhã¹⁵, tínhamos vindo a expôr e que mais detalhadamente desenvolvemos no estudo sobre a Proto-História e a Romanização da Bacia Inferior do Lima¹⁶.

Nesta altura, final da década de oitenta, já o conhecimento que tínhamos sobre a tipologia e cronologia dos denominados «castros agrícolas» tinha sofrido uma certa evolução com as intervenções que havíamos realizado na Cidade de Vitorino das Donas (Ponte de Lima), na sua congénere de Lanheses (Viana do Castelo), bem como no castro onde se encontra instalado o forte de Lobelhe (Vila Nova de Cerveira). Posteriormente seria no castro da Picarreira, freguesia de Carapeços (Barcelos), onde obteríamos preciosas informações quanto ao modo como funcionavam as estruturas defensivas existentes no cimo do talude que rodeia a área habitacional, quando descobrimos intacta uma boa parte desse tipo de muralha.

As valas que abrimos no sector poente e noroeste do castro de Cadém, permitem-nos, com toda a clareza, afirmar que o seu sistema defensivo, na globalidade, se enquadra na tipologia dos «castros agrícolas». A comprová-lo lá está a pequena coroa aplanada, onde estiveram implantadas as estruturas habitacionais e a defendê-la um impressionante conjunto defensivo formado por taludes, fossos e uma muralha de terra. Bem conservado ainda, em quase toda a sua extensão, está o talude, que em pendor mais ou menos agressivo, consoante os sítios, rodeava totalmente a coroa. Esta na actual configuração – o pinhal e o mato em certos pontos dificultam a observação – parece-nos ser fruto de uma certa limpeza cirúrgica motivada pelo roubo sistemático da pedra, valiosa numa zona onde predominam os xistos, para posteriormente ser agravada com a sua mais que provável adaptação a terreno de cultivo. Esta nossa impressão, que só poderá ser comprovada após sondagens arqueológicas mais consistentes e alargadas, baseia-se no facto de ter desaparecido a parte superior do talude que defendia a acrópole e que encontra paralelos, em óptimo estado de conservação, no castro da Picarreira (Carapeços-Barcelos) e que se intuía nas cidades de Lanheses e Vitorino das Donas e obviamente no castro do Eirado. No caso das duas cidades, o muro, que pelo lado interior amparava a terra e a não deixava resva-

¹⁵ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo, 1990, pp. 100-105.

¹⁶ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, op. cit., p. 257 e segs.

lar para o sector habitacional, encontrava-se a nível de alicerces. Tinha, é certo, desaparecido no castro do Eirado, mas parte da pedra que lhe havia pertencido, havia caído no fosso e o negativo do muro estava bem explícito na parede da vala que aí abrimos¹⁷. No caso vertente, nada podemos adiantar porque a vala nº 3 não ultrapassou o topo do talude, mas o facto de haver bastante cerâmica caída nos fossos e mesmo a presença de alguma pedra, faz-nos admitir que os revolvimentos da coroa terão sido mais profundos que o cientificamente desejável.

Demonstrado ficou que o talude foi cortado numa inclinação, que em termos defensivos, se pode considerar aceitável. Para isso contribuiu a natureza silúrica do solo, que facilitou o trabalho de surribamento e o cavamento dos fossos com instrumentos, que embora já fossem de ferro, não tinham o grau de corte e a funcionalidade dos actuais.

A tipologia destes povoados diz-nos que na base do talude era sempre cavado um fosso de largura e profundidade variável. Olhando para os resultados desta intervenção, poderemos afirmar que este princípio foi observado, embora com alterações de pormenor na área onde foi lançada a vala 3 e a parte superior da vala 4. Correspondem elas a uma pequena plataforma que se situa zona ocidental do castro e que se alonga da base do talude até à periferia da represa de água. Neste espaço a solução defensiva encontrada foi outra, embora no essencial se tivesse conservado o princípio que a um talude anda sempre associado um fosso. Mas pormenoremos.

É visível, mesmo sem intervenção arqueológica, que em redor da coroa e na base do talude, existiu um largo fosso, parcialmente atulhado na actualidade, que circunda, ainda hoje, a quase totalidade a coroa. A sua interrupção deu-se precisamente no ponto atrás indicado, isto é, quando se deparou com a plataforma rochosa, para voltar a ser evidente uma boa dezena de metros mais a Norte, na proximidade da nascente de água.

A vala de sondagem acabaria por demonstrar que a alteração do projecto existiu de facto. Confrontados com o obstáculo da massa xistosa, os construtores do sistema defensivo do povoado optaram por abrir somente um estreito fosso com 1,50m de largura por 1,25m de profundidade, reforçado na base do talude com um muro encaixado no solo xistoso. Tinha uma só face e a sua largura poderia rondar os 0,70m. Conjugados os diversos factores e caso o muro tivesse uma altura que rondasse os 3m, a ascensão à coroa seria de extrema dificuldade.

Mas se pensarmos bem e analisarmos a topografia deste sector do povoado, torna-se claro que a mudança de planos nada teve de extraordinário e que mesmo com o estreitamento do fosso em nada diminuía a solidez defensiva. É que nesta parte do povoado a primeira e grande defesa estava precisamente na própria plataforma, que em certa media, se pode considerar uma pequena asa algo análoga à da cidade de Lanheses. Neste caso específico, como aqui, a plataforma encontra-se em cota inferior à coroa e era defendida por um talude, quase vertical, voltado a uma linha de água. O que ocorria na cidade de Lanheses, repete-se aqui e de tal forma, que o acesso a partir da represa, por ser quase vertical, se pode considerar de difícil transposição.

Por resolver ficam as respostas àcerca da utilidade prática desta plataforma. Acrescento habitacional ou área destinada a redil de gado dos moradores do castro? Qualquer uma das hipóteses é perfeitamente viável, embora nos inclinemos mais para a segunda. De qualquer modo o grau de destruição da camada que cobre o afloramento rochoso é de tal ordem que não permite tirar ilações numa estratigrafia pouco consistente e credível.

¹⁷ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et alii, *Castro do Eirado – Correlhã (Ponte do Lima)*, APL, 1990.

A clássica tipologia destes povoados aponta para a existência de uma muralha em terra, de altura variável, construída com a terra surribada do talude e com a extraída dos fossos. Estes posicionavam-se na base da muralha. O primeiro encaixado entre aquela e o talude, o segundo na sua base exterior. Salvo o castro do Eirado, a cidade de Deião (Viana do Castelo) e o forte de Lobelhe onde os trabalhos agrícolas os destruíram totalmente, nos demais povoados desta família estes elementos estão ainda bem presentes, nomeadamente no castro da Picarreira, nas cidades de Lanheses e Vitorino das Donas e obviamente aqui.

Uma ronda pela base do talude, mostra-nos que do outro lado do fosso houve uma muralha em terra, bem conservada ainda em largos espaços do seu circuito. A única excepção ocorre precisamente do lado poente, no sítio onde se encontra a plataforma atrás mencionada. Aqui, como já vimos, as soluções técnicas foram outras e as razões que conduziram ao não cavamento de um fosso similar ao do restante circuito, servem igualmente para justificar a ausência da muralha de terra. Presença que, como é bom de ver, não se justificava em virtude de haver um segundo talude na vertente voltada à linha de água onde actualmente se encontra a represa.

Exteriormente à muralha de terra, mas não positivamente colado à sua base, como ocorria na cidade de Vitorino das Donas¹⁸, cavaram os moradores do castro de Cadém um segundo fosso, com uma profundidade assinalável, que não conseguimos observar na globalidade por causa da proximidade da estrada camarária e pelo facto de na vala 2 ter começado a nascer água.

Nesta parte do povoado, mais que um fosso, pensamos que foi construído um segundo talude que descia até à linha de água que lhe corria na base, mas que os posteriores trabalhos relacionados com a construção dos campos e com o traçado da estrada camarária haveriam significativamente de alterar. Se outros objectivos esta intervenção não alcançassem, demonstrado ficava que pelo menos a topografia deste lado do castro, foi muito alterada nos séculos seguintes ao seu abandono.

Não poderemos acabar esta breve análise sem tecermos alguns considerandos à cerca da economia e da cronologia do povoado.

Como o próprio enquadramento tipológico o sugere este povoado foi implantado na periferia de uma potencial zona agrícola e num ponto onde facilmente se poderiam abastecer de água. Não restam dúvidas que as nascentes que abasteciam o castro se encontram na base norte e com um caudal mais que suficiente para as necessidades quotidianas de algumas dezenas de moradores.

Em termos de grandeza é obvio que se trata de um pequeno habitat de escassas casas que se distribuíam pela coroa. Mas se atentarmos nos demais – castro de Mariz (Barcelos), Outeiro dos Picoutos (Fonte Boa), (Esposende), cidade de Deião (Viana do Castelo), castro de Baixo (Labruja), castro de Bárrio e castro de Cepões (Ponte de Lima) e castro da Picarreira (Barcelos) – todos eles são de pequena dimensão. Da mesma família, só que maiores, são as cidades de Lanheses e Vitorino das Donas e o forte de Lobelhe.

A economia base deste tipo de povoados era a agricultura, complementada com a criação de ovinos, caprinos e em certa medida os bovinos. Era um povoado pobre como o demonstra a ausência de materiais de importação, à excepção de alguns fragmentos de ânfora e a duvidosa qualidade das cerâmicas indígenas.

A sua localização, na periferia de um território agrícola, como é aquele onde hoje se encontra o actual lugar de Cadém, explica-se pelo facto de os terrenos a transformar em solos aráveis, se situarem todos eles a menos de trinta minutos de marcha e mesmo alguns deles a beijarem o sopé do castro. Nas suas costas estendia-se uma vasta área florestal, susceptível de fornecer toda a complementaridade necessária a

¹⁸ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *op. cit.* pp. 82-98.

um povoado de agricultores, que precisava de lenha, frutos, caça e de pastos para os animais que criava.

Finalmente uma palavra para a cronologia.

Analisado o espólio recolhido, somos obrigados a concluir que estamos perante mais um povoado que foi construído no decurso do séc. I a.C, mas com fortes possibilidades de já ter ocorrido na sua segunda metade. Para a atribuição desta cronologia, contribui o facto de a cerâmica analisada ser, na sua quase globalidade, de fabrico indígena, mas feita já com o auxílio da roda de oleiro. A tipologia das formas, o acabamento das peças e a adopção de motivos plásticos do tipo cordão decorado em espinha, aliado à presença de motivos decorativos à base de matriz, aponta para uma cronologia que tem o seu epicentro no séc. I a.C., mas com uma perduração para lá do câmbio da Era.

Se o seu início se pode intuir através destes materiais, o mesmo não poderemos dizer quanto ao seu término. A ausência de materiais de importação e a escassa presença de materiais da romanização, não nos deixa grandes espaços de manobra. Todavia os poucos fragmentos de ânfora de pasta beije, a meia dúzia de cacos de cerâmica comum e os escassos bocados de *tegula* e *imbrex*, dizem-nos que o povoado ainda estaria operacional no decurso do Alto Império. Até quando é que não sabemos.

ABREVIATURAS:

AAM – Arquivo do Alto Minho, Viana do Castelo

APL – Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima

DB – O Distrito de Braga, Braga

ICGM – I Colóquio Galaico Minhoto, Ponte de Lima

CASTRO DE CADÉM (CALVELO) - A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 1996

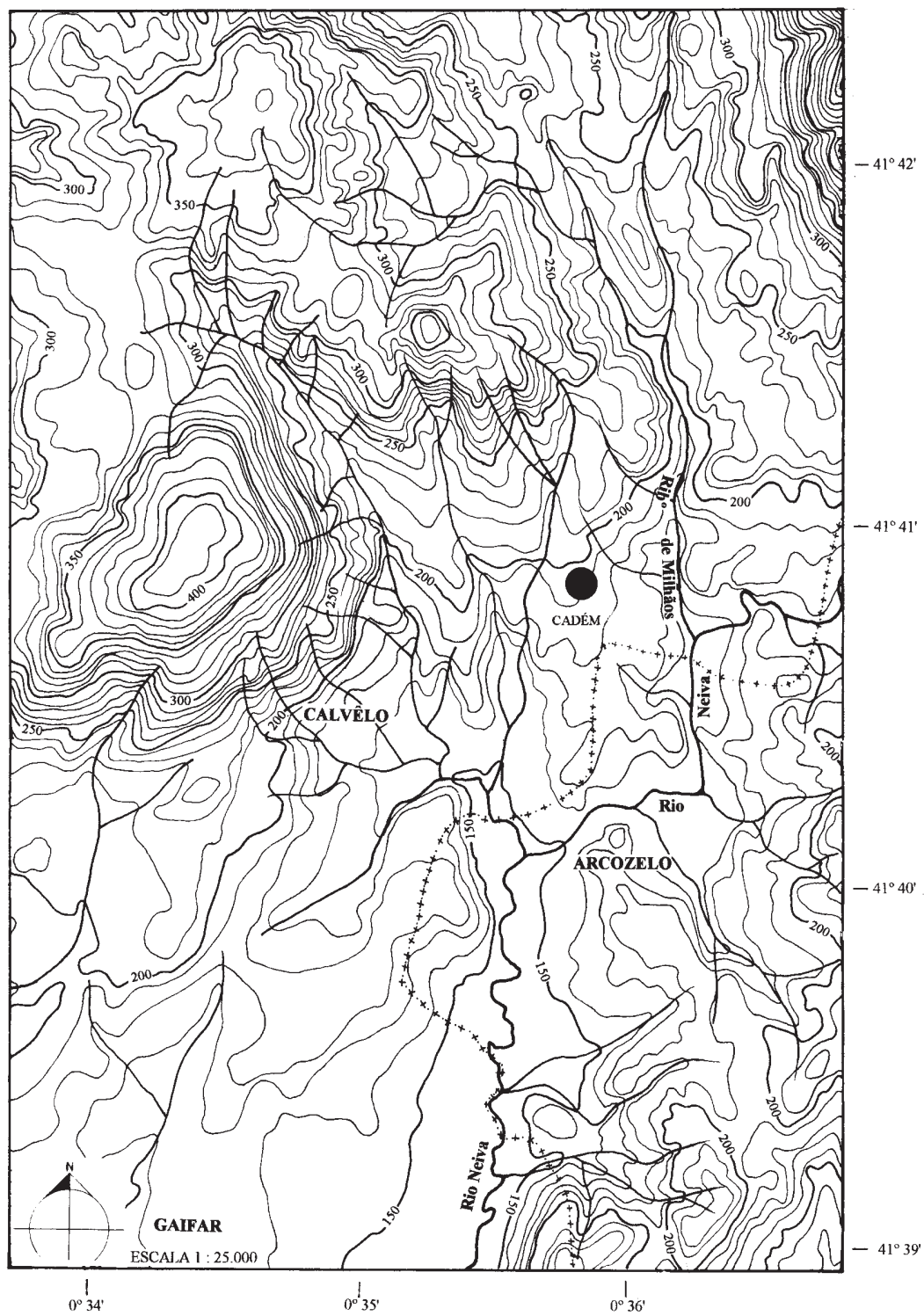
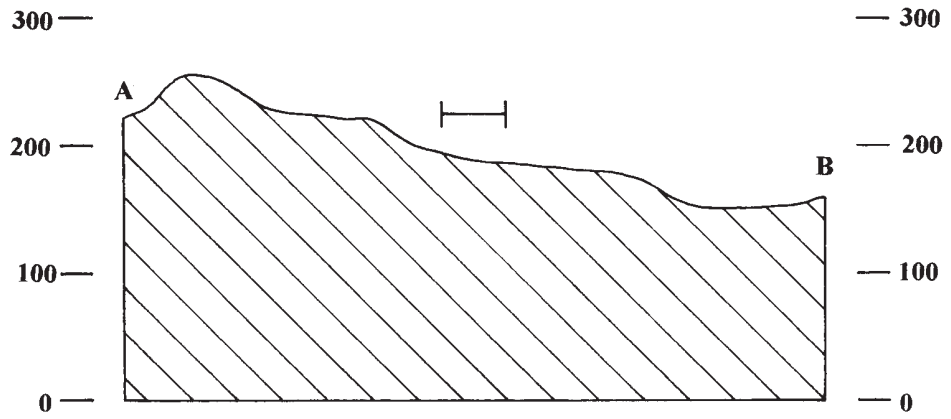
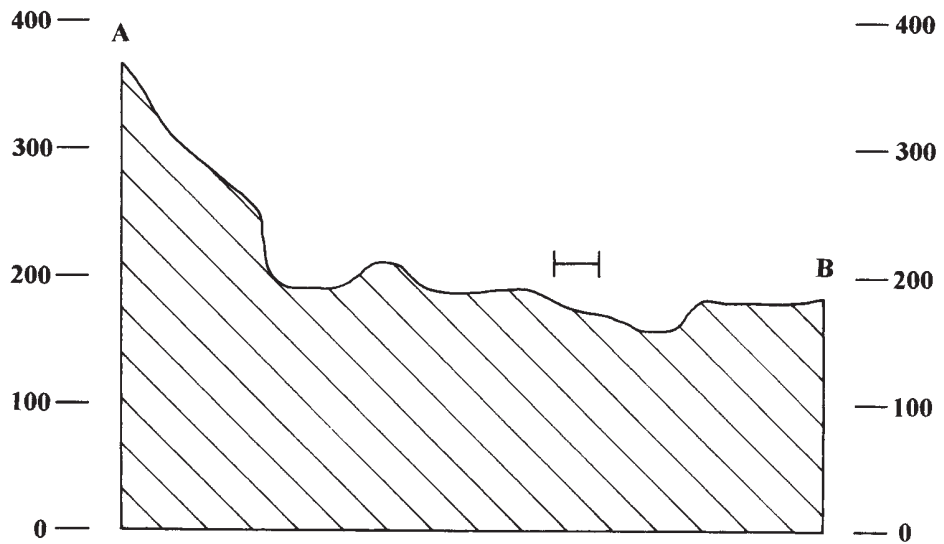
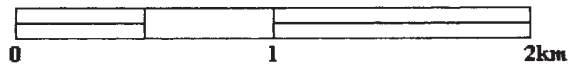


Fig. 1

PORTUGALIA



EIXO - LAT. $0^{\circ} 35' 51''$
A - LONG. $41^{\circ} 34' 9''$
B - LONG. $41^{\circ} 40' 10''$
SENTIDO DO CORTE N-S



EIXO - LONG. $41^{\circ} 35' 7''$
A - LAT. $0^{\circ} 34' 13''$
B - LAT. $0^{\circ} 35' 58''$
SENTIDO DO CORTE O-E

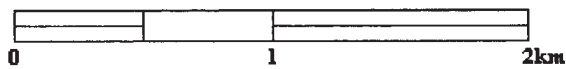


Fig. 2

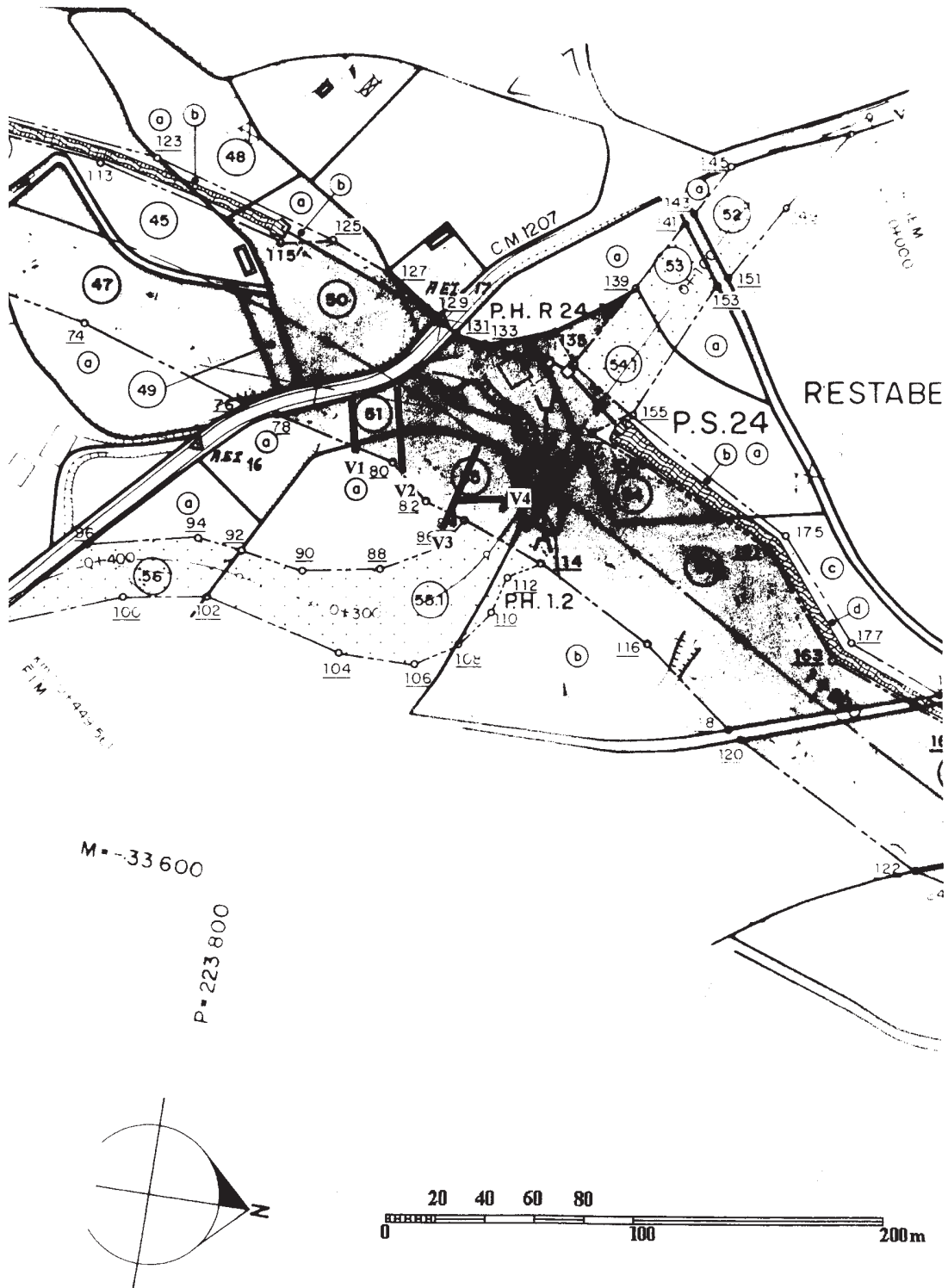


Fig. 3

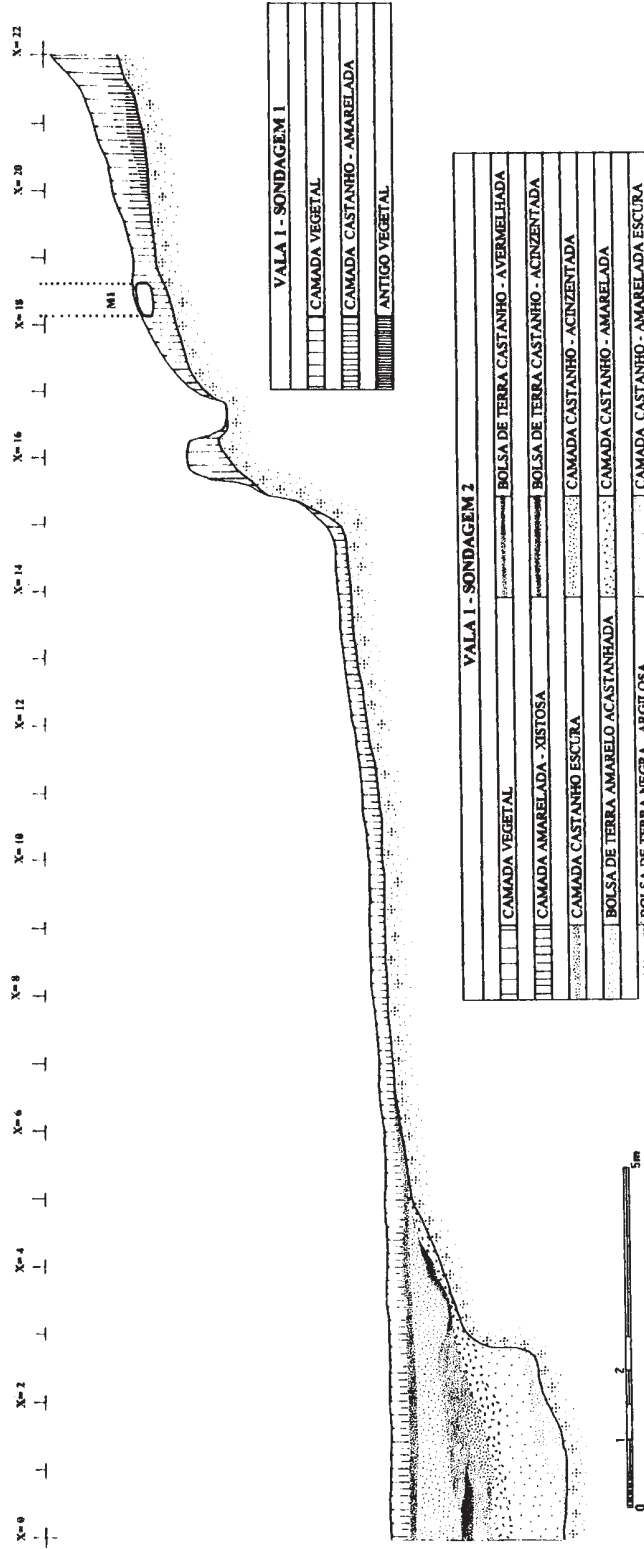


Fig. 4

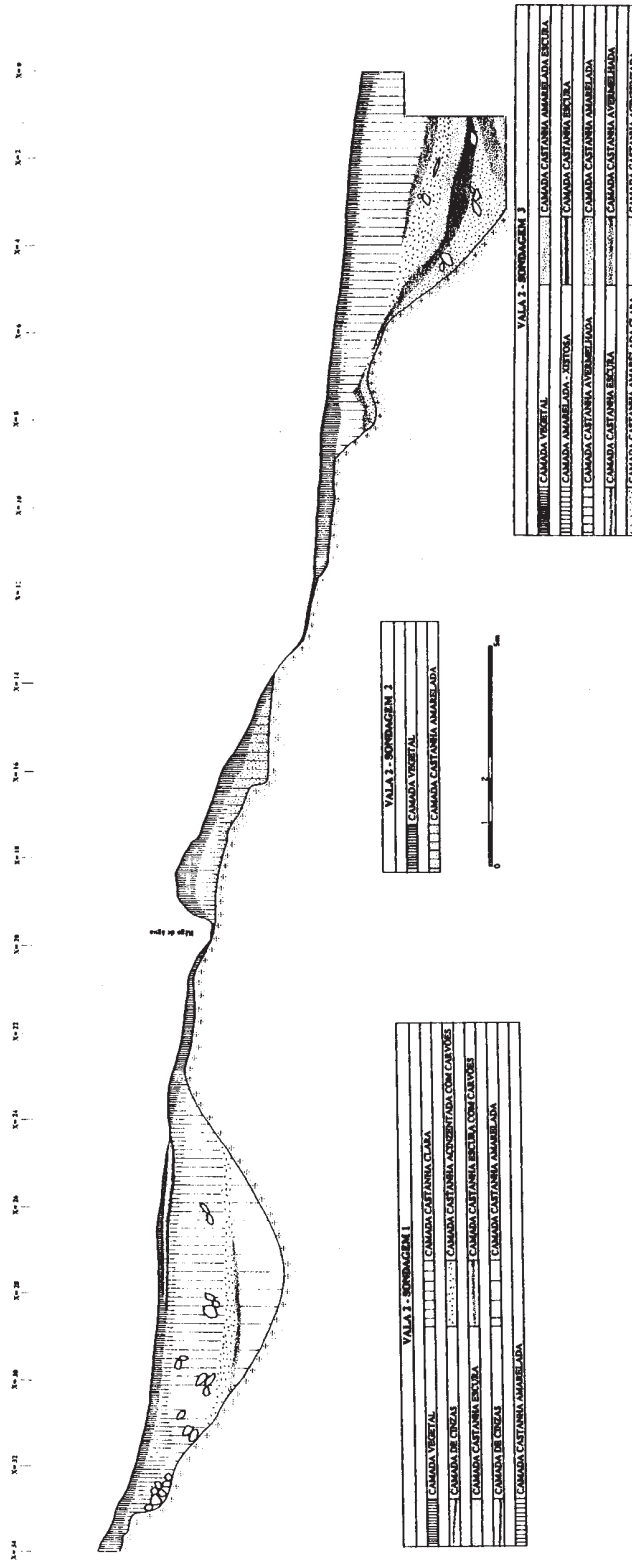


Fig. 5

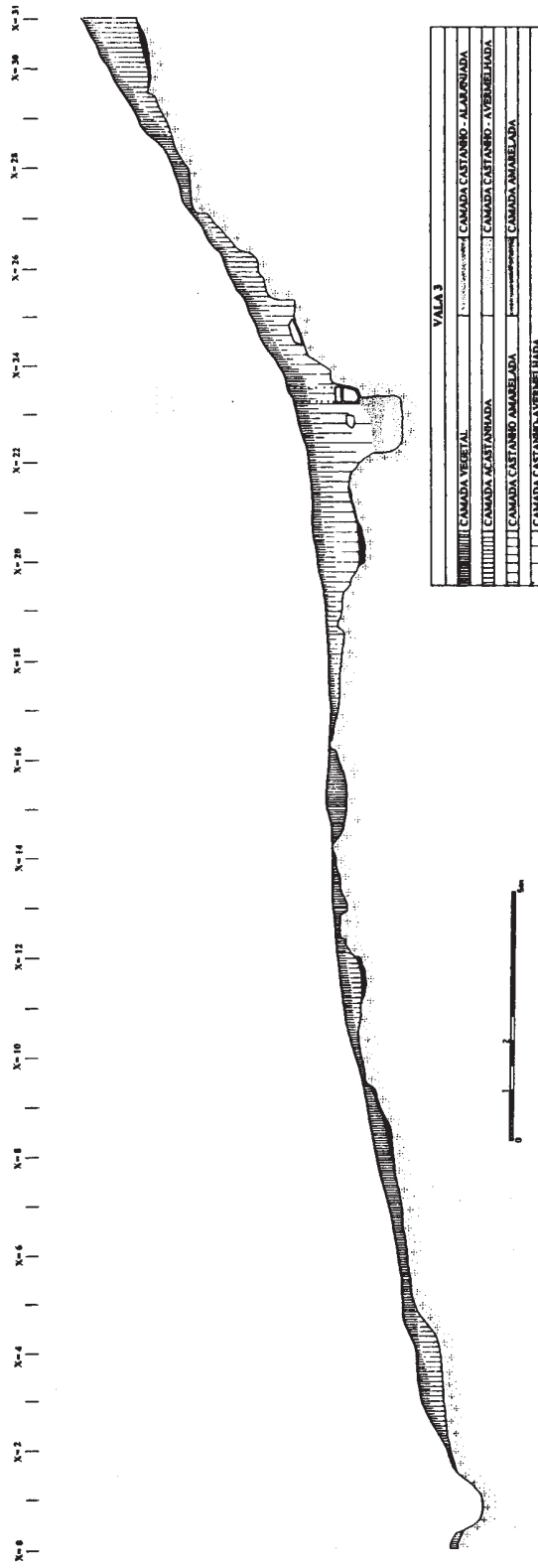


Fig. 6

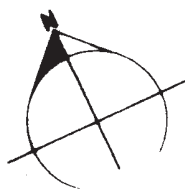
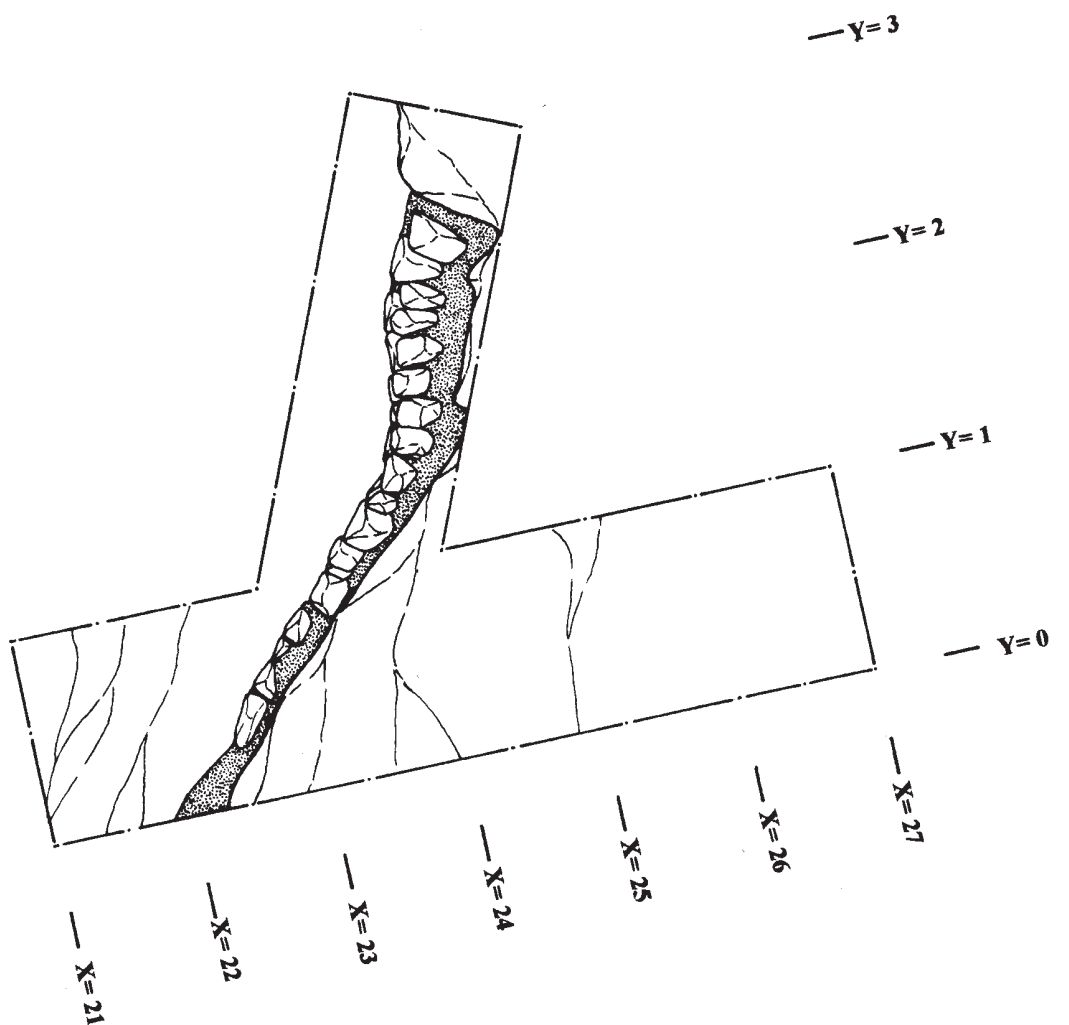


Fig. 7

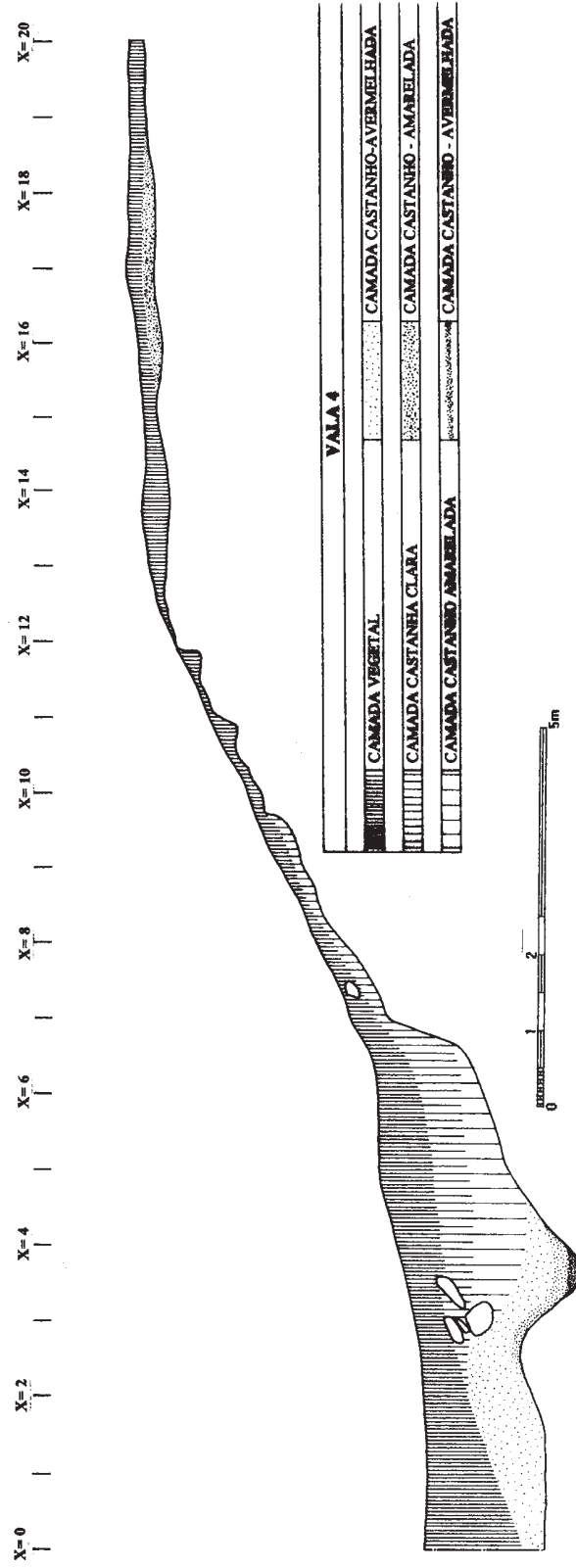


Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10

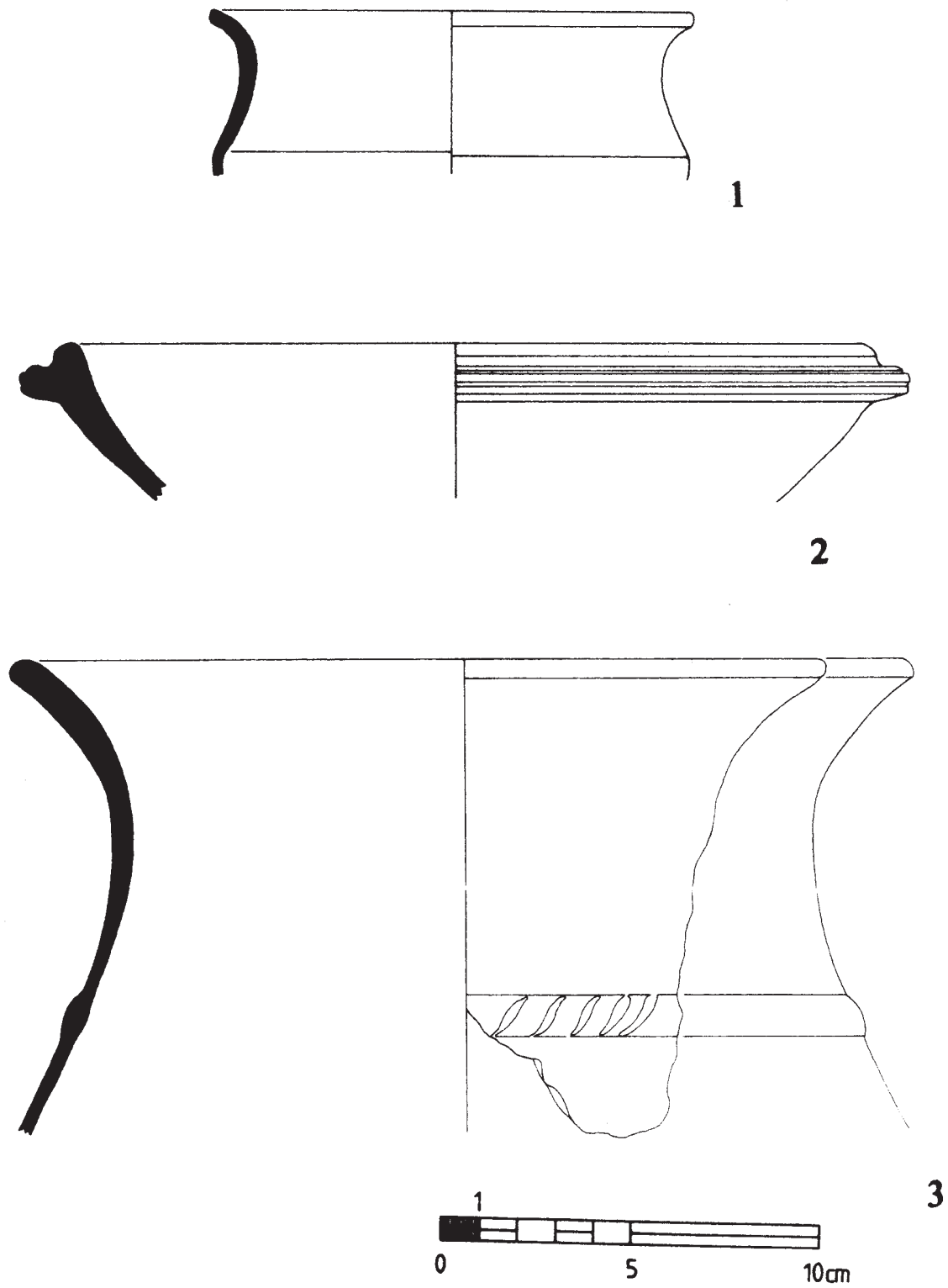


Fig. 11

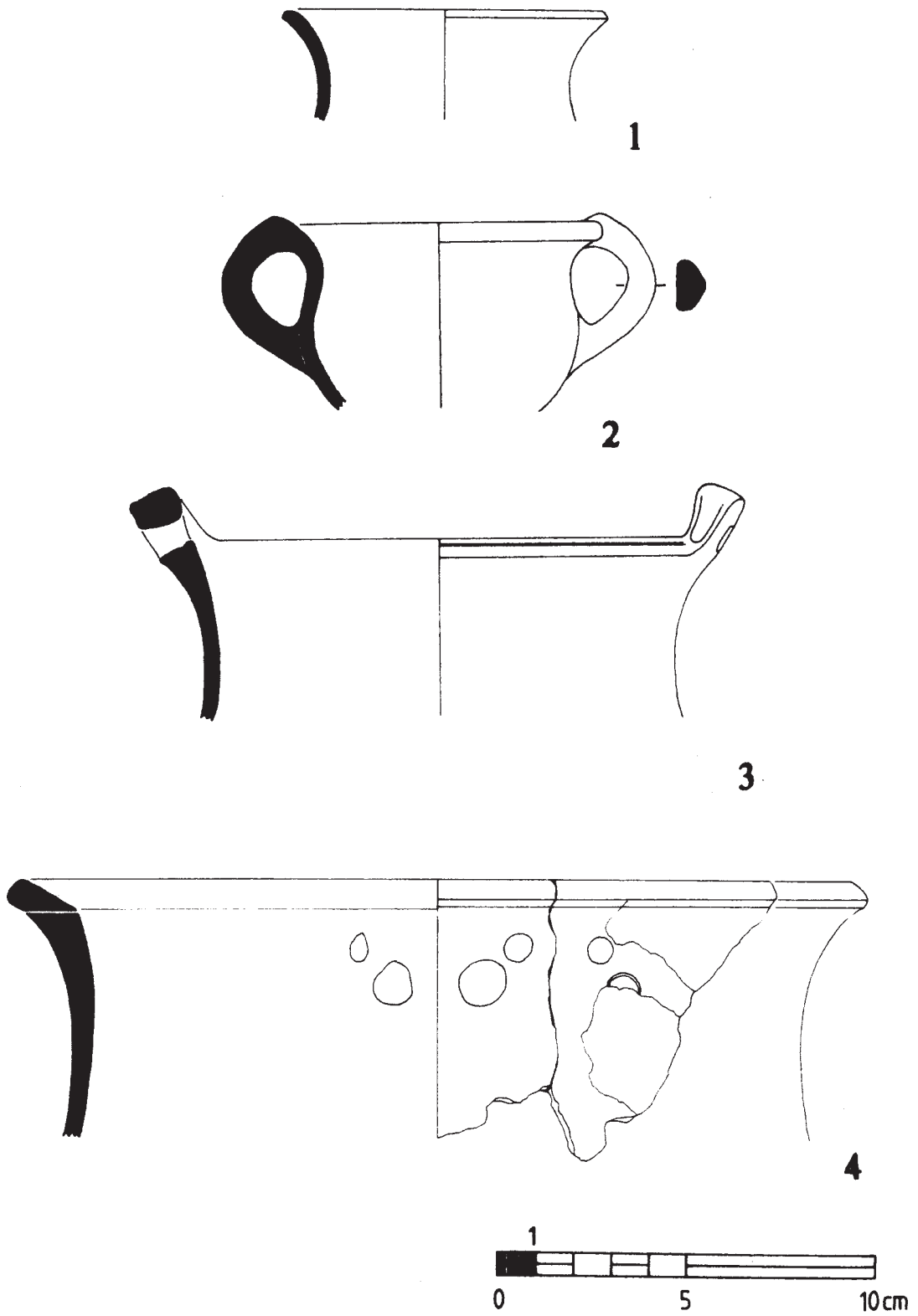


Fig. 12

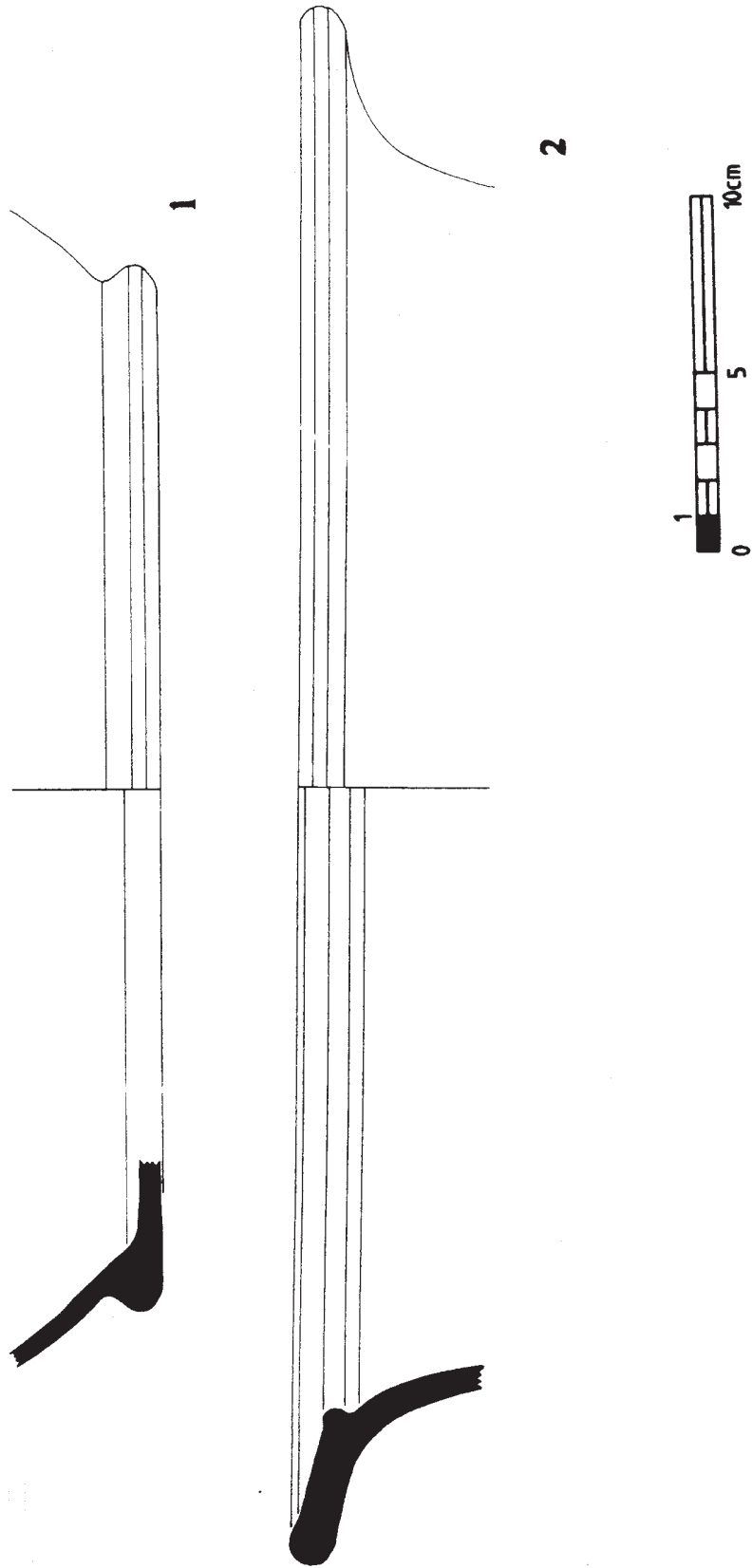


Fig. 13

POTES MELEIROS DE BRACARA AUGUSTA

Manuela DELGADO

1. INTRODUÇÃO*

Como duma homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida se trata, permito-me uma curta divagação, à boa maneira antiga, sobre o impulso que me levou a escolher como tema este pequeno conjunto de potes encontrados em Braga, numa cova da «Zona das Carvalheiras» onde jaziam irreconhecíveis, pois que reduzidos a cerca de quatro centenas de fragmentos. Graças a um longo trabalho de reconstituição que lhes restituiu a forma¹, e por analogia com potes e talhas em uso ainda há alguns anos em certas regiões de Portugal e da Galiza, foi possível reconhecer a sua função específica que era a de guardar mel, independentemente de poderem ter sido utilizados para outros fins, como pode ter sido o caso do pote nº 2, com manchas de fuligem no fundo e bojo.

De facto, estes potes (Fig. 4, nº 1-4; Est. I e II), produzidos há quase dois mil anos por oleiros bracaraugustanos, poderiam figurar ao lado de talhas e potes das antigas olarias do Telhado, Distrito de Castelo Branco (Est. III-a) e de Felgar, Torre de Moncorvo (Est. III-b) ou ainda dos «pucheiros do mel» saídos dos «barraxeiros» de Samos (Est. IV-a) e das «cântaras do mel» da região de Portomourisco e Seixo (Est.

* Agradeço a Cláudia Milhazes, Directora do Museu de Olaria de Barcelos não só a autorização e facilidades que me concedeu para examinar e fotografar as peças que interessavam para o presente artigo, mas também a simpatia com que o fez. Gostaria de alargar o meu agradecimento aos funcionários, que com com idêntico espírito, me deram o seu apoio.

Agradeço ainda a Adriangela M. Llorente a disponibilidade amiga que pôs no envio da fotocópia do artigo de García Alén sobre «La Alfarería de Galicia» que tanto interesse tinha para este artigo.

¹ Est. I – 2a – Fragmentos a que estava reduzido o pote nº 2.

Nunca será demais salientar o trabalho consciencioso dos funcionários do Museu D. Diogo de Sousa, encarregados da limpeza, marcação, colagem e restauro dos materiais, graças ao qual foram «descobertos» estes potes meleiros e sem o qual seria mais pobre o património arqueológico de Braga e menos profícuo o respectivo trabalho de investigação.

Registos de campo e respectivos desenhos de Joaquim Filipe Antunes. Desenhos de materiais de António Fernando Barbosa. Fotografias de Manuel Santos e Maria Perpétua Ferreira.

IV-b), na Galiza. Mesmo o olhar mais distraído lhes reconheceria o parentesco. E esse parentesco advém-lhes da presença de uma «pestana»² que os oleiros de hoje – como os de há dois mil anos atrás – acrescentaram ao bojo, com o fim de formar um canal em torno do colo para conter a água que impedisse as formigas de chegarem ao mel.

Reconheço que o «arqueologicamente correcto» seria apresentar aquelas peças integradas no contexto em que foram encontradas. E, contudo, não resisti à tentação de isolar este conjunto e apresentá-lo aqui em homenagem ao Carlos Alberto. Ele, que por simpatia pelos homens, não sabia olhar os objectos sem imaginar o gesto que os criara, sentiria certamente o mesmo encantamento que eu senti ao reconhecer nestes potes de mel de *Bracara Augusta* o gesto do oleiro de Felgar no acto de recrear uma forma milenária.

Dos vasos agora apresentados não poderei dar mais do que uma breve notícia, por constituírem, até ao momento, exemplares únicos em Braga e porque não encontrei qualquer referência expressa a este tipo de potes nos estudos dos grandes conjuntos de cerâmicas comuns romanas que tive a possibilidade de consultar³.

2. PROVENIÊNCIA

Como já referimos, estes potes foram encontrados na «Zona das Carvalheiras» numa cova aberta na alterite à qual foi atribuído, provisoriamente, o nº 31. Covas semelhantes foram detectadas em diversas zonas já escavadas da cidade romana e muito particularmente nesta zona, onde um grande número delas, incluindo a cova 31, se dispõem no interior duma área porticada sugerida pela presença de restos de muros e grandes blocos talhados e alinhados, incrustados na alterite. Esta área podia ter pertencido a uma *insula* situada a oeste da Rua 1. Tal hipótese não foi confirmada, mas também não foi desmentida, pelas prospecções realizadas anteriormente à construção do campo de jogos que hoje ocupa aquela zona: aqui a alterite eleva-se quase ao nível do solo actual e os raros vestígios que escaparam à destruição provocada pelas máquinas agrícolas e à erosão do tempo são demasiado limitados e incoerentes para permitirem qualquer interpretação. Note-se, todavia, a favor daquela hipótese, que a existência duma *insula* a oeste da Rua 1 seria coerente com a presença, a leste desta rua, da *insula* ali posta a descoberto e já amplamente escavada, limitada por quatro ruas que definem uma área construída de 35,48 m². Esta *insula* sofreu algumas grandes remodelações durante uma longa ocupação, compreendida entre o séc. I e finais do séc. V d.C. (Fig. 1).

Dada a irregularidade da configuração, tamanho e localização das covas até agora postas a descoberto na «Zona das Carvalheiras» e pelo material nelas encontrado, pode admitir-se que a maioria foi aberta para extrair o areão necessário à preparação da argamassa utilizada na construção dos muros de época flávia e dos inícios do séc. II d.C.

O estudo detalhado destas covas permitirá certamente determinar, com alguma aproximação, a quantidade de alterite retirada e talvez o processo do seu posterior entulhamento. De momento, podemos apenas dizer que continham diferentes quantidades de materiais com predomínio de fragmentos de louças e de ânforas, mas também, por vezes, apenas pedra miúda ou simplesmente terra.

Dentre elas deve destacar-se a cova nº 31. Embora admitindo que possa ter sido aberta com o mesmo objectivo de extrair areão, é muito provável que tenha sido reutilizada como vazadouro para onde foram lançadas peças de cerâmica fora de uso ou em mau estado de conservação. Esta hipótese é sugerida pelo facto de – ao contrário do que acontece na grande maioria das outras covas onde os fragmentos encontra-

² Termo usado no Catálogo da «Olaria de Felgar, Torre de Moncorvo» (Macedo, M. M. e Freitas, M. G., 1988).

³ Ver títulos da bibliografia destacados por um asterisco.

dos, mesmo quando numerosos, não permitiram reconstituir qualquer vaso – a cova 31 ter fornecido os potes de mel aqui presentes, juntamente com mais 59 vasos de cerâmica comum que foram reconstituídos e estão em vias de ser restaurados.

3. FORMA

Os potes de mel, apresentados na Fig. 4, nº 1-4 e nas Est. 1 e 2, têm de comum – além da pestana soerguida que lhe define o tipo e a função – o corpo ovóide e o fundo raso, apresentando frequentemente duas asas, mesmo em vasos de menores dimensões.

Apreciando globalmente este conjunto, não pode deixar de assinalar-se a variedade encontrada nos outros elementos constitutivos da forma. Esta admite variantes sem colo (nº 4), com colo curto e bordo simples (nº 1), com colo baixo, ligeiramente facetado e bordo em forma de aba estreita levemente inclinada para o interior (nº 3). As asas redondas e pequenas podem ser aplicadas no início do terço inferior da pança ou imediatamente abaixo da pestana. O pote nº 2 distingue-se pela sua forma extraordinariamente elaborada, para o que contribui a base mais estreita, o colo alto, as asas de fita, desenvolvendo-se numa curva altaneira a partir da pestana e sobretudo a curvatura desta que se prolonga em forma de voluta até à estreita plataforma que limita a parte superior do colo vertical. O vaso nº 4, que não pode ser reconstituído, tem dimensões muito maiores que os outros e aproximadas às das actuais talhas de Felgar (Est. III-b) e às «cântaras do mel» do Porto Mourisco e Seixo (Est. IV-b) que podem conter entre 15 a 20 litros.

Segundo pode ler-se no excelente texto introdutório ao catálogo da «*Olaria de Felgar*», as talhas desta olaria possuem cordões de pasta, aplicados sobre o bojo, alguns dos quais são decorados com dedadas; quando muito próximos, não são decorados, tendo então arestas lisas e vivas que formam entre si caneluras muito pronunciadas como na talha de Felgar aqui apresentada (Est. III-b). Estes cordões ou «cintas», como são designadas na região de Moncorvo, dão maior consistência ao bojo, funcionando ao mesmo tempo como elemento decorativo⁴. Fossem para conter mel ou azeite⁵ estas talhas possuem normalmente um «embigo», apêndice semi-circular colocado na parte inferior do bojo, por onde passam as cordas que unem e seguram as talhas quando transportadas sobre os jumentos para os lugares de venda, e como elemento de preensão no uso caseiro.

Pelas dimensões do fragmento nº 4 que até nós chegou, não pode saber-se se o vaso correspondente possuía idênticos «embigos» e «cintas». Em compensação, as fracturas das pestanas que este fragmento e a talha de Felgar apresentam, mostram com evidência que em ambos os casos as pestanas eram feitas à mão e posteriormente aplicadas sobre o bojo por pressão dos dedos.

4. FABRICO

A qualidade e harmonia das formas romanas não tem equivalente nos fabricos, embora se reconheça uma qualidade superior na pasta da peça nº 2 que possui também uma forma mais elaborada. As pastas contêm uma argila de natureza micácea. O desengordurante, muito abundante mas bem calibrado, é constituído por grãos de quartzo, feldespato, mica e cerâmica moída. O quartzo é o elemento mais abundante, seguindo-se-lhe a mica e a cerâmica moída. A cor das pastas varia entre o castanho-amarelado (N-69) e o castanho-avermelhado (P-49/R-50). Todas as peças foram engobadas. O engobe vermelho não vitrificável pode ser espesso ou fino mas sempre polido, variando a cor entre o vermelho-amarelado (N-45/P-59) e o vermelho-acasta-

⁴ Como se vê na Est. IV-b as «Cântaras» de Porto-Mourisco e Seixo possuem idênticos cordões.

⁵ A água contida no canal formado pela pestana impedia, neste caso, que «as formigas azeiteiras» chegassem ao azeite.

nhado (R-49/50). Estas pastas são idênticas às de outras louças de fabricos comuns, presentes em estratos alto-imperiais; os engobes vermelhos não vitrificáveis que cobrem as superfícies externas dos potes nº **1** e **3** têm paralelo em pratos que imitam a forma Oberaden 21 da produção *pompejanisch-roten Platten* e em tijelas que imitam com perfeição a forma Drag. 27.

5. CONTEXTO CRONOLÓGICO

A cova 31 foi aberta directamente na alterite não tendo cortado qualquer camada arqueológica (Fig. 2). Quando posta a descoberto não estava selada e parte dela prolongava-se para Oeste sob o pavimento do campo de jogos já mencionado. As camadas que se lhe sobrepuseram haviam sofrido grandes revolvimentos como evidencia o corte estratigráfico representado na fig. 3. Sob a camada 01, totalmente descaracterizada por corresponder a uma terraplanagem para assentamento do solo do campo de jogos, sucedia-se a camada 02, totalmente remexida, onde, entre fragmentos de cerâmicas comuns diversas foram encontrados, lado a lado, pequenos fragmentos de engobe branco com pastas características do século I mas também com pasta terrosa e engobe muito degradado, frequente em estratos tardios da vila romana da Póvoa de Lanhoso; 1 fragmento de cânula espiralada em vidro verde-gelo do séc. I d.C., mas também 2 fragmentos de vidro verde azeitona e fragmentos duma taça, característicos do séc. IV d.C.; esta camada forneceu ainda uma moeda de imitação de Cláudio I que podia ter circulado até finais da dinastia flávia ou mesmo inícios do séc. II (texto em anexo de Luís Coutinho Amaral). A camada 03, que corresponde ao enchimento da cova e só em parte foi perturbada pelos trabalhos de construção do campo de jogos, não forneceu material. Estas circunstâncias do achado impossibilitam estabelecer um *terminus ante quem* para o conteúdo da cova 31.

Uma apreciação global dos vasos encontrados juntamente com os potes meleiros no interior da cova 31, sob a camada 03, permite verificar que todos pertencem a produções de cerâmica comum, muitos deles com cronologias mal definidas: caso dos pratos e taças, das pequenas jarras e dos potes, de pastas grosseiras.

Dentre aqueles cujas cronologias se conhece selecionaram-se seis, representados na fig. 5 nº **5-10**. O primeiro, prato nº **5**, imita uma forma de *sigillata*; os restantes, o copinho nº **6** e quatro jarras e bilhas, nº **7-10**, são exemplificativos das formas encontradas neste conjunto, pelo que me referirei a eles com algum detalhe.

O prato nº **5** imita a forma Drag. 36. Na produção gálica esta forma surge no tempo de Nero e atinge o apogeu na época flávia; na produção hispânica é uma das formas típicas da 2ª metade do séc. I/1ª metade do séc. II.

O copinho nº **6**, tal como os copinhos e potinhos de perfil em S, com pastas depuradas e superfícies cuidadosamente polidas, aparecem frequentemente em estratos da 2ª metade do séc. I d.C., associados à cerâmica dita bracarense, mas estão presentes também numa sepultura selada, situada no Largo de Carlos Amarante, datada dos finais do séc. II d.C. (Delgado, 1984).

Jarras semelhantes à nº **7**, de perfil em S, com a pasta muito clara e depurada e a superfície ornamentada com o mesmo tipo de pintura, aparecem em Braga associadas à mesma cerâmica bracarense e cerâmica cinzenta fina polida em estratos da 2ª metade do séc. I. Uma pequena jarra ornamentada com pintura idêntica foi datada em Tongóbriga da 2ª metade do séc. I/princípios do séc. II (Dias, 1997: 247, Grupo 5 C – Forma 1).

Não encontrei paralelos satisfatórios para a bilha nº **8**. Contudo, a qualidade do fabrico, aliada à forma cuidada, permitem atribuir-lhe uma cronologia entre os meados do séc. I e os meados do séc. II. Esta é, aliás, a cronologia atribuída a duas bilhas do tipo 1a, provenientes de necrópoles do Alentejo, cuja forma apresenta algumas semelhanças com esta (Nolen, 1985: 36-7; Est. II, nº 5 e 7).

Os bordos moldurados como o da bilha nº **9** são muito comuns em cerâmica

romana, podendo vir associados a colos altos ou baixos, asas partindo da moldura ou um pouco a baixo dela, bojós de curvaturas muito diversas. Bilhas do tipo 2a com o colo e bordos muito semelhantes a esta apareceram em sepulturas das necrópoles alentejanas da Orta das Pinas e do Padrãozinho, datadas da 2ª metade do séc. I e séc. II (1985: 231; Est. XII, Nº 61-63). Duas bilhas do mesmo tipo faziam parte do espólio do enterramento D 11, da necrópole de Sto André, datada dos fins do séc. I/inícios do séc. II (Viegas, Nolen, e Dias, 1981: 133; Est. XIX, D 11.3; D 11.4) e uma outra incluída no espólio do enterramento E 2, datado do princípio do séc. II (1981: 134; Est. XXXI, E 2.2).

Em *Conimbriga* um fragmento de bilha deste tipo foi encontrada na camada de demolição do *forum* de Augusto e aterros para a construção do *forum* Flávio (Alarcão, 1975: 80 e 145; PL., XXIII, nº 459).

Em Tongóbriga, todavia, a bilhas com este mesmo tipo de bordo mas de fabricos diversos foram atribuídas cronologias da 2ª metade do séc. III/inícios do séc. IV e 2ª metade do séc. IV/1ª metade do séc. V (Dias, 1997: 270; 274-7).

O jarro nº 10 caracteriza-se pelo bordo trilobado e colo alto. Os bordos trilobados, tais como os anteriores moldurados, podem aparecer associados a colos altos ou curtos e bojós com diversas curvaturas. Um jarro muito semelhante a este, produzido em cerâmica siltosa, foi encontrado em *Conimbriga* num contexto não datável. Sabe-se, todavia, que esta produção se inicia em época cláudia e prosseguiu durante todo o séc. II (Alarcão, 1975: 83 e 85; PL. XXV, nº 505). Dois outros exemplares de bordo trilobado mas colo muito mais curto, foram encontrados em estratos mais tardios: um deles provém de uma camada de repavimentação das ruas que teve lugar na 2ª metade do séc. IV (Alarcão, 1975: 145 e 181; PL. XXIII, nº 455); o outro encontrava-se numa camada correspondente à destruição do *forum* e das duas *insulae*, atribuída aos ataques suevos de 465 ou 468.

6. CONCLUSÃO

Como já se disse só o estudo detalhado do conjunto das covas escavadas na alentejana e da totalidade dos materiais nelas encontrados poderá, eventualmente, vir a estabelecer com maior segurança o processo de deposição desses materiais e respectivas cronologias. Tal não era o objectivo desta notícia, mas apenas a apresentação dos potes meleiros de *Bracara Augusta* encontrados na cova nº 31.

A apresentação destes potes antes daquele estudo estar terminado permite-me, de momento, apenas afirmar que – considerando o seu tipo de fabrico e a cronologia da maioria das peças que lhes vinham associadas – eles estavam em uso num período compreendido entre a segunda metade do séc. I e finais do séc. III d.C.

Espero, todavia, que esta apresentação precoce, que explica a modéstia das conclusões, facilite a descoberta de novos exemplares noutros sítios arqueológicos, em particular no Norte de Portugal e da Galiza, que permitam precisar a sua cronologia e área de difusão em época romana. Espero ainda – e não com menor interesse – que ela possa despertar a curiosidade para o estudo da evolução desta forma através dos tempos que permita explicar se os paralelos actuais correspondem à persistência de uma tradição ou à reinvenção de uma forma milenária.

CATÁLOGO*

- 1 – Pote. Pasta castanha-amarelada clara (N-69); engobe vermelho acastanhado (R-49) espesso e aderente, foi polido depois de aplicado. O engobe cobre apenas a superfície abaixo da aba. A zona acima da aba e o bordo foram apenas cuidadosamente alisadas. Grafito executado após a aplicação do engobe. Diâm: 174 mm; Alt: 170 mm. Fracturado em 83 fragmentos. Nº de inv: MDDS 2210-91. Fig. 3 – Est. I – nº 1.
- 2 – Pote. Pasta castanha avermelhada (P-49); engobe muito fino mais parecendo uma aguada vermelha amarelada (N-45) cobre toda a superfície da peça. Sinais de fuligem na pança abaixo das asas. Diâm: 197 mm; Alt: 211 mm. Fracturada em 109 fragmentos. Nº de inv: MDDS 2270-91. Fig. 3 – Est. I – nº 2 e 2a.
- 3 – Grande Pote. Pasta castanha avermelhada (R-50); engobe vermelho amarelado (P-59), muito fino cobre o bojo apenas até à altura da aba. A parte superior não foi engobada mas apenas polida. Diâm: 275 mm; Alt: 297 mm. Fracturado em 157 fragmentos. Nº de inv: MDDS 2000-91. Fig. 3 – Est. II – nº 3.
- 4 – Talha. Pasta castanha avermelhada (R-50); engobe da mesma cor, espesso, mate e muito aderente. Parece ter sido polido depois de aplicado. Cobre a superfície interna e externa. Diâm. da boca: 141 mm. Fracturado em 38 fragmentos. Nº de inv: MDDS 2203-91. Fig. 3 – Est. II – nº 4.
- 5 – Taça. Imita a forma Drag. 36. Pasta castanha avermelhada (R-50); engobe da mesma cor mate e muito aderente. Diâm: 232 mm; Alt: 78 mm. Muito fracturada, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 1793-91. Fig. 4.
- 6 – Potinho. Perfil em S. Pasta creme-rosada (L-11) muito depurada. Superfície polida ao torno com seixo. Diâmetro máximo: 70. 7 mm; Alt: 120 mm. Fracturado, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 1764-91. FIG. 4.
- 7 – Jarra. Perfil em S. Pasta creme (M-71). Superfície coberta por um engobe muito pouco espesso, castanho amarelado claro (N-69) e pintura vermelha acastanhada (R-35). Diâm: 159 mm; Alt: 261 mm. Fracturada, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 1755-91. Fig. 4.
- 8 – Bilha. Colo alto com bordo esvasado e bojo. Pasta creme (M-71). Superfície não engobada mas muito polida apenas no bojo. Ombro e colo apenas alisados. Diâm: 128 mm; Alt: 184 mm. Fracturada, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 1763-91. Fig. 4.
- 9 – Bilha. Colo alto com bordo moldurado e bojo globular. Pasta rosada (M-13). Superfície revestida dum engobe muito fino castanho claro (N-67) e muito polida. Diâm: 166 mm; Alt: 198 mm. Muito fracturada, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 1786-91. Fig. 4.
- 10 – Bilha. Perfil em S com bordo trilobado. Pasta esbranquiçada (L-71). Superfície apenas alisada, apresenta algumas manchas de fuligem. Diâm: 152 mm; Alt: 233 mm. Muito fracturada, em vias de restauro. Nº de inv: MDDS 2208-91. Fig. 4.

* Todas as peças ilustradas nas Figs. 3 e 4 estão desenhadas na escala 1:4. Para a classificação das cores utilizam-se o «Code des Couleurs des sols» de A. Cailleux (Ed. Doubée)

CATÁLOGO DAS PEÇAS MODERNAS*

Pote

Função: Provisão de mel

Dimensões: Diâm: 305 mm; Alt: 355 mm

Proveniência: Olaria do Telhado, muito provavelmente Fundão (Distrito de Castelo Branco).

Depósito: Museu de Olaria da Câmara Municipal de Barcelos

Nº de inv: 92. 2. 127. Inédito.

Est. III-a

Talha

Função: Provisão de mel ou azeite

Dimensões: Diâm: 565 mm; Alt: 744 mm

Proveniência: Olaria de Felgar (Torre de Moncorvo)

Período de uso: Já fora de uso em Abril de 1986

Depósito: Museu de Olaria da Câmara Municipal de Barcelos

Nº de inv: 86. 29. 16. Nº do catálogo: 22.

Est. III-b

«Pucheiro do mel» o «meleira» con doble borde para evitar las hormigas»

Dimensões: Alt: 180 mm

Proveniência: «Los «barraxeiros de Samos»

Est. IV-a

«Cântara do mel»

Dimensões: Diâm: 365 mm

Proveniência: «Portomourismo y O Seixo (Entre O Xares y las montañas de O Bolo)»

Est. IV-b

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

APICIUS, M. GAVIUS (14-37 d.C) (1997), *O Livro de cozinha de Apício. Um breviário do gosto imperial romano*, Introdução, Tradução e Comentários, por Inês de Ornellas e Castro, Colares Editora, Sintra.

ALARCÃO, J. (1975), «Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga», *Fouilles de Conimbriga*, vol. V, E. De Boccard, Paris*.

(1991), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa América, 2ª edição, Mem Martins.

BLANC, N. e NERCESSIAN, A. (1994), *La Cuisine Romaine Antique*, Éditions Glénat, Grenoble*.

DELGADO, M. (1984), «Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante», *Lucerna*, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, pp. 179-96.

Dias, L. A. T. (1993-4), «Necrópoles do *Territorium* de Tongobriga», *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, pp. 107-36.

(1997), *Tongobriga*, Edição IPPAR, Lisboa*.

GARCIA ALÉN, L., *La Alfarería de Galicia. I. Un estudio a través del testimonio cultural de las vasijas y de los alfareros-campesinos*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, La Coruña.

(1994), *La Céramique du Haut-Empire en Gaule Belgique et dans le Régions Voisines: Faciès Régionaux et Courants Commerciaux*, dir. Marie Tuffreau-Libre e Alain Jacques, *Actes de la table ronde d'Arras (12 au 14 octobre 1993)*, Nord-Ouest Archéologie, nº 6, Publié par le Centre de Recherches Archéologiques et de Diffusion Culturelle, Berck-Sur-Mer*.

* As informações referentes a estas peças foram fornecidas pelo serviço de documentação do Museu de Olaria de Barcelos, retiradas do Catálogo da Olaria de Felgar e do artigo de García Alén «La Alfarería de Galicia».

PORTUGALIA

- Les Céramiques Communes de Campanie et de Narbonnaise (1^{er} s. Av. J.-C. – II^e s. Ap. J.-C.) (1996), *La Vaisselle de Cuisine et de Table, Actes des Journées d'étude organisées par le Centre Jean Bérard et la Soprintendenza Archeologica per le Province di Napoli e Caserta*, dir. Michel Bats, Centre Jean Bérard, Naples*.
- MACEDO, M. M e FREITAS, M. G. (1988), *Olaria do Felgar, Torre de Moncorvo. Catálogo, Coleções do Museu 1*, Barcelos.
- MARTINS, M. e DELGADO, M. (1989-90), «As necrópoles de *Bracara Augusta*», *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, pp. 41-186.
- MAYET, F. (1975), «Livre III. Les Sigillées Hispaniques», *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, E. De Boccard, Paris.
- NOLEN, J. U. S. (1985), *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- (1994), *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia*.
- PERICHON, R. (1977), «Ceramiques Domestiques Gauloises et Gallo Romaines du Nord Est du Massif Central. Essai de typologie», *Centre d'Etudes Foreziennes Archeologie*, n^o 6, Saint-Etienne*.
- PEIXOTO, ROCHA (1966), «As olarias do Prado», *Cadernos de Etnografia*, 7, Museu Regional de Barcelos, 2^a ed., Barcelos.
- SOEIRO, T. (1984), «Monte Mòzinho. Apontamentos sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana», *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3^a Série, n^o 1, Penafiel*.
- VIEGAS, J. A., NOLEN, J. U. S. e DIAS, M. L. F. (1981), «A Necrópole de Santo André», *Conimbriga*, vol. XX, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 5-180.
- XAVIER AQUILUÉ e MERCE ROCA (coord.) (1995), «Cerâmica comuna romana d'època Alto-Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió», *Monografies Emporitanes VIII*, Museu d'Arqueologia de Catalunya, Empúries*.

ANEXO

Luís Coutinho AMARAL

AS DE IMITAÇÃO DE CLÁUDIO I

Trata-se de uma imitação de um as de Cláudio I (41-54 d.C.). No anverso cabeça, à esquerda, descoberta, estando em falta a legenda¹. No reverso Minerva de pé para a direita a brandir dardo com a mão direita enquanto segura escudo redondo no braço esquerdo, S I C (R. I. C. I – 100 ou 116, ed. revista).

O seu eixo é do tipo 1 h., tem de diâmetro 26/23 mm, de peso 6, 649 g.

Este as é um exemplar das moedas de imitação com a efígie de Cláudio I, que se aceita comumente terem sido cunhadas após 41 d.C. em oficinas locais da Península Ibérica² para compensar a penúria de numerário³ devida em parte ao fecho por Caius (37-41 d.C.) dos ateliers municipais hispânicos⁴.

Nesta amoedação paralela o diâmetro do flan é inferior ao do cunho, e tanto as letras, como os motivos do reverso não atingem a perfeição do modelo copiado, características que se observam no presente exemplar; uma outra característica que também permite identificar esta amoedação paralela é a imperícia que afecta a caligrafia das palavras da titulação. Este pormenor não pode ser comprovado pelo facto dessa titulação estar, como atrás referi, em falta; no entanto não se pode considerar que estas moedas sejam de má qualidade e quase nunca apresentam a rudeza dos seus equivalentes gauleses e bretões⁵.

Ao que parece deve atribuir-se a esta amoedação um carácter semi-oficial, uma função de necessidade⁶, e uma circulação geograficamente limitada⁷.

Segundo C. H. V. Sutherland a amoedação de imitação com a efígie de Cláudio I durou um século e em certas zonas recônditas terá chegado até ao séc. III⁸.

Segundo J. B. Giard no caso das imitações galo-romanas durou, esta amoedação, uma década⁹.

Em *Conimbriga* os achados deste tipo de moedas em horizontes estratigráficos relativamente bem datados deram-se exclusivamente em horizontes estratigráficos claudianos, flavianos e da época de Trajano¹⁰.

Por conseguinte será lícito crer que a circulação das moedas de imitação se deu por junto até ao fim da época flaviana e mesmo até ao princípio do séc. II¹¹.

Esta moeda apresenta-se bastante desgastada em consequência da sua circulação.

¹ TI CLAVDIVS CAESAR AVG PM TRP IMP ou TI CLAVDIVS CAESAR AVG PM TRP IMP PP.

² H. MATTINGLY, B. M. C., I, p. CL; C. H. V. SUTHERLAND. *The Romans in Spain*, 217 B. C. – A. D. 117, Londres, 1939, p. 175.

³ I. PEREIRA, J.-P. BOST e J. HIERNARD, *Fouilles de Conimbriga*, vol. III, Paris, Diffusion E. de Boccard, 1974, p. 218.

⁴ *Supra*, p. 219.

⁵ *Supra*, p. 218.

⁶ *Supra*, p. 218.

⁷ *Supra*, p. 219.

⁸ C. H. V. SUTHERLAND, *Romano-British imitations*, p. 9 e pp. 26-27.

⁹ J. B. GIARD, *Pouvoir central et libertés locales, le monnayage en bronze de Claude avant 50 après Jésus Christ*, R N, 6^e série, XII, 1970, p. 35.

¹⁰ I. PEREIRA, J.-P. BOST e J. HIERNARD, *Fouilles de Conimbriga*, vol. III, Paris, Diffusion E. de Boccard, 1974, p. 219.

¹¹ C. M. KRAAY, *The behaviour of early imperial countermarks*, *Essays in Roman Coinage presented to Harold Mattingly*, Oxford, 1956, p. 131.

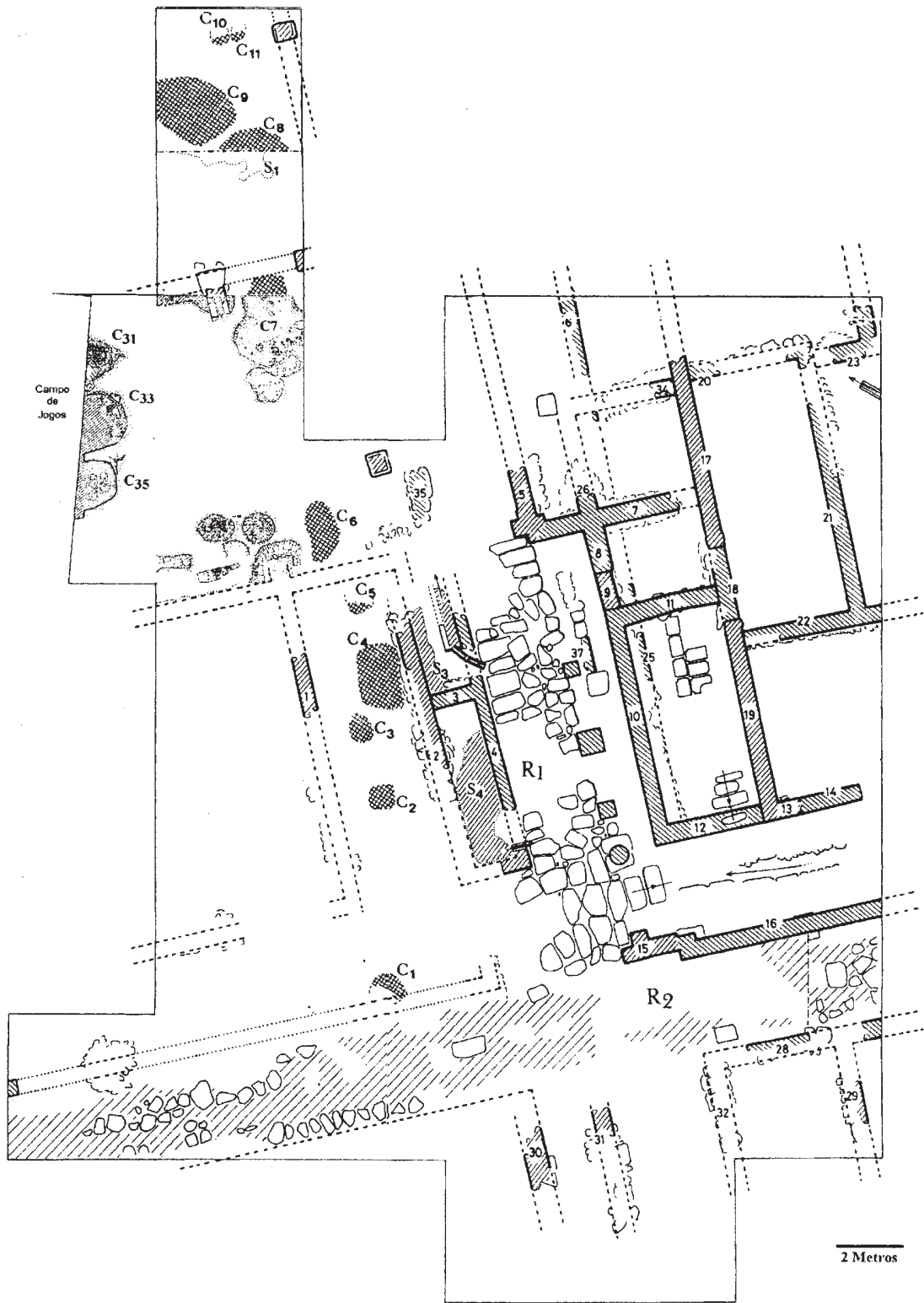


Fig. 1 – Planta das Carvalheiras

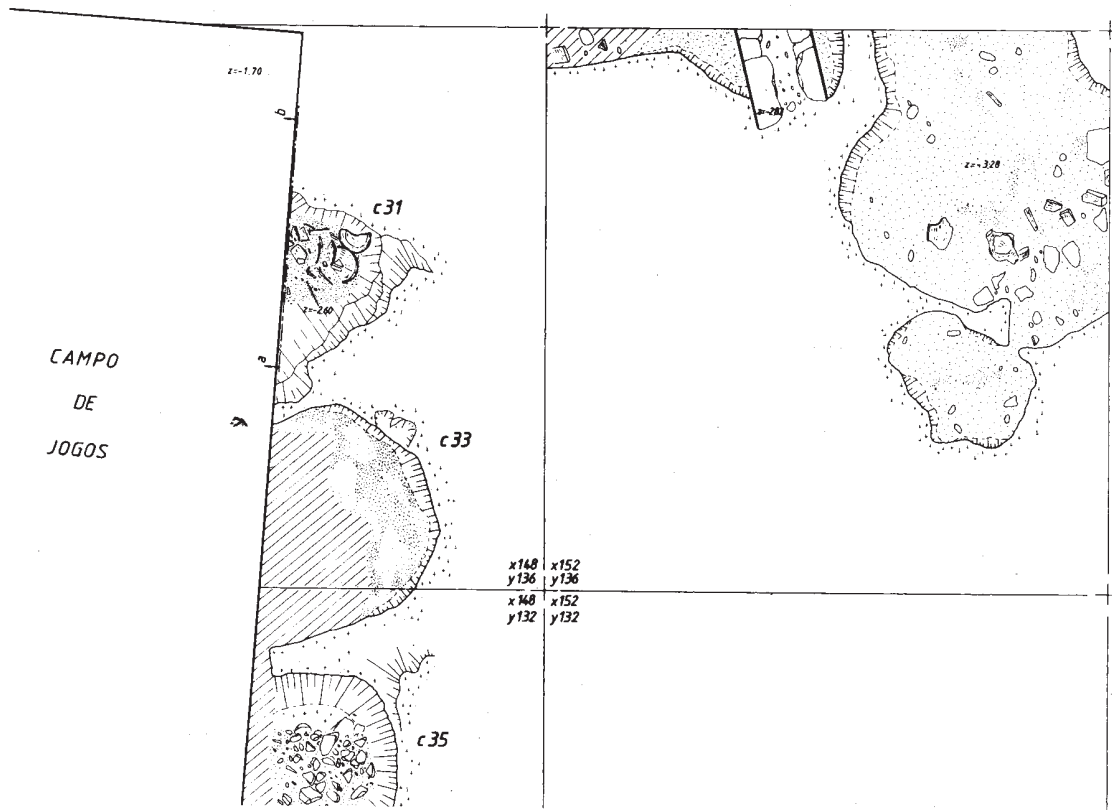


Fig. 2 – Localização das Coroas

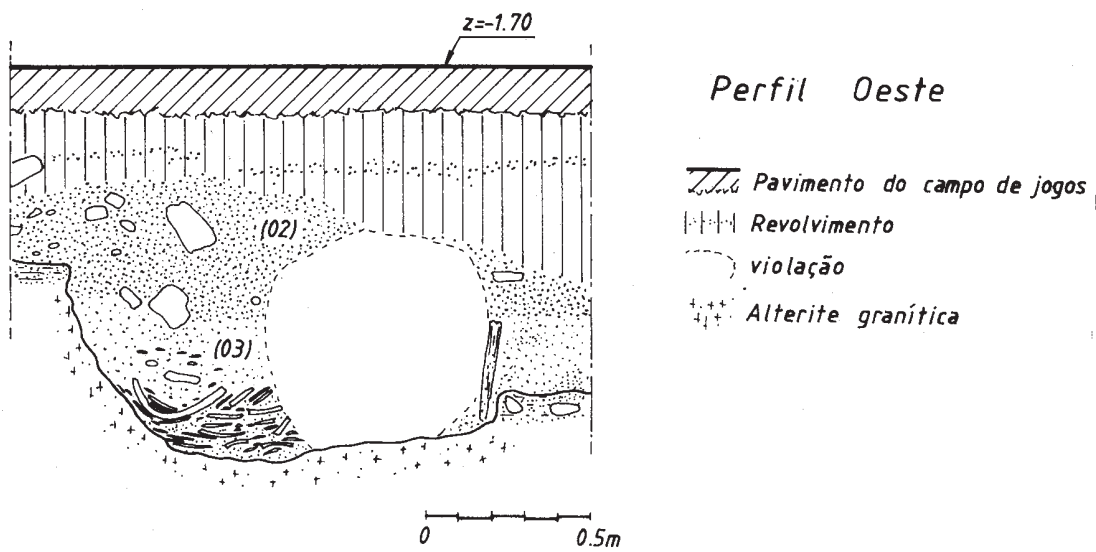


Fig. 3 – Corte estratigráfico

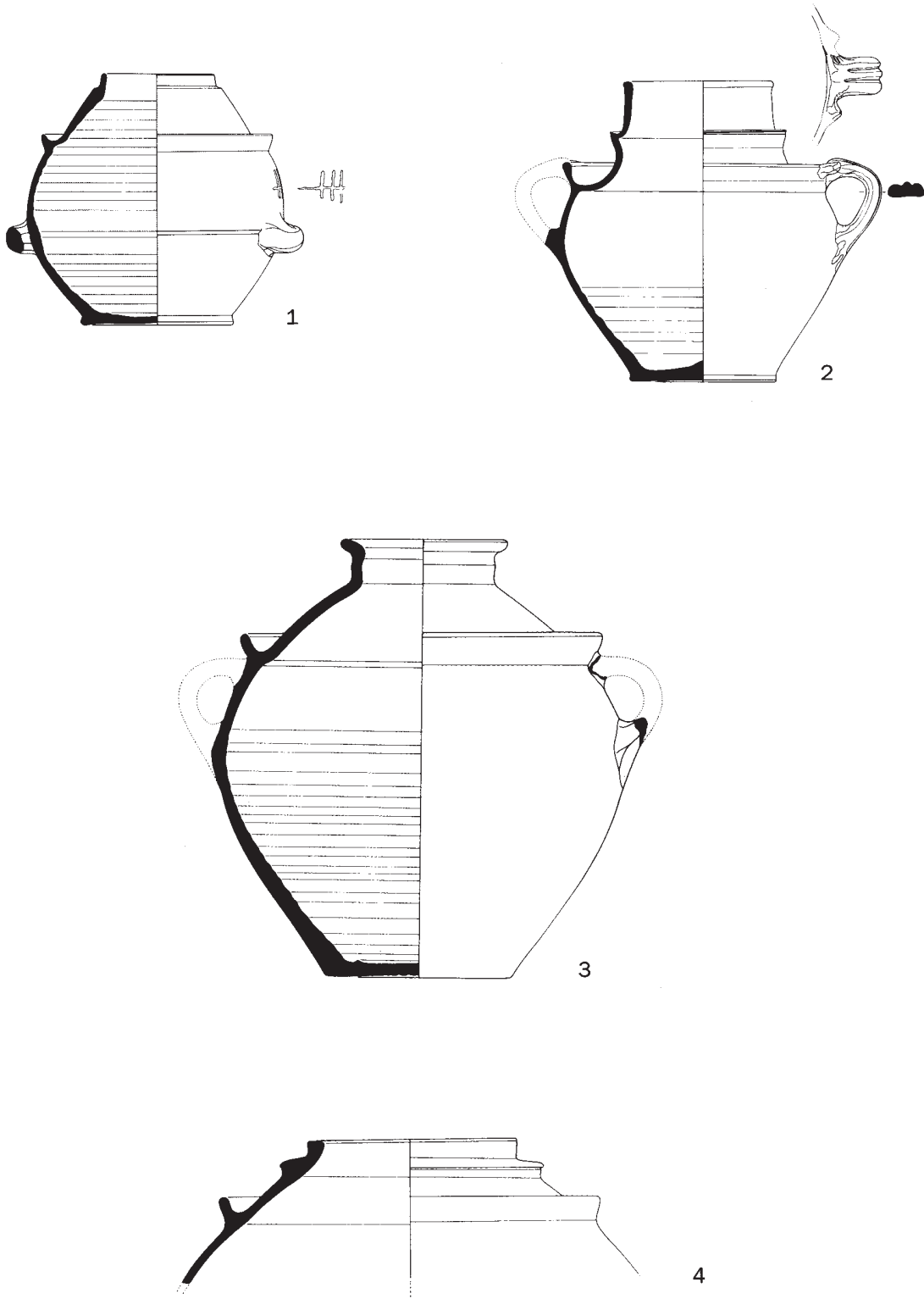


Fig. 4 – Desenho dos potes Meleiros (nºs 1, 2, 3 e 4)

POTES MELEIROS DE *BRACARA AUGUSTA*

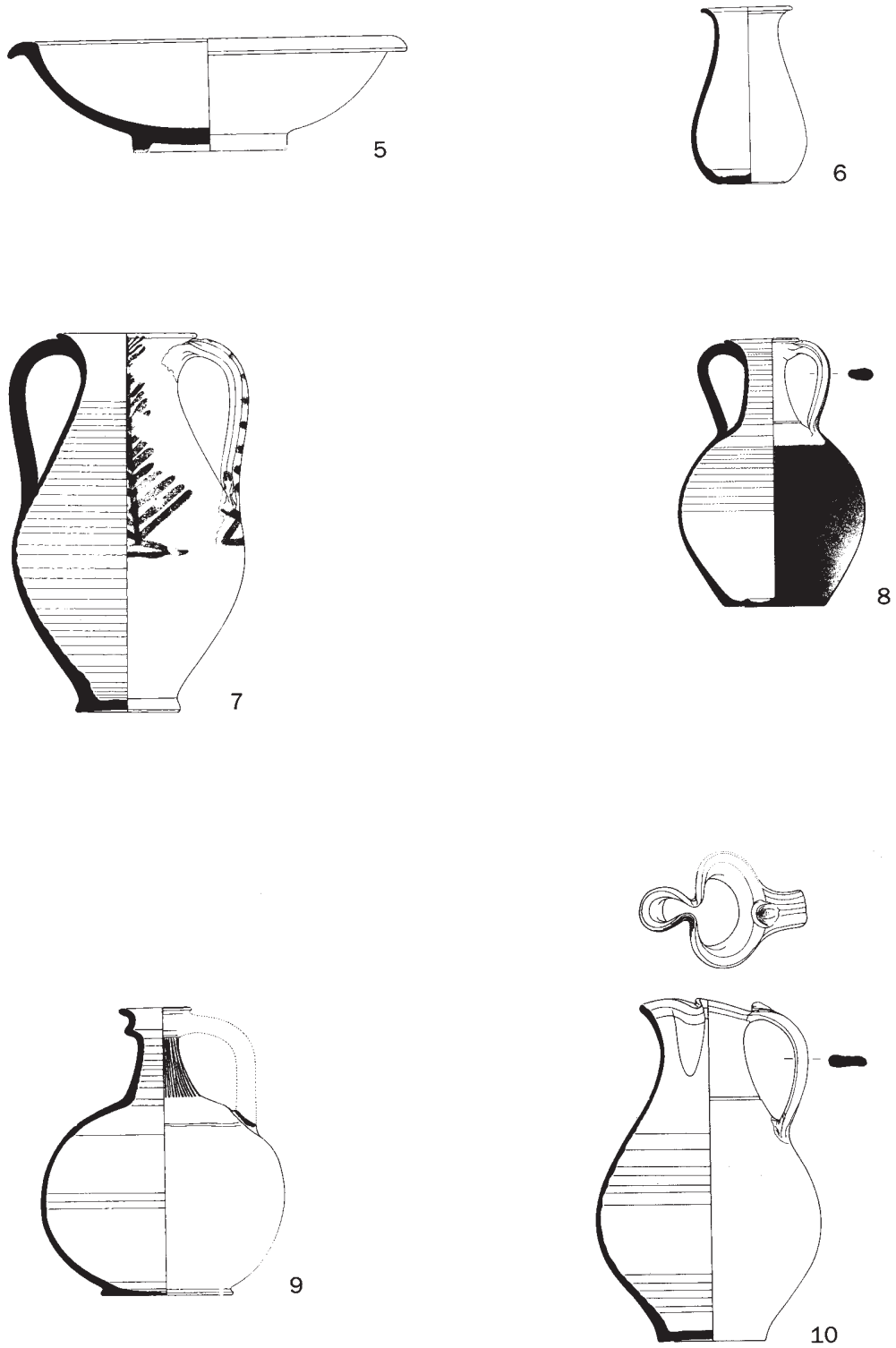
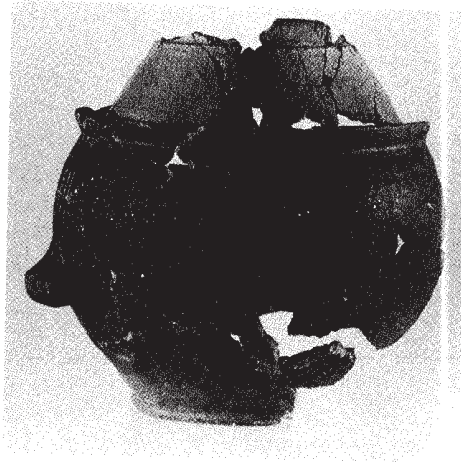


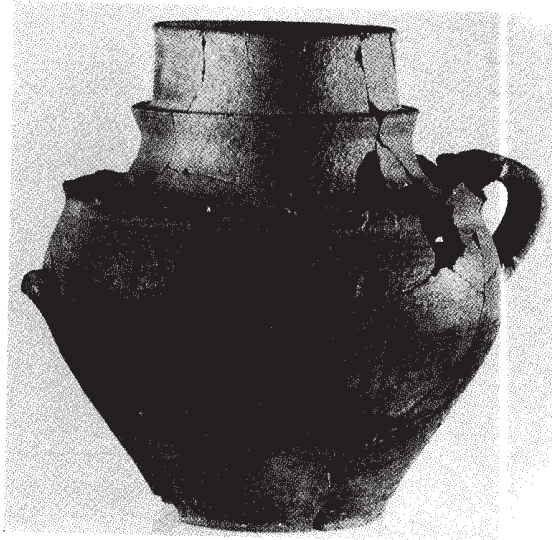
Fig. 5 – Desenhos doutras peças (n^os 5, 6, 7, 8, 9 e 10)

PORTUGALIA

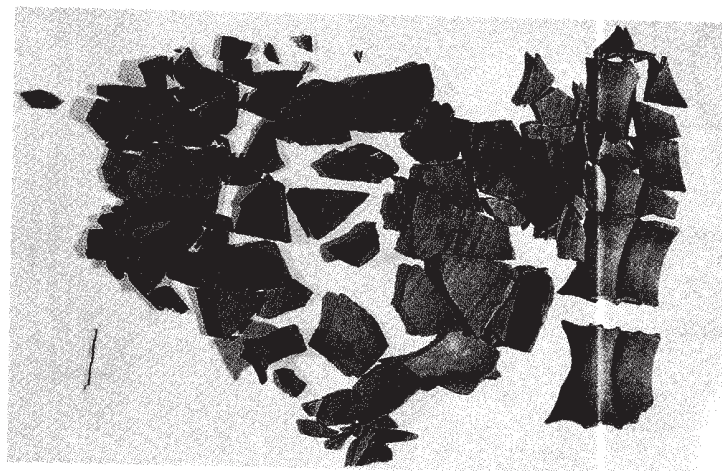
Est. I



1

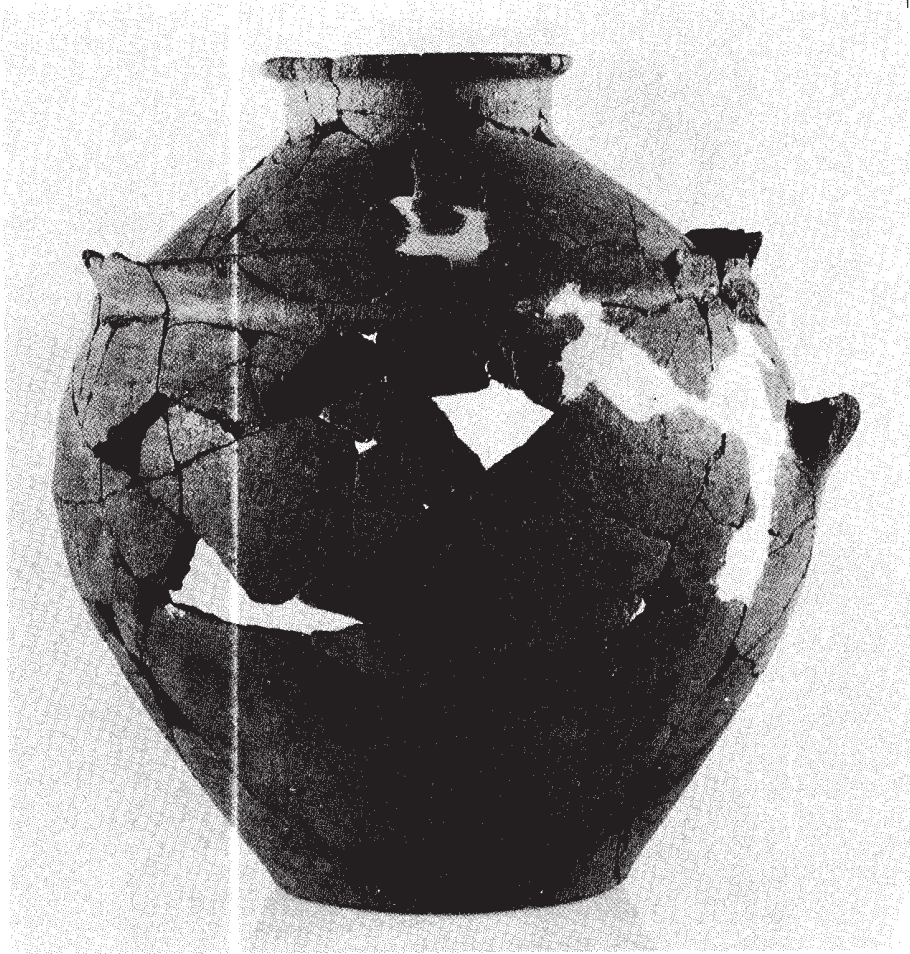


2

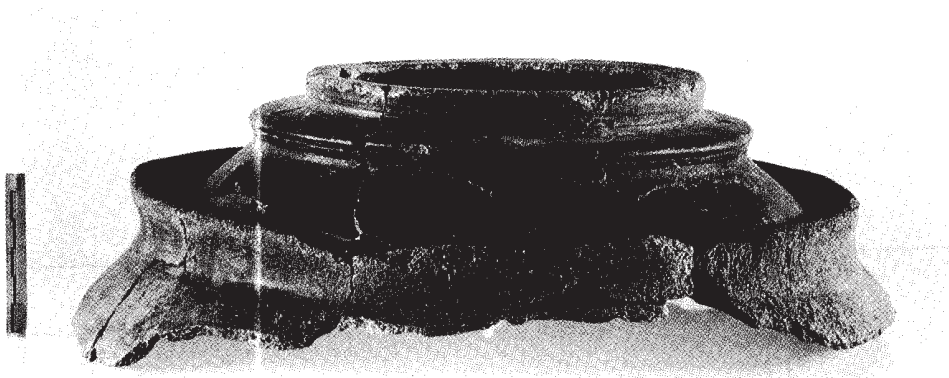


2 a

1 Est. II



3



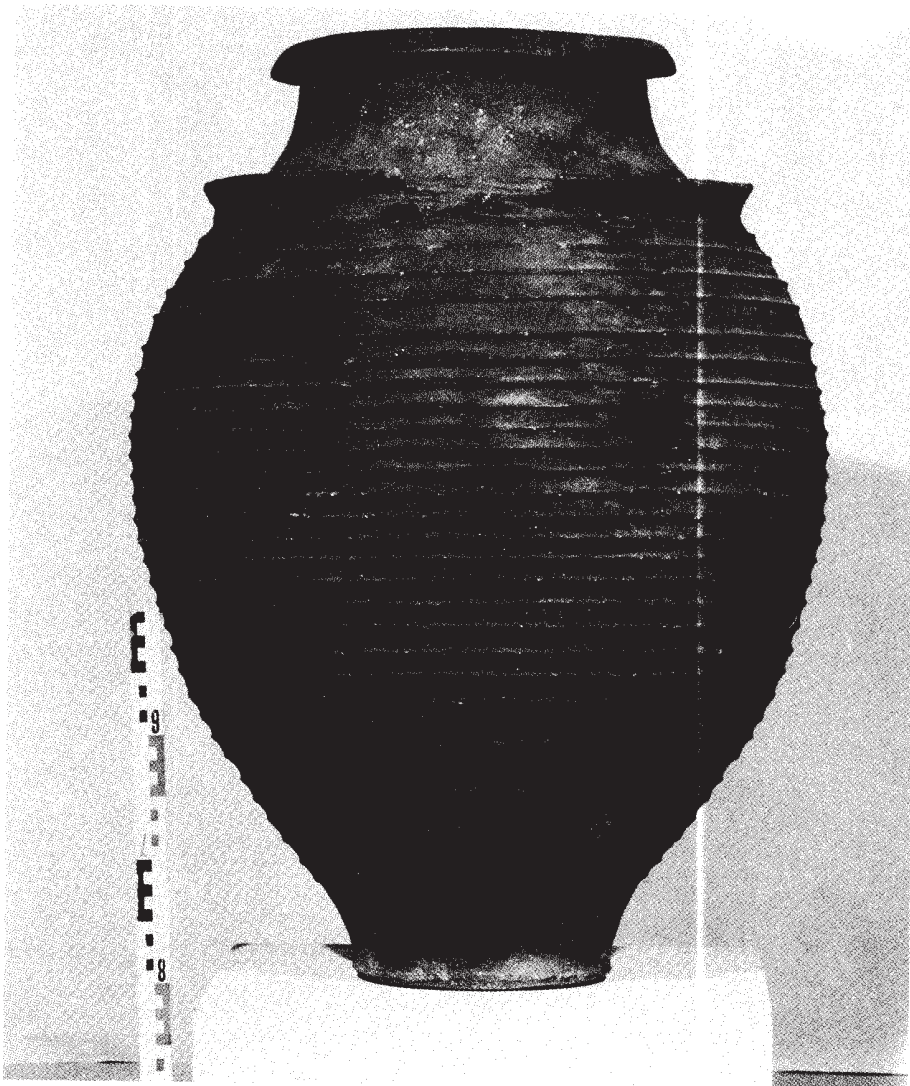
4

PORTUGALIA

Est. III



a



b

POTES MELEIROS DE *BRACARA AUGUSTA*

Est. IV



a



b

DAS ARCAS DA MEMÓRIA

J. M. Bairrão OLEIRO

Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, um amigo que partiu cedo demais

Quando se atinge a idade da reforma pensa-se que, finalmente, vai haver tempo para se organizarem os montes de papéis, de notas, de documentação que reunimos ao longo dos anos. Embora nem sempre seja fácil a tarefa, temos por vezes pequenas alegrias como a redescoberta de apontamentos, relatórios, pareceres, fotografias, que não víamos há anos e de que guardávamos vaga memória. Foi o que aconteceu recentemente com um parecer de 24 de Março de 1966 sobre uns achados numa pedreira de Pardais, Vila Viçosa, em que registei alguns dados que talvez não sejam do domínio público e ainda possam interessar aos investigadores.

Em finais do ano de 1965 deu entrada no Ministério da Educação Nacional, que detinha na altura a tutela da arqueologia, um ofício do Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, que transcrevia uma carta do adjunto do conservador do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança comunicando o aparecimento de dois sarcófagos, possivelmente romanos, talhados num único bloco de mármore, acidentalmente encontrado em trabalhos de exploração de uma pedreira da firma António Matias da Rocha & Irmão, em São Marcos, freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa. Segundo esse documento os sarcófagos tinham sido descobertos à «profundidade de dois metros e meio, sendo plano o terreno à superfície, e plantado de oliveiras, talvez de séculos, das quais uma assentava mesmo por cima dos ditos».

Tendo sido designado, pela 1ª Subsecção (Arqueologia) da 2ª Secção (Antiguidades e Belas-Artes) da extinta Junta Nacional da Educação, relator do processo, logo no dia seguinte àquele em que este me chegou às mãos me desloquei a Vila Viçosa para colher os elementos necessários à elaboração do parecer. Procurei de imediato o Sr. Gualdino Borrões, adjunto do conservador do Museu-Biblioteca, que me facultou todos os elementos de informação que possuía. Por diligências suas o bloco de már-

more com os dois sarcófagos inacabados encontrava-se já dentro da cerca do castelo de Vila-Viçosa, pois, numa atitude pouco frequente e, por isso mesmo mais louvável, a firma que explorava a pedreira não só não levantou quaisquer dificuldades à retirada do achado, como o oferecera à Fundação da Casa de Bragança (Fig. 1).

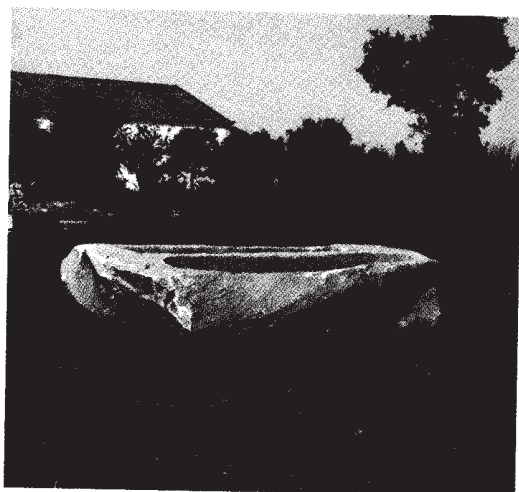


Fig. 1 - Bloco de mármore com dois sarcófagos inacabados. Encontrado em Dezembro de 1965 em S. Marcos, freg. de Pardais e hoje no castelo de Vila Viçosa. Compr. máximo = 2,85 m; larg. máx. = 1,85; alt. média = 0,60 m

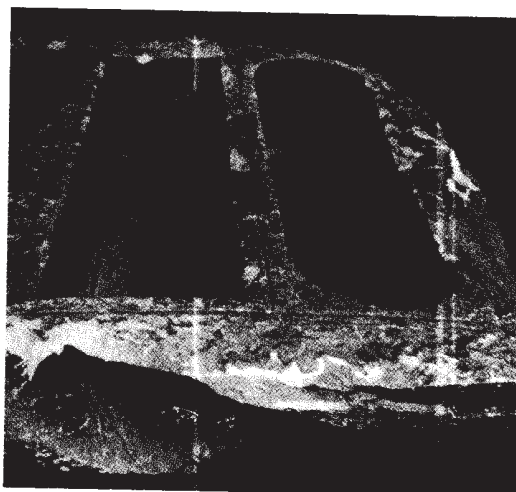


Fig. 2 - Bloco de mármore com dois sarcófagos de diferente tipo, inacabados. Encontrado em Dezembro de 1966 em S. Marcos, freg. de Pardais. Hoje no castelo de Vila Viçosa. Notem-se as linhas horizontais do trabalho de separação e acabamento.

O grande bloco de mármore media: 2,85m. de comprimento máximo, 1,85m. de largura máxima, e 0,60m altura média. Dele se obteriam dois sarcófagos de tipo simples, embora diferentes: um de caixão rectangular, o outro exteriormente idêntico, mas interiormente arredondado nas extremidades (Fig.2). A parte externa deveria ser lisa, até por isso que a pouca espessura das paredes não daria para nelas se lavrarem quaisquer motivos decorativos. Toda a parte interna dos dois sarcófagos havia sido já desbastada e eram claramente visíveis as linhas orientadoras do trabalho de separação e acabamento. Numa das cabeceiras podia mesmo verificar-se que esse trabalho chegou a ser iniciado utilizando uma serra (Fig. 3). As dimensões dos sarcófagos, medidas pelas marcas de corte, eram as seguintes:

- | | |
|---|-------------------------------------|
| - altura interna = 0,53m. | |
| - espessura das paredes laterais = 0,53m. | |
| - caixão rectangular | - caixão de cabeceiras arredondadas |
| comprimento total = 2,18m. | 2,08m. |
| comprimento do vão = 2,05m | 2,05m |
| largura total = 0,66m | 0,62m. |
| largura do vão = 0,52m. | 0,49m. |

Não foram encontrados quaisquer elementos de cobertura dos sarcófagos.

Na visita ao local do achado, em São Marcos, feita com a esperança de que, com o prosseguimento dos trabalhos de exploração da pedreira, tivessem sido recuperados outros materiais que fornecessem contexto arqueológico susceptível de fornecer indicações cronológicas, não teve resultados positivos. A zona em que o bloco fora

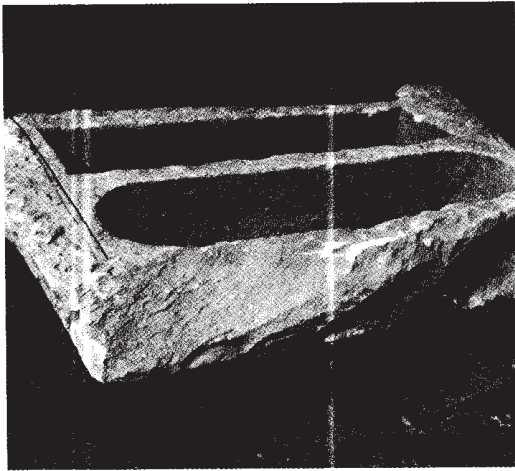


Fig. 3 – Bloco de mármore com dois sarcófagos de diferente tipo, inacabados. Encontrado em Dezembro de 1965 em S. Marcos, freg. de Pardais e hoje no castelo de Vila Viçosa.



Fig. 4 – Casa de Joaquim José Gracias, na Courela da Fonte da Moura, freguesia de Pardais. Degrau corrido com fragmentos de mosaico romano.

encontrado não voltara a ser remexida, nem havia indicações de que mais alguma coisa fora acidentalmente encontrada. Mas era claramente visível em determinado ponto uma extensa linha de entalhes feitos na rocha para introduzir as cunhas destinadas à separação de outros blocos.

A descoberta de este bloco com os dois sarcófagos, certamente inacabados em resultado de inesperadas fracturas que já não permitiriam finalizar a obra em condições, mostra, como Jorge de Alarcão bem assinalou anos mais tarde, que boa parte do trabalho era feito no próprio local¹.

Naturalmente que, no prosseguimento da visita, procurei informar-me sobre outros materiais que tivessem sido encontrados no local da descoberta ou nas suas vizinhanças. Verifiquei que no próprio Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, instalado no castelo de Vila Viçosa, existiam peças dadas como provenientes da zona de Pardais: um fuste de coluna, uma base e um capitel; um fragmento de placa de revestimento; e numerosos bocados de um único pavimento de mosaico bicromo cuja composição não oferecia dúvidas. Às faixas brancas de ligação seguia-se uma moldura de peltas com as pontas viradas para o interior e duas faixas negras, enquadrando um padrão contínuo de círculos secantes determinando flores de quatro pétalas, com pequenos trevos ao centro, como motivo de enchimento. Todos estes materiais teriam sido encontrados há cerca de vinte anos, segundo informação verbal dada na altura. Mas, como também me fora dito que numa casa de Pardais existiam outros fragmentos do mosaico acima referido, decidi ir confirmar essa notícia, que era efectivamente exacta. Na Courela da Fonte da Moura, na freguesia de Pardais, a casa térrea do Sr. Joaquim José Gracias, tinha um degrau corrido ao longo de toda a fachada que devia ser único no país (Fig. 4)! Era todo pavimentado com fragmentos de mosaico romano, indubitavelmente do mesmo pavimento a que pertenciam os outros recolhidos no castelo de Vila Viçosa. A parte superior de um pequeno murete junto à entrada também fora decorada da mesma forma. Todos os arqueólogos estão habituados a ver materiais romanos reutilizados das mais diversas maneiras. Mas creio que,

¹ ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, pp. 135-136

com a natural excepção de colunas e capitéis, raras serão as vezes em que mantêm a função para que foram criados².

Informou-me o proprietário da casa que esse mosaico e muitos outros materiais, incluindo moedas, haviam sido encontrados há anos nas vizinhanças da sua casa, também em consequência de exploração de pedreiras, e que bastantes coisas tinham sido levadas para Lisboa pelo engenheiro estrangeiro que orientava a exploração.

Suponho que seria a esta estação que se referiria o Prof. Manuel Heleno, em 1937, em comunicação apresentada ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, considerando-a como uma villa «com uma sala pavimentada de mosaico de desenho geométrico, canalização de chumbo, colunas de mármore, materiais de construção, espalhados numa área de cerca de um hectare»³.

No parecer que apresentei à Junta Nacional da Educação, em 24 de Março de 1966, propuz, entre outras coisas, que se estudassem com a Fundação da Casa de Bragança as possibilidades de aquisição dos fragmentos de mosaico na posse de Joaquim José Gracias e, se esta se conseguisse, o restauro do pavimento por pessoal especializado e a sua condigna instalação no Museu-Biblioteca. Em 27 de Junho de 1966 o Sr. Gualdino Borrões informava-me que os fragmentos de mosaicos vistos na casa de Joaquim José Gracias já se encontravam expostos no castelo de Vila Viçosa, e que, com eles tinham dado entrada também «uma coluna e uma base de moinho, tudo em mármore, que andavam dispersas pelo terreno junto do local donde o mosaico, há anos, havia sido desenterrado». Não sei se o pavimento já terá sido objecto de trabalhos de conservação, mas, pelo menos, está seguramente mais protegido.

² Um outro caso, também do Alto-Alentejo, é o de um capitel romano que, embora coberto por sucessivas camadas de cal, mantém (pelo menos em 1955 mantinha) a sua original função estrutural e decorativa, numa casa rural da Quinta do Deão, em S. Salvador da Aramenha.

³ *O Arqueólogo Português*, nova série, II. Lisboa, 1953, p. 293.

A ORDEM DO TEMPLO E A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DO SÉCULO XII

Mário Jorge BARROCA

As Ordens Militares desempenharam, ao longo dos primeiros tempos da Nacionalidade, um papel de crucial importância não só no alargamento do território português mas também na sua defesa. O protagonismo dos freires-cavaleiros não se circunscreveu apenas à conquista de parcelas de território mais ou menos vastas, na sua maioria localizadas a Sul do rio Tejo, mas também se alargou, e de forma significativa, à defesa do território já anteriormente incorporado no âmbito nacional e ao incremento de políticas de povoamento e de desenvolvimento económico. Efectivamente, são vários os espaços de fronteira que foram, em diferentes momentos, confiados às Ordens Militares para que elas organizassem o seu repovoamento e defesa. Ora, essas doações régias de espaços de fronteira podem, quase sempre, ser entendidas em duas dimensões. Por um lado, elas traduzem o reconhecimento régio do papel desempenhado por elementos dessas Ordens em determinados momentos da Reconquista, constituindo uma forma de recompensar feitos de armas. Mas, por outro lado, elas também podem ser entendidas como reflexo da confiança que a Coroa depositava nessas Ordens para resolver, eficazmente, os problemas de colonização e de defesa da integridade do território, problemas particularmente ingratos e difíceis nessas zonas de fronteira. Ou seja, as amplas doações régias com que as Ordens Militares foram contempladas na segunda metade do século XII e na centúria seguinte espelham, indirectamente, o facto de elas serem, na sua época, as organizações detentoras dos mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações. Assim, poderíamos dizer que a prosperidade económica das Ordens Militares, com o impressionante conjunto patrimonial que conseguiram reunir, pode ser considerada um reflexo do seu vanguardismo militar. Já muito se escreveu sobre as Ordens Militares e a sua importância na nossa Idade Média, mas cremos que até hoje ninguém perspectivou o sucesso económico e fundiário das Ordens Militares nesta dimensão. E, no entanto, parece bem claro que os momentos de significativo aumento do património das Ordens – sobretudo quando esse património recém-adquirido é de proveniência régia e anterior aos meados do

séc. XIII – se encontram intimamente relacionados com os momentos em que essas Ordens estiveram na vanguarda dos conhecimentos militares e assinaram as principais páginas da sua história militar¹. Mas há outras dimensões, que não são de menor importância (sobretudo se tivermos em mente que estamos a lidar com instituições de *cariz militar*), mas que a nossa Historiografia não tem explorado convenientemente. Por exemplo, determinar se essas organizações eram ou não detentoras dos mais avançados conhecimentos militares na sua época e, se sim, quais são os testemunhos arquitectónicos sobreviventes nos seus castelos que podem, de alguma forma, reflectir essa dimensão de vanguarda. Ou, por outro lado, determinar quais as inovações que foram introduzidas na nossa arquitectura militar pelas Ordens Militares. Numa outra dimensão, e no que respeita às Ordens Militares de origem não-peninsular – caso dos Templários e Hospitalários –, falta ainda determinar quais as influências que a arquitectura militar da Terra Santa, cenário das Cruzadas, exerceu na arquitectura militar da Península Ibérica. Estes problemas, que são estruturais para se compreender o papel militar das Ordens, têm sido tão pouco afluídos na nossa Historiografia que quase nos atreveríamos a dizer que o lado militar das Ordens tem sido descurado face à importância económica e política que essas instituições vieram a adquirir. Nas linhas que se seguem procuraremos demonstrar estas ideias com o exemplo, para nós paradigmático, da Ordem do Templo e do seu itinerário em Portugal. Começaremos por traçar, em linhas gerais, os principais momentos históricos da afirmação dos Templários ao longo do Século XII para depois avançarmos para a análise das estruturas castelares e testarmos os vectores acima enunciados.

1. O PERCURSO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL NO SÉCULO XII

Fundada em 1118 ou 1119 em Jerusalém por Hugues de Payens, Godefroy de Saint-Omer e outros cavaleiros franceses, com a protecção do Rei de Jerusalém, Balduíno II, a Ordem do Templo encontra-se documentada em Portugal uma década depois. Na realidade, o primeiro testemunho da presença dos Templários em Portugal remonta a 19 de Março de 1128, quando D. Teresa lhes doa o Castelo de Soure – «... *meorum castello scilicet quod Saurium vocatur ...*» – com seu termo (DMP, DR I, doc. 79)². Portanto, os primeiros testemunhos da presença dos Templários em Portugal são sensivelmente contemporâneos de um momento-chave da história da Ordem, quando o Concílio de Troyes promulgou, em Janeiro de 1128, a Regra da Ordem, um texto redigido por S. Bernardo no ano precedente. Coincidindo com o Concílio, Hugues de Payens desloca-se à Europa, em 1127-1128, para recolher apoios mais explícitos à sua causa. É neste ambiente que devemos perspectivar a doação de D. Teresa. O diploma de doação do Castelo de Soure e seu termo não define de forma explícita os limites deste espaço encravado entre os territórios de Montemor-o-Velho e de Coimbra, uma zona fulcral para a defesa desta cidade já que permitia o controle dos acessos a Sul. Tratava-se, de resto, de um espaço com uma importância estratégica crescente, que saiu amplamente reforçada quando D. Afonso Henriques se fixou em

¹ A própria geografia dos bens de cada Ordem Militar espelha o momento em que essas Ordens tiveram o seu protagonismo principal. Vd., entre outros, Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 64-65.

² Existe um projecto de uma ampla doação à Ordem do Templo, de que eram protagonistas D. Teresa, o Conde galego D. Fernão Peres de Trava e outros nobres, que incluía a doação de Fonte Arcada (Penafiel) entre numerosos outros bens, e que para Carl Erdmann não terá saído do limiar das intenções (cf. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 33). No entanto, e como Rui de Azevedo sublinhou, as Inquirições de 1258 registam que Fonte Arcada era da Ordem do Templo e que tinha sido doada por D. Teresa (cf. Rui de Azevedo in DMP, DR I, tomo 2, p. 593; PMH, Inq., p. 579), o que parece indicar que o projecto de doação terá sido realmente executado. O documento de D. Teresa não tem data expressa, tendo Rui de Azevedo fixado a datação crítica em [1128] (cf. DMP, DR I, doc. 77). Assim, este deve ser colocado lado a lado com a doação do Castelo de Soure como um dos mais antigos testemunhos da presença dos Templários em terras portuguesas.

Coimbra, a partir de 1131, convertendo esta cidade em «capital» do reino. A ausência de uma clara delimitação do espaço doado estaria na origem de um apócrifo, forjado no Séc. XIII, com a pretensa data de 29 de Março de 1128, que esclarecia os limites do território doado (DMP, DR I, doc. 80)³. A doação de Soure de 19 de Março de 1128 seria «confirmada» por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130], quando o Infante outorga aos representantes da Ordem do Templo diploma com conteúdo semelhante ao de D. Teresa, entregando-lhes o «... *castellum nomine Saurium* ...» que «... *habet iacenciam in extrematura territorio Colimbriensis discurrente aqua Mondego* ...» (DMP, DR I, doc. 96)⁴. A doação de Soure aos Templários não pode deixar de ser enquadrada nos difíceis momentos que a zona do vale do Mondego atravessava, depois da investida almorávida de 1116, que levou à conquista e destruição de Miranda do Corvo e do Castelo de St^a Eulália (junto a Montemor-o-Velho)⁵. Como se sabe, as notícias da aproximação do exército muçulmano tinham levado a população de Soure a recolher-se na cidade de Coimbra, não sem antes incendiar a vila e o castelo de Soure, destruindo meios de subsistência e inviabilizando a utilização desse ponto para a fixação do exército inimigo. Depois dos dramáticos eventos de 1116 a vila e o Castelo de Soure deviam necessitar de urgente repovoamento e de obras de reconstrução. Esta situação levou D. Teresa a doar o castelo ao Conde Fernão Peres de Trava em 3 de Novembro de 1122, no mesmo diploma em que trocou com este nobre o Castelo de Coja pelo de St^a Eulália e pela *villa* de Quiaios (DMP, DR I, doc. 63). No ano seguinte, em 1123, o Bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais, entregava a Igreja de Soure aos presbíteros Martinho e Mendo Arias, para que estes a reconstruíssem, revelando-nos que o templo ainda estava destruído, certamente consequência dos eventos de 1116: «... *ecclesiam qui ibi jacebat destructa* ...» (LP, doc. 241). No entanto, ao contrário do que terá sucedido com os dois irmãos Martinho e Mendo Arias, que se empenharam decididamente na reconstrução do templo de Soure, restaurando a vida religiosa, a actuação do nobre galego não terá, aparentemente, surtido os efeitos desejados ao nível das estruturas defensivas e, seis anos depois da doação, em 1128, o castelo de Soure continuava a carecer de uma actuação mais decidida. É, pois, neste panorama que deve ser enquadrada a entrega de Soure aos Templários. Assim, o que era doado aos Templários em Março de 1128 não era um castelo e território «apetecíveis» mas, pelo contrário, uma área destruída por eventos de um passado recente, mal povoada e com carência de estruturas defensivas. O que se lhes pedia era, portanto, tarefa ingrata, em zona instável e de fronteira.

As doações de Soure e seu termo por D. Teresa e, pouco depois, por D. Afonso Henriques ficariam, durante muitos anos, como as únicas manifestações conhecidas da simpatia régia pela Ordem do Templo. Na realidade, depois destes dois diplomas os Templários atravessariam um período relativamente obscuro, que se prolongaria por década e meia, durante o qual pouco ou nada se conhece de concreto em relação à sua actividade no reino. A situação apenas começou a mudar a partir de 1143-1144, depois de uma possível reforma na organização interna do ramo português da Ordem, que se veio a traduzir num maior empenho e protagonismo dos Templários.

³ Sobre este apócrifo, que procura veicular à doação original um território que terá de ser posterior às conquistas de Santarém e Lisboa, de 1147, vd. a nota crítica de Torquato de Sousa Soares in Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. III, Lisboa, 1946, Nota XLI, p. 355. Vd. tb. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 32, nota 1 e Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, 1935, p. 65, nota 2.

⁴ É significativo que D. Afonso Henriques tenha preferido fazer doação de teor semelhante em vez de confirmar o diploma de sua mãe, D. Teresa, outorgado um ano antes.

⁵ Sobre o Castelo de St^a Eulália veja-se Pedro A. de Azevedo, «O Castelo de Santa Eulália», *O Archeólogo Portuguez*, 1^a Série, vol. XIII, Lisboa, 1908, pp. 67-75. Os eventos que se abateram em 1116 sobre este Castelo encontram-se memorizados no *Chronicon Conimbricense*, no *Chronicon Gothorum* e no *Chronicon Lamecense* – cf. PMH, Scriptores, pp. 2, 11 e 20; Pedro A. de Azevedo, op cit., p. 67.

rios⁶. É a partir de então que começa a surgir, ao lado das referências aos Freires, a menção do *Procurador* dos Templários, cargo que teria como primeiro titular Hugo de Martônio ou Martoniense, que se documenta entre nós desde 1143⁷ e 1147⁸, até pelo menos ao ano de 1154⁹ ou 1155¹⁰. Em 1144, um ano depois da primeira referência ao Procurador, os Templários assinam um dos seus primeiros feitos de armas conhecidos entre nós, ao defenderem Soure de uma nova incursão muçulmana, comandada pelo Vazir de Santarém. Não evitariam, no entanto, que as forças muçulmanas retirassem com diversos prisioneiros, entre os quais se contava o próprio Martinho de Soure que morreria no cativeiro, granjeando assim a fama de santo¹¹. No ano seguinte, em 10 de Junho de 1145, os Templários receberiam o Castelo de Longroiva das mãos de D. Fernão Mendes de Bragança e de sua mulher, D. Sancha Henriques, filha do Conde D. Henrique e irmã de D. Afonso Henriques: «... *facio caritam testamenti et firmitatis illis Militibus qui Templo Jerusalem Deo serviunt, de Castello meo quod populavi in Extrematura: et illud castellum vocatur Langrovia, habetque jecentiam in Territorio Bracharensi Metropoli, inter illud Castellum que vocatur Nomam et aliud quod dicitur Marialba, et fluvium qui vocatur Coa ...*»¹². A doação do Castelo de Longroiva deve ter sido acompanhada, sensivelmente na mesma altura, pela entrega dos Castelos de Penas Róias e de Mogadouro, ambos em Trás-os-Montes. Não conhecemos a data exacta da doação destes dois castelos mas sabemos que também terá sido iniciativa de D. Fernão Mendes de Bragança, como se regista nas Inquirições de 1258: «... *Pena Roya fuit Domnj Regis ... quod Domnus Fernandus Menendi dedit eam ordinj Templi quando tenebat Terram de manu Domni Regis ...*» e «... *Mugadoyro fuit Domni Regis ... Domnus Fernandus Menendi dedit eam Ordinj Templi quando tenebat Terram ...*» (PMH, Inq., p. 1279). Sabemos que D. Fernão Mendes de Bragança deteve a tenência da Terra de Bragança pelo menos entre 8 de Julho de 1128 e 29 de Julho de 1145¹³. Deste modo, e a acreditar no testemunho recolhido pelos Inquiridores dos meados do Séc. XIII, a doação terá de ser forçosamente anterior a Julho de 1145, e não cremos que possa ser muito recuada em relação a este ano. Efectivamente, não parece muito lógico que aquele nobre, logo no início do seu governo à frente da Terra de Bragança, decidisse alienar parte do património que o Rei lhe confiara. Pelo contrário, parece mais lógico que tenha tomado essa medida no fim da sua vida, quando sentia que já pouco tempo lhe restava. Assim, julgamos que as doações de Penas Róias e Mogadouro terão ocorrido próximo de 1145, sendo sensivelmente contemporâneas da doação do castelo de Longroiva. A posse de Penas Róias e Mogadouro pela Ordem do Templo seria objecto de negociações ao aproximar-se o fim do século, tendo a coroa estabelecido dois escambos para voltar a ter na sua posse esses bens transmontanos. Na realidade, D.

⁶ Cf. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, 1945, p. 294, nota 1.

⁷ Cf. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 36.

⁸ Cf. DMP, DR I, doc. 221.

⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, pp. 212-216, Insc. nº 98, Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.

¹⁰ Vd. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, vol. II, s.v. «Tempreiros», Porto, 1966, p. 587-589, que refere D. Hugo de Martônio envolvido na venda de uma propriedade na Terra de Santa Maria em 1155.

¹¹ Cf. PMH, *Scriptores*, p. 62; Henrique Barrilero Ruas, «A Vida de Martinho de Soure como fonte para a História das Instituições Eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, p. 249.

¹² Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, vol. II, Porto, 1966, s.v. «Tempreiros», p. 587; vd. tb. Rui de Azevedo, «Riba-Coa sob domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques ...», *Anais (da A.P.H.)*, IIª Série, vol. 12, Lisboa, 1962, p. 259; M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II, Lamego, 1979, p. 252.

¹³ Cf. respectivamente DMP, DR I, doc. 91 e DMP, DR I, doc. 210; vd. tb. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Diss. de Doutoramento, vol. II, Coimbra, 1992, p. 1010.

Sancho I doou Idanha-a-Velha e seu termo à Ordem do Templo em 23 de Janeiro de 1197 em reconhecimento de serviços prestados pela Ordem e em troca dos Castelos de Penas Róias e de Mogadouro (DS, doc. 100). E, dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199 o mesmo monarca entregaria a ampla herdade de Açafa (hoje Ródão) em troca das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro (DS, doc. 117). Apesar de se tratar de castelos régios, como se sublinha nas Inquirições de 1258, a entrega dos castelos de Longroiva, Penas Róias e Mogadouro aos Templários foi resultado da iniciativa de um nobre – do *tenens* da Terra de Bragança. No entanto, estas doações não deixam de estar muito próximas da esfera régia já que, como vimos, o outorgante era cunhado do rei.

O ano de 1147 representa um momento de viragem decisiva para os Templários em Portugal. Em 15 de Março desse ano os Freires participam ao lado de D. Afonso Henriques na conquista de Santarém, no que é a primeira acção de armas dos freires ao lado do rei. O monarca, em reconhecimento pelo contributo prestado, assinaria a polémica doação do Eclesiástico de Santarém em favor da Ordem (DMP, DR I, doc. 221, de Abril de 1147¹⁴). A doação seria recebida por Hugo Martoniense, Procurador dos Templários, e daria origem, poucos meses depois, a uma acesa e prolongada disputa. Na realidade, depois da tomada de Lisboa, em Outubro de 1147, e da restauração da sua Diocese, os direitos eclesiásticos de Santarém seriam reclamados pelo novo Bispo lisiponense, Gilberto de Hastings. A disputa prolongou-se por mais de uma década, tendo sido apenas resolvida em Fevereiro de 1159¹⁵. Como já tivemos oportunidade de defender em outro estudo, a inscrição da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, que apresenta o ano de 1154 como data expressa, deve ter sido realizada pouco depois desse ano, talvez depois de 1158 (uma vez que os seus dois intervenientes – Hugo de Martónio e Pedro Arnaldo – já tinham falecido, pedindo-se paz pelas suas almas), mas deve ser anterior ao acordo de Fevereiro de 1159, espelhando ainda o interesse dos Templários pelos direitos eclesiásticos de Santarém¹⁶.

¹⁴ Tb. publicado em *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, Doc. 2.

¹⁵ A resolução da questão do Eclesiástico de Santarém ficou assinalada em dois diplomas de Fevereiro de 1159: a célebre doação régia do Castelo de Ceras, com seu vasto território, aos Templários como sinal do reconhecimento do Rei pelo acordo alcançado entre a Ordem e o Bispo de Lisboa (DMP, DR I, doc. 271; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4); e uma carta do Bispo de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, em que este cede à Ordem do Templo a Igreja de Santiago, em Santarém, com seu território paroquial, e em que reconhece aos Templários a posse de todas as Igrejas que viessem a edificar no amplo território que o monarca lhes doava em torno do castelo de Ceras (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 3). É neste último diploma que se fundamenta o facto de Tomar ser território *nul-lius Diocesis*. O conteúdo dos diplomas de Fevereiro de 1159 seria confirmado pela Bula *Justis petentium desideris*, do Papa Adriano IV, datada de 12 de Junho de 1159, que concedia aos Templários a faculdade de erguerem igrejas na *terra de Ceras* sem a obrigação de pagar tributos ao Bispo de Lisboa (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 5) e pela Bula *Ea que pro bono Pacis*, do mesmo Papa, assinada três dias mais tarde, em 15 de Junho de 1159, confirmando o acordo estabelecido entre os Templários e o Bispo de Lisboa (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 6). A primeira bula de Adriano IV seria confirmada por bula do mesmo nome do Papa Alexandre III assinada em 27 de Junho de [1168-1169] (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 8). A isenção de direitos episcopais das Igrejas de Tomar seria ainda objecto da Bula *Te Filii Magister*, de Inocêncio III, de 31 de Maio de 1216 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 19), e da Bula *Quoniam Labentium Temporum*, de Honório III, de 30 de Janeiro de 1217 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 22). Sobre os direitos dos Templários sobre a Igreja de Santiago, em Santarém, veja-se ainda a Bula de Alexandre IV de 31 de Março de 1257 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 53).

¹⁶ A inscrição da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém declara:

ANNO AB INCARNACIONE : DomiNI M . C . L . IIII . et AB URBE ISTA CAPTA . VII . REGNANTE DOMNO ALFONSO . REGE . COMITIS HEnRICI FILIO . et UXORE EIUS REGINA MAHALDA HEC ECCLESIA FUNDATA EST IN HONORE SanctE MARIE VIRGINIS et MATRIS XPI A MILITIBUS TENPLI IHEROSOLIMITANI . IUSSI MAGISTRI HUGONI . PETRO ARNALDI . EDIFICII CURAM GERENTE : ANIME EORUM REQUIESCANT IN PACE AMen.

Uma resenha das diferentes propostas de leitura e das principais referências a este letreiro encontra-se em Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 98, pp. 212-216. A datação crítica por nós proposta baseia-se no facto de os dois intervenientes referidos na inscrição, e pelos quais se pede descanso da alma, terem falecido depois de 1154-55 (D. Hugo de Martónio) e em 1158 (D. Pedro Arnaldes, que segundo Cordeiro de Sousa faleceu na conquista de Alcácer do Sal, a 24 de Junho). A inscrição de Santa Maria da Alcáçova de Santarém deverá, portanto, ser obra de [1158-1159] – cf. Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, pp. 215-216.

A década seguinte ficaria marcada por um acontecimento de suma importância para o percurso da Ordem do Templo em Portugal. Referimo-nos, obviamente, ao regresso de D. Gualdim Pais ao Reino, depois de ter permanecido por cinco anos no Próximo Oriente, onde participou, no quadro da II^a Cruzada (pregada por S. Bernardo em 1146), na tomada de Escalona (1153), no cerco de Antioquia e onde combateu as forças do Rei da Síria e do Sultão do Egipto. Logo depois do seu regresso D. Gualdim Pais seria conduzido ao posto cimeiro da organização, sendo nomeado Mestre da Ordem do Templo em Portugal¹⁷. A sua passagem pelo cargo máximo da Ordem ficaria associada ao momento de maior projecção dos Templários em Portugal. O primeiro testemunho que conhecemos depois do seu regresso a Portugal é a doação de D. Afonso Henriques de umas casas e terras em Sintra. Trata-se de um diploma não datado, que tem recebido a datação crítica de [1156-1157], e onde o monarca dá a «... tibi Magistro Gualdino cartam donationis et firmitudinis de domibus et hereditatibus cultis et incultis quas tibi tradidimus apud Sintriam pro beneplacito et fidei servitio quod nobis semper fecistis ...» (DMP, DR I, doc. 257). Pouco depois desta doação, em Julho de 1157, D. Afonso Henriques assinaria outro diploma, entregando oito moínhos dos açudes de Touvede e do Alviela aos Templários, ao mesmo tempo que lhes prometia a posse de todos os que a Ordem viesse aí a erguer (DMP, DR I, doc. 262). Por esta altura – cerca de 1156 – os Templários davam início à construção do Castelo de Pombal, que talvez possa ser considerado a primeira obra de vulto de iniciativa de D. Gualdim Pais¹⁸. Na realidade, a data da fundação desta fortificação, que tem andado envolvida em alguma polémica¹⁹, pode ser atribuída a esse ano. Efectivamente, quando em 1174 D. Gualdim Pais outorgou o primeiro Foral de Pombal, a data foi expressa na seguinte forma: «... Facta firmamenti karta a constructioni opidi Anno Decimo Octavo Mense Iunio Era Millesima Ducesima XII^a» (PMH, Leges, p. 399). A confiar nesta passagem, poderíamos dizer que o Castelo de Pombal teria sido fundado dezoito anos antes da atribuição do Foral, ou seja em 1156. Esta referência encontra confirmação indirecta em duas outras fontes documentais dessa centúria. A primeira referência – que é também a menos explícita – remonta a 1159, quando no Foral de Redinha se estipula que os foros devem ser pagos segundo o foro de Pombal («... per forum terrae Palumbarii ...») (PMH, Leges, p. 386). Esta passagem parece revelar que Pombal já existiria nesse ano, estando o seu espaço já estruturado

¹⁷ D. Gualdim Pais era filho de D. Paio Ramires (da linhagem dos Ramirões) e de D. Gontrude Soares (irmã de D. Paio Soares Correia, o Velho) (cf. LD, 15 D 4; LL, 56 F 5). Era irmão de D. Gomes Pais de Priscos, de D. Estevãinha Pais (que casou com D. Martim Anes de Riba de Vizela) e de D. Sancha Pais (que casou com D. Paio Gomes Gabere) (vd. LD, 26 A 3; LL, 56 C 4). As inscrições de 1171 declaram-no natural de Braga, sendo provável que fosse oriundo de Priscos, às portas de Braga, como parece sugerir o nome de seu irmão. Em Priscos concentrava-se parte dos bens de seu pai, e aqui detinha a Ordem do Templo dois casais e outros direitos (em 1220), que poderiam ter chegado à sua posse por doação de D. Gualdim Pais. Segundo a tradição teria sido armado cavaleiro em Ourique, em 1139 (Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, s.v. Tempreiros, vol. II, Porto, 1966, p. 590). Terá andado em cruzada no Próximo Oriente por 5 anos, portanto sensivelmente entre 1151/1152 e 1156/1157. Participou na conquista de Escalona, em 1153, e na defesa de Antioquia. Regressou a Portugal em 1156 ou 1157, sendo referido em diversos diplomas régios quer como beneficiário quer como testemunha. Sucedeu na orientação dos destinos da Ordem do Templo a D. Pedro Arnaldes que, segundo documento divulgado por Fr. Bernardo da Costa, é referido como Procurador do Templo em Abril de 1157, quando a Ordem do Templo adquire bens a D. Sancha Viegas e a seu filho Gonçalo Soares. D. Gualdim Pais faleceu em 13 de Outubro de 1195, como revela o seu epitáfio, que se conserva na Igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar, onde estava localizado o panteão dos Templários (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. n.º 203, pp. 430-434). Sucedeu-lhe D. Lopo Fernandes, que já se encontra referido na condição de Mestre do Templo em 23 de Janeiro de 1197 (DS, doc. 100). Sobre D. Gualdim Pais vd., entre outros, José Mattoso, *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, p. 215.

¹⁸ Mesmo que o castelo possa ter sido iniciado por D. Pedro Arnaldes – que algumas fontes, não isentas de dúvida, pretendem que ocupou o cargo de Procurador entre D. Hugo Martónio e D. Gualdim Pais – a obra de Pombal foi esmagadoramente devida a D. Gualdim Pais.

¹⁹ Alguns autores têm, inclusive, proclamado a ausência de dados seguros para a determinação da data de fundação deste castelo. Vd., por exemplo, Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, 1969, p. 140.

em *Terra*. No entanto, pode-se sempre argumentar que não há uma referência explícita à existência da fortificação. Mas a segunda fonte documental ajuda a dissipar as dúvidas. Numa Inquirição realizada em 1184-85 na cidade de Coimbra, o Presbítero Cipriano revelava que se lembrava de ter assistido ao povoamento de Ega, Redinha e Pombal uns oito anos depois da reconquista de Lisboa (Outubro de 1147), ou seja, cerca de 1155²⁰. O cruzamento destas três referências documentais parece ser suficiente para podermos dar por seguro que a construção do Castelo de Pombal, talvez a primeira grande iniciativa de D. Gualdim Pais, terá começado em 1156. Conclusões que são confirmadas por uma Bula de Urbano III, datada de 22 de Maio de 1187, que declara expressamente que o Castelo de Pombal fora um dos vários erguidos por iniciativa dos Templários, assegurando assim a paternidade da obra. Referimo-nos à bula *Cum pro Defensione*, pela qual o Papa Urbano III confirma as doações que D. Afonso Henriques, D. Teresa e seus vassallos tinham feito em diversas ocasiões à Ordem do Templo: «... *universas possessiones et redditus, quos de pia deliberatione et rationabili concessione bone memorie Anfossi quondam Portugalensium regis, matris et vassallorum suorum, videlicet terram desertam ex dono regis memorati in marchia Sarracenorum cum omnibus suis terminis, ubi oppidum fecistis, quod Plumbar nominatur, et oppidum Thomar cum omnibus suis terminis, oppidum Ozezer et oppidum Almoreor, Lacardica, Lapignera, domum de Efra, domum Sintre, domum de Lixiboni, cum omnibus pertinentiis suis, domum de Leerene, domum Rodni cum omnibus pertinentiis suis, domum de Sancto Ereno cum omnibus pertinentiis suis, terram desertam in loco qui dicitur Penna cum omnibus terminis suis, ubi oppidum ad illius terre custodiam construxistis, ex dono matris regis ipsius Soriam cum omnibus suis terminis, et domum de Ega et ex dono vassallorum duo oppida, Langoram scilicet et Mugadoram ...*»²¹. Esta Bula reporta-se aos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Almourol, Cardiga e *Lapignera* (?), e às casas de *Efra* (?), Sintra, Lisboa, Leiria, Redinha e Santarém, tudo bens que tinham chegado às mãos dos Templários por meio de iniciativas de D. Afonso Henriques, e ainda o castelo de Soure e as casas de Ega, doados por D. Teresa, e os castelos de Longroiva e Mogadouro doados por «vassallos» (que, como já vimos, resultaram de doações de D. Fernão Mendes de Bragança). A forma como o Papa se reporta a Pombal – «*oppidum fecistis quod Plumbar nominatur*» – é mais um argumento que nos assegura que a sua construção resultou de iniciativa dos Templários.

No final da década, em 1159, D. Gualdim Pais assinaria a Carta de Foral de Redinha (PMH, Leges, p. 386), o primeiro diploma do género que os Templários outorgariam para incentivo do povoamento das terras que lhes estavam confiadas. É possível que seja desse mesmo ano o Foral de Ferreira, que tem sido datado de 1156 (PMH, Leges, p. 385) e que parece lógico que seja algo posterior à doação de Ceras. Nesse mesmo ano, em Fevereiro de 1159, D. Afonso Henriques faria doação do Castelo de Ceras (freg. de Alviobeira, conc. de Tomar) com amplo território, em reconhecimento e recompensa pela cedência dos Templários na questão do Eclesiástico das Igrejas de Santarém (DMP, DR I, doc. 271; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4). Este diploma ocupa um lugar especial no itinerário da Ordem resolvendo uma contenda que se arrastava há mais de uma década. No diploma régio, D.

²⁰ Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, «O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal», *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983, p. 354; vd. tb. GEPB, s.v. «Pombal», vol. XXII, p. 331; Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 23.

²¹ Cf. Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, nº 118, pp. 334-335; ref. por Joaquim dos Santos Abranches, *Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez. I. Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, 1895, p. 5, nº 27; e por Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 24.

Afonso Henriques declara que «... do et concedo Deo et Militibus Templi illud castrum quod dicitur Cera pro ecclesijs ellis de Sanctarem quas eis prius dederam preter ecclesiam Sancti Iacobi ...» (DMP, DR I, doc. 271), definindo de seguida o amplo território doado. É possível que D. Gualdim Pais tivesse pensado, num primeiro momento, em restaurar o Castelo de Ceras, que lhe era confiado, mas por certo deve ter abandonado a ideia pouco depois, talvez mesmo sem que ela tenha tido qualquer repercussão no terreno. Na realidade, é pacífico que em Ceras existia um castelo anterior aos Templários, o «castrum quod dicitur Cera» já referido no diploma régio de Fevereiro de 1159, mas que devia estar abandonado, necessitando de obras de reconstrução. Os vestígios dessa velha fortificação ainda eram visíveis cerca de 1542, tendo sido registados pelo Dr. Pedro Álvares Seco: «... Per estas cartas [de D. Afonso Henriques] se mostra que ao tempo em que se fizerão as doações que se nelas conthem aa ordem do Templo, estava esta terra despovoada e nom avia em toda ella, das limitações das cartas a dentro, mais que o castello de Çera, que estaa abaixo das Vendas de Çeras, duas legoas desta villa de Tomar, em hum outeiro, junto da Ribeira de Çeras e de hua aldea que se chama dos Caluynos, que he casy em meo da limitação desta terra; e ora nom se vee delle mais que algus pedaços dos fundamentos ...»²². Mas Viterbo, em 1799, já teve dificuldade em encontrar testemunhos da existência desta fortificação²³. O projecto de restaurar o castelo de Ceras deve ter sido rapidamente abandonado já que um ano depois da doação de Ceras, logo em 1 de Março de 1160, D. Gualdim Pais dava início à construção do Castelo de Tomar, implantado escassos quilómetros a Sul, e que viria a ser a casa-mãe dos Templários em Portugal²⁴. Uma inquirição de 1317, citada por Rui de Azevedo, explica em parte os motivos desta mudança de estratégia ao declarar que os Templários desprezaram «o castro de Ceras para ir povoar Tomar por ser melhor cabeça e ter melhores águas»²⁵. Pouco depois de ter sido iniciada a construção do Castelo de Tomar, D. Gualdim Pais outorgaria em 1162 o primeiro Foral de Tomar, procurando atrair povoadores a essas paragens (PMH, Leges, pp. 388-389). Esse diploma reflecte o caracter de espaço de fronteira que Tomar continuava a desempenhar, 15 km a Norte do curso do Tejo, nomeadamente quando estabelece uma repartição das obrigações militares entre a população civil e os freires, determinando que metade do ano as atalaias fossem da responsabilidade dos Templários e na outra metade do ano asseguradas pelos habitantes civis de Tomar – «... atallias ponamus nos medietatem anni et vos medietatem ...». Mas o Foral de Tomar assegura-nos, ainda, que desde o início a estrutura militar programada pelos freires incluía não só o Castelo e a área conventual, reservada à Ordem – ou seja o que poderíamos designar a Alcáçova – mas também uma área residencial, urbana – uma Almedina. E, na realidade, desde relativamente cedo temos notícias documentais desse aglomerado urbano que se foi desenvolvendo à sombra do Castelo dos Templários, respondendo aos incentivos criados pelo foral de 1162²⁶. Alguns anos depois, em 30 de Novembro de 1165, D. Afonso Henriques voltava a distinguir os Templários com outra doação, entregando-lhes agora Idanha-a-Velha e

²² Cf. *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4, nota 1, pp. 10-11.

²³ Vd. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, s.v. «Tempreiros», vol. II, Porto, 1966, p. 591, onde se declara que do Castelo de Ceras «hoje nem o sitio se mostra com certeza». O topónimo Ceras preserva-se ainda hoje como nome de ribeira, afluente do Nabão.

²⁴ Uma inscrição, gravada no lintel da Porta da Torre de Menagem do Castelo de Tomar, memoriza esse momento – cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 104, pp. 230-234.

²⁵ Cf. Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 40.

²⁶ Quase ao mesmo tempo começavam a desenvolver-se dois importantes arrabaldes: o de S. Martinho, a Ocidente da Charola, destruído no Século XVI com o programa de alargamento das instalações conventuais, e o da Corredoura, no sopé do monte, onde actualmente se localiza a cidade de Tomar. Manuel Sílvio Alves Conde regista a existência destes arrabaldes desde 1178 (Corredoura) e 1187 (S. Martinho) – cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval – O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 84.

Monsanto, com um amplo território delimitado pelos rios Tejo, Elga e Zêzere (DMP, DR I, doc. 288). O monarca demonstrava, assim, que continuava a depositar confiança nos freires do Templo, entregando-lhes um vasto território no Leste do Reino, fazendo fronteira com o Tejo (a Sul) e o reino de Leão e Castela (a Leste). Quase a terminar a década de 60, D. Afonso Henriques assinava outro documento procurando, face à crescente ameaça representada pelas forças almohadas, motivar os Templários para a empresa da Reconquista. Em Setembro de 1169 fazia doação à Ordem do Templo da terça parte de todas as terras que os freires viessem a conquistar além-Tejo com a condição de que os seus rendimentos fossem utilizados em serviço de Deus e do Rei (DMP, DR I, doc. 295). No mês seguinte, em Outubro de 1169, D. Afonso Henriques confirmaria a posse do Castelo de Tomar pela Ordem do Templo, acrescentando em doação os castelos de Zêzere (conc. de Vila Nova da Barquinha) e da Cardiga (conc. da Golegã) (DMP, DR I, doc. 297; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 7). Julgamos que é possível que a confirmação da posse de Tomar esteja relacionada com o fim (ou a aproximação do termo) das obras do castelo de Tomar. Na realidade, há uma série de indícios que apontam para que a construção de Tomar tenha ocupado, de forma absorvente, os Templários durante uma década. Assim, a confirmação de Outubro de 1169 justificar-se-ia porque a obra estava quase terminada. O diploma de Outubro de 1169 especificava, ainda, os limites do território do Castelo de Zêzere, confinante com o território de Ceras/Tomar que estava na posse da Ordem há já uma década.

Como referimos, durante uma década – entre 1160 e 1170 – os Templários dedicaram todo o seu esforço ao Castelo de Tomar, desde logo concebido como arrojada estrutura fortificada, por certo já pensada para ser a sede militar da Ordem. Na realidade, não podemos deixar de sublinhar que entre 1160 e 1171 não se conhecem testemunhos seguros do empenho dos Templários em outras obras de fortificação. Pelo contrário, terminada a década de sessenta, inaugura-se um período de grande actividade construtiva e reformadora nos diversos castelos dos Templários, o que parece revelar que, depois de concluído o castelo de Tomar, os Templários terão considerado que era chegado o momento de dar atenção às outras estruturas que estavam na sua posse, reformulando e actualizando os sistemas defensivos. É nesse movimento que se devem enquadrar as obras de reforma que promovem nos castelos de Pombal (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), bem como a construção, de raiz, do Castelo de Almourol (1171), tudo obras testemunhadas por epígrafes²⁷. No entanto, as inscrições de Pombal e de Almourol, de 1171, referem na parte final dos seus textos que D. Gualdim Pais fora responsável pela construção dos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Almourol, *Cardiga*, *Idanha-a-Velha* e *Monsanto*, alargando assim o leque das estruturas castelares onde o Mestre e os Templários intervieram. Este movimento de reforma de estruturas castelares seria acompanhado pela outorga de cartas de foral a diversas localidades como forma de incrementar o povoamento. Assim, ao longo do ano de 1174 D. Gualdim Pais assinaria o Foral de Pombal (PMH, Leges, pp. 398-399), o Foral do Castelo de Zêzere (PMH, Leges, pp. 403-404) e o segundo Foral de Tomar, uma carta que completava o diploma anterior, de 1162, clarificando as disposições penais (PMH, Leges, pp. 399-401). Dois anos depois, em 1176, o Mestre dos Templários assinaria o segundo foral de Pombal onde, à semelhança do que se passara com Tomar, eram discriminadas as penas (PMH, Leges, pp. 404-405). Deste modo, podemos afirmar que o novo interesse que os Templários começaram a reservar às diversas povoações que lhes estavam confiadas não pas-

²⁷ Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 136 (Pombal, 1171), nº 137 (Almourol, 1171), nº 138 (Almourol, 1171), nº 142 (Penas Róias, 1172-?), nº 148 (Longroiva, 1174). A inscrição de Pombal (que hoje se conserva no Convento de Cristo, em Tomar) e as de Almourol (Insc. nºs 136 e 137) constituem das mais por menorizadas notícias para a biografia de D. Gualdim Pais.

sou apenas pela reforma da arquitectura dos seus castelos mas contemplou igualmente, nas zonas onde isso era necessário, a reforma do suporte legal e administrativo, criando novos incentivos para o povoamento.

A segunda metade da década de 70 e a década de 80 constituíram novo período relativamente obscuro para a Ordem do Templo, onde os dados documentais conhecidos são escassos. No entanto, não parece que a morte de D. Afonso Henriques tenha representado uma ruptura nas relações entre os Templários e a Coroa, nem sequer uma quebra da sua influência, uma vez que D. Gualdim Pais continua a testemunhar alguns documentos régios, embora num volume aparentemente pouco expressivo²⁸. No entanto, logo em 1190 voltamos a encontrar notícias. Na realidade, uma inscrição que se conserva hoje no Convento de Cristo, em Tomar, deslocada do seu local de origem e embutida na escada de acesso ao Mosteiro, memoriza os trágicos eventos vividos pelos Templários e pelos habitantes de Tomar em 5 de Julho de 1190, quando se viram cercados pelo poderoso exército almohada de Abu Yaqub al-Mansur. O cerco demorou seis dias e resultou em ampla destruição na zona extra-muros. No entanto, a fortificação passou a prova, resistindo. A inscrição de 1190 transcreve, no início, o texto da primeira inscrição de Tomar, memorizando a fundação do Castelo em 1 de Março de 1160, acrescentando depois a notícia do cerco almohada de 1190, empolando o número de forças sitiadas como forma de reforçar o aspecto heróico da resistência dos Templários:

E(ra) : M : C : LX' : VIII : REGNANTE : ALFONSO : ILLUSTRISIMO REGE PORTUGALIS :
MAGISTER GALDINUS : PORTUGALENSI : UM [Sic] : MILITUM : TEMPLI : CUM FRATRIBUS
SUIS PRIMO : DIE : MARCII : CEPIT : EDIFICARE : HOC : CASTELLUM : NOMINE : THOMAR :
QUOD : PREFATUS : REX : OBTULIT : DEO : ET : MILITIBUS : TEMPLI : E(ra) : M : CC : XX :
VIII : III : NONAS : IULII : VENIT : REX : DE : MAR(r)OQ(u)IS : DUCENS : CCC : MILIA :
EQ(u)ITUM : ET : QUINGENTA : MILIA : PEDITUM : ET OBSEDI : CASTRUM ISTUD : PER :
SEX : DIES : ET : DELEVIT : QUANTUM : EXTRA : MURUM : INVENIT : CASTELLUM : ET :
PREFATUS : MAGISTER : CUM FRATRIBUS : SUIS : LIBERAVIT : DEUS : DE : MANIBUS :
SUIS : IPSE : REX REMEAVIT : IN PATRIA : SUA : CUM : INNUMERABILI DETRIMENTO :
HOMINUM : ET : BESTIARUM :²⁹.

O cerco almohada de 1190 não teve apenas consequências nefastas em Tomar, tendo atingido quase toda a Estremadura portuguesa. Efectivamente, a invasão almohada traduziu-se ainda na conquista de Torres Novas, que foi incendiada e saqueada depois de resistir durante dez dias ao cerco do exército de Abu Yaqub al-Mansur³⁰.

²⁸ Vd. DS, doc. 9, de Maio de 1186; DS, doc. 87, de [1186-1195]; DMP, DR I, doc. 348 = DS, doc. 43, de 1189. Sublinhemos, no entanto, que o valor relativo destes documentos deve ser equacionado não em termos globais (onde efectivamente o parco volume de documentos revela que D. Gualdim Pais não seria das visitas mais regulares da corte régia) mas ponderando o panorama desenhado ao longo da segunda metade do reinado de D. Afonso Henriques, de 1156 até 1185. Ora também aqui a presença de D. Gualdim Pais não fora particularmente numerosa. Na realidade, se exceptuarmos os diplomas que lhe dizem directamente respeito (ou seja, aqueles em que é beneficiário directo), D. Gualdim Pais apenas testemunhou ou confirmou três diplomas de D. Afonso Henriques: DMP, DR I, doc. 289, de 28 de Abril de 1166; DMP, DR I, doc. 304 = PMH, Leges, p. 396, de Março de 1170; DMP, DR I, doc. 320, de Fevereiro de 1174. Deste modo, parece legítimo dizer que D. Gualdim Pais nunca terá sido um frequentador muito assíduo da corte régia, nem durante o reinado de D. Afonso Henriques nem no de seu filho Sancho I, preferindo pelo contrário acompanhar os seus *milites*.

²⁹ Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 188, pp. 399-405 (onde se apresenta uma resenha das diversas leituras conhecidas para este letrado e respectivo comentário).

³⁰ Cf. Ambrósio Huici Miranda, «Las campañas de Ya'qub Al-Mansur en 1190 y 1191», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, p. 63. Sobre a campanha de Abu Yaqub al-Mansur, de 1190, e para além do contributo decisivo de Huici Miranda, veja-se ainda A. Herculano, *História de Portugal*, ed. crítica de José Mattoso, vol. II, pp. 71-79; Damião Peres, *História de Portugal*, vol. II, Barcelos, 1928, p. 143; Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, 1939-44, p. 11 e ss.; José Mattoso, *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 95-97; e o relato árabe em António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Lisboa, 1973, pp. 311-315.

Em 1190 D. Gualdim Pais era pessoa já idosa, com pelo menos cerca de 70 anos. Efectivamente, se confiarmos na tradição que nos diz que foi armado cavaleiro em Ourique (1139)³¹, D. Gualdim Pais teria nascido cerca de 1118/1120, pelo que contaria então com perto de 70 anos. Na realidade, pouco mais tempo de vida lhe restava, vindo a falecer cinco anos depois do cerco almohada, em 13 de Outubro de 1195, como esclarece o seu epitáfio, que se conserva em St^a Maria dos Olivais, em Tomar:

+ : OBIIT : FRATER : GUALDINUS : MAGISTER : MILITUM : TEMPLI : PORTUGALIE : Era : M^a :
CC^a : XXX^a : III^a : III^a : IDUS : OCTOB(r)IS : HIC : CASTRUM : TOMARIS : CUM : MULTIS :
ALIIS : POPULAVIT : REQUIESCAT : In PACE : AMen :³².

Na condução dos destinos da Ordem do Templo sucedeu-lhe D. Lopo Fernandes, que já se encontra investido na qualidade de Mestre dos Templários em 23 de Janeiro de 1197: «... vobis Magistro Domno Lopo et universis fratribus Milicie Templi ...» (DS, doc. 100). Mesmo que D. Lopo tenha sido nomeado Mestre pouco depois da morte de D. Gualdim Pais, ainda no final do ano de 1195, não esteve à frente da Ordem do Templo mais de cinco anos. Na realidade, é ele quem recebe, das mãos de D. Sancho I, as duas importantes doações para a Ordem do Templo, selando os acordos de transferência da soberania de Penas Róias e Mogadouro para a esfera régia: a doação de Idanha-a-Velha e seus termos (em troca dos castelos de Penas Róias e Mogadouro – DS, doc. 100, de 23 de Janeiro de 1197), e a doação da herdade de Açafa, junto da margem Norte do Tejo (que corresponde hoje a Vila Velha de Ródão), com seu vastíssimo termo (em troca das igrejas de Penas Róias e Mogadouro – DS, doc. 117, de 5 de Julho de 1199). No entanto, segundo os *Annales Portucalenses Veteres*, na primeira versão longa do Livro das Eras de St^a Cruz de Coimbra, D. Lopo Fernandes teria falecido no cerco de Ciudad Rodrigo em 6 de Fevereiro de 1198 [Sic]: «VIII idus Februarii mortuus fuit magister Domnus Loppus in Civitate Roderico. Era M^a CC^a XXX^a VI^a. Eodem die, mortuus fuit Nunus Fafiz cum eo.»³³. Ora, de acordo com o que nos revela o documento de 5 de Julho de 1199 (DS, doc. 117), onde D. Lopo Fernandes ainda é referido como vivo, é impossível que tenha falecido em 6 de Fevereiro de 1198, como pretende o registo analístico crúzio. E, se o dia e mês estiverem correctos, nem sequer poderá ser em 1199, mas sempre posterior a este ano. Ao certo, apenas podemos dizer que deve ter falecido próximo da viragem de centúria, e que em 23 de Janeiro de 1206 já a Ordem do Templo era governada por D. Fernando Dias (cf. DS, doc. 162). Este também não permaneceria muito tempo à frente dos destinos dos Templários, pois em Setembro de 1208 já a Ordem conhecia o novo Mestre, D. Gomes Ramires (cf. DS, doc. 239), que viria a falecer em 19 de Julho de 1212 (?), como nos revela o seu epitáfio que se conserva, em muito mau estado, na Igreja de St^a Maria dos Olivais³⁴.

³¹ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, s.v. *Tempreiros*, vol. II, Porto, 1966, p. 590.

³² Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1195, Insc. nº 203, pp. 430-434.

³³ Cf. PMH, *Scriptores*, p. 3; António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 72.

³⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. nº 267, pp. 539-542. Se a leitura da data desta epigrafe está correcta, como julgamos, e se não houve engano do lapicida aquando da criação do letreiro, é impossível que D. Gomes Ramires tenha falecido em consequência de ferimentos recebidos durante o cerco de Ubeda (que decorreu entre 20 e 22 de Julho de 1212), depois de ter participado na Batalha de Navas de Tolosa (16 de Julho de 1212), como se pretende nos *Annales Portucalenses Veteres*, onde se regista a sua morte no dia de Santiago (25 de Julho) do ano de 1212 (cf. PMH, *Scriptores*, p. 3; António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, pp. 72-73), e como pretendem diversos autores (cf., por exemplo, Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. IV, Lisboa, 1632, p. 72). Ganharia, pelo contrário, algum peso a possibilidade de ter falecido em consequência de ferimentos recebidos durante a própria Batalha de Navas de Tolosa, travada três dias antes da sua morte. D. Gomes Ramires foi, de resto, a pessoa a quem D. Afonso II confiou o comando das forças portuguesas que se deslocaram a Navas de Tolosa.

Como se pode verificar, o Mestrado de D. Gualdim Pais pode ser considerado o «período de ouro» dos Templários em Portugal. Na realidade, mais nenhum Mestre da Ordem do Templo conseguiu obter tanta projecção para a sua Ordem ou granjear tanto prestígio entre os seus Freires. O período que decorre entre a chegada de D. Gualdim Pais ao reino, em 1156, e o ano de 1175 foi, efectivamente, o momento-chave na afirmação da Ordem entre nós, e um período de acentuado dinamismo construtivo. Depois de 1175 os Templários parecem entrar em relativa decadência ou, pelo menos, revelam um menor protagonismo, entrando numa fase pautada por um prolongado e por vezes intrigante silêncio das fontes documentais (pelo menos nas emanadas do poder central). A ele pode não ser estranho o facto do Mestre ter já uma idade avançada. Mas também não podemos isolar esta tendência da conjuntura que se começava a desenhar, com a crescente «concorrência» que a Ordem do Templo começou a ter de enfrentar, quando os Hospitalários começaram a ganhar alguma projecção militar e quando surgem no panorama nacional as ordens militares de fundação peninsular (os Cavaleiros de Évora, futura Ordem de Avis, ramo português de Calatrava, e os Cavaleiros da Ordem de Santiago).

2. OS TEMPLÁRIOS E A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DO SÉCULO XII

Traçado, nas suas principais linhas de força, o percurso dos Templários no reino português ao longo do Século XII, é tempo de sondarmos alguns dos castelos que a Ordem deteve para procurar testar as ideias defendidas no início do presente estudo. Não o iremos fazer em relação a todas as estruturas com igual profundidade, já que isso tornaria este ensaio demasiado extenso, mas procuraremos focar os casos mais exemplares.

Como referimos, a primeira estrutura castelar a ser confiada aos Templários foi o Castelo de Soure, doado à Ordem por D. Teresa em 1128 e de novo por D. Afonso Henriques em [1129-1130]³⁵. O Castelo de Soure (Fig. 6) tem, desde há alguns anos, despertado a nossa atenção, tendo já sido objecto de reflexões em dois outros estudos³⁶. No entanto, julgamos estar longe de ter esgotado nessas curtas referências todas as lições que essa fortificação tem para nos dar. A reconquista de Soure não pode ser dissociada da reconquista definitiva de Coimbra, protagonizada por D. Sesnando e Fernando o Magno, em 1064. Desde então e pelo menos até 1147 o Castelo de Soure desempenhou um papel crucial na defesa de um dos acessos de Sul a Coimbra e a Montemor-o-Velho, nomeadamente no que respeita ao itinerário que se apoiava na antiga via romana Olisipo-Bracara³⁷. No entanto, devemos sublinhar que

³⁵ Sobre Soure, o seu castelo e os eventos históricos que o rodeiam veja-se Leontina Ventura, «Soure na sua História: Algumas Reflexões», *Locus*, nº 1, Coimbra, 1986, pp. 39-49; João Barbosa C. Figueiredo Castelo Branco, «Apontamentos à cerca da villa de Soure», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1849, pp. 45-59; José S. Martins Ferreira, «Apontamentos à cerca da muito antiga villa de Soure», *O Instituto*, vol. XIX, Coimbra, 1874, pp. 124-131 e vol. XX, Coimbra, 1875, pp. 28-36; S/A, s.v. «Soure», G.E.P.B., vol. XXIX, pp. 737-746; Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pp. 22-24; Augusto Santos Conceição, *Soure*, Coimbra, 1942, pp. 58 e ss.; Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, pp. 214-218; Henrique Barrilaro Ruas, «A Vida de Martinho de Soure como fonte para a História das Instituições Eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, pp. 233-256; D. Fernando de Almeida, «Pedras Visigóticas em Soure», *Ethnos*, vol. V, Lisboa, 1966, pp. 413-16; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 136-139; Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 31-34. Existe uma descrição do Castelo de Soure, datada de 1508, que nos revela uma estrutura em bastante melhor estado de conservação, com vários compartimentos, pisos e lareiras, embora a Torre de Menagem já estivesse derrubada (cf. Isabel Morgado, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura*, Soure, 1996, p. 9).

³⁶ Vd. Mário Jorge Barroca, «Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. I. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolo», *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 122-123; e Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 31-34.

³⁷ O acesso a Coimbra que passava pela Ladeia, mais interior, era defendido por outras fortificações, nomeadamente pelos castelos de Penela, Rabaçal e Miranda do Corvo. Sobre a passagem da via romana por Soure e sobre a sua importância na época romana, vd. Jorge

os primeiros testemunhos documentais conhecidos para Soure que revelam a presença de populações cristãs não são apenas posteriores a 1064. Já antes da reconquista definitiva de Coimbra se conhece a presença de moçárabes em Soure. Sabemos que nas primeiras décadas do Século XI aqui foi fundado um mosteiro, pelo presbítero João e seus irmãos Sesnando, Ordónio e Zalama, os mesmos que, em 4 de Setembro de 1043, decidiram doar essa estrutura ao Mosteiro da Vacariça (PMH, DC 327). Esta referência documental revela-se de particular importância para a compreensão e datação dos testemunhos mais antigos que se conservam no Castelo de Soure. Depois da reconquista definitiva pelas forças cristãs, na sequência da vitória de 1064, Soure seria objecto da atenção de D. Sesnando, o Alvazil a quem Fernando o Magno confiou o governo de Coimbra e de um vastíssimo território que ia desde Lamego e S. Martinho de Mouros até à foz do Douro, acompanhando o curso deste rio, e, a Sul, até onde as forças cristãs conseguissem alargar o seu domínio³⁸. Na realidade, a *Vida de S. Martinho de Soure*, um texto encomendado por D. Mendo Arias e redigido cerca de 1147-1150 por Salvado, monge de St^a Cruz, revela-nos que o Castelo de Soure teria sido erguido pelo Alvazil D. Sesnando no tempo de Afonso VI de Leão³⁹. Portanto, entre o ano de 1065, em que Afonso VI assume a coroa, e 1091, ano da morte de D. Sesnando – como nos revela a *Chronica Gothorum*⁴⁰. Esta primeira fase do Castelo de Soure (Fig. 1, Fase 1⁴¹) compreende uma estrutura de planta sub-rectangular, com porta relativamente ampla rasgada ao nível do rés-do-chão e com testemunhos de um «andar nobre» no primeiro piso. No rés-do-chão são visíveis quatro frestas rasgadas na parede Leste e uma na parede Sul, que conferem um perfil militar à estrutura. A observação da face interior dos muros desta primeira fase permite detectar os apoios do piso sobradado do primeiro andar. Na parede voltada a Oriente ainda se podem observar três ajimezes proto-românicos, com os arcos geminados ornamentados com friso de pontas de diamante. Na parede Sul, igualmente ao nível do primeiro andar, conserva-se entaipado um outro ajimez desse tipo, havendo referências a um segundo. Todos estes ajimezes, pela singela gramática decorativa (pontas de diamante), por apresentarem pequeno toro sublinhando a curvatura dos arcos geminados e pela tipologia dos pequenos capitéis dos mainéis centrais, podem ser estilisticamente atribuídos à segunda metade do Século XI, ou seja, à época de D. Sesnando. Os elementos de que dispomos revelam, portanto, que na primeira fase, o Castelo de Soure, erguido ou restaurado por D. Sesnando não longe da confluência do rio Anços com o Arunca, comportava um espaço sub-rectangular possivelmente sem torreões ou cubelos. Esta estrutura manter-se-ia inalterada até à segunda década do Século XII. Seria ainda ela que acolheria a Carta de Foral outorgada em Junho de 1111 pelo Conde D. Henrique e por D. Teresa (DMP, DR I, doc. 26; PMH, Leges, pp. 357-358). Este diploma revela-nos como a zona carecia de incentivos para cativar povoadores, ressentindo-se da sua situação de fronteira. Escassos cinco anos depois de receber o Foral, a povoação de Soure seria duramente afectada pelos eventos militares da Reconquista. Como já acima referimos, em 1116 os seus habitantes, ao tomarem conhecimento da aproximação do exército almorávida, preferiram

Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 89; e Jorge Alarcão, *Roman Portugal. Gazetteer*, vol. II, fasc. 2, Warminster, 1988, p. 98, nº 3/165. Sobre a Ladeia veja-se o marcante estudo de Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

³⁸ Cf. PMH, DC 549, de 1077, onde D. Sesnando se intitula «*dono*» de toda a terra de Santa Maria e de Coimbra. Vd. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 27-29.

³⁹ Cf. PMH, Script., p. 60; *Livro Santo de Santa Cruz*, ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990, doc. 51, p. 176; Henrique Barrilero Ruas, «A «Vida de Martinho de Soure» como fonte de História das instituições eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, p. 237.

⁴⁰ PMH, Script., p. 10: «*Era MCXXVIII Octavo kal. Septembris obiit Alvazil Donnus Sisnandus.*» (ou seja, 25 de Agosto de 1091).

⁴¹ Agradecemos à Câmara Municipal de Soure a cedência da planta do Castelo de Soure, que nos permitiu realizar o tratamento gráfico das diversas fases, aqui apresentado.

destruir a vila e o Castelo, incendiando-os, a ter de capitular frente aos invasores⁴². A sorte de Miranda do Corvo e do Castelo de St^a Eulália (junto a Montemor-o-Velho), que foram conquistados e saqueados pelo exército almorávida⁴³, espelha bem a dimensão da incursão inimiga e ajuda a compreender a decisão drástica tomada pela população de Soure. Deste modo, embora não se conheçam notícias directas da passagem das forças almorávidas por Soure, a campanha militar de 1116 teve aqui profundas consequências, quer ao nível das estruturas defensivas quer ao nível do povoamento. Assim se compreende que em 3 de Novembro de 1122 D. Teresa tenha sentido necessidade de doar o castelo de Soure ao conde galego D. Fernão Peres de Trava: «... *Et aditio vobis pro servitio quod mihi fecistis et facietis illum castrum quod vocatur Saurium cum adjeccionibus suis per ubi illud melius potueritis invenire cum suis terminis antiqvis ...*» (DMP, DR I, doc. 63; LP, doc. 560). Estávamos, então, num momento de viragem na história de Soure, conjugando-se esforços de diversas entidades para restaurar a vida quotidiana nessas paragens. Logo no ano seguinte, em 1123, temos notícia de que à frente do Castelo de Soure se encontrava D. Gonçalo Gonçalves (DMP, DP IV, doc. 379; LP, doc. 241), um nobre da região de Coimbra que já fora mordomo de D. Teresa em Viseu (1117-1123) e senhor da Terra de Lafões (1117-1122)⁴⁴. Por essa altura, o Bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais, fazia doação da igreja de Soure aos cônegos e irmãos Martinho e Mendo Arias com a obrigação de estes procederem à reconstrução do templo, que permanecia destruído: «... *ad ecclesiam qui ibi jacebat destructa reedificandam ...*» (DMP, DP IV, doc. 379; LP, doc. 241, de 10 de Outubro de 1123). A iniciativa do Bispo de Coimbra ganha sentido se tivermos em atenção que a Sé de Coimbra foi, em 1094 (PMH, DC 813), a herdeira do património do Mosteiro da Vacariça, onde o Mosteiro de Soure se incorporara pela doação de 1043. É possível que o castelo de Soure tenha sido, por essa altura, objecto de alguma intervenção, mas não encontramos qualquer eco seguro dessas obras na documentação da época. E, por outro lado, a doação aos Templários, feita por D. Teresa em 19 de Março de 1128 (DMP, DR I, doc. 79), escassos seis anos depois da doação a Fernão Peres de Trava, decisão que seria de novo tomada por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130] (DMP, DR I, doc. 96), parece sugerir que o nobre galego terá manifestado pouco empenho no restauro do castelo de Soure. Deste modo, julgamos que há boas possibilidades de o primeiro restauro pós-sesnandino do Castelo de Soure ser já obra dos Templários e não de Fernão Peres de Trava. Isto é, de ser algo posterior a Março de 1128. Esta segunda fase de obras (Fig. 1, Fase 2) ganha particular sentido se tivermos em atenção o facto de Soure ter sido, a partir de então, a «casa-mãe» dos Templários no reino português, merecendo especial atenção dos freires. Esta intervenção compreendeu a construção de pelo menos duas torres, uma das quais continua a sobreviver nos nossos dias, parcialmente apoiada na espessura da muralha do castelo de D. Sesnando. Referimo-nos à torre que se ergue no ângulo Sudoeste das estruturas mediélicas. A esta deve ser associada uma outra torre, possivelmente de dimensões semelhantes, que se erguia em frente, no ângulo Sudeste do castelo, dando equilíbrio e simetria à planta, da qual hoje não restam mais do que vestígios na esteireotomia do muro Leste. O Castelo de Soure passou, portanto, a estar munido de duas torres de planta quadrada, flanqueando a parede Sul, a mais desprotegida, vol-

⁴² Sobre a ameaça de 1116 sobre Coimbra vd. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. III, pp. 131-134.

⁴³ Veja-se o registo analítico na *Chronica Gothorum*: «*Era MCLIV Castellum de Miranda a Sarracenis captum est, et magna cedet, et captivitas in christianis facta est. Era MCLIV Nonis Julii captum fuit castellum S. Eolalie a Sarracenis, quod est situm sub Monte Maiore, et captus fuit ibi Didacus cognomento Gallina, et magna captivitas christianorum inde translata est etiam ultra mare.*» (PMH, Script., p. 11). Dos efeitos destrutivos que a incursão almorávida de 1116 teve em Miranda do Corvo encontram-se ainda ecos num diploma de 1138 (LP, doc. 249).

⁴⁴ Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, pp. 185-186; Leontina Ventura in *Livro Santo de Santa Cruz*, Ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990, p. 13.

tada ao rio Anços. A torre sobrevivente, que apresenta o andar térreo maciço, tinha acesso garantido pelo primeiro andar do castelo, ou seja, pela cota do piso sobradado. A porta que se rasga a essa cota apresenta o lintel constituído por um ajimez moçárabe reaproveitado, da primeira metade do Séc. XI, ao qual foi eliminado o mainel central. No entanto, ainda são bem visíveis os vestígios da existência desse mainel. Este ajimez, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, é, pela sua iconografia, uma peça oriunda de uma estrutura religiosa e nunca poderia ter sido concebido para integrar um castelo⁴⁵. Efectivamente, ele apresentava ao centro (na face do mainel, hoje ausente) um *cantharus* litúrgico do qual saíam ramos de videira ondulantes e divergentes, de desenvolvimento simétrico, carregados com cachos de uvas. Ao eliminar-se o mainel central truncou-se parcialmente o motivo iconografado, perdendo-se o *cantharus*. Este aspecto revela-nos que quando se reaproveitou a peça na porta desta torre ela já perdera o seu significado simbólico, apenas compreensível no contexto de uma estrutura religiosa. O carácter sacro da iconografia deste ajimez é reforçado pela presença de duas *patenas crismalis*, representadas na vertical, uma em cada extremidade da peça. Deste modo, a reutilização do ajimez moçárabe de Soure apenas se compreende se ele estivesse avulso e abandonado no momento em que se empreendeu a construção da torre sudoeste do Castelo de Soure. A explicação parece ser clara: estamos perante um ajimez criado para o velho Mosteiro de Soure, fundado pelo presbítero João e seus irmãos em inícios do séc. XI e por eles doado, em 1043, ao Mosteiro da Vacariça. Esse mosteiro terá, certamente, sofrido ruína em 1116, quando Soure foi incendiada pelos seus habitantes, tendo desde então o ajimez ficado avulso. Seria, portanto, reaproveitado cerca de 1128 quando o Castelo de Soure recebeu os primeiros restauros. No entanto, não seria esta a derradeira reforma que o Castelo de Soure sofreria⁴⁶. Na realidade, no extremo oposto do castelo, encontramos outros testemunhos que denunciam uma reforma posterior, que deverá ser do terceiro quartel do Século XII ou até do derradeiro quartel desta centúria (Fig. 1, Fase 3). Referimo-nos à Torre de Menagem, uma construção de planta sub-rectangular erguida no topo Norte do Castelo. Esta construção é obra dos Templários e apresenta, como principal característica individualizadora, a presença do alambor, ou seja, trata-se de uma torre que possui a base reforçada por uma estrutura pétreia inclinada, em rampa⁴⁷. Esta solução arquitectónica confere

⁴⁵ Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «Arte da Alta Idade Média», vol. II da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988, p. 43; vd. tb. Mário Jorge Barroca, «Contributo para o estudos dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolo», *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Sagração da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 122-123; e Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 33.

⁴⁶ A própria torre Sudoeste apresenta testemunhos de uma reforma posterior, dos fins do séc. XV ou inícios do séc. XVI, que lhe veio introduzir amplas janelas, sobre a qual, no entanto, não nos iremos deter aqui. Veja-se, por exemplo, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, p. 217. Julgamos que ela poderá ser um dos resultados de obras realizadas neste castelo por D. Manuel I, e das quais se encontra eco nas *Visitações da Ordem de Cristo* quando os visitantes registam que o Castelo de Soure «... *estaa muy bem reformado e feitas nelle muitas benfeitorias que el rey nosso senhor mandou fazer ...*» – cf. Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos Artísticos*, Coimbra, 1979, p. 63.

⁴⁷ Luís de Mora-Figueroa define *alambor* como «... *talude exterior en la zona baja de las murallas y torres, para reforzalas, mantener a distancia a las maquinas de asalto, provocar el rebote de los proyectiles y reducir ángulos muertos ...*» (cf. Luís de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cadiz, 1995, p. 34). A palavra *alambor* designa, em português, o «*aumento de espessura na parte inferior de uma parede*» (cf. António de Moraes Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*). Corresponde ao que André Châtelain designa como «*talus de base*» (cf. André Châtelain, *Chateaux Forts. Images de Pierre des Guerres Médiévales*, Paris, 1995, p. 77) e ao que alguns autores ingleses designam por *glacis*. Em português, para além de *alambor*, esta solução arquitectónica pode receber igualmente a designação de *jorramento*. A palavra *glacis*, usada pelos autores ingleses, parece ser menos indicada para, em português, designar esta solução arquitectónica uma vez que, entre nós, tal como entre os autores espanhóis e franceses, *glacis* é sinónimo de *espalto* ou *esplanada* (ou seja, do terreno que, com declive suave, se desenvolve para além da contra-escarpa de um fosso), adaptando-se sobretudo para trabalhos de fortificação moderna (cf., por exemplo, Luís de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cádiz, 1995, p. 101; António Lopes Pires Nunes, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História

a esta torre uma base alargada, mais estável e mais resistente, ao mesmo tempo que dificulta o assalto dos seus muros. Estes apenas assumem a vertical ao nível do primeiro andar. A solução do alambor, relativamente rara em Portugal, detecta-se hoje nesta torre apenas na sua face Leste (voltada ao largo onde se ergueu a Igreja de Nossa Senhora da Finisterra, parcialmente escavada pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro⁴⁸) e na face Sul (voltada ao espaço interior do Castelo), mas é provável que se alargasse igualmente às outras duas paredes da Torre. Como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, a utilização do alambor foi introduzida entre nós pelos Templários na segunda metade do Séc. XII.

A descrição do Castelo de Soure que se encontra no *Tombo da Villa de Soure*, uma obra redigida em 1508, revela-nos uma estrutura militar que, nesses inícios do Séc. XVI, ainda se preservava num relativo bom estado de conservação. No entanto, tratava-se já de uma estrutura esvaziada de valor militar ou estratégico, apesar de se preservar coroada com ameias. Por isso, significativamente, as obras de restauro realizadas por D. Manuel I ignoraram a Torre de Menagem, que estava em ruínas, e incidiram apenas sobre a zona do castelo adaptada a paço. As palavras de Fr. Francisco, o autor do Tombo, são elucidativas: «... *Dentro na dicta villa e junto da igreja de Nossa Senhora tem a hordem huum castello e apousentamento de casas nesta maneira: logo huum recebimento a que entram per huum portal grande com suas portas honde estaa huua escaada com seu mainel todo de pedraria bem obrado per que sobem a huua salla que tem huum boom portal de pedraria e huua janella d'assentos contra o levante e huua grande chaminee ao norte e junto della outra janella e contra o ponente tem huua cozinha terrea. Item. Na dicta salla tem huua escaada de madeira com seu mainel per que sobem pera estas cameras, duas oliveladas e huua encaniçada de dous sobrados com suas logeas per baixo e outra camera encaniçada que estaa sobre o portal principal da igreja de Nossa Senhora. Item. De fronte da dicta salla e cameras esta huua torre de menagem derribada de huua banda atee o meyo honde he entulhada e junto della huuas paredes doutra torre tambem entulhada. Item. Em huua das sobreditas cameras olivelladas estam duas janellas dasentos, huua ao sul e outra ao ponente e huua chaminee ao norte e outra camera tem outra chaminee asi contra o norte. Todas estas casas defundo acima estam muito bem repairadas de todo quanto lhes faz mester e todo quasi de novo feito aa custa d'el Rey nosso Senhor e som as ditas cameras ameadas arredor.*»⁴⁹.

Depois do Castelo de Soure, os Templários receberam das mãos de um particular – o cunhado de D. Afonso Henriques, D. Fernão Mendes de Bragança – três castelos: Penas Róias e Mogadouro, a Norte do Douro, e o castelo de Longroiva, a Sul deste Rio. A doação do Castelo de Longroiva foi assinada em 10 de Junho de 1145 e os outros dois castelos devem ter sido entregues sensivelmente por essa altura. Analisemos, sucintamente, os casos de Penas Róias e Longroiva.

O Castelo de Penas Róias apresentava um circuito amuralhado relativamente amplo, que Duarte d'Armas desenhou em 1509-1510 no seu *Livro das Fortalezas do Reino*⁵⁰. Hoje quase nada sobrevive dessa muralha, apenas se conservando (e em rela-

Militar, 1991, p. 98; Rafael Moreira e Miguel Sanches de Baena, «Glossário», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 327). Por isso entendemos que *glacis* é um galicismo que deve ser reservado para as fortificações modernas, e que a palavra *alambor* deve ser usada para designar a solução arquitectónica que encontramos em Soure.

⁴⁸ Cf. Artur Corte-Real, «Intervenção Arqueológica no Adro do Castelo de Soure. Notícia», *Locus*, vol. I, Coimbra, 1986, pp. 59-63. Segundo o Pe. António Nogueira Gonçalves, este templo teria sido erguido em 1138 – cf. Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, p. 214.

⁴⁹ Cf. Isabel Morgado, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura*, Soure, C. M., 1996, p. 9.

⁵⁰ Sobre Penas Róias vd. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e António Maria Mourinho, «Pinturas esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro», *Arqueologia*, vol. 3, Porto, GEAP, 1981, pp. 43-48, onde se identificam pela primeira vez as pinturas pré-históricas do abrigo rupestre situado na encosta rochosa do castelo medieval. Vd. igualmente Duarte d'Armas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Inapa, 1990 (2ª ed., Lisboa, 1997).

tivo bom estado) a Torre de Menagem, erguida pelos Templários no mais alto afloramento rochoso. No lintel da porta de acesso a esta Torre de Menagem foi gravada uma inscrição, de difícil leitura, para a qual o Abade de Baçal já havia proposto uma interpretação, atribuindo a obra ao ano de 1166⁵¹. Segundo a nossa proposta de leitura dessa epígrafe, a construção da Torre de Menagem de Penas Róias seria do ano de 1172:

InCIPIUnT . FUnDAMenTO . CASTE / LLO . DE PENA ROIAS . [...] MENSE (?) / Era . Mª . CCª . Xª . [...] TE(m)PoRE . REGE / [Alfonso] ...⁵².

A Torre de Menagem de Penas Róias, erguida possivelmente em 1172, apresenta os seus muros verticais desde os alicerces, não optando pelo alambor, o que talvez se explique pelo facto de estarmos, aqui, bastante arredados da fronteira da Reconquista. A data sugerida pela epígrafe de Penas Róias revela-nos que esta torre é muito posterior à entrada do Castelo na posse dos Templários, e também aqui temos dificuldade em identificar, com base segura, vestígios coevos desses primeiros tempos. Como referimos na primeira parte do nosso estudo, vinte e cinco anos depois de erguerem esta Torre de Menagem, os Templários receberam de D. Sancho I Idanha-a-Velha com seus termos, pelos serviços prestados pela Ordem à Coroa e pela cedência dos castelos de Mogadouro e Penas Róias (DS, doc. 100, de 23 de Janeiro de 1197). A doação foi feita pelo monarca ao sucessor de D. Gualdim Pais, D. Lopo Fernandes, e seria completada dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199, com novo acordo sobre a posse das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro (DS, doc. 117)⁵³.

O Castelo de Longroiva, doado aos Templários em 1145, é um dos dez castelos referidos por D. Flamula Rodrigues na célebre doação de 960, feita ao Mosteiro de Guimarães, quando esta senhora, sobrinha de D. Mumadona Dias, entregou a esse cenóbio «... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa Strematura* ...»⁵⁴. É possível que estes castelos tivessem sido edificadas pelo pai de D. Flamula, D. Rodrigo Tedones, no quadro do esforço de Ramiro II para repovoar terras a Sul do Douro depois da vitória de Simancas (939), e que tivessem chegado à posse desta senhora por meio de herança. Assim, o diploma de 960 não nos garante que o Castelo de Longroiva tivesse sido erguido por D. Flamula. Mas garante-nos que já existia em 960, o que é um dado relevante, e que já era uma estrutura suficientemente importante para ser individualizado, livrando-se do esquecimento, ao contrário do que aconteceu com as *penellas* e as *populaturas*. No entanto, e infelizmente, não conhecemos em Longroiva vestígios militares que possam ser associados a esses recuados tempos, como acontece por exemplo com a torre moçárabe de Trancoso. Os únicos vestígios que podemos associar ao séc. X ou XI, e que nos confirmam o povoamento da zona, são as sepulturas escavadas na

⁵¹ Cf. Francisco Manuel Alves, «O Castelo de Penas Róias fundado pelos Templários nos inícios da Nacionalidade Portuguesa», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), Ciclo da Restauração de Portugal, vol. III, Lisboa, 1940, p. 58.

⁵² Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 142, pp. 314-315. Em [Maio-Junho de 1187] D. Sancho I outorgou Foral ao «... *concilio de castro Pena Rubea* ...» (DS, nº 23).

⁵³ Sobre a transferência do senhorio das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro dos Templários para o monarca, e sobre os dizimos que os Templários cobravam e que D. Sancho I entregou ao Arcebispo de Braga, veja-se, ainda, a Bula *Cum a Nobis*, do Papa Inocêncio III (cf. Joaquim Santos Abranches, *Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez. I. Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, 1895, p. 263, nº 1778).

⁵⁴ Cf. PMH, DC 81; VMH, doc. 11. Sobre a identificação destes castelos, os vestígios sobreviventes e a importância da referência documental de 960, vd. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 15-21. Sobre o Castelo de Longroiva vd. Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 227-228; Adriano Vasco Rodrigues, *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda, 1983, pp. 112-119.

rocha criadas nos afloramentos vizinhos do castelo. O percurso do Castelo de Longroiva é relativamente bem conhecido. Tal como os seus vizinhos, este castelo caiu de novo em poder das forças muçulmanas com as campanhas de al-Mansur – ou na campanha de 987, que teve a Beira como palco, ou na campanha de 997, quando os exércitos muçulmanos atravessaram a Beira e se dirigiram a Santiago de Compostela. Durante mais de meio século Longroiva ficaria na posse das forças muçulmanas, tendo sido reconquistada definitivamente em 1055-1058 com a Campanha das Beiras, organizada por Fernando o Magno, uma campanha militar que levou à incorporação de Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu, e que anunciou e preparou a reconquista definitiva de Coimbra. Depois de concluída a campanha, Fernando o Magno deve ter devolvido os bens ao Mosteiro de Guimarães pois logo em 1059 voltamos a encontrar a referência destes castelos no inventário de bens do mosteiro vimaranense (PMH, DC 420; VMH, doc. 45). Menos clara se afigura a forma como o Castelo de Longroiva chegou às mãos de D. Fernão Mendes de Bragança, que o entregou em 1145 à Ordem do Templo, quando esta ainda era governada por D. Hugó de Martónio. O Castelo de Longroiva apresenta uma planta trapezoidal, com quatro lados e uma única entrada, rasgada a meio da face menor do pequeno circuito muralhado. Parte desta muralha é relativamente antiga, podendo já existir quando os Templários tomaram posse do castelo, em 1145. Durante quase trinta anos os Templários parecem ter preservado a estrutura primitiva, e apenas em 1174 seria introduzida uma mudança significativa neste castelo. Nesse ano de 1174 D. Gualdim Pais construiu a Torre de Menagem que ali podemos ver, assinalando o facto com uma inscrição:

[in e]RA : M CC : XII : MAGISTER GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALENSIUM . MILITUM . TEMPLI . REGNA[nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) CUM . MILITIBUS . SUIIS . EDIFICAVIT HANC . TURRIS⁵⁵.

A Torre de Menagem de Longroiva, erguida por D. Gualdim Pais em 1174, não apresenta qualquer sintoma de uso do alambor mas, em contrapartida, é um dos mais claros exemplos que conhecemos em Portugal da utilização da *hurdício*. A *hurdício* (do francês *hourd*) era uma galeria de madeira que se construía na parte alta dos muros de estruturas militares turriformes, próximo do coroamento de ameias, mas no exterior dos muros, ou seja, permitindo tiro vertical sobre a base dos muros. Tratando-se de uma galeria construída em madeira, a presença da *hurdício* apenas pode ser identificada pela existência dos orifícios para o seu apoio, uma vez que a estrutura em madeira desapareceu com o tempo. É o que acontece com o caso de Longroiva, onde a existência desta solução – inovadora para a época – apenas se detecta pela existência de uma série de pequenos encaixes quadrangulares no alto da torre, afastados por espaços regulares. O caso de Longroiva, de 1174, é, como referimos, um dos raros exemplos que conhecemos entre nós desta solução e o mais precoce de todos. Outro exemplo de uso da *hurdício* em Portugal encontra-se na Torre de Menagem do Castelo de Guimarães, mas trata-se de um exemplo quase um século mais tardio que o de Longroiva⁵⁶.

Depois da doação de Longroiva, em 1145, e seguindo uma abordagem cronológica dos castelos dos Templários, devemos regressar ao território de Soure, dentro de cujo termo os Freires viriam a desenvolver três polos de povoamento importantes: Ega, Redinha e Pombal. No que se refere a Redinha, D. Gualdim Pais outorgou-lhe carta de Foral em 1159 (PMH, Leges, p. 386). No entanto, não sabemos se alguma vez esta povoação foi munida de castelo. Já o mesmo não aconteceu com Ega, um

⁵⁵ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 148, pp. 324-326.

⁵⁶ Vd. Mário Jorge Barroca, «O Castelo de Guimarães», *Patrimonia*, nº 1, Cascais, Outubro de 1996, pp. 17-28, sobretudo pp. 23-24.

pouco a Norte de Soure, que teve a sua estrutura castelar erguida no morro onde hoje se encontra o Paço Manuelino. Apesar de pouco restar desta fortificação, são bem evidentes no local as alterações topográficas resultantes da presença desta estrutura militar. Parte dos abruptos desníveis que se detectam na subida para o Paço devem ser resultado da presença de muralhas, hoje encobertas. É possível que o facto de Ega ter recebido castelo, ao contrário do que aconteceu com Redinha, esteja de alguma forma relacionado com o facto de os Templários se terem instalado em Ega antes de o terem feito em Redinha e em Pombal. Na realidade, e apesar de o presbítero Cipriano declarar, numa Inquirição de 1184-85, que se lembrava de os Templários terem povoado as três localidades – Ega, Redinha e Pombal – uns 8 anos depois da conquista de Santarém e Lisboa, ou seja cerca de 1155, com aparente simultaneidade, sabemos que a presença dos Freires do Templo em Ega foi anterior a esse ano e até mesmo anterior à conquista de Santarém e Lisboa. Efectivamente, Rui de Azevedo documenta os Templários em Ega já em 1145, recebendo heranças e adquirindo terras cultivadas⁵⁷. Assim, tratando-se de um segundo polo importante de povoamento, logo depois de Soure, é natural que os Templários tenham erguido, na década de 40 do Séc. XII, um pequeno castelo em Ega. Dado o seu estado de conservação, este, infelizmente, poucos elementos nos poderá facultar.

Dentro do território de Soure resta abordar o exemplo de Pombal. O Castelo de Pombal, como já tivemos oportunidade de referir, começou a ser erguido em 1156, sendo possivelmente uma das primeiras iniciativas de D. Gualdim Pais à frente da Ordem do Templo⁵⁸. O castelo que foi construído em Pombal depois de 1156 era constituído por uma muralha relativamente ampla, flanqueada por nove torreões predominantemente de planta rectangular (Fig. 2). Sublinhemos que todas as inflexões de itinerário da muralha são assinaladas pela presença de um torreão e que os troços de muro demasiado prolongados são ritmados e interrompidos igualmente por torreões, separados por distâncias médias da ordem dos 10 metros (com valores extremos entre os 8 e os 16 metros). Todos estes aspectos reflectem a notável concepção que presidiu à construção desta fortaleza, sem dúvida invulgar para a época e para o panorama nacional, recordando alguns paralelos nomeadamente dentro das fortalezas almorávidas, também elas com perímetros poligonais irregulares e sistematicamente flanqueadas por torreões. No interior do castelo de Pombal erguiam-se diversas construções destinadas aos Freires, as quais comportavam um pequeno templo – a Igreja de S. Miguel, de que ainda sobrevivem vestígios da ábside e um capitel românico avulso⁵⁹ – e uns paços destinados ao Mestre da Ordem. Destes ainda encontramos ecos na Carta de Procução do Concelho de Pombal às Cortes de 1383, que foi passada «... dentro do Castelo da dicta vila [de Pombal] nos Paaços umde pouosa o Meestre de Christos ...»⁶⁰. É possível que este primeiro castelo fosse desprovido de Torre de Menagem. Na realidade, não conhecemos qualquer vestígio seguro da existência de uma torre de menagem coeva da construção de 1156. A Torre de Menagem que actualmente se pode admirar no pátio do Castelo de Pombal (Fig. 7) foi apenas erguida em 1171, conforme se pode deduzir a partir de uma inscrição que foi retirada para o Convento de Cristo por ordem do Infante D. Henrique⁶¹. A Torre de Menagem

⁵⁷ Cf. Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 24.

⁵⁸ Sobre o Castelo de Pombal veja-se «Castelo de Pombal», *Boletim da D.G.E.M.N.*, vol. 21, Porto, 1940; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 139-146.

⁵⁹ Cf. Manuel Luís Real, «Perspectivas sobre a Flora Românica da «Escola» Lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo», *Sintra*, vol. III, Sintra, 1982-83, p. 551.

⁶⁰ Cf. Cortes de D. Fernando, p. 269.

⁶¹ Sobre o conteúdo desta inscrição e sobre a sua deslocação para Tomar, vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 136, pp. 292-301.

erguida em 1171 em Pombal tem duas particularidades dignas de nota. A primeira diz respeito aos dois contrafortes que cintam a fachada principal da torre, voltada ao pátio. Estes contrafortes, que ajudam a conferir um perfil *sui generis* a esta torre, parecendo ser muito larga e pouco alta, reflectem os problemas construtivos com que os Freires se debateram, nomeadamente ao nível da estabilidade. No entanto, se nos abstrairmos deste pormenor, verificamos que as proporções da Torre de Menagem de Pombal são semelhantes às de tantas outras torres de menagem do nosso Século XII. A segunda característica digna de nota é, uma vez mais, a presença do alambor. A Torre de Menagem de Pombal apresenta uma base inclinada, em rampa, que lhe confere uma maior estabilidade e resistência aos trabalhos de sapa e ao uso de projecteis, ao mesmo tempo que dificulta o escalamento dos muros. A presença do alambor detecta-se nas quatro faces da Torre de Menagem, embora seja menos perceptível na face principal em virtude da presença dos já referidos contrafortes. A construção da Torre de Menagem de Pombal, erguida nas proximidades da porta de entrada do castelo, completando a sua defesa, foi acompanhada por uma reformulação do sistema defensivo no acesso ao interior da fortificação. Significativamente, também nesta reforma da muralha exterior seria utilizado o alambor, que se detecta no pano de muralha que se desenvolve à esquerda da porta de entrada⁶². Por essa altura acrescentou-se, em frente a esta porta, um corpo defensivo mais baixo, à maneira de barbacã de porta, munido com seteiras estribadas, o que denuncia uma vez mais a modernidade e inovação de que se revestiu esta intervenção em Pombal. Deste modo, o castelo de Pombal é o segundo exemplo aqui focado de um castelo ligado aos Templários que se socorre do alambor⁶³. No entanto, também não foi em Pombal que os Templários ensaiaram pela primeira vez a solução do alambor. A cronologia desta torre – 1171 – revela que ela é sensivelmente coeva do exemplo de Soure e que houve, em relação a ambos, uma estrutura militar onde o alambor foi ensaiado anteriormente.

A conclusão da construção da primeira fase do Castelo de Pombal deve ter coincido sensivelmente com um dos momentos cimeiros do trajecto da Ordem do Templo. Referimo-nos, como é óbvio, à doação de Ceras, em Fevereiro de 1159, na sequência do acordo sobre o Eclesiástico de Santarém, e à decisão histórica de erguer o Castelo de Tomar, tomada por D. Gualdim Pais em 1 de Março de 1160, conforme o atesta a inscrição da Torre de Menagem do referido Castelo⁶⁴. O Castelo de Tomar é uma estrutura muito rica em lições para a compreensão da nossa arquitectura militar mas que tem sido bastante mal aproveitada. Não interessa para os nossos propósitos desenvolver muito as origens de Tomar. Bastará sublinhar que importa distinguir duas áreas: a da actual cidade de Tomar, implantada em zona de cota baixa, fruto do desenvolvimento do mediéxico arrabalde da Corredoura, e a área do castelo medieval, no alto do monte. A primeira zona revela uma ocupação bastante antiga, desde a Pré-

⁶² Sublinhemos que este é o único local onde a muralha externa do castelo de Pombal apresenta alambor.

⁶³ Não podemos, por isso, subscrever as palavras de Gustavo de Matos Sequeira que, a propósito de Pombal, escreveu que o castelo «... não possui qualquer marcante característica de fortaleza medieval, limitando-se a interessar como recordação histórica e como nota pitoresca local ...» (in *Inventário Artístico de Portugal*, vol. V, *Distrito de Leiria*, Lisboa, A.N.B.A., 1955, p. 106). Ele é, pelo contrário, um precioso testemunho da arquitectura militar templária e do seu vanguardismo.

⁶⁴ Bastantes autores abordaram, nos seus estudos, o Castelo de Tomar. Salientemos, entre outros, Inácio de Vilhena Barbosa, «Thomar. O Castello dos Templários e Convento da Ordem de Christo», *Archivo Pittoresco*, Ano X, Lisboa, 1867, pp. 185-187; José António dos Santos, *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*, Lisboa, 1879, pp. 27-53 e 133-141; Vieira Guimarães, *A Ordem de Cristo*, Lisboa, 1901, pp. 14-20; Vieira Guimarães, *Thomar*, Porto, Litografia Nacional, 1929, pp. 35-37; Francisco Augusto Garcês Teixeira, *Tomar*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1929, pp. 5-7; Francisco Soares de Lacerda Machado, *O Castelo dos Templários (Origem da Cidade de Tomar)*, Tomar, 1936; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 161-166; Amorim Rosa, *Historia de Tomar*, vol. I, Tomar, 2ª Ed., Fac-similada, 1988, pp. 44-45; José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 49-53; Manuel Sílvia Alves Conde, *Tomar Medieval. O Espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 68-73. Outra bi-bliografia será referida mais adiante.

-História à *Sellium romana*⁶⁵, mantendo algum dinamismo na Alta Idade Média⁶⁶, mas viria a sofrer bastante com a invasão muçulmana e os tempos que se seguiram. Nas vésperas de 1159 o povoamento desta zona devia ser muito deficiente e rarefeito a ponto de não haver dele ecos na documentação da época. Isto apesar de a região de Tomar já se encontrar na posse das forças cristãs em 1135, quando D. Afonso Henriques decidiu fundar o Castelo de Leiria, a meio caminho entre Santarém e Coimbra. O segundo núcleo de povoamento – a zona do castelo dos Templários – foi uma criação integralmente medieval, um estabelecimento humano criado de raiz que começou a ser erguido em 1 de Março de 1160, quando D. Gualdim Pais e os seus Freires decidiram investir ali o seu esforço construtivo, abandonando definitivamente a ideia de reconstruir o velho e arruinado castelo de Ceras, que lhes fora doado em Fevereiro de 1159 com amplo território.

O Castelo de Tomar foi, desde início, concebido para albergar a «sede» militar da Ordem em Portugal e, por isso, a sua arquitectura militar deve ter sido particularmente cuidada, tanto mais que a zona escolhida era espaço de fronteira. A sua construção foi, igualmente, desde início concebida segundo um modelo de fortificações típico do Sul, com *Alcáçova* e *Almedina*, muito distante do conceito de castelo do Norte cristão, a pequena estrutura muralhada com pátio de dimensões exíguas. Seguiu-se, assim, um modelo bastante distinto do que os Templários tinham até então ensaiado – em Soure, em Penas Róias, em Mogadouro, em Longroiva, em Ega, e até mesmo em Pombal – onde encontramos estruturas que obedecem ou se aproximam do conceito românico de castelo cristão, típico do Norte Senhorial. Na realidade, a fortaleza de Tomar apresentava, na conclusão da sua fase inicial, três grandes espaços, compartimentados por muros que os transformavam em organismos autónomos: a Alcáçova, o Pátio e a Almedina (Fig. 3).

A Alcáçova, reservada à Ordem, ocupa a zona do monte com cotas mais elevadas, entre os 126 e os 119 metros, abrangendo uma área de cerca de 0,6 hectares⁶⁷. Esta zona apresentava dois polos de forte poder simbólico, coroando os dois promontórios mais elevados: o Castelo, na colina Leste (cota de 126,6 metros), e a Charola românica, na colina Ocidental (cota de 124 metros). Ou seja, poderíamos dizer que a Alcáçova Templária se estendia entre um polo militar e um polo religioso. O acesso à Alcáçova era feito a partir do Pátio central do castelo, onde se rasgava uma porta. É possível que, à boa maneira românica, a Alcáçova estivesse munida de pequena porta da traição, aberta na muralha Leste, não muito distante da Charola, conforme Lacerda Machado registou. Das instalações da Ordem do Templo que se erguiam na Alcáçova não restam hoje vestígios significativos⁶⁸. O acesso ao Castelo propriamente dito – uma pequena estrutura amuralhada, de reduzidas dimensões, com pátio com planta em forma de escudo e com Torre de Menagem – era facultado a partir da Alcáçova. O

⁶⁵ Uma síntese recente sobre os antecedentes de Tomar encontra-se em Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 28-38.

⁶⁶ *Sello* é uma das paróquias do Paroquial Suevo dos meados do Séc. VI, a mais meridional das que integravam a diocese de Coimbra – cf., entre outros, Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e Siècle*, Lisboa, 1947, pp. 36 e 78.

⁶⁷ Os valores das áreas que aqui referimos foram apresentados por Manuel Sílvio Alves Conde in «Tomar», *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990, p. 73, e, com pequenas variantes, in *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 68-70.

⁶⁸ Na primeira metade do Séc. XV, durante o mestrado do Infante D. Henrique, foram aqui construídos diversos espaços, nomeadamente os Paços Mestrais (ou do Infante, hoje em ruína), o Claustro do Cemitério (com traço da autoria de Fernão Gonçalves), o Claustro da Lavagem e a Capela de S. Jorge (ou Sacristia Velha, erguida em 1426 por doação dos Amos do Infante D. Henrique, D. Vasco Gonçalves de Almeida e D. Mécia Lourenço). Nos Paços Mestrais viria a falecer D. Duarte, em 1438, o que nos revela que nesse ano deviam estar concluídos. Aqui mesmo seria coroado D. Afonso V, e aqui representou Gil Vicente, pela primeira vez, a *Farsa de Inês Pereira*, em 1523, perante D. João III. Neles residiu a rainha viúva D. Catarina, sendo por isso igualmente conhecidos como Paços da Rainha. Todas estas construções, erguidas em torno do segundo quartel do Séc. XV, ditaram uma profunda remodelação do espaço da Alcáçova, eliminando os vestígios que ainda eventualmente existissem das estruturas dos Templários.

Castelo assumia-se, assim, como o reduto final de todo o conjunto amuralhado, sendo a Torre de Menagem o espaço mais difícil de alcançar. Deste modo, a Torre de Menagem *comandava* todo o sistema defensivo, possibilitando tiro para os restantes espaços amuralhados e controlando o acesso principal.

Ao lado da Alcáçova desenvolvia-se o Pátio central, espaço a que se acedia a partir da Porta do Sol e que se estendia até à Charola. A Leste, a sua muralha ia desde o Castelo até à Torre do Relógio, também conhecida como Torre de D. Catarina ou da Rainha. A Ocidente ia desde a Charola até ao primeiro torreão a Sul desta. O seu espaço desenvolvia-se comprimido entre a Alcáçova Templária e a Almedina civil, comunicando com cada uma destas zonas por meio de portas. Tratava-se de uma ampla área que poucas construções deve ter recebido ao longo da Idade Média e que estava vocacionada para albergar as populações dos territórios limítrofes em caso de ameaça ou cerco. Conhecemos o aspecto deste Pátio nos fins da Baixa Idade Média graças à célebre iluminura da portada do Livro 4 da Estremadura, da Leitura Nova, que Garcês Teixeira estudou monograficamente⁶⁹.

Por fim, a Almedina, ocupando o espaço com cotas mais baixas, entre os 102 e os 120 metros, era defendida por uma muralha que, acompanhando as curvas de nível e adaptando-se a estas de forma sábia, delimita uma área com cerca de 1,6 hectares. A Almedina confronta a Norte com o Pátio, com o qual tinha comunicação por pequena porta que se preserva hoje entaipada. A sua muralha exterior arranca na chamada Torre do Relógio, de D. Catarina ou da Rainha (designação hodierna que se reporta à viúva de D. João III), seguindo para Ocidente até à Torre da Condessa, uma grande torre de planta circular, que denuncia uma assinalável modernidade no panorama da arquitectura militar portuguesa da época. Entre estas duas estruturas – Torre do Relógio e Torre da Condessa – a muralha apresenta uma porta de comunicação com o exterior implantada junto de uma inflexão dos seus muros. Trata-se da Porta da Almedina ou Porta do Sangue, como ficou conhecida na sequência do cerco almohada de 1190, uma porta defendida por duas torres de planta quadrada. A implantação da Porta neste local revela-se particularmente feliz já que, para além do tiro flanqueado que podia ser feito a partir das torres que enquadram a Porta, era igualmente possível fazer tiro a partir do pano de muralha que seguia até à Torre do Relógio, circunstância que melhora consideravelmente as condições de defesa da Porta do Sangue. Houve, portanto, um sábio aproveitamento das condições topográficas para ser criar um organismo com condições privilegiadas de defesa. Depois da Torre da Condessa a muralha inflectia para Norte, subindo o monte e dirigindo-se para a Charola.

O povoamento da Almedina seria objecto de incentivos logo em Novembro de 1162, quando D. Gualdim Pais outorgou o Foral de Tomar (PMH, Leges, p. 388-389). A concessão deste diploma, escassos dois anos e meio depois de ter iniciado a construção do castelo de Tomar, revela-nos que esta zona deveria estar já em condições de receber os seus primeiros habitantes civis, se é que não os possuía já. E, uma década mais tarde, a documentação conhecida espelha o sucesso dos esforços de povoamento. Na realidade, já então existiam casas dentro da Almedina do castelo de Tomar: em 1172 D. Justa fazia doação aos Templários da sua casa que se erguia «... *intus Castellum de Tomar iuxta murum* ...»⁷⁰. Esta zona da Almedina devia possuir arruamentos, mas destes e das diversas construções que aqui se ergueram não restam vestígios seguros, destruídos a partir dos fins do Séc. XV quando D. Manuel

⁶⁹ Cf. Francisco Augusto Garcês Teixeira, *Uma Iluminura do Século XVI*, vol. V das *Contribuições para a História da Arte em Portugal*, Lisboa, 1925. Encontra-se reproduzida, por exemplo, em Martim de Albuquerque, *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Lisboa, Ed. Inapa, 1990, p. 235.

⁷⁰ Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 42, nota 49.

I ordenou a transferência do povoado para o arrabalde da Corredoura, no sopé do monte, por forma a reservar todo o espaço amuralhado para o Convento de Cristo⁷¹.

Desde uma época relativamente recuada, o conjunto fortificado de Tomar conheceu dois arrabaldes. Um deles, o chamado arrabalde de S. Martinho, desenvolvia-se no alto do monte, a Ocidente da muralha e da Charola, e foi, à semelhança do que aconteceu com a Almedina, sacrificado com a expansão e multiplicação dos espaços religiosos nos inícios da Época Moderna, um fenómeno que acompanhou o processo de conventualização da Ordem de Cristo. O segundo arrabalde, o da Corredoura, localizava-se no sopé do monte, onde hoje se ergue o núcleo mais antigo da cidade de Tomar, em torno da Praça de S. João, aproveitando as condições topográficas mais favoráveis e ocupando o vale fértil. Este arrabalde, com claros sintomas de urbanismo criado⁷², encontra-se documentado desde pelo menos desde 1178⁷³ e beneficiou da transferência dos habitantes do arrabalde de S. Martinho e da Almedina do Castelo de Tomar, tendo assim adquirido novo dinamismo demográfico e urbano com os alvares da Época Moderna.

A estrutura militar erguida pelos Templários em Tomar reveste-se de notáveis características, das quais gostaríamos de sublinhar dois aspectos inovadores de crucial importância para a arquitectura militar portuguesa. O primeiro deles diz respeito à Torre de Menagem do Castelo de Tomar. É nela que se encontra a inscrição que assinala a fundação do Castelo em 1 de Março de 1160, gravada no lintel da porta:

IN : Era : M^a : C^a : LX^{ia} : VIII : REGNANTE : ALFONSO : ILLUSTRISSIMO : REGE : PORTUGALIS : DOMNUS : GALDINUS : MAGISTER : PORTUGALENSIUM : MILITUM : TEMPLI : CUM : FRATRIBUS : SU(i)S : PRIMO : DIE : MARCII : CEPIT : HEDIFICARE : HOC : CASTELUM : NOMINE : THOMAR : QUOD : PREFATUS : REX : OBTULIT : D[eo et Militibus Templi]⁷⁴.

A Torre de Menagem do Castelo de Tomar é, desta forma, a mais antiga Torre de Menagem que conhecemos em Portugal com elementos de datação seguros e precisos. Este acontecimento é, por si só, de singular importância. Na realidade, a maioria dos castelos portugueses da primeira metade do Séc. XII não devia possuir Torre de Menagem, na verdadeira acepção da expressão, embora pudessem possuir construções turriformes, o que é uma situação distinta. Na realidade, uma Torre de Menagem não é uma simples torre, mesmo que apresente dimensões mais amplas que as de um torreão ou cubelo. No Séc. XII uma Torre de Menagem é uma construção com personalidade própria, que desempenha funções bem definidas dentro da orgânica defensiva de um castelo, no contexto de um conceito de «defesa passiva». Ergue-se isolada dentro do pátio da fortificação, sem contacto directo com o adarve das suas muralhas, e o acesso ao seu interior é assegurado por escada móvel, de madeira, que pode ser recolhida em caso de ameaça. Uma Torre de Menagem é, ainda, a estrutura que assegura o *comando* de todas as partes do castelo, ou seja, a partir da qual é possível fazer tiro sobre os diferentes recintos do castelo, que se desenvolvem todos, obviamente, a

⁷¹ Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 72.

⁷² Não foi apenas em Tomar que os Templários fomentaram fenómenos de urbanismo criado, e em épocas relativamente precoces. Saúl António Gomes realçou a presença de sintomas de urbanismo planeado em Soure, Pombal e Castelo Branco (in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando L. Carvalho Homem (Dir. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1996, p. 396), aos quais acrescentaríamos o exemplo de Nisa – a nova – também devido aos Templários, algo mais tardio e com uma conjuntura peculiar que justifica a adopção de uma planta ainda mais geometrizada.

⁷³ Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 84.

⁷⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. n.º 104, pp. 230-234, onde se podem encontrar outras referências bibliográficas a esta inscrição.

cotas inferiores⁷⁵. Por ser a estrutura que preside a todo o mecanismo defensivo, que o comanda, portanto a última a ser conquistada, não é de estranhar que tenha sido a eleita para albergar as estruturas residenciais do *Tenens* do castelo⁷⁶. Ela passou, portanto, a carregar desde muito cedo um profundo simbolismo senhorial. Com esta concepção multifacetada, a Torre de Menagem é uma inovação do castelo românico e, como já tivemos oportunidade de sugerir em outros estudos, é possível que a sua introdução no panorama nacional tenha sido iniciativa dos Templários⁷⁷. Na realidade, os mais remotos exemplos de Torres de Menagem portuguesas que oferecem elementos seguros de datação, já que estão datados por inscrições, pertencem a esta Ordem Militar: Tomar (1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174). Acrescentemos a este aspecto cronológico outro de não menos importância: o facto de a construção destas torres ter merecido a D. Gualdim Pais a memorização por meio de epígrafes. Na realidade, se a construção de Torres de Menagem fosse comum em Portugal certamente que o Mestre dos Templários não teria tido a preocupação de colocar inscrições assinalando o seu protagonismo nessas construções. Pelo contrário, a presença sistemática de inscrições revela o lado de excepção destas construções na sua época, o que conferia um prestígio acrescido a D. Gualdim Pais. Não podemos, nem pretendemos, garantir em absoluto que a Torre de Menagem surgiu em Portugal pela mão de D. Gualdim Pais ou dos Templários. Na realidade, é possível que os casos mais precoces possam remontar à primeira metade do séc. XII. Mas não podemos deixar de sublinhar que, por exemplo, o Castelo de Soure nas suas Fases 1 e 2 (respectivamente de iniciativa de D. Sennando, segunda metade do Séc. XI, e de D. Fernão Peres de Trava ou dos Templários, c. 1122-1128), ignorou a Torre de Menagem, e que esta apenas surgiu com a Fase 3, dos meados da segunda metade do Séc. XII. De resto, apesar de aceitarmos a possibilidade de haver alguma Torre de Menagem da primeira metade do Séc. XII, devemos confessar que não conhecemos nenhum exemplo seguro e claramente datado. Se, como referimos, é difícil, no estado actual dos nossos conhecimentos, garantir que os Templários foram os protagonistas da introdução da Torre de Menagem em Portugal (embora esta hipótese não seja de todo impossível), parece-nos seguro que a difusão desta construção pelas estruturas castelares do reino lhes ficou a dever muito.

A Torre de Menagem de Tomar, com uma altura de c. 20 metros, é uma construção de planta rectangular, com andar térreo fechado e acesso garantido a partir de porta rasgada ao nível do primeiro andar. A Torre de Menagem de Tomar apresenta muros verticais até à base, sem alambor, e possui rés-do-chão e três andares, todos estes abobadados, sendo coroada por terraço com caminho de ronda. Na sua construção reutilizaram-se numerosos materiais, nomeadamente provenientes de ruínas romanas e de templos visigóticos ou moçárabes, reflectindo a necessidade de se imprimir um ritmo de construção acelerado. A parte superior da Torre de Menagem, nos seus últimos 5 metros, apresenta um aparelho de construção de pedra miúda e irregular, muito distinto do que é utilizado nos níveis inferiores, onde os silhares calcários apresentam formas mais regulares e dimensões mais apreciáveis. Esta primeira fase, que se desenvolve nos primeiros 15 metros da torre, é a que deve ser atribuída aos Templários e a cerca de 1160. A segunda fase, que coroa a Torre de Menagem dos Templários, resulta de uma reconstrução tardia, executada nas derradeiras déca-

⁷⁵ Sobre o conceito de «comando» na arquitectura militar veja-se, por exemplo, André Châtelain, *Chateaux Forts. Images de pierre des guerres médiévales*, Paris, 1995, p. 66.

⁷⁶ De resto, os *donjons* franceses do séc. XI, do Vale do Loire ou do Noroeste da França, que se podem incluir dentro dos primeiros exemplos de torres de menagem, surgem precisamente por via da dimensão residencial ou senhorial. Vd. André Châtelain, *Donjons Romains des Pays d'Ouest. Étude comparative sur les donjons romans quadrangulaires de la France de l'Ouest*, Paris, Ed. A. & J. Picard, 1973.

⁷⁷ Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 62-64; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 362-365.

das do Século XV, quando se adaptaram as seteiras do seu adarve à pirobalística, o que nos leva a supor que será, muito provavelmente, contemporânea do reinado de D. João II ou de D. Manuel I. Foi também nesta altura que se rasgou a segunda porta na Torre de Menagem, permitindo a comunicação com as construções que, entretanto, se ergueram no pátio do Castelo.

O segundo aspecto inovador que os Templários introduziram em Tomar foi o uso do alambor. Já registamos a presença desta solução arquitectónica na base das Torres de Menagem de Soure e de Pombal, a primeira dos meados da segunda metade do Séc. XII, a segunda de 1171. Em ambos os casos sublinhamos que existia um exemplo anterior do uso desta técnica construtiva. Foi precisamente em Tomar que os Templários utilizaram pela primeira vez entre nós o alambor, não na Torre de Menagem, que como referimos apresenta os seus muros verticais até ao alicerce, mas na muralha do Castelo e ao longo de toda a muralha exterior da fortificação. Na realidade, Tomar é o mais extraordinário exemplo que conhecemos em Portugal de uso desta solução rampeada na base dos muros, criada para manter o inimigo afastado, minorando os riscos de escalamento dos muros, de trabalhos de sapa e do uso de máquinas de guerra. Em Tomar, a Torre de Menagem, que se encontra dentro do último reduto da fortaleza, não apresenta esta solução o que se pode explicar por dois motivos: primeiro, porque as dimensões do pátio do Castelo são muito reduzidas, dificultando a aplicação desta solução construtiva que implica um alargamento significativo da base dos muros; depois, porque para se chegar à base da Torre era necessário ultrapassar, na fase inicial da construção, três linhas de muralha com suas portas (a Porta do Sol, de acesso ao Pátio, a porta de acesso à zona conventual ou Alcáçova e a porta de acesso ao Castelo), o que garantia por si só a defesa da construção, tornando o uso do alambor desnecessário. Deste modo, os Templários abdicaram do uso do alambor na Torre de Menagem do Castelo de Tomar. Mas aplicaram essa técnica na muralha do castelo e em todos os muros exteriores da fortificação urbana, ou seja nos muros que tinham de enfrentar as forças inimigas em caso de cerco. O alambor de Tomar estende-se, deste modo, por uma área inédita entre nós, contornando todos os muros exteriores da primeira fase, sendo apenas interrompido em três pontos para dar acesso às três portas da muralha: a Porta do Sol, a Porta da Almedina ou do Sangue e a Porta da Traição. Se exceptuarmos estes três pontos, o alambor de Tomar era uma enorme e potente rampa pétreia, erguida na base exterior das muralhas, contornando em forma de anel toda a fortificação. Era, ainda, uma rampa de grande projecção, com perfil muito mais volumoso que o das Torres de Menagem de Soure ou Pombal, e que se erguia em algumas zonas até uma cota relativamente elevada, desencorajando qualquer veleidade inimiga. Ainda hoje se pode observar uma boa porção desta extraordinária solução arquitectónica. Efectivamente, o alambor de Tomar não sobrevive integral, mas subsistem partes importantes, desde a base exterior do Castelo, contornando a barbacã por dentro, até à Porta do Sol. Quem entra, hoje, no recinto amuralhado de Tomar, depois de ultrapassar a Porta de Santiago (a porta exterior da Barbacã) acompanha o alambor dos Templários (que se desenvolve à sua mão direita). O alambor interrompe-se, obviamente, junto da Porta do Sol para facultar o acesso. No entanto, logo à sua esquerda, desde a Porta do Sol até à Torre do Relógio, de D. Catarina ou da Rainha, encontramos um dos troços mais bem conservados de alambor, onde, infelizmente, a D.G.E.M.N. aplicou o sistema de iluminação do Castelo de Tomar (Fig. 8). O alambor contorna a Torre do Relógio e prossegue até à Porta do Sangue, acompanhando a muralha da Almedina voltada a Sul (Fig. 9). Na Porta do Sangue verifica-se uma segunda interrupção desta solução arquitectónica, para logo depois ela ser de novo retomada, prolongando-se até perto da Torre da Condessa. Nesta Torre circular, como referimos, a muralha inflectia para Norte, dirigindo-se até à Charola, que marcava o limite Ocidental do sistema muralhado. Esta zona foi parcialmente destruída pelas obras modernas. Há, no entanto,

ainda vestígios do alambor, nomeadamente um pequeno troço que sobrevive junto da base Oeste da Sala do Capítulo, uma obra iniciada em 1535 e que ficou inacabada. A planta do castelo de Tomar elaborada por Lacerda Machado, em 1935, que aqui reproduzimos (Fig. 3), apresenta uma reconstrução segura do sistema muralhado original de Tomar, não se esquecendo de assinalar o seu alambor em quase toda a extensão. Efectivamente, Lacerda Machado foi o primeiro autor a registar a presença desta solução em Tomar, apesar de não a ter valorizado devidamente no seu estudo. A sua planta, a melhor que o Castelo de Tomar até hoje conheceu, necessita apenas de ser corrigida num pequeno pormenor – quando o autor interrompe o alambor junto da Porta do Sol, retomando-o apenas na muralha exterior, descendo da Porta do Sol até à Torre do Relógio ou da Rainha. Na realidade, uma análise atenta do Castelo de Tomar permite verificar que a solução do alambor se prolonga dentro do Pátio, detectando-se na base da muralha do Castelo entre a Porta do Sol e a muralha da Alcáçova, como foi assinalado com curvas de nível na planta da D.G.E.M.N. (Fig. 4). Deste modo, o alambor de Tomar contornava não só toda a muralha exterior do sistema defensivo de Tomar (Alcáçova, Pátio e Almedina) mas também a muralha do Castelo (quer na sua porção voltada ao exterior, quer na porção voltada ao Pátio)⁷⁸.

O acesso ao interior da fortaleza de Tomar fazia-se inicialmente pela Porta do Sol que foi, durante três séculos, uma das portas exteriores do sistema defensivo. No Século XV o acesso principal seria reforçado com a construção de uma barbacã de porta, que ainda hoje se encontra em funcionamento, e onde se rasgou a Porta de Santiago. No entanto, uma análise minimamente atenta desta zona revela, desde logo, que esta barbacã de porta foi uma inovação tardia que não pode ser associada à primeira fase de construção do castelo. Na realidade, basta atender ao alambor que acompanha toda a muralha mais antiga da fortaleza de Tomar, e que é ignorado pelos muros exteriores da barbacã, para chegarmos a essa conclusão.

A construção do sistema fortificado de Tomar absorveu todo o esforço construtivo da Ordem do Templo durante uma década. Na realidade, analisando as referências documentais e epigráficas conhecidas, verificamos que entre 1 de Março de 1160, data da fundação do Castelo de Tomar, e o ano de 1171 os Templários não procederam a obras em mais nenhum castelo. Pelo contrário, parece haver um investimento integral das sinergias da Ordem na construção de Tomar. O fim das obras em Tomar é mais difícil de documentar já que apenas dispomos de dados indirectos. Em 1169 D. Afonso Henriques confirmou a posse de Tomar aos Templários, no mesmo diploma em que lhes doa os castelos de Zêzere (Vila Nova da Barquinha) e da Cardiga (Golegã), prolongando o território doado em Fevereiro de 1159 até ao curso do Tejo (DMP, DR I, doc. 297). O facto de confirmar a posse de Tomar pode ser interpretado como um indício de que as obras estariam a terminar ou mesmo já terminadas. Por outro lado, sabemos que logo em 1171 os freires do Templo se lançaram numa grande campanha de reforma de estruturas castelares – o mais coerente e arrojado programa de reforma de estruturas militares que Portugal conheceu ao longo do Séc. XII. Nesse ano de 1171 arrancam as obras de reforma de Pombal, com a construção da Torre de Menagem (com alambor) e a construção, de raiz, do Castelo de Almourol. A confiar no teor das inscrições de Pombal e de Almourol, de 1171, as obras alargaram-se igualmente aos castelos de Cardiga, Zêzere, Idanha-a-Velha e Monsanto. Logo em 1172 era construída a Torre de Menagem de Penas Róias, e em 1174 a Torre de Menagem de Longroiva (com hurdício). Deste modo, tudo parece indicar que este surto de refor-

⁷⁸ Saliêntemos que os cubelos do sistema fortificado de Tomar, nomeadamente os da zona da Almedina, entre a Torre da Rainha e a Porta do Sangue – que são cubelos de planta semi-circular abertos pela gola, como recomendavam as mais inovadoras soluções de então – apresentam seteiras rasgadas em função do alambor, permitindo não só tiro flanqueado sobre a muralha mas também tiro directo sobre a base do alambor.

mas na primeira metade da década de 70, que afectou oito castelos, é um reflexo da libertação de meios humanos e económicos da Ordem depois de concluída a grande obra de Tomar. De resto, e como referimos, Manuel Sílvio Condes regista logo em 1172 uma doação de uma casa situada «... *intus Castellum de Tomar iuxta murum* ...», o que parece reflectir uma estrutura concluída e não em construção. Poderíamos, em suma, atribuir a construção do Castelo de Tomar, com os seus diferentes espaços (Castelo, Alcáçova, Pátio e Almedina), aos anos de 1160-1169⁷⁹.

O alambor de Tomar, erguido cerca de 1160-1169, revela-se assim como o mais precoce exemplo conhecido em Portugal para esta solução arquitectónica e, de resto, aquele que revela uma maior audácia. Na realidade, nunca mais se voltaria a utilizar em Portugal o alambor com esta extensão, dimensão e volume. O Castelo de Tomar foi, portanto, um verdadeiro estaleiro onde se ensaiaram diversas técnicas de arquitectura militar entre nós. O aparecimento do alambor revela-se de uma enorme modernidade no panorama militar português de então e não temos dúvida em afirmar que, quando foi concluído, o sistema defensivo de Tomar era o que de melhor até então se tinha erguido em Portugal. De resto, a utilização do alambor, certamente pelos elevados custos que acarretava, quedar-se-ia sempre mais ou menos excepcional entre nós, confinando-se a uma meia dúzia de fortificações, entre as quais poderíamos apontar:

- o castelo Tomar (na muralha exterior, erguida entre 1160 e 1169);
- o castelo de Pombal (na base da Torre de Menagem, construída em 1171);
- o castelo de Soure (na Torre de Menagem, a Norte, a mais recente das torres do castelo, erguida nos meados da segunda metade do séc. XII);
- o castelo da Lousã (na base da Torre de Menagem do castelo, uma construção da segunda metade do séc. XII, muito posterior ao recinto erguido por D. Sesnando, e cuja construção deve estar relacionada com o incremento de povoamento que se seguiu à atribuição, em 1151, da carta de foral e de doação do castelo aos seus moradores – DMP, DR, I, doc. 235);
- o castelo da Juromenha (em dois torreões da muralha medieval: no torreão central do conjunto de três que, voltados à entrada principal do castelo, flanqueiam esse troço da muralha medieval, e no torreão que se ergue nas traseiras da Igreja Matriz, vigiando o curso do Guadiana; ambos apresentam uma estrutura de taipa, muçulmana, capeada por fora com alvenaria, de iniciativa cristã, a qual

⁷⁹ Quando defendemos que as obras em Tomar se estenderam entre 1160 e 1169 reportamo-nos às obras militares. A Charola de Tomar, uma construção de planta centrada, com 16 faces e munida de deambulatório, deve ser algo posterior. Na realidade, julgamos que os Freires apenas terão iniciado a Charola depois de terem concluído as obras militares. A Charola de Tomar terá sido erguida em duas fases, a primeira cerca de 1170-1190 e a segunda nos meados do Séc. XIII. A primeira fase de construção da Charola, cerca de 1170-1190, explicaria as semelhanças que se detectam entre os seus capiteis e os da Sé Velha de Coimbra, podendo ser mais um exemplo de uma oficina que absorveu escultores saídos do atelier da Sé Velha depois da crise que estalou no fim do episcopado de D. Miguel Salomão (c. 1180). A interrupção das obras da Charola não deve ser estranha às consequências do cerco almohada de 1190 que, com a destruição que causou, mergulhou a região de Tomar em grave crise económica. A Igreja seria concluída apenas em meados do séc. XIII, quando o reino conseguiu sair de uma série de anos difíceis e se relançaram diversas outras obras interrompidas. Segundo G. Graf a Fase II da Charola apresenta siglas comuns com a Torre Sineira da Igreja de St^a. Maria dos Olivais, o que comprova que essa fábrica pertence aos meados da centúria de Duzentos (G. Graf, *Portugal Roman*, vol. I, Yonne, Zodiaque, 1986, p. 207). A Charola sofreu modificações na sequência do terramoto de 1508, que lhe afectou a cobertura, ditando a alteração do perfil da construção gótica. Dois anos depois, em 1510-12, sofreria alterações mais profundas e radicais, quando se adossou o corpo rectangular manuelino segundo traço de Diogo de Arruda. Sobre a Charola de Tomar vd. Elie Lambert, «Remarques sur le plan des églises abbatiales de Tomar et Batalha», *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, 1940, pp. 588-597; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. III da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Alfa, 1986, pp. 118-120; José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 53 e ss.; e Francisco Pato de Macedo in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando L. Carvalho Homem (Dir. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1996, p. 714.

- adopta o alambor; as alterações introduzidas pelas forças cristãs devem ser posteriores à primeira conquista, de 1167, e anteriores à queda da fortificação nas mãos de Abu Yacub al-Mansur, em 1191)⁸⁰;
- o castelo de S. Jorge, em Lisboa (onde surge utilizado no Castelo ou Paço Real da Alcáçova, em obra bastante mais tardia do que os castelos que temos vindo a analisar).

Importa, agora, averiguar a origem desta solução arquitectónica. Não acreditamos que a sua origem seja peninsular, até porque, tal como aconteceu em Portugal, o alambor foi também excepcional nos restantes reinos ibéricos. Na realidade, a arquitectura militar peninsular sempre preferiu as sapatas escalonadas ao alambor. Julgamos, pelo contrário, que a fonte de inspiração para esta solução arquitectónica deve ter sido a arquitectura militar dos Cruzados, no Próximo Oriente, onde Gualdim Pais permaneceu por cinco anos. Entre as fortalezas do Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Tripoli, no Principado de Antioquia e no Condado de Edessa, o uso do alambor foi relativamente comum. Sem a preocupação de sermos exaustivos registamos o seu uso nas seguintes fortificações (ordenando-as segundo um critério geográfico, de Norte para Sul):

- no Castelo de Bir, nas margens do Eufrates, integrado no Condado de Edessa (hoje Biredijk ou Birecik, na Turquia);
- no Castelo de Saone, no Principado de Antioquia, talvez o mais espantoso dos castelos dos Cruzados (hoje Qal'at Sahyoun, na Síria);
- no Castelo de Margat, no Principado de Antioquia (hoje Qal'at al-Marqab, na Síria);
- no Crac dos Cavaleiros, erguido na fronteira Norte do Condado de Tripoli (Qal'at as-Hisn al-Akrad, na Síria, desde 1957 designado Qal'at Salah-ed-Din em honra de Saladino);
- no Castelo de Beaufort, na zona Norte do Reino de Jerusalém (hoje Qal'at al-Shaqif);
- no Castelo de Belvoir, no Reino de Jerusalém, a Sul do Lago Tiberiades;
- no Castelo de Kerak de Moab, no Reino de Jerusalém (hoje Al Karak, na Jordânia)⁸¹.

De todos estes castelos salientemos o de Saone e o Crac dos Cavaleiros que constituem, sem dúvida, os mais importantes exemplos da arquitectura militar dos Cruzados no Próximo Oriente. Ambos usam o alambor nos núcleos centrais dos castelos, em fases que já estavam erguidas quando Gualdim Pais esteve no Oriente, entre 1151 e 1156, no quadro da II Cruzada, pregada em 1146 depois da queda de

⁸⁰ Sobre o Castelo de Juromenha veja-se, entre outros, Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Distrito de Évora*, Lisboa, 1978, pp. 35-40; José Pires Gonçalves, «As «Arrábidas» de Mértola e Juromenha», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 27, Lisboa, 1981, pp. 30-40; Fernando Branco Correia e Christophe Picard, «Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha», *Arqueologia Medieval*, vol. 1, Porto, 1992, pp. 71-89.

⁸¹ Sobre a arquitectura militar dos Cruzados veja-se, entre outros, Paul Deschamps, *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte. La Défense du Comté de Tripoli et la Principauté d'Antioche*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1973; Paul Deschamps, *La Terre Sainte Romane*, Yonne, Zodiaque, 1964, pp. 31-159; Michel Balard, «Des Châteaux Forts en Palestine», in Robert Delort, *Les Croisades*, Paris, 1988, pp. 167-183; T. E. Lawrence, *Crusader Castles*, edited by Denys Pringle, Oxford, 1990; e a recente síntese de Hugh Kennedy, *Crusaders Castles*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

Edessa. Segundo revelam as inscrições de Pombal e de Almourol, Gualdim Pais esteve por cinco anos no Oriente, tendo participado no cerco e conquista de Escalona, em 1153, e na defesa de Antioquia. Percorreu, assim, boa parte do Próximo Oriente, uma vez que Escalona fica no Sul, um pouco a Norte de Gaza, e Antioquia fica a Norte, quase junto de Alexandreta. E, tendo percorrido os mais de 500 quilómetros que separam os dois pontos, é natural que tenha visitado os mais importantes castelos cristãos do Oriente, quer os que estavam na posse da Ordem do Templo quer aqueles que estavam confiados aos cavaleiros da Ordem do Hospital. Aí tomou conhecimento de algumas das mais avançadas soluções arquitectónicas da época, as quais viriam a influenciar directamente o tipo de castelos que, mais tarde, veio a erguer em Portugal⁸².

O dispositivo militar erguido pelos Templários em Tomar foi posto à prova em 1190, com o cerco almohada de Yaqub Al-Mansur, e de novo em 1323, no quadro da crise entre D. Dinis e o Infante D. Afonso (1319-1324). Do cerco de 1190 ficou testemunho eloquente na inscrição de Tomar que já acima tivemos oportunidade de transcrever, a qual reproduz, na primeira parte, a inscrição fundacional de 1160 e encerra com o relato dos trágicos eventos do cerco almohada⁸³. Mesmo que o exército de Abu Yaqub Al-Mansur, que cercou Tomar em 5 de Julho de 1190, estivesse longe de ter os 400.000 cavaleiros e 500.000 peões que o lapicida quis fazer crer – o que deve ser entendido como forma de realçar a heroicidade da resistência dos Templários –, parece certo que seria notória a desproporção entre o exército sitiante e as forças cercadas. O cerco almohada traduziu-se na destruição de tudo o que ficava fora dos muros de Tomar, arruinando a economia dos Templários e das populações que viviam dentro dos seus domínios. No entanto, o exército almohada acabaria por desistir de conquistar a praça, para o que, tradicionalmente, se aponta a conjugação de uma série de factores, desde a inesperada resistência oferecida pelos Templários até à quebra dos abastecimentos vindos de Sevilha e à propagação de doenças entre as forças almohadas, que atingiram o próprio Abu Yaqub Al-Mansur⁸⁴. A estes factores devemos, sem dúvida, acrescentar as características arquitectónicas vanguardistas de Tomar, nomeadamente o potente alambor que se desenvolvia em redor das suas muralhas. Certamente que a presença desta solução arquitectónica deve ter desencorajado Abu Yaqub Al-Mansur, que acabaria por levantar o cerco em 11 de Julho de 1190 e se retirar, investindo contra outras posições cristãs de mais fácil conquista, como foi o caso de Torres Novas.

Quando estavam a concluir a construção do castelo de Tomar, os Templários receberam, em 1169, a doação dos castelos de Cardiga e de Zêzere. Seria na fronteira Sul destes novos domínios, no âmbito territorial do castelo de Zêzere, que os freires decidiram erguer o Castelo de Almourol, o último castelo que abordaremos neste estudo⁸⁵. Para além de confirmar a posse de Tomar, a doação de 1169 ampliou o ter-

⁸² Amorim Rosa já tinha defendido que a arquitectura do Castelo de Tomar denotava influências da arquitectura militar dos Cruzados no Próximo Oriente, citando nomeadamente o Crak dos Cavaleiros e o Castelo de Saone (cf. *História de Tomar*, Tomar, 2ª Ed., Fac-similada, 1988, pp. 44-45). No entanto, os argumentos por si invocados – a existência de duas linhas de muralhas ameaçadas, o enquadramento da Porta do Sangue por dois torreões quadrangulares, e as muralhas guarnecidas com torreões circulares – não são convincentes. Na realidade, não seria necessário ir até ao Próximo Oriente para encontrar paralelos e fontes de inspiração para esse tipo de soluções. Julgamos, pelo contrário, que a influência da arquitectura dos Cruzados sente-se em Tomar, de forma clara e inequívoca, no uso do alambor, pomenor que escapou ao olhar de Amorim Rosa e de todos os autores que se debruçaram sobre este castelo. Na realidade, nenhum deles valorizou suficientemente esta original solução militar.

⁸³ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 188, pp. 399-405 (onde se indica outra bibliografia).

⁸⁴ Vd. Ambrósio Huici Miranda, «Las campañas de Ya'qub Al-Mansur em 1190 y 1191», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, pp. 63-64.

⁸⁵ Sobre o castelo de Almourol, e para além da colaboração de Garcês Teixeira dispersa em diversos números dos *Serões de Tancos* e de outra bibliografia que a seguir se indicará, veja-se, ainda, Manuel Osório, «O Castello de Almourol», *Revista de Engenharia Militar*, vol.

ritório doado aos Templários uma década antes, em Fevereiro de 1159, prolongando-o até ao curso do Tejo. Os freires ficaram, assim, na posse de um amplíssimo domínio, com uma implantação estratégica notável, que lhes permitia controlar uma boa porção do vale do Tejo e uma das estradas medievais mais trilhadas – a via que atravessava o Tejo em Punhete (hoje Constância) e se dirigia até Coimbra passando pela Ladeia. Mas ficavam, igualmente, com o controlo dos caminhos que, acompanhando a margem Norte do Tejo, se dirigiam de Leste para a Santarém⁸⁶. Estas circunstâncias explicam a localização desta nova estrutura militar. Decorria o ano de 1171 quando o castelo começou a ser construído numa pequena ilha rochosa, em pleno leito do rio Tejo, um pouco a jusante da foz do Zêzere, a meio caminho entre Vila Nova da Barquinha e Constância. Nesse mesmo ano estavam os Templários igualmente empenhados na construção da Torre de Menagem de Pombal, facto que explica que os dois castelos possuam inscrições muito semelhantes, executadas pelo mesmo lapicida e com textos quase coincidentes. O Castelo de Almourol revela, pelo reaproveitamento de diversos materiais, a velocidade de construção que os Templários quiseram imprimir. Assim se explica a presença de uma inscrição romana na ombreira da porta do castelo⁸⁷, bem como pequenos fragmentos de frisos com temas que, tradicionalmente, atribuímos à arquitectura visigótica, aplicados no alto da muralha interna. O castelo ocupa a totalidade do espaço disponível, erguendo-se sobre os afloramentos rochosos que garantiam uma cota suficientemente elevada para ficar a salvo da normal subida das águas do Tejo durante o Inverno. Obedecendo a estas condições a superfície disponível revela-se exígua, tendo permitido apenas a construção de um pequeno castelo com dimensões máximas de 54 metros de comprimento e 31 metros de largura (Fig. 5). A planta de Almourol adapta-se aos condicionalismos impostos pela topografia do local, assumindo um contorno irregular. No entanto, houve a preocupação de regularizar o perímetro, adoptando-se sempre que possível troços de muralha rectilíneos. Sublinhemos, por outro lado, que todas as inflexões de itinerário da muralha de Almourol foram assinaladas com torreões de planta circular – dez ao todo – que assumem por vezes um grande desprendimento em relação aos muros, o que torna-os particularmente indicados para o tiro flanqueado. Esta característica denuncia, desde logo, uma preocupação militar e uma sábia adaptação da construção aos condicionalismos impostos pelo local. Apesar de ter dimensões reduzidas, o Castelo de Almourol apresenta o seu espaço compartimentado, aproveitando a diferença de cotas dos afloramentos para definir duas áreas independentes. Na realidade, depois de se passar a porta de entrada do castelo, que é flanqueada por dois torreões circulares, um deles de apreciáveis dimensões, temos acesso a um primeiro pátio que se encontra isolado da Torre de Menagem e do pátio superior por uma muralha interna. Uma vez mais, devemos salientar a actualidade desta concepção de espaço que permite que, uma vez ultrapassada a primeira porta, as forças inimigas não tenham acesso à totalidade da estrutura castelar mas apenas a uma parte inferior, sobre a qual é possível tiro a partir de planos superiores. Neste recinto inferior erguiam-se algumas construções de apoio à guarnição militar, das quais temos notícia

I, Lisboa, 1896, pp. 199-208 e vol. II, Lisboa, 1897, pp. 32-42; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 167-176; Alfredo Gonçalves da Costa, «O Castelo de Almourol e o Turismo», *Livro do Congresso. Primeiro Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1982, pp. 14-20; e João José Alves Dias, *Paio de Pele. A Vila e a Região do Século XII ao XVI*, Santarém, 1989. Sobre a área em que o castelo se insere veja-se, ainda, João José Alves Dias, «Uma grande obra de engenharia em meados do Século XVI. A mudança do curso do Rio Tejo», *Nova História*, vol. 1, Lisboa, 1984, pp. 66-82, e João José Alves Dias, «As Comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo na Idade Média», *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 1991, pp. 101-112.

⁸⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os Homens*, Cascais, 1996, p. 40.

⁸⁷ Trata-se da inscrição funerária de Quinto Cadio Frontão e de seus familiares, estudada por Hübner, Borges de Figueiredo e Garcês Teixeira, deslocada para Almourol aquando da construção do Castelo.

até Época Moderna e das quais encontramos vestígios na estereotomia dos muros e em vários alicerces colocados à vista por uma escavação antiga e pouco cuidada⁸⁸. A existência de habitações para os elementos da guarnição militar explica a presença de duas amplas janelas residenciais rasgadas na muralha Sul do Castelo. Quase na extremidade oposta à da entrada, e depois de se ter contornado a base da Torre de Menagem, encontra-se a segunda porta do Castelo de Almourol, que permite o acesso ao pátio superior. As duas portas do castelo de Almourol – a exterior e a interior – encontram-se coroadas por inscrições datadas de 1171 que revelam o ano em que a fortaleza foi erguida e o protagonismo de D. Gualdim Pais nesta iniciativa⁸⁹. No entanto, não são estas as únicas portas que o Castelo de Almourol conhece. Na realidade, o Castelo possui uma Porta da Traição, rasgada na parede Sul, à sombra de um dos torreões redondos, sabiamente camuflada pela construção e topografia, que passa despercebida a olhar menos atento. O pátio superior do Castelo de Almourol possui dimensões ainda mais exíguas que o primeiro reduto, tendo quase um quarto da sua superfície disponível ocupada pela Torre de Menagem, que se ergue dominante. Esta implanta-se nos afloramentos mais elevados e não apresenta qualquer sintoma de alambor. O castelo de Almourol possui, como todos os castelos medievais, o seu caminho de ronda que corre no alto dos muros. No entanto, no caso de Almourol não possuímos um, mas dois caminhos de ronda, autónomos. O primeiro percorre o adarve da muralha exterior ao longo do recinto inferior, e tem um desenvolvimento linear. As sentinelas que faziam a vigilância, iam e vinham entre dois torreões, num itinerário relativamente pequeno que percorria dois troços quase rectilíneos de muralha, articulados em ângulo pouco pronunciado. O segundo caminho de ronda apoia-se na espessura dos muros superiores e apresenta uma particularidade digna de nota. Na realidade, um adarve ou caminho de ronda caracteriza-se por se apoiar na secção das muralhas e por apresentar um parapeito, coroado por merlões ou ameias, erguido junto da face exterior do muro. Normalmente um caminho de ronda não possui parapeito na face interna do muro. Em Almourol, a maior parte do adarve obedece a este esquema mais comum. No entanto, nas duas extremidades do circuito superior do adarve – sobre a porta de entrada do castelo e no extremo oposto a esta – encontramos pequenos troços de caminho de ronda que correm à cota do circuito superior, com grandes desníveis em relação ao adarve inferior, e que adoptam o duplo parapeito, apresentando muro com ameias em ambas as faces (Fig. 5). Assim, estas duas pequenas porções de caminho de ronda aproximam-se, em termos formais, de uma *couraça*, uma solução arquitectónica que pode ser precisamente definida como uma porção de muralha que, despreendendo-se do muro principal, permite acesso a um ponto afastado e que é munida de adarve com duplo parapeito⁹⁰. A maior parte das couraças apresentam um desenvolvimento perpendicular ao muro

⁸⁸ Dessa escavação, realizada em 1899, temos algumas notícias em Garcês Teixeira, «O Espólio do Castelo de Almourol», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1932, pp. 4-10, reed. in *Revista de Arqueologia*, vol. 2, Lisboa, 1934-36, pp. 140-145. Uma primeira versão deste artigo fora editada em *Serões de Tancos*, vol. I, Tancos, 1929, pp. 12-15 e 19-22. Entre as estruturas que se erguiam no interior do castelo de Almourol contava-se, desde 1467, uma pequena capela de que não resta hoje memória ou vestígio – cf. António Baião, «Uma Capela de N. Senhora no Castelo de Almourol, inaugurada no meado do Século XV», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1951-59, pp. 15-16.

⁸⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 137 (sobre a porta exterior) e nº 138 (sobre a porta interior), pp. 302-308. A inscrição da porta exterior, a mais extensa, reproduz quase fielmente a inscrição do Castelo de Pombal que se conserva, hoje, no recinto do Convento de Cristo, em Tomar. As três foram executadas pelo mesmo pedreiro-lapidista, como tivemos oportunidade de realçar no nosso estudo de 1995.

⁹⁰ Luis de Mora-Figueroa define Couraça como «*muralla que partiendo del recinto fortificado permite el acceso protegido a un punto no muy lejano, normalmente para procurar la aguada, y con adarve de doble antepecho*» (Luis de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cadiz, 1994, p. 85). A Couraça é, aparentemente, uma solução da arquitectura militar peninsular, que apenas surge na Península Ibérica e no Norte de África, aqui predominantemente em praças detidas pelos portugueses no séc. XV e XVI – vd. Robert Ricard, «Couraça et Coracha», *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid, 1954, pp. 149-172, reed. in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955, pp. 465-495.

principal, de onde se desprendem. São, assim, muros isolados, que podiam ser atacados de ambos os lados, o que motivou a adopção do duplo parapeito. No caso de Almourol os dois troços do caminho de ronda que adoptam o duplo parapeito não possuem desenvolvimento perpendicular à muralha do castelo. No entanto, desprendem-se do circuito superior do adarve e, ao avançarem até aos torreões extremos do castelo, apresentavam parte do seu itinerário sujeito a tiro a partir do pátio inferior. Em situação normal tal não oferecia grande perigo, mas em caso de o pátio inferior ser conquistado por forças inimigas representavam uma clara desvantagem. A inclusão do duplo parapeito nestes troços do adarve veio solucionar o problema, permitindo a defesa eficaz da guarnição militar não só em relação ao exterior mas também em relação ao pátio inferior do castelo. Trata-se de uma solução muito original, que não recordamos de encontrar em mais nenhum castelo português. A originalidade desta solução reflecte, uma vez mais, uma grande capacidade de adaptação das soluções arquitectónicas aos condicionalismos do terreno e um invulgar domínio da arte militar. Por isso, o Castelo de Almourol representa, igualmente, um marco importante na arquitectura militar dos Templários e, de uma maneira mais geral, na arquitectura militar portuguesa.

A análise das características que os Templários imprimiram à sua arquitectura militar, especialmente ao longo do mestrado de D. Gualdim Pais, parece-nos comprovar de forma inequívoca que esta Ordem militar era a instituição no reino que dominava melhor as regras da arquitectura militar, que melhor as sabia aplicar no terreno, e que assinou algumas das mais inovadoras estruturas que Portugal conheceu ao longo do Séc. XII. Permite, ainda, realçar a particular importância que, neste contexto, representa o terceiro quartel do Séc. XII, um período muito fecundo em novidades, que se afirma como um verdadeiro momento de charneira na evolução da nossa arquitectura militar. As características inovadoras e vanguardistas destas soluções, e o papel que elas representaram no panorama da arquitectura nacional, que não tinham sido devidamente avaliadas pelos Historiadores, bem merecem que, de agora em diante, lhes dediquemos uma maior atenção.

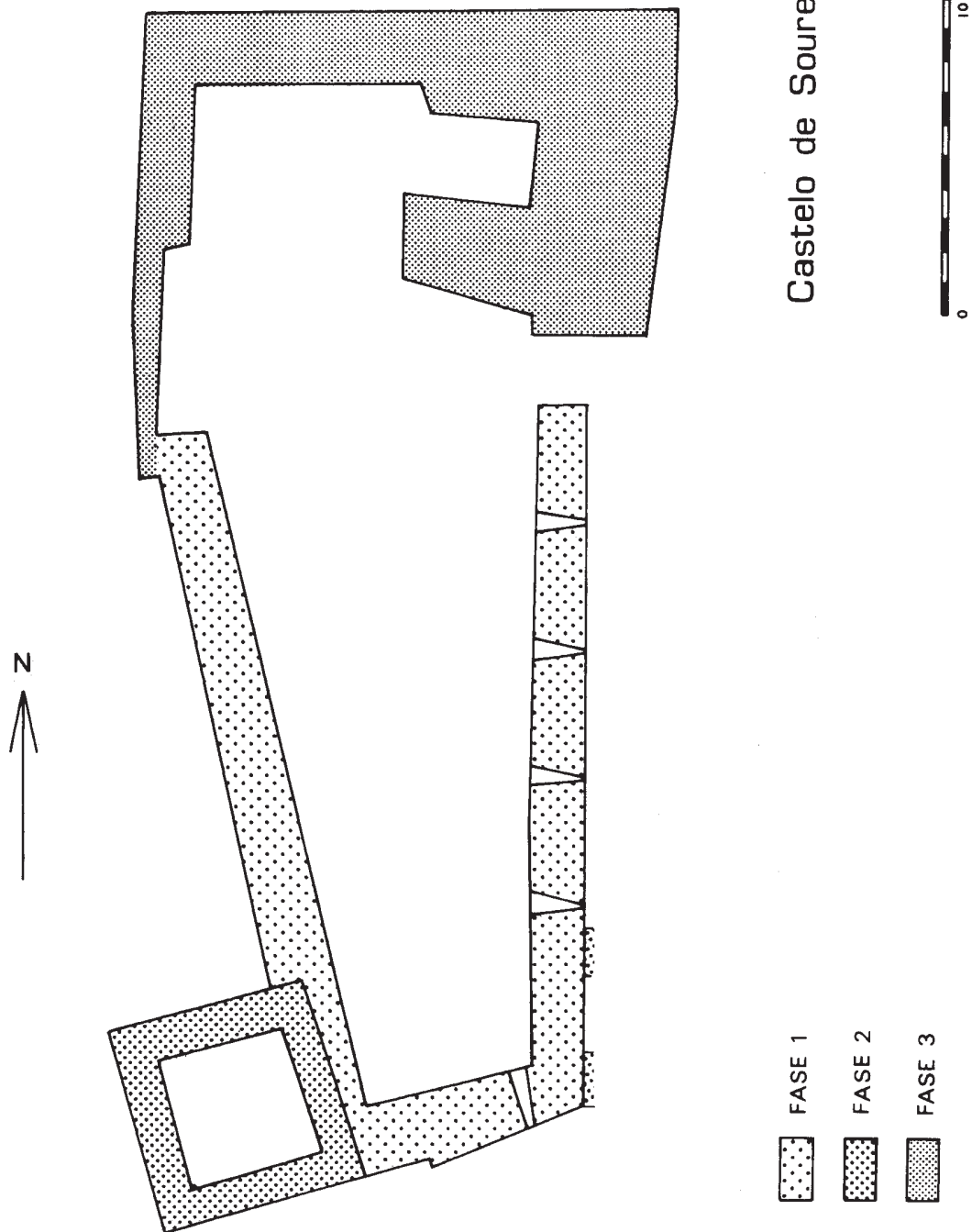


Fig. 1 – Castelo de Soure – Fases de Construção.

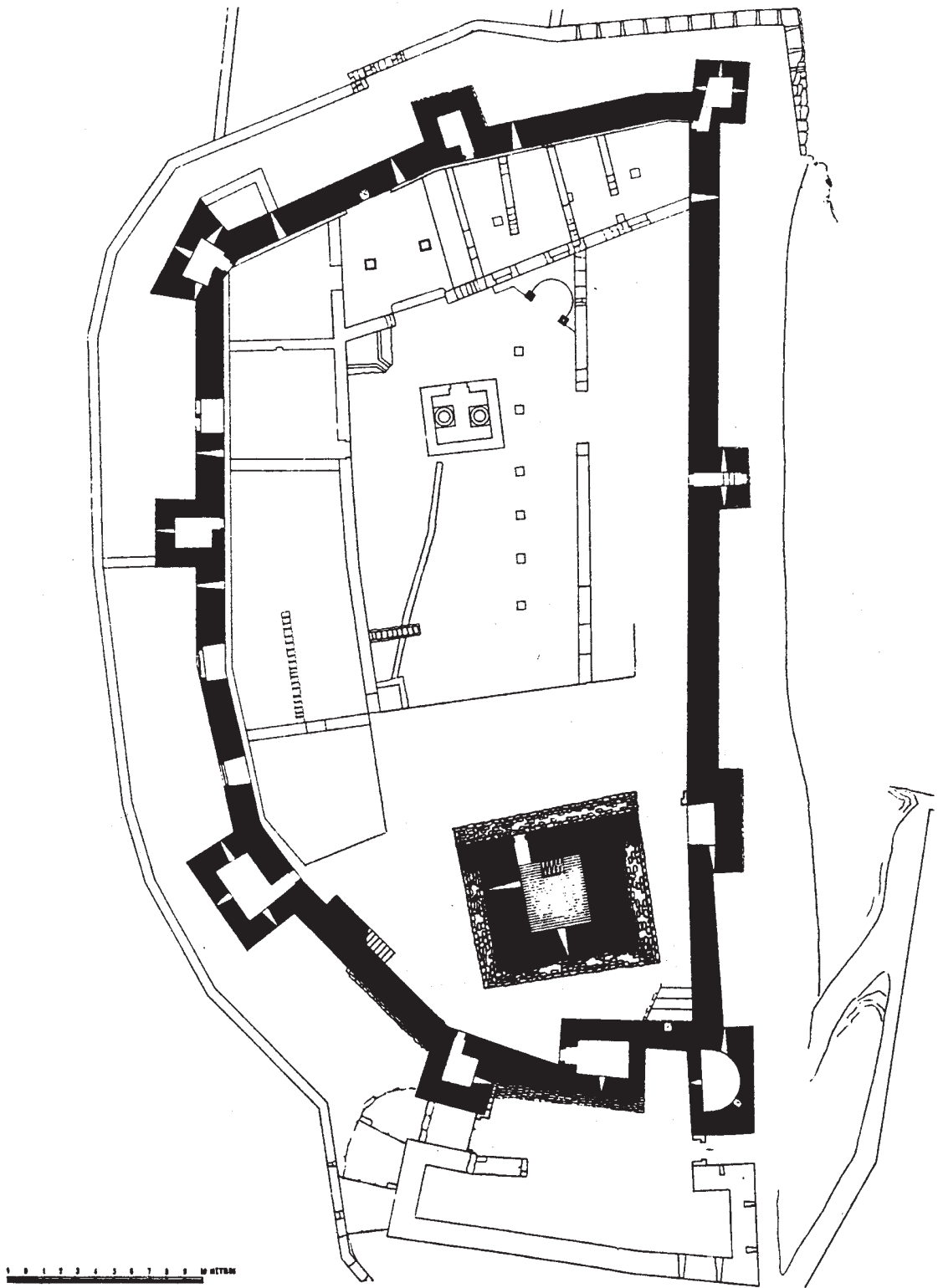


Fig. 2 – Castelo de Pombal (Planta da D.G.E.M.N.)

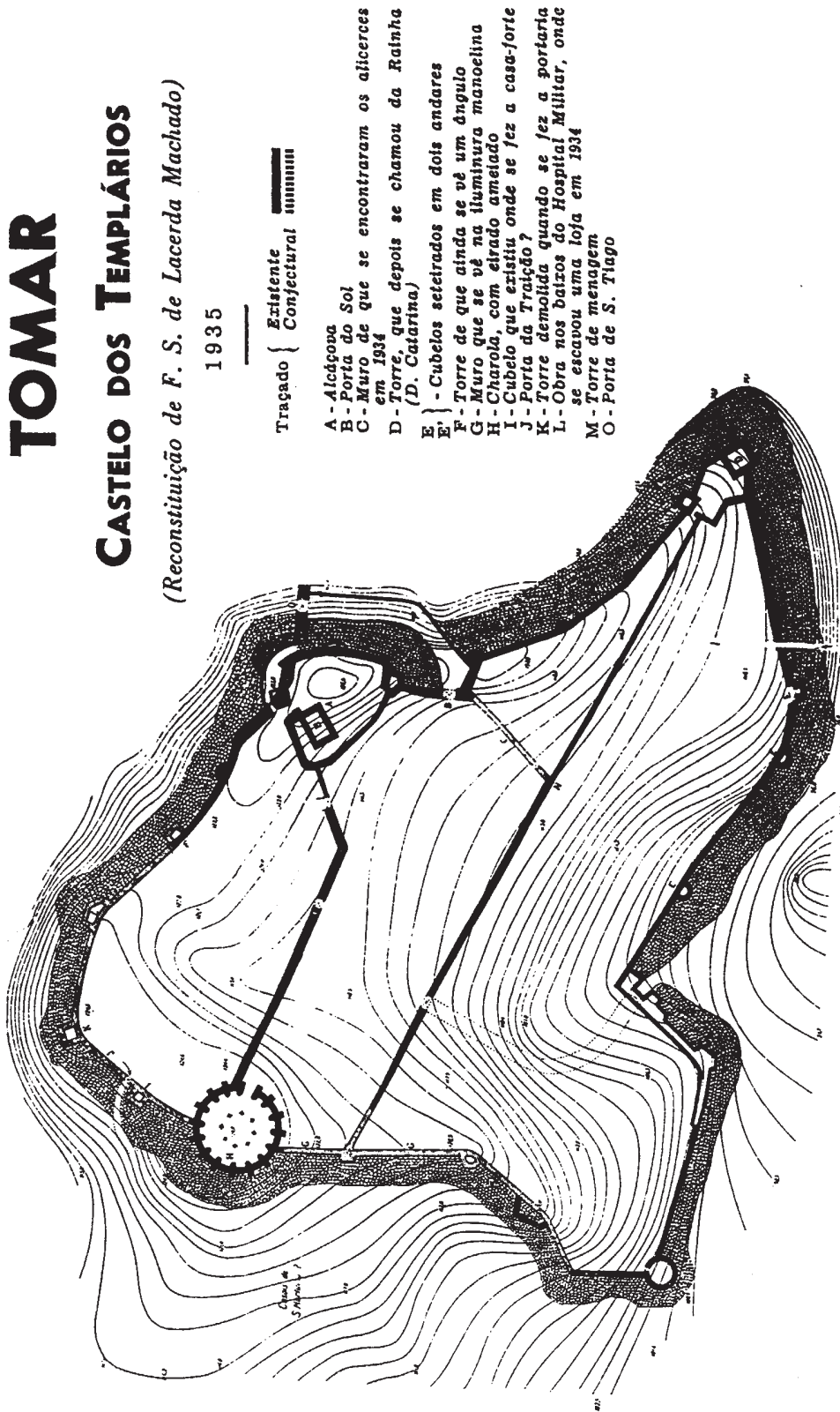


Fig. 3 - Tomar - reconstituição do Castelo Medieval (planta de F. S. Lacerda Machado, 1936)

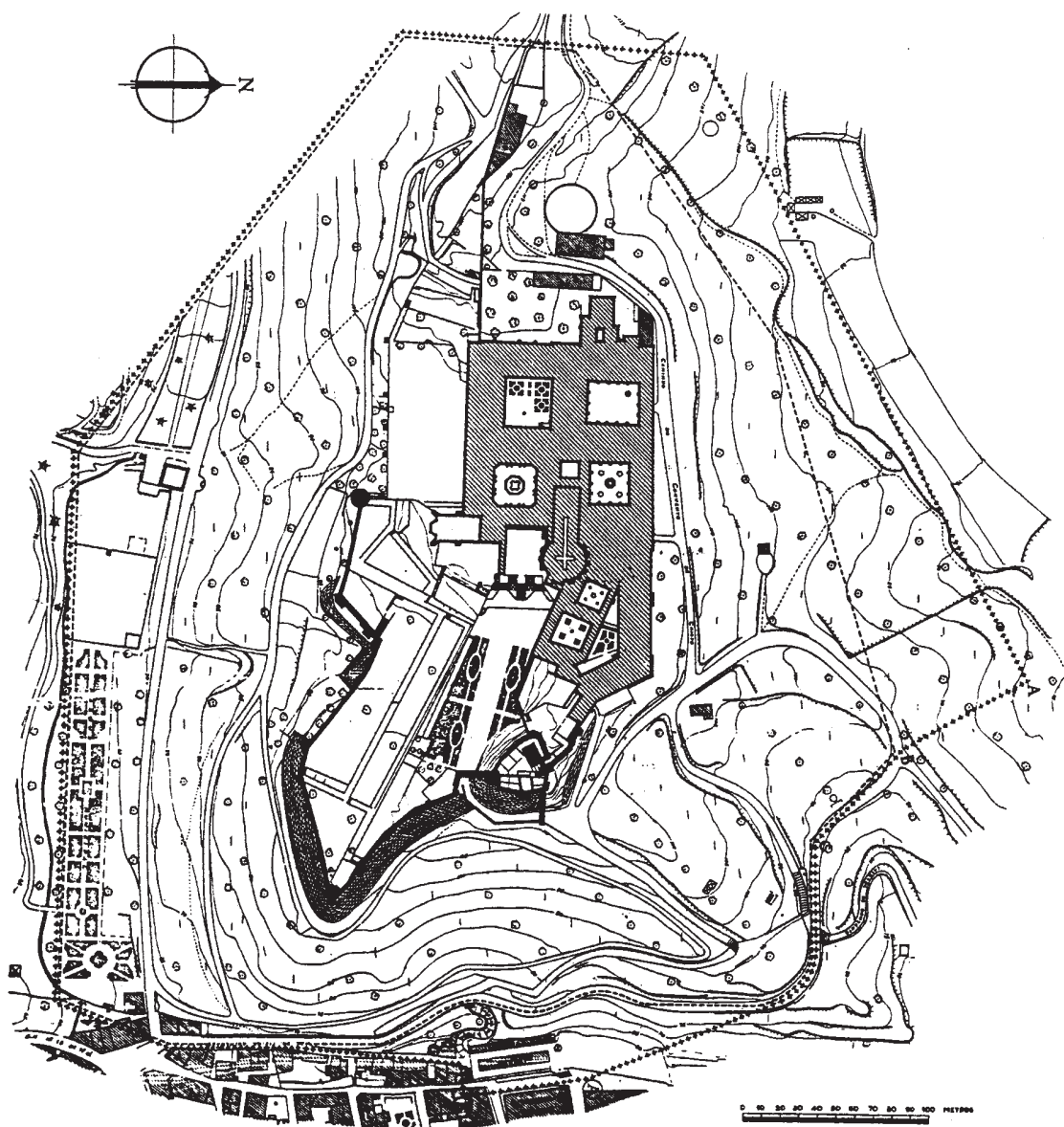


Fig. 4 – Tomar – planta actual do Castelo (planta da D.G.E.M.N.)

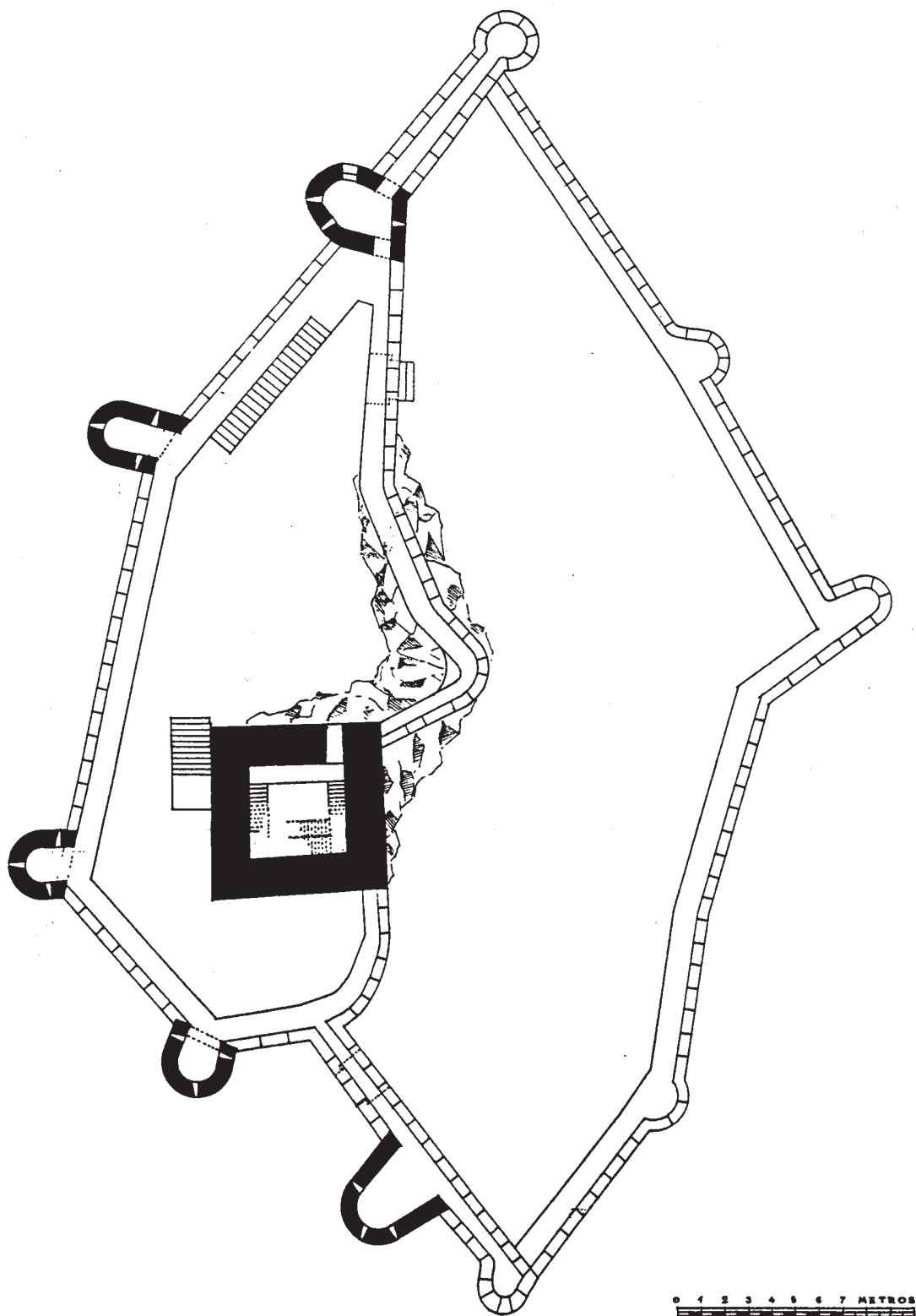


Fig. 5 – Castelo de Almourol (planta da D. G. E. M. N.)



Fig. 6 – Castelo de Soure – fachada Leste.



Fig. 7 – Castelo de Pombal – Torre de Menagem.



Fig. 8 – Castelo de Tomar – muralha com alambor, entre a Porta do Sol e a Torre do Relógio ou da Rainha



Fig. 9 – Castelo de Tomar – muralha com alambor, entre a Torre da Rainha e a Porta da Alcáçova ou do Sangue.

NOTAS PARA O ESTUDIO DO SAL EN GALICIA. PERIPECIAS DUNHAS SALINAS

Francisco CALO LOURIDO

Nunha terra como a galega, con 1 195 km de costa e unha importantísima historia mariñeira, conseguir sal con que trata-la pesca foi un obxectivo prioritario para os habitantes da beiramar. As características do noso litoral, xunto coa forza dos temporais, a cantidade de días chuviosos e o enorme aporte de augas doces que os ríos verten continuamente na maior parte das comboas susceptibles de se converter en salinas fixeron que, desde sempre, fomos deficitarios neste mineral, precisando da súa continua importación. Con todo, coñecemos moitos esforzos encamiñados a paliar esta situación ou a tentar supli-lo sal estranxeiro cando as guerras ou as tensións políticas, sobre todo con Portugal, principal abastecedor, así o facían necesario.

Precisamente na explotación do sal mariño está un dos factores, non esencial, pero, conxugado con outros, si importante para explica-la formación das comunidades de pescadores (Cfr. CALO, 1993: 201-220 e ID, 1996). Imos desenrolar este cativo artigo, adicado á memoria do noso mestre e amigo Carlos Alberto, dando unhas poucas pinceladas, a xeito de extrapolacións, sobre o permanente interese galaico polo sal para, nunha segunda parte, dar a coñecer uns datos inéditos sobre a feitura e vicisitudes dunha salina pontevedresa.

Descoñecemos-la época na que se escomezou a beneficia-lo sal mariño no Noroeste, pero si sabemos que os romanos foron festonando a beiramar de *villae* ou factorías de salga que as excavacións, caso das de Adro Vello no Grove, ou as maruxías van deixando ó descuberto, como son as da Praia de Area en Viveiro (VÁZQUEZ SEIJAS, 1952), Angeiras (ALMEIDA, 1969) ou Póvoa de Varzim (ALMEIDA, 1972). Descoñecemos se o sal viña do sur ou se se apañaba ó pé dos enclaves salazoneiros.

Na Idade Media xa empezan a ser frecuentes os restos materiais de salinas ou os datos documentais referentes a elas, tanto na costa norte de Portugal como na actual Galicia, onde a primeira cita coñecida referencia a doazón que no ano 886 fai Alfonso III á igrexa de Santiago, previa confiscación ó conde Hermenexildo Pérez, dunhas salinas e viveiros entre Padrenda e A Lanzada. Os mosteiros, caso do de Celanova, xa desde a nai de San Rosendo, recibirán outras (Cfr. BARREIRO SOMOZA, 1988: 246).

Para o norte de Portugal hai varios documentos do S. XI que fan de «cortes de salinas» e as Inquiriçoes relacionan outras na foz do Lima que se rexían por unha usanza que fai remonta-la explotación ó tempo antigo. En 1258 menciónanse outras na foz do Douro, especificando que son todas reguengas (Cfr. SAMPAIO, 1979: 58-59 e 71). Pero xa Afonso Enriquez tiña lexislado sobre as salinas de Fão, concedendo o décimo ó convento de N.S. da Atalaia, e desde o S. X os escandinavos ían procurar sal a Portugal, sobre todo a Setúbal (MOUTINHO, 1985: 15-16).

Brochado de ALMEIDA (1979) excavou unhas instalacións salineiras en Lontreiras (foz do Neiva), dando conta doutras en S. Bartolomeu do Mar e Belinho; fai unha relación das existentes na costa N. de Portugal a partir do S. X e di que proliferan no S. XI, aumentan no XII e decaen logo do XIII; aínda se construírán outras no S. XV en Matosinhos e Caminha, pero non poderán competir cos grandes centros do Texo, Sado, Vouga e Mondego. Neste S. XV as carabelas de Viana cargadas de sal demandaban dúas veces por ano os portos de Londres, Bristol, Tenabin e Irlanda (MOREIRA, 1984: 104).

Os bispados e mosteiros galegos tamén importan sal de Portugal e do Mediterráneo e, para asegura-la posesión deste produto, mercan salinas fóra de Galicia, como as que adquiere o mosteiro de Sobrado dos Monxes en Moledes, perto de Villafáfila, ó tempo que se fai coa granxa chamada Salinas na ría de Betanzos (PALLARES, 1979: 181). Unha proba evidente de que o sal importado resultaba moi caro témolo no pouco económico sistema de fornos para evapora-la salsa que os bispos de Mondoñedo mandan facer no porto de Ribadeo (RODRÍGUEZ GALDO, 1976: 136-137).

As salinas locais da costa de Pontevedra, que seguramente xa nunca foran suficientemente productivas como para abastece-la demanda, deixan de ter interese a partir do S. XII, por ser máis ventaxosa a importación; desde mediados do S. XIII chegará á esta gran vila pesqueira de Pontevedra, que se está a formar desde o século anterior, sal procedente de Francia e de Portugal. Vai ser Alfonso XI, no Ordenamento de 1338, quen implante o sistema de alfólís e monoplice o comercio e distribución do sal, co que o produto galego desaparece practicamente e o foráneo sufrirá unha elevación de prezos e, conseguintemente, dara lugar á aparición do contrabando (cfr. ARMAS, 1992: 187 ss.). Desde o S. XVI, concretamente desde o 1564 con Felipe II, o sal está estancado (nacionalizado) e a súa necesidade é máis que perentoria e esta situación continuará ata o desestanco de Prim en 1868.

Poderíamos encher páxinas e páxinas tan só amoreando datos alleos sobre a cuestión do sal en Galicia e algunha vez haberá que facelo; pero para este traballo pode chegar coas anteriores citas, escolleitas de xeito caseque aleatorio, pois do que se trata é de plantexar unha carencia importante na nosa economía, dando entrada a un dos moitos intentos de paliala.

★ ★ ★

A mediados do S. XVII fúndase en Pontevedra un Colexio da Compañía de Xesús e vaise converter en patrono do mesmo o pontevedrés, de familia oriunda de Ourense, D. Antonio Mosquera Villar y Pimentel (Cfr. RIVERA, 1989, 355 ss.). O segundo patrón vai se-lo seu fillo D. Melchor Mosquera e Pimentel, Administrador Xeral de Salinas do Reino de Galicia e Principado de Asturias, quen concederá ó Colexio «ciertos sitios llamados del Ullo para fabricar salinas». D. Antonio Caraveo, Provincial da Compañía «en esta Provincia de Castilla la Viexa» dá poder e licencia ó P. Antonio Quindos, Rector do Colexio en Pontevedra, para acepta-la cesión. Asinouse o despacho en Valladolid o 13 de setembro de 1693. Facemos notar que estes datos, como todos os que seguen sobre esta salinas, transcribímolos dunha exhaustiva documentación que obra nun arquivo privado, agradecendo ó seu propietario as facilidades para o seu estudo.

Fixémonos no ano en que estamos e lembremos que a longa guerra contra Portugal fixo que tiveramos problemas de abastecemento de sal, sendo insuficiente,

amais de moi caro, o sal que chega da costa bretona. Hai, pois, unha gran preocupación polo sal e, no mesmo ano en que se conceden as salinas ós xesuítas, varios nobles solicitan licencia ó Concello de Pontevedra para fabricar unhas salinas nas marismas, pastos e baldíos da vila. Non hai noticias de que se chegaran a facer (FORTES, 1993: 406).

Sabemos que a Compañía si vai construír tres salinas: «Launa enel Ullo/o Davaxo, la otra enel sitio de Gordenla y freixeiro y otra en Porto deMuyños», como lemos nun documento de 1727. Nese mesmo documento dáse conta dun pleito que encozega o 29 de outubro de 1726 entre o Colexio e os veciños de San Martiño de Vilaboa. A causa vai ser que os regos de auga que baixan dos montes e van dar ás salinas están sen limpar, e o mesmo pasa co camiño real por onde transitan os «pasaxeiros» e o cura cos sacramentos. As enxurradas «ofenden» as salinas e a Compañía defende que a limpeza é obra dos veciños, que isto xa vén de vello e que deben de limpar presas e gabias unha vez ó mes. O representante destes di que nunca tal cousa fixeron. É máis, engade que das tres salinas só unha está en funcionamento e que antes de chegar a elas teñen os xesuítas uns pastos de sembradura de máis de 150 ferrados por onde baixan as augas, criándose moito xunco e toxo que é o que impide o paso da corrente, facendo que a auga retroceda e perxudique as propiedades dos veciños. Segue a argumentar que nas dúas salinas abandonadas por estériles arrendaron os xesuítas o xunco, toxo e herba a uns particulares, «no pudiendo hacerlo, por ser el pasto común de los vecinos y sólo a estos se les podía primar estando existente dichas salinas y produciendo la sal...». Pide que os veciños poidan aproveitar os pastos, agás na salina que aínda está en funcionamento, e solicita un recoñecemento ocular das mesmas.

Fixose o tal recoñecemento, que conservamos recollido de xeito absolutamente meticuloso na documentación, o 30 de decembro de 1726 e acordouse que os propietarios lindeiros limparan as gabias ou regos de auga ata chegar ó camiño. Este deberá de ser limpo por tódolos veciños da freguesía, e a Compañía de Xesús deberá de ocuparse da limpeza unha vez que as gabias entren na xunqueira que rodea as salinas. As outras dúas salinas, chamadas «de la Cruz» e «de S. Ignacio» foron tamén recoñecidas e viron que estaban arruinadas e as bancas e banquetas desmoronadas.

Seguen logo moitos documentos con tiras e afrouxas sobre o cumprimento destas obrigas... Pero o que a nós agora nos interesa é destacar que tan poucos anos despois da súa feitura xa están en desuso dúas das tres salinas, e realmente a produción da que aínda funciona debeu de ser sempre insignificante a vulgar pola falta de datos na documentación da Compañía e no propio Catastro do Marqués de Ensenada. Na resposta á pregunta 17 lemos: «Que en dicha feligresía de Vilaboa y lugar que se nombra de Ulló hay una salina a la orilla de la ría de Redondela que baña aquel sitio la cual es perteneciente al Colegio de La Compañía de Jesús de esta dicha Villa... Tampoco pueden decir la porción de sal a que podrá ascender la que se fabrica en dicha salina un año con otro». Engade que o mesmo Colexio ten outras dúas salinas arruinadas, unha no lugar de Larache e a outra no Ulló a carón da primeira, pero que nelas non se fabrica sal desde hai uns trinta anos «por la demasiada fuerza de la mar».

A conclusión que sacamos da reiterada ausencia de datos é a de que estas salinas non deberon de incidir significativamente sobre a provisión de sal que Pontevedra, xa con dous alfolís, demandaba, que segundo parece era de 24.000 fanegas en 1705 (CAAMAÑO, 1968: 5-6). O único dato que atopamos sobre a produción do Ulló é un de 1736 no que se di que produciu a penas 200 fanegas de sal «cuando otras veces daban de 6000 a 8000 fanegas». Cecais por eso tivo que escribi-lo Padre Sarmiento en 1748: «No han de creer los venideros lo que con la *sal* pasa en este Reino, que teniendo más de 150 leguas de costas de océano y con mil sitios para *salinas*, le venga y necesite venir la sal de países extraños...» (SARMIENTO, 1995: 42).

O que si xeraron as tres salinas mentres pertenceron á Compañía foron pleitos continuos, chegando a acusa-los xesuítas ós veciños de que deliberadamente arruinaron a fábrica das mesmas. Os tribunais fallan a favor dos veciños, mandando tira-los muros, pero o Rector da Compañía recorre ó propio monarca e este, Felipe V, di que non se deben derruí-las salinas polos «graves perjuicios» que se lle causarían non só á Compañía, senón á Real Facenda, xa que esta cobraba medio real por cada fanega de sal que o Colexio fabricara. Este fallo ten data de 6 de outubro de 1728, cando xa podemos pensar que as salinas estaban absolutamente improductivas e que o único que interesaba á Compañía era conserva-los terreos; pero o monarca estaba lonxe...

Prodúcese a expulsión e a desamortización dos bens da Compañía e novamente voltamos a atopar documentación sobre as terras que ocuparan as «salinas viejas». Concretamente nunha relación que o escribano Roque Pérez Sarmiento fai en 15 de xullo de 1784. Sabemos así que os veciños de Vilaboa voltan a reclamar os terreos, chegando mesmo ó Exmo. Sr. Conde de Aranda. Todos estes terreos foran arrendados polos xesuítas a Francisco Pérez e Jacinta del Río e posteriormente ó seu xenro Francisco González.

Expulsados os xesuítas e, malia as reclamacións dos veciños de que os pastos pasen a ser zonas comunais, saen estas antigas salinas e xunqueiras circundantes a pública subasta, pero non aparece ningún postor. O 5 de decembro de 1786 comunícase que a banca (o muro de peche pola banda do mar) da salina apareceu arruinada con varios boquetes. Botóuselle a culpa ó mar que estaba a ter grandes temporais por esa altura. A Xunta de Temporalidades da Compañía decide arranxa-los desperfectos. Chama a Pedro Candendo, veciño de Santa María de Mourente e mestre de cantería, para que faga unha avaliación dos danos e un presuposto. Será precisamente gracias a este incidente polo que coñeceremos as dimensións da banca das salinas. Sabemos así que se trataba dun muro con dirección N.-S. de 562 varas e media castellanas, de catro cuartas cada unha, de longo e paredón de cantería, entre 6 e 8 cuartas de ancho e cun reforzo de «tepe» (terra con pedra) dunhas 10 cuartas, o que daría un total dunhas 16-18 cuartas de ancho.

Estes terreos van xerar nos anos seguintes gran cantidade de documentación que vai desde a renuncia ó seu aluguer ata novas taxacións e desembocar por fin nunha transacción. O 20 e febreiro de 1794 os tres terreos das vellas salinas pasan a propiedade de D. Bernardo José de Mier, veciño e Xuíz de Pontevedra. Pagou por todo 31.833 reais e 11 marevedís e un tercio de outro. Falta un chanzo da escaleira e uns anos despois, en 22 de novembro de 1814, vemos que o propietario é un clérigo importante, o Exmo. Sr. D. Pedro de Acuña y Malvar, natural de Salcedo (Pontevedra) que testa a favor de seu irmán, D. Andrés Acuña, facendo constar «que si bolbiesen a estos Dominios los Jesuítas se les restituirá toda la posesión que tiene SE. en el Ulló de Villaboa...»

Pasan estas salinas do Ulló por outros propietarios: D. Ramón Buch aparece citado en 1842 e nos anos seguintes D^a Manuela Fernández Molina. No testamento de D. Juan José de Arana de 23 de abril de 1853 voltan a aparecer estes terreos (ou mellor unha gran parte dos mesmos, pois outra parte era, como se veu, de D^a Manuela Fernández) e en 31 de agosto de 1870 lemos que se fai unha cesión a D. José Nazario de Arana. Este, veciño de Zaragoza e residente circunstancialmente en Madrid, nomea apoderado delas e doutros bens en Pontevedra a D. Prudencio Dios, que xa o fora de seu pai D. Juan José de Arana. Sábese porque xa en 1867 este administrador, facendo constar que a finca do Ulló fora adquirida por este último directamente do Estado, presenta unha denuncia contra os veciños que aproveitan o argazo ou ceba que chega ata as salinas con perxuizo para o propietario da finca. A resposta foi que «Este producto es del primer ocupante estando en tierra y si se halla en el agua pertenece con preferencia a los matriculados, de modo que la pretensión del recurrente es viciosa en todos conceptos». Este conflito non rematará aquí, move-

ranse influencias e chegarase á argucia de que o argazo, en chegando a terra é do primeiro que o colla, pero unha vez que entra na finca do Ulló é do dono da mesma. A documentación inclúe un detalladísimo croquis empregado na xustificación deste pretendido monopolio sobre o argazo, facendo ver que non hai camiño exterior para ter acceso ó mesmo.

En 1880 véndese a parte de D^a Manuela Fernández Molina, na actualidade dividida en dúas partes pro indiviso entre un fillo e unha neta, sobriña do anterior. Esta vende a súa parte ó Sr. Arana, mentras que seu tío o fai a catro labregos de Vilaboa que, previa demanda de retracto daquel, teñen que lle revende-lo adquirido. Todo o conxunto pertence agora a D. José Nazario de Arana que se vai preocupar de facer unha magnífica explotación con varias casas reedificadas e agrandadas e unha extensión de 29 Ha. 56 a. e 86 ca., ou o que é o mesmo 470 ferrados e 1 conca. O conxunto foi taxado, previo desglose, en 567.730 reais. Faise notar que o cálculo fíxose un 30% á baixa, pola penuria pola que están pasando os labregos e que valor e extensión están en función inversa, sendo esta finca moi grande. En 1887 morre o Sr. Arana, pasando os bens do Ulló, xunto cos que tiña en Zaragoza, á súa dona Elisa Pacheco.

Hai xa moito tempo que estas salinas deixaron de selo, convertíndose finalmente nunha gran explotación agraria. Imos rematar, xa que logo, este percorrido facendo constar un documento de 7 de outubro de 1985 no que uns veciños din que a finca «Las Salinas» de 312.000 m² foi mercada «en pública subasta hace más de 60 años» e piden que se cambien as normas subsidiarias municipais para poder edificar neses terreos.

Chegados a este punto temos que concluír que efectivamente a historia das salinas galegas segue sen se poder facer, pois despois de manexar unha inxente documentación (aquí só se dou conta dos pasos relevantes) quedamos sen saber cal era o sistema de produción, os métodos de traballo ou a cantidade de sal que se chegou a extraer. Eso si, sabemos que, como era habitual desde a antigüidade, había nas salinas unha zona acotada adicada a viveiro; pero realmente pouco máis é o que poídemos extraer de tanta documentación.

Quixemos, neste traballo adicado a Carlos Alberto, facer algo que a el tamén lle gustaba facer de vez en cando: fuxir das pedras, das cerámicas, dos ruídos da excavación e dar a coñecer, desde o traballo silente de gabinete, unha documentación inédita.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1979): «Salinas medievais entre Cávado e Neiva». Sep. de *Bracara Augusta*. T. XXXIII, fasc. 75-76 (87-88). Braga.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1969): *Romanização das terras da Maia*. Maia.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972): «A Póvoa de Varzim e o seu aro na antigüidade». Sep. de *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*. Vol. XI, nº 1. Póvoa de Varzim.
- ARMAS CASTRO, José (1992): *Pontevedra en los siglos XII a XV. Configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia medieval*. Galicia Histórica. Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa». I.E.G.P.S. Pontevedra.
- BARREIRO SOMOZA, Xosé (1988): «As Rías Baixas Galegas nos séculos IX-XIII: Economía e Sociedade». *Coloquio de Etnografía Marítima* (Santiago, 1984). Museo do Pobo Galego-Consellería de Pesca, Noia, 245-250.
- CAAMAÑO BOURNACELL, José (1968): *Breves crónicas galaicas*. Madrid.
- CALO LOURIDO, Francisco (1993): «Nacemento das comunidades mariñeiras». *Revista de Guimarães*. Vol. 103, Guimarães, 201-220.
- CALO LOURIDO, Francisco (1996): *Xentes do mar. Traballos, tradición e costumes*. Biblioteca A Nosa Terra. Nós os Galegos. Edicións A Nosa Terra, Vigo.
- FORTES BOUZÁN, Xosé (1993): *Historia de la ciudad de Pontevedra*. Biblioteca Gallega. La Voz de Galicia, S.A. A Coruña.

PORTUGALIA

- MOREIRA, Manuel Antonio Fernandes (1984): *O Porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*. Ed. da Câmara Municipal. Viana do Castelo.
- MOUTINHO, Mário (1985): *Historia da pesca do bacalhau. Por uma antropologia do «fiel amigo»*. Imprensa Universitaria. Editorial Estampa. Lisboa.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen (1979): *El monasterio de Sobrado: un ejemplo del protagonismo monástico en la Galicia medieval*. Deputación Provincial da Coruña-Publicacións. A Coruña.
- RIVERA VÁZQUEZ, Evaristo (1989): *Galicia y los Jesuitas. Sus colegios y enseñanza en los siglos XVI al XVIII*. Galicia Histórica. Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa» I.E.G.P.S. A Coruña.
- RODRÍGUEZ GALDO, M^a Xosé (1976): *Señores y campesinos en Galicia. Siglos XIV-XVI*. Editorial Pico Sacro. Santiago.
- SAMPAIO, Alberto (1979): *Estudos Históricos e Económicos. II. «As Póvoas Marítimas»*. Documenta Histórica. Ed. Vega. Lisboa. (1^a Ed. 1923).
- SARMIENTO, Fr. Martín (1995): *Epistolario*. Disposto por Xosé Filgueira Valverde e M^a Xesús Fortes Alén. Consello da Cultura Galega. Santiago.
- VÁZQUEZ SEIJAS, Manuel (1952): «Factorías pesqueras en la Playa de Area». *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos e Lugo*. T. V, nºs 37-38. Lugo, 110-114.

NOTAS PARA O ESTUDIO DO SAL EN GALICIA. PERIPECIAS DUNHAS SALINAS

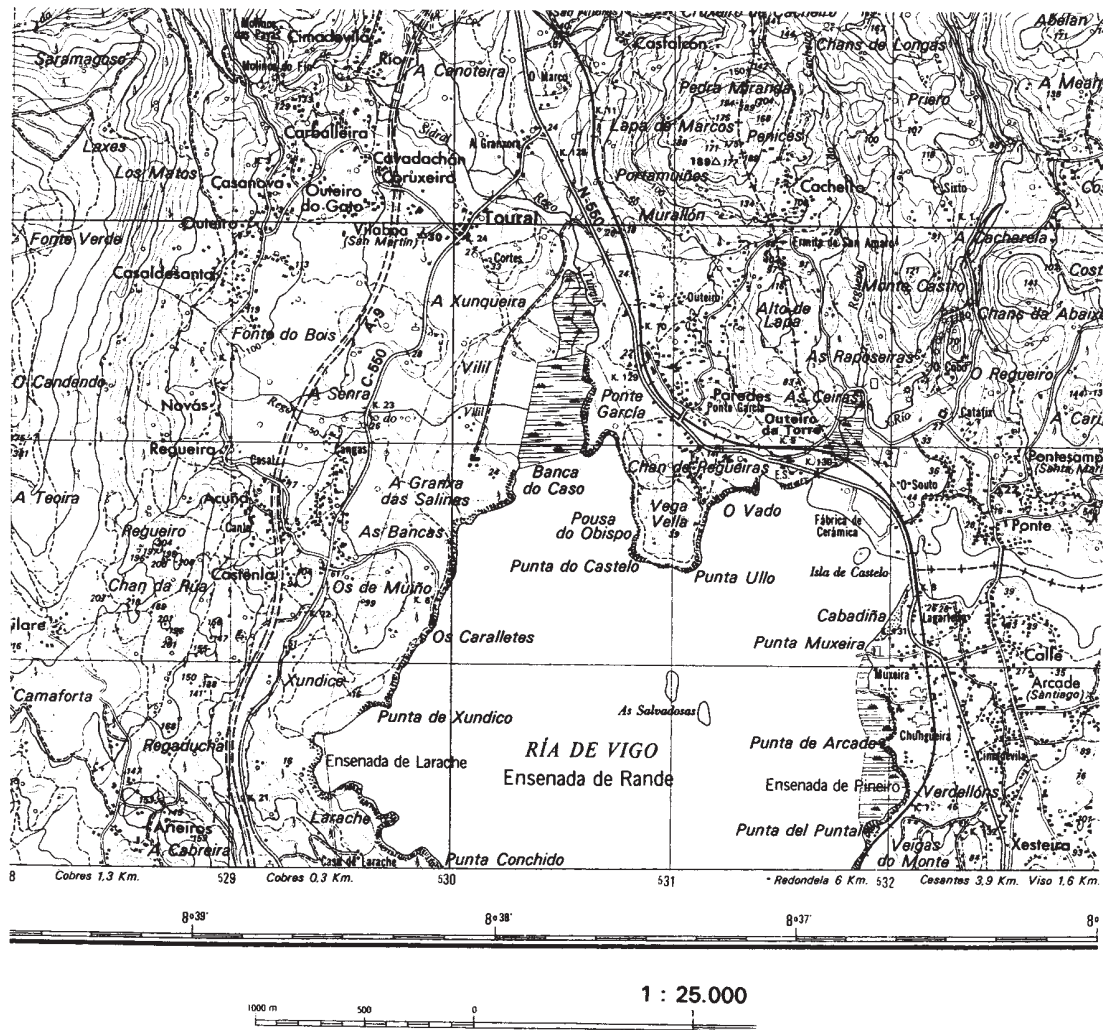


Fig. 1 – UBICACIÓN DAS SALINAS DO ULLÓ NO INTERIOR DA RÍA DE VIGO, (Mapa Topográfico Nacional de España. Folla 185-IV). Vense claramente a aínda existente banca (ou muro de pedra da salina principal) e diversos topónimos referentes a estas actividades, entre os que destaca o do veciño lugar de Paredes.

LAGARES DE AZEITE NO CONCELHO DE PENAFIEL *

Teresa SOEIRO

A OLIVEIRA

As oliveiras cresciam na época moderna¹ por todo o concelho de Penafiel, dispersas, ao redor de templos, organizadas em olivais ou plantadas nos baldios. Os casais do reguengo situados no lugar das Várzeas, freguesia de Boelhe, pagavam, segundo o foral manuelino de Penafiel, outorgado em 1519, duas canadas de azeite. Este bem circulava por estrada e também por via fluvial, entrando no concelho pelo porto de Entre-os-Rios onde, segundo o foral manuelino local, se pagaria ao mosteiro de Santa Clara do Torrão por cada *costal* de azeite três reais e meio². Oliveira era, ainda em 1519, topónimo para uma aldeia, curato da freguesia de Lagares, nomeada nas Inquirições de 1258 sob a designação *Ulvária*, depois conhecida como Santiago da Capela de Oliveira e, em séculos mais próximos, apenas como freguesia de Santiago da Capela³.

* Trabalho realizado no âmbito do projecto *Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX-XX)*, em desenvolvimento na FLUP, patrocinado pela JNICT.

¹ Para o Entre-Douro-e-Minho em geral e particularmente para áreas vizinhas de Penafiel são conhecidas referências medievais à plantação e existência de olivais, bem como aos respectivos engenhos para fabrico de azeite, *mola olivarum*, ainda que nos falte conhecimento directo sobre estes: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre-Douro-E-Minho*. Porto, 1978, pp. 122-123 e SAM-PAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos: as villas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega, 1979, pp. 90-91. Segundo Oliveira Marques, o aproveitamento da energia hidráulica para mover engenhos de azeite dataria da Baixa Idade Média: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, Presença, 1986 p. 50

² Museu Municipal de Marco de Canaveses – *Foral de Entre Ambos os Rios*, fl. 6: «De cada tonel de vinho nove reaaes. E da pipa quatro reaaes e meo. E do quarto treze çiteis e meo. E do tonel d'azeite se paga ho dobro do que se paga do vinho. E assy das vasilhas em que for a esse respeito. E de todo costal d'azeite e de marçaria e d'aver de peso sete reaaes e de outro costal que nam seja d'aver de peso se pagará tres». Consideremos também, por exemplo, o testemunho quinhentista de Rui Fernandes acerca da região de Lamego, a qual teria já no século XVI uma produção de azeite excedentária, enviada para o Entre Douro e Minho, Trás os Montes, Beira Interior e mesmo para a Galiza, áreas ainda carentes deste bem: DIAS, Augusto – *Lamego no século XVI*. Lamego, 1947, p. 24.

³ MOREIRA, Domingos A. – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto*. Porto, 2ª série, 2, 1984, p. 38.

Já em meados do século XVI João de Barros admirara o olival do mosteiro de Bustelo, então certamente uma verdadeira excepção, afirmando que como ele «*não ha outro en aquella terra toda*»⁴ Este olival, no interior da cerca, era particularmente cuidado e incrementado pelos monges⁵. Na Quinta da Granja, também propriedade do mosteiro, plantou-se olival no século XVII e XVIII, documentando-se nas últimas décadas deste um considerável alargamento da área ocupada por estas árvores, em direcção a terrenos recentemente arroteados, dando lugar a «*hum novo, grande, e excelente olival e plantarão se em roda carvalhos, castanheiros e vides ficando tudo tapado de novo com parede de pedra de altura de sette palmos*»⁶. Para a extracção do azeite⁷ facultado por todas estas plantações construiu o mosteiro, em meados de seiscentos, um engenho, que tinha ainda capacidade para nele serem recebidas produções alheias, sobre as quais recolhia uma maquia. Talvez originalmente colmada e dez anos depois telhada, a casa do engenho viria a ser transformada no triénio 1722-24, erguendo-se então novo edifício, que abrigava simultaneamente moinhos de cereal e dois engenhos de azeite, um de tracção hidráulica e outro a sangue. Estas máquinas, bem como a construção que as albergava, teriam sido sucessivamente alvo de cuidados e reparações que obviaram a danos causados pelo uso, pelas enchentes e também pelo latrocínio a que estavam sujeitas. A última iniciativa nesta matéria, ainda a cargo do mosteiro, teria sido a do triénio 1813-15, quando se fez necessário substituir o engenho, erguido apenas nove anos antes, por este ter sofrido gravemente com uma cheia. A nova construção, com paredes de pedra com quatro palmos de espessura, ocuparia uma área de 59x36 palmos, com 22 palmos de altura⁸. É certamente este equipamento o mencionado no processo de arrematação dos bens do mosteiro, levantando-se então a dúvida acerca da sua inclusão ou não no conjunto a ser vendido, até porque no arrolamento o lagar tinha sido confundido com o engenho de serrar madeira⁹.

Para além destes olivais do mosteiro de Bustelo¹⁰, a vila de Arrifana de Sousa, lindante com o couto dos beneditinos, também os teria. Em meados do século XVII Rodrigo Mendez Silva diz que ela era fértil, entre outras coisa, em azeite¹¹.

São estes olivais que nos surgem no *Arruamento* de 1762, em que também se regista um engenho de azeite, no interior da urbe, na rua Direita, perto da Ajuda, lado esquerdo¹², e se atribui a profissão de *azeiteiro* a um indivíduo da rua da Piedade de

⁴ BARROS, João de – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto, 1919, p. 41; RIBEIRO, Orlando – Aux confins du domaine méditerranéen. L'olivier dans le Nord-Ouest du Portugal, in *Opúsculos Geográficos*, v. 4, Lisboa 1991, pp. 171-181.

⁵ MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto, 1991, pp. 80-82. Para a importância que as casas beneditinas de Entre Douro e Minho tiveram na difusão regional da cultura da oliveira e preparação do azeite veja-se: OLIVEIRA, Aurélio de Araújo – *A abadia de Tibães 1630/80 – 1813: Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, v. 1, Porto, 1979, pp. 217-222.

⁶ MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto, 1991, pp. 92-93.

⁷ Curiosamente o eclesiástico que responde ao inquérito de 1758 diz que a freguesia produz pouco azeite: COELHO, Manuel Ferreira – O concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, 4/5 1987/88, pp. 272.

⁸ MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto, 1991, p. 99-101.

⁹ AMPNF – B 77, Pasta contendo correspondência recebida, 1837, Janeiro, 31.

¹⁰ Pensamos que o mosteiro beneditino de Paço de Sousa também teria uma mancha de olival significativa, como era apanágio destas casas religiosas. Enquanto se aguarda um estudo sobre esta casa anotamos que em 1758 aqui existiam dois lagares de azeite, um dos padres da Companhia e outro dos monges: COELHO, Manuel Ferreira – O concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, 4/5 1987/88, p. 309. Aliás, na documentação sumariada por Assunção Meireles, do séculos XVI a XVIII, sucedem-se as compras e arrematações de olivais, em Canelas, Rio Mau, Eja, Rio de Moinhos, etc, freguesias todas elas com importantes manchas de olival: MEIRELES, António da Assunção – *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa & Index dos documentos do arquivo*. Lisboa, 1942, pp. 232-241.

¹¹ SILVA, Rodrigo Mendez – *Poblacion general de España, sus trfeos, blasones y conquistas heroycas*. Madrid, 1645, p. 178v.

¹² AMPNF-A 1445: Livro do arruamento desta cidade, 1762, fl. 21, nº 29 «*mais duas moradas de cazas com suas logeas, e quintal e engenho de azeitte do cappitom Manoel de Souza em que vive, que acharam valia tudo de renda em cada anno doze mil reis libres*».

Baixo e Poço¹³. O número de engenhos seria de facto mais elevado na globalidade da freguesia da vila de Arrifana, uma vez que nas *Memórias* de 1758 o pároco mencionou seis¹⁴. Existiam olivais em Cimo de Vila, Outeiro e Capuchos, este último, em 1790, de tal maneira denso que o Corregedor João de Almeida Coutinho Vieira justifica a abertura de uma nova artéria entre a rua Direita e o convento de Santo António dos Capuchos por a ligação ser até aí feita através de «*hua viella tão estreita que so teria sete palmos de largura, escura por conta das muitas oliveiras que estavam ao pé della*»¹⁵. À entrada da cidade, em redor da capela de Santo António Velho, no século passado substituída pela igreja do Carmo, houve também um frondoso olival setecentista¹⁶, evocado hoje por uma dezena de árvores no adro, únicas testemunhas, no perímetro urbano, dessa marcante presença.

Esta paisagem de vastos olivais plantados em redor da cidade é ainda referida nas memórias de M. de Naylies, que durante a segunda invasão francesa teria estado em Penafiel, com os 18^o e 19^o regimentos das tropas de ocupação, as quais em Abril de 1809 aí estabeleceram bivaques, sendo frequentemente assaltados por camponeses em revolta que, «*à la faveur des rochers et des plantations d'oliviers, se glissoient près de notre camp, et tiroient dans nos barraques et sur nos chevaux*»¹⁷. Segundo o cálculo de António d'Almeida, baseado na dízima, Penafiel e a sua anexa Santiago teriam produzido, no ano de 1824, cento e vinte almudes de azeite e na contra-safra seguinte mais de setenta e seis¹⁸.

*

Se estendermos o nosso olhar pelo concelho apercebemo-nos da diversidade da mancha arbórea, que ocupava espaços descontínuos, mantendo com o quotidiano dos homens relações de múltiplo significado. As informações dadas pelos párocos em 1758 referem-na, em geral, sem especificação. Da visão de conjunto que proporcionam interessa-nos destacar a presença da oliveira, ou da produção de azeite, que ocorre em vinte e cinco das notícias¹⁹, classificando os respectivos párocos as freguesias de Milhundos, Peroselo e Vila Cova como locais de produção pouco abundante, enquanto que Portela, S. Mamede de Recezinhos e Rio de Moinhos são consideradas como abastadas neste género, particularmente esta última, onde no ano de 1757 se teriam obtido setecentos almudes de azeite, fabricados em cinco lagares existentes na área da paróquia, o que só por si constituía testemunho eloquente sobre o nível da produção local²⁰. Próximo do Douro, em Canelas²¹, as oliveiras tinham lugar no monte, mesmo no baldio, sendo o seu fruto, como a madeira das restantes, de quem as plantou²².

¹³ AMPNFA 1445: Livro do arruamento desta cidade, 1762, fl. 42, nº 1.

¹⁴ COELHO, Manuel Ferreira – O concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3^a série, 4/5 1987/88, p. 267.

¹⁵ AMPNFA 16, Livro de registo dos actos da Câmara: 1790, Maio, 21.

¹⁶ AMPNFA 17, Livro de registo dos actos da Câmara: 1796, Agosto, 6.

¹⁷ NAYLIES, M. de – *Memoires sur la guerre d'Espagne pendant les années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris, 1817, p. 106.

¹⁸ ALMEIDA, António d' – *Descrição Histórica e Topografica da cidade de Penafiel. Parte 3^a – Historico-Fizica*, ACL – Série Azul, ms. 1774, fl. 127.

¹⁹ Arrifana, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canas, Canelas, Castelões, Eja, Entre-os-Rios, Luzim, Marecos, Milhundos, Oldrões, Passinhos, Paço de Sousa, Paredes, Peroselo, Portela, Rande, Rans, Recezinhos (S. Mamede), Rio de Moinhos, Santiago, Valpedre e Vila Cova.

²⁰ COELHO, Manuel Ferreira – O concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3^a série, 4/5 1987/88, pp. 257-335.

²¹ COELHO, Manuel Ferreira – O concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3^a série, 4/5 1987/88, p. 276.

²² O direito às árvores e seus frutos não modificava definitivamente a relação do dono destas com o solo em que haviam sido planta

Na *Memória* do 2^a Visconde de Balsemão sobre a província do Minho, o autor informa que: «*nesta comarca ha bastantes arvoredos, pois que todas as propriedades estão cercadas, tanto de choupos como de castanheiros a alemos, e junto delles plantão sempre vinha. Alem dessas arvores, ha bastante olivedo e soutos e algumas devesas de arcaria.*»²³. Só no ano de 1803 tinham sido plantadas, no termo da cidade, cinco mil cento e dez oliveiras e na Honra de Barbosa mais duzentas²⁴.

O relatório da Junta Geral do Distrito referente a 1855 faz o seguinte balanço sobre os maninhos que restavam em Penafiel: «*existem n'este concelho muitos terrenos maninhos, parte sorteados, e parte no logradouro commum dos povos visinhos, sendo os mais notaveis a Serra do Mosinho, da extensão de duas legoas quadradas... O maninho de Sebolido, na extensão de cinco quartos de legoa de comprido por tres quartos de largo, o qual produz mato, sobreiros e oliveiras, sendo susceptivel de augmentar-se a sua arborisação, ... O maninho da freguezia de Canellas, na extensão de setecentas braças de comprido por trezentas e cincoenta de largo, achando-se arborisado com muitas oliveiras e sobreiros*»²⁵. Nestes maninhos, desde sempre os mais extensos do concelho, mas de facto todos sobre a mesma serra, fizeram-se então vários aforamentos, entre os quais quarenta e cinco tapados na freguesia de Canelas e trinta e quatro na de Capela. Em ambas as freguesias e na de Sebolido, próximas do Douro, há vários terrenos aforados identificados como olivais²⁶.

Já no *Relatório* oficial de 1868 distinguem-se, no concelho, três zonas de vegetação, sendo o vale do Sousa a mais verdejante, onde havia «*uma mui densa cultura, em que o arvoredo, quer de soutos, quer de pinhal, occupa um logar mui importante. Os campos, cercados de uveiras, seguem-se por centenas, e até alguns milhares de hectares... Muitas árvores fructíferas, entre as quaes notaremos a nogueira e a oliveira, devem contar-se no arvoredo que alli existe, especialmente na vizinhança das povoações*». A propósito dos incultos, afirma-se que «*a oliveira e o sobro são duas árvores cuja cultura devêra fazer-se prosperar n'estas localidades, porque as condições necessarias ao seu desenvolvimento não nos parece que falem, mórmente nas encostas da faxa schistosa, abrigadas e voltadas aos quadrantes do sul e do poente*»²⁷.

No entanto, as oliveiras desta região estavam sujeitas, pelo menos desde o princípio do século XIX, ao ataque da *ferrugem*, mal que as prejudicava grandemente, conhecido desde a centúria anterior nas grandes regiões produtoras, portuguesas e estrangeiras, e já discutido nas memórias apresentadas à Academia Real das Ciências de Lisboa²⁸. Os invernos frios de 1853/54 fizeram recuar o mal e voltar a produção a níveis satisfatórios, embora se mantivesse no horizonte a possibilidade daquele regressar, caso as condições climatéricas se lhe tornassem novamente propícias.

das: VELOZO, Francisco José – *A oliveira no direito português. A propriedade individual e colectiva na história*. Braga, 1977, p. 35. Serviu, porém, muitas vezes, esta prática como argumento nos pedidos de aforamento de terrenos públicos, e sua posterior aquisição por remissão.

²³ MENDES, José M. Amado – *Memória sobre a província do Minho pelo 2^a Visconde de Balsemão*. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 18, 1980, p. 86.

²⁴ BPMP – Visconde de Balsemão, código nº 294: *Registo das ordens e offecios tendentes a plantação das amoreiras a mais arvores silvestres*, p. 29-30.

²⁵ *Relatório da Junta Geral do districto do Porto*. Porto, 1856, mapa 24. *Jornal da Sociedade Agricola do Districto do Porto*. Porto, 1, 1856, pp. 202-205.

²⁶ AMPNFA 1348, Tombo dos bens do município.

²⁷ *Relatorio ácerca da arborisação geral do paiz*. Lisboa, 1868, pp. 286-87.

²⁸ VANDELLI, Domingos – *Memória sobre a ferrugem das oliveiras*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*. Lisboa, 1, 1990, pp. 19-20; BARBOSA, António Soares – *Memória sobre a causa da doença, chamada ferrugem, que vai grassando nos olivais de Portugal*. In *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*. Lisboa, 3, 1991, pp. 105-140.

Como vimos, estas árvores tinham os seus terrenos de excelência no vale do Tâmega e no Douro, onde os olivais eram mais extensos e frutificavam melhor²⁹. Cultivavam-se as variantes cordovil e verdeal, sendo a primeira a dominante³⁰.

*

Apesar deste aparente crescendo de interesse pela cultura da oliveira, Penafiel, como o Entre Douro e Minho, não se podia considerar no quadro das regiões produtoras com expressão a nível nacional³¹ mas antes, até devido à sua densa população, como um mercado para os excedentes de outras áreas que aqui chegavam pelos mais diversos meios, desempenhando papel importante a estrada do Porto, a de Trás-os-Montes e a via fluvial do Douro³². Neste tráfego à distância e sobretudo para a redistribuição local, o almocreve e o azeiteiro têm desempenhos de relevo. No núcleo urbano, o azeite vendia-se em mais de duas dezenas de estabelecimentos dispersos, também fornecedores de pão, vinho, bacalhau, arroz, unto, etc, cujos proprietários tinham de possuir licença camarária, pela qual se obrigavam a vender os géneros indicados durante todo o ano, ao preço tabelado e utilizando medidas e balanças aferidas³³. Em conjunturas excepcionais os *obrigados* ao fornecimento de azeite não o conseguiam disponibilizar ao preço da postura, ou não obtinham mesmo o género, chegando, por exemplo, em 1804, a ir um comerciante local buscar trinta pipas a Trás-os-Montes e Alto Douro, vendendo depois o líquido a retalho, a preço exorbitante, pelo que se fez devassa ao mesmo tempo que se repreendia os *obrigados* para que o fornecessem à vez³⁴; ou, em 1811, a ser encarregado do abastecimento um negociante de Vila Nova de Gaia³⁵.

O preço do azeite, genericamente estável durante as décadas centrais de setecentos, sofreu seguidamente uma acentuada subida, modificando-se esta tendência, no sentido da descida, desde a segunda e terceira décadas do século XIX mas, nos mercados do Porto e de Penafiel encontra-se novamente em alta, com quebras ocasionais, desde meados de quarenta, e assim se manterá até ao final dos anos sessenta, momento em que se verifica uma persistente inversão, por pelo menos duas décadas, para finalmente voltar a subir, também com quebras, até à República e à guerra. Segue-se nova acalmia nos preços, por mais dois decénios, quebrada mais uma vez em tempo de guerra³⁶.

LAGARES DE AZEITE

«Pois que qual outra entre as arvores fructiferas nestes nossos climas he mais necessaria e util aos homens que a Oliveira, que dá aquelle liquor saborozo, tanto

²⁹ Veja-se o mapa de distribuição da oliveira em Portugal: RIBEIRO, Orlando – *Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal*. Lisboa, 1979.

³⁰ Estas eram as duas principais variedades identificadas por Dalla-Bella na região de Coimbra no final de setecentos, mas sendo aí mais abundante a verdeal: DALLA-BELLA, João Antonio – *Memória sobre a cultura das oliveiras em Portugal*. Coimbra, 1786, pp. 3-4.

³¹ Na década de sessenta do presente século o distrito do Porto é a área do país com menor produção de azeite, não chegando a representar 0,5% do total nacional: COSTA, Nuno Noronha da; QUINTAS, Maria Júlia – Alguns dados sobre a evolução recente dos salários em olivicultura. *Boletim da Junta Nacional do Azeite*. Lisboa, 27 (84) 1972 (7-12), pp. 135-160.

³² JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, v. 1, Lisboa, 1988, pp. 47-48 e 242-245.

³³ Conhecemos estes termos de obrigação pelo menos desde 1746: AMPNFA 5, Livro de registo dos actos da Câmara: 1746, Dezembro, 31.

³⁴ AMPNFA 18, Livro de registo dos actos da Câmara: 1804, Agosto, 27 e Setembro, 29.

³⁵ AMPNFA 18, Livro de registo dos actos da Câmara: 1811, Maio.

³⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*. Paris, 1955, pp. 177-180; SALVADO, Artur – *O azeite na economia do Porto*. Lisboa, 1958; PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa, 1983, pp. 190-193; JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, v. 1, Lisboa, 1988, p. 324 e v. 2, Lisboa, 1989, pp. 30-31.

*mais saudavel, quanto mais simples; que serve de tempero a qualquer comer; que pelo ordinario nos livra das tristes trevas das dilatadas noites, e ainda neste tempo nos põem em estado de trabalhar: que serve a conservar tantos e tantos generos de alimentos, a preparar as lans, a fabricar os saboens; e que em tantas occazioens concorre para nos fazer recuperar a saude perdida?*³⁷ Com estas palavras sintetizava Dalla-Bella a grande utilidade do azeite e a sua constante presença no quotidiano, a que acrescentaríamos o valor simbólico que carrega, a sua utilização em rituais sagrados e a assiduidade no cancionero e na poética popular³⁸. Pragmatismo e respeito carismático pareciam apontar para um grande cuidado dispensado ao olival e à laboração do lagar, situação que de facto, segundo o autor, não se verificava em Portugal, onde a fertilidade natural da árvore contrastava com as poucas atenções que lhe eram dispensadas e a excelência do azeite não resistia aos percalços do fabrico, daqui resultando um produto de má qualidade, incapaz de ombrear com as produções estrangeiras.

Vejámos agora a sequência do fabrico do azeite em Penafiel. O cuidado a ter com a época escolhida para a colheita da azeitona era o primeiro passo, sobre o qual sempre houve discórdia, uma vez que muitos esperavam que ela amadurecesse demasiado, ou mesmo caísse, para a colher, processo já condenado pelos técnicos setecentistas³⁹. Uma outra prática muito comum, a de varejar violentamente as árvores, parece já ser pouco usual no concelho, em meados do século XIX⁴⁰. Também a limpeza da azeitona, lançando-a ao ar em dias de vento ou fazendo-a rolar num estrado no fim do qual seria recolhida já limpa, constituía outro labor importante para obter bom azeite. Mas, segundo Meireles de Brito, que vimos seguindo, e de acordo com todos os que pelo país estudaram a matéria⁴¹, a principal e indispensável mudança era o abandono da antiga prática de deixar a azeitona durante meses dentro de tulhas, com ou sem sal, até a levar para o engenho. Este apodrecimento e fermentação, justificado popularmente pela maior facilidade em moer a azeitona e, por isso, em extrair o líquido, transmitia ao azeite mau sabor e levava-o a ficar quase impróprio para consumo. O hábito de assim guardar o fruto parecia a este proprietário oitocentista injustificável no seu tempo, quando os lavradores tinham acesso a um cada vez maior número de lagares e estavam livres das antigas imposições banais⁴². Mas a prática condenada persistiu até aos anos sessenta do presente século, optando muitas casas por reunir toda a sua azeitona antes de a levar ao lagar, o que implicava guardar a que caía ou primeiro amadurecia dentro de dornas ou no lagar do vinho, misturada com sal ou com sal e água, até chegar a vez de fazer o azeite.

*

³⁷ DALLA-BELLA, João Antonio – *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal*. Coimbra, 1786, p. XI.

³⁸ CHAVES, Luís – Páginas folclóricas. *Revista Lusitana*. Lisboa, 26 1925-27, pp. 45-57; LIMA, Augusto César Pires de – As oliveiras em Portugal. In *Estudos etnográficos, filológicos e históricos*, v. 6, Porto, 1951, pp. 133-311; BIVAR, Luís Augusto Dias – A oliveira no Minho. *Boletim da Junta Nacional do Azeite*. Lisboa, 23 (76) 1968 (7-12), pp. 39-50.

³⁹ DALLA-BELLA, João António – *Memória e observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal*. Lisboa, 1784.

⁴⁰ BRITO, Francisco Monteiro Guedes Meirelles – Relatório da comissão filial da sociedade agricola do districto do Porto, estabelecida na cidade de Penafiel, respectivo ao anno de 1857. *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*. Porto, 3, 1858, pp. 130-131.

⁴¹ Manuais tão divulgados como o de Ferreira Lapa e de Paulo Moraes continuavam no fim do século XIX a afirmar que os maiores defeitos no fabrico do azeite português eram a falta de higiene no lagar e o hábito de deixar a azeitona por demasiado tempo amontoada em tulhas: LAPA, João Ignacio Ferreira – *Technologie rural ou artes chemicas, agricolas e florestaes*, v. 2, Lisboa, 1879, pp. 42-47; MORAES, Paulo de – *Manual pratico de agricultura*, v. 1, Lisboa, 1896, pp. 757-760. Sobre o assunto ver também: RADICH, Maria Carlos – *Agronomia no Portugal oitocentista. Uma discreta desordem*. Oeiras, 1996, pp. 98-104.

⁴² VEIGA, João Bernardo de Vaz Pinto de Barboza e – Questoens propostas aos lavradores sobre a cultura da oliveira e fabrico do azeite. *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*. Porto, 3, 1858, p. 18-20. BRITO, F. M. Guedes Meirelles – Reflexoens breves sobre a colheita, limpeza e saiga da azeitona. *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*. Porto, 3 1858, pp. 170-174.

Os lagares de azeite existiam nas grandes explorações monásticas, mas também os conhecemos, em meados do século XVIII, em muitas casas abastadas do concelho, quer em compartimentos do próprio núcleo habitacional, quer em construções especificamente erguidas e por vezes afastadas, sobretudo quando se usava a água como força motriz. Nas respostas ao questionário de 1758 deparámos com referência a, pelo menos, vinte e um lagares de azeite. Temos porém de recordar que a pergunta surgia inserida no inquérito sobre os rios (item 16) e, portanto, é provável que, além das omissões habituais, alguns engenhos movidos por força animal não tenham sido considerados, caso contrário entenderíamos mal como áreas de considerável produção não tinham instalações para processar a azeitona. Em Bustelo sabemos que funcionava o lagar do mosteiro, não mencionado nesta fonte. Quatro respostas são claras quanto a não existirem engenhos nas respectivas freguesias: Abragão, Galegos, Irivo e Santa Marta. No extremo oposto estarão Arrifana, com seis lagares em funcionamento, e Rio de Moinhos, com cinco, três deles no ribeiro, um movido por meio de água represada numa quinta e o último através da força de uma junta de bois. Em Paço de Sousa um engenho era dos beneditinos e outro da Companhia. Oldrões também dispunha de dois lagares, sobre o ribeiro da Camba, Marecos e Milhundos de um cada, no Cavalum. O lagar de Peroselo era tocado pelas águas do ribeiro que atravessa a freguesia, o da Portela pela corrente do rio de Ladrões e o de Valpedre não sabemos por que ribeiro. Já Passinhos dispunha, no lugar da Aldeia, de um lagar de azeite, *vulgo engenho* como diz o pároco, puxado por uma junta de bois.

Um século volvido, em 1856, os serviços oficiais contaram vinte e quatro engenhos movidos a água e cinquenta e cinco de tracção animal⁴³. Em meados do século XX laborava menos de metade deste número de engenhos, cerca de trinta, não conseguindo a maior parte deles transpôr o início da década de sessenta. Segundo os proprietários, foram as exigências quanto a normas de higiene e condicionalismos técnicos, impostas pelos serviços oficiais e a fiscalização, e a falta de azeitona, devida aos elevados custos da mão de obra indispensável à colheita do fruto, que os liquidaram⁴⁴. Hoje uns desapareceram, outros vêm-los desmontados, estando as suas peças a ornamentar casas e jardins. Três modificaram as máquinas por forma a tornarem-se mais produtivos e rentáveis, e mesmo assim, nos dias que correm, só um mantém a actividade. Mas a situação mais chamativa, a que motivou este trabalho, é a daqueles que, paralisados há mais de três décadas, continuam como que mumificados, ocupando instalações próprias, completamente aparelhados, apenas cobertos pelo pó ou por uns quantos trastes que estorvavam noutra lugar da casa, prontos a recuperar a antiga vida. Tão persistente como o prestígio destas pedras só a memória dos homens que recordam bem o carro das azeitonas até ao lagar, as voltas sem fim dadas em redor da moenda tangendo os bois, a admiração pelo saber do lagareiro, o calor e os petiscos que o trabalho do azeite proporcionavam nas noites de Inverno, o prazer de levar para casa o abastecimento para todo o ano. As agruras do ofício preferem esquecer-las, até porque se sabe que não voltarão.

*

A tecnologia e o equipamento empregues no trabalho do lagar de azeite assemelham-se em muito ao utilizado nas restantes máquinas hidráulicas e de sangue vulgares nos meios rurais, com as quais mantêm grande introsamento, chegando os elementos motrizes a accionar mais de uma, com diferentes funcionalidades. A preferência pelos engenhos de tracção animal poderá ser explicada por uma maior facilidade de implantação, sem limitações naturais. A época do ano em que funcionam, no

⁴³ Relatório da Junta Geral do districto do Porto. Porto, 1856.

Inverno, depois da colheita da azeitona, contrariamente ao que sucedia com os de maçar linho, afastou aqueles dos cursos de água mais potentes, nesta estação difíceis de dominar.

Pelo que conhecemos destes equipamentos no concelho, eles foram lagares de feixe ou vara, como os do vinho, onde se prensava a massa da azeitona previamente esmagada no pio pelo rodar da galga⁴⁵. O modelo de maquinismo que observamos no levantamento de campo já o descreveu com espantosa exactidão, criticando-o fortemente, Dalla-Bella, no final de setecentos⁴⁶. Mas a sua proposta, cuidadosamente fundamentada e demonstrada, para instalar em Portugal *lagares genoveses* ou outros modelos experimentados com vantagem nas grandes regiões oleícolas do mediterrâneo, parece ter tido pouco eco entre nós, pelo menos no Norte de Portugal, uma vez que meio século depois o visconde de Carreira⁴⁷ sente necessidade de fazer as mesmas críticas, ao tempo que oferecia aos produtores nacionais o projecto detalhado de um lagar moderno, empregue pelos países pioneiros na produção de azeite de qualidade⁴⁸. Na conclusão do trabalho, o autor realça o anacronismo da técnica ainda em uso em Portugal dizendo que «*nos tempos antigos... os Francezes e os Italianos faziam o azeite como nós o fazemos ainda, e o nosso então era como qualquer outro; mas tendo elles aperfeiçoado a fabricação deste artigo, não só nos alcançaram em um producto em que deveríamos ficar sempre superiores, mas até venceram a vantagem natural que nos liberalisou a natureza, a ponto de nos desalojarem do mercado quando se trata de azeite para comer, e mesmo para candieiros de luxo*»⁴⁹.

Talvez esta insistência na crítica aos velhos lagares de vara tenha tido ressonância em algumas regiões produtoras do nosso país⁵⁰, não ao ponto de dar razão a Ferreira Lapa quando diz que eles *tem quasi desaparecido*⁵¹, em favor dos genoveses. Mas em Penafiel, como em outras áreas à margem dos principais centros oleícolas, mantiveram-se com poucas modificações até ao século XX⁵².

A TECNOLOGIA E O EQUIPAMENTO DO LAGAR

Um recenseamento sumário realizado em 1996, implicando informações orais e visita ao local, permitiu-nos verificar que pelo menos vinte e nove das trinta e oito freguesias do concelho de Penafiel dispuseram até depois de meados do presente século de lagares de azeite, num total de quarenta e seis complexos, sendo que apenas sete destes utilizavam a água como força motriz. Entre 1945 e 1951 tinham-se colectado na Repartição de Finanças, para fins de imposto industrial, um número variável de engenhos, num mínimo de dezoito e num máximo de trinta e dois, dispersos por vinte freguesias.

⁴⁴ A vulgarização do óleo comestível no mercado nacional e os fortes interesses industriais a ele ligados não serão menos importantes nesta quebra do interesse pelo azeite: RIBEIRO, João Proença – *Azeite e óleos vegetais comestíveis*. Finisterra. Lisboa, 11, 1971, pp. 156-160.

⁴⁵ *Desenho etnográfico de Fernando Galhano. I Portugal*. Lisboa, 1985, pp. 200-205. PEREIRA, Benjamim – *Arcaísmo tecnológico. A extracção de azeite em dois lagares do Minho*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 30 1990, pp. 115-138.

⁴⁶ DALLA-BELLA, João António – *Memória e observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal*. Lisboa, 1784, pp. 49.51.

⁴⁷ *Memoria pratica sobre o modo de colher a azeitona, de a guardar e tratar entre a colheita e a moenda, e de fazer o azeite*. Paris, 1842

⁴⁸ J. J. Forrester não ficou atrás deste autor, fazendo mesmo experiências e demonstrações perante outros lavradores da região do Douro: FORRESTER, José James – *Os azeites do Douro*. Porto, 1960.

⁴⁹ *Memoria pratica sobre o modo de colher a azeitona, de a guardar e tratar entre a colheita e a moenda, e de fazer o azeite*. Paris, 1842, p. 25.

⁵⁰ CORRÊA, Fernando Regalo – *A oliveira e os seus produtos através dos tempos: Considerações sobre a defesa do património que representam*. *Boletim da Junta Nacional do Azeite*. Lisboa, 22 (73-74) 1967 (1-12), p. 18.

⁵¹ LAPA, João Ignacio Ferreira – *Tecnologia rural ou artes químicas, agrícolas e florestaes*, v. 2, Lisboa, 1879, p. 52.

⁵² Para uma visão global das transformações ocorridas no país vizinho veja-se: ZAMBRANA PINEDA, Juan Francisco – *Crisis y modernización del olivar español. 1870-1930*. Madrid, 1987.

Os lagares de azeite que visitámos ocupavam na maior parte dos casos um compartimento autónomo, rectangular, pétreo e telhado, situado quer na sequência das demais divisões da casa rural, quer a alguma distância, em edifício próprio ou partilhado com outras actividades. Como referimos antes, são sobretudo os engenhos movidos a água que se encontram afastados, junto do veio que os alimenta, mas conhecemos também vários lagares que, utilizando a força animal como motor, se colocaram separados da habitação, isolados ou em conexão com eiras, casas da eira, engenhos de maçar linho ou mesmo cortes de gado. Quase todos, porém, funcionaram como alambiques, dando assim uma segunda utilidade à valiosa caldeira de cobre.

Compunham o essencial destes lagares dois maquinismos, o primeiro destinado à preparação da pasta ou mosto, por maceração da azeitona, operação que permitia libertar o líquido aprisionado nos tecidos, e o segundo onde, por prensagem, se separava esse componente líquido, compreendendo ainda uma primeira decantação do mesmo para isolar o azeite. Acessório da primeira operação, nem sempre presente, é a existência de tulhas, onde azeitona se amontoava enquanto esperava vez. Junto da prensa havia sempre a caldeira, sobre fornalha, para que o lagareiro dispusesse da água fervente empregue na caldeação. Uma área do lagar era ainda reservada para os potes ou caixas do azeite fabricado, o dos clientes enquanto estes não o retiravam, e o do proprietário e do lagareiro, maquia recebida como pagamento pelo trabalho prestado.

As poucas tulhas que vimos eram pequenos tanques em ardósia, compartimentados, para onde cada proprietário lançava a sua azeitona, que ficava à espera da vez. Já dissemos que muitas vezes o lavrador optava por guardá-la em casa, no lagar do vinho ou em dornas, até chegar a ocasião de a moer, sendo então transferida para o engenho. Esta espera causava sempre danos ao fruto e grande prejuízo ao azeite a obter, mas era inevitável em anos de safra, quando a colheita atingia valores mais elevados.

À entrada do lagar, a azeitona, se era para ficar, devia ser medida em gigos. Caso a lagarada fosse só para um dono, essa medição far-se-ia ao lançá-la no pio. Outra situação que obrigava a medir era a criada por aqueles que não tinham colheita suficiente para uma lagarada própria. Neste caso juntava-se a azeitona de vários, sendo depois o azeite distribuído pelos potes de cada um na respectiva proporção. Alguns lavradores admitiam que à entrada do lagar se fizesse a medição da azeitona que entregavam, recebendo de imediato uma quantidade de azeite idêntica à que se pensava ela viria a render, evitando assim esperar pela sua vez, sendo porém esta prática olhada com desconfiança pelos próprios, que se achavam sempre mal recompensados em quantidade e qualidade, e pelos vizinhos, que os consideravam pouco zelosos do que era seu.

A operação de maceração da azeitona tinha lugar no pio. Trata-se de um grande recipiente tronco-cónico de base circular em pedra, com pequeno rebordo alteado e vasamento central, e parede formada pela justaposição de pedras ou tábuas colocadas ao alto, inclinadas e rematadas todas à mesma altura, que apoiam sobre esse rebordo. O pio, para que a parede se mantivesse na posição adequada, ficava semi-enterrado, apoiado com cunhas também em pedra e, caso se usassem só pedras, a junção reforçava-se no bordo superior por meio de gatos em ferro que as uniam. Se a parede do pio era em madeira, um murete de pequenas pedras e barro acompanhavam-na pelo exterior, correndo ainda sobre o topo delas um bordado em madeira. Ao centro deste grande recipiente erguia-se a árvore, uma forte haste vertical, de secção quadrangular, terminada na parte superior, menos espessa, em secção circular, presa por uma meia abraçadeira de madeira a uma viga da armação. O topo inferior dispunha de um aguilhão em ferro que rodava numa bucha que preenchia o orifício central da base do pio, podendo assim a árvore girar. A ela se ligava a galga (raramente duas), uma mó granítica levemente tronco-cónica que girava dentro do pio, em torno da árvore, com a finalidade de esmagar a azeitona. Esta mó dispunha de um sistema

FABRICANTES DE AZEITE DO CONCELHO DE PENAFIEL
COLECTADOS PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

FREGUESIA	PROPRIETÁRIO	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
Abragão	Albano Ferreira Guimarães	x	x	x		x	x	x
	José Maria Corte Real	x	x	x		x	x	x
	Maria Henriqueta Giraldes	x	x	x		x	x	x
Boelhe	Joaquim Moreira Rodrigues	x	x	x		x		x
Bustelo	António Ribeiro Pereira da Silva	x	x	x	x	x	x	x
Cabeça Santa	Doroteia Ferreira Lopes	x	x	x	x	x	x	x
	Paulino Pinto Barbosa	x	x	x	x	x	x	x
Canelas	António de Sousa Soares	x	x	x		x	x	x
	João Vieira Vaz Teixeira	x	x	x	x	x	x	x
	Manuel de Sousa Rocha	x	x	x	x	x		x
Capela	Manuel de Sousa Rocha	x	x	x	x	x		x
	Eugénia/Arminda Alves Ferreira	x	x	x		x		x
	Manuel Rodrigues Coelho	x	x	x	x	x		x
	Nicolau Ferreira	x	x	x	x	x		x
Castelões	Olga de Lencastre	x	x	x	x	x	x	x
Croca	Manuel Vieira Ferreira	x	x	x	x	x	x	x
Duas Igrejas	Agostinho Moreira Fernandes	x	x	x	x	x	x	x
Eja	António Alves da Rocha	x	x	x	x	x		x
Galegos	Teodoro / Zulmiro Pereira da Silva	x	x	x	x	x		x
Guilhufe	António Pereira do Lago	x	x	x	x	x	x	x
Lagares	António Moreira Andrade	x	x	x	x	x	x	x
	Manuel / Américo Nogueira da Fonseca	x	x	x	x	x	x	x
Paço de Sousa	António Moreira Andrade	x	x	x	x	x		x
Portela	Américo Vieira Borges	x	x	x	x	x	x	x
Recezinhos S. Mam.	António Augusto Serpa Pinto	x	x	x	x	x	x	x
Recezinhos, S. Mart.	Maria Silvina B. Couto da Silva	x	x	x	x	x		x
Rio de Moinhos	José Joaquim Pereira	x	x					
Sebolido	José Pereira da Rocha	x	x	x	x	x		x
	Jerónimo da Silva Martins	x	x	x	x	x	x	x
	Luísa Alves Ferreira da Rocha	x	x	x	x	x	x	x
	Manuel Lopes Gonçalves Amorim	x	x	x	x	x		
Valpedre	Adriano Rodrigues Ferreira	x	x	x	x	x		x
TOTAL		32	32	31	25	30	18	30

no olhal, aro de ferro e bucha de madeira onde entrava o eixo, que lhe facultava a rotação sobre esse eixo em simultâneo com a translação em redor da árvore. O mecanismo era accionado por meio da manjarra, comprido pau que encaixava na árvore. No outro extremo, depois de passar sobre o pio, terminava numa argola à qual se ligava o cambão, que por sua vez iria ser preso ao jugo dos bois. Para que o animal que andava por dentro se não adiantasse era preso à manjarra por uma corda suplementar⁵³. Cada moagem levava cinco gigos de azeitona, máximo sete, que era moída durante uma hora, com uma junta de bois a puxar a manjarra e um homem a picá-los, tendo este também que ir de quando em vez empurrar e remexer a massa de azeitona que se encostava à parede do pio, fugindo à trajectória da mó.

Uma vez obtida esta massa, os bois eram desatrelados e levados para a corte, enquanto um homem se metia dentro do pio e enchia as masseiras de folha, ou os tachos de cobre, com um comprido cabo, nos quais era transportada para o sector onde decorreria a prensagem. Aqui se enchiam as seiras, circulares, com quatro asas, abertas com a ajuda de dois pequenos paus, empurrando-se a massa para o seu interior com outro pau, o cachorro. Algum lagareiro recorda o fino azeite que ficava no fundo do pio, difícil de recolher mas estimado como um petisco da maior qualidade.

O segundo sector do lagar é aquele onde está a prensa. Esta é fundamentalmente igual às utilizadas em lagares de vinho e como elas de fraco poder extractivo⁵⁴. Compõe-se de um feixe, grande tronco pouco afeiçoado, vasado transversalmente perto da extremidade mais próxima da parede, movimentando-se sobre um eixo, de madeira ou ferro, que por sua vez penetra nos orifícios de dois potentes apoios circulares em parte embutidos na parede. Próximo do outro topo, o feixe recebe um duplo vasamento, na vertical, circular, por onde irá passar o parafuso, e na horizontal, retangular, onde encaixa a fêmea que faz de rosca para o mencionado parafuso. Este é também uma haste em madeira, quase toda trabalhosamente transformada em rosca. Só no tramo inferior é de secção quadrangular e perfurado, na horizontal para dar passagem à haste de manipulação, na vertical partindo do extremo. Para que nele encaixe o ferro que o liga ao peso de pedra. O peso, ou é também perfurado verticalmente para passar o ferro de suspensão, que neste caso remata em sapata mais larga do que o orifício do peso, ou tem na parte superior um profundo rasgo para uma travessão de madeira metido sob pressão onde penetrará o dito ferro, rematado da mesma forma. Em descanço, a prensa terá o peso pousado no chão. Para a activar os homens devem empurrar a haste que atravessa o fuso para que este vá subindo até que o peso fique suspenso. Assim permanecerá durante as duas horas que demora cada prensagem, para depois, com movimento contrário, voltar ao repouso deixando o feixe subir e libertando as seiras que estavam sob pressão.

Por baixo do feixe, próximo da parede e sobre uma bancada pêtrea, fica a sertã, pedra circular com rebordo alteado e bico ou canal de saída. Serve para sobre ela se colocar as seiras⁵⁵ com a massa a ser prensada, em número de três sobrejadas pela portada e o tarouco, as quais, sob pressão, libertarão o líquido que o canal enca-minha para os potes. Estes são, nos melhores exemplos⁵⁶, uma exímia obra de pedreiro, constituída por dois blocos que se devem ajustar perfeitamente, nos quais são abertas respectivamente a metade superior e inferior de dois vasos gémeos, ape-

⁵³ Não descrevemos nenhum engenho que para esta operação utilizasse a força hidráulica porque todos estão desmontados e perdidas as componentes de madeira. A única excepção pertence à casa de Gatão, em Recezinhos, mas está recoberto por profuso silvado, tendo nós a promessa de que proximamente será limpo para o podermos estudar.

⁵⁴ MARQUES, L. Gonçalves – O fraco poder extractivo das prensas de vara e o seu reflexo na produção. *Boletim da Junta Nacional do Azeite*. Lisboa, 1(2) 1946 (8), pp. 21-26.

⁵⁵ As seiras adquiriam-se no Porto ou nas feiras da região, chegando no entanto em certa época a ser fabricadas em Entre-os-Rios.

⁵⁶ Em outros lagares o pote que recebe o azeite já separado é uma talha de barro colocada por baixo da pedra com a gola e o canalete.

nas ligados por um canaleta que une as golas em que terminam pela parte superior. Um destes vasos ficava por baixo do bico da sertã recebendo desta o líquido, azeite e água ruça ainda juntos. Porque esta última é mais densa, ocuparia por decantação a parte inferior do pote, arrastando na sua deposição outras impurezas, as fezes. O azeite vinha à superfície, transitando pelo canaleta para o segundo pote. Um sistema de sifão no primeiro pote mantinha sob controle o nível da água ruça, sendo mesmo possível, excepcionalmente, fazê-lo subir até quase à superfície para trasfegar todo o azeite, bastando para isso tapar o ouvido do sifão. Com uma vassourinha de carqueja ou giesta o lagareiro batia levemente a superfície do azeite para ajudar à precipitação dos resíduos mais leves e gordos, que se instalavam entre a água ruça e o azeite. Em caso deste estar muito turvo então poder-se-ia chegar a deitar sobre a superfície cinza do bagaço, para que ao afundar ela arrastasse as impurezas

Uma vez efectuada a primeira prensagem, com a duração de duas horas e da qual se obtinha o melhor azeite, o peso era aliviado para libertar as seiras, que eram retiradas da sertã para, uma a uma, serem batidas na praça, espaço lageado ao lado da prensa para o qual subiam dois homens que, colocados fente a frente, com as cabeças encostadas e deitando mão das quatro asas da seira a batiam a um e outro lado, em movimento cadenciado e violento, para soltar a massa. Seguia-se a caldeação, ou seja o lançar com o tacho de água fervente da caldeira sobre as seiras para facilitar a libertação do azeite durante nova prensagem, e uma terceira ainda, repetindo-se todos os passos, o que podia chegar a durar cinco horas. Por causa desta operação havia sempre no lagar, perto da prensa, uma caldeira, abastecida por água limpa, sobre uma fornalha. Esta caldeira poderia ser a parte inferior de um vulgar alambique.

O máximo atingido durante as vinte e quatro horas de laboração seria cinco lagaradas, com uma produção de azeite muito variável, dependente da qualidade da azeitona e do seu estado de conservação. De cada uma obtinha-se de um almude a três canadas ou menos, se a azeitona era de árvore bravia ou se vinha podre, tendo deixado o líquido nas mal afamadas tulhas. Como resíduo sólido desta indústria restava o bagaço da azeitona, amontoado para posterior utilização, como combustível, nas fornalhas⁵⁷. A água ruça, resíduo líquido, corria para os campos mas todos sabiam que ela era extremamente daninha pois queimava todas as plantas por onde passava.

O lagar funcionava vinte e quatro horas por dia mas apenas durante um período máximo de três meses, em bons anos, porque na contra-safra não passaria os quinze dias de laboração. A maquia cobrada ascendia a uma canada por almude, se os bois fossem do dono da azeitona, ou, noutro caso a um litro por cada doze produzidos, mais um quartilho para o boi e cinco escudos em moeda por cada moinho. Em tempos mais recuados também se retirava da produção o azeite necessário para manter sempre acesa uma candeia que alumiasse o lagar. Nos anos quarenta o lagareiro podia receber dois escudos por cada moinho realizado, ou seja até dez escudos por cada dia de vinte e quatro horas. A laboração contínua dava origem a que os homens adormecessem no trabalho, sobretudo a tocar os bois, sentados na manjarra. Mas, em outras ocasiões criava lugar para momentos lúdicos, tainas com gente de fora que chegava com o bacalhau e as batatas, roubando-se uma couves nas imediações, tudo cozido na caldeira e regado com o azeite novo do cliente. Também se aquecia o pão na fornalha para depois o regar com azeite, prática idêntica à das tibornas, já proibida pelo quinhentista regimento dos lagareiros de Lisboa⁵⁸. Pela noite dentro poderiam chegar-se a este recinto aquecido homens com violas e cavaquinhos, para tocar e can-

⁵⁷ Nos últimos anos de laboração destes engenhos tradicionais, uma unidade industrial do vizinho concelho de Paredes recolhia os bagaços para os espremer novamente, mas por centrifugação.

⁵⁸ CORREIA, Vergílio – *Livro dos regimetos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sepre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra, 1926, p. 183.

tar, apenas, porque o trabalho não permitia danças e as mulheres eram muito raras neste espaço eminentemente masculino.

*

No engenho pertencente ao mosteiro de Santa Clara do Torrão existiam em 1856, como bens móveis ligados ao seu funcionamento, uma caldeira de cobre nova com capacidade para dezoito almudes e um tacho para quatro canadas, um jogo de medidas de folha de canada até meio quartilho, um funil e um prato de folha, três candeias de ferro, duas gamelas de pão para trazer a massa para as seiras e dois jogos de três seiras cada⁵⁹. Com anos volvidos, o equipamento móvel do lagar continuava a ser o mesmo. Escolhemos para exemplo o caso do lagar do lugar do Castelo, em Lagares, onde toda a unidade se conserva em bom estado. Aí existia, para além do equipamento indispensável à laboração como o tacho em bronze, de transportar a massa e deitar água quente sobre ela, e os jogos de seiras, um conjunto de recipientes para medir e guardar o azeite.

O azeite conservava-se no concelho de Penafiel em três tipos de recipiente. As habituais talhas de barro vidrado com cordões de reforço, de que o exemplar grande do Castelo tinha capacidade para cinco almudes, destinavam-se a estar fixas, na loja, assentando o seu fundo dentro de uma pia em pedra que obviava à fragilidade desta parte do recipiente mais sujeita a choque e ao dano que lhe poderia trazer o contacto prolongado com o solo húmido. Também fixas permaneciam as caixas do azeite, grandes contentores construídos a partir de uma caixa em madeira idêntica às do cereal, mas cujo interior era forrado por outra caixa em folha, que tornava o conjunto estanque. Duas asas internas permitiam levantar a caixa de folha para eventuais lavagens, ao que sabemos bem pouco frequentes, como também o eram nas talhas, mais uma das razões invocadas para justificar a má qualidade dos azeites, que se degradariam por ser depositados em cada novo ano sobre borras velhas, já rançosas. Mais recente parece ser a prática de guardar o azeite em latas cilíndricas de folha, com fundo reforçado por um estrado de madeira. Este recipiente de menores dimensões, que reproduzia um modelo utilizado para outros produtos industriais, seria particularmente apto ao transporte por via rodoviária ou ferroviária. Para o dia-a-dia, as casas empregavam pequenas latas de perfil imitando as anteriores mas com capacidade inferior a cinco litros, fáceis de guardar na cozinha e que tinham pendurado na borda, voltado para o interior, um coco ou colher, para verter o azeite em recipientes ainda menores, ficando depois assim pendurados a escorrer, sem perda do precioso líquido.

Para medir o azeite utilizava-se o almude, com cerca de vinte e quatro litros, o cântaro com capacidade sensivelmente metade do anterior e a canada, com pouco mais de dois litros, tudo recipientes que teriam de ser aferidos pelo concelho, ostentando o respectivo selo⁶⁰. Para grandes quantidades mencionava-se a pipa, aqui com

⁵⁹ ADP – Convento de Santa Clara – Porto, lv. 54: 1856, Março, 15.

⁶⁰ AMPNF – A 7: Livro de registo dos acordão da cidade de Penafiel 1751, Dezembro, 28, Cópia de 1805 – Regimento do Afferidor dos pesos miudos, balanças, e medidas de azeite, covados, e varas, desta cidade (Porto, 8 de Julho de 1711): «Tera o Afilador cuidado de vêr e examinar as medidas do azeite, quando se lhes levarem novas para se aferirem, e se achar que são delgadas, em forma que facilmente se possão amaçar, as não aferirá, mas antes as cortará ou amaçará de sorte que não possão servir, e as dará a seus donos, para que mandem fazer outras capazes, e o mesmo fará se as achar diminutas. E da mesma sorte quando lhe forem a aferir medidas velhas, que já forão aferidas, e pelo decurço dos annos estejam já delgadas, que as amolem para dentro por cauza da delgadez, e velhice, em forma que ainda que se possão endireitar, tornem logo a amaçar-se com o uzo, as cortarão para nunca mais servirem, como tãobem fará o mesmo se estiverem diminutas. E sendo capazes na forma referida as afinará, e levará o sallario aqui determinado e declarado, a saber, por cada medida de canada athe meio quartilho que vierem novas e grandes, levará pelo trabalho de as compor com o Padrão, e lhe pôr as marcas do anno, e as letras =P.F.= a quarenta reis; e vindo certas que não seja necessario mais que pôr-lhe as marcas, levará a vinte e tres reis por cada huma. E pelas outras medidas pequenas de meio quartilho para baixo, vindo grandes, levará de as compor em este, vinte

capacidade para algo mais de seiscentos litros, medida que servia também de referência quando se falava da produção estimada de um olival. Para menores quantidades o lagar dispunha das pequenas medidas de folha, cilíndricas e com uma asa, normalizadas desde as últimas décadas do século passado, correspondentes ao quartilho (meio litro), meio quartilho e quarto, sendo mais raro o litro. Estas, depois de usadas, pousavam-se de borco num grande prato de folha levemente covado, para onde ficavam a escorrer. Também os funis molhados pelo azeite tinham um cântaro próprio para escorrerem, a fim de que nada se desperdiçasse. Em toda esta tramitação evitavam-se as vasilhas de barro não vidrado e as de madeira, cuja porosidade facilitava a absorção do azeite que, ao ser retirado, deixaria as superfícies embebidas em contacto com o ar, produzindo-se a oxidação vulgarmente dita ranço, muito difícil de lavar e pronta a contaminar o novo líquido nelas deitado.

*

Para além dos lagares de feixe tradicionais, o concelho dispôs de três engenhos industriais, dos quais hoje labora apenas um e por períodos curtíssimos uma vez que a azeitona escasseia. Todos dispunham de casa própria, de razoáveis dimensões, construída em pedra e coberta por telhado cerâmico. O mais antigo fica no lugar de Cans, Rio de Moinhos, e iniciou o processo de licenciamento em 1946, em pleno condicionamento industrial⁶¹, tendo sido construído dois anos depois, com autorização da Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícola⁶² que exigiu o abate de um número de engenhos antigos igual ao de prensas hidráulicas a instalar. Utilizava um motor a diesel, náutico, importado de Inglaterra, com 16HP e 400 rotações/minuto, que custou 25 500\$, mas teve de ser em breve desactivado por causa do ruído e das vibrações que emitia, sendo substituído por um motor eléctrico. Por outro lado, o lagar foi comprado à empresa Duarte Ferreira & Filhos, do Tramagal, que o despachou por comboio para a estação de Cête, com um custo global de 188 contos. Compunham-no um moinho em ferro tipo *Veraci* com duas galgas, duas caixas para massa de azeitona, um semfim elevador da azeitona com lavagem por chuva, dois tambores, uma bateadeira vertical funcionando com banho-maria, três prensas hidráulicas de quatro colunas e pratos móveis com a pressão de 350kg/cm², dois carros com cilindros metálicos e uma vagonete baixa (charriot) com carris. Empregava, no tempo da laboração, os criados da casa, mais um *jeitoso* que servia de mecânico do lagar.

O lagar mecânico da Casa do Eirô, em Bairros, Boelhe, veio em 1957 substituir um engenho tradicional que a antiga padieira data de 1837. Começou também com um motor diesel que teve de abandonar em favor de outro eléctrico. O moinho de duas galgas, desmontado, foi comprado na Fundação do Rossio, em Abrantes. No mais era semelhante ao de Rio de Moinhos, embora menos aperfeiçoado já que, por exemplo os capachos, enchidos à mão, eram empilhados sem protecção lateral nem eixo central, o que levava a que desmoronasse toda a pilha durante a prensagem caso não estivessem bem equilibrados. Começou por trabalhar três meses por ano, vinte e quatro horas por dia, produzindo oito pipas de azeite, das quais recebia 10% de maquia. Por 1985 abandonou a laboração porque a azeitona, mesmo indo buscá-la de tractor a

e sinco reis por cada huma; e vindo estas medidas pequenas certas levará só vinte reis por cada huma. Das medidas velhas, vindo aferir no tempo, determinado pela Ley, levará quatro reis do escripto, e tres reis do aferimento.

... os que comprão e vendem azeite, o farão por medidas de cobre, e não de pao, ou barro, na forma que de presente se pratica, tudo debaixo da pena de seis mil reis para a despeza do Concelho, e terça, e prizão por dez dias, por cada vez que o fizerem».

⁶¹ BRITO, José Maria Brandão de – *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*. Lisboa, 1989, p. 147 e seg.

⁶² Repartição dos Serviços da Indústria e do Comércio Agrícola, 2ª secção, processo 11182/3728 de 20 de Março de 1948; Súmula das petições, *Diário do Governo*, III Série, 2 de Junho de 1948.

casa do cliente, não dava para duas semanas de funcionamento, e a mão de obra tornara-se demasiado onerosa.

O alvará que o proprietário deste lagar guarda⁶³, com validações dos anos vinte aos sessenta, é um exemplo deste tipo de documento, que todos possuíam, no qual se obriga a ter o recinto do lagar arrumado e limpo, nele não se podendo realizar outras actividades. Impunha também que as águas residuais fossem encaminhadas de modo a não causarem incómodo aos vizinhos nem entrarem na rede de águas públicas. Já a licença de 1957, aquando da mecanização, num tempo em que o condicionalismo da produção cedia lugar ao condicionalismo técnico, era mais exigente, impondo o emprego de um silenciador no escape, o tratamento das águas residuais, a limpeza com água e cal clorada, o fornecimento de água potável para o pessoal, o cujo cada cinco anos deveria ser vacinado contra a varíola, a afixação de letreiros proibindo fumar e foguear, etc.

O terceiro lagar mecânico ficava em Coreixas, Irivo iniciou a actividade por 1956 com um engenho de duas prensas de vinte e dois capachos comprado em segunda mão em S. João da Pesqueira. Encerrou-a na presente década por morte do proprietário e falta de rentabilidade que justificasse que outros se interessassem por ele.

A COMERCIALIZAÇÃO

O azeite foi até há anos considerado bem essencial numa casa, mesmo pobre, desempenhando papel de relevo na alimentação e também na iluminação. Vimos antes como a sua produção se encontrava difundida por todo o concelho e também como cada casa agrícola que se prezasse tentava fabricar o necessário para o auto-abastecimento⁶⁴. Aqueles que o não tinham podiam recorrer directamente aos lavradores com excedentes ou aos donos dos lagares que através das maquinas acumulavam consideráveis quantidades. Mas, pese embora Penafiel ser o terceiro ou quarto produtor do distrito, nunca os quantitativos foram suficientes para o consumo, deixando mercado para os armazenistas e negociantes por grosso, como eram em meados do presente século Manuel António Jerónimo, com casa junto da estação de caminho de ferro de Novelas, representante do Grémio dos Armazenistas, e as firmas Rodrigo da Costa Babo C^a e Miguel Gomes Teixeira Sucessor, na cidade⁶⁵.

A retalho vendiam-no, pelos mesmos anos, alguns pequenos armazenistas⁶⁶ e azeiteiros como os que existiam em Duas Igrejas, Rans, Oldrões e Cabeça Santa, que o faziam transportar no dorso de bestas, dentro de vasos de folha denominados bilhas das cangalhas, porque estavam adaptadas a estas armações. Quando as quantidades a movimentar eram maiores, e os caminhos permitiam, então o azeite ia na bilha grande de ferro, sobre uma carroça. Em casa, para a trasfega, o azeiteiro utilizava a bomba de chupar azeite, também em folha de ferro, e a bomba das borras para esvaziar os resíduos que ficavam nos grandes potes e caixas que dificilmente podiam ser movimentadas.

Muitos são os relatos de *aventuras* e *desventuras* em que participaram pessoas que, nos tempos mais difíceis do racionamento e manifesto obrigatório, negociavam clandestinamente azeite, transportando-o em malas forradas interiormente a folha ou

⁶³ Alvará nº 17267, em nome de Joaquim Moreira Rodrigues. Para além do alvará os lagares deviam o *Livro de registo diário do trabalho do lagar* e outros em que ficava escriturado todo o movimento.

⁶⁴ Alguns azeite produzidos com esmero nas quintas do concelho chegaram a ser premiados nos grandes certames oitocentistas, como aconteceu com uma dúzia de garrafas de azeite da Quinta das Abitureiras, nas margens do Douro, enviada por Leonor Carolina Allen à exposição de 1857: *Catalogo dos productos apresentados na Exposição agricola do Porto*. «Jornal da Sociedade Agrícola do Porto», Porto, 2 1857, pp. 235-255.

⁶⁵ Actividade anunciada no *Almanaque-anuário de Penafiel*. Penafiel, 1935.

⁶⁶ Alvaro Pedrozo, que em 1950-52 nos surge colectado como armazenista, ainda que com uma pequena verba, estava sujeito pelo menos desde 1930 a contribuição industrial-grupo A, como vendedor ambulante com animal: AMPNFA 1444, Contribuição Industrial.

PORTUGALIA

em pipas como se de vinho se tratasse, movimentadas de noite pelos caminhos de monte, sujeitos a todo o tipo de falsificações.

A penúria extrema pode, nesta matéria, ser simbolizada pelos pobres que na quadra do Natal iam de porta em porta, pelas casas mais abastadas da freguesia de Sebolido, com uma garrafinha na mão pedir *os fieis de Deus*, para adubar a frugal consoada.

ARMAZENISTAS DE AZEITE DO CONCELHO DE PENAFIEL
COLECTADOS PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

FREGUESIA	PROPRIETÁRIO	1945	1946	1947 ¹	1948	1949	1950	1951	1952
NOVELAS	Manuel António Jerónimo	62 500\$		9 950\$	42 100\$				
PENAFIEL	Rodrigo da Costa Babo C ^a	73 190\$		7 100\$	25 310\$	70 750\$	62 230\$	96 000\$	88 220\$
RANS	Álvaro Pedroso						2 500\$	2 500\$	2 500\$
TOTAL		135 690\$		17 050\$	77 410\$	70 750\$	64 730\$	98 500\$	90 720\$

¹ «Os rendimentos destes contribuintes foram diminuídos em relação aos do ano de 1947, em face dos elementos fornecidos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos».

**PRODUÇÃO DE AZEITE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DO PORTO
1937-1970
(em litros)**

CONCELHO	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Amarante	97080	13710	115640	16280	162400	15500	120200	18012	105700	11700	105800	2200	149500	7900	202800	19300	189500
Baião	109400	9150	104400	34910	149400	40800	1449000	79639	71400	51900	94000	6000	104500	38500	140500	11400	115200
Felgueiras	3400	140	2950	580	31600	400	8400	1074	7600	300	6700	300	8600	200	5200	400	4600
Gondomar	30750	2170	23690	4800		6700	16900	12859	11800	4400	24200	100	27800		27500	6200	29900
Lousada	3580	210	2030	340	4300	400	3000	474	2000	300	2800	100	2400	100	2100	300	1600
Maia																	
M. Canavezes	165180	10320	132730	17050	163300	13800	115300	36376	87400	18600	115700	1500	122000	3800	175800	6200	124800
Matosinhos																	
P. de Ferreira																	
Paredes	15980	1970	12450	2270	18000	2400	14200	3228	11800	1400	11600		22200		20800	2400	18500
Penafiel	75970	11870	69910	14910	91300	16300	73100	26536	43400	10300	45700	500	64000	800	69800	7300	78300
Porto																	
Póvoa do Varzim																	
Santo Tirso	3210		2600		4900		3500	360	3400	100	6100		6600		6600		6300
Valongo	3600	320	1330		3300	700	2200	931	1000	800	7500	500	3500		3000	100	3200
Vila do conde	2020		40	380	100				100		200		100		100		100
V. N. de Gaia	1310	10		300	300				200	100	500		100			200	200
TOTAL	511480	49870	467770	91520	628900	97000	501700	179499	345800	99900	420800	10700	511300	51300	654200	53800	572200

Valores colhidos no Boletim da Junta Nacional do Azeite

PRODUÇÃO DE AZEITE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DO PORTO (continuação)
1937-1970
(em litros)

CONCELHO	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Amarante	39100	209400	64800	44200	54300	162600	45900	185100	34200	231300	33300	163400	20300	181900	35900	91800	44300
Baião	44000	161700	68800	129200	44400	206500	52900	189400	46000	203000	71200	179200	41600	161500	46500	148500	58300
Feigueiras	1900	4900	14200		1900	1200	7200	2000	1100	900							
Gondomar	4200	30600		12100	4400	15200		21000	2300	16100	600	39900	3700	22700	1900	4600	5300
Lousada	400	2000	1200		700	700	300	400									
Maia																	
M. Canavezes	14800	162000	50500	79900	36500	200800	34900	212100	26100	209600	21200	137000	18600	162100	27900	71900	41400
Matosinhos																	
P. de Ferreira																	
Paredes	3100	22900	11800	2500	12500	13600	8400	12900	5800	13700	4000	10400	2800	10600	2200	4100	4400
Penafiel	10600	103900	22600	20900	33200	53400	18100	70100	15800	75800	6900	60400	8600	48000	16100	27000	35800
Porto																	
Póvoa do Varzim																	
Santo Tirso	500	3400	3700	3700	1700	1100	1600	600	500	700	600	500	100	400			
Valongo	1600	1400	1600	1600	1900	900		700	800	800		200					
Vila do conde		100	300	300													
V. N. de Gaia					100			200									
TOTAL	120200	702300	239500	288800	191600	656000	169300	694500	132600	751600	137800	591000	95700	587200	130500	347900	189500

LAGARES DE AZEITE NO CONCELHO DE PENAFIEL

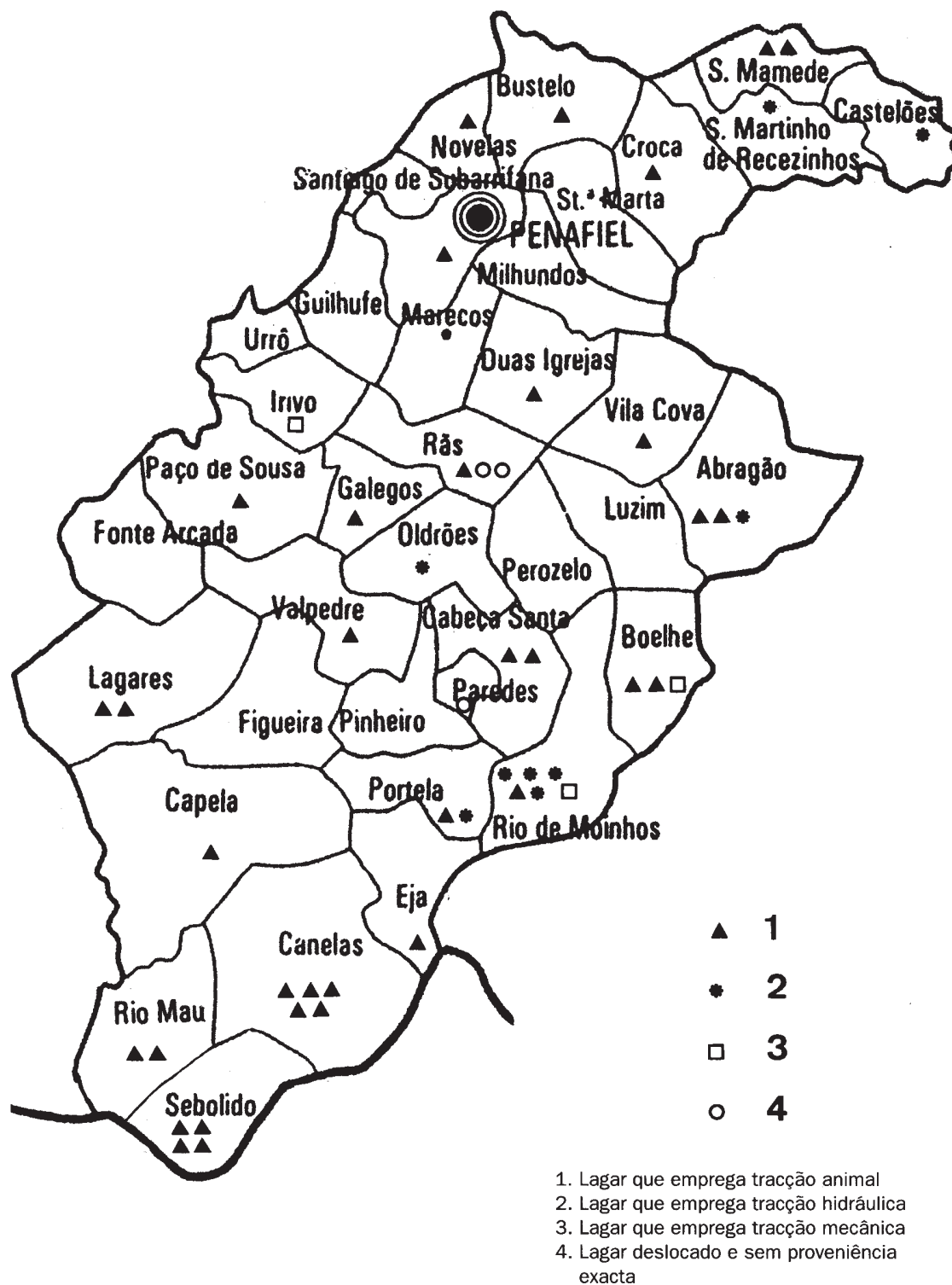
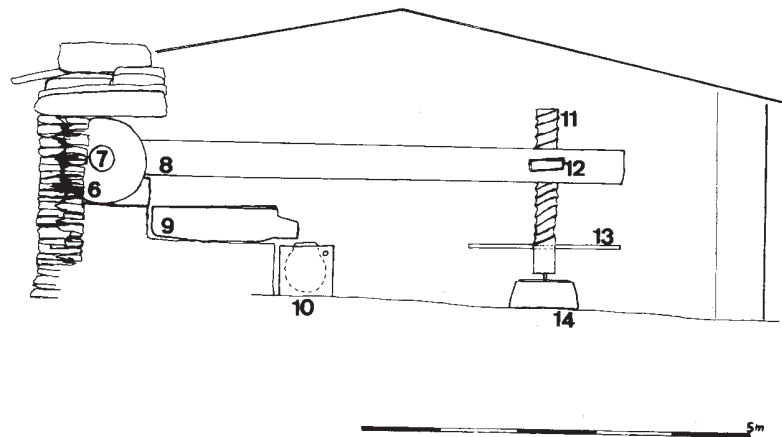
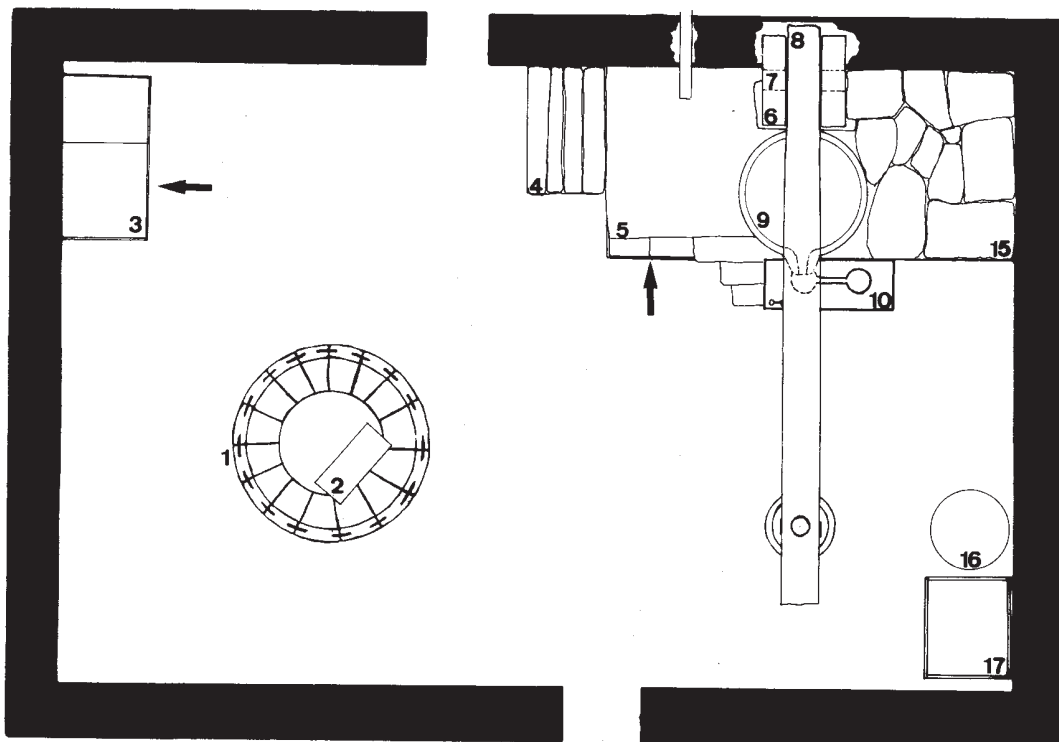


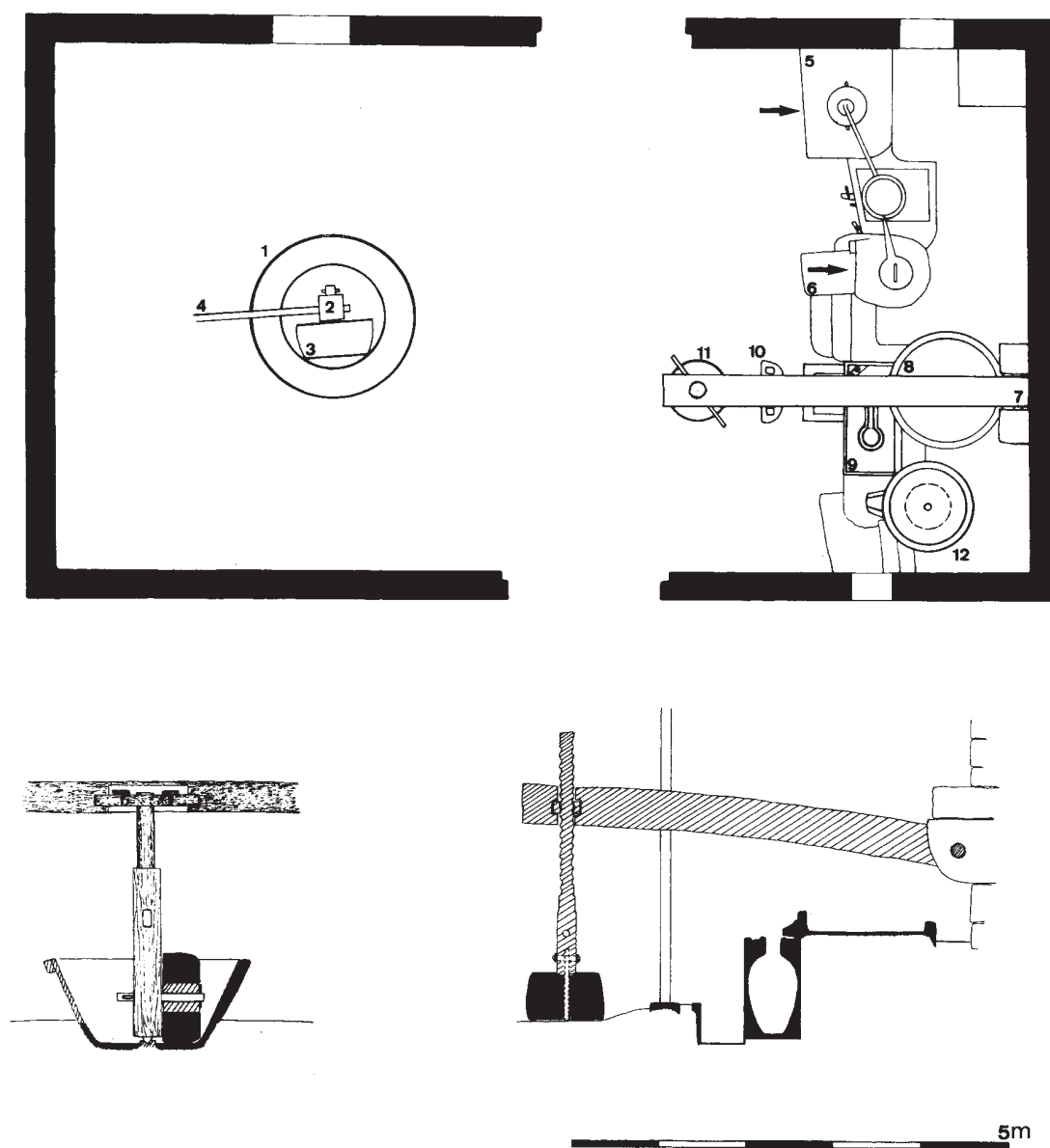
Fig. 1 – Lagares de azeite recenseados em 1996



- | | | |
|--------------|-------------|--------------|
| 1. pio | 7. ratoeiro | 13. tranca |
| 2. mó | 8. feixe | 14. peso |
| 3. alambique | 9. sertã | 15. praça |
| 4. tarimba | 10. potes | 16. prensa |
| 5. caldeira | 11. fuso | 17. depósito |
| 6. virgens | 12. concha | de bagulho |

Fig. 2 - Lagar de azeite da Casa de Sá, Sebolido, datado de 1864

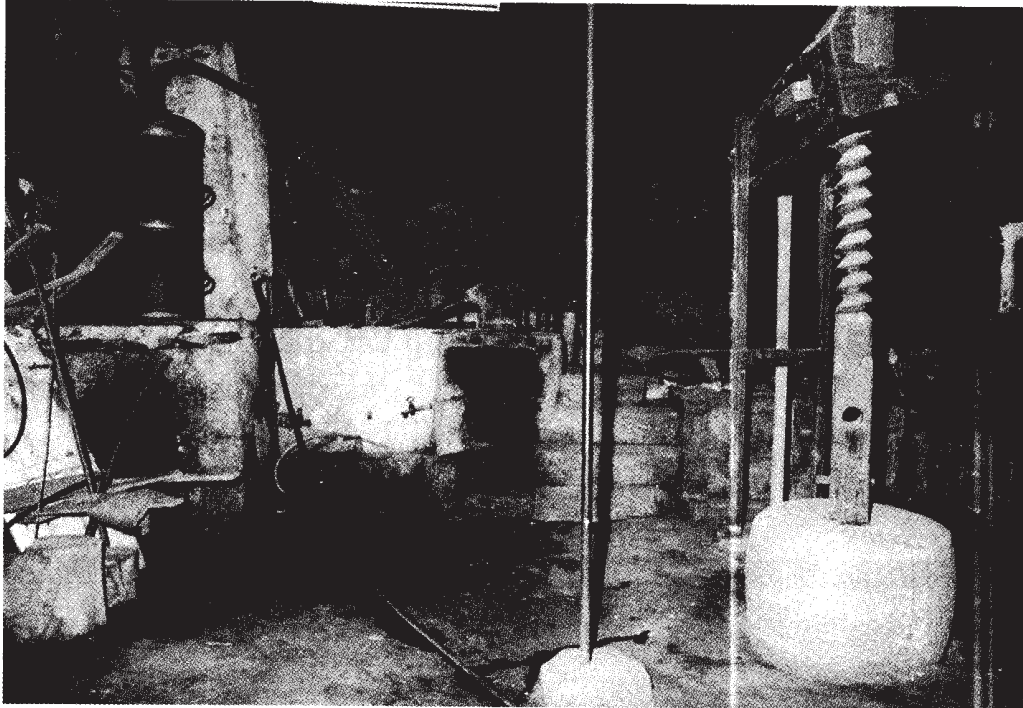
LAGARES DE AZEITE NO CONCELHO DE PENAFIEL



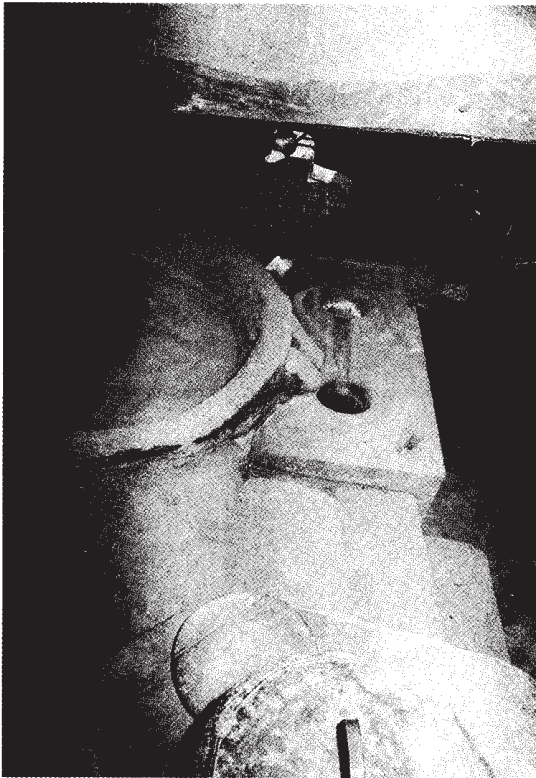
- | | |
|--------------|-------------|
| 1. pio | 7. feixe |
| 2. árvore | 8. sertã |
| 3. mó | 9. potes |
| 4. manjarra | 10. virgens |
| 5. alambique | 11. peso |
| 6. alambique | 12. prensa |

Fig. 3 – Lagar de azeite do Castelo, Lagares, datado de 1924.

1



2



3

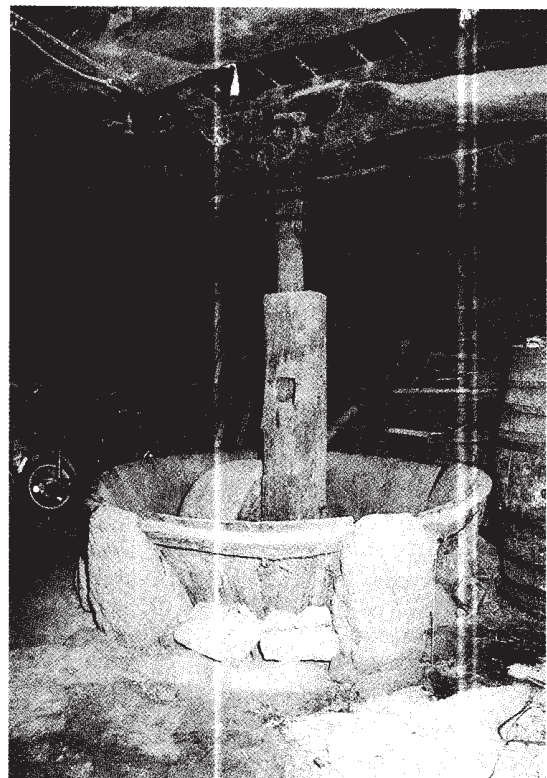


Fig. 4 – 1. Lagar de azeite do Castelo, Lagares, em 1997; 2. Pormenor da sertã e boca dos potes; 3. Pio em madeira e pedra, com uma galga.

LAGARES DE AZEITE NO CONCELHO DE PENAFIEL

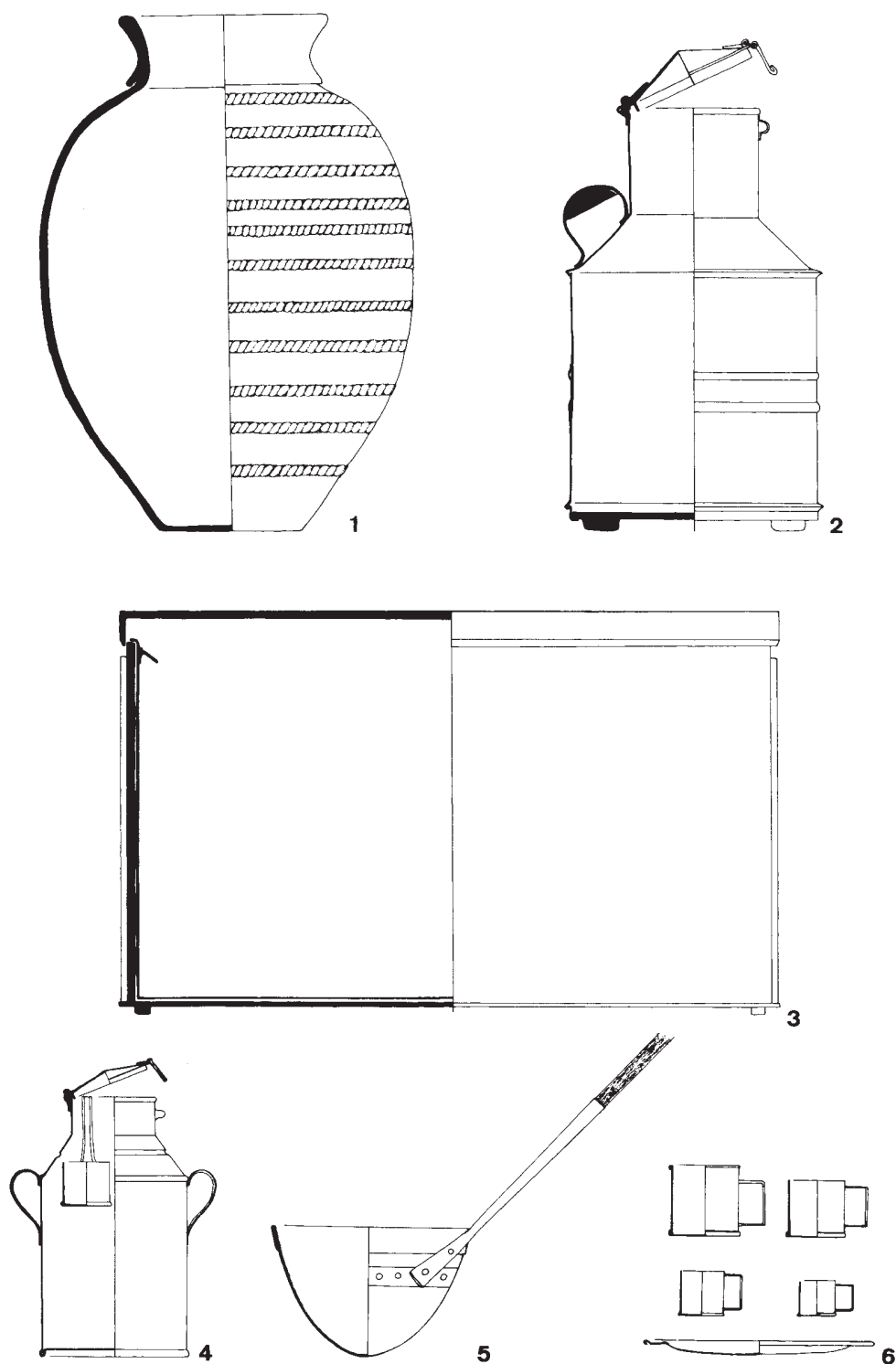


Fig. 5 – 1. Talha de guardar o azeite; 2. Lata para guardar e transportar o azeite; 3. Caixa de madeira, forrada internamente a folha, para guardar azeite; 4. Lata e colher de azeite para consumo diário; 5. Tacho utilizado no lagar; 6. Medidas normalizadas de litro, quartilho, meio quartilho e quarto, com prato para os escorridos (Esc. aprox. 1:10).

PORTUGALIA

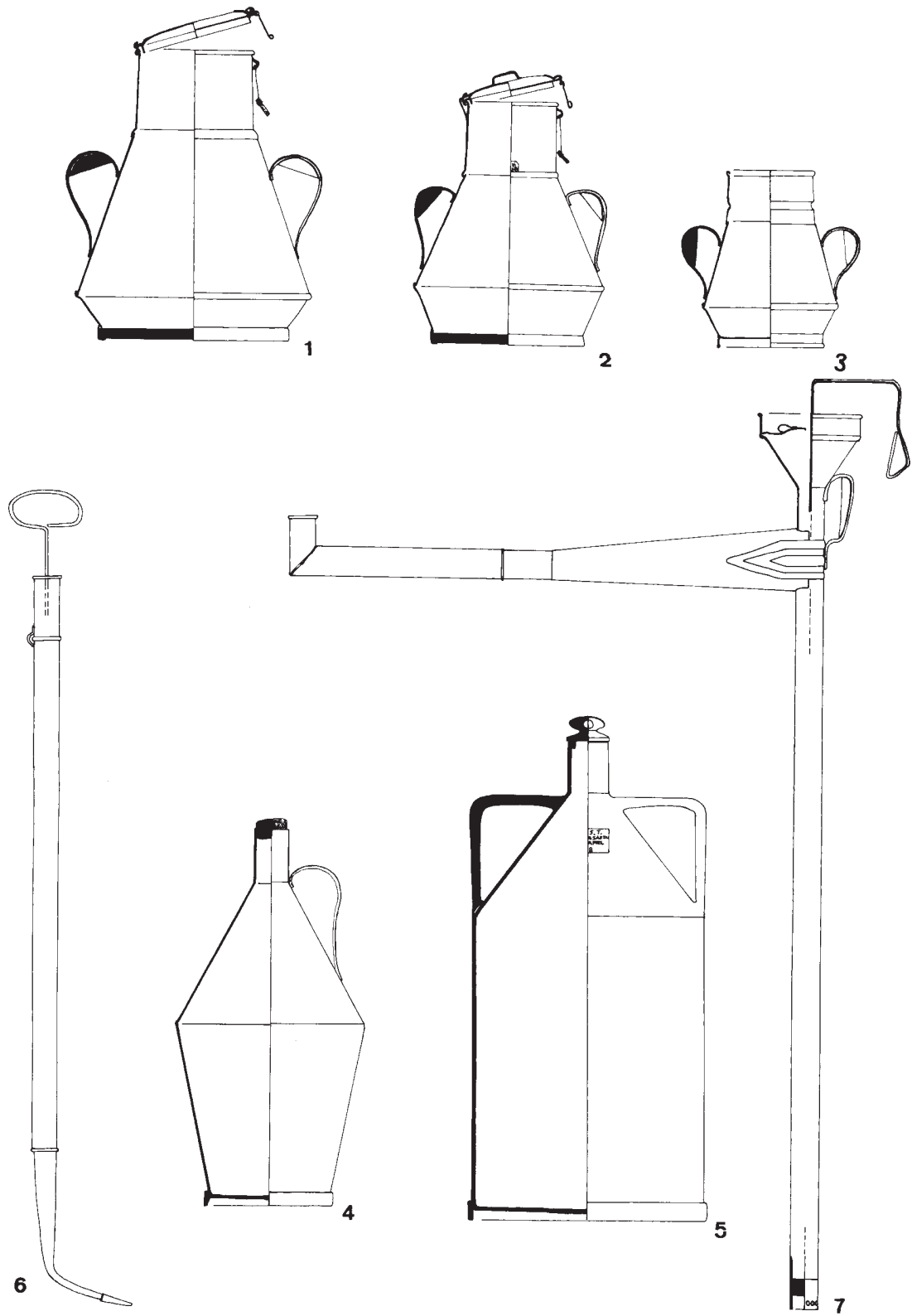
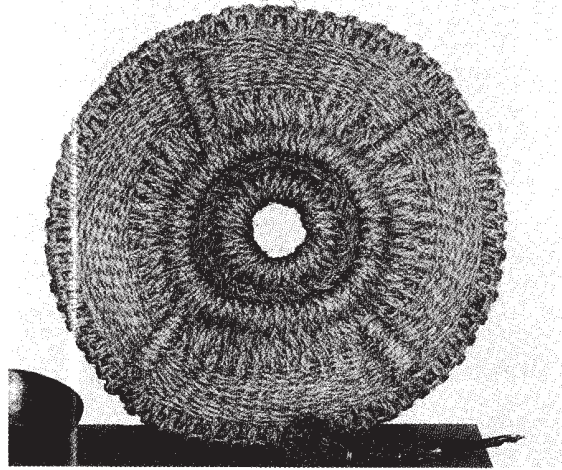
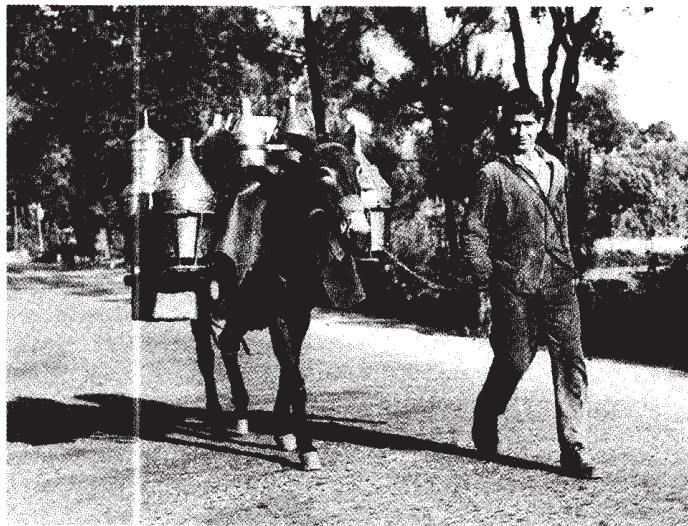


Fig. 6 – 1. Almude; 2. Canada; 3. 5 litros; 4. Bilha das cangalhas; 5. Bilha grande da carroça; 6. Bomba para retirar as borras; 7. Bomba de trasfegar o azeite (Esc. aprox. 1:10).

1



2



3

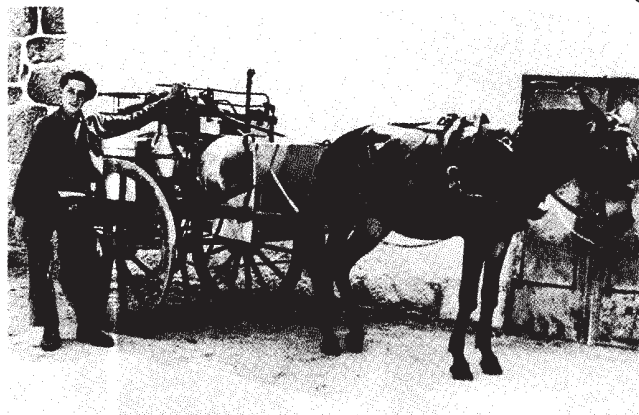


Fig. 7 – Seira para lagar de feixe; 2. O azeiteiro conduzindo a cavalgada carregada, 1963; 3. O azeiteiro de Cabeça Santa conduzindo a carga na carroça, anos cinquenta.

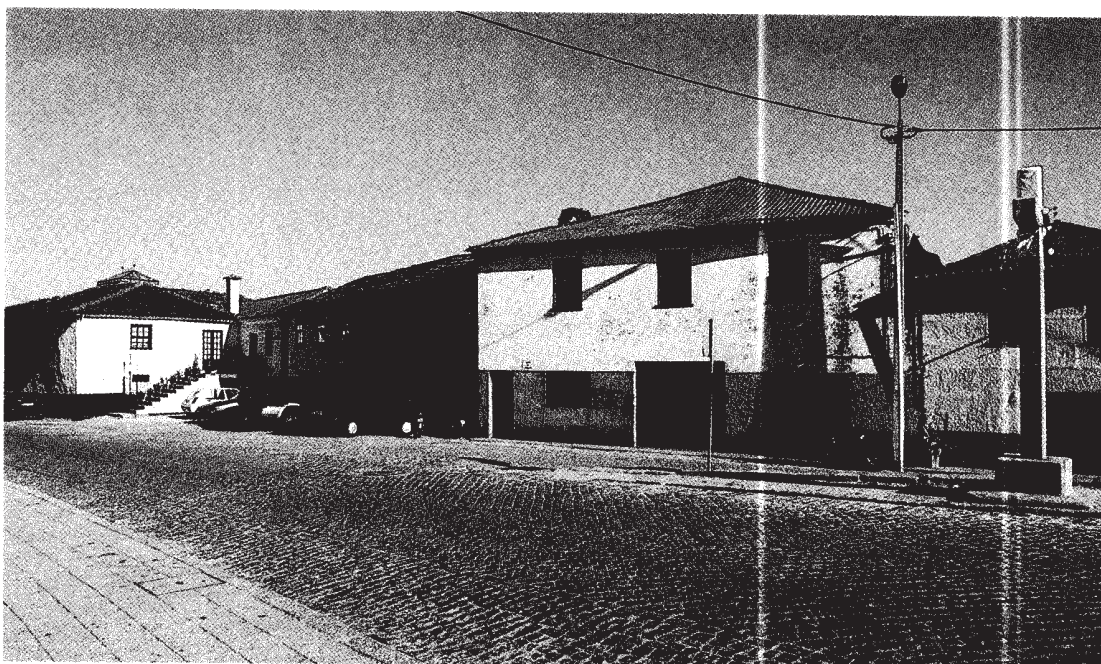


Fig. 8 – Lagar mecânico de azeite, em Cans, Rio de Moinhos

RELIGIOSIDADE POPULAR E DEVOÇÃO DAS GENTES DO MAR EM ESPOSENDE *

Geraldo, J. A. Coelho DIAS

I – A religião popular é tema de ponta nos estudos de Antropologia cultural e na pastoral da Igreja Católica, tendo atingido o pico com a Exortação Apostólica «*Evangelii nuntiandi*» do Papa Paulo VI em 1975. Mas, quem trouxe este tema para a ribalta do estudo foi a Antropologia Cultural ou a Etnologia que fez dele um objecto preferencial das suas reflexões e análises sociais de costumes e crenças, de ritos e práticas religiosas criando até diversas escolas hermenêuticas. E isto porque, na verdade, a religião popular, quer ao nível da consciência individual quer ao nível da consciência colectiva, deriva da religiosidade instintiva e espontânea comum a todos os povos em qualquer quadrante geográfico ou religioso, antigo ou moderno. Como reflexo do imaginário colectivo e segundo arquétipos conaturais, mesmo sem ser preciso lançar mão ao estafado recurso do difusionismo cultural, ela não só determina formas de religião e sistemas rituais como também activa e sugere atitudes mentais e leva a comportamentos ético-sociais.

Com efeito, a religiosidade é o húmus natural de toda e qualquer religião, popular ou oficial, o substracto indispensável para a consequente estruturação de crenças e sistematização de rituais com que o ser humano manifesta a sua dependência em relação a realidades superiores e transcendentais. A religiosidade, sem qualificativos, é, por isso, um sentimento do foro interno, pessoal ou colectivo, anterior, do ponto de vista lógico, a qualquer sistema religioso. É por ela que o homem exterioriza o sentido de admiração e temor frente ao «totalmente outro», (*Ganz Anderes*, como dizia Rudolfo Otto ¹), que o ultrapassa e, como tal, é percebido como algo de transcendente ou

* Este estudo, embora resulte de uma conferência em Esposende, de facto, está ligado a um curso que fizemos com o saudoso Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida no longínquo ano de 1978, quando ele, pela sua formação de raiz teológica, muito se entusiasmava e nos interessava pelas coisas da antropologia religiosa. Por isso é uma homenagem à sua memória.

¹ OTTO, Rudolf – *O Sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1992; DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Religiosidade popular e seus arquétipos fundamentais no Concelho de Barcelos*, «*Barcelos-Revista*», 2ª Série, nº 4, 1994, pp. 39-64.

divino, tremendo e fascinante (*tremendum ac fascinosum*). São esses sentimentos antagônicos que explicam e fazem, na realidade, com que o homem seja também, na embrulhada complexidade do seu ser, *homo religiosus* para além de *homo faber, sapiens, politicus, oeconomicus, ludicus*.

De forma empírica, diríamos que temor e admiração são os sentimentos epifânicos e estruturantes duma atitude religiosa espontânea.

O temor face às forças poderosas e adversas da natureza, imanes ou transcendentais, cria a reverência, o sentido de respeito e leva à percepção do sagrado como algo de distinto, de tabú e intocável. É daí que brotam as práticas elementares do sacrifício e os exercícios de ascese e oração com fins *impetratórios* em ocasião de perigo, *propiciatórios* perante o pecado ou a culpa e *apotropaicos* face ao mal e suas forças.

Por sua vez, a admiração perante as grandiosas forças da natureza ou as misteriosas e invisíveis potencialidades que nos escapam, favorece o entusiasmo e a gratidão. Sentindo-se, então, como que possuído por Deus, (entusiasmo quer dizer isso mesmo: estar em Deus), o homem quer entrar em comunhão com o transcendente, e isso gera o culto com fins *latrêuticos* ou de adoração, *eucarísticos* ou de acção de graças.

A conjugação destas duas coordenadas, que são o temor e a admiração, é que estrutura a religiosidade enquanto base ou fundamento de todo e qualquer sistema religioso mais ou menos estruturado, que tal é a religião. A religião aparece, então, qual estrutura ou sistema organizado de crenças, forças, pessoas e funções sagradas pelas quais o ser humano, mesmo de forma pré-lógica, tenta entrar em comunhão com os deuses. É por esta razão que a religiosidade, enquanto instinto do sagrado, tende sempre a criar e materializar instituições, pessoas, objectos e ritos de mediação, elementos intermediários que fazem a ponte, isto é, viabilizam e asseguram, de forma sensível e visível, a presença e protecção dos deuses, pois toda a religião precisa de medianeiros. Qualquer religião depende da simples religiosidade e é, por isso, muito mais emocional e também mais firme ao nível das convicções subjectivas, «aracionais», do que toda a outra religião devidamente organizada ao nível das estruturas materiais e da fé, mesmo revelada, ainda que esteja escorada em cursos de catequização e de pastoral.

Na religião popular, instintiva e naturalista, aparece também muitas vezes, como motivante a conveniência utilitarista ou a necessidade física ou moral e não há a clara percepção da gratuidade, da transcendência e da santidade de Deus; tão pouco se percebem as exigências morais que isso pode acarretar, o «sede santos porque eu sou santo» que o Deus bíblico impunha ao seu povo eleito (Levítico, 11,44; 19,2). Aqui está a razão pela qual a religião popular facilmente se desvirtua, podendo degenerar em magia, bruxaria e subformas de feitiçaria ou manipulações de esoterismo. Aí está o lado interesseiro, senão mesmo grosseiro, com que essa religião tão espontânea e imediatista se sobrepõe ao desafio duma religião de fé gratuita e de moralidade exigente de caridade e comportamentos adequados em relação a Deus e aos outros. É que uma religião, que resulte duma verdadeira fé, nunca poderá cair no domínio do útil, do conveniente ou do necessário; será sempre um desafio e um risco.

Voltando à religião de religiosidade instintiva, a sua intensidade explica porque é que ela surge mais entusiasmante e motivadora. Então aparece aquilo que psicólogos e estudiosos da fenomenologia religiosa chamam «conhecimento por conaturalidade». Trata-se duma espécie de conhecimento emocional, muito mais ao nível psíquico que racional; não brotando de dados científicos transmitidos de fora ou aprendidos de outrem, esse conhecimento singular alicerça-se em convicções íntimas e afectivas do foro pessoal ou tradicional que, por isso mesmo, são inefáveis e inexplicáveis. mais arraigadas e firmes. Nessas circunstâncias, o «eu sei» do homem religioso equivale a «eu sinto», «eu experimento», «ninguém mo disse, mas eu pressinto». Então, a subjec-

tividade interna, a percepção pessoal são incomparavelmente mais eloquentes e probantes que qualquer dado externo, objectivo, ou argumento racional. Verifica-se, assim, como «o coração tem razões que a razão não entende». Está-se, portanto, a ver porque é que o conhecimento religioso, a fé do carvoeiro, é, em geral e por via de regra, pré-racional senão mesmo a-racional, não direi irracional, mais do coração que da inteligência, mais do momento efêmero que da continuidade da vida.

A pessoa, que age movida por tal convicção ou conhecimento, não o consegue transmitir ou explicar, mas também não abdica dele, tal a evidência que ele lhe proporciona ao nível do eu profundo ou da consciência. Trata-se, pois, duma espécie de experiência sentida, emocionante, que arrasta a pessoa singular ou o grupo com facilidade para a irracionalidade e pode levar ao fanatismo e ao martírio, tal a «sem razão» da convicção interior a que se chama «conhecimento por conaturalidade». Ela faz santos, mártires, fanáticos.

É por isso que a prova do martírio, enquanto testemunho consequente até à morte, pode ser o resultado lógico da religiosidade convencida, a-racional, dentro de qualquer sistema religioso. Deste modo se contam mártires da religião no judaísmo, no islamismo, no hinduísmo, no budismo e mesmo no cristianismo, católico ou protestante.

Eis porque um sistema de pensamento como o romantismo gosta de falar da religião em termos de sentimento e alguns pensadores mais do que falar de convicções de fé preferem disreter de «correntes do sentimento religioso»².

Contudo, não se pode ignorar a importância da religiosidade, religião popular, mesmo dentro duma religião como o Cristianismo/Catolicismo, apesar de esta se apresentar como uma religião positiva, histórica e revelada, onde a autoridade divino-humana dos respectivos hierofantes pode criar problemas de ruptura ao nível das consciências e das práticas religiosas.

Bastantes vezes verificam-se antinomias ou oposições entre a religião popular, espontânea, e a religião católica, oficial. Esta é hierárquica, jurídica, controladora dos dogmas e dos ritos ao contrário daquela que é subjectiva, instintiva, anômica, escapando por natureza a qualquer lei imposta de fora, agindo ao sabor de impulsos emocionais. Estes contrastes psicológicos explicam certos afrontamentos dentro do nosso catolicismo entre a hierarquia eclesiástica e o povo cristão por causa duma proclamação ou imagem, sobretudo em ocasiões de festa, onde o folclórico e o naturalista tantas vezes são combatidos e acimados de pagãos pelos respectivos sacerdotes.

É certo que o cristianismo nascente fez a osmose de festas e celebrações pré-cristãs e judaicas, algo naturalistas como a Páscoa (festa de lavradores e pastores) e o Pentecostes (festa das colheitas dos sedentários). Foi também o cristianismo que fez a catequização ou baptismo de festas pagãs, como o Natal e o Carnaval (Entrudo), relacionadas com os ciclos da natureza, quando melhor o homem sente as suas raízes telúricas e, portanto, mais experimenta a pressão imanente da terra-mãe. De resto, a importância das festas do S. João Baptista ao nível do nosso povo (Braga e Porto) deriva muito mais da proximidade do solstício do verão, quando o povo antigo gostava de celebrar a terra-mãe e suas virtualidades segundo os ciclos da natureza, do que da alegria bíblica pelo nascimento do Precursor de Jesus (Lc. 1, 14).

Dada a origem predominantemente rural de muitas tradições religiosas cristãs, os fiéis celebram liturgicamente acontecimentos salvíficos da vida de Jesus e dos santos ligados a momentos altos de festividades cíclicas de fecundidade e fertilidade. De facto, inscrevem-se no decurso do ano litúrgico cristão e chamam-se Natal, Carnaval, Páscoa, Ascensão, Pentecostes, S. João, Santa Maria de Agosto, São Miguel, São Martinho. Se todas estas solenidades têm muito de especificamente cristão, não é

² Significativo o título do trabalho de DIAS, José da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, 2 vols. Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos 1960.

menos verdade que todas elas estão conotadas com algo que as liga à natureza e à terra-mãe, ao calendário agrícola e a todo o sistema produtivo tradicional da ruralidade, que o homem cristianizado não pôde deixar de carregar e desenvolver.

Queremos a prova disto? Chamemos um lavrador e ele se nos apresentará com um curioso rifoneiro de adágios e provérbios populares em que religião cristã e *pathos* natural se entrecruzam. Vejam só:

- Pelo S. Vicente, alça a mão da semente (22/I).
- Se a candeia chora, está o inverno fora;
Se a candeia rir, está o inverno para vir (2/II).
- Entrudo borralheiro, Páscoa no terreiro.
- Pelo S. Matias começam as enxertias (24/II).
- Nossa Senhora de Março traz a merenda no regaço (2/III).
- Páscoa em Março, ou fome ou mortação.
- Quando em Maio não troa, não é ano de broa.
- Quem tem trigo d'Ascensão, todo o ano terá pão.
- Quando chove na Ascensão, até as pedrinhas dão pão.
- Chuvinha d'Ascensão traz vinho e pão.
- Pelo S. Tiago pinta o bago (2/VII).
- Pelo S. Lourenço, vai à vinha e enche o lenço (10/VIII).
- Águas verdadeiras, por S. Mateus as primeiras (21/IX).
- Quem planta no S. Miguel, vai à horta quando quer (29/IX).
- Aí por S. Lucas bem sabem as uvas (18/X).
- Pelo S. Martinho, vai à adega e prova o vinho (11/XI).
- Pelo S. Martinho, castanhas e vinho.
- Pelo Santo André o porco faz cué, cué (30/XI).

De resto, noutras religiões vigentes (Judaísmo, Islamismo, Hinduísmo, Budismo) ou mesmo antigas (Suméria, Babilónia, Assíria, Egipto, Grécia, Roma) é ainda mais fácil encontrar tal nexa, com particular incidência nos cultos de fecundidade e fertilidade e nos cultos do sol, lua, estrelas, água ou rios, montes, pedras e árvores.

As religiões naturais, mais ou menos celestes, mais ou menos terrestres, urânicas ou telúricas, prestam-se maravilhosamente à satisfação da religiosidade espontânea e popular.

Hoje, o simples bom senso pastoral deveria acautelar os sacerdotes para a utilidade, conveniência e necessidade da religião popular como suporte ou pressuposto de abertura à religião mais estruturada. Compreende-se, pois, como já S. Paulo, dentro desta estratégia pastoral, no célebre discurso do areópago de Atenas, partiu deste dado sensível da religiosidade popular para, depois, apresentar, de forma maiêutica e clara, a singularidade do acontecimento Cristo: «Homens de Atenas, em tudo vos vejo muitíssimo religiosos. Percorrendo a cidade e considerando os monumentos do vosso culto, encontrei também um altar com esta inscrição: «Ao Deus desconhecido». O que adorais sem conhecer, eu vo-lo anuncio! O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, é o Senhor do Céu e da terra e não habita em templos feitos por mãos humanas. Nem é servido por homens como se precisasse de alguma coisa, porque é Ele

quem dá a todos a vida, a respiração e todas as coisas... Tudo isso para que procurem a Deus e se esforcem por encontrá-lo como que às apalpadelas, pois na verdade ele não está longe de cada um de nós. Porque é nele que temos a vida, o movimento e o ser, como até alguns dos vossos poetas disseram: «Nós somos também da sua raça...» (Act. Apóstolos, 17, pp. 22-28).

E na carta aos Romanos, o mesmo apóstolo evangelizador dos pagãos diz: «Desde a criação do mundo, as perfeições invisíveis de Deus, o seu poder e divindade, se tornam visíveis à inteligência, por suas obras... Extraviaram-se em seus vãos pensamentos e se lhes obscureceu o coração insensato... Mudaram a majestade de Deus incorruptível em representações e figuras de homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis» (Rom. 1, pp. 20-23).

Estamos perante a afirmação de que a religião natural, politeísta e rural (pagã, como sói dizer-se), mesmo desvirtuada, encontra vestígios e sinais que orientam o homem para Deus. O mesmo se diga da religião popular que, aliás, pode estar perfeitamente integrada numa religião revelada como o cristianismo.

É certo que a pastoral dos sacerdotes católicos não raras vezes tem dificuldade em assumir algumas formas da religião popular, acusando-as de sincretistas, pagãs e folclóricas. Na realidade, como já dissemos, constata-se uma espécie de confronto e oposição mesmo entre a religião católica, oficial, praticada pelos sacerdotes e a sua vertente de religião popular activada, em certas circunstâncias, quase às ocultas daqueles, pelos fiéis.

A religião católica oficial, eclesiástica, hierárquica, está sempre autoritariamente dirigida pelo clero, impondo leis e preceitos, que visam a moralização dos costumes, a espiritualização das atitudes e dos comportamentos, numa palavra, a santificação dos fiéis. Aliás, todas as religiões monoteístas e reveladas, porque proféticas, (Judaísmo, Cristianismo, Islamismo) se tornam autocráticas e « mandonas» procurando impor-se pela obrigatoriedade dos mandamentos com que vinculam as consciências dos seus fiéis.

Em contrapartida, a vertente popular de qualquer religião procura fazer a ligação mediática do material ao sagrado de forma hilemorfística, pessoalmente directa e sentida, sem pruridos de dualismos ou dicotomias. Isso brota como uma necessidade interna ou mesmo de situações-limite externas, impondo-se ao nível da consciência, justificando-se até a falta de prática religiosa oficial com o intimista e tranquilizante «eu cá tenho a minha religião». Deste modo, na religião popular procura-se evidenciar a visão subjectiva e natural, quase telúrica, que a condição do ser humano em situação acarreta. Por isso, acentuam-se e multiplicam-se gestos e ritos no seu formalismo externo e eficácia material ou mágica; valorizam-se as imagens dos santos com que o povo se apega, e os objectos com eles relacionados exercem uma como que atracção metacínética; gosta-se de exteriorizar actos pessoais de sacrifício doloroso e quase masoquista e também de apresentar «ex-votos» e ofertas com que se cumprem promessas; rezam-se mecanicamente terços, orações e ensalmos; apreciam-se finalmente as festas e romarias com que se recria e faz o *transfert* da convivência com Deus e seus santos.

À volta da religião popular, como se vê, há todo um conjunto de atitudes mentais e psicológicas e todo um acervo de cultura material que é bem o espelho da sua condição. É por isso que o próprio carácter anómico, materializado e subjectivo da religião popular pode criar excessos e deturpações, que se traduzem em subformas de cultos imorais e fálicos, sobretudo no que diz respeito a práticas de fecundidade e fertilidade.

Porque a religião popular tem de ser extrovertida e sentida, a festa aparece como momento privilegiado de culto cujo paroxismo pode servir para aferirmos do verdadeiro introsamento e interligação entre religião popular e religião oficial.

Hoje em dia, com o progresso técnico, ao acendermos mecanicamente o interrup-

tor da electricidade, com frequência deixamos que se apague a lareira da nossa velha casa paterna e com ela se extingue e perde a memória das nossas tradições culturais e religiosas. Ora as festas da religião são ainda no nosso país e sobretudo no Minho um topos privilegiado para o reencontro com a cultura do passado, esse precioso legado do nosso património mental e etnográfico.

A festa religiosa para além de ser, do ponto de vista sociológico, um «estar com os outros» é também e principalmente um tempo e um espaço de encontro com Deus e os santos protectores da nossa devoção, uma ocasião e maneira de os «domesticar» como que tornando-os nossos familiares e participantes nos problemas do corpo e do espírito, da saúde e da doença, da vida e da morte, tanto em relação aos homens como aos animais domésticos.

A religião popular do nosso povo cristão e católico reconhece e multiplica santos patronos e advogados dedicando-lhes capelinhas, altares e nichos quer no alto dos montes quer à beira-mar, nos campos e povoados. Diríamos que se trata dum fenómeno de necessidade psicológica paralelo ao do politeísmo pagão, que criava deuses à imagem dos interesses e necessidades dos homens: deuses para a guerra e para a paz, para o amor e para a vingança, para o comércio e para a arte, para a caça e para a agricultura, para a medicina e para a sabedoria.

Ao mesmo tempo, o homem crente do povo não pode deixar de celebrar e festejar Deus e os seus santos. A festa marca, então, uma ruptura com o tempo banal e trabalhoso, transporta o homem como que ao tempo primordial, ao «in illo tempore» dos deuses, dos mitos e da idealização optimista, cria a oportunidade do lazer e do folgar. Em pleno ambiente de alienação festiva, o dinheiro não conta, e através do retroprojector do tempo ouve-se, também ainda, a voz dos deuses e se vê como, no princípio, «tudo era bom, muito bom» (Gen. 1, 12.18.25.31). Quanto mais rural e próximo da terra-mãe, mais o povo tem necessidade da festa e da religião onde o homem todo, no seu corpo e no seu espírito, dá graças a Deus, come melhor e se diverte, reza, canta e dança. Em festas de romaria é que o povo simples e espontâneo sabe fazer a síntese harmoniosa do seu viver, pois a religião popular ignora o que seja fazer a divisão dicotómica e antagónica de festas religiosas e profanas, de festas de santos e de loucos. O religioso, para ele, é sempre originalmente social³.

Ora, em Portugal, tudo isto é soberanamente verdade no Minho. De facto, aqui, tudo é perto: as montanhas chegam ao mar ou quebram-se em vales mais ou menos profundos ou largos, que favorecem o minifúndio e aproximam as aldeias; os campos quase entram pelo mar dentro, de modo que, muitas vezes, o lavrador vira pescador e vice-versa.

No Minho tudo é religioso, cristão, e é por isso que a igreja paroquial, a matriz, alveja no centro do povoado com a torre a indicar o céu e aparece como imã catalizador da população e seu epicentro dinamizador do habitat e da sociabilidade.

Apesar da dessacralização e secularização imperantes, as festas do Minho são essencialmente religiosas, situam-se no arco cairológico e diacrónico da liturgia católica. Depois da hibernação invernos, o verão é o ciclo das festas, quando de Maio a Setembro, o homem religioso minhoto se torna, de facto, um *homo festivus*. Domingo após Domingo, pelas aldeias de montanha, pelas freguesias rurais e póvoas marítimas perpassa um ambiente de alegria e festa. Então, sim, verifica-se e experimenta-se a veracidade da afirmação de Aquilino Ribeiro, segundo o qual o minhoto se expande em festas «como cigarra sempre a cantar»⁴.

Todos sabem como, estruturalmente, a festa religiosa minhota comporta sempre o sagrado e o profano, a igreja e o arraial. Dum lado, a missa, o sermão, a procissão;

³ DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O Alto Minho em tempo de festas*, «Humanística e Teologia», VIII, nº 3, Porto, 1986, pp. 251-282.

⁴ RIBEIRO, Aquilino – *Arcas encoiradas*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, s/d, 12.

do outro, os arcos, bandeiras e tapetes de flores, os andores, anjinhos e irmandades, a banda de música, os ranchos folclóricos, os zés pereiras e tambores, os foguetes, as danças e descantes, a feira e os merendeiros. Não foi sem emoção e admiração que Pièrre Sanchis, observando e estudando as festas do Minho, escreveu o seu curioso e premonitor estudo da religiosidade minhota⁵.

Dentro desta religião popular, os santos e suas imagens funcionam como «isótopos do divino», símbolos ectrópicos do sagrado. É que os santos são todos áulicos de Deus e não seus rivais, como poderia parecer a quem, falho de simpatia, vê tudo pelo lado de fora; afinal, para o crente popular, tudo o que diz respeito aos santos toca a Deus e ao homem. Venerar um santo é também venerar a Deus. Por conseguinte, a estrutura tipológica de qualquer festa ou romaria engloba sempre como elementos constitutivos:

- 1) *a igreja ou capela* – onde se venera a imagem milagrosa do santo que é preciso tocar ou beijar;
- 2) *a romagem* – que é preciso fazer para participar da ajuda ou consolação hierofânica que se deseja;
- 3) *o romeiro* – religiosamente vestido de festa ou com a mortalha, que vem agradecer ou suplicar e recolhe o respectivo *registo* que guarda como título de garantia;
- 4) *a promessa* – que se tem de cumprir ou «pagar» escrupulosamente ofertando ex-votos, cera ou dinheiro;
- 5) *a festa* – que é necessário fazer e gozar.

II – Mas, como era, então, a religião popular e a devoção das gentes do mar da zona de Esposende?

Esposende, para além da cidade, é, do ponto de vista administrativo, um concelho de 15 freguesias integrado na Província do Minho, Distrito de Braga e, religiosamente, pertence à Arquidiocese de Braga. A situação geográfica fá-lo um concelho da beira-mar, estendido entre os rios Cávado e Neiva, com um lastro significativo de freguesias a adentrar-se pelos vales interiores ou subindo pelos montes. É, portanto, uma região onde as tarefas agrícolas e as fainas piscatórias se associam, conservando marcas de ancestralidade. Como é sabido, o surto de veraneio com férias nas praias é de data recente, pelo que a predominância de actividades rurais nesta zona fez com que até 1835 a terra marinha de Esposende se integrasse no termo interior de Barcelos.

De per si, o topónimo Esposende é um patronímico de origem visigótica indicando uma «vila» dum tal Esposende como aparece nas inquirições de 1258, aliás pertencendo até ao século XVI à freguesia actual de Marinhas. A onomástica desta cidade não nos orienta para o mar, mas sim para o sistema medieval dos terratenentes.

Percorrendo um a um os padroeiros das 15 freguesias do concelho, também pouco nos aproxima do mar e das fainas piscatórias, tirando Marinhas, S. Bartolomeu do Mar e Palmeira de Faro. Em geral, a nomenclatura dos padroeiros mostra a antiguidade cristã das povoações com hagiopónimos cristãos tipicamente peninsulares (S. Cláudio, S. Paio, S. Pedro Fins, Santa Eulália e Santa Marinha) ou de antiga tradição católica: Salvador, S. Miguel, S. João Baptista, S. Bartolomeu. Só a padroeira de Esposende, Nossa Senhora dos Anjos, tem uma invocação de certa modernidade que, aliás, se refere ao mistério da Assunção de Maria, pelo que é celebrada a 15 de Agosto.

⁵ SANCHIS, Pierre – *Arraial. Festa dum povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.

A predominância do padroado de S. Miguel (3 vezes) talvez assinala a dimensão rural das populações, já que o S. Miguel, a 29 de Setembro, no fim do Verão e das colheitas, segundo o calendário litúrgico/agrícola exercia a função de cronómetro económico, lembrando aos lavradores-caseiros a obrigação de pagar as rendas aos senhorios.

O S. Pedro Fins (S. Pedro e S. Félix) nada tem a ver com o S. Pedro, apóstolo e mártir. É a junção do binómio referente a dois mártires.

O S. Bartolomeu do Mar recebeu através da situação geográfica da freguesia uma certa conotação marítima, tornando-se um caso típico de osmose etnológica com o ritual «banho do mar» para afungentar o medo e a gaguez das crianças, em dia de «diabo à solta», atirando o espírito do mal para o mar coalhado onde, no imaginário popular, vagueiam os espíritos malignos e os incubos⁶.

Uma lenda marítima tenta explicar os três escolhos, a pouca distância da Foz do Cávado, chamados Cavalos de Fão ou Penedos de Ofir, como resíduo etiológico sobre as remotas origens da colonização fenícia da região. Os três penedos seriam, assim, três cavalos marítimos petrificados; mas é pura lenda.

Também é apenas devaneio literário-poético a afirmação de José Augusto Vieira quando, levado pela beleza da situação geográfica de Esposende, a classifica de «deliciosa filha do Cávado, sorrindo para a seu eterno e ciumento noivo-mar»⁷.

Marinhas, sim, evidencia no próprio nome o seu relacionamento com o mar ao longo do qual se esconde a sua extensa faixa de terra arável. Todavia mais que apontar terra de mareantes e pescadores, este nome indica, possivelmente, a existência antiga de estabelecimentos de extração de sal. Aliás, só no século XV, o nome de Marinhas se sobrepôs e substituiu o antigo determinativo de Cepães.

Então que há de religiosamente típico do mar em Esposende? Antes de mais, não se pode ignorar a importância do próprio mar e da foz do Cávado, hoje quase assoreada, quando na era das descobertas, cerca de 1527, Esposende foi elevada a Vila e os estaleiros animavam a foz do rio e deram saída a gente ousada para as armadas ultramarinas, sobretudo do Brasil. Daí derivará a *Capela do Senhor dos Navegantes*, na Igreja da Misericórdia, com rica talha dourada e curiosa simbologia decorativa.

Por sua vez, Maria, mãe de Jesus e Senhora Nossa, assume aqui traços cúlticos de mãe carinhosa, sendo invocada por marinheiros, pescadores e toda a gente, afinal, como Senhora da Saúde ou Senhora da Soledade. Este invocativo, aos pescadores e suas famílias, ressoa como grito de súplica em horas de tormenta e perigos no mar ou emblematiza as mulheres viúvas e filhos órfãos, que em naufrágio perderam marido e pai.

De igual maneira se deve entender o culto da Senhora do Livramento em Vila Chã, celebrada em Junho com S. João e S. Pedro.

É de indiscutível devoção das gentes do mar a *Capela da Senhora da Bonança* no *Facho da Bonança*, sabendo-se que os fachos ou marcas marítimas prestavam ajuda à orientação dos barcos de pesca na cerração dos nevoeiros marítimos.

Não posso omitir o evidente culto piscatório de Nossa Senhora da Barca do Lago, na freguesia de Gemeses, no primeiro Domingo de Agosto.

Mas, no caleidoscópio das invocações marianas, faltam aqui as emblemáticas devoções à Senhora da Boa Viagem, da Guia, da Luz, da Ajuda, do Socorro, do Amparo, das Angústias, do Alívio, da Aparecida, da Esperança, do Desterro, e, já agora, da Atalaia, do Cabo, da Agonia, de Belém, da Agonia, da Assunção, do Bom Rumo, da Bonança, da Rocha, cujas capelas ou santuários alvejam em tantos lugares

⁶ SOARES, Franquelim Neiva – *A romaria de S. Bartolomeu do Mar e o seu banho santo. Passado e Presente*, Esposende, Edição do Centro Social da Juventude de Mar, 1988.

⁷ VIEIRA, José Augusto – *Minho pitoresco*, 2 Vols., 1886, 1887.

ao longo da costa marítima portuguesa. A Senhora tem uma infinidade de invocações sem dúvida porque, nos arquétipos marianos cristãos, Maria prodigaliza os desvelos de verdadeira mãe dos homens. Por isso é que o nosso Santo António dizia que o nome de Maria é «mel na boca, música nos ouvidos e alegria no coração».

Olhando para Cristo, o *Senhor Bom Jesus* de Fão acolhe a súplica aflita e preocupada de mareantes e seus familiares, tal como o *Bom Jesus* de Matosinhos. Por isso não se pode deixar de ligar o seu culto ao do Senhor dos Aflitos que tem capela na Igreja.

Espanta-nos que não haja aqui qualquer sinal de culto a S. Pedro, o mais emblemático santo do hagiológico cristão para marinheiros e pescadores. Tão pouco aparece a devoção a Santo André, S. Cristóvão, S. Gonçalo, S. Julião Hospitaleiro, S. Nicolau, S. Raimundo de Penaforte, S. Vicente, que todos são invocados por pescadores e gentes do mar, tendo como emblemas âncoras, barcos, redes, remos.

Não sei mesmo se aqui houve qualquer confraria ou irmandade particularmente dedicada às gentes do mar.

Se recorrermos à cultura material da religião popular, para as gentes do mar, encontrámo-la como que plasticizada nos *ex-votos*. Podem ser de cera, brandões enormes com a figura humana ou o peso do ofertante, como podem ser pequenos quadros ingênuos, de pintura «naif», obedecendo a um esteriótipo mais ou menos repetido. São quadros de agradecimento que as pessoas fazem em horas de aflição ou perigo, vindo depois com eles pagar a promessa ao santo com que se apegaram.

Aqui, em Esposende, aparecem desses *ex-votos* à Senhora da Saúde e da Soledade que, de per si, não têm especial relação com as gentes do mar e antes traduzem os problemas comuns do homem na precariedade do seu ser e viver. Notavíssimo é o grande quadro *ex-voto* que se encontra na igreja matriz de Esposende⁸.

Contudo, não deixa de ser sintomático o *ex-voto* a São Telmo. Este, sim, é premonitivamente típico dos homens do mar.

S. Pedro Gonçalves Telmo nasceu em finais do séc. XIII em Palência, Espanha. Fez-se dominicano e veio viver para Tui, na Galiza, aqui bem perto. Na sua lenda hagiográfica conta-se que andava de noite com uma luz, pela costa, nos lugares mais perigosos a iluminar os barcos e a livrá-los de naufrágios. Tornou-se muito querido dos marinheiros portugueses e o seu culto anda, não raro, associado ao de S. Gonçalo, também dominicano, como é o caso de Gaia.

A festa de S. Telmo é festejada a 15 de Abril e as igrejas que lhe são dedicadas chamam-se do *Corpo Santo*, como acontece no caso da igreja ribeirinha de Massarelos, Porto, ou na do *Corpo Santo* ou Santos o Velho, Lisboa. Os pescadores do popular bairro de Alfama, Lisboa, festejam-no solenemente.

Parece que o culto de S. Pedro Gonçalves Telmo ou Santelmo, na heortologia cristã assumiu e cristianizou a lenda do fogo meteórico ou faísca eléctrica, chamada Santelmo, que se desprenderia dos mastros e velas de navios em noites de borrasca como prenúncio de bonança. Tal lenda tenta desfazer Frei Amador Arrais nos seus Diálogos e dela diz Camões:

«... O lume vivo
Que a marítima gente tem por santo.
Em tempo de tormenta e vento esquivo
De tempestade escura e triste pranto».

E o mesmo Camões numa «Carta da Índia» faz referência à festa rija que os marinheiros organizavam em honra de S. Frei Pedro Gonçalvez Telmo: «Se das damas da

⁸ SOUSA, Mons. Manuel Baptista de – *História religiosa da paróquia de Santa Maria dos Anjos, Cidade de Esposende*, Esposende, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial, 1993.

terra quereis novas, as quais são obrigatórias a huma carta, como marinheiros à festa de S. Frei Pero Gonçalves»⁹.

O popular Gil Vicente na tragicomédia – Triunfo do Inverno –, põe estes versos¹⁰:

Marinheiro:

Eyllo prcioso santo
frey Pero Gonçalves bento!

Piloto:

Empara-nos de tanto vento
co teu precioso manto,
senhor, libra-nos a mallo.

Gregório:

Demos aa bomba, piloto;
dai ao demo frey Gonçalo
E Sam frey Pero Minhoto.

Piloto:

He o bemaventurado
frey Pero Gonçalves bento.

Para terminar, diga-se que não faltam temas marítimos de *ex-votos* com os tais quadros quase sempre representando barcos em situação de perigo e naufrágio, ou também miniaturas de barcos construídos à mão no santuário do Senhor de Matosinhos ou nas igrejas marianas da Senhora da Abadia ou Porto de Ave para apenas referir estas duas do interior norte de Portugal e até onde chegava a fé e devoção das gentes do mar.

Haveria ainda que falar de ou referir outras coisas:

Confrarias e irmandades (à Senhora da Lapa, a S. Pedro Telmo).

Montepios e mútuas.

Construção de barcos e sua bênção.

Onomástica de barcos e sua decoração com símbolos apotropaicos.

Poesias e barcarolas.

Lendas e narrativas da História trágico-marítima.

Para isto seria preciso basculhar arquivos, ler manuscritos, fazer pesquisas de fontes, e isso não pretendo fazê-lo por agora. Baste-nos que deste pequeno estudo ressalte a conveniência e necessidade de promover a recolha e organizar o inventário de tudo o que faz a cultura material e patrimonial que traduz a piedade do nosso povo de tão marcadas tradições marítimas e exprime a devoção das gentes do mar.

⁹ Versos e alguma prosa de Luís de Camões. Organização de Eugénio de Andrade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Morais, 1977, p. 154.

¹⁰ Cfr. GONÇALVES GUIMARÃES – *A festa de S. Gonçalo em Vila Nova de Gaia: origens e evoluções de um culto de mareantes*, «Revista de Ciências Históricas», Universidade Portucalense, Vol. VII, 1992, pp. 135-160; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Festividades cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984; VASCONCELOS, J. Leite de – *Etnografia OPortuguesa*, Vol. VIII, Lisboa, IN-CM, 1982, pp. 245-248.

O CLAUSTRO DA COLEGIADA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA DE GUIMARÃES *

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

O trabalho de Yves Esquieu *Autour de nos cathédrales* publicado em 1992¹ interroga uma das questões mais caras à investigação da História de Arte dos últimos anos, ou seja, o conhecimento das funções da arquitectura para um melhor entendimento do agenciamento dos seus espaços.

O autor dedica uma parte do seu estudo aos claustros das catedrais, das regiões do Ródano e do litoral mediterrânico francês, concluindo que a construção do claustro porticado, como estrutura central de organização dos edifícios do cabido, não deve ser abordada por simples comparação com os programas monásticos, como habitualmente se faz². Não obstante cumprirem funções por vezes comuns aos do claustro do mosteiro, o arranjo dos claustros das catedrais deve ser entendido no quadro da evolução institucional dos cabidos, bem como nos rituais litúrgicos e cívicos que lhes são particulares.

A implantação urbana de catedrais e colegiadas encontra frequentemente condicionantes na distribuição das construções claustrais – ou reconstruções – uma vez que a malha urbana das cidades medievais e o lugar da igreja, por vezes em sítio alto e terreno de acentuado declive, determinam uma relação diversa entre o templo, os edifícios dedicados à vida dos cônegos e o claustro, daquela que encontramos nos mosteiros da época românica construídos em terrenos desafogados, quando se padronizou o sistema de relação entre o claustro e a igreja, embora anteriormente já praticado.

Dedico este trabalho ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. O tema foi objecto da troca de algumas impressões que o interessaram. O seu interesse e concordância com as questões que lhe apresentei então, constituíram o maior estímulo no prosseguimento da investigação.

* Este trabalho insere-se no âmbito do Projecto Praxis XXI-2./2.1/CSH/702/95.

¹ Esquieu, Yves, *Autour de nos Cathédrales. Quartiers canoniaux du sillon rhodanien et du littoral méditerranéen*, Paris, C.N.R.S. Éditions, 1992.

² Idem, *ibidem*, p. 185.

Na Sé-Velha de Coimbra foi necessário escavar o morro de acentuado pendor para erguer o claustro [1218]³, cujo eixo é oblíquo relativamente à planta da igreja. A galeria oriental ultrapassa, francamente, a leste, o plano da cabeceira. O claustro da Sé de Lisboa, também de edificação posterior ao templo⁴ e igualmente construído em terreno acidentado, desenvolve-se para Oriente, ou seja atrás da cabeceira e não lateralmente à igreja. Esta disposição que nos parece excepcional é frequente na Alemanha, especialmente na região do Mosa⁵, em catedrais e colegiadas. A sua influência terá chegado a Avignon onde o claustro se implanta a oriente da cabeceira⁶.

Verificados estes exemplos surge com menor carácter de excepção o claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, na sua disposição pouco frequente: contorna a cabeceira, desde o braço norte do transepto e corre depois lateralmente ao alçado sul da igreja terminando em galeria ocidental [fig. 1]. A quadra interior é pequena, não só porque a cabeceira foi consideravelmente aumentada nos séculos XVII e XVIII⁷, mas porque o espaço entre a galeria sul e a igreja é muito curto quando o comparamos com a maioria dos clautros que tanta importância conferem a esta quadra aberta, onde há sempre um poço, tanque e/ou lavabo e laranjeiras, verdadeiro centro do *paradeisos* que é, estrutural e simbolicamente, o claustro monástico⁸.

A reconstrução do templo iniciada em 1387, voto de D. João I, teve o seu programa, em arquitectura gótica, condicionado pela estrutura urbana de Guimarães definida e ocupada na área que circundava a igreja e dependências, na época em que decorreram as obras encomendadas pelo rei⁹, aspecto que terá sido decisivo também na estrutura do claustro apesar de corresponder a construção de época distinta.

O claustro da colegiada de Guimarães coloca, façamos o ponto da situação, duas questões fundamentais: a razão da sua estrutura peculiar que já relacionámos com o espaço disponível, mas que deverá ser também equacionada com a função de um claustro de colegiada e a época do arranjo que o claustro apresenta actualmente.

Segundo José Marques a colegiada de Guimarães já existia em 1110 sucedendo como colégio clerical¹⁰ ao mosteiro fundado por Mumadona Dias. Seguindo o modelo da Catedral de Braga, as colegiadas eram constituídas por um cabido de cônegos presidido por prior e tinham como função assegurar o esplendor do culto litúrgico quoti-

³ Dias, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 56.

⁴ O claustro da Sé de Lisboa estava em construção em 1332. Cfr. Dias, Pedro, *O.c.*, p. 105.

⁵ Sobre os claustros desta região consulte-se: Sturler, Jean, *A propos des Cloîtres Orientaux des Régions Mosanes ... et d'Ailleurs*, in «Mélanges Félix Rousseau. Études sur l'Histoire du Pays Mosan au Moyen Âge», Bruxelas, 1958.

⁶ Esquieu, Yves, *O.c.*, p. 163

⁷ A capela-mor foi remodelada em 1676 e, novamente, depois de 1770. Esta última reforma imposta pelo Prior não foi do agrado do Cabido já que o projecto de ampliação da ábside conduzia à alteração do claustro, o que se verificou. Em carta de 19 de Maio de 1771 o Cabido escreve ao Prior:

«Tudo isto se hia executando na forma das intencoins de V. Ex^a porem vemos agora estando a obra ja com algum adiantamt^o, q. o claustro sendo hum acessorio dos principais desta Igr^a., que fica bastantem.te disforme, com a parede q. hade entrar pella parte superior (...).» Documento publicado por Oliveira, Manuel Alves de, *A Colegiada de Guimarães sob o signo de Pombal*, sep. do «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 1970, p. 107.

⁸ Sobre este assunto veja-se, entre outros: Delumeau, Jean, *Uma História do Paraíso. O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, pp. 148-150 (edição original em língua francesa de 1992).

⁹ Dias, Pedro, *O.c.*, pp. 129-130. Acerca da estrutura e ocupação urbana na área que envolve a Colegiada consulte-se o estudo de: Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1438)*, Guimarães, Ed. da Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

¹⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N./C.M., 1988, p. 481.

diano, ou seja o canto das horas, a celebração da Eucaristia¹¹ e procissões, e também o ofício dos defuntos e a cura das almas¹².

À semelhança da divisão de bens entre a mesa arquiépiscopal e a mesa capitular, recomendada pelo Concílio de Latrão em 1139 e adoptada na Sé de Braga em 1173¹³, a colegiada de Guimarães em acordo celebrado a 15 de Junho de 1223 entre o prior e o cabido procedeu à divisão do património. D. Diogo, prior da colegiada, comprometeu-se por si e por todos os seus sucessores, a fornecer os ornamentos necessários à igreja e ao altar e a fazer as obras que fossem necessárias no refeitório, dormitório, capítulo, adega, celeiro e via-sacra:

«... *reficere et cooperire ecclesiam et omnes domos que in circuitu ecclesie sunt quando necesse fuerit puta refectorium dormitorium capitulum apotecam et celarium panis et viam sacram et eisdem coherenciaet subire honera Romane Ecclesie et domini Regi ...*¹⁴.»

Não obstante o documento mencionar os edifícios que cercam a igreja, não refere a existência de um claustro – apesar de o texto poder ser omissivo – embora explicitamente uma *via-sacra*.

Yves Esquieu anota vários exemplos, datados dos séculos XI e XII, referentes à construção de refeitório, dormitório e celeiro, para serviço do cabido, sem que haja uma referência explícita ao claustro de galerias, implantado posteriormente no pátio, regular ou não, comum aos edifícios citados. O conjunto dos edifícios do cabido é frequentemente designado por *claustrum*, mas a palavra designa também o espaço ocupado pelas várias construções, por vezes cercadas por muros ou mesmas muralhas, ou seja os quarteirões destinados à vida da catedral¹⁵.

Na catedral de Cavillon existia apenas, até ao início do século XIII¹⁶, uma galeria no sentido Norte-Sul, destinada a permitir a circulação entre os aposentos mais importantes da vida capitular¹⁷.

O termo *via-sacra* designa habitualmente o exercício de Piedade em que se evocam os passos da Paixão de Cristo ou a série de representações figurativas alusivas ao tema, ou ainda, e por extensão, as orações que se rezam diante desses quadros¹⁸. Neste sentido utilizam-se os termos equivalentes de *Via Dolorosa* e *Via Crucis* ou *Caminho da Cruz*¹⁹ assinalado por uma série de cruces que conduzem a um ponto mais alto, simbolicamente o Calvário.

O percurso, desta forma organizado, principalmente quando é público, é bem conhecido na Época Barroca que tanto dramatizou a sua litúrgia e mesmo já no princípio de quinhentos, mas sabemos que depois das Cruzadas e decorrente do acto de

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 479 e 587.

¹² Ramos, Cláudia Maria Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c. 950-1250)*, Porto, v. 1., Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 92.

¹³ Marques, José, *O.c.*, p. 324.

¹⁴ Documento citado e transcrito parcialmente por Marques, José, *O.c.*, p. 517. Sublinhado nosso.

¹⁵ O respectivo documento encontra-se no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães), *Pergaminhos da Colegiada da Senhora da Oliveira*, nº 14.

¹⁶ Esquieu, Yves, *O.c.* p. 163.

¹⁷ Cfr. Viollet-le-Duc, E., S./v. *Cloître*, «Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle», Paris, v. 3, 1875. Viollet-le-Duc nomeia o *claustrum* de Notre Dame de Paris como um dos casos em que o claustro era um aglomerado de casas delimitado por um muro fechado, e não exactamente uma quadra de galerias porticadas.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 156.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 163-165.

¹⁸ Moraes e Silva, António de, S./v. *Via-Sacra*, Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, v. XI, 10ª ed., 1945.

¹⁹ Vários, S./v. *Via Sacra*, «Dicionário Cultural da Bíblia», Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.

peregrinar a Jerusalém, percorrendo o caminho de Jesus na sua Paixão, a prática piedosa da via-sacra tem indícios na Idade Média portuguesa, ainda mal conhecidos, embora já documentados em 1467. Nesta data Frei João Alvares lembrava aos monges de Paço de Sousa o que lhes ordenara: na sexta-feira de Endoenças fariam «a procissom e sepultura de Nosso Senhor e o Planto et cetera...»²⁰.

Perguntamo-nos se a narrativa da peregrinação de S. Teotónio a Jerusalém²¹, contada pelo Santo a um cônego de Santa Cruz de Coimbra e por este escrita, inserida na *Vita Sancti Theotonii*, enumerando e descrevendo minuciosamente todo o percurso do peregrino, terá constituído um modelo de procissão, seguido no mosteiro de Santa Cruz, fomentado por S. Teotónio, e adoptado em outras comunidades de monges e de cônegos.

Nesta narrativa o autor alude à caminhada do Santo pela «via-sacra, em que os apóstolos depuseram o corpo da Mãe de Deus», entrando depois na igreja de S. Pedro do Canto do Galo e no sepulcro de Tiago, descendo ao vale de Josafat, rezando na sepultura da Virgem e subindo a Getsemani²².

Via-sacra não é, neste caso, significado exacto de *via dolorosa* ou *via crucis*, o caminho que Jesus percorreu com a Cruz, descrita anteriormente²³, mas do caminho sagrado/sacralizado pela passagem de Cristo, de sua mãe, dos Apóstolos. O documento da Colegiada de Guimarães (1223) ao enumerar a via-sacra como um dos *domos* que circundam a igreja referir-se-à a uma galeria onde decorria a procissão de Sexta-Feira de Endoenças e/ou a um espaço certamente coberto [porticado] onde decorriam variadas procissões?

Bango Torviso informa-nos que na catedral de Santiago de Compostela, o coro situado na nave era unido à cabeceira da igreja por um caminho que atravessava o espaço do transepto, demarcado com cancelas ou correntes, por onde passavam as grandes procissões solenes. Este caminho era conhecido por *via-sacra*²⁴. Na catedral de Valência o drama litúrgico da Assunção de Cristo, escrito e representado nos inícios do século XV, desenrolava-se no interior da igreja. Entre o coro e o estrado construído para a representação era percorrido um caminho designado *via sacra*²⁵.

É curioso notar que em documento de Visitação de 1705 é consignado «sob pena de excomunhão *ipso facto* que nenhuma mulher de qualquer qualidade que seja corra a via sacra do claustro da Collegiada...»²⁶ de Guimarães.

Alfredo Guimarães que, com Baltazar de Castro, restaurou o claustro de Nossa Senhora da Oliveira, conheceu em 1928 «algumas pinturas a fresco, embora em deplorável estado de ruína, sendo uma ao lado direito da face exterior da capela de S. Brás, representando Cristo a caminho do Calvário, e que deveria em tempos ter tido continuação, decorando, no claustro, o chamado recinto da VIA-SACRA²⁷». Em 1682

²⁰ Citado por Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na Nossa Idade Média*, Lisboa, Brotéria, 2ª ed., 1957, p. 146. A *Vita Sancti Theotonii* está incluída nos *P.M.H., Scriptores*, t.1, p. 81-83.

Sobre este assunto veja-se, do mesmo autor: *Uma narrativa Marítima do século XII*, Coimbra, «Brotéria», nº 47, 1948, pp. 257-267.

²¹ Agradecemos ao Prof^º Doutor José Marques a chamada de atenção para o relato da peregrinação de S. Teotónio.

²² Citado por Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres (...)*, p. 153.

²³ Idem, *ibidem*, p. 152.

²⁴ Bango-Torviso, Isidro, «Edifícios e imágenes medievales. História y significado de las formas», *Historia de España*, Madrid, v. 11, *Historia* 16, 1995, p.37.

²⁵ Santiago Sebastian, *Mensaje Simbolico del Arte Medieval. Arquitectura, Iconografía, Liturgia*, Madrid, Ed. Encuentro, 2ª edição, 1996, pp. 436-437 (1ª edição de 1994).

²⁶ Documento citado por Teixeira, Maria Emília Amaral, *Aspectos do Claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 70, nºs 1-2, Jan.-Jun., 1960, p. 151.

²⁷ Guimarães, Alfredo, *Mobiliário Artístico Português*. Guimarães, Edições Pátria, 1935, p. 79.

A capela de S. Brás situa-se na galeria sul do claustro.

uma medição do claustro refere o «altar do Descimento»²⁸ situado no extremo oriental da galeria sul, a mesma onde Alfredo Guimarães encontrou os vestígios de pintura. A localização deste altar parece confirmar a existência de uma via-sacra/via-dolorosa que percorria a galeria sul e terminaria na galeria oriental, pese embora as informações corresponderem a épocas tão díspares. O termo via-sacra, de tão remota referência (1223), não terá coincidido sempre com os Passos da Paixão, como nitidamente significa nos séculos XVII e XVIII, mas tão só como caminho das procissões, de constantes referências na vida litúrgica da Colegiada.

O *Regimento* de 1663²⁹ permite-nos entender o percurso das procissões que seguiam o calendário litúrgico (fig. 1). Os membros do cabido, em pé junto às respectivas cadeiras (do coro), começavam a procissão pela capela-mor, saíam por uma porta que através do braço norte do transepto dá acesso ao claustro, atravessavam as duas pequenas galerias que contornam a norte a cabeceira da igreja, percorriam as alas oriental e sul e saíam do claustro por uma porta da curta galeria ocidental, entrando na igreja pelo pórtico principal. A procissão terminava na zona da cabeceira. Quando a chuva era muita, os membros do cabido e os acólitos recolhiam por uma porta aberta no absidíolo sul³⁰.

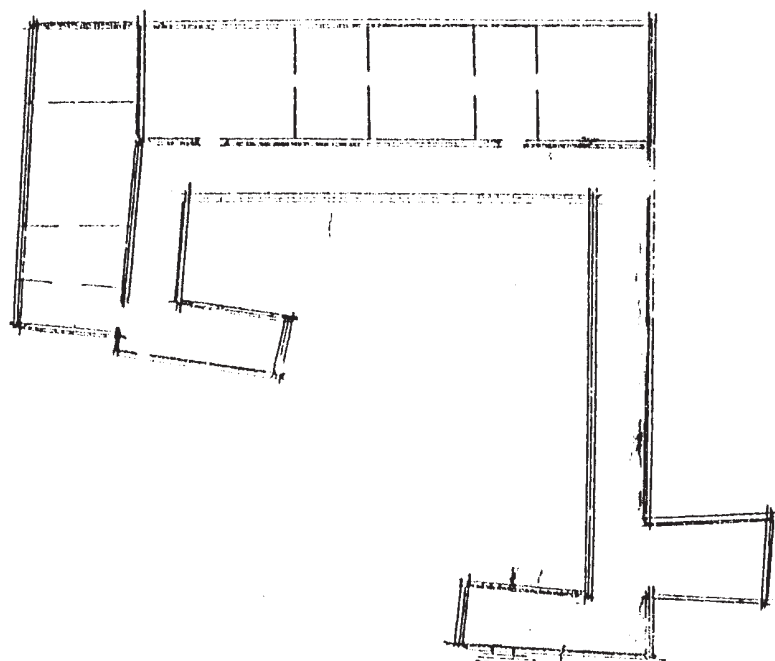


Fig. 1 – Planta do claustro da Colegiada, segundo Maria Emília Amaral Teixeira.

²⁸ Documento de 12 de Março de 1682 transcrito por Faria, João Lopes de, *Velharias da Colegiada*, ms., 1896/1897, L^o 6, *Tombos das igrejas da Colegiada*, fol. 138. Este manuscrito guarda-se na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento.

²⁹ Cfr., para a definição deste itinerário, as várias procissões regimentadas pelo prior Diogo Lobo da Silveira em 1663, documento publicado e anotado por: Almeida, Eduardo de, *Regimento para o sacristão da I. e R. Colegiada (...)*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 25, nº 3, Julho-Set., 1925, pp. 219-226, nº 4, p. 283-308, v. 26, nºs 1 e 2, Jan.-Junho, 1926, pp. 27-40.

³⁰ Esta abertura não existe actualmente.

Anteriormente ao restauro (1928-1935)³², segundo nos informa Maria Emília Amaral Teixeira, a distância entre aquela porta e o piso inferior da casa do cabido, era coberta por «um passadiço telhado e envidraçado, para cuja construção houve que fazer desaparecer uma coluna e seu capitel, que no ritmo dos outros se elevava, justamente a meio caminho, daquela porta e da que dava directamente para a sua residência [do prior]»³³. Todo o claustro estava envidraçado e caiado como já nos refere, em 1881, A. J. Ferreira Caldas³⁴.

Nos *Livros de Visitação* quinhentistas as «crastas» da colegiada são mencionadas frequentemente, assim como as funções que aquele espaço desempenhava.

No claustro, o mestre-escola ensinava os meninos do coro a ler e a cantar e, segundo determinação do Cardeal D. Henrique de 1538, os curas da colegiada deviam ensinar todos os dias, no claustro, as orações e doutrina cristã aos «fregueses» que as ignorassem, seus filhos com mais de cinco anos, criados e escravos³⁵. Também nas galerias claustrais se desenrolavam reuniões civis, como se infere de uma carta régia de 1333³⁶ e em repetidas ocasiões eram assinados emprazamentos e outros contratos no «cabido», no «cabido velho», enquanto as confrarias reuniam junto às respectivas capelas que tinham instituído no claustro³⁷.

A ligação da colegiada à comunidade civil é bem patente em toda esta documentação.

As várias funções do claustro em catedrais e colegiadas, estudadas por Yves Esquieu são em tudo semelhantes às que encontramos em Nossa Senhora da Oliveira, não obstante a documentação apresentada por aquele autor ser muito mais precoce. Encontramos um paralelismo no percurso das procissões realizadas na Colegiada de Guimarães e nas igrejas catedrais de Maguelone e Vienne, cuja respectiva descrição remonta aos séculos XIII e XIV. Também nos seus claustros era administrado o ensino às crianças. Se bem que o desenrolar de procissões e o ensino seja, no essencial, comum à vida do claustro monástico, os actos relativos ao temporal – doações, vendas, reuniões, etc., – constituem uma particularidade das funções do claustro de catedrais e colegiadas, amplamente referida – desde o século XII – nos casos de Avignon, Aix, Carpentras, Nîmes, Orange e Vienne³⁸.

O claustro, lugar da vida litúrgica e civil, foi simultaneamente espaço tumular, e também nesta função, não só de priores ou clérigos³⁹, mas repetidamente de famílias

³¹ Teixeira, Maria Emília Amaral, *O.c.*, p. 133.

³² Sobre o restauro do claustro, cujas obras fundamentais decorreram entre 1928 e 1929, embora tivessem prosseguido até 1935, consulte-se o que escrevemos em: *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1929)*, Porto, v. 2, 1995, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 198-214.

³³ Teixeira, Maria Emília Amaral, *O.c.*, p. 158.

A casa do cabido, residência do prior e cartório da igreja, cuja porta (ou portas) abriam para a galeria sul do claustro, situavam-se no edifício actualmente ocupado pela administração do Museu Alberto Sampaio, situado à esquerda de quem entra no Museu.

³⁴ Caldas, António José Ferreira, *Guimarães. Apointamentos para a sua história*, Porto, v. 2, 1881, p. 21.

³⁵ Soares, Franquelim Neiva, *Ensino e Arte na região de Guimarães através do Livros de Visitações do século XVI*, «Revista de Guimarães», v. 93, Jan.-Dez., 1983, pp. 352 e 357.

³⁶ Documento de D. Afonso IV publicado por: Carvalho, A. L. de, *Os mesteres de Guimarães*, v. 4, Ministério da Educação Nacional, 1939, p. 157.

³⁷ Cfr. documentos de 1552 e de 1616 citado, o primeiro e transcrito o segundo, por Teixeira, Maria Emília Amaral, *O. c.*, pp. 134-136.

³⁸ Esquieu, Yves, *O.c.* pp. 159-161.

³⁹ Já a tumulação de abades e priores de mosteiros, nas alas dos claustros, era para estes reservada, com excepção de famílias da nobreza com laços institucionais à casa monástica. Sobre este assunto veja-se: Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (863-1422)*, v. 2, t. 2, Porto, 1995, *passim*, (dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Os claustros das catedrais recebiam a tumulação não só de priores, cónegos e outros membros do cabido, mas também de famílias da nobreza, mercadores e gente de outros ofícios. Sobre este assunto veja-se a descrição dos claustros das Sés de Lisboa, Coimbra (Sé-

da nobreza, mercadores e pobres. *O Inventário geral da Insigne e Real Collegiada (...)* datado de 1665 descreve as galerias do claustro (e a igreja) repletas de sepulturas, túmulos em arco-sólios, capelas e altares, com retábulos pintados ou esculpidos, erguidos para tumulação e destinados a sufrágios, juntamente com altares de devoção de confrarias e de particulares. Por trás da cabeceira «no adro de terra solta» eram enterrados os pobres da Misericórdia, dos hospitais, e os presos⁴⁰.

O claustro apresentava-se pleno de informações sobre a vida, a morte e a devoção que no decorrer dos tempos acumularam neste espaço dados preciosos para o seu entendimento. Cremos que compreenderíamos melhor a planimetria desta crasta se nela se tivessem conservado os elementos que referimos.

Este claustro tem sido classificado como românico e datado de meados do século XIII, o que contribui para o valorizar, dado o desaparecimento quase total de claustros daquela época no nosso país.

Há contudo uma série de factores que se conjugam e que nos levam a datar o seu arranjo actual do século XVI, embora notando que existem peças reaproveitadas, e outras que copiam elementos românicos pertencentes ao claustro anterior.

Em 1620, Pedro de Mesquita, cônego da Colegiada, desde 1595, escreve no *Livro de Lembranças (...)* de Nossa Senhora da Oliveira⁴¹:

«Dom Diogo Pinheiro Prior de Guimarães e bispo do funchal, foi filho do doutor Pedro Esteves, e de sua mulher dona Isabel pinheira:

Este fez as crastas e a torre dos sinos desta igreja e a capella do dito seu pai e mai que esta debaixo da dita torre em tempo deirei Dom Manuel⁴²».

A informação é repetida em 1692 pelo P^e Torquato Peixoto de Azevedo que pode ter simplesmente utilizado o *Livro* anterior como fonte:

«15^o D. Diogo Pinheiro, commendatario do mosteiro de Carvoeiro, e de S. Simão da Junqueira, dos cônegos regrantes, prelado de Thomar, e primeiro bispo do Funchal, o qual acabou de levantar a torre dos sinos desta igreja, que seu pai o doutor Pedro Esteves Gonçalves Cogominho tinha pinciado e fez o claustro: foi confirmado bispo por Leão 10^a em 1514⁴³».

Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (1726), afirma que as colunas do claustro vieram de S. João da Ponte⁴⁴, informação que devemos interrogar porque é muito posterior às obras do claustro e, fundamentalmente por não sabermos em que documento colheu esta informação. Deve registar-se, no entanto, que o mosteiro de S.

Velha) e Évora no trabalho de: Villamariz, Catarina P. Oliveira M. Madureira, *Claustros Góticos Portugueses. Séculos XIII a XV*, Lisboa, v. 1, 1997, (dissertação de Mestrado policopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

⁴⁰ Cfr. o *Inventário geral da Insigne e Real Collegiada (...)* Anno Domini 1665 publicado por Meira, João de, *Collegiada de Guimarães*, «Revista de Guimarães», Guimarães, v. 25, nº 1, Jan., 1908, p. 50.

⁴¹ Agradecemos à Dr^a Manuela Alcântara dos Santos, Directora do Museu Alberto Sampaio, a sua preciosa informação sobre a existência deste documento, assim como de outros como o *Tombo das igrejas da Collegiada de 1682, O Regimento da Sacristia (...)* de 1663, e somos gratos pela disponibilidade na procura de fotografias coevas do restauro, e pelas suas informações e opiniões sempre tão lúcidas e amáveis.

⁴² *Livro de Lembranças de muitas/ cousas notaveis que ha na muito/ devota Igreja Collegiada de nossa/ Sra da Oliveira da Villa de/ Guimarães do Arcebispado de Braga/ feito no anno de mil seiscentos/ e vinte pello P^o Pedro de Mesquita, conigo (...) ha vinte e cinco annos na mesma Igreja.*

A.M.A.P., Colegiada de Guimarães, ms. A-5-4-65.

⁴³ Azevedo, P^e Torquato Peixoto de, *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, Porto, 1845, (transcrição de uma cópia setecentista do manuscrito de [1692]), p. 245.

⁴⁴ Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Provincia de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, v. 1, 1992, p. 138.

João da Ponte pertencia à colegiada de Guimarães. Em 957 o rei Ramiro doara aquele mosteiro a sua tia Mumadona Dias e aos frades e freiras do cenóbio vimaranense⁴⁵. Em 1406 a igreja de S. João da Ponte foi anexada à mesa do cabido de Guimarães⁴⁶ actualizando uma situação institucional muito antiga.

Não devemos excluir a hipótese de um reaproveitamento de materiais construtivos que a informação de Craesbeek faz colocar, tratando-se para mais de igrejas anexas.

António Augusto Gonçalves, em viagem pelo norte do país, em 1895, cuja finalidade era a de recolher elementos que lhe permitissem um rigoroso restauro da Sé-Velha de Coimbra⁴⁷, escreve:

«Guimarães

10 de Julho 95

Claustro da Collegiada de Guimarães

Em estylo romanico. Porem nem todos os capiteis são da edificação primitiva; antes parece que muitos e muitos foram renovados em tempo de D. Manoel. Quasi que ate diria que tudo é do tempo de D. Manoel isto é, os capiteis e columns, apparecendo em alguns a intenção de imitar capiteis romanicos. Por exemplo este:

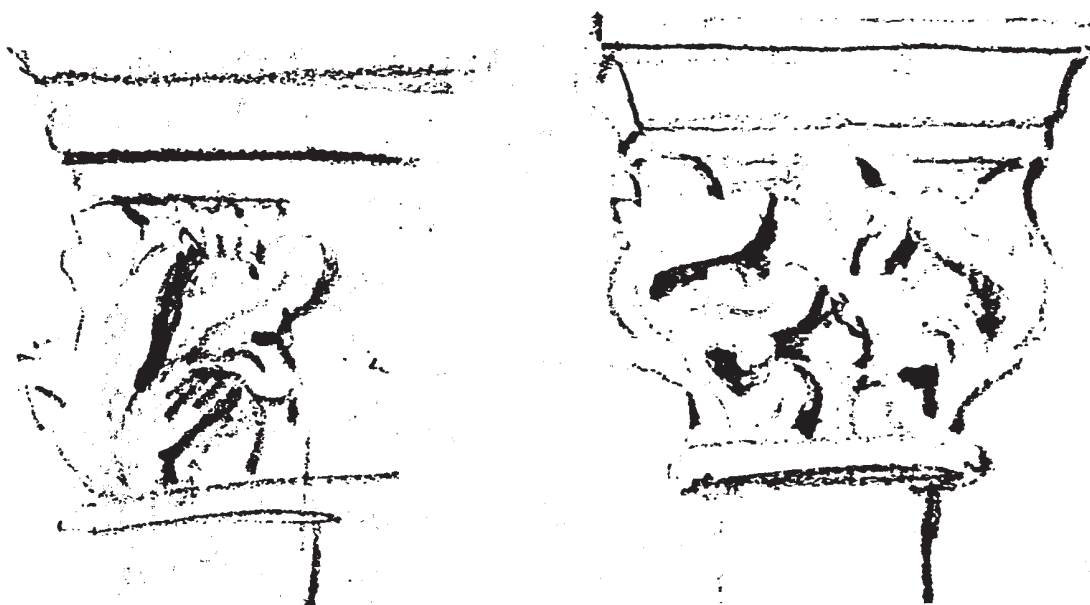


Fig. 2 – Eis aqui um dos mais romanicos

⁴⁵ Marques, José, *O.c.*, p. 623.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 543.

⁴⁷ V. o que escrevemos a propósito em: Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1929)* (...), v. 1, pp. 216-246.

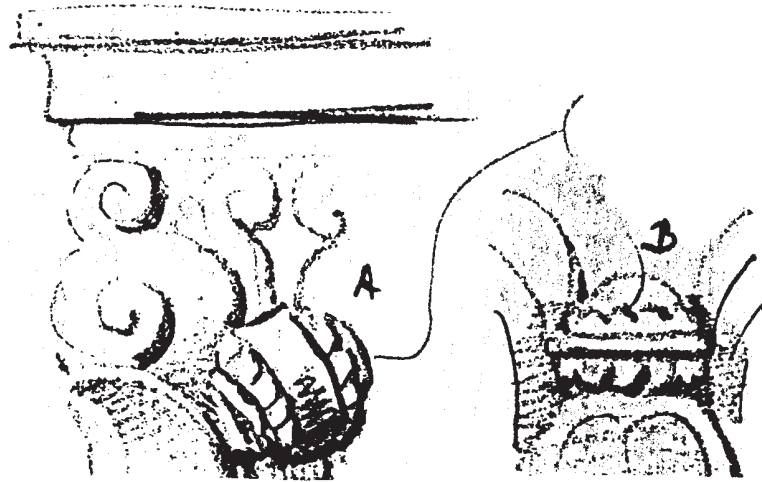


Fig. 3 – A-B Este motivo central é repetido em muitos capitéis de feição românica e é cruamente manuelino

A parte mais antiga que resta do claustro é apenas as arcadas de cintro pleno. As abobadas nada tem que ver.

N'uma segunda visita:

Positivamente toda a construção é manoelina. Sem sombra de duvida para mim. Posso sustentar com segurança esta opinião.

Se é certo que se da como assente que o claustro é romanico, é necessario desfazer este erro. As arcadas são inteiramente manoelinas, de cintro pleno. É vulgar o cintro pleno no manoelino. Dentro da propria igreja da collegiada lá está um exemplo; o arco principal do nartex, ou galilé (?) da sé de Braga. Isto para só citar exemplos que tenham, pela proximidade, maior aceitação (...)»⁴⁸.

As observações de A. A. Gonçalves, quando visita o claustro coincidem com a informação relativa a obras na época manuelina reveladas no documento de 1620. Gonçalves era um observador atento e experimentado, com conhecimentos de arte medieval alicerçados em sólidas leituras da mais actualizada bibliografia europeia da época, sabia desenhar, o que perssupõe uma acutilância visual que faz dele um observador privilegiado, conhecia o trabalho tradicional da pedra, que ensinava na Escola Livre de Artes do Desenho, em Coimbra⁴⁹ e teve ocasião de observar o claustro antes do restauro.

O *Inventário* de 1665, a que já aludimos, reforça explicitamente a ideia que o claustro foi reformado:

«Os dois túmulos antigos que estão no claustro junto ao altar da piedade, por outro nome de S. Luiz⁵⁰, que mostram ser da Igreja antiga antes da reforma das claustras

⁴⁸ B.M.C., ms. de António Augusto Gonçalves, Manuscritos vários. Cfr. a ordenação que demos aos manuscritos de A. A. Gonçalves, cuidadosamente guardados na B. M. C., embora ainda não classificados arquivisticamente em: Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *O. c.*, v. 2, pp. 508-509.

⁴⁹ Cfr. o que escrevemos a respeito da formação teórica e prática de António Augusto Gonçalves em Rosas, Lúcia Maria Cardoso, *O. c.*, v. 1, pp. 216-226.

⁵⁰ Este altar situava-se no limite ocidental da galeria sul segundo o trabalho de: Teixeira, Maria Emília Amaral, *O. c.*, p. 133 (v. planta e respectiva legenda).

jazem nelles João Gonçalves Bacharel e Brites Rodrigues sua mulher irmã de Duarte Rodrigues de Valladares (...)»⁵¹.

As obras do claustro, encomendadas por D. Diogo Pinheiro⁵² deverão ser datadas entre as duas primeiras décadas do século XV quando aquele vigário da Ordem de Cristo foi prior da Colegiada, e mandou terminar a torre da igreja, iniciada por seus pais, Pedro Esteves Cogominho, ouvidor das terras do Duque de Bragança e D. Isabel Pinheiro, que ali se fizeram tumular⁵³. A torre é, sem dúvida, dada a tipologia do programa decorativo dos vãos, remate das arestas e coroamento, uma obra da época manuelina.

No claustro devemos realçar os capitéis de tipo *almofada* (fig. 4) datáveis do século XVI, outros inspirados em capitéis românicos (fig. 5), a moldura que superiormente sublinha os arcos (fig. 6), e o alçado composto por um estilobato muito alto relativamente ao pé-direito das colunas e dos arcos.

Na igreja de Gatão (Amarante) o arco cruzeiro apoia-se em capitéis comparáveis a exemplares do claustro da Colegiada de Guimarães. A igreja do mosteiro de Mancelos, (Amarante), conserva importantes vestígios da época românica, com relevância para o pórtico ocidental cujos capitéis, como os de Gatão, recordam outros igualmente de Santa Maria da Oliveira⁵⁴. Não obstante, o tratamento do motivo similar é muito distinto, já que nestas igrejas românicas resulta em escultura de desenho duro, enquanto no claustro a intenção é naturalista e atenta à nitidez da ornamentação carregada (fig. 7).

Segundo a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nas arcadas das galerias do claustro, de meio ponto, é de recordação árabe a moldura que acompanha o extradorso dos arcos⁵⁵.

Creemos que se trata de uma recordação árabe englobada contudo, não no mudejarismo do século XIII, mas no ambiente do revivalismo mudéjar do século XVI, fenómeno artístico para o qual têm chamado a atenção José Custódio Vieira da Silva e Pedro Dias⁵⁶. É certo que o mudejarismo da época de D. Manuel é visualmente mais evidente no Alentejo, pela diversidade cromática dos materiais empregues – tijolo, cal, madeira – comparáveis a edifícios da mesma época de Castela, Leão e Andaluzia, mas a quantidade de tectos de *alfarge* (mudéjares) do século XVI ainda presentes em igrejas de Trás-os-Montes, Beira Alta, Minho e Estremadura não deixam dúvidas quanto à alargada disseminação das formas artísticas de gosto mudejar no reinado de D. Manuel e anos subsequentes⁵⁷. A persistência desta moda (ou modo) é um indicador que nos chama a atenção para os aspectos referidos do claustro da Colegiada de Guimarães.

Há motivos de capitéis, miscigenados com outros ao gosto românico, que vemos, por exemplo, na entrada da sala do capítulo do convento do Lóios de Évora (século XVI)⁵⁸, capitéis-almofada semelhantes aos das galerias oeste e norte do Mosteiro de

⁵¹ Meira, João de, *Collegiada de Guimarães*, (...), p. 51. Sublinhado nosso.

⁵² D. Diogo Pinheiro morreu em 1526 e está sepultado em túmulo de desenho renascença na Igreja de Santa Maria do Olival (Tomar). Foi comendatário de São Simão da Junqueira, Carvoeiro e Castro de Avelãs, vigário de Tomar e nomeado como primeiro bispo do Funchal (onde nunca esteve) em 1514, por D. Manuel.

⁵³ Sobre D. Diogo Pinheiro e os seus pais cfr. a documentação já citada. V. também Caldas, António José Ferreira, *O.c.*, v. 2, p. 19-20 assim como S./v. *Pinheiro*, (*D. Diogo*), «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, v. 21, s./d.

⁵⁴ Cfr. Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «O românico», *História da Arte em Portugal*, Lisboa, v. 3, Publicações Alfa, 1986, p. 101.

⁵⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 80.

⁵⁶ Cfr. Silva, José Custódio Vieira da, *O Tardo-gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 109 e Dias, Pedro, *Arquitectura Mudéjar Portuguesa: tentativa de sistematização*, sep. «Mare Liberum», Lisboa, nº 8, Dez. 1994, *passim*.

⁵⁷ Dias, Pedro, *Arquitectura Mudéjar (...)*, pp. 81-83. O autor inventaria tectos de laçaria mudéjar, datáveis dos séculos XV, XVI e XVII em Caminha, Bragança, Arguedeira, Ferreira de Aves, Escarigo, Leomil, Castelo Bom, Vilar Formoso, Castelo Mendo, Marmeleiro, Vila de Touro, Sortelha, Penha Garcia, Seixo da Beira, Coimbra, Soure, Redinha, Lisboa, Sintra, Santa Iria de Azóia, Dois Portos e Varatojo.

⁵⁸ Na datação dos elementos artísticos do Alentejo seguimos a obra citada de José Custódio Vieira da Silva.

S. Bento de Castris (Évora) [século XV] (fig. 8). Nas mesmas galerias encontramos, no interior um tipo de moldura, acompanhando o extradorso dos arcos⁵⁹, semelhante ao que vemos – exteriormente – na Colegiada de Guimarães, motivo que no mosteiro alentejano será retomado no segundo piso, obra posterior a 1520, interna e externamente, onde de forma deliberada e explícita foi imitada a galeria inferior e reaproveitados materiais das quadras derruídas⁶⁰.

Supomos que algo similar terá ocorrido na reforma do claustro de Guimarães. O claustro anterior, hipoteticamente de feição mudéjar do século XIII, a julgar pelo precioso testemunho da porta da sala do capítulo datável dessa época, terá inspirado o arranjo da época manuelina que tantas obras realizou segundo aquele gosto, como já referimos.

Os elementos de inspiração românica foram esculpido no mesmo capitel, juntamente com elementos ao gosto manuelino (fig. 6), no desenho, na técnica e na disposição no cesto, de acentuada volumetria relativamente ao fuste⁶¹, tal como surge na arquitectura mudejar do Alentejo, embora o granito empregue em Guimarães não confira a mesma relação plástica entre os diversos motivos, o que, numa primeira impressão, torna pouco evidentes a semelhança entre os repertórios estilísticos.

Devemos ainda notar que Alfredo Guimarães (que dirigiu as obras iniciadas em 1928) tinha a convicção que o claustro era românico⁶² e acentuou, em alguns elementos, o carácter desse estilo. Fotografias realizadas durante as obras de restauro patenteiam a introdução de elementos novos, como capitéis copiados de outros, principalmente na ala ocidental, totalmente refeita, (fig. 9) já que anteriormente se encontrava entaipada ou mesmo destruída por uma construção encostada ao muro sul da igreja.

A documentação e a observação do arranjo do claustro de Guimarães – sobretudo quando conjugados os elementos comparáveis com a arte mudejar do Alentejo – parecem-nos justificar a revisão da cronologia deste claustro e uma maior atenção ao fenómeno, ainda mal conhecido, da arte mudejar no Norte do país.

⁵⁹ Esta moldura é semelhante no claustro do Convento do Espinheiro (Évora). O motivo utilizado no primeiro piso, no século XV, é retomado e até enfatizado no 2º andar construído entre 1520 e 1522.

⁶⁰ Silva, José Custódio Vieira da, *O. c.*, p. 107-109.

⁶¹ *Idem*, *ibidem*, p. 23.

⁶² Alfredo Guimarães compara o claustro da colegiada a exemplares românicos de Cardena, Burgos, e ao da Seo de Urgel (Lérida): *Guimarães. Guia de Turismo*, Câmara Municipal de Guimarães, 1940, p. 112.



Fig. 4 – Capitel – Almofada



Fig. 5 – O capitel do centro apresenta, unindo os caulículos, um motivo comum à ornamentação da época manuelina, como já o notou A. A. Gonçalves, (fig. 3).



Fig. 6 – Ala sul

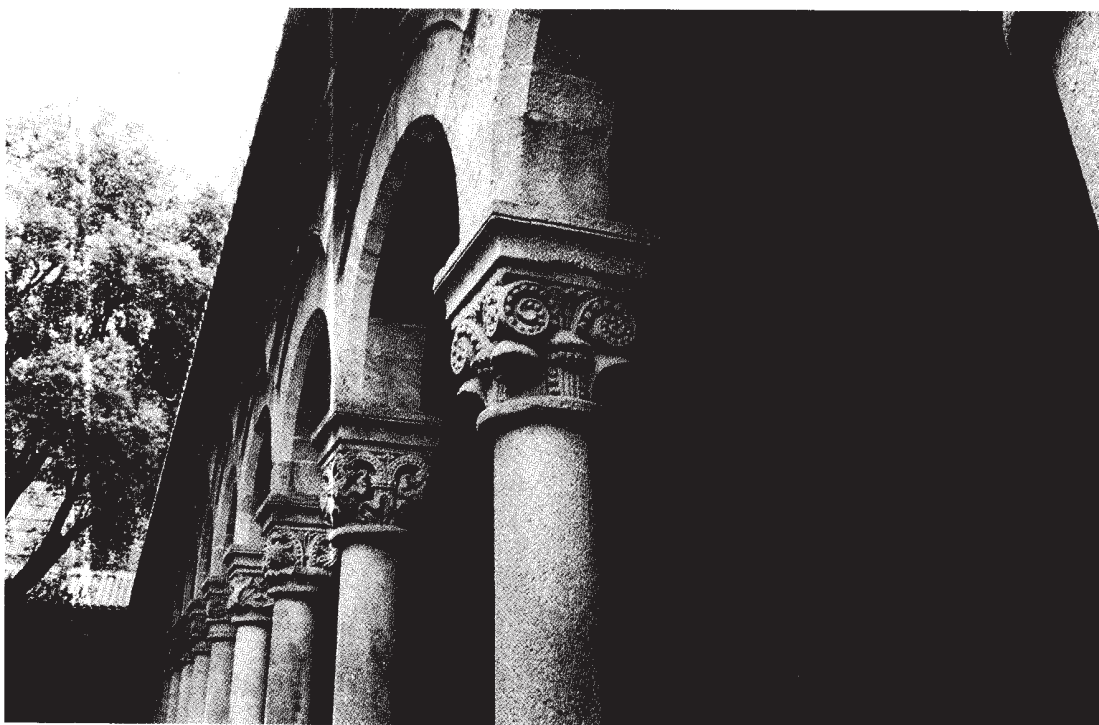


Fig. 7 – No texto referimos o primeiro capitel.



Fig. 8 – O capitel da esquerda desenvolve um motivo românico juntamente com um nó, ao centro, frequente nos capitéis mudejares do Alentejo. O capitel da direita, de acentuado cariz naturalista, apresenta uma máscara no meio da folhagem em disposição comum no final da Idade Média em Leão, Andaluzia e sul de Portugal.

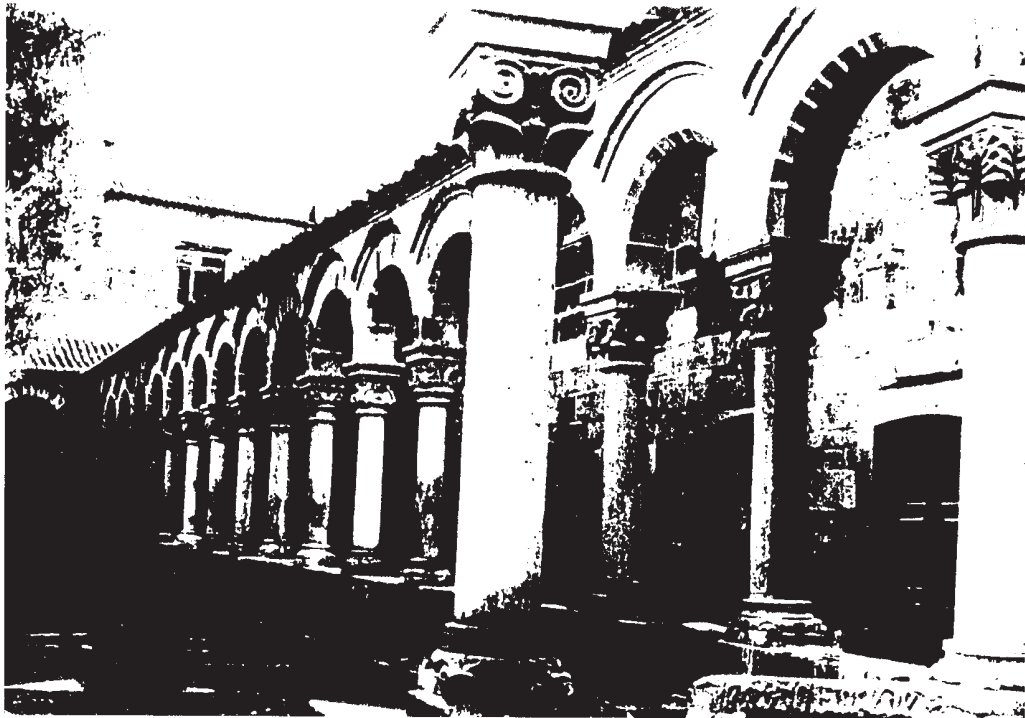


Fig. 9 – Ala ocidental durante as obras de restauro.

OS TÚMULOS DE D. PEDRO E DE D. INÊS, EM ALCOBAÇA

José Custódio VIEIRA DA SILVA

As arcas tumulares de D. Pedro I (1320-1367) e de D. Inês de Castro (?-1355), colocadas nos braços direito e esquerdo, respectivamente, do transepto da igreja do Mosteiro de Alcobaça¹, assumem, sob vários aspectos, uma importância decisiva no contexto da arte funerária medieval tanto portuguesa como europeia. Muitos dos problemas que a sua análise suscita, apesar da pertinência com que alguns historiadores da arte os trataram², continuam em aberto; por essa razão, não se revelará excessivo tentar o seu enquadramento no contexto de uma reflexão mais alargada que privilegie, de modo particular, o alcance do(s) significado(s) da colocação primitiva das arcas, o entendimento comparativo da leitura da decoração escultórica e o seu enquadramento evolutivo, o alcance extraordinário dos temas representados e o respectivo tratamento plástico. Deixar-se-á de lado, voluntariamente, a leitura sistemática da iconografia e os problemas complexos que ela suscita, por se entender não ser este o momento adequado para uma reflexão desse género³.

¹ A colocação destas arcas tumulares nos braços do transepto da Igreja de Alcobaça efectuou-se em 1957, aquando da visita a Portugal da rainha Isabel de Inglaterra. Tiveram, para isso, de ser deslocadas da Sala dos Reis, onde haviam sido dispostas entre 1782 e 1786, após a conclusão dessa dependência, edificada expressamente para recolher todos os túmulos régios existentes em Alcobaça. Cfr. Emídio Maximiano Ferreira, *A Arte Tumular Medieval Portuguesa (séculos XII a XV)*, Diss. de Mestrado (polic.), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1986, p. 113.

² Consulte-se, para este tema, M. Vieira Natividade, *Ignês de Castro e Pedro o Cru perante a iconografia dos seus túmulos*, Lisboa, Typ. A Editora, 1910; Reinaldo dos Santos, «A Iconografia dos Túmulos de Alcobaça», *Lusitania*, vol. I, 1924, pp. 83-90; António de Vasconcelos, *Inês de Castro. Estudos para uma série de lições no Curso de História de Portugal*, 2ª ed., Barcelos, Portucalense Editora, 1933; Emídio Maximiano Ferreira, ob. cit.; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «A Roda da Fortuna/Roda da Vida do Túmulo de D. Pedro, em Alcobaça», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, vol. VIII, 1991, pp. 255-263.

³ A última leitura iconográfica dos túmulos de Alcobaça deve-se a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no artigo citado na nota anterior e que privilegiou, sobretudo, o entendimento da *Roda da Fortuna* do túmulo de D. Pedro. O recente e trágico desaparecimento deste ilustre professor universitário e profundo conhecedor da Arte Portuguesa, particularmente medieval, não só deixou um vazio científico muito difícil de preencher como deixou consternados os colegas e os muitos amigos. E porque entre estes me conto, é também homenagem e lembrança o que se pretende com estas considerações sobre um tema que lhe era particularmente caro. Será também, além do mais, a conversa que, poucos dias antes do seu desaparecimento, entre nós havia sido aprazada e que já não houve tempo de concretizar.

O lugar escolhido por D. Pedro para a deposição da arca tumular de D. Inês mereceu de Fernão Lopes uma referência concreta e muito explícita: «... e este muimento mandou poer no moesteiro Dalcobaça, nom aa entrada hu jazem os Reis, mas demtro na egreja ha maa derecha, açerca da capella moor»⁴. Da mesma forma procedeu o monarca em relação à sua própria arca funerária: «Semelhavenmente» – diz, em continuação, o mesmo Fernão Lopes – «mandou fazer el Rei outro tal muimento e tam bem obrado pera si, e fezeo poer açerca do seu della, pera quamdo se aquecesse de morrer o deitarem em elle»⁵. Por consequência, no braço direito do transepto da Igreja de Alcobaça, frente à capela de S. Bento⁶, foram dispostos a par os dois túmulos: mais perto do cruzeiro, certamente, o do rei e, à sua direita, o de D. Inês.

A referida observação de Fernão Lopes, chamando a atenção para o facto de as arcas tumulares não terem sido colocadas na galilé do templo, prende-se exclusivamente com o facto de, em Alcobaça, ser a primeira vez que tal sucedia. Na verdade, desde o rei D. Dinis (m. 1325) que os reis de Portugal haviam deixado de usar, como espaço de tumulação, as galilés (concretamente as de Santa Cruz de Coimbra e da própria igreja de Alcobaça) para penetrarem no interior dos templos, segundo um processo de apropriação do espaço sagrado pelos leigos que caracteriza o final da Idade Média⁷. Ao contrário, porém, do citado D. Dinis, que se fez tumular em arca disposta frente à capela-mor da igreja do Mosteiro (por si construído) de Odivelas, ou de seu próprio pai, o rei D. Afonso IV (m. 1357), sepultado na capela-mor da Sé de Lisboa que entretanto havia igualmente feito remodelar, D. Pedro não ousou colocar-se nem frente à capela-mor nem muito menos no seu interior. Talvez uma manifestação do respeito que, apesar de tudo, suscitava o principal e mais importante mosteiro cisterciense de Portugal, cuja Ordem os monarcas especialmente protegiam: com efeito, era vedado a qualquer membro da nobreza exercer neles o direito de aposentadoria ou de padroado, a não ser o rei⁸. Por isso mesmo, e apesar de, como se acaba de dizer, os reis haverem já começado a ocupar o interior dos templos como local de deposição dos seus túmulos, a ocupação de um espaço idêntico na igreja de Alcobaça continuava a ser uma excepção, confirmada pelo reparo de Fernão Lopes. Se os monges a isso foram obrigados ou se voluntariamente terão acedido ao desejo de D. Pedro, é uma questão para a qual não se encontrou ainda resposta; de qualquer modo, talvez deva ser entendida, como agradecimento expresso por essa eventual autorização, a presença de S. Bernardo ou, mais presumivelmente, de S. Bento no túmulo do monarca, em pequena escultura colocada entre as duas cenas que historiam a morte do rei. É, com efeito, a única representação que nos conjuntos iconográficos inscritos nas duas arcas apela, de algum modo, para a ordem monástica em cuja igreja elas foram depositadas, sugerindo, sem dúvida, um reconhecido agradecimento ao fundador da Ordem a cujos monges o rei encomendava o seu corpo e o da sua amada.

A disposição dos dois túmulos, com os pés voltados para a referida capela de S. Bento – de acordo com as normas eclesiásticas –, e com D. Inês colocada à mão direita de D. Pedro – em conformidade com o código cavalheiresco –, permite uma adequada leitura interpretativa dos quadros narrativos esculpidos nas suas faces. Esclareça-se, porém, que o acesso e a visão dos túmulos apenas era permitido aos

⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, Lisboa, Livraria Civilização, 1986, cap. XLIV, p. 200.

⁵ *Id. ibidem*, p. 201.

⁶ António de Vasconcelos, (*ob. cit.*, p. 64) designa esta capela de S. Pedro quando, na verdade, ela é dedicada a S. Bento.

⁷ Tivemos já ocasião de desenvolver mais alargadamente esta temática em um outro artigo para que se remete o leitor: «Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa», *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

⁸ Cfr. José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995, p. 99.

monges, uma vez que o local onde se situavam estava vedado quer aos conversos do próprio mosteiro quer, por maioria de razão, a quaisquer outras pessoas estranhas à vivência monástica. Por isso mesmo, a complexidade narrativa e simbólica das histórias e dos personagens inscritos nas faces das duas arcas era dirigida, de modo particular, aos monges alcobacenses.

Atendendo, então, à forma como estavam dispostos os dois túmulos, vejamos como se poderão equacionar as correspondências entre as figurações representadas nas respectivas faces testeiras. No lado dos pés, e colocando-se o observador de frente para as arcas, tem-se à direita, no túmulo de D. Pedro, a representação, em dois tempos, da Boa Morte do Rei; à esquerda, no túmulo de D. Inês, o Juízo Final. No lado das cabeceiras, a correspondência respectiva faz-se entre a cena do Calvário, no túmulo de D. Inês, à direita e a Roda da Vida/Roda da Fortuna na arca de D. Pedro, à esquerda.

Não se deverá a mero acaso a dupla combinação destas representações. De algum modo, as suas funções representativas e simbólicas completam-se, segundo um processo de reenvio mútuo da mensagem profunda que ambas transmitem. Na verdade, à representação do Juízo Final, a cena mais terrível e dramática do cristianismo, em que aos justos será, definitivamente, entregue o galardão da vida eterna em beatitude no paraíso e aos pecadores o castigo das penas eternas no inferno, correspondem as duas cenas em que o próprio monarca se retrata cumprindo os preceitos definidores da *boa morte* (a Extrema-Unção e o Viático). Com tal atitude, manifesta-se não só a aceitação, pelo rei, desses preceitos cristãos como, sobretudo, se torna exemplarmente, aos olhos de todos, participante da própria morte de Cristo. Redime-se, assim, dos desvarios e erros cometidos em vida e, pela sua santa morte (abalizada pela presença de S. Bento, colocado, como já se disse, entre estas duas cenas), acede ao lugar reservado aos eleitos no paraíso, como o quadro do Juízo Final da arca de D. Inês confirma e para que remete. Aliás, aceitando que nesta última cena os personagens representados na janela de uma das torres da Jerusalém Celeste e contemplando já a face de Deus, se tratam de D. Pedro e de D. Inês⁹, maior força e consistência adquire esta interpretação: com ela pretende-se afirmar que os revezes e a autêntica tragédia de que o seu amor se revestiu foram recompensados pela união definitiva e de amor eterno no paraíso. E assim também se confirma a profunda vertente autobiográfica de que se reveste a iconografia de cada uma das arcas funerárias, lida quer isoladamente quer em conjunto¹⁰.

As cabeceiras dos dois túmulos autorizam e propõem leitura semelhante, isto é, à original representação da Roda da Vida/Roda da Fortuna da arca de D. Pedro, à esquerda, corresponde a cena do Calvário na arca de D. Inês, à direita. Na verdade, à contemplação filosófica dos altos e baixos da vida humana, expressa na extraordinária e excepcional representação autobiográfica do drama dos dois apaixonados que a Roda da Vida representa, a essa decidida afirmação «da precariedade do bem estar e o da fragilidade da vida»¹¹ que culmina tragicamente no jacente amortalhado, corresponde a cena do Calvário que, para o cristianismo, é o acto final que dá consistência definitiva à redenção da humanidade. E se a morte violenta de Inês assume contornos de martírio, o dramático jacente amortalhado mimetiza-se com o próprio Cristo, completando-se, de alguma forma, a cena do Calvário na arca de Inês. A legenda que acompanha esse extraordinário jacente – «até ao fim do mundo» – é, de igual modo, uma afirmação convicta na verdade mais fundamental da religião cristã: a da ressurreição dos mortos, no dia do Juízo Final. E assim, finalmente, se completa o ciclo da

⁹ M. Vieira Natividade, *ob. cit.*, p. 51.

¹⁰ Este processo de individualização do túmulo e da humanização dos jacentes é, aliás, um dos factos mais notáveis a assinalar na arte tumular portuguesa do século XIV. Cfr. Emídio Maximiano Ferreira, *ob. cit.*, p. 111.

¹¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *ob. cit.*, p. 263.

representação, reenviando-se o observador para esse quadro disposto na arca tumular de D. Inês de Castro. Confirma-se, afinal, que as representações apostas em cada uma das faces da cabeceira e dos pés dos dois túmulos encerram, para além do seu entendimento individualizado, uma leitura conjunta e complementar. Aliás, não é por acaso que os enquadramentos em que essas cenas estão inscritas apresentam idêntico paralelismo: ao grande círculo da Roda da Vida/Roda da Fortuna corresponde a definição essencialmente circular do Juízo Final, naquilo que constitui uma das afirmações mais originais, a nível europeu, desta conhecida temática; ao grande rectângulo que serve de moldura ao Calvário corresponde o tratamento, em duas cenas, da boa morte de D. Pedro que respeitam, na essência, a definição rectangular da face tumular em que se inscrevem. Coincidências formais demasiadas para se tratar de mero capricho ou acaso devidos à inspiração do(s) artista(s).

A sequência da leitura dos quadros representados nos lados maiores das duas arcas tumulares não é, curiosamente, coincidente. A narração das cenas da vida de S. Bartolomeu, o santo protector de D. Pedro¹², faz-se, da infância ao martírio, de uma forma continuada: a leitura inicia-se pelo lado direito da Roda da Vida, tendo-se de rodear sucessivamente o túmulo até se chegar de novo, pelo lado esquerdo, ao local de partida.

Nesta situação, apenas as cenas da boa morte do rei interrompem esta sequência narrativa, por necessidade, sem dúvida, de fazerem a devida correspondência com a cena do Juízo Final do túmulo de D. Inês. No caso da arca tumular desta última, a leitura de cada um dos lados faz-se sempre partindo da cena do Juízo Final: do lado direito representa-se a infância de Cristo, da Anunciação¹³ até à Apresentação no Templo; do lado esquerdo, a narração reporta-se ao culminar da sua vida adulta, iniciando-se com a Última Ceia e terminando na cena de Cristo a caminho do Calvário – servindo de remate, a ambas as sequências, a cena grandiosa e magnífica de Cristo crucificado no Gólgota, que ocupa todo o espaço da face da cabeceira. Esta discrepância na sequência das leituras terá a ver, eventualmente, com a necessidade de, no túmulo de D. Inês, a cena maior do Calvário ter de obrigatoriamente servir de remate aos dois momentos da vida de Cristo e também à já referida necessidade de se articular com a leitura correspondente das cenas da morte de D. Pedro no seu túmulo. Na verdade, o entendimento da narratividade expressa nestes dois monumentos funerários tem de ser entendida como uma unidade, dentro da modificação operada a partir do final dos anos 40 do século XIV, quando surgem os primeiros túmulos em situação conjugal: «não é ainda o túmulo duplo do século XV, mas a utilização de gramáticas estilísticas comuns e a sua colocação em espaços unitários» que confirma uma vez mais a consciencialização do individualismo no caminhar para o final da Idade Média¹⁴.

A autoria destes dois túmulos continua mergulhada no mais completo desconhecimento. Estamos em crer, porém, que poderá ter sido uma dupla de escultores eventualmente portuguesa, como sucedeu com o contrato celebrado entre o bispo de Braga D. Gonçalo Pereira e os mestres Pêro e Telo Garcia, em 1334¹⁵. A análise do trabalho escultórico dos dois túmulos, face à desigualdade de tratamento entre os

¹² Cfr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *ob. cit.*, p. 258, nota 10.

¹³ Infelizmente este quadro está praticamente destruído na totalidade, o que impede o reconhecimento rigoroso da figuração proposta. De qualquer modo, a sequência de episódios apela quase necessariamente para a presença da Anunciação nesse primeiro momento da infância de Cristo.

¹⁴ Emídio Maximiano Ferreira, *ob. cit.*, p. 112.

¹⁵ Seguimos, neste caso, a opinião expandida por Pedro Dias, embora este historiador da arte admita também como possível ser o artista (ou os artistas) de proveniência estrangeira (cfr. Pedro Dias, «O Gótico», *História da Arte em Portugal*, vol. IV, Lisboa, Publ. Alfa, 1986, p. 138). Esta última opinião, que já L. Réau havia defendido, é retomada por Michael Camille, que afirma serem artistas espanhóis inspirados em modelos franceses os autores dos túmulos de Alcobaça (Michael Camille, *Le monde gothique*, Paris, Flammarion, 1996, p. 91).

jacentes e a decoração das paredes das arcas, parece legitimar, desde logo, a ideia de se tratar de dois artistas diferentes. Quanto à sua proveniência, apesar da riqueza espantosa e da variedade temática destes túmulos alcobacenses, a verdade é que eles se inserem na evolução que ao longo do século XIV a escultura em Portugal vinha sofrendo, pelo que não seria de estranhar que pudessem ter sido portugueses os artistas que os executaram.

Coimbra, muito por acção de mestre Pêro, tornara-se um foco importante de irradiação da escultura durante aquele século. O túmulo da rainha Santa Isabel, concluído por volta de 1330, inicia a série de monumentos desse género, caracterizados por jacentes de grande porte e uma decoração escultórica nas faces das arcas (definida por personagens enquadrados em estruturas arquitectónicas) na qual mestre Pêro «alterou as imagens de vulto, tornando-se mais naturalistas, mais esguias e com mais movimento»¹⁶. Aprofunda, para além disso, o relevo destas últimas composições, criando figuras que se tornam, na prática, estátuas exentas. Exemplo disso, e porque bem documentado, é a decoração parietal da arca do já referido D. Gonçalo Pereira, em que os personagens se destacam quase por completo do fundo, autonomizando-se em relação à parede a que se encostam. É verdade que falta um elo fundamental na evolução desta tipologia tumular: referimo-nos ao monumento funerário do rei D. Afonso IV, pai de D. Pedro, infelizmente desaparecido da Sé de Lisboa por causa de um terramoto. Eventualmente a sua existência permitiria lançar luz sobre as arcas tumulares de seu filho D. Pedro e de D. Inês.

Não há dúvidas, no entanto, de que estes túmulos se integram perfeitamente, como acima referenciámos, na evolução da escultura do século XIV, período que talvez represente, em relação à Idade Média portuguesa, o auge desta disciplina artística, pela insuspeita qualidade e variedade presente em várias das suas manifestações¹⁷.

Aquilo que sobretudo se destaca nos túmulos de Alcobaca, mais do que o tratamento sofrido pelos jacentes, perfeitamente semelhante aos das esculturas funerárias suas contemporaneas, é a variedade e riqueza quer iconográfica quer plástica dada às faces das arcas tumulares. A liberdade criativa e a originalidade máxima (mesmo tendo em conta a encomenda explícita e o seu acompanhamento por parte do rei D. Pedro) verifica-se na composição dos quadros narrativos, feitos de cenas complexas e não de personagens isolados como até aí sucedia na decoração tumular.

Excepcional é também o tratamento de vulto (quase perfeito) de algumas composições. A destruição implacável que muitas das pequenas esculturas ostentam permite, pelo menos, verificar a insuperável mestria do escultor. Analise-se, a título de exemplo, a cena da Adoração dos Magos, no túmulo de D. Inês de Castro: à Virgem, sentada no lado direito da composição, falta a cabeça. No entanto, a parede por detrás está totalmente trabalhada com um cortina que cai em dobras de belo efeito, sem que se tornem visíveis quaisquer cicatrizes da decapitação que a figura da Virgem recebeu. Tal facto quererá significar que a cabeça era totalmente exenta do fundo e que, inclusivamente, poderia ter sido trabalhada à parte e depois colada ao corpo. E, como esta, outras situações idênticas poderão ser encontradas em várias das restantes representações.

Notável é ainda o esboço de perspectiva tentada em alguns quadros, com os personagens, sobrepostos, a sugerir planos diferenciados: talvez que o exemplo máximo seja o da cena de Cristo a caminho do Calvário, em que a primeira das Santas

¹⁶ *Id. ibidem*, p. 119.

¹⁷ Cfr., a este propósito, Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa. Época Medieval*, Lisboa, Univ. Aberta, 1995, pp. 163-167.

Mulheres que o seguem nesse percurso salta para fora do quadro arquitectónico, num arrojo de composição verdadeiramente assinalável. Aliás, ao contrário do quadro narrativo medieval que reunia numa única representação momentos e espaços diferenciados da mesma história, nos túmulos de Alcobaça respeita-se, por norma, a unidade de tempo e de espaço. Apenas na cena do beijo de Judas se referenciam três factos diferenciados, mesmo que cronologicamente sequentes: enquanto o traidor, à esquerda, beija a face de Cristo, Malco leva a mão à orelha que Pedro acabou de cortar para, no lado direito, Judas ser representado já suspenso da árvore em que se enforcou, com o diabo (em representação deveras excepcional) a retirar-lhe, do ventre aberto, a alma em forma de criança.

Notável é, igualmente, o minucioso e riquíssimo enquadramento arquitectónico das cenas historiadas. A extraordinária variedade e quantidade das rosáceas de desenho caprichoso, a veracidade de gabletes, pináculos e coruchéus, a utilização de cogulhos e de outra folhagem nervosa e de contrastes profundos de luz e de sombra, fazem destes túmulos não apenas um *manual* ou um *caderno* de elementos arquitectónicos como os verdadeiros introdutores da linguagem do tardo-gótico europeu em Portugal. Apetece afirmar que eles são a grande catedral gótica do Norte da Europa que em solo português nunca se chegou a erguer. Não admira, por isso, que o próprio Fernão Lopes, normalmente muito avaro em considerações de carácter estético, se tenha deixado seduzir pela beleza destes monumentos funerários, os únicos capazes de lhe arrancar palavras de admiração: a arca de D. Inês é «*huum muimento dalva pedra, todo mui sotillmente obrado*»; a de D. Pedro é «*outro tal muimento e tam bem obrado*»¹⁸.

Os temas do Juízo Final e da Roda da Vida/Roda da Fortuna merecem, finalmente, uma última consideração: se aquele é absolutamente único em termos de toda a escultura medieval portuguesa, assumindo sozinho essa temática que, ao contrário da Europa, quer a arquitectura românica quer a arquitectura gótica em Portugal nunca souberam ou quiseram explorar, a Roda da Vida/Roda da Fortuna é ainda mais excepcional, porque, representada num túmulo, em forma de rosácea e com a dimensão autobiográfica da tragédia de D. Pedro e de D. Inês de Castro, não existe nenhum outro caso português ou europeu que se lhe possa comparar. «Por tudo isto» – como afirma Carlos Alberto Ferreira de Almeida – «a rosácea do túmulo de D. Pedro é uma preciosa fonte monumental para a história e cultura do seu tempo e, no seu género, uma realização sem par em toda a Europa»¹⁹.

¹⁸ Fernão Lopes, *ob. cit.*, pp. 200 e 201.

¹⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *ob. cit.*, p. 263.

OS TÚMULOS DE D. PEDRO E DE D. INÊS, EM ALCOBAÇA

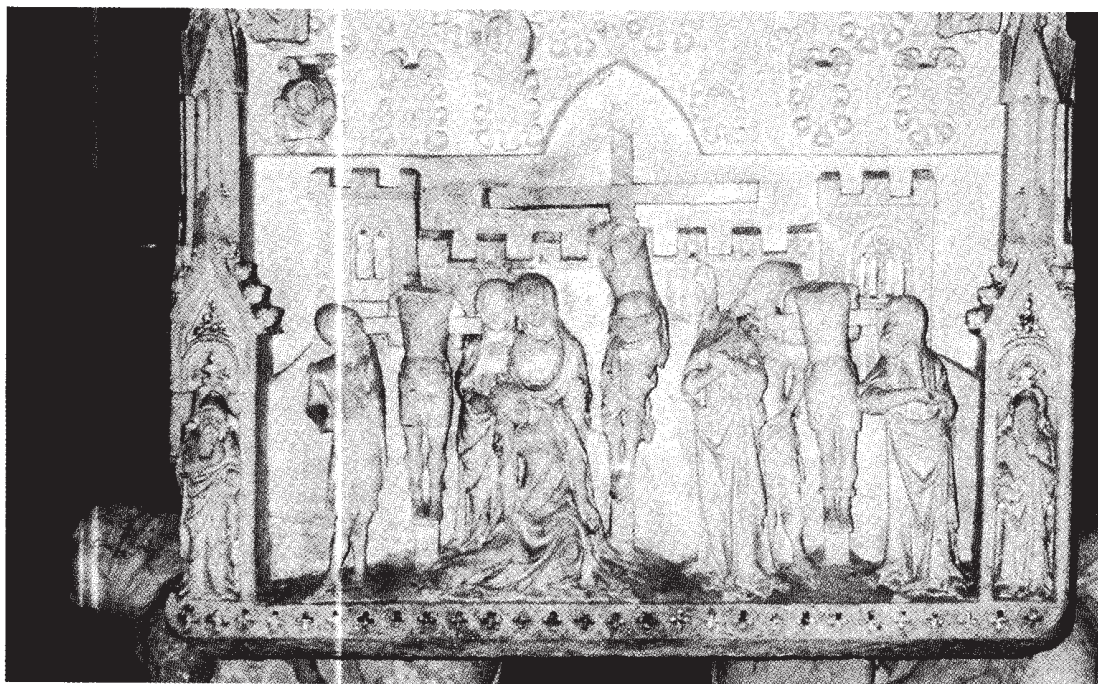


Fig. 1 – Túmulo de D. Inês: Calvário



Fig. 2 – Túmulo de D. Pedro: S. Bento (?)



Fig. 3 – Túmulo de D. Inês: Cena dos Reis Magos



Fig. 4 – Túmulo de D. Inês: Cristo a caminho do Calvário

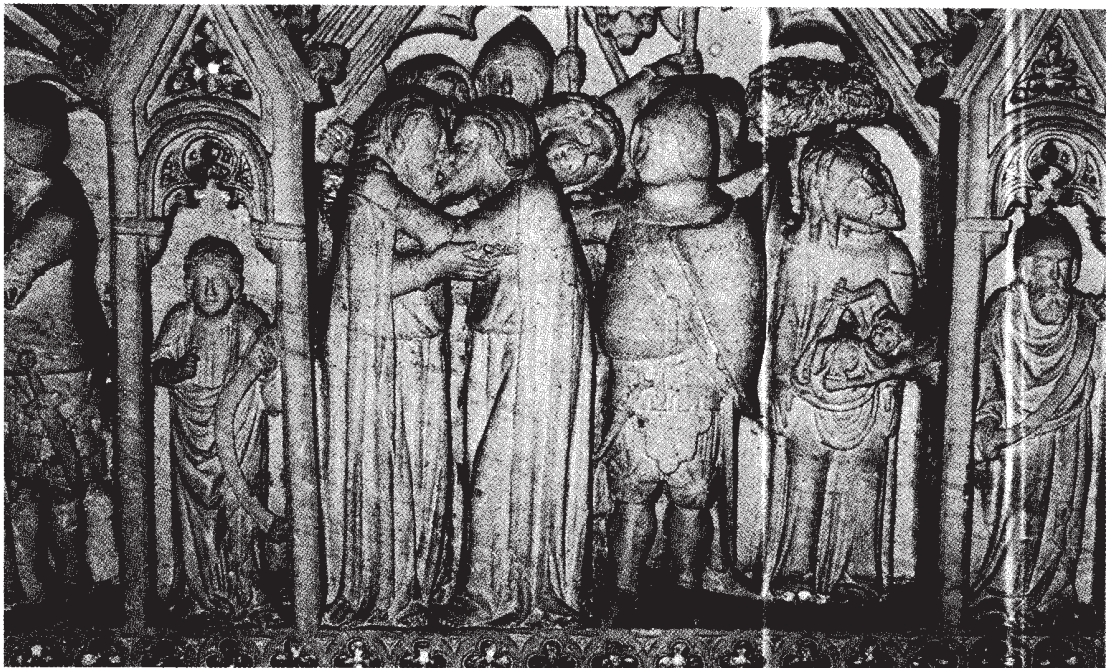


Fig. 5 – Túmulo de D. Inês: Beijo de Judas

A CRUZ DA TAHONA *

Xosé Carlos VALLE PÉREZ

Coñecín a Carlos Alberto Ferreira de Almeida a principios da década dos setenta. Foi en Santiago de Compostela. Comezaba eu entón os meus estudos sobre Historia da Arte na súa Universidade. Tiñamos amigos comúns, o que facilitou e propiciou os nosos encontros. El era xa naquel momento un prestixioso investigador e profesor. A diferenza de idade non foi, sen embargo, un obstáculo para a nosa relación. Todo o contrario. Durante un cuarto de século mantivemos frecuentes contactos, intercambiando periodicamente información e opinións sobre asuntos moi diversos, desde a Prehistoria ata a Arte Contemporánea. A Idade Media, campo predilecto da súa actuación e da miña, foi, non obstante, o territorio privilexiado das nosas comunicacións. Non debe extrañar, por iso, que a miña contribución á merecida homenaxe que lle tributa a súa Facultade teña por obxecto a análise dunha obra datada precisamente nesa época: a Cruz da Tahona.

Recibe o seu nome esta Cruz do que acabou por te-la praza de Ferrol (A Coruña – Galicia) na que se ubica o inmovible no que estivo empotrada desde mediados do século XIX ata datas recentes¹. Trátase, en realidade, da parte superior dun cruceiro gótico – A. Rodríguez Castelao, o gran estudioso destes monumentos, diría que é unha cruz

* Este artigo ten a súa orixe nun Informe sobre a datación e valoración histórico-artística da Cruz encargado pola Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental da Consellería de Cultura da Xunta de Galicia. Ós seus responsables agradézcólles a autorización para facer uso dos datos contidos nese estudo. Tamén quero deixar constancia do meu recoñecemento tanto á Dra. D^a Carmen Manso Porto como a D. Juan J. Burgoa Fernández pola xenerosa axuda que me prestaron para a súa realización.

¹ «Otro cruceiro de piedra existe en la plazuela que hay frente al edificio conocido con el nombre de *Tahona* en la parte más alta de la población. Hasta el año de 1850 estuvo abandonado y arrimado a la pared de una casa; pero con motivo de haberse ésta reedificado, el dueño obtuvo del Ayuntamiento permiso para incrustarlo en la pared, según hoy se halla». J. MONTERO Y ARÓSTEGUI, *Historia y descripción de El Ferrol*, Pontedeume, 1972 (1^a ed., Ferrol, 1858), páxs. 254-255. A cruz, de discutible propiedade privada como consecuencia dese proceso, encóntrase hoxe, despois de ser desempotrada, nun domicilio privado próximo ó núcleo urbán de Ferrol. Do seu emprazamento anterior da idea o debuxo de Francisco Yglesias que reproduce J. J. BURGOA FERNANDEZ en «Introducción a un Vía Crucis ferrolano», *Ferrol Análisis*, 7, (1995), páxs. 28-35, en particular pág. 31.

gótica, dada a diferenza que establecía entre cruceiros e cruces góticas² – de extraordinario interese tanto pola súa iconografía como polo seu estilo, feitos que tornan incomprendible que non teña sido adecuadamente valorada ata hoxe. A sítuala no lugar que histórica e artisticamente lle corresponde está xustamente encamiñado este artigo.

DESCRIPCIÓN

A obra que me ocupa (Fig. 1-2), no esencial, está tallada nun só bloque granítico (quizais fose iso o que sucedía en orixe coa totalidade da peza, pero non me atrevo a afirmalo rotundamente). Está centrada e, obviamente, dominada pola Cruz, incrustada directamente no que semella ser un pequeno montículo constituído por pedras dispostas verticalmente.

No anverso da Cruz, de tipo moi sinxelo – brazos de sección prismática, con aristas perfiladas por molduras cóncavas ou convexas lisas, e remates flordelisados –, está representado Cristo. De longos brazos cravados na parte alta do traveseiro, mostra a súa cabeza, de rostro inexpresivo, apoiada sobre o ombreiro dereito, amplo pano de pureza anoado nese mesmo lado e perna dereita flexionada en idéntica dirección, colocando o pé dereito, forzadamente, sobre o esquerdo, os dous dispostos de xeito paralelo.

Á esquerda de Cristo sitúase unha figura masculina de pé coa cabeza, cuberta por longa melena, lixeiramente inclinada á dereita. Xunta as súas mans sobre o peito, reforzando o xesto de recollimento e tristeza que aínda pode detectarse no seu rostro. Trátase, sen dúbida, dunha representación de San Xoán Evanxelista, o discípulo preferido, usual ou frecuente acompañante de Cristo en escenas alusivas ó Calvario³.

Tres figuras están emprazadas á dereita do Crucificado. Unha, a dianteira, coas mans cruzadas sobre o peito, parece estar desplomándose, sendo suxetada cos seus brazos por unha das persoas que están detrás. A outra, a máis próxima a Cristo e da cal, como na precedente, só se aprecia frontalmente ben a cabeza, leva a súa man esquerda á meixela, en clara expresión de dor. Estamos, con toda probabilidade, ante unha representación do Pasma da Virxe, que sería a figura situada no primeiro plano, sosténdoa, no momento do seu desfalecemento, unha das Santas Mulleres. A outra, co seu xesto, acentuaría o dramatismo do momento. Este tema, que comeza a introducirse na arte occidental – sobre todo no mundo da pintura – na etapa final da Idade Media⁴, preséntase hoxe, ata onde alcanza a miña información, como un «unicum» no mundo dos cruceiros.

A parte posterior da Cruz está case totalmente lisa. Só a zona de converxencia dos dous traveseiros ofrece ornato. Ahí, inscrito nun círculo e con caracteres góticos alemáns en reserva, dispónse o monograma IHS. Ós lados da Cruz e cun tratamento moi sumario dos pregados aprécianse as vestimentas de San Xoán e das Santas Mulleres, datos, un, o do epígrafe, e outro, o dos roupaxes, que confirman que a Cruz podía contemplarse tanto polo anverso como polo reverso, isto é, que era unha obra exenta.

VALORACIÓN E DATACIÓN

Non resulta fácil data-la obra que acabamos de describir. Á falta de referencias documentais claras e seguras sobre a súa orixe⁵, únense tamén, para facer aínda

² *As cruces de pedra na Galiza*, Buenos Aires, 1950, páxs. 109-120.

³ Vid. L. RÉAU, *Iconografía del arte cristiano*, Tomo I, Vol. 2, *Iconografía de la Biblia. Nuevo Testamento*, Barcelona, 1996 (ed. orixinal, París, 1957), páxs. 518-519.

⁴ IDEM, páxs. 519-520.

⁵ Tampouco está libre de polémica a súa procedencia inicial. Para algúns autores, comezando, no século XIX, por J. MONTERO Y ARÓSTEGUI, *Historia y descripción de El Ferrol*, cit., páxs. 254-255, esta cruz sería a parte superior do primeiro cruceiro de pedra levantado

máis complicada a tarefa, tanto a súa evidente tosquedade formal como a erosión e deterioro que sufriu co paso do tempo. Argumentos de signo moi diverso, sen embargo, permiten enfrontarse a esa ineludible esixencia cunha certa seguridade.

Polo que se refire á primeira cuestión citada, as referencias documentais que se relacionan con esta Cruz teñen moi escaso interese. De feito só unha merece reseña: a mención de que o monumento ó que pertenceu foi colocado en presenza de Fernán Pérez de Andrade, «O Boo», o 3 de maio de 1387⁶. Aínda que o fundamento textual deste dato tan preciso e concreto non puiden averigualo e, polo tanto, non puiden analízalo criticamente, o certo é que a datación da obra a partir dos paralelos que para os seus rasgos estilísticos poden sinalarse non dista moito, como se verá, da que proporciona tal pista.

Centrándonos xa en cuestións de estilo, debe sinalarse de entrada que a indubiable tosquedade da obra que examinamos, acusada moi particularmente na figura de Cristo, non impide reconece-la orixe «cult», con tódolos matices que a este termo queremos aplicar, do seu artífice. O perfil da peza – un tronco de pirámide invertido, en definitiva – e a maneira de agrupa-las figuras, formando un conxunto compacto e rotundo, potenciando o efecto de bloque, sen a penas saíntes, suxire que estamos ante un artista/artesán habituado a tallar capiteis ou que, cando menos, sabía como se facían. Esta proxenie «cult» – insisto na relatividade do termo tanto á vista da obra que valoramos como, en xeral, de boa parte da escultura galega do seu tempo – corrobórana os paralelos que poden invocarse para os seus diversos compoñentes, referencias que, á súa vez, axudan a fixar un marco para a execución da obra.

Capital a ese respecto é, ante todo, a figura de Cristo. O seu tono xeral e en especial a disposición das súas pernas deriva de modelos típicos do século XIV, como o Crucificado do trascoro da Catedral de Santiago, hoxe ubicado nunha das capelas, a do «Sancti Spiritus», do brazo norte do cruceiro⁷. A ese mesmo ámbito compostelán, según opinión de C. Manso que comparto, lévannos tamén as faccións do rostro de Cristo, con paralelos moi claros nas que exhiben algunhas das figuras talladas nos capiteis da fachada de acceso á Sala Capitular do Convento de San Francisco da cidade do Apóstolo, datada por aquela autora nos anos iniciais do século XV⁸. A este horizonte apuntarían asemade os caracteres do monograma do reverso da Cruz⁹ e tamén a peculiar representación do Pasma da Virxe que se insire á dereita de Cristo¹⁰.

Unha cronoloxía, pois, de cara ó primeiro cuarto ou primeiro tercio do século XV, ampla pero explicable dada a rudeza da obra, e unha vinculación en última instancia ó mundo compostelán, nada anómala por outro lado en Galicia e nesa época, ofrécense como os parámetros máis axeitados para enmarca-la súa realización¹¹.

na Praza de Canido, obra datada por el con posterioridade a 1679. Outros, polo contrario, non mencionan para nada esta posible proxenie, cabendo deducir do seu silencio que se inclinan pola súa pertenza desde o seu arranque á praza na que estivo ata hai poucos anos.

⁶ Recóllese o dato, por exemplo, no *Catálogo* dunha exposición adicada a *Eduardo de la Vega (1859-1943)* organizada polo Ateneo Ferrolán entre o 2 e o 16 de decembro de 1994.

⁷ Vid. J. M^a CAAMAÑO MARTÍNEZ, «El Gótico», no colectivo *La Catedral de Santiago*, Barcelona, 1977, páxs. 249-288, en particular pág. 262.

⁸ C. MANSO PORTO, *Arte gótico en Galicia: los Dominicos*, 2 vols., Madrid, 1993, especialmente vol. I, páxs. 101 e 122. J. M^a CAAMAÑO MARTÍNEZ, *Contribución al estudio del gótico en Galicia (Diócesis de Santiago)*, Valladolid, 1962, páxs. 316-317, pola súa parte, data ese ingreso, dun xeito máis xenérico, no primeiro tercio do século XV.

⁹ A introducción da letra gótica alemana en Galicia prodúcese precisamente por estes mesmos momentos. C. MANSO PORTO, *Arte gótico en Galicia: los Dominicos*, cit., vol. I, páxs. 103 e 347-349, sinala nos capiteis de ingreso á capela maior, lado do Evanxeo, da igrexa de San Domingos de Tui, datada por ela no primeiro tercio do século XV, a aparición «de uno de los primeros testimonios de epigrafía gótica alemana en Galicia».

¹⁰ Vid. texto e nota 5.

¹¹ Dada a proximidade física existente entre Ferrol e Betanzos (tamén na provincia da Coruña) e a problemática mención de Fernán Pérez de Andrade, «O Boo», o gran patrocinador da renovación constructiva que se leva a cabo no segundo núcleo na etapa final do século XIV, en relación coa orixe da obra que comento, parece oportuno recordar que, tal como sinala C. MANSO PORTO, *Arte gótico en Galicia: los Dominicos*, cit., Vol. I, pág. 101, os ecos do labor dos talleres que traballan para tan eximio personaxe na área betanceira tamén se deixan

O Cristo da Tahona, pois, vén a unirse ás escasas cruces/cruceiros conservados hoxe que poden datarse cun mínimo de seguridade a finais de Idade Media. Aínda contando coa súa rusticidade, coa súa falta de finura, haberá de terse en conta cando se acometa con seriedade e rigor – e tamén con urxencia – o estudio da orixe e primeiros pasos en Galicia dun monumento tan consustancial á nosa paisaxe como son os cruceiros¹².

sentir na fachada da Sala Capitular de Santiago que nos serve de referencia. Con todo, a proxenie inmediata para o estilo da obra que examinamos haberá de buscarse inequivocamente no núcleo de Santiago.

¹² O exame destas obras experimentou un gran desenvolvemento desde os anos setenta. Diso é boa proba a nutrida bibliografía da que hoxe dispomos, que non cito aquí por ser innecesaria. Vista esa eclosión, sorprende que aínda non se someteran a revisión as propostas de Castelao, hoxe difíciles de asumir tal como el as formulou, sobre as cuestións citadas no texto. A elas dedicareille proximamente un extenso traballo.

A CRUZ DE TAHONA



Fig. 1 – Cruz da Tahona. Anverso.



Fig. 2 – Cruz da Tahona. Reverso.

A PROPÓSITO DE ANDRÉ SOARES E DO ROCOCÓ – NÓTULAS PARA A REVISÃO DE UM PROCESSO

Manuel Joaquim Moreira da ROCHA

ABORDAGEM

É comumente aceite na historiografia da arte portuguesa a especificidade da arquitectura que se impõe na grande região de Braga em meados do século XVIII. Formas decorativas tradutoras de um rococó límpido e internacionalizado, numa expressividade onde os recortes vegetalistas emprestam ao granito, em destaque sobre fundos brancos, uma eloquência plástica jamais sentida com esse material construtivo. A multiplicação dos motivos vegetais vai ganhando relevo, ocupando, gradualmente, todos os espaços estruturais das fachadas definidores das fórmulas clássicas, mascarando-os e subvertendo-os, podendo, pontualmente, distanciar-se das composições tardobarrocas.

Ao rococó nortenho associa-se de imediato a arte de André Soares Ribeiro da Silva, como responsável pela introdução dessa corrente estilística em Braga. O seu principal investigador foi Robert Smith. Se falta ainda um estudo metodologicamente seguido sobre o espaço dos edifícios onde essas decorações «à moderna» ou «genre pittoresque» afloram, no sentido de apurar o seu timbre estético e separar o alcance e limite das expressões que os classificam – tardobarrocos ou rococós – parece, todavia, que é incontroversa a existência de um reportório decorativo de pendor naturalista, que explora o artefacto assimétrico, denominado rococó.

André Soares surge no texto fundamental sobre a sua actividade artística¹, associado a um conjunto considerável de obras de arquitectura das quais apenas três possuem suporte documental, e nem sempre analisado na justa medida: a igreja de Nossa Senhora da Consolação e de Nosso Senhor dos Passos, de Guimarães, a Casa da Câmara e a fachada da Capela de Santa Maria Madalena da Falperra com os pri-

¹ SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 163-242; Idem – *André Soares – Arquitecto do Minho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

meiros pátios, ambas em Braga. Todas as demais se fundamentam em atribuições por afinidades estilísticas. Ora, não se pode esquecer que nas mesmas coordenadas espaço-temporais há como que uma cultura visual partilhada por vários mentores, tornando discutível a elevação ao estrelato artístico de uma só personalidade, quando na realidade podem ter sido outros os autores do projecto. O aprofundamento dos estudos sobre a arquitectura do Porto vem revelando nomes que ombreiam responsabilidades ao lado de Nicolau Nasoni².

Olhando Braga no século XVIII, encontram-se na mesma época vários artistas aos quais a sociedade reconheceu a função de riscadores. Se se destacam, ora pela quantidade ora pela qualidade e segundo uma ordem cronológica, Manuel Fernandes da Silva, associado ao mecenato de D. Rodrigo de Moura Teles, André Soares a desenvolver actividade no arcebispado de D. José de Bragança e parte do de D. Gaspar de Bragança, e ainda Carlos Amarante, outros vultos vão surgindo que exigem uma pesquisa profunda sobre a sua actividade arquitectónica: João da Costa, Diogo Soares e Paulo Vidal, são alguns exemplos, sem esquecer o papel de Carlos Leone.

A grande característica dos três arquitectos – Fernandes da Silva, Soares e Amarante – é que são todos de nacionalidade portuguesa, oriundos ou do Porto ou de Braga, e conseguiram vingar as suas artes em tempos dominados pela influência veiculada directamente por artistas estrangeiros. A arte portuguesa do século XVIII testemunha um inequívoco enfeudamento a artistas de formação estrangeira que, entretanto, desenvolveram carreira em Portugal. De Norte a Sul vão sendo conhecidos alguns nomes associados a obras que se impõem no nosso panorama artístico.

Globalmente, as formações destes artistas minhotos, baseadas na herança familiar, muito contribuiu para a especificidade da arte do Minho, marcada pela perduração de formas passadistas em tempos de novas estéticas, timbradas com elementos mais coetâneos.

No primeiro terço do século XVIII a arquitectura bracarense evidencia-se pela longevidade das formas maneiristas – em pleno auge barroco – levando Germain Bazin a falar de «un retour momentané vers un purisme classique»³, comparável a «une nouvelle Renaissance»⁴ colocando a arquitectura de Braga em paralelo com a do Alentejo, como as regiões de Portugal onde se encontra o espírito barroco alheio a influências externas, esclarecendo que «Lisbonne et Porto, villes internationales, largement ouvertes sur le monde, assimilent rapidement l'italianisme, c'est dans les provinces de l'intérieur que nous devons chercher les expressions portugaises plus autochtones. Deux écoles se détachent nettement et s'opposent comme deux pôles de noms contraires: celle de l'Alemtejo et celle du Minho-Douro»⁵. Encontrando, pois, na arquitectura barroca do Minho o eclodir do velho sentimento manuelino, nomeadamente na gramática naturalista e no sentido decorativista desta arquitectura⁶.

Uma arquitectura austera, com fachadas animadas por decoração vegetalista grossa, com forte tratamento volumétrico, onde as cartelas, os acantos, as grinaldas, e as volutas marcam presença forte. Esta linguagem, que estava no início do século XVIII fortemente cristalizada entre nós, nomeadamente pelo uso sistemático que dela fizeram a pintura parietal, a talha dourada, e o azulejo, influência que, sentida desde a

² A arquitectura do Porto do séculos XVII e XVIII tem vindo a ser sistematicamente estudada por Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, colocando o autor ao lado de Nicolau Nasoni outros artistas de igual craveira arquitectónica. São vários os trabalhos em que aborda essas questões. Ver particularmente FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *António Pereira: Arquitecto do Palácio de S. João Novo*, Sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª série, vol. 7/8, 1989/90, pp. 241-258; Idem – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo*, Sep. da Revista Poligrafia, nº 4, 1995, pp. 25-54.

³ BAZIN, Germain – *Reflexions sur l'origine et l'évolution du Baroque dans le Nord du Portugal*, in *Belas Artes – Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 2ª série, nº 2, Lisboa, 1950, p. 10.

⁴ Idem – *ibidem*, p. 5.

⁵ Idem – *ibidem*, p. 8.

⁶ Idem – *ibidem*, p. 15.

segunda metade do século XVI⁷, impõe-se também em Braga, para além do mais, na decoração arquitectónica.

Nesta propensão decorativa é possível encontrar a influência das gravuras maneiristas flamengas, veiculada por Cornelis Cort, Cornelius Bos, Hans Vredeman de Vrie, a mesma que havia servido de referencial à pintura de brutesco, como apontou Vítor Serrão⁸, mascarando uma arquitectura singela fundamentada estruturalmente nos ensinamentos mais simples de Serlio. Ao lado das formas serlianas revela a arquitectura de Braga o recurso às potencialidades plásticas do granito. Esta especificidade de Braga, no primeiro terço do século XVIII, parece preparar o advento da elegância decorativa do vocabulário rococó que se desenvolve na cidade a partir da década de quarenta. Ou seja, desde épocas recuadas que Braga encontrou artisticamente na sedução da decoração *accroché* a arquitecturas plenamente ensaiadas e concretizadas noutros quadrantes, a forma de mascarar o seu periferismo: tanto em relação à corte, quanto aos centros artísticos europeus⁹.

É o que se verifica na fachada dos Terceiros de S. Francisco, ideada em 1707 por Manuel Fernandes da Silva, utilizando o autor uma folhagem grossa de acantos como moldura de duas cartelas e do óculo; leitura paralela revela a fachada da capela de Santa Maria Madalena da Falperra, onde o toque de André Soares se ausculta. Nesta fachada, ao lado do «emocionante movimento» desenvolvido pelo contorno dos frontões e das cornijas ou pelos recortes do portal e janela, de pendor borromínico, surgem decorações de duplo pendor, geometrizante e vegetalista, que tentam ultrapassar o espartilho do vocabulário tardobarroco com arranjos superficiais. Se a concepção da fachada segue uma orgânica ditada ainda pela estética barroca, quanto à decoração constata-se um passado e um presente; aquele visível nas formas geométricas e abstractas, que remetem para a tratadística maneirista, e este na flora, vocabulário avançado da expressão rococó. Expressão esta que André Soares explora sistematicamente nas suas concepções retabulares. Nestas, um mar de ornatos vegetais contorcem-se emprestando ao conjunto um admirável sentido plástico, testemunhos da assimilação do vocabulário rococó pelo artista.

Folgar de la Calle havia já constatado que na arquitectura galega de setecentos é nítida a influência de Hans Vredeman, Wendel Dietterlin, Teodosio de Bry, Jacques Floris, entre outras obras que fazem parte do maneirismo da Europa do Norte, visível nomeadamente na Casa do Cabido de Santiago de Compostela, obra de Clemente Sarela iniciada em 1755¹⁰. A origem do sentido geométrico e abstracto da arquitectura galega encontra-se pois nestas gravuras impressas nos tratados maneiristas nórdicos¹¹.

Como muito bem notou Robert Smith, André Soares assumia duas facetas diferentes, «uma essencialmente plástica, destinada a perdurar na sua talha, a outra fundamentalmente linear» preferida na expressão arquitectónica¹², se bem que as fronteiras nem sempre sejam pacíficas, podendo-se encontrar na mesma obra as duas tendências, como já exemplificámos, ou ainda, explorar exclusivamente expressão geometrizante num trabalho em madeira, como iremos analisar na porta da igreja dos Terceiros de S. Francisco, ideada por André Soares, obra que julgamos inédita. Assim,

⁷ SERRÃO, Vítor – *A Pintura de Brutesco do Século XVII em Portugal e as suas Repercussões no Brasil*, in «Barroco», n. 15, Actas do «II Congresso do Barroco no Brasil», Minas Gerais (Brasil), 1990-92, pp. 113-136.

⁸ Idem – *ibidem*, p. 114.

⁹ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva Mestre Pedreiro e Arquitecto de Braga. 1693-1751*, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, nº 4, 1996, pp. 195-202.

¹⁰ FOLGAR DE LA CALLE, M^{re} Carmen – *Arquitectura Gallega del Siglo XVIII. Los Sarela*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1985, p. 104.

¹¹ Idem – *ibidem*, p. 113. Ver também nesta obra Estampa 67.

¹² SMITH, Robert C. – *Frei José...*, p. 198.

a par de um vocabulário rococó de requintado desenho, desenvolveu o artista uma linguagem geométrica e abstracta, cujas fontes se devem encontrar na tratadística maneirista do norte da Europa. Do enfoque que vamos fazendo sobre a arte do Minho estas constatações vão ganhando relevo.

A aproximação que Smith fez da arte de Soares da arte galega, nomeadamente do estilo de Simón Rodríguez e dos Sarela¹³ e corroborada por Folgar de la Calle¹⁴, não se deveu tanto ao conhecimento directo das obras daqueles artistas, mas ao uso de fontes paralelas de inspiração. Até porque, há um distanciamento entre as formas geométricas utilizadas por Soares e as dos artistas galegos – com melhor risco para o artista nacional – recorrendo André Soares ao geometrismo numa movimentação miúda de alternância de planos, por oposição às largas superfícies planas desenvolvidas na Galiza, num estilo denominado de placas. As decorações utilizadas nos rostos de livros do século XVII e XVIII podem ser outra fonte a explorar como fundamento iconográfico de muitos trabalhos em pedra e madeira.

Dos três espaços arquitectónicos documentados como concebidos por André Soares Ribeiro, a capela de Santa Maria Madalena da Falperra foi já revisionada¹⁵, sendo, enquanto espaço uma concepção do século XVII, sem qualquer interferência de Soares. Só a sua fachada, evidenciando tratamento retabular, e os pátios poderão estar associados ao artista.

Na Casa da Câmara e na Igreja dos Santos Passos, revê-se um arquitecto informado nas estruturas tardobarrocas com efeitos decorativos de sabor geometrizante.

Constatou-se já num estudo dedicado ao contributo dos pedreiros galegos à arquitectura minhota no século XVIII que grande parte dos edifícios documentados ou atribuídos a André Soares, encontraram como suporte para a sua realização mão-de-obra galega, ou a trabalharem lado-a-lado com artífices portugueses¹⁶. Na ocasião interpretámos essa constatação como determinante de André Soares: atendendo a que, se a sua arte se aproximava formalmente da galega, escolhia os artistas de origem estrangeira por estarem mais aficionados àquelas formas.

Parece, todavia, que o contributo galego não será de interpretar exclusivamente como prestação mecânica, mas extensivo à concepção volumétrica e abstracta que a arte minhota, sobretudo ao nível local, acusa na segunda metade do século XVIII.

A arquitectura Galega apenas superficialmente adoptou as formas rocailles, como constatou Folgar de la Calle, «nuestros maestros de obras fueron remisos a abandonar el Barroco; un barroco que seguíó teniendo sus modelos – en los principales edificios compostelanos y recurrió, incluso hasta comienzos del siglo XIX, a una decoración de placas que, pérdida la fuerza de las empleadas por Rodríguez Y Sarela, tiende a multiplicar los planos – desarrollo y disminuir su grosor y tamaño, com un refinamiento contagiado del rococó»¹⁷. A arquitectura rococó nunca chegou a desenvolver-se nessa região, passando a adoptar-se o revivalismo neoclássico ou a pervivência das formas barrocas. À volta de meados do século XVIII encontra-se no Norte um conjunto de edifícios civis e religiosos onde a decoração rococó é utilizada: Guimarães, Viana, Ponte de Lima, Póvoa do Lanhoso, Braga, etc., para referir só os centros principais.

¹³ Idem – *ibidem*, p. 184.

¹⁴ FOLGAR DE LA CALLE – *o.c.*, p. 113.

¹⁵ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *A Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra, de Braga, à luz da documentação notarial*, Sep. da Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, vol. V, Porto, 1990, pp. 231-269; Idem – *As Capelas de Santa Madalena do Monte da Falperra: nova abordagem*, Sep. de HUMANÍSTICA E TEOLOGIA, fasc. 1-2, nº 17, Porto, 1996, pp. 165-187.

¹⁶ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Pedreiros Galegos no Noroeste Português no Século XVIII*, Actas Del VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte, Badajoz, 1995, p. 153.

¹⁷ FOLGAR DE LA CALLE – *o.c.*, p. 63.

Falta um inventário completo desses edifícios onde a expressão moderna foi empregue pelo tracista, ainda que pontualmente em ligeiros apontamentos. Só depois se poderão tirar leituras conclusivas e avançar para aproximações com o rococó brasileiro.

No Minho, parece dar-se um salto brusco dum classicismo tardio, ainda em plena vitalidade em 1723 na fachada da Sé de Braga, criação de Manuel Fernandes da Silva, para uma concepção tardobarroca que perdura por toda a segunda metade do século XVIII, visível também nas obras de André Soares e ainda presente nas de Carlos Amarante, isto se nos cingirmos a grandes riscadores. Deixando este patamar, assiste-se à perduração das formas tardobarrocas sobretudo na arquitectura religiosa, retomando-se à medida que o século se aproxima do seu termo, uma feição singela sem excessos para decorações, de claro timbre clássico, retomando-se, por assim dizer, a lição do primeiro terço de setecentos.

NOVOS DADOS

Mais que o grande arquitecto do Minho Rococó, encontra-se em André Soares um grande riscador, com fortes potencialidades decorativistas, obra que cada vez mais se torna consistente sob o ponto de vista documental frente à fragilidade das atribuições arquitectónicas. Naquela vertente, revela André Soares um requintado vocabulário rococó, na forma e no conteúdo. Obras em talha são talvez o seu magno contributo à arte portuguesa, no sentido do avanço estético, atingindo alguns retábulos foros de obra prima, nomeadamente o retábulo de Nossa Senhora do Rosário da igreja de S. Domingos, em Viana, e o retábulo-mor da Falperra, em Braga. Analisando-os em pormenor encontra-se uma clara correspondência em gravuras impressas e em tratados através dos quais essa decoração rococó era divulgada, como testemunhado por Robert Smith¹⁸ e por Marie-Thérèse Mandroux França¹⁹.

É para reforçar a faceta de André Soares como criador de decorações em madeira que apresentamos esta reflexão, que teve como pretexto a revelação de duas novas obras ideadas por André Soares e que se encontram ainda inéditas – a porta da igreja dos Terceiros de Braga, e o retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Caldelas – e uma terceira, pontualmente referida na mais recente historiografia sobre Braga, que é o Mapa da Cidade, trabalho também associado ao artista.

1) Manifesta essa aptência de bom desenhador e colorista no Mapa da Cidade de Braga, guardado na Biblioteca da Ajuda, efectuando um levantamento total da estrutura arquitectónica e urbana de Braga, onde, a par de um aturado sentido de pormenor e de realismo, apresenta o artista uma tarjeta assimétrica lavrada com motivos rococós, no interior da qual escreveu MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS²⁰. Quando se compara o desenho desta tarja com a cartela dos Estatutos do Bom Jesus e Santa Ana, da igreja de Santa Cruz, primeira obra documentada, datada de 1747, verifica-se um grande amadurecimento formal do artista, envolvendo a recortada moldura com concheados irregulares e outros motivos de natureza vegetal. Quanto André Soares teve de contido no desenho dos Estatutos, portador ainda de nítidas influências joaninas, revela aqui uma concepção onde a assimetria marca qualquer um dos eixos. Este Mapa, apesar de algumas falhas de papel, esclarece

¹⁸ SMITH, Robert – *Frei José...*, pp. 163-242.

¹⁹ FRANÇA, Marie-Thérèse Mandroux – *Information artistique et mass-media ou XVIII siècle: la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal*, in «Bracara Augusta», vol. XXVIII, nº 64, 1973, pp. 412-445.

²⁰ A planta guarda-se na Biblioteca da Ajuda com a cota Col. Cartografia, Ms. Reg. 1-C. Dimensões aprox. 1250x775 mm, feita em perspectiva, a traço negro e sanguínea, aguarelada.. Na classificação lê-se o seguinte: «A planta é razoavelmente bem desenhada, tentando conciliar a escala com a perspectiva, a que não é alheia a tentativa de representar os níveis de relevo». Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes...*, p. 33.

ainda o seu autor: ANDRE RIBEYRO S [...] SYLVA, nome colocado debaixo da tarja. Embora não esteja datado, podemos apontá-lo próximo aos anos 60.

2) A Irmandade dos Terceiros de S. Francisco, tendo resolvido dotar o portal principal da sua igreja- concebido em 1707 por Manuel Fernandes da Silva, como toda a fachada – de novas portas em madeira, contrata o mestre carpinteiro Inácio Pereira, de Braga, no dia 31 de Maio de 1757, para a realização dessa obra²¹. Tendo ido a pregão, o menor lanço foi deste carpinteiro, que atingiu a quantia de «quarenta e cinco mil e seiscentos reis so de suas mãos», obrigando-se a dar a obra pronta até «o dia das Chagas do Patriarcha São Francisco de dezasette de Setembro deste prazente anno». O mestre carpinteiro era morador no Campo de Santa Ana de Braga. Os Terceiros de S. Francisco acusaram ao notário que «querendo por huma portta prencipal na capella desta dita Veneravel Hordem mandarão por editais publicos e costumados nesta cidade» para na obra lançarem os preços os artistas interessados, como se regista no texto notarial. A menor oferta foi do mestre carpinteiro arrematante, incluindo-se no ajuste só mão-de-obra, fornecendo-lhe «esta Venravel Hordem os matriais que para ella forem neccessarios a tempo conveniente e mandar-lhe havrir os boracos dos chumbadoucos».

O dado principal vem nas condições que foram impostas pela Irmandade ao artífice:

«que elle Ignasio Pereira se obrigaria a fazer as ditas portas na forma do risco que se apresentou neste atto e se lhe entregou asignado pello ditto ministro e se obrigava a fazer as dittas porttas dando-se-lhe todos os materiais e ferrages na forma do dito risco, o que tudo faria a vontade e direção de Andre Soares, morador na Rua de São Miguel-o-Anjo que foi o que fez o dito risco»,

condições que de resto o carpinteiro aceitou como esclarece o contrato:

«e por este presente publico instrumento disse elle dito Ignasio Pereira que se obrigava como obrigou a dar as ditas portas feitas e acabadas na forma do risco e com a direção que der o dito Andre Soares athe o dito dia das Chagas do Patriarcha São Francisco e mais tender athe o dito dia fim de Setembro com conduinação (sic) de que as não dando feitas e acabadas e examinadas porque tudo entenda na forma do risco edixação do dito Andre Soares perdera de pena trinta mil reis e pagara todas as perdas e das que esta Veneravel Hordem por ese respeito receber e os pagamentos se lhe farão em trez coarteis a saber, hum no prensipio da obra e outro no meio della e o ultimo no fim despois de cabada e examinada e achando-se na forma dos apontamentos e direcção do dito Andre Soares».

Inácio Pereira, além do risco de André Soares receberia a orientação directa do artista. É curioso que o nome de André Soares é repetidamente expresso no documento.

Na concepção das portas, formadas por duas folhas iguais, rejeitou completamente o artista o vocabulário naturalista quedando-se em formas geométricas extremamente túrgidas, claramente borrominicas, e com notável sentido de volume, numa expressão que sem perigo rotulamos de tardobarroca. A força das duas gigantescas almofadas centrais, enquadradas por volutas, tem carácter sobretudo pelo geométrismo transmitido pelos sucessivos recortes da linha à volta de uma superficie central plana.

²¹ «Contrato da Veneravel Hordem Terceira desta cidade com Ignasio Pereira, carpinteiro do Campo de Santa Anna desta mesma. A.D.B. – Nota Geral, 2ª série, nº 87, fls. 81v-82v.

3) Em 1760 temos nota de uma outra obra ideada por André Soares, desta feita para o retábulo da capela-mor da igreja de S. Tiago de Caldelas²². A paternidade soaresca é revelada, uma vez mais, pelo contrato notarial realizado, a 28 de Fevereiro do referido ano, entre o encomendante e o mestre que tomou a empreitada. O contrato foi assumido entre João Lopes Loureiro, homem de negócio que actuou como procurador de D. Gastão da Câmara Coutinho, «Comendador da Comenda de Sam Thiago de Caldellas», e o mestre entalhador Teodosio Álvares.

João Lopes Loureiro apresentou no acto da escritura uma procuração que esclarecia a obrigação de D. Gastão mandar fazer o retábulo para a «igreja da sua comenda», como fora determinado em capítulo de visita. A obra deveria ser rematada pelo menor lanço que executasse a «planta que pera ella havia feito o Reverendo Antonio Soares da Silva e risco e apontamento delles». Acreditamos seriamente que o nome António foi falha notarial quando em seu lugar deveria estar André, até porque no resto do nome os apelidos são coincidentes. E mais, a qualidade do desenho e a expressão formal do retábulo não deixam dúvidas de que o seu autor foi André Soares.

Andando a pregão a empreitada para ser arrematada pelo menor lanço, foi assumida por Teodósio Álvares (artista que também conhecemos noutra documentação pelo nome de Teodósio Álvares de Araújo) pela quantia de «duzentos e outo mil reis e por não haver menor lansso», esclarecendo-se que este preço não incluía a execução do trono do retábulo. A obra seria «feita e acabada com prefeissão na forma do mesmo risco e apontamento the o Janeiro do anno seguinte de mil setecentos e sessenta e hum», recebendo a quantia estipulada em três pagamentos, sendo o último depois da obra «feita e revista por mestres peritos que estando sem deminuição da planta lhe satisfazera o dito ultimo pagamento».

O entalhador, na ocasião residente em Braga na Rua da Cónega, ainda em 29 de Junho de 1797 era vivo, pois é parte interveniente numa escritura de Nomeação de Prazo, e em 1751 já envergava o título de mestre da profissão de entalhador.

Em 1794 Teodósio Álvares é nomeado a intervir num novo processo de obras da igreja de Caldelas, desta feita como fiador do mestre carpinteiro José Pinheiro, quando este assume o compromisso de obras na capela-mor da igreja, nas quais se incluía «seis sanefas de talha que correspondão com o retabollo, huma grade moderna de quatro palmos de alto com dois raros para ouvir confições» e duas credencias²³. Trinta e quatro anos após a execução do retábulo da igreja de Caldelas, o risco desta peça ainda continuava a impôr orientações formais para a realização de novas obras de talha na capela-mor da igreja. A lição de André Soares, veiculada através do desenho que concebeu para aquele retábulo, não tinha perdido ainda a actualidade, levando à imposição de que as sanefas a realizar no ano de 1794 tivessem unidade visual com o retábulo.

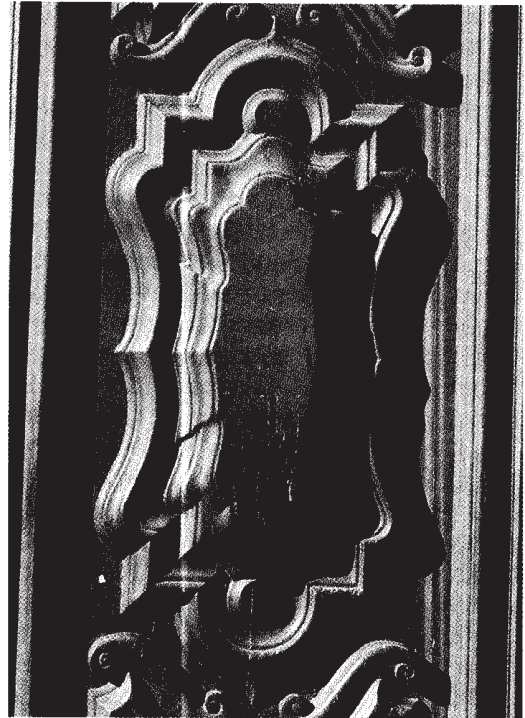
O retábulo perdeu a beleza das tonalidades primitivas, tendo sofrido há alguns anos um restauro. Perdeu também o seu magnífico sacrário desenhado por André Soares, recebendo outro sem o mínimo de respeito estético pelo conjunto. Felizmente, o pároco actual, em atitude que devemos realçar, guardou o sacrário, podendo, em qualquer momento reinserir-se no retábulo, dignificando a peça concebida por André Soares Ribeiro. O sacrário conserva ainda a riqueza policroma original. Pela disponibilidade demonstrada pelo Padre Adelino Eiras Nobadinhas, queremos aqui expressar o nosso agrado.

²² «Obrigação que faz o mestre entalhador Theodosio Alves, da Rua da Conega a factura do retabollo da cappela-mor de S. Thiago de Caldellas». A.D.B. – *Nota Geral*, 2ª série, nº 94, fls. 179v-180v.

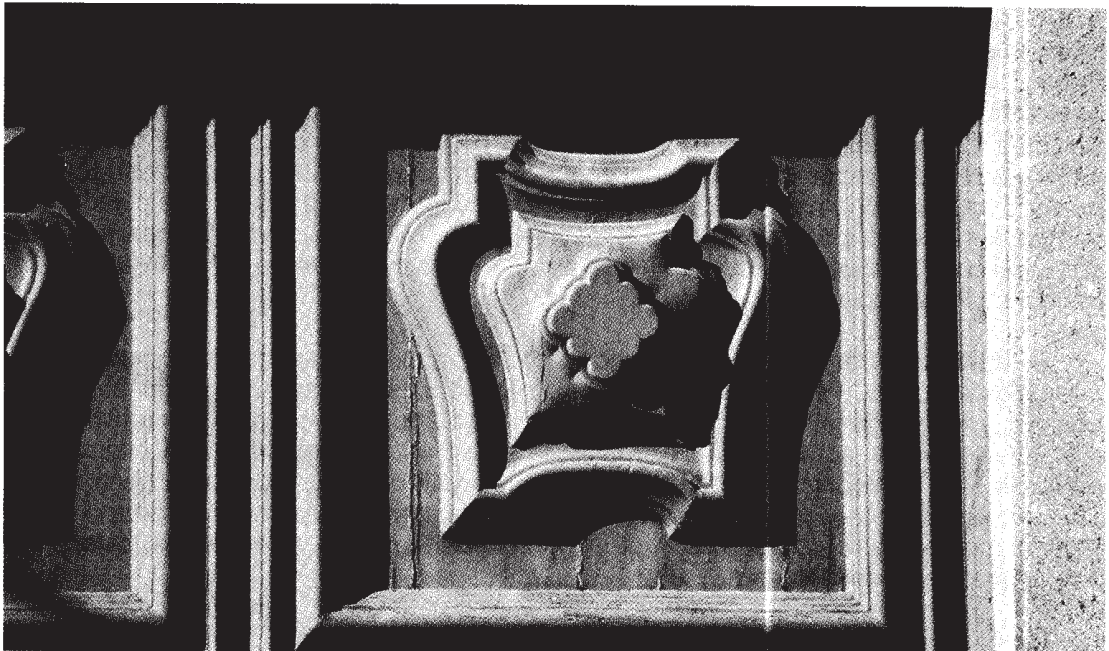
²³ A.D.B. – *Nota Geral*, 2ª série, nº 126, fls. 32-33v.



1



2

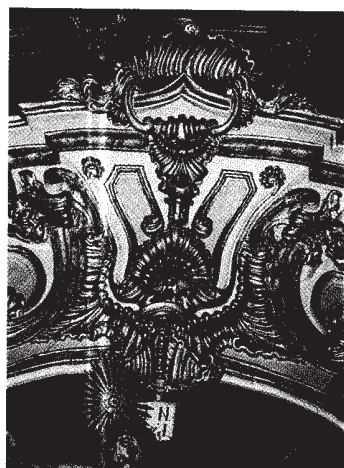


3

Fig. 1 – Portal da igreja dos Terceiros de S. Francisco e pormenores das almofadas da porta – Braga



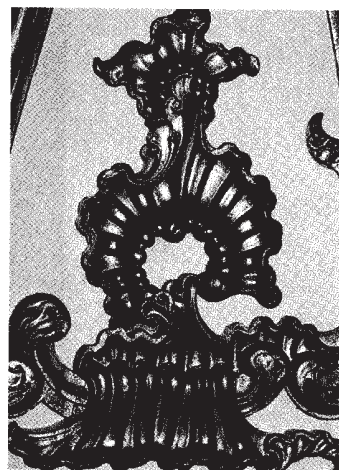
1



2



3



4

Fig. 2 – Retábulo da igreja de S. Tiago de Caldelas



1



2

Fig. 3 – Sacrário do retábulo de S. Tiago de Caldelas.

DUAS NÓTULAS PARA A HISTÓRIA DA ARTE

Joaquim Jaime B. FERREIRA-ALVES

I – A SEGUNDA CAPELA-MOR DA IGREJA DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA AVE MARIA (1627)

O mosteiro de monjas beneditinas fundado no Porto, em 1518, por D. Manuel I (1469-1521), conhecido por Mosteiro de S. Bento da Ave Maria, tornar-se-ia num dos edifícios mais imponentes da cidade, como se pode comprovar pelas imagens que chegaram até nós. Também vários escritos relacionados com o mosteiro dão-nos a ideia da sua qualidade arquitectónica e decorativa. Fr. Leão de S. Tomás ao escrever sobre ele chama-o de «fermoso»¹ e Manuel Pereira de Novais considera-o «una maravilla en el ornato y magnificencia con que se ennoblece esta ciudad»², opiniões estas corroboradas, em 1758, pelo pároco da Sé do Porto, Manuel Ramos Vieira, que o designa por «magnífico»³ e, em 1776, a autora do manuscrito intitulado *Livro da Fundação deste Real Mosteiro de S. Bento da Ave Maria do Porto*⁴, a escritã D. Sofia Brandão, vai incluí-lo entre «os mais magníficos deste Reino de Portugal».

A igreja quinhentista e a respectiva capela-mor aparecem referidas no contrato de obras relacionado com a construção do mosteiro feito no Porto em 10 de Junho de 1518 pelo tabelião Martim Lopes. Nele foi ajustada, «por mandado d'El-Rey», entre Bartolomeu de Paiva, «amo do Principe Dom Joam seu filho», futuro D. João III (1502-1557), e o pedreiro João Lopes, morador em Lamego, a obra da edificação do mosteiro, desde a igreja a todas as dependências necessárias à vida em comunidade. No documento notarial faz-se referência a um «debuxo» acompanhado por apontamentos,

¹ *Beneditina Lusitana*. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974. p. 393.

² *Anacrisis Historial*. II. Porto: Bibliotheca Publica Municipal do Porto, 1913. p. 80.

³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *As duas igrejas do Mosteiro de São Bento da Ave Maria do Porto*. In «Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America 1492-1992». León, 1992. p. 749.

⁴ Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), Secção Monástica, Mosteiro de S. Bento de Ave Maria, nº 288 (198).

Dom Nuno de Vasconcelos
Valentim Carneiro
D. João de Almeida
J. de Almeida

Fig. 1 – Assinaturas dos outorgantes do contrato para a construção da nova capela-mor do Mosteiro de São Bento da Avé Maria (1627.Junho.06).

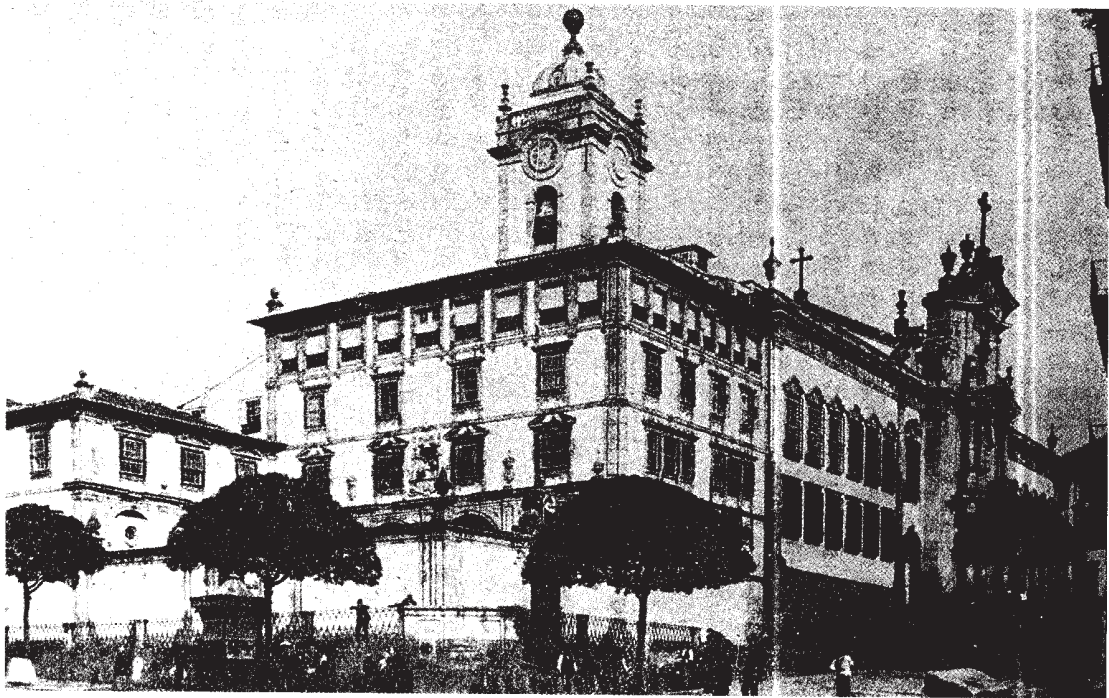


Fig. 2 – Porto. Mosteiro de São Bento da Avé Maria (1518 – 1900/1901).
(Fotografia reproduzida da obra de Pedro Vitorino – Notas de Arqueologia Portuguesa)

pelo qual o «empreiteiro» João Lopes deveria executar toda a obra e que, segundo a nossa atribuição, seria da autoria de João de Castilho⁵.

A capela-mor quinhentista seria substituída por outra a partir de 1627. Nesse ano a 6 de Junho⁶ a abadessa D. Violante Botelho contratou Valentim Carvalho, «arquitecto e mestre de pedraria», para fazer uma nova capela-mor e uma nova sacristia, «comforme a trasa e modelo que o dito mestre tem feito e asinado», para a igreja do Mosteiro de S. Bento da Ave Maria. No contrato, preocupam-se mais com as obrigações que, de parte a parte, tinham os outorgantes, do que com a descrição pormenorizada daquilo que Valentim Carvalho deveria executar para concretizar a vontade das beneditinas portuenses em dotar a sua igreja com novas estruturas. Através do documento ficamos só a saber que na sacristia haveria «hum lavatorio muito perfeito e bem acabado».

Se o contrato notarial silencia os elementos que nos permitiriam conhecer a capela-mor seiscentista, por sua vez desaparecida após o incêndio de 1783, temos que recorrer ao autor do risco e seu construtor Valentim Carvalho, figura da maior importância na arquitectura portuense da primeira metade do século XVII. Artur de Magalhães Basto fornece-nos diversas informações sobre a sua actividade⁷ relacionada com a Misericórdia, Convento de S. Francisco e Câmara, a que podemos acrescentar a Relação (1615), Cais da Ribeira (1631) e Convento de S. João-o-Novo (1638).

Paralelamente, será este Valentim Carvalho o Valentim, «discipulo de Miguel Angelo», que Agostinho Rebelo da Costa⁸ refere como o autor da «admiravel Fabrica» que era a nova capela-mor da Sé do Porto, mandada levantar por D. Fr. Gonçalo de Moraes (1543-1617), bispo do Porto de 1603 a 1617. Não conhecemos outro mestre pedreiro/arquitecto com o mesmo nome na primeira metade de seiscentos. Sendo Valentim Carvalho o autor da nova capela-mor do Mosteiro de S. Bento de Ave Maria não deixaria, por certo, ao executar a traça para as beneditinas de ser influenciado pelo que tinha sido feito de novo, poucos anos antes, na Sé, obra verosimilmente da sua autoria. Assim, a nova capela-mor de S. Bento de Ave Maria poderia ser uma réplica, com dimensões mais reduzidas da capela-mor da catedral portuense. O seu desaparecimento, após o incêndio de 1783 e a falta de documentos que a descrevam não nos permite, neste momento, avançarmos mais acerca da sua estrutura.

II – UM DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DA ACTIVIDADE DE ARTISTAS E ARTÍFICES PORTUGUESES NO BRASIL (1847)

A presença de artistas e artífices portugueses no Brasil é um tema da maior importância para a História da Arte luso-brasileira e que deve merecer a maior atenção por parte dos historiadores de ambos os países. O conhecimento da origem e formação de todos aqueles que, atravessando o Atlântico, contribuíram para que o Brasil se tornasse uma referência obrigatória da História da Arte, é essencial para uma melhor compreensão dessa realidade. Oriundos das mais diversas zonas de Portugal, algumas das quais contribuíram de uma forma mais significativa (como a título de exemplo apontamos a região de Entre Douro e Minho), vão dispersar-se por todo o território brasileiro.

Investigadores brasileiros e portugueses têm revelado o nome de muitos desses artistas e artífices que em terras brasileiras desenvolveram a sua actividade. Sem procurarmos fazer um levantamento do que sobre o assunto se escreveu, o que estaria fora do âmbito desta nótula, queremos referir alguns investigadores que muito con-

⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – ob. cit., p. 748.

⁶ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 1ª série, nº 5, fls. 146v-147.

⁷ *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1964, pp. 103-117.

⁸ *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. p. 58

PORTUGALIA

tribuíram para um melhor conhecimento dessa presença no Brasil. Bastaria lembrar os nomes revelados em trabalhos de Germain Bazin, Serafim Leite, Carlos Ott e Marieta Alves, entre muitos outros e que permitiram a Roberto Pontual⁹ fornecer-nos uma lista de artistas e artífices portugueses que trabalharam no Brasil. Entre esses engenheiros militares, arquitectos, pintores, escultores, entalhadores, ourives, carpinteiros e mestres pedreiros que foram trabalhar para o Brasil, alguns, ultrapassando o desempenho das suas funções, tornaram-se figuras importantes na cidade que passou a ser sua como sucedeu ao minhoto António Fernandes de Matos¹⁰ no Recife.

Do lado português também alguns investigadores têm dado contributos importantes sobre o mesmo tema. Queremos referir apenas alguns casos: a presença de três pedreiros¹¹ de Vila Nova de Gaia (Manuel Fernandes de Abreu, João Álvares e Francisco Moreira) contratados em 1716 para trabalharem nas obras da Casa Garcia d'Avila na Bahia¹²; a ida do mestre carpinteiro, do Porto, José da Costa para o Brasil com a finalidade de «ganhar a sua vida»¹³; a transferência para S. Luís (Maranhão), em 1806, do ourives Luís Correia de Amorim, com a família, os oficiais e aprendizes que trabalhavam com ele assim como «seos trastes de caza e ferramentas pertencentes ao mesmo officio»¹⁴ ou ainda Bento da Silva, ensamblador, que procurou, como muitos outros, o Brasil para exercer a sua profissão¹⁵.

Este aspecto tão importante no contexto da arte luso-brasileira teve continuidade após a independência do Brasil (1822), como testemunha o documento agora publicado. Em 25 de Setembro de 1847¹⁶ são contratados no Porto seis pedreiros, oito carpinteiros e dois trolhas, para irem para Porto Alegre (Rio Grande do Sul) para traba-

PROFISSÕES DOS ARTÍFICES CONTRATADOS		
PEDREIROS	CARPINTEIROS	TROLHAS
COSTA, António da JOAQUIM, António OLIVEIRA, Luís Pinto de PEREIRA, Manuel Domingues RODRIGUES, Domingos SILVA, Justino da	BARROS, João de COUTO, Joaquim do FEITEIRA, Francisco António FERREIRA, António MOTA, José Francisco da OLIVEIRA, Manuel de RIBEIRO, António Lopes RIBEIRO, José de Sousa	FONSECA, Manuel da PEREIRA, José

⁹ *Dicionário da Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

¹⁰ MELLO, José António Gonsalves de – *Um Mascate e o Recife. A vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*. Recife, 1981.

¹¹ GONÇALVES, Flávio – *Mestres de pedraria gaienses que trabalharam, no século XVIII, na «Torre de Garcia d'Ávila»*, in «História da Arte. Iconografia e Crítica». Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp. 161-169.

¹² CALMON, Pedro – *História da Casa Torre. Uma dinastia de pioneiros*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

¹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros. (séculos XVII e XVIII)*. Porto: Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol. IX, 1992, p. 361.

¹⁴ Idem – *A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII: subsídios para a sua história (I)*. Porto: Separata da Revista Museu – IV Série, nº 1, 1993, pp. 32-33.

¹⁵ – LEÃO, Manuel – *O Brasil e os artistas portuenses dos séculos XVII e XVIII*, in «Museu», VI Série, nº 4, Porto, 1995, pp. 73-74.

¹⁶ – Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), Livros de Notas, Po-2, nº 461, fl. 92v.-93v. Agradecemos ao Dr. Silvestre Lacerda a indicação deste documento.

DUAS NÓTULAS PARA A HISTÓRIA DA ARTE

Iharem nas obras do Colégio de Santa Teresa, cujo conselho administrativo estava representado no acto da escritura pelo negociante do Porto António José da Cunha e Silva.

NATURALIDADE DOS ARTÍFICES CONTRATADOS		
ARTÍFICES	FREGUESIA	CONCELHO
BARROS, João de	Campanhã	Porto
COSTA, António da	Paranhos	Porto
COUTO, Joaquim do	Grijó	Vila Nova de Gaia
FEITEIRA, Francisco António	Grijó	Vila Nova de Gaia
FERREIRA, António	Valadares	Vila Nova de Gaia
FONSECA, Manuel da	Valadares	Vila Nova de Gaia
JOAQUIM, António	Sermonde	Vila Nova de Gaia
MOTA, José Francisco da	Pedroso	Vila Nova de Gaia
OLIVEIRA, Luís Pinto de	Avintes	Vila Nova de Gaia
OLIVEIRA, Manuel de	Santa Maria do Olival	Vila Nova de Gaia
PEREIRA, José	Paços de Brandão	Santa Maria da Feira
PEREIRA, Manuel Domingues	Pedroso	Vila Nova de Gaia
RIBEIRO, António Lopes	Avintes	Vila Nova de Gaia
RIBEIRO, José de Sousa	Grijó	Vila Nova de Gaia
RODRIGUES, Domingos	S. Félix da Marinha	Vila Nova de Gaia
SILVA, Justino da	Gueifães	Matosinhos

Os «operarios» contratados, naturais dos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira, tinham que ser pessoas, além de competentes na sua arte, de bons costumes. Além destas condições, teriam que trabalhar no Colégio de Santa Teresa durante três anos, só podendo abandonar a obra no caso de «molestia evidentemente provada» e que não pudesse ser tratada no Brasil.

Este contrato permite constatar como o fluxo de artistas e artífices de Portugal para o Brasil teve continuidade após a independência, bem como a importância que tal facto tem no contexto da nossa presença na arte brasileira de oitocentos.

DOCUMENTO

«Contrato que fazem José Pereira e outros, e os membros do Conselho Administrativo do Collegio de Santa Thereza de Porto Alegre em 25 de Setembro de 1847.

Saibão os que este instrumento de contrato de locação de serviços, ou como em direito melhor lugar haja virem: que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos quarenta e sette, aos vinte e cinco dias do mez de Setembro, nesta cidade do Porto, rua das Hortas e minha morada apparecerão presentes: de uma parte José Pereira, official de trolha, da freguesia de Paços de Brandão, termo da Feira; Antonio Ferreira, carpinteiro, e Manuel da Fonseca, trolha, da freguesia de Valladares, concelho de Gaia, José de Sousa Ribeiro; Joaquim do Couto, e Francisco Antonio Feiteira, carpinteiros, da freguesia de Grijó do mesmo concelho; José Francisco da Mota, carpinteiro, e Manuel Domingues Pereira, pedreiro, da freguesia de Pedroso, do mesmo concelho, Luis Pinto de Oliveira, pedreiro, e Antonio Lopes Ribeiro, carpinteiro da freguesia d'Avintes, do mesmo concelho; Manoel de Oliveira, carpinteiro, da freguesia de Santa Maria do Olival; António Joaquim, pedreiro da freguesia de Sermonde; e Domingos Rodrigues, também pedreiro, da freguesia de Sam Felix da Marinha, todos do dito concelho de Gaia; Justino da Silva, pedreiro, da freguesia de Gaifões, concelho de Bouças; João de Barros, carpinteiro, da freguesia de Campanhã, e Antonio Costa, pedreiro, da freguesia de Paranhos, ambos dos suburbios desta cidade; e de outra Antonio José da Cunha e Silva, negociante, morador na rua Nova d'Almada desta cidade, como procurador bastante dos membros do Conselho Administrativo do Collegio de Santa Thereza, da cidade de Porto Alegre, capital da Provincia de S. Pedro do Sul, Imperio do Brazil, como fez certo pela procuração que delles appresentou e fica em meu poder e cartorio para ser copiado de theor nos traslados que desta escriptura se extrairem; pessoas reconhecidas pelas proprias das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas e estas e o segundo outorgante de mim tabelião de que dou fé. Perante as quaes pelo segundo outorgante foi dito: que em virtude dos poderes da sua procuração, e das instrucções que lhe forão dadas por um dos seus constituintes, o comendador João Baptista da Silva Pereira tinha de engajar os operarios pedidos para trabalharem nas obras do referido Collegio de Santa Thereza, e passando a fazer a devida escolha dos mesmos operarios, segundo as ditas instrucções, e a tomar as necessarias informações á cerca dos seus costumes e merecimento artístico, achou que os primeiros outorgantes reunião todas essas qualidades, sendo os seus bons costumes attestados pelos seus respectivos parochos, e os seus merecimentos artisticos pelos differentes mestres com os quaes tinham trabalhado, e em seguida se ajustou e contratou com os mesmos primeiros outorgantes á cerca da locação dos seus serviços para as mencionadas obras; tendo em vista a Carta de Lei do dito Imperio de treze de Setembro de mil oitocentos e trinta da maneira seguinte: que os primeiros outorgantes se obrigão a embarcarem para a dita cidade de Porto Alegre logo que o segundo outorgante o exigir, e alli trabalharem pelos seus officios nas obras do Collegio de Santa Thereza pelo tempo de tres annos a contar desde o dia em que lá chegar, sem que possam abandonar as mesmas obras por pretexto algum, por mais plausivel que seja, à excepção do caso de molestia evidentemente provada, e da qual se não possam tratar no Paiz, porque nesse caso poderão regressar a este Reino ou a qualquer outra parte que lhes parecer não sendo do dito imperio do Brazil. Que a passagem desta cidade para aquella de Porto Alegre será paga e satisfeita pelo Concelho Administrativo do mesmo collegio. Que cada um dos primeiros outogantes vencerá mil e seiscentos digo vencerá mil e seiscentos reiz, em moeda brasileira, em cada um dia a contar desde aquelle em que chegarem á dita cidade de Porto Alegre. E finalmente que as quantias que cada um delles primeiros outorgantes tem recebido do segundo outorgante para os seus arranjos particulares serão descontados nos seus sallarios. E nesta conformidade disserão elles outorgantes os primeiros em seus nomes proprios, e o segundo no de seus constituintes é que se achavão justos e contratados á cerca da dita locação de serviços, e se obrigavam por este instrumento publico a cumprir as expressadas condições ás quaes se sujeitãvao bem como as disposições da citada Carta de Lei, das quaes tem

DUAS NÓTULAS PARA A HISTÓRIA DA ARTE

perfeito conhecimento por lhe serem tidas por mim taballião, neste acto, e entregue uma copia autentica da mesma carta pelo segundo outorgante. E que tendo cada um dos outorgantes José Pereira, João de Sousa Ribeiro, Justino da Silva, Luís Pinto de Oliveira, Manuel Domingues Pereira, Joaquim do Couto, António Lopes Ribeiro, Francisco Antonio Feiteira, e Domingos Rodrigues, recebido sette mil e duzentos reis; cada um dos outorgantes José Francisco da Motta, e Antonio da Costa, quatro mil e oitocentos reis; e o outorgante Manoel Fonseca nove mil e seiscentos reis, tudo em moedas de prata; correntes neste Reino; da mão do segundo outorgante em nome de seus constituintes, davão a estes paga e quitação das ditas quantias, e se obrigavão a descontal-as nos sallarios que vencerem. E ao cumprimento e segurança deste contrato os primeiros outorgantes obrigavão suas pessoas e bens, e o segundo outorgante as pessoas e bens de seus constituintes. Em testemunho de verdade assim o disserão outorgarão e aceitarão de parte a parte, e requererão que este instrumento lhes escrevesse nesta nota, que eu tabelião estipullei e aceitei delles partes e por quem tocar absente. Depois de lido assignarão e assim mais o fizerão as testemunhas presentes Manoel Pereira da Silva, mestre carpinteiro, morador na freguezia de Santa Cruz do Bispo, Concelho de Bouças, e Antonio Luís da Silva, official de carpinteiro, morador na freguezia de Perafita, do dito concelho de Bouças. Dou fé passar todo o referido na verdade eu José Ferreira Moutinho, tabelião que a escrevi. E declarou o segundo outorgante que em nome de seus constituintes se obrigava a dar aos primeiros casa para murarem na dita cidade de Porto Alegre, à custa do collegio durante os tres annos deste contrato. Dito tabelião o escrevi e declarei perante as partes outogantes e testemunhas

Do outorgante
Antonio + Ferreira

António José da Cunha e Silva
1847

Do outorgante
José + Pereira

João de Barros

Manoel de Oliveira

Joze Francisco da Motta

Do outorgante
Antonio + Joaquim

Joze de Sousa Ribeiro

Justino da Silva

Luis Pinto de Oliveira

Do outorgante
Manoel Domingues + Pereira

Do outorgante
Manoel + Fonseca

Do outorgante
Joaquim + do Couto

Do outorgante
Antonio Lopes + Ribeiro

Do outorgante
Francisco Antonio + Feteira

Do outorgante
Domingos + Rodrigues

Antonio da Costa

Manoel Pereira da Silva

Antonio Luis da Silva»

